



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais

ANAIS DO SIMPÓSIO



IV SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER Ditaduras e Democracias

20 a 22 de agosto de 2013
Marechal Cândido Rondon - Paraná

IV SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER

DITADURAS E DEMOCRACIAS

Evento de âmbito nacional

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof^ª. Dr^ª. Carla Luciana Silva, Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil, Prof. Dr. Marcio Antonio Both da Silva, Prof. Dr. Paulo José Koling

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carla Luciana Silva; Gilberto Grassi Calil; Paulo José Koling; Márcio Antonio Both da Silva; Alexandre Blankl Batista, Edina Rautenberg, Isabel Grassioli; Marcos Alexandre Smaniotto; Marcos Vinícius Ribeiro; Maria José Castelano; Rodrigo Candido da Silva, Selma Martins Duarte; Suzane Conceição Pantolfi Tostes; Alana Milcheski, Alexandre Arienti Ramos; Carlos Boaretto Pereira; Ederson Santos, Guilherme Ignácio Franco de Andrade, Kleyne Lance, Juliana Valentini; Marcos Campos, Thomaz JoezerHerler, Valdir Sessi, Débora Rey, Fabiana Chaparini, Luana Milena Pradela, Lucas Gaspar.

Organizadores dos Anais

Alana Milcheski
Alexandre Blankl Batista
Edina Rautenberg
Marcos Vinicius Ribeiro

REALIZAÇÃO

- Linha de Pesquisa Estado e Poder - Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais
- Grupo de Pesquisa História e Poder – Colegiado do Curso de História
- Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

APOIO

- Colegiado do Curso de História – UNIOESTE
- Programa de Pós-Graduação em História – UNIOESTE
- Laboratório de Ensino de História – UNIOESTE
- Grupo de Estudos da Política da América Latina (GEPAL-UEL)
- Grupo de Pesquisa Capitalismo e História (GPCH-UFG)
- Laboratório de Estudos sobre Militares e Política (LEMA-UFRJ)
- Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UPF)
- Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS-PUCSP)
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea (NEPHC-UFG)
- Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas – Marx (NIEP-MARX/UFF)

FINANCIAMENTO

- UNIOESTE -*Campus* de Marechal Cândido Rondon
- Fundação Araucária/Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Todos os textos destes anais são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à comissão organizadora do evento ou aos organizadores dos Anais.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S612d	<p>Simpósio de Pesquisa Estado e Poder (4. : 2013 : Marechal Cândido Rondon) Ditaduras e democracias : anais do simpósio / Organização de Alana Milcheski, Alexandre Blankl Batista, Edina Rautenberg e Marcos Vinicus Ribeiro. -- Marechal Cândido Rondon, 2014. 407 p.</p> <p>ISBN 978-85-68205-00-6</p> <p>1. Estado e poder. 2. Ditadura. 3. Democracia. I. Milcheski, Alana, org. II. Batista, Alexandre Blankl, org. III. Rautenberg, Edina, org. IV. Ribeiro, Marcos Vinicius, org.. V.. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais. Grupo de Pesquisa História e Poder. VI. Título.</p> <p>CDD – 22.ed. 320.11 320.01 CIP-NBR 12899</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9ª/539

ANAIS DO IV SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER

DITADURAS E DEMOCRACIAS

Evento de âmbito nacional

**20 a 22 de agosto de 2013
Marechal Cândido Rondon - Paraná**

UNIOESTE

PROMOÇÃO

**Linha de Pesquisa Estado e Poder - Programa de Pós-
Graduação em História, Poder e Práticas Sociais**

**Grupo de Pesquisa História e Poder – Colegiado do Curso
de História**

Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

SECRETARIA

**Laboratório de Pesquisa Estado e Poder
UNIOESTE - Campus Marechal Rondon
Rua Pernambuco, 1777 - CEP: 85960-000 - Fone: (45) 3284-7900**

APRESENTAÇÃO

O Simpósio de Pesquisa Estado e Poder ocorre desde 2007 e tem periodicidade bianual e âmbito nacional. Seu objetivo é viabilizar a apresentação e discussão das pesquisas relacionadas à vasta problemática que envolve as relações de poder e a configuração do Estado, em sua dimensão ampliada e aprofundar esta discussão no que se refere aos termos “ditadura” e “democracia”, seja através do debate teórico, seja através da análise de experiências históricas. A organização do evento é de responsabilidade dos professores e mestrandos vinculados à Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais (PPGH), bem como dos professores e acadêmicos que integram o Grupo de Pesquisa História e Poder e o Laboratório de Pesquisa Estado e Poder (pesquisadores, mestrandos, graduandos, bolsistas e professores da rede estadual de ensino fundamental e médio), contando ainda com o apoio e parceria de diversos grupos de pesquisa.

A Linha de Pesquisa Estado e Poder tem por objeto de ensino e de investigação as práticas sociais relacionadas ao Estado e ao Poder. A abordagem que orienta os estudos dos integrantes da linha concebe o Estado em seu sentido amplo, compreendendo a articulação entre sociedade civil e sociedade política e abarcando aspectos diversos das relações estabelecidas entre os agentes sociais. O poder é exercido no interior da sociedade política, mas também no âmbito das mais variadas organizações e corporações da sociedade civil. O exercício do poder e a produção de hegemonia abrangem, portanto, esferas diversas, como a gestão e a afirmação, a crítica e a contraposição de projetos sociais, as elaborações intelectuais e as políticas partidárias, a organização dos diferentes grupos e classes sociais, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, o gerenciamento e a disseminação de ideologias e projetos sociais.

O IV Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: DITADURAS E DEMOCRACIAS teve como objetivo promover a discussão sobre ditaduras e democracias, propiciando tanto a apresentação de reflexões de caráter teórico como a apresentação de estudos empíricos. Interessou-nos pensar a historicidade das distintas conformações das ditaduras e democracias, os embates sociais em torno de seu projeto, a intervenção de aparelhos privados de hegemonia, os mecanismos de produção e disseminação do consenso e as iniciativas voltadas à contestação e resistência. Igualmente interessou-nos refletir sobre os processos de transição e os elementos de ruptura e continuidade que os permeiam, a intervenção das classes, frações de classe e grupos sociais e os embates na memória acerca do significado histórico das ditaduras.

Os Anais do evento, que ora oferecemos como resultado do intenso debate produzido por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, em especial a de História, revela, por um lado, o avanço no campo de pesquisas sobre o passado recente do Brasil e da América Latina, e por outro, a importância do diálogo aberto sobre a memória e história das ditaduras. A amplitude das discussões durante todos os dias do evento demonstraram que as memórias sobre as ditaduras civis-militares são um campo em disputas, cujo papel de pesquisadores e interessados na memória, verdade e justiça demonstram a pertinência do debate ao se completar 50 anos do golpe civil-militar no Brasil.

A disputa em torno da Comissão Nacional da Verdade, a constituição dos Comitês locais e estaduais que reivindicam a memória, verdade e justiça, os 50 anos do golpe de Estado gestado e concretizado pelos militares em consonância com os diversos grupos que defenderam e defendem interesses específicos no âmbito da sociedade civil, dentre outras possibilidades de permanência da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, representada pelas táticas de subalternização e repressão aos projetos que disputam a hegemonia no quadro da sociedade política e na sociedade civil controem e reelaboram os tencionamentos estabelecidos pela organização do Estado. Os projetos sociais em disputas no presente são, nesse sentido, construções históricas.

O evento, em sua quarta edição, foi dedicado à memória do professor, ativista e militante sindical Edmundo Fernandes Dias, que faleceu em 2013. A trajetória de luta do professor Edmundo é um alento a todos os que se dedicam, de maneira intensa, ao constructo de uma sociedade mais justa no contexto de embates de hegemonia.

Organizadores dos Anais

Alana Milcheski
Alexandre Blankl Batista
Edina Rautenberg
Marcos Vinicius Ribeiro

Este evento foi dedicado à memória de Edmundo Fernandes Dias

SUMÁRIO

A SOCIOLOGIA MICHELSIANA DO PARTIDO POLÍTICO Aislan Jonis Estevam Bertolucci de Oliveira	11
A IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O CHILE E O BRASIL Alana Milcheski.....	16
O DEBATE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE A PARTIR DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO Alexandre Blankl Batista	21
FESTIM DEMOCRÁTICO: MOVIMENTOS DE BAIRRO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO RECIFE (1979-1988) Allan Cavalcante Luna	29
A REINCIDÊNCIA ANTICOMUNISTA NO GOLPE CIVIL-MILITAR Ana Karine Braggio	37
DUAS HUMANIDADES QUE SE CRUZAM: A QUESTÃO INDÍGENA E OS GOVERNOS MILITARES (1964-1985) Ana Maria Barros dos Santos	42
OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NO ORÇAMENTO DO POVO EM TOLEDO - PR Ane Barbara Voidelo	48
LITERATURA E AS REPRESENTAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA EM “DEBAIXO DA PONTE PRETA”, DE DALTON TREVISAN Antonio Rediver Guizzo e Maíra Soalheiro Grade.....	54
GÊNERO, SEXUALIDADE, DEMOCRACIA E ATIVISMO SOCIAL Carla Adriana Menegotto	59
UM NOVO PASSADO PARA O CAPITÃO AMÉRICA: ANÁLISE DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS THE AVENGERS NÚMERO 4 E 6 DE MARÇO E JULHO DE 1964 Carlos Eduardo Boaretto Pereira	63
PRESÍDIO MARIA ZÉLIA: REPRESSÃO À TRABALHADORES, 1936-1937 Caroline Antunes Martins Alamino.....	72
RELAÇÕES DE TRABALHO NA AVICULTURA EM TOLEDO-PR Cíntia Valéria de Mello	76
BELISÁRIO PENNA: SANITARISMO, INTEGRALISMO E A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA Cintia Rufino Franco da Silva	80
PROMESSAS DE CASAMENTO TORNAM-SE CASO DE POLÍCIA E DE JUSTIÇA: UM ESTUDO DOS PROCESSOS CRIMES DE SEDUÇÃO DA COMARCA DE TOLEDO Cíntia Wolfart	85
A OUTRA VOLTA DO PARAFUSO – VARIAÇÕES SOBRE UMA AULA PÚBLICA Cristina Daniels	91
MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR: CURITIBA, 1966 David Rejes Rangel	98
FILHAS DE PACHAMAMA: VOZES DE CONTESTAÇÃO E RESISTÊNCIA EM IBERO-AMÉRICA Denise Scolari Vieira.....	103

PORQUE A UPES SE UFANOU DESTE PAÍS	
Diego da Silva Ramos	108
CRIMES DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: INICIATIVAS DO ESTADO FRENTE À RESPONSABILIZAÇÃO E À REPARAÇÃO POR VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	
Diego Oliveira de Souza	112
MEMÓRIAS PÓSTUMAS, MAS PERMANENTES DA DITADURA: VEJA E A MORTE DOS PRESIDENTES MILITARES	
Edina Rautenberg	119
DEMOCRACIA, VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO POLICIAL: OS REGIMES DISCIPLINARES E A CONSTRUÇÃO MICROFÍSICA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	
Eduardo Nunes Jacondino	124
A PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES) NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO (1964-1968)	
Elaine de Almeida Bortone	129
VOZES SILENCIADAS: MEMÓRIAS DA ATUAÇÃO POLÍTICA DOCENTE EM NOVA AURORA	
Elisangela Furlan e Alexandre Fiuza	138
INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	
Elocir Aparecida Correa Pires e Kellys Regina Rodio Saucedo	143
O CINEMA A SERVIÇO DA DITADURA: ALFREDO STROESSNER E A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI NO FILME “CERRO CORÁ” (1978)	
Fábio Ribeiro de Sousa	148
PRIMAVERA BRASILEIRA: A ATUAÇÃO POLICIAL NO RIO DE JANEIRO, DIANTE DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	
Fernando de Alvarenga Barbosa e Dilermando Amaro	154
ESTADO E PODER: A CONSTRUÇÃO DE FORÇA SOCIAL E POLÍTICA PELA FARSUL NA DISPUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NOS PÓS SEGUNDA GUERRA	
Flavio Correia Nardy	162
TRABALHO E TRABALHADORES DO SETOR DE CONFECÇÃO EM SANTO ANTÔNIO DOS SUDOESTE	
Gilvana Machado Costa	167
IMPrensa E DITADURA: O TRABALHO DA REVISTA MANCHETE NA CONSTRUÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE OS GOVERNOS MILITARES	
Greyce Falcão do Nascimento	174
A FORMAÇÃO DA FRENTE NACIONAL FRANCESA - ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS PARA CONSOLIDAÇÃO DE UMA FRENTE PARTIDÁRIA UNIFICADA	
Guilherme Ignácio Franco de Andrade	179
O TRABALHO DOCENTE NO BRASIL COLONIAL	
Hélio Clemente Fernandes	187
POSSIBILIDADES E LIMITES DO ENSINO EMANCIPADOR: TECENDO IDEIAS NA CONTEMPORANEIDADE DA ESCOLA BRASILEIRA	
Iris Cherubini	195

“SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ - SRP” CONFLITOS ENTRE PROPRIETÁRIOS E TRABALHADORES RURAIS NAS DÉCADAS DE 1950-60	
Juliana Valentini	201
MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E OS DESENCONTROS INTERNOS DO REGIME MILITAR	
Kely Cristina Enisweler e Kellys Regina Rodio Saucedo	206
O JORNAL O ESTADO DO PARANÁ E A PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE O AI-5	
Layse Pereira Soares do Nascimento	211
CÂNTICOS NA CACOFONIA MODERNA: SHERWOOD ANDERSON E OS MID-AMERICAN CHANTS	
Lucas André Berno Kölln	216
“VAMOS PEGAR PORQUE NÓS TAMO CONQUISTANDO, NÓS QUEREMOS ISSO DAQUI” CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA EM FOZ DO IGUAÇU –PR (2012-2013)	
Lucas Eduardo Gaspar	221
ERA DA INDETERMINAÇÃO? FRANCISCO DE OLIVEIRA E PROCESSO DECISÓRIO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Lucas Patschiki	227
“LIBERDADE NÃO SE PEDE, SE CONQUISTA!”: A REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM PELOTAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985)	
Luisiane da Silveira Gomes	232
A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA FRENTE À PROBLEMATICA DA ILEGALIDADE DO ABORTO	
Luiz Augusto Mugnai Vieira Jr	239
O ESTADO GREGO ARCAICO E SUAS HERANÇAS: UMA ANÁLISE POSSÍVEL	
Márcio Augusto Galante	246
REPRESENTAÇÕES, IDEOLOGIA E CULTURA NA LITERATURA ARGENTINA NOS ANOS DO PERONISMO CLÁSSICO (1946-55)	
Marco Antonio Serafim de Carvalho	251
O TREINAMENTO PARA A GUERRILHA NO OESTE DO PARANÁ: A INFLUÊNCIA GAÚCHA E A REPRESSÃO	
Marcos Adriani Ferrari de Campos	258
VÓS SOIS O SAL DA TERRA: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS MARISTAS PARA EDUCAÇÃO DO CIDADÃO-CRISTÃO NO COLÉGIO MARISTA SANTA MARIA ENTRE 1969 E 1976	
Marcos Aurélio Pereira	264
O MAUSOLÉU DO FARAÓ: A MEDIAÇÃO POLÍTICA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA JUNTO AOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS E TRABALHADORES RURAIS E A ITAIPU NAS DÉCADAS DE 1970-1980 NO OESTE DO PARANÁ	
Maria José Castelano	270
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE DOS TRABALHADORES DO FRIGORÍFICO DA COPAGRIL MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR (2005-2011): UM ESTUDO DAS AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A EMPRESA	
Marília Lauther	277

A IDEOLOGIA DO PROGRESSO, E A CONSTRUÇÃO DE FRONTEIRAS E ESTEREÓTIPOS NA COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA NO OESTE DO PARANÁ (1950-1975)	
Maurício Dezordi	285
A GUERRILHA ARMADA CONTRA A DITADURA STRONISTA NO PARAGUAI	
Miguel dos Santos.....	290
MÃES NA PRAÇA DE MAIO: PROBLEMATIZANDO O REFORÇO DO PAPEL MATERNO NA CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO MADRES DE PLAZA DE MAYO	
Natasha Dias Castelli	297
USUÁRIOS DE CRACK NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O GOVERNO DA SAÚDE MENTAL	
Neilza Alves Barreto e Fernando de Alvarenga Barbosa	303
GOVERNO MOISÉS LUPION E A CONSTRUÇÃO DO “PARANÁ MAIOR”	
Neli Gehlen Motta	310
A LUTA EM DEFESA DO TERRITÓRIO DE TRABALHO DA PESCA ARTESANAL	
Paulo César Silva.....	315
O PLANO DE COMBATE AOS TRAVESTIS DAS POLÍCIAS DE SÃO PAULO E SUA LIGAÇÃO COM O JORNAL O ESTADO DE S. PAULO – 1980	
Rafael Freitas Ocanha.....	326
APONTAMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES HISTÓRICAS DA DEMOCRACIA NO BRASIL, A PARTIR DA “TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA” DE 1974 A 1989	
Rejane Carolina Hoeveler.....	332
ESTADO E RELAÇÕES SOCIAIS: PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA EM DISPUTA (1983/1998)	
Ricardo Callegari	338
APARELHO DE HEGEMONIA FILOSÓFICO NO BRASIL: _INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA/CONVIVIAM	
Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves.....	347
“GRUPO DE ONZE” NO SUDOESTE DO PARANÁ: UM OLHAR SOBRE O PROCESSO N° 226/69	
Ronaldo Zatta e Leomar Rippel.....	354
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA RÁDIO EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
Rosana Déa Marques Gonsalves	371
AS EFEMÉRIDES NO JORNAL DO COMÉRCIO DE CAMPO GRANDE DURANTE A PRIMEIRA FASE DA DITADURA CIVIL-MILITAR	
Sabrina Rodrigues Marques.....	376
COBERTURA DA REVISTA VEJA SOBRE AS PROPOSTAS DE PRÁTICAS NEOLIBERAIS DURANTE O PERÍODO DE 1985-1989	
Suzane Conceição Pantolfi Tostes.....	381
EXPERIÊNCIAS DE CONFLITO EM SANTA HELENA-PR 1960-1980	
Tatiane Karine Matos da Silva	387
RESISTIR SEMPRE, CURVAR-SE JAMAIS! A SAGA DE LUIS ANTONIO SANTA BARBARA NA LUTA ARMADA NA BAHIA (1969-1971)	
Taylan Santana Santos	395

A IMPORTÂNCIA DAS CONCEPÇÕES DE RÉGIS DEBRAY NA FORMAÇÃO DO MR-8 (DI-RJ)

Thomaz Joezer Herler 402

A SOCIOLOGIA MICHELSIANA DO PARTIDO POLÍTICO

Aislan Jonis Estevam Bertolucci de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho visa analisar a concepção michelsiana de partido político desenvolvida em sua obra máxima, *Sociologia dos partidos políticos*, publicada originalmente em alemão em 1911. A importância desta obra reside principalmente na proposição da “lei de bronze da oligarquização”, que estabeleceria a inevitabilidade de burocratização e oligarquização de toda forma complexa de organização social, incluindo-se o próprio partido operário que se constituía na Europa ocidental na virada do século XIX para o século XX. Consequentemente, segundo Michels, nenhum partido, mesmo o socialista, estaria imune à burocratização de suas estruturas organizativas e à cisão entre os interesses de suas referências sociais e os interesses de seus dirigentes. Michels, partindo da investigação do funcionamento do SPD, concebe o partido como uma organização de luta política pela conquista do Estado. O mais democrático dos partidos, fruto do desenvolvimento da democracia na Europa, estaria condenado, para cumprir sua função, a adotar mecanismos que acabariam por minar não só o seu funcionamento democrático, como o próprio programa emancipatório do socialismo. Por que isso ocorreria? Robert Michels fundamenta duas causas principais: 1) a inevitabilidade de constituição de um corpo burocrático autônomo (“aparelho”) no interior do partido e 2) na cisão fatal entre chefes e seguidores. Com efeito, a conturbada história dos partidos operários ao longo do século XX, vitimados quase em sua esmagadora maioria tanto pelo burocratismo quanto pela cisão entre dirigentes e dirigidos, nos força a reexaminar criticamente a formulação teórica de Michels.

Palavras-chave: Robert Michels, “Lei de bronze da oligarquização”, partidos políticos.

Introdução

O longo processo que corroborou para a constituição do que conhecemos por partido político moderno como expressão dos interesses classistas, data do final da primeira metade do século XIX, e está alicerçado nas transformações políticas, sociais e econômicas aliciadas pelo processo de modernização capitalista ocidental. Surge primeiramente nos Estados Unidos em 1828, e na Inglaterra, como fruto das reformas eleitorais, em 1832 e 1867. Em outras nações da Europa Ocidental surge no decorrer da segunda metade do *oitocentos*.

No entanto, nestes primeiros partidos políticos de estrutura difusa, fruto do desenvolvimento incipiente da democracia representativa, conta em suas fileiras apenas a grande elite burguesa influente. A sua função inicial estava voltada a organização do eleitorado com vistas a perpetuar os privilégios da classe dominante.

¹ Graduando do 3º ano do Curso de Ciências Sociais pela UNIOESTE. O presente texto integra pesquisa vinculada ao programa de iniciação científica PIBIC-UNIOESTE, orientado pelo professor Dr. Geraldo Magella Neres.

No entanto, com o aumento dos antagonismos de classes proporcionados pelo desenvolvimento do capital por um lado, e a gradual expansão do sufrágio universal por outro, observamos a entrada no cenário da luta política de personagens de grande importância: o operário e sua forma de organização no campo das disputas políticas, o partido político de massa.

O partido de massa que se constitui na virada do século XIX para o XX, diferente do partido burguês do século XIX, conta com uma estrutura muito mais madura e menos difusa como, por exemplo, um projeto político estruturado visando os anseios do proletariado. Em outras palavras, o dever-ser do partido político de massa estaria alicerçado na busca pelo processo emancipatório do proletariado constituindo-se para tal o projeto hegemônico da classe operária no controle e supressão do Estado burguês.

Entretanto, como nos aponta o pensador ítalo-germânico Robert Michels em sua obra máxima, *Sociologia dos Partidos Políticos*, publicada originalmente em alemão em 1911, e influenciado em grande medida pelos estudos pioneiros de Moisei Ostrogorski e dos elitistas italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, se no início de sua constituição o partido político de massa estruturado em conformidade ao viés socialista, direciona-se para a trajetória emancipatória da sua classe referência, o que prossegue na sequência ao processo de organização do partido – e de qualquer organismo de massa, segundo Michels –, é a elevação da expressão dos interesses particulares da cúpula dirigente, em detrimento dos interesses de sua classe de referência, descaracterizando o partido político, não somente na sua identidade com os interesses de sua base social, mas também com o próprio caráter que lhe movia no início, ou seja, o socialismo. A luta restringe-se à conquista e reprodução do Estado alijando-se as massas do processo de gestão direta de luta, na qual segundo Michels conforme a tradição liberal, a apatia política em que se encontram mergulhada as massas e sua imaturidade, garantiria o que chamou de “o direito moral à delegação” (MICHELS, 1982, p. 31-32).

Em síntese, o pensador ítalo-germânico desenvolverá o cerne de sua obra no que se refere à impossibilidade do governo conduzido pelas massas, dada à heterogeneidade e suas limitações de ordem gerencial que, segundo ainda o autor, seriam insuperáveis, e a condução da luta por minorias. Este seria, descrito por Michels, o processo implacável da centralização administrativa das organizações de massas e toda uma gama de fatores de ordem técnica e psicológica que colocaria entraves à compatibilidade de interesses dos dirigentes e interesses dos dirigidos, ou seja, é o próprio efeito antidemocrático do partido político na condução da luta do movimento operário.

Com efeito, a conturbada história dos partidos operários ao longo do século XX, vitimados quase em sua esmagadora maioria tanto pelo burocratismo quanto pela cisão entre dirigentes e dirigidos, nos força a reexaminar criticamente a formulação teórica de Robert Michels.

Fundamentos da Sociologia michelsiana do Partido Político: a necessidade de organização e o princípio da oligarquização

Robert Michels ressalta a importância substancial e incisiva que a organização tem para a afinação da vontade coletiva de um movimento de luta irresistível no campo das disputas político-sociais, compreendendo que a organização – como estratégia de estruturação e de combate (MICHELS, 1982, p. 27-28)² – é indispensável a qualquer

² Robert Michels traça um paralelo com a organização militar que devido a sua disciplina e centralização hierárquica proporcionaria maior eficiência na busca do objetivo na luta travada, ou seja, esse comparativo

organização de massas. Segundo Michels, “... o operário que se recusa a participar da vida coletiva de sua classe só pode atrair consequências funestas para ele próprio ...”. (MICHELS, 1982, p. 15). Ou seja, o operário, dado sua vulnerabilidade as intempéries do modo de produção do capital deve, portanto, organizar-se para reunir forças contra seus opressores. Nas palavras de Robert Michels:

[...] a organização se revela como o único meio de criar uma vontade coletiva. E, na medida em que ela repouse sobre o princípio do menor esforço, isto é, da maior economia de forças, a organização é, nas mãos dos fracos, uma arma de luta contra os fortes (MICHELS, 1982, p. 15).

Por outro lado, o autor chama a atenção para algo inevitável: a mácula da luta conduzida pelas massas frente a heterogeneidade, a incapacidade e a imaturidade das mesmas no comando real de seus interesses e ações no terreno das disputas políticas do movimento operário, pois o lócus das preocupações das massas prefigura-se no imediato, estando longe do alcance das mesmas a possibilidade de um conhecimento técnico-administrativo mais elaborado. Concorre, portanto o estranhamento e a necessidade de comandantes entre as massas. É o próprio processo de oligarquização que ocasionará o processo de diferenciação entre dirigentes e dirigidos no interior do partido político moderno, inclusive no mais democrático dos partidos, o socialista ou, de forma mais contundente, a qualquer forma de organização de massa. Segue as observações de Michels:

Mas o princípio da organização, politicamente necessário, se permite evitar a dispersão de forças, propícia aos adversários, envolve alguns perigos [...] É que a organização constitui precisamente a fonte que as correntes conservadoras lançam na planície da democracia, e ocasionalmente, as inundações que tornam esta planície irreconhecível (MICHELS, 1982, p.16).

Em resumo, se por um lado, o processo de organização cria condições de estruturação e coesão ao movimento operário e as agremiações políticas, correlacionado à imaturidade e indiferença das massas a esfera pública e sua necessidade de líderes, determinam por outro a centralização burocrático-administrativa do poder nas mãos de minorias majoritárias, que culminaria, segundo nosso autor, na cisão de interesses entre base de referência e cúpula em nome mesmo da eficácia da gestão na luta política. Trata-se do caráter antidemocrático das organizações de massas.

Segundo Robert Michels, concorre para tal premissa duas condições interligadas: 1- a criação de um corpo burocrático autônomo no partido político, e 2- a cisão entre os dirigentes e as massas dirigidas. Este seria o processo daquilo que chamou, de Lei de Bronze da oligarquia.

O processo de oligarquização dos Partidos Políticos: a Lei de Bronze

Nas palavras de Michels:

À medida que o trabalho político se complica [...] é preciso, para orientar-se na política, possuir uma experiência cada vez maior [...]. Por isso o fosso que separa os chefes do grosso do partido alarga-se cada vez mais,

em relação ao partido político daria maior combatividade e destreza na mobilização tática assim como o exige a luta na esfera político-partidária.

e chega um momento em que os primeiros perdem todo o sentimento de solidariedade para com a classe de onde saíram. [...] Outorgando-se chefes, os operários criam, com suas próprias mãos novos líderes cuja principal arma de dominação consiste na sua instrução (MICHELS, 1982, p. 54).

O que se cristaliza, portanto nesta nova configuração da especialização técnica-profissional – ao revés da simplicidade inicial das tarefas do movimento operário em seu início –, é a divisão social do trabalho no interior do organismo. Neste suprir da carência técnico-administrativa, este mesmo processo cria condições para o surgimento daquilo que Michels (1982, p. 21) chamou de uma “elite operária” na direção do partido.

O autor não deixa passar despercebido esta premissa sobre a consequência potencial da centralização do poder nas mãos de poucos.

O acúmulo de poder nas mãos de algumas pessoas relativamente pouco numerosas, tal como existe no movimento operário, conduz fatalmente a numerosos abusos. O representante, orgulhoso de se saber indispensável, transforma-se facilmente de servidor em patrão do povo (MICHELS, 1982, p. 93-94).

Esta transmutação que segundo nosso autor, opera no íntimo dos chefes em sua relação ao movimento operário como um todo e que os fazem sentirem-se indispensáveis, tem como causa justamente o princípio de oligarquização do partido político moderno e a própria imaturidade, apatia e necessidade que as massas sentem de serem guiadas.

Segundo Robert Michels, os chefes concorrem à vaidade de poder e pelo poder, e para tanto, não medirão esforços para perpetuarem-se no mesmo. Utilizar-se-ão de discursos inflamados sobre o seu amor à causa operária evidenciando seus próprios feitos para a conquista de benesses para a mesma. E aqui, abre espaço para chefes oportunistas.

A consciência do poder acarreta sempre, para quem o possui, a vaidade de crer-se um grande homem. O desejo de dominar, para bem ou para o mal, repousa no fundo de toda alma humana. Esses são ensinamentos elementares da psicologia. A consciência de seu próprio valor pessoal e da necessidade que têm os homens de serem guiados e dirigidos tem por efeito inspirar ao chefe o sentimento da sua superioridade e a convicção de que é indispensável (MICHELS, 1982, p. 118).

Em síntese, segundo Robert Michels, os chefes operários, e não somente estes primeiros como também os burgueses desertores que aderem à causa operária e todo o corpo de funcionários de qualquer organização relativamente complexa, passam a se diferenciar, mesmo que inconsciente, em relação ao operário comum não só de ordem econômica dado que os mesmos são remunerados e vivem em condições superiores ao operário que representam, mas também de ordem intelectual alargando assim o abismo que os separam em representantes e representados.

Vemos acusar-se, portanto aquilo que o autor cunhou de processo de aburguesamento dos chefes de origem proletária, dos funcionários da burocracia e do próprio partido que no desejo desmedido de conquistar o poder do Estado, descartam em certa medida, o discurso transformador da sociedade pelo discurso reformista a fim de angariar novos adeptos ao partido de forma genérica, perdendo assim sua identidade, sua solidariedade com sua classe ideológica de origem colocando entraves ao projeto inicial. Este seria, em linhas gerais, o processo da lei de bronze da oligarquização postulado por

Robert Michels.

Considerações finais

Robert Michels, que por meio das investigações da organização do SPD alemão nos aponta suas contradições entre o discurso socialista inicial e a prática reformista que vai aderindo ao projeto de luta que passa a ser tão exclusivamente a cooptação do Estado, identificando, por conseguinte os mecanismos da oligarquização e suas consequências nefastas para a atuação democrática e para o próprio projeto emancipatório da classe proletária, nos propõem a repensar criticamente tal postulado que julga determinante na vida de todas as organizações complexas de massas. Em outras palavras nos propõe a repensar não só a própria concepção de partido político em seus limites, mas também em suas possibilidades concretas frente à construção de sua práxis revolucionária buscando a superação de seus vícios, já que entendemos a história como um movimento dialético na acepção marxiana. No nosso entender, embora a lei férrea da oligarquia se mostre presente na atualidade, não devemos encará-la como algo insuperável como queria o pensador ítalo-germânico, mas sim como um desafio que se impõe, dado que o fenômeno partido político continua a ocupar centralidade em nossa contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Renato Cesar Ferreira. **Oligarquia e transformismo:** a crítica de Gramsci a Michels. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Unicamp, 2011.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

NERES, Geraldo Magella. **Política e Hegemonia:** a interpretação gramsciana de Maquiavel. Curitiba: Ibpex, 2009.

RIBEIRO, P. F. **Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores.** Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/186/152>. Acesso em: 30 jul. 2013.

A IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O CHILE E O BRASIL

Alana Milcheski¹

Resumo: Pretende-se neste texto, apresentar alguns dos aspectos centrais do estudo que desenvolvo na dissertação, que busca analisar a implementação do projeto neoliberal em dois países, Brasil e Chile, no intento de compreender o neoliberalismo, através da análise das diferenças e similitudes no desenvolvimento dos processos dos países mencionados. O recorte temporal se configura no período de 1990 à 2003, no Brasil, com os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e de 1973 à 1990, no Chile, com a ditadura de Augusto Pinochet. As fontes selecionadas para a análise da dissertação serão as propagandas referentes as temáticas neoliberais veiculadas na revista brasileira *Veja*, fundada em 11 de setembro de 1968, da Editora Abril, e no periódico chileno *El Mercurio*, fundado em 12 de setembro de 1827, do grupo *El Mercurio S.A.P.* Pretendemos elencar quais os principais aspectos desenvolvidos no processo brasileiro e no processo chileno, ou seja, dentre as principais características do modelo neoliberal, quais foram aplicadas com maior êxito, e de que forma foram implementadas. Sendo assim, intentamos compreender, por exemplo, como a privatização, um dos aspectos centrais do neoliberalismo, foi realizada no Brasil e no Chile. Partindo do pressuposto de que um dos argumentos centrais para justificar a privatização se configura na questão da ineficiência estatal através da oposição estatização/privatização; a modificação no entendimento de quais são as obrigações do Estado perante seus contribuintes; e a transformação dos problemas de incompetência estatal numa mola propulsora para a implementação das políticas neoliberais.

Mundialmente, cada país teve um desenvolvimento diferente em relação aos aspectos centrais do neoliberalismo, como por exemplo os governos da Europa que em comparação com as potências anglo-saxônicas, se assemelharam na questão orçamentária e nas reformas fiscais, mas não enfatizaram cortes consideráveis em relação aos gastos sociais e também não optaram por um enfrentamento direto com os sindicatos (ANDERSON, 1995).

Um dos principais intentos é estabelecer quais os principais aspectos desenvolvidos no processo brasileiro e no processo chileno, ou seja, dentre as principais características do modelo neoliberal, quais foram aplicadas com maior êxito, e de que forma foram implementadas? Podemos perceber influências das condições de desenvolvimento regional para essas adequações? Como relacionar estas condições e o formato do modelo neoliberal de cada país?

Sendo assim, intentamos compreender, por exemplo, como a privatização, um dos aspectos centrais do neoliberalismo foi realizada no Brasil e no Chile. Partindo do

¹ Mestranda e m História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná

pressuposto de que um dos argumentos centrais para justificar a privatização se configura na questão da ineficiência estatal, pretendemos estabelecer como se configurou a oposição estatização/privatização; a modificação no entendimento de quais são as obrigações do Estado perante seus contribuintes; e a transformação dos problemas de incompetência estatal numa mola propulsora para a implementação das políticas neoliberais, alterando a posição dessa questão, como um problema a ser discutido socialmente, para uma justificativa necessária para a existência do neoliberalismo.

Para tornar possível a problematização dos aspectos referentes ao desenvolvimento neoliberal, torna-se indispensável contextualizarmos historicamente o período.

O contexto selecionado é definido por Fredric Jameson, como capitalismo tardio, no qual destacamos a existência “da mais pura forma de capital que jamais existiu, uma prodigiosa expansão do capital que atinge áreas até então fora do mercado” (JAMESON, 1997, p. 61).

O projeto neoliberal está inserido num momento específico do sistema capitalista. Tendo em vista a totalidade na construção da pesquisa histórica, consideramos indispensável, a caracterização do sistema nos recortes temporais selecionados. E pontuamos: De que forma o projeto neoliberal se relaciona com as modificações do capitalismo? Quais processos podemos perceber como concomitantes, ou mais ainda, como inseparáveis?

Considerando o histórico das ideias neoliberais e o momento de sua efetiva implementação, pontuamos que o projeto neoliberal foi criado e implementado no sentido da manutenção do sistema capitalista, considerando que crises sucessivas, num panorama mundial, foram o estopim para a decisão acerca de sua utilização.

Dessa forma, na contextualização de Jameson, em que condições podemos perceber a importância dos elementos neoliberais na dinâmica sistêmica? A transposição dos serviços estatais para privados tem interferência direta na mercantilização de inúmeros aspectos da vida em sociedade, até antes impensáveis como mercadorias?

Cabe também apontarmos alguns aspectos referentes a seleção do Chile e do Brasil para a realização desse estudo comparativo. A primeira experiência neoliberal do mundo foi implementada sobre o governo de Pinochet. Acerca dessa característica, evidenciamos aspectos que se configuram na constituição dessa pesquisa, e que intentamos descobrir durante ela.

No Chile, o projeto neoliberal foi inserido através de uma ditadura militar, enquanto no Brasil por um sistema democrático. Será que essa condição é determinante no desenrolar do neoliberalismo nos países? Qual forma de sistema político se aproxima mais do projeto neoliberal?

Dessa forma, compreendemos ser possível a junção de elementos que se constituam em sínteses da aplicação do modelo neoliberal. Tanto as características peculiares como as similares serão capazes de fornecer a composição necessária para estruturarmos a relação entre os preceitos teóricos do neoliberalismo e sua inserção prática.

Nesse sentido, inicialmente já podemos apontar algumas características do caso brasileiro, conforme citação da historiadora Virgínia Fontes que pode nos fornecer indicativos:

O período FHC (1995-2002) caracterizou-se, portanto, pelo ataque concertado (o eufemismo concertação social o designava) aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência

indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões (FONTES, 2010, p. 264).

Percebemos na citação acima, a presença de alguns dos principais motes do modelo neoliberal, como o ataque as organizações trabalhistas e o estímulo às privatizações.

Cabe atentarmos então para como se deu o processo de efetivação do modelo neoliberal.

Destacamos o papel indispensável dos meios de comunicação e das propagandas. Estes, juntamente à outros diversos mecanismos, pôde fornecer as condições necessárias para a implementação das políticas neoliberais no Brasil, bem como para a naturalização de algumas de suas principais características.

Quanto aos motivos da seleção dos países abrangidos, destacamos ainda dois aspectos que serão essenciais no desenvolvimento dessa pesquisa, a conceituação de América Latina e de território.

Segundo Cataia (2011) apesar do surgimento do conceito de território, “ter sua raiz no Império Romano, é somente a partir do século XVII (ALLIÈS, 1980) que seu uso político passa a ser mais largo, especialmente em razão do Tratado de Westphalia (1648)” (CATAIA, 2011, pág. 116), associado ao desenvolvimento da noção de Estado.

Consideramos que os espaços selecionados para a formulação dessa pesquisa, são considerados como duas unidades distintas. Inicialmente expomos o entendimento que utilizaremos do conceito de território que deverá ser problematizado na construção da pesquisa.

Compreendemos que

sendo histórico, o conceito de território é condição e produto do trabalho social, ao mesmo tempo em que é formado por um contínuo intercâmbio entre o trabalho morto e o trabalho vivo. Neste processo as normas e as regras inscrevem-se na materialidade, orientando a cultura imaterial (CATAIA, 2011, pág. 122).

Dessa forma, estamos abordando dois territórios, que possuem um desenvolvimento histórico diferente, e características singulares, mas que em determinado momento encontram aspectos que se assemelham na constituição de suas nações.

Algumas questões em relação a esse aspecto já se contornam, como por exemplo, o conceito de território abrange os significados necessários na formulação de nossa pesquisa? Na confecção do estudo comparativo entre esses dois países, tal conceito permite o desenvolvimento da pesquisa, estabelecendo os requisitos necessários em confluência com os aspectos à serem discutidos?

Encontramos na questão da América Latina, aspectos que ajudam na construção da relação entre o processo brasileiro e o processo chileno.

É indispensável que problematizemos o entendimento a ser selecionado para orientar a pesquisa, posto isso, compreendemos que “América Latina es un concepto, una construcción intelectual que intenta dar cuenta de un grupo de estados nacionales, variable em su composición pero com un núcleo estable, las ex colonias españolas e portuguesas del continente americano” (RETAMAL; SAAVEDRA, 2011, pág. 210).

Ao definirmos determinada região como América Latina, estamos, através da seleção de características, compreendendo a existência de um espaço que congrega em si aspectos suficientemente significativos para integrar uma região compartilhada, que possibilitam uma aproximação entre os países selecionados, tanto em questões de

desenvolvimento histórico, como de semelhanças nas condições dos países, destacando entre esses: “a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte americana, para ficar nas temáticas tradicionais(...)” (PRADO, 2005, pág. 12).

Quanto ao momento de criação do conceito de América Latina, Retamal e Saavedra (2011) apontam para a metade do século XIX, na França, contexto no qual haviam interesses imperialistas franceses em substituir a posição da metrópole ibérica, que apresentava sinais de forte decadência.

Podemos pontuar que desde o seu surgimento, o conceito de América Latina, foi apropriado em diversos contextos, se re-significando conforme o intento de sua utilização, sendo amplamente empregado no sentido da unificação entre os países por ele abrangidos.

Consideramos de crucial importância, o conhecimento do contexto de criação e desenvolvimento dos conceitos utilizados. Pontuamos que frente a multiplicidade dos entendimentos em relação a determinados conceitos, e a pluralidade de ideias que são a estes atribuídas, um estudo acerca de sua criação e de seu histórico se faz indispensável.

Outros dois aspectos que destacamos que serão de suma importância na construção da pesquisa se configura como: a questão da interdisciplinariedade; e da influência de diversas correntes teóricas na construção da análise.

Compreendendo que nosso intuito primordial, a análise do neoliberalismo no Brasil e no Chile, ultrapassa o fortalecimento de uma ciência específica, em nosso caso a da história, nos sentimos confortavelmente aptos a transposição de fronteiras disciplinares para a realização de nosso projeto.

Conforme, Barthes “O importante é perceber que a unidade de uma explicação não pode provir da amputação de tal ou tal das suas abordagens, mas, de acordo com a frase de Engels, da coordenação dialética das ciências particulares que nela estão engajadas” (BARTHES, 1985, p.134).

Pontuamos a necessidade de que a composição da pesquisa atente tanto para o desenvolvimento das ideias neoliberais, bem como de suas determinantes materiais, pois segundo Thompson,

Dois erros arraigados na tradição marxista foram confundir o tão importante conceito de modo de produção (no qual as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo) com uma acepção estreita de “econômico” e o de, identicamente, confundir as instituições, a ideologia e a cultura faccionária de uma classe dominante com *toda* cultura e “moralidade” (THOMPSON, 2001, p. 259).

Posto isso, consideramos que a separação entre a perspectiva econômica e a cultural na análise historiográfica se constitui como um ponto a ser superado. Dessa forma, pretende-se na construção da análise, através do contato com as fontes, verificar a percepção da ideologia veiculada em prol das concepções neoliberais, bem como a relação existente na consolidação do neoliberalismo através de sua difusão ideológica.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

BARTHES, Roland. **Mitologias** / Roland Barthes; tradução de Rita Buongiorno, ed. Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 4ªed. - Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 258p. Tradução de: Mythologies

CATAIA, Marcio Antonio. **Território político: fundamento e fundação do estado.** Soc. nat. (Online). 2011, vol.23, n.1, pp. 115-125.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e história. EDUFRRJ, EPSJV, RJ, 2010.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo. Ed. Ática. 1996. 418 p.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **Repensando a história comparada na América Latina.** Revista de História 153 (2º-2005), 11-33.

RETAMAL, Ricardo Yocelzky; SAAVEDRA, Óscar Cuéllar. **El misterio latinoamericano.** Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 10, No 29, 2011, p. 209-224

THOMPSON, E. P. **A Peculiaridade dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

O DEBATE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE A PARTIR DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO*

Alexandre Blankl Batista¹

Resumo: Acompanhando as matérias do jornal *Folha de São Paulo* (FSP), nos meses de setembro e outubro de 2011, procuramos selecionar e analisar alguns artigos, o espaço editorial e comentar as notícias em geral a respeito da criação da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV). A CNV foi instituída oficialmente em 16 de maio de 2012, tendo por finalidade apurar graves violações aos direitos humanos, entre setembro de 1946 e outubro de 1988, no Brasil. Descreveremos rapidamente o contexto em que o projeto da comissão foi constituído, passando em seguida a apresentar certos aspectos evidenciados nos artigos publicados na FSP no período em que a CNV foi aprovada no Congresso Nacional. O objetivo é apresentar a forma como o conjunto textual desse jornal abordou o tema central e outros assuntos correlatos à criação da *Comissão da Verdade*, como as problemáticas envolvendo a Ditadura que vigorou, a partir de 1964, no país, e a anistia de 1979, apontando potenciais lacunas e pontos de vista omissos referentes à complexidade do debate. Para demonstrar essa perspectiva, nos valem de determinados conceitos como memória, esquecimento, ressentimento, reconciliação e perdão.

O projeto para a criação da Comissão da Verdade sobre a violação dos direitos humanos no país foi aprovado no Congresso Nacional, primeiro na Câmara, em 21 de setembro, e depois no Senado, em 26 de outubro de 2011. O objetivo é fazer a narrativa oficial das violações aos direitos humanos ao longo do período transcorrido entre 1946 e 1988. O texto do projeto fala que a sua composição terá sete membros “de reconhecida idoneidade e conduta ética” e com “o respeito aos direitos humanos”, escolhidos pela presidente Dilma Rousseff. A Comissão, da forma como foi aprovada no Congresso, teria poderes de acesso a qualquer documento oficial, poderia convocar pessoas para dar depoimentos, determinar perícias técnicas e diligências. No entanto, não teria poderes para condenar. Assim, ao final do período de dois anos de investigação, estaria previsto a elaboração de um relatório narrando as circunstâncias das violações confirmadas.

Não se pode compreender a criação da Comissão da Verdade sem, minimamente, compreender os traumas sociais vivenciados a partir da Ditadura Civil-Militar brasileira. Os traumas coletivos são objeto de inúmeros debates na historiografia contemporânea que trata da história recente. As guerras, as ditaduras e as perseguições políticas são temas correlatos à história dos traumas individuais e coletivos. A Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional do Brasil, que vigorou entre 1964 e 1985, tem sido o pano-de-fundo de constantes reflexões a respeito dos traumas gerados a partir daquele período, o que se

* Texto elaborado para a disciplina *Anistia, esquecimento e conciliação no Brasil pós 1945*, ministrada pela Profa. Dra. Carla S. Rodeghero, do PPG em História da UFRGS, no segundo semestre de 2011.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e Professor Colaborador do Colegiado de História da UNIOESTE.

reflete na memória, nos silêncios e nos esquecimentos sobre os aspectos mais variados do regime que se estendeu por mais de vinte anos no país.

Da Lei de Anistia à Comissão da Verdade

Em termos institucionais, o Estado concedeu anistia política aos perseguidos pela Ditadura em 1979. A anistia ampla, geral e irrestrita, a qual foi defendida por certos setores sociais, não foi concretizada. Nela excluía-se alguns daqueles que estiveram envolvidos na resistência ao regime, notadamente os que foram condenados por “terrorismo”. Por outro lado, ela incluía os torturadores, pois estes, ao contrário dos primeiros, não foram passíveis de investigação durante o regime militar. O texto, assim, deixa imprecisões ao dizer que concede anistia àqueles que cometeram “crimes conexos” durante o período militar, mas não explicita o que se entende exatamente por “crimes conexos”.

Alguns questionam a anistia de 1979 confrontando-a com a carta constitucional de 1988, dizendo que não há compatibilidade entre ambas. Recentemente, no entanto, o STF ratificou a lei de anistia, contemplando a sua validade diante do argumento de que haveria necessidade dentro de nossa sociedade em mantê-la, observando o imperativo da “convivência harmoniosa dentro de nossa democracia”. Esta anistia não procurou investigar os crimes cometidos pelos agentes do Estado, nem tampouco decidir sobre eventuais punições por excessos. Nossa Constituição, por outro lado, e em teoria, daria direitos aos cidadãos de conhecer o seu passado, além de assegurar-lhes a justiça.

É sabido que durante o período entre 1964-1985 o Estado brasileiro empreendeu bem mais do que cassações de registros políticos e fechamento de legendas partidárias. Há evidências de intolerável violação dos direitos humanos, em que os casos relatados de tortura, o registro de prisões, sequestros, mortes e “desaparecimentos” dão o tom de como foi conduzido o aparato repressivo do Estado.

Há pouco mais de quinze anos, somente, é que o Estado brasileiro reconheceu oficialmente as práticas que adotara durante aquele período. Assim, em 1995, foi criada a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, cuja atuação ocorre na Secretaria de Direitos Humanos. Dentre as suas atribuições, está a tarefa de reconhecer e localizar os assassinatos cometidos pelo Estado. Isto não impediu que o país sofresse pressão da Corte Interamericana de Justiça pela não elucidação e punição dos crimes de tortura, sequestro, assassinato, estupro e ocultação de cadáver presentes em sua história institucional recente.

Essa situação é motivo de constrangimentos ao país, que há alguns anos reivindica assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, e necessita demonstrar que tem maturidade política e institucional suficientes para integrá-lo. Diante desta premissa, somam-se diversos elementos e “exigências”, os quais passam pelo desenvolvimento social do país, integração e colaboração com seus países vizinhos e com os países pertencentes à ONU, além do reconhecimento dos excessos cometidos pelo Estado no que tange à responsabilidade de crimes políticos e violação aos direitos humanos.

No ano de 2011, por iniciativa do Governo Dilma, foi enviado ao Congresso Nacional para apreciação o projeto que cria a Comissão da Verdade, que tem o objetivo de investigar os crimes cometidos durante um longo período (1946-1988), o qual abarca a época da Ditadura Civil-Militar. As ações efetivas da construção do projeto foram feitas no ano anterior, em 2010. O texto passou pela aprovação das Forças Armadas antes de chegar ao Congresso, evidenciando uma preocupação prévia de acordo por parte do governo com os militares, especialmente para evitar maiores resistências quando o projeto chegasse à Câmara Federal.

Na segunda quinzena do mês de setembro, coincidindo com a presença da presidente Dilma em Nova Iorque, para a Assembleia Geral da ONU, foi acelerado o processo de votação objetivando a criação da Comissão da Verdade. A presidente brasileira foi protagonista de uma situação inédita, ao ser a primeira mulher a discursar na abertura da Assembleia da ONU, no dia 22 de setembro. Neste mesmo dia, a Câmara aprovou o projeto para a criação da Comissão da Verdade, sob críticas a respeito da rapidez pela qual tramitou a votação, sem passar por discussão aberta na Câmara.

Quase um mês depois, em 26 de outubro, o Senado aprovou o texto que havia passado na Câmara, criando a Comissão da Verdade sobre violações a direitos humanos. Um dia antes, aprovara a derrubada do sigilo eterno sobre os documentos considerados secretos e ultra-secretos sob guarda das instituições públicas. A rapidez das votações e a insistência do governo para aprová-las, em comum acordo com o Congresso e as Forças Armadas, demonstram uma ampla articulação com interesses políticos mais amplos do que somente a preocupação com os familiares de mortos e desaparecidos e com os perseguidos durante a Ditadura de Segurança Nacional. As pressões internacionais, a necessidade de obter maior espaço político como “nação emergente” e como liderança latino-americana, frente às decisões sobre os rumos sociais e político-econômicos mundiais, também parece estar pesando para a concretização de ações oficiais de revisão do passado.

Os debates sobre a criação da Comissão da Verdade no jornal Folha de São Paulo (Setembro e Outubro de 2011)

A *FSP* veiculou entre os meses de setembro e outubro de 2011 a cobertura sobre a criação da Comissão da Verdade por meio de seus articulistas em notícias informativas, narradas de maneira objetiva e, em geral, pouco detalhada. Além dos noticiários, merecem destaque as opiniões dos colunistas, os quais conjecturavam sobre os prós e contras para a criação da Comissão. Destacamos também um dos editoriais escrito após a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados, o qual reflete a opinião do jornal, bem como uma das cartas de leitores publicada.

Uma questão bastante mencionada nas notícias dizia respeito a oposições quanto ao texto enviado à Câmara por parte de organizações de direitos humanos e certos congressistas ligados à esquerda, os quais cobravam um texto menos condescendente contra agentes da ditadura. De outro lado, setores mais conservadores dentro do Congresso, liderados por Antônio Carlos Magalhães Neto, dos DEMOCRATAS, e outras esferas de oposição ao governo, queriam fazer emendas no texto, argumentando a necessidade da Comissão ser imparcial e apartidária, devendo se garantir essas prerrogativas na redação do projeto de lei. Os membros da Comissão, conforme explicita o texto do projeto, seriam escolhidos pela presidente Dilma Rousseff².

De modo geral, as críticas à redação do projeto original, pouco alterado em relação à sua versão final, enfatizavam o número insuficiente de sete membros do qual se constituiria a Comissão, o período amplo demais para averiguação (1946-1988), em vez de se centrar no intervalo de 1964-1985, além do curto interregno para as investigações, definido em um período de apenas dois anos. Ademais, havia um receio flagrante oriundo

² Segundo os representantes do DEM, o texto que chegou para apreciação na Câmara seria subjetivo quanto aos critérios de escolha – “reconhecida idoneidade e conduta ética”, como aparece no projeto, por exemplo, seriam características pouco objetivas.

da oposição ao governo que diz respeito à preocupação de que a comissão acabe alimentando ações do Ministério Público Federal³.

Para além do noticiário, as colunas de opinião do jornal dão um panorama heterogêneo dos diferentes questionamentos e preocupações quando vistos de um ponto de vista particular. Em seguida, enumeramos algumas opiniões de colunistas, de um leitor e do Editorial da FSP. No final tentamos fazer um balanço das opiniões e selecionamos alguns aspectos delas de modo a contrastá-las com uma reflexão a respeito das noções de memória, esquecimento, ressentimento, reconciliação e perdão.

Em artigo bastante crítico em relação à criação da Comissão, Vladimir Safatle, na sua coluna da FSP⁴, argumenta que a mesma estaria sendo “aprovada a toque de caixa, sem autonomia orçamentária, sem poder de julgar, com apenas sete membros que devem trabalhar por dois anos”, observando ainda que “comissões similares chegam a ter 200 pessoas”⁵. Outras preocupações de Safatle dizem respeito ao temor de incluir militares na Comissão e de que o país estaria indo na contramão do resto do mundo, pois sua tendência é “compreender exigências amplas de justiça como ‘revanchismo’”. Assim, muitos prefeririam nada saber sobre os crimes do passado, porque ainda estariam “intelectualmente associados ao espírito do que procuram esquecer”.

Fernando de Barros e Silva, na coluna Opinião, da FSP, criticou o que chama de “desfecho melancólico” da Comissão da Verdade aprovada na Câmara. É pessimista, dizendo que a Comissão foi criada de forma limitada e tardia, exprimindo o descaso do país pelos direitos-humanos e pelo Estado democrático de Direito. Segundo ele, não há discussão se os que torturaram e mataram em nome do Estado devem ser julgados e punidos, mas sim que a discussão está estagnada na questão de como deve haver o esclarecimento em torno das circunstâncias dos crimes e identificação dos responsáveis pelas mortes e “desaparecimentos”⁶.

Talvez menos pessimista do que os dois primeiros, Jânio de Freitas diz que as principais discussões, como o número de integrantes da comissão e do tempo de sua atuação, não são os principais problemas. Dependeria mais da qualidade das pessoas que farão parte dela, dos recursos humanos e instrumentais de que disponham e de sua representatividade institucional conferida, para si e para sua missão. Lembra que outras comissões estimuladas pelo governo Lula não conseguiram avançar e foram barradas e reduzidas à inutilidade por interferência militar⁷.

Num contraste bem mais otimista, o relator do projeto que votou pela criação da comissão na Câmara, o deputado federal Edinho Araújo (PMDB-SP), no artigo “Luzes sobre a história”, argumenta que a aprovação reforçaria o compromisso com o “restabelecimento da verdade histórica, sem ódio nem revanchismo”. Justifica a investigação do período anterior a 1964 como “essencial” para abarcar “as tensões que precederam o golpe, como a saída de João Goulart e a cassação de parlamentares que resistiram à ruptura institucional”. Ao contrário das críticas apresentadas, acredita que o número de sete membros é suficiente para a comissão, pois comissões similares instaladas em outros países teriam tido estrutura parecida (Chile, com 8 membros, Argentina com 13 membros, Guatemala e El Salvador com 3 e Peru com 12)⁸.

³ No mês de agosto, a subprocuradora-geral da República, Gilda Pereira de Carvalho, enviou circulares aos Estados orientando os procuradores da República a priorizarem ações contra agentes públicos, envolvidos na repressão, desde 1964.

⁴ Safatle escrevia às terças-feiras para o referido jornal.

⁵ “Suportar a verdade”, *Folha de São Paulo*, Opinião A2, 20/09/2011.

⁶ “Lenta, gradual e restrita”, *Folha de São Paulo*, Opinião A2, 24/09/2011.

⁷ “Sem de, não da”, *Folha de São Paulo*, Poder A6, 27/09/2011.

⁸ “Luzes sobre a história”, *Folha de São Paulo*, Opinião A3, 27/09/2011.

Ao contrário das preocupações anteriores, as quais diziam respeito à investigação dos crimes de Estado, a FSP reservou espaço no “Painel do Leitor” para um pequeno texto de João Carlos Gonçalves Pereira (Subtenente da reserva do Exército), em que sua preocupação maior diz respeito aos excessos cometidos pela resistência à ditadura. No texto, João C. G. Pereira insiste que deveria haver imparcialidade na Comissão, e que as pessoas deveriam atuar para “ambos os lados”. Enfatiza os abusos e desrespeito aos direitos humanos cometidos pelas facções de esquerda, ressaltando a importância de se compreender o porquê do movimento instaurado em 31/3/1964 e suas consequências. Segundo ele, há necessidade de sepultar o estigma de “malfeitores” imposto aos militares, devendo-se respeitar a lei de anistia. Assim, do contrário, “prevaleceria o ranço, a vingança e a injustiça, inimigos da reconciliação”⁹.

Ao encontro do argumento de João Pereira, o editorial da FSP também defendeu a manutenção do respeito à lei de anistia de 1979. Alguns dias após a aprovação da Comissão na Câmara, esse editorial argumentava que a investigação sobre os crimes ocorridos na ditadura iria além do que pode pretender um colegiado oficial como estava exposto no projeto de lei. Dizia ser direito do brasileiro conhecer os detalhes das violações aos direitos humanos que marcaram o período do regime militar, mas reconhecia a validade da lei da anistia: “a lei da anistia, estabelecendo as condições irrevogáveis de um processo de transição sem traumas para a democracia, assegura que se possa tratar do tema com sobriedade e equidistância”¹⁰. Além disso, acrescentava que seria pretensão que uma comissão como essa estabelecesse a verdade, observando que “a verdade não é monopólio de nenhum colegiado oficial, por mais imparcial que seja”.

A primeira constatação do contraste entre as opiniões refere-se à questão dos limites da Comissão em termos de investigação e de sua impotência quanto à esfera punitiva. Os primeiros colunistas atentavam para o fato de a Comissão ter tomado este formato pelo desfecho dado às discussões, de ter-se tirado o foco na justiça e colocado a atenção em “como deveria se investigar e por quem”. Do outro lado, podemos notar que a desconfiança em relação à Comissão, ou a um colegiado qualquer, se dá, nas duas últimas opiniões, mais em função do descrédito em investigações oficiais, feitas pelo Estado, ou pela crença de que haveria perigo de “revanchismos”, “ferindo a lei de anistia” e impossibilitando, assim, a “reconciliação”.

A anistia tem sido evocada, muitas vezes, com o sentido de “conciliar/reconciliar”, outras vezes no sentido de “perdoar”, e mesmo carregada da noção de “esquecer”. Os dois primeiros artigos, de Vladimir Safatler e de Fernando de Barros e Silva, refletem o desapontamento com as limitações da Comissão, acreditando que ela não conseguirá romper com o silêncio, diante da dificuldade de ir na contradição do esquecimento acerca dos crimes e responsabilidades do Estado durante o período militar. Seus posicionamentos somam-se às opiniões similares de vários setores da esquerda, de organizações de direitos humanos e de familiares dos mortos e desaparecidos.

⁹ *Folha de São Paulo*, Painel do leitor, Opinião A3, 24/09/2011.

¹⁰ *Folha de São Paulo*, Editorial, Opinião A2, 25/09/2011.



Charge de Benett, *Folha de São Paulo*, Opinião A2, 26/09/2011. Nota-se certa dose de indiferença no trato de tema tão delicado, que exigiria maior sensibilidade do artista em relação aos familiares dos mortos e desaparecidos.

O argumento de que as discussões sobre a Comissão não avançaram sobre o tema de se fazer justiça se colocam em oposição à postura de João Carlos Gonçalves Pereira (Subtenente da reserva do Exército), como apresentamos acima. Para ele, fica clara a preocupação de que a Comissão possa trazer à tona certos ressentimentos que impeçam a convivência cordial que acredita ter-se conseguido com a Lei de Anistia. Essa posição também é referida no editorial da FSP, como descrito anteriormente. Naquele editorial, como vimos, há referência de que a anistia conferida teve como suposto mérito “um processo de transição sem traumas à democracia”.

O elemento de ressentimento é próprio das situações traumáticas. Embora não tenha sido tratado de maneira aberta e dialógica por nosso “processo de transição democrático”, pertence, ainda que de forma mediada, a um leque de prerrogativas presente num certo ideal de democracia. Conforme Pierre Ansart, “o diálogo democrático teria como consequência permitir a expressão das hostilidades e, portanto, sua transformação em reivindicações racionalizadas e o seu abrandamento pela tomada de consciência das oposições de interesses”¹¹. O autor também relaciona a perspectiva democrática à superação do caráter rancoroso do indivíduo. Mas apesar da promessa do ideal democrático apontar para o diálogo como forma de resolução das discórdias e diferenças, as relações humanas são permeadas por disposições culturais e psicológicas bastante complexas.

Dessa forma, elementos como a vingança, a inveja, o ciúme e a rivalidade, estão presentes nos sentimentos das pessoas e, frequentemente, ultrapassam as premissas dos ideais de racionalidades controladas. O trauma, como elemento psicológico, não é contornável com uma simples imposição legal, instituída racionalmente. O rancor criado por uma situação traumática não seria apagado por uma medida assim. Ao contrário, ele permanece vivo, em tese.

¹¹ ANSART, Pierre (2001), “História e memória dos ressentimentos”, in Stella Bresciani; Marcia Naxara (orgs.), *Memória (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 23-24.

Paul Ricoeur nos ensina, em seu *A Memória, a História, o Esquecimento*, que o perdão e a reconciliação não se dão por decreto¹². As feridas não cicatrizam de uma hora para outra, e muito menos são esquecidas. Em nossa sociedade, há evidências de que a reconciliação e o perdão não foram instituídos simplesmente, permanecendo vivo o desejo de justiça, como demonstram os dois primeiros artigos do conjunto apresentado anteriormente. A necessidade de conter o “revanchismo” é o principal argumento dos segmentos conservadores de nossa sociedade para que a lei de Anistia de 1979 seja respeitada, inclusive nas questões que envolvem os silenciamentos sobre o período. Assim, não se fala em justiça, e sim de “vingança”. A disputa verbal, vigente em nosso país, segue este e outros caminhos.

É necessário frisar que o esquecimento não consegue manter-se sem a memória. Se há um esforço para esquecer-se de algo é porque a memória teima em vir à tona. No Brasil, desde a época da anistia de 1979, e mesmo antes, o argumento foi o de que havia pelo menos dois lados em disputa durante o período ditatorial: os militares e seus apoiadores *versus* a resistência. Ambos estariam envolvidos nos chamados “crimes conexos” e, por isso, a anistia foi dada, levando em consideração os “lados envolvidos”. Muitos são os questionamentos sobre este ponto de vista. Para começar, dizer que havia apenas dois lados parece ser um reducionismo do problema, haja vista os diferentes projetos que havia dentro da esquerda e da direita, além dos diferentes momentos em que se constituíram distintos blocos hegemônicos e contra-hegemônicos refletidos nas correlações de forças em disputa na sociedade brasileira.

Como argumentamos anteriormente, uma lei que concede anistia dificilmente pode instaurar, quase que num passe de mágica, o perdão, a reconciliação e, menos ainda, o esquecimento. Perdoar e reconciliar-se até é provável (sem ser de maneira imposta), mas esquecer não é possível, conforme reitera Ricoeur¹³. Nossa anistia esteve longe de cobrar a verdade sobre os acontecimentos da ditadura, não estimulando nem mesmo a sua memória. Para haver reconciliação e perdão, deve estar presente a memória, e não o esquecimento. Embora não haja probabilidade agora de se mudar o que foi decidido pela anistia de 1979, a criação da Comissão promete começar a mudar uma de suas premissas, ou seja, o esquecimento. Talvez, como expressou o editorial da *Folha*, a verdade seja passível de análise, e não será a Comissão que irá decretá-la, mesmo com o intuito de realizar o relatório oficial sobre os excessos do período. Certamente, não seria benéfica, de forma alguma, a sacralização de uma única memória sobre a ditadura, impedindo outras de se manifestar. Da mesma forma, deve-se compreender que a nossa transição democrática, ao contrário do que diz este mesmo editorial, não encerrou os sentimentos traumáticos. Assim, a despeito das críticas que tem sofrido, a Comissão é um passo importante para não

¹² RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 451 a 462.

¹³ Para Ricoeur, “lembrar-se é, em grande parte, não esquecer. De outro lado, as manifestações individuais do esquecimento estão inextricavelmente misturadas em suas formas coletivas, a ponto de as experiências mais perturbadoras do esquecimento, como a obsessão, somente desenvolverem seus efeitos maléficos na escala das memórias coletivas; ora, é também nessa escala que intervém a problemática do perdão, a qual manteremos afastada por tanto tempo quanto possível”. *Idem*, p. 451. Jeanne Marie Gagnebin, resume a reflexão de Ricoeur e complementa o trecho anterior: “[Segundo Ricoeur,] a anistia representa uma ‘incrível pretensão’ de manipulação da memória pública, é uma ‘tentativa pseudojurídica de apagar os fatos’(...)”, “ela constitui em certas situações um mal menor, ela não é nenhuma solução durável, mas só uma pausa para reconstituição posterior do estabelecimento de uma verdadeira ordem político-jurídica. Ela tampouco significa perdão”. GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir & TELLES, Edson (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 181.

perpetuar o esquecimento, cabendo à sociedade brasileira saber avançar daqui por diante nas inúmeras questões delicadas que há a respeito desse momento de nossa história.

Referências bibliográficas

ANSART, Pierre (2001), “História e memória dos ressentimentos”, *in* Stella Bresciani; Marcia Naxara (orgs.), **Memória (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 15-36.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir & TELLES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

FESTIM DEMOCRÁTICO: MOVIMENTOS DE BAIRRO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO RECIFE (1979-1988)

Allan Cavalcante Luna¹

Resumo: Na abertura política vivenciada pela sociedade brasileira, eclodiram inúmeros embates acerca da reformulação do Estado autoritário, e, sobretudo, da necessidade de extensão, tanto de direitos socioeconômicos, quanto da participação política, às camadas mais pobres. Ao levar a ideia de cidadania política a estes grupos historicamente excluídos das instâncias decisórias, a cultura *participacionista* transmuta-se em um elemento central para a resolução dos problemas enfrentados pelas imensas populações urbanas marginalizadas. Almeja-se discutir a atuação destas camadas pobres do Recife, organizadas em Associações de Moradores (AM), durante o desmantelamento da máquina estatal repressiva arquitetada em 1964. Interessa-nos compreender o processo histórico de constituição identitária destas classes populares, ou seja, de que forma a pluralidade de sujeitos e de lugares antropológicos, com situações e experiências compartilhadas, desdobra-se em práticas sociais homogêneas dentro de um campo auto-referenciado como “popular”, articuladas tanto por elementos materiais, quanto por certa unidade de conteúdo discursivo, e revelando-se assim, sujeitos históricos centrais à cena política recifense, a ponto de pautarem demandas materiais (bens de consumo coletivo ausentes no precário cotidiano destas populações), mas também sociopolíticas e eleitorais. Diametralmente, serão analisadas as relações de forças entre faces dos movimentos populares e o poder público municipal no período, sobretudo, durante os anos da administração de Jarbas Vasconcelos, eleito em 1985 pelo voto direto, depois de 21 anos, com o sustentáculo de ampla rede social destes movimentos populares, reinaurando um paradigma de gestão *‘participativa e descentralizada’*: o ‘Prefeitura nos Bairros’.

Palavras-chave: movimentos sociais; periferias; eleições.

Introdução

A primeira questão a ser colocada no centro de um debate sobre ações coletivas e movimentos sociais é a inevitável multiplicidade dos enfoques e das abordagens teóricas e metodológicas a serem levadas em conta nos estudos hoje realizados. A principal discussão está na esfera da formação das identidades e na organização dos grupos sociais envolvidos no processo histórico, ou seja, como acontece a homogeneização desses atores sociais dentro de uma categoria, ou ainda, com se dá a sua constituição enquanto ator coletivo político e social.

O conceito de classe social foi rediscutido pela historiografia em geral, inclusive dentro da literatura marxista contemporânea. Maria da Glória Gonh (1997) dedica uma parte de seu trabalho, ao que ela denominou de Paradigma Marxista de Interpretação, e dentro de tal paradigma de análise se refere a autores específicos, tidos para ela como

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

pertencentes a um grupo neo-marxista, como E. P. Thompson, Hobsbawm e G. Rudé. Segundo a autora, tais estudiosos elaboraram uma releitura de alguns conceitos clássicos do marxismo, tentando adaptá-los a própria nova dinâmica da sociedade capitalista, de maneira a tornar as análises mais complexas e elaboradas. São pensadores que reservam maior espaço para os campos da ideologia, da política e do simbólico, para além das análises estruturalistas de uma corrente historiográfica *economicista*².

Para além de apenas uma análise estruturalista da economia, almeja-se enxergar as ações dos atores sociais, sujeitos históricos, com suas vivências em comum e suas experiências no *fazer-se* do movimento, no *construir-se* da classe, num contínuo processo de câmbio de valores, na elaboração de uma identidade cultural compartilhada e interpretada simbolicamente entre os indivíduos. Assim, são revistas concepções estruturalistas que enxergam a classe apenas como resultado de uma organização social de produção, ou seja, pelo local estruturalmente dado que o sujeito social ocuparia. A política é vista como elemento tão importante quanto à economia na análise histórica, ou seja, a experiência dos atores dos movimentos sociais é, também, fundamental no desenvolvimento do processo das lutas, assim como é a conjuntura socioeconômica em que estes estariam imersos. Em outras palavras, é o ser social quem constrói e determina a consciência:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p 10).

A articulação entre a lógica material e a simbólica é, portanto, essencial na compreensão de movimentos sociais e das formações das identidades coletivas. Como nos diz Gomes, estes pensadores são negam a ação da materialidade, mas é preciso ter em mente que os homens se relacionam com elas – com as circunstâncias, as experiências, e com a própria realidade – sempre a partir de esquemas de representações que variam internamente: “*A consciência não é uma identificação de situações materiais nas quais ela não interfira*” (GOMES, 2005, p.21).

Segundo Doimo, o *ethos* presente no “movimento popular” traçaria a formação de um expressivo campo ético-político, a partir de uma lógica consensual e solidarística, de valores e representações presentes nos movimentos estudados. Ideias como ‘autonomia’, ‘independência’, ‘democracia de base’, ‘ação direta’, dariam suporte e agiriam de maneira a homogeneizar esse “suposto” sujeito teórico e universal.

Nesse viés de construção de campo identitário, é importante também ressaltar a tentativa de conceber a importante ideia de “lugar de moradia” não apenas no sentido geográfico ou espacial do termo, mas, e sobretudo, em relação ao caráter antropológico que lhe é reificado ao longo do tempo, em meio às trocas comunicativas e às construções simbólicas de seus habitantes. É comum no cotidiano das periferias a presença de comunicações interpessoais eficazes e intensas, aquilo que Barbero (1994) conceitua como “sociabilidade vitalizada”. O bairro de periferia, sendo na maioria das vezes construídos

² Segundo Noberto Ferreras (1999), esta corrente teria seus estudos centrados na obra do “velho Marx” (pós-1850), enfatizando fatores econômicos, numa ótica macro-social e ‘mecanicista’ do conflito capital-trabalho, negligenciando o “jovem Marx” do período anterior, e suas análises sobre alienação, consciência e ideologia.

recentemente por diferentes referências culturais de migrantes desalojados de diversas localidades da cidade, e conseqüentemente por tradições coletivas e memórias individuais distintas, é o local onde são arquitetados estes espaços de sociabilidades, onde ocorrem as convivências e as trocas de experiências, onde é construído um novo “lugar”, compartilhado ideologicamente pelos moradores estabelecidos. Todo este processo irá interferir diretamente na criação de uma nova identidade dentro do bairro, de uma nova memória social, e no surgimento de laços de solidariedade entre os moradores, elemento central na emergência, desenvolvimento e organização das lutas ‘populares’ pelas melhorias materiais na localidade.

A ideia de periferia revelava-se aqui não apenas como um lugar específico dentro da urbe, caracterizado pela distância do centro da cidade, e pela pobreza e pela ausência de equipamentos coletivos, “*mas também um local de prática e de formas peculiares de relações de sociabilidade, modos de consumo e lazer, bem como de representações da política*” (FRÚGOLI, 2005, p. 142).

Saindo da Lama

Os estudos que têm como objeto a atuação de organizações de moradores em zonas periféricas no Recife indicam que estas começam a se constituir ainda na primeira metade do século passado, em meados dos anos 1930, em bairros então economicamente vulneráveis, como Afogados. Nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 64, as AM já detinham influência política o bastante, no cenário local, para incomodar os vereadores da cidade. Estes, muitas vezes, conjecturavam a perda de espaço com a atuação dessas organizações e com a conseqüente relação mais direta entre os moradores dos bairros pobres e a prefeitura. Dessa forma, acreditavam que seu papel de intermediação entre a população destas localidades e o executivo municipal estava sendo comprometida. No entendimento de alguns membros desse legislativo, na medida em que a gestão de Pelópidas Silveira aproximou das AM existentes, ou até mesmo criou novas e elaborou seus estatutos, a Câmara estaria perdendo sua função política vital de representatividade, especialmente de determinada população alocada num bairro onde um vereador tivesse um forte colégio eleitoral. Dessa forma, percebe-se claramente uma tentativa de construção de um discurso que deslegitimasse as AM, na medida em que se usava o argumento de infiltração comunista do PCB nesses espaços, o que resultaria algumas vezes, inclusive, na atuação repressora da Secretaria de Segurança Pública, que neste momento “*reage às associações fazendo intimidações a líderes do movimento e apreendendo material supostamente subversivo*” (CEZAR, 1985, p.169). Essa reportagem sobre uma discussão na Assembleia Legislativa nos é reveladora:

“O senhor Miguel Arraes contestou [o caráter comunistas dessas associações] e adiantou que se Vieira de Menezes [então vice-prefeito] frequentasse as reuniões mudaria de opinião, ao que Vieira reage levando as mãos ao peito e exclamando: “Deus me livre! Vade retro, satan!”³

No Recife, várias AM pré-existiam ao golpe civil-militar de 64, e sendo assim, sofreram intervenção imediata com regime instaurado em 64. Em bairros construídos após o golpe, como é o caso do Ibura, as AM com suas respectivas diretorias foram ali arquitetadas concomitantemente às construções das comunidades, e colocadas sob a condução de dirigentes ligados aos órgãos oficiais, sendo normalmente pessoas da

³ Diário da Noite em 29/05/1956.

COHAB – órgão responsável pela construção de grandes conjuntos habitacionais populares no bairro, as Unidades Residenciais (UR). Como é possível perceber, o fenômeno das AM não seria nem um pouco novo no Recife. O “novo”, desses movimentos sociais que apontam no cenário local em meados da década de 70, e dentro do qual estão inseridas as AM, se faz *sentir*, sobretudo, pelo clima de liberação em relação ao Estado autoritário, com seus discursos proibitivos e suas práticas repressoras, implantados em 1964. E sendo assim, emergem novamente, agora com a marca da autonomia da sociedade civil a este Estado militarizado.

Já em 1982, por exemplo, é criada a Comissão de Lutas do Ibura (CLI), que congregava algumas dessas AM, especialmente após dois acontecimentos. Primeiro, um amplo debate com constantes mobilizações em torno da importância da não implantação de um aterro energético-sanitário nas proximidades da UR-10, pelos problemas de saúde, ecológicos e ambientais que ali possivelmente eclodiriam. Os debates e as manifestações foram realizados pelos moradores com o auxílio de algumas entidades e de importantes personagens da época. O episódio ficou conhecido como “*A Luta do Lixo*”. O outro acontecimento se refere às mobilizações pela demolição do que ficou conhecido como “*O Muro da Vergonha*”, evento no qual um grande proprietário residente da UR-01 cercou uma praça vizinha a sua casa, um espaço público privilegiado de convivência segundo a comunidade, e os moradores organizados pressionaram pela sua derrubada.

Percebe-se, portanto, que se constrói gradativamente um aglutinamento de forças consideráveis dentro do MPB (Movimento Popular de Bairro) no cenário político local, e no que se refere ao nível mais amplo de organização, este se desdobrará, por exemplo: na FEACA, em 1978; na já citada CLI, em 1982; na *Assembleia dos Bairros*, 1984, posterior FEMEB em 1987, sendo esta federalização a maior e mais comemorada conquista organizacional da época; e em congressos nacionais de outros movimentos organizados que apoiavam as lutas nos bairros populares, como o encontro do MDF em Recife, também nesse período.⁴ Dentro da abertura política vivenciada, as AM retomam as suas ações de reivindicações e mobilizações durante as prefeituras biônicas de Gustavo Krause (1979-1982) e Joaquim Francisco (1983-1985)⁵, e passam então a confrontar-se diretamente com o Estado autoritário, a partir de grandes passeatas no centro da cidade, de comícios, de abaixo-assinados etc.

É dentro desse momento histórico, bastante peculiar e distanciado do período anterior ao golpe, e especialmente durante a administração municipal de Gustavo Krause, que é retomado o discurso *participacionista* e é reelaborado o projeto de aproximação entre o poder público, representando os interesses do Estado, e as AM, representando os novos sujeitos que emergem no período da abertura, o movimento popular. É possível enxergar essa tentativa de reaproximação durante o mandato de Gustavo Krause através do Plano de Desenvolvimento do Recife, instituído pela Lei 14.110, de 28 de dezembro de 1979. Nela aparecem preocupações específicas em relação às áreas onde reside a população pobre da cidade, bem como pela primeira vez, desde o início do regime civil-

⁴ **FEACA**: Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela / **FEMEB**: Federação dos Bairros da Região Metropolitana do Recife / **MDF**: Movimento de Defesa dos Favelados.

⁵ Joaquim Francisco foi nomeado prefeito pelo então governador, eleito em 1982 pelo PDS, Roberto Magalhães. É interessante perceber que, nas manchetes e reportagens do jornal **Folha dos Bairros**, eram constantes as produções discursivas que procuram demonstrar o forte repúdio em relação às prefeituras de Krause e Joaquim Francisco, especialmente a deste último, pelo fato do MPB considerar que sua administração retrocedeu consideravelmente no que se refere à participação política das classes populares, não havendo sequer, segundo os jornais, estratégias de atuação ou mesmo de controle junto às associações.

militar, a questão da participação política desses setores é levantada. No inciso III do artigo 3º, a lei que institui o plano diz:

“ART 3º - A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO RECIFE OBEDECERÁ AOS SEGUINTE CRITÉRIOS: III - Tratamento especial aos aglomerados pobres, visando obter sua reabilitação progressiva, através da implementação de projetos sociais, realizados com a participação ativa das comunidades interessadas” (PCR, 1980).

Enfrentando os urubus

Durante a campanha para a eleição municipal em novembro de 1985 o discurso da participação volta definitivamente a ter centralidade durante os debates. É nesse instante que começa a tentativa de construção de uma autoimagem diferenciada e particular de Jarbas Vasconcelos, enquanto candidato do povo, e não do regime oficial. A sua saída do PMDB, tatua neste partido a marca da continuidade da política oficial do regime em vigor, pela criticada aliança de Sérgio Murilo com antigos personagens do governo local, ligados e indicados pelo governo militar, como o governador Roberto Magalhães, Marco Maciel, Gustavo Krause, e com próprio prefeito Joaquim Francisco. E sua filiação ao PSB, apoiado por Miguel Arraes, será peça chave nesse processo de diferenciação *dos outros*. Em busca dessa legitimação, fez-se necessário que existisse uma perfeita identificação entre Jarbas e o movimento popular que estava nas ruas. Dessa forma, os interesses do “governante popular” teriam completa reciprocidade nos anseios dos setores populares. Como nos elucidava Flavio Brayner:

O governante “popular” é alguém que se apresenta ao povo como uma alternativa ao poder tradicional e que se quer empreendedor de uma continuidade histórica iniciada nos anos 50 e violentamente interrompida em 64. Esta retomada de um processo autoritariamente sufocado, se pode observar nos “slogans” utilizados nas campanhas eleitorais: “A ESPERANÇA ESTÁ DE VOLTA” (Arraes, 1986); “É O POVO DE NOVO” (Jarbas, 1985) (BRAYNER, 1994, p135).

A democracia aparece no início da década de 80, como um valor disseminado pela sociedade, que a transpassa como um todo, após os 20 anos de repressão e autoritarismo do regime civil-militar. E essa é bandeira de Jarbas no período: administrar a cidade conjuntamente com a população, descentralizando sua gestão, a investindo na extensão da participação social às classes populares, como se verá adiante. Vê-se tal estratégia discursiva, por exemplo, no grande comício de Casa Amarela, na fala do próprio Jarbas, através da qual é possível perceber a tentativa de construção de uma imagem na qual as classes populares se veriam espelhadas. Jarbas seria o “seu” governante:

Iniciamos exatamente aqui, em Casa Amarela, a arrancada final para a vitória [...] que não será individual, nem apenas da Frente Popular do Recife. Será a vitória do povo do Recife [...] contra a violência e contra aqueles que não têm compromissos com a mudança. [...] O povo já percebeu a grande farsa da chama Aliança Democrática em nosso Estado. Aqui não existe aliança democrática. Existe é um ajuntamento de

interesses de pessoas distantes do povo e dos problemas do Recife, com vistas a manter suas posições privilegiadas.⁶

Jarbas foi eleito com forte apoio dos movimentos populares, e um considerável contingente de quadros do MPB estava entre esses atores. Configura-se, portanto, um novo momento, diferente do anterior. Não mais seria o tempo do Estado autoritário, tão criticado pelo MPB. Agora a relação se daria com um “governante popular”. O Estado elaboraria propostas como o programa “*Prefeitura nos Bairros*”, dividindo a cidade em regiões político-administrativas e criando novos espaços e canais diretos para *escutar a voz* da população, através das AM e suas federações.

Entretanto, as AM mais combativas demonstraram que vários bairros nunca enxergaram a gestão de Jarbas homogeneamente como aliada ou positiva. Através da CLI, por exemplo, foram realizadas várias passeatas no centro da cidade em direção à prefeitura, que normalmente terminaram em longas e tensas reuniões. Estes encontros entre os moradores do bairro e o prefeito ou seus secretários, traduzem-se em exaltação, cansaço e impaciência dos moradores com as constantes desculpas de escassez de verbas, usadas para justificar a não realização das obras reivindicadas. Dessa forma, se o MPB atuou na campanha que elegeu Jarbas como prefeito de Recife, tal aliança não deve ser simplesmente traduzida como cooptação. Observemos o quadro a seguir.

Denominação	Data	Localidade	Nº de Famílias	Propriedade
Vila da Miséria	Jan/86	Volta ao Mundo	100	Logradouro do Loteamento Novo Caxangá
Asa Branca	Fev/86	Engenho do Meio	100	Terreno do IAPAS
Paixão de Cristo	Mar/86	Apipucos	150	Privada
Conjunto Castelo Branco	Mar/86	Imbiribeira	150	Caixa Econômica Federal
Coca-Cola	Mar/86	Parnamirim	15	Privada
Cavouco	Nov/86	Bomba Grande	22	Margem do Canal
Vila Tamandaré	Nov/86	Areias	10	Prop.Privada
Maria Sampaio	Nov/86	UR 01 – Ibura	18	Escola Municipal
Rio Acima	Nov/86	Ibura	08	Escola Municipal
Visgueiro	Nov/86	Vasco da Gama	180	Escola Municipal
Jornal do Comércio	Nov/86	Casa Forte	03	Área Proj. Recife
Av. Jockey Club	Nov/86	San Martin	08	Logradouro Projetado, já anteriormente ocupado
Coelhos	Nov/86	Coelhos	50	Área da Creche PCR
Vila Arraes	Dez/86	Várzea	150	Privada
Cardeal e Silva	Dez/86	Areias	18	Praça
Cardeal e Silva	Dez/86	Areias	20	Terreno da Aeronáutica

⁶ Jornal do Commercio, **A arrancada final segundo Vasconcelos**, 5/11/1985. Política local, p 6.

Barreira da UR-01	Dez/86	Ibura	60	COHAB
Coelhos	Dez/86	Coelhos	20	Privada
Xuxa	Jan/87	Iputinga	400	PCR – Projeto Recife
Barro	Jan/87	Barro	100	Escola Municipal
Metrô	Jan/87	Barro	20	Metrô – Área Remanescente da PCR
Roda de Fogo	Jan/87	Torrões	400	IPAS
Constituinte	Jan/87	Areias	50	Privada
Imbiribeira	Fev/87	Imbiribeira	20	Logradouro
Canal do Arruda	Fev/87	Arruda	50	Margem do Canal
Fundo de Quintal	Fev/87	San Martin	30	Logradouro / ocupação antiga

Tabela 1- Fonte: Folha dos Bairros, JAN e FEV/87, p. 4.

O MPB, até pelo difícil processo de (re)conquistas das AM das mãos de grupos políticos ligados ao regime militar, primou pela sua autonomia e independência, notadamente em relação ao Estado e a partidos políticos, ao menos nesse momento inicial da ‘democracia’. Tal característica fez com que as suas necessidades fossem elaboradas culturalmente pelos próprios moradores, e as questões de seus interesses fossem as suas prioridades, e, portanto, continuaram em suas ações, reivindicando, cobrando e criticando, inclusive em amplas mobilizações. Não desempenharam papel de meros cabos eleitorais na campanha e na gestão de Jarbas. O quadro acima é especialmente rico em imagens sobre a relação entre o movimento de bairro do Recife e a prefeitura municipal. Sintetiza as ocupações de terras, públicas ou privadas, realizadas em comunidades do Recife durante os anos iniciais da gestão Jarbas. Primeiramente, torna-se clara a continuação do problema da falta de moradia. As duas mil cento e cinquenta e duas famílias ocupantes levantadas nesta pesquisa pela ETAPAS representam esse problema estrutural enfrentado pelas populações dos bairros pobres de Recife ainda nos dias de hoje, imagine-se durante os anos 80. Não é algo novo perceber que as condições de vida mostram-se precárias a todo instante no cotidiano das periferias da cidade. Em segundo lugar, o quadro nos faz pensar que, apesar do apoio massivo do MPB do Recife à candidatura de Jarbas em 1985, essas ocupações realizadas por inúmeras famílias, descontentes com suas situações e impacientes com a política oficial, corroboram a tese da permanência das mobilizações, e não a adesão governista, imobilista. Não se tornaram meros cabos eleitorais, sabiam de suas forças e usavam-na no jogo político. Na relação de forças entre Estado e movimento popular, estas ocupações, mormente as realizadas em terrenos públicos, foram centrais para que se conseguisse expressão social, ao escancarar o problema do déficit habitacional, e ganhos concretos para estas populações.

É possível perceber, portanto, que se o movimento popular lança mão de certa autonomia estatal, construindo uma aliança com o “candidato do povo”, não o faz sem ter em mente a sua posição participativa de cobrança e reivindicação. Ao perceber uma porta aberta no poder público, outrora algo impensável, o movimento popular adentra com uma estratégia negociativa, posicionando-se com sujeito independente e de demandas próprias.

Referência bibliográfica

BARBERO, Martin J. Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación. Sociedade, 5. 1994 In COSTA. Sérgio. **Movimentos Sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 12, n. 35. São Paulo Feb. 1997.

BRAYNER, Flávio. **Discurso, Mito, Governo Popular**. Tópicos Educacionais, Recife, v.12, n. ½, p.131-137, 1994.

CEZAR, Maria do Céu. **As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964)**. Cad. Est. Soc., Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul/dez., 1985

FERREIRA, NORBERTO **Culturalismo e Experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson**. Revista Diálogos, Maringá, v.3, n. 3, p. 309-322, 1999,

FRÚGOLI JR, Heitor. **O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 48 nº 1, 2005.

GONH, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Editora FGV, 2005.

Prefeitura da Cidade do Recife. **Plano de Desenvolvimento**. Recife: PCR, 1980.

THOMSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A REINCIDÊNCIA ANTICOMUNISTA NO GOLPE CIVIL-MILITAR

Ana Karine Braggio¹

Resumo: O objetivo deste sucinto artigo é mostrar que não é possível reduzir o êxito do golpe civil-militar de 1964 à explicação de que adversários civis de Goulart tenham conquistado a simpatia dos militares, pois, há interferências de curto, médio e longo prazo na formação da ideologia do anticomunismo, tanto entre os civis, como entre os militares. Assim, as mais conhecidas motivações civis e militares de curto prazo, tais como a quebra da hierarquia e da disciplina, o caos social, problemas econômicos, a corrupção e a comunização da nação, não podem ser consideradas únicas justificativas para a efetivação da ditadura de 1964. É preciso considerar outras questões, tais como, de médio prazo, a influência e interferência das teorias doutrinárias da Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, que nos cursos destinados a civis e a militares trabalhava com as teorias de ameaça de guerra interna, também conhecida como guerra subversiva ou guerra revolucionária. E, de longo prazo, as estratégias adotadas pelo governo de Getúlio Vargas, que na década de 1930, se equipou através da criação de ministérios, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de leis, como a Lei de Segurança Nacional e, de nova constituição para conter qualquer ameaça de ordem política a seu governo, apesar de naquele momento ainda serem insignificantes as reivindicações trabalhistas e estudantis, por exemplo.

Palavras-chave: anticomunismo; golpe civil-militar; ditadura 1964.

Quando o assunto é a ditadura militar brasileira, apesar das divergências entre os que a consideram um golpe ou uma revolução, todos concordam que os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, foram conturbados e decisivos para a estrutura presidencial e para a democracia brasileira. Ao se questionar como os inimigos do Presidente João Goulart conseguiram expulsá-lo do país, Skidmore, professor e pesquisador norte-americano de história brasileira, aponta que a explicação mais imediata é a de que os adversários civis de Goulart tenham conquistado a simpatia dos militares, unindo forças para garantir o golpe (SKIDMORE, 1988, p.21-2). Porém, os militares já não alertavam sobre a ameaça dele assumir o poder desde a renúncia de Jânio Quadros?

Quando Quadros renunciou à presidência, os ministros militares manifestaram-se no sentido de impedir a posse de Goulart, então vice-presidente, argumentando que seria um risco ter um Presidente, que em sua vida política, apoiou greves e expressou admiração por países com regime comunista (SANFELICE, 1986, p.18-9). Neste período o coordenador dos conspiradores no interior das forças armadas foi o general Castelo Branco, enquanto chefe do Estado-Maior do Exército, permitindo que tais acusações a

¹ Doutoranda em Educação pela UEM. E-mail: anakarinebraggio@hotmail.com

Goulart estivessem “[...] contidas em um memorando que circulou nos quartéis de todos os Estados brasileiros e sustentavam que o Presidente devia ser deposto antes que suas ações (nomeações de militares, decisões financeiras etc.) enfraquecessem a própria instituição militar” (SKIDMORE, 1988, p.22).

Fato é que, os militares expressavam ações e ideias anticomunistas desde períodos bem anteriores ao dia do golpe de 1964. Elas foram marcas da estrutura desenvolvida na Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, segundo assistência norte-americana e francesa. Os cursos ministrados nesta escola eram frequentados por civis e militares que eram doutrinados à teoria da guerra interna, também chamada de guerra subversiva ou revolucionária, que passou a ser questão preocupante com a guerra fria e com a teoria da possibilidade da União Soviética realizar um ataque indireto ao país. Com a Revolução Cubana, no final da década de 1950, estas teorias, ganharam atenção ainda mais especial. O medo de ameaça também vinha “[...] dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações dos trabalhadores rurais, do clero, dos estudantes e professores universitários [...]” (SKIDMORE, 1988, p. 22), que, segundo os militares, precisavam ser neutralizados.

Porém, podem ser encontrados indícios do anticomunismo antes da fundação da ESG, especificamente desde o governo de Getúlio Vargas. Na década de 1930 se tornou marcante a preocupação de interceptação da polícia a qualquer agitação proletária, mesmo que esta ainda possuísse um potencial insignificante². No governo provisório, Vargas iniciou a concentração de poderes no Estado Federal, reduziu o sistema político de coronelismo e a corrupção que o acompanhava e, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para satisfazer e controlar as possíveis futuras aspirações e anseios das classes trabalhadoras. Assim, “[...] a ‘questão social’ não deveria mais ser considerada ‘um caso de polícia’; deveria agora ser ‘resolvida’ mediante concessões de parte da nova elite política, antes que as pressões de baixo pudessem forçar mudanças mais básicas” (SKIDMORE, 1983, p.33).

A preocupação do governo com o controle social também atingiu os estudantes, que passaram a ser financiados através do Ministério da Educação, após mostrarem seu potencial organizativo no II Congresso Nacional dos Estudantes. Este evento realizado em 1938 é um marco da União Nacional dos Estudantes (UNE), que além de conseguir o apoio econômico do governo, ao qual se interessava pela organização para mantê-la sob controle através das negociações e concessões, elegeu sua primeira diretoria responsável por coordenar e encaminhar as resoluções definidas nos debates do Congresso, e atuar em prol a intervenção estudantil na realidade brasileira (SANFELICE, 1986, p.11-2).

Basicamente, pode-se dizer que o governo Vargas já estava prevenido a organização dos trabalhadores. Por isso se equipou através dos ministérios, de leis e de nova constituição para conter qualquer ameaça a seu governo ditatorial. Foi somente a partir do ano de 1934, sob influência da Europa, que os movimentos, tanto da direita como da esquerda se radicalizaram. Na política partidária tivemos uma facção do Partido Comunista organizando-se num movimento de frente popular chamado Aliança Nacional Libertadora (ANL), que conseguiu agrupar grande número de constitucionistas e sindicatos trabalhistas perplexos com a formalização do novo sistema político, garantido através da Constituição de 1934. Porém, antes da ANL estar definitivamente organizada, em 1935, o Congresso Nacional, cada vez mais conservador, debatia as necessidades de reprimir as ameaças políticas subversivas, em resposta as manobras que Vargas já vinha realizando

² Por exemplo, no ano de 1932 houve uma rebelião organizada pela sociedade civil chamada de Revolução Constitucionalista que emergiu em São Paulo, onde eram exigidas eleições imediatas. Porém, as classes trabalhadoras permaneceram relativamente indiferentes (SKIDMORE, 1983, p.37).

“[...] desde fins de 1934 para desacreditar o crescente movimento de frente popular, com base no fato de ser liderado pelos comunistas” (SKIDMORE, 1983, p.42).

Um mês após a publicação da plataforma da ANL publicou-se a Lei de Segurança Nacional (LSN), registrada como Lei Federal Nº 38 de 4 de abril de 1935. Nela estabeleceu-se a definição de crimes contra a ordem política e social. No artigo primeiro e segundo do capítulo um, esta lei alerta que “tentar diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da Republica, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida” e se opor “[...] diretamente e por fato, à reunião ou ao livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União” é considerado crime de ordem política.

Esta lei não inibiu o Presidente honorário da ANL de discursar contra o governo Vargas, apontando a necessidade de uma revolução de massas da esquerda, para que o Brasil pudesse ter um governo popular, verdadeiramente revolucionário e anti-imperialista. Em resposta, oito dias depois, a polícia invadiu o quartel-general da ANL apreendendo documentos comprobatórios de que o movimento era controlado por comunistas e financiado do exterior. Líderes esquerdistas foram presos e a ANL, sob ordem do governo, deveria permanecer fechada por seis meses (SKIDMORE, 1983, p.42-3).

Este evento seguido pela ação da polícia amedrontou o Congresso, seus membros da classe média e da agricultura e alguns dos delegados sindicais. Que então deram ainda mais voto de confiança a Vargas, estando prontos a lhe entregar poderes especiais. Assim, o governo ampliou os poderes da LSN aprovando três emendas constitucionais, que davam poderes ao Presidente sob os funcionários públicos e sob os militares (SKIDMORE, 1983, p.43-4).

Vargas continuou com suas manipulações para permanecer na presidência sem realizar as eleições que legalmente deveriam acontecer em 1937, articulou uma soltura de presos políticos para mostrar a ameaça, que se concretizou com as lutas de rua, reforçando seu discurso da violência antidemocrática; fortaleceu juntamente com o Ministro da Guerra e com o Chefe do Estado-Maior do Exército, que defendiam um regime centralizado e autoritário, os exércitos em cada Estado para serem capazes de neutralizar e isolar as ameaças se necessário; e tramou um documento que supostamente seria um plano comunista para uma revolução esquerdista. Assim, Vargas e seus aliados conseguiram a suspensão dos direitos constitucionais (SKIDMORE, 1983, p.46-8).

Com apoio das tropas militares o Congresso foi fechado e Vargas assumiu a presidência seguindo modelos corporativistas e fascistas europeus³, promulgou uma nova constituição “[...] dando a si mesmo poderes autocráticos e prevendo um plebiscito para dentro de seis anos, a fim de escolher um Presidente”. Os partidos políticos foram abolidos e o Congresso foi definido como aparelho inadequado. Estava assim, instaurado o golpe do Estado Novo⁴, como forma de garantia da Segurança Nacional, objetivando o bem estar social e o nacionalismo econômico (SKIDMORE, 1983, p.50-2).

Como se vê, a ideologia anticomunista fora implantada e adubada por estratégia do governo Vargas, que supostamente estava protegendo o povo brasileiro. Sua tática foi tão bem elaborada que mesmo tendo governado autoritariamente em regime de ditadura até 1945, Vargas conseguiu ser eleito por voto popular e direto para Presidente em 1951 permanecendo até 1954. Em sua campanha eleitoral, fez diversas alianças que refletiram na

³ Modelos especialmente de Portugal e da Itália (SKIDMORE, 1983, p.50).

⁴ “Em suma, o Estado Novo era um Estado híbrido, não dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente” (SKIDMORE, 1983, p.54).

escolha variada de seus ministros⁵. Ao assumir a presidência deparou-se com um país diferente do que havia governado no Estado Novo: “[...] o duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana” (SKIDMORE, 1983, p.111), fazendo a sociedade brasileira estar estruturada com maior nitidez de classes. Porém, estas ainda não tinham consciência de classe.

Nos inícios da década de 1950 a questão do desenvolvimento passou gradativamente a ser parte dos interesses políticos, definindo cada vez melhor as diretrizes econômicas e sociais do país, crescendo a nitidez das classes, necessitando-se mais uma vez da LSN. Promulgada em 1953, esta centralizava o controle da sociedade civil nas mãos do Estado, apesar da Constituição de 1946 legitimar a “[...] garantia a liberdade de manifestação do pensamento, de consciência, crença e de defesa mediante qualquer acusação [...]” (IPÓLITO, 2009, p.15). Fato, que comprova que o período não foi exatamente democrático, havendo um pluralismo político, pois ao mesmo tempo em que a Constituição garantia a liberdade de manifestação do pensamento, havia vigilância, repressão e cassação (IPÓLITO, 2009, p.129).

Em meio a este sistema de vigilância, a nação passou a ser a justificativa de toda ação, e psicologicamente o controle foi internalizado nos cidadãos impulsionando o sentimento nacionalista. E todo discurso carregado de caráter socialista, comunista ou integracionista era tido como uma ameaça ao Estado.

Juntamente com a nitidez das classes, cresceu também a inflação e a taxa de câmbio. E a necessidade de medidas anti-inflacionárias, ou seja, de estabilização, foi um dos fatores que levaram Vargas a modificar seus ministros em 1953⁶. O importante e novo Ministro do Trabalho era João Goulart, um petebista do Rio Grande do Sul. Essa mudança foi um indício de que Vargas decidira posicionar-se a favor dos trabalhadores, a fim de expandir e fortalecer o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como um instrumento político, após tê-lo tratado com certo grau de indiferença, principalmente após o ministro anterior também petebista ter pedido demissão ainda em 1951 (SKIDMORE, 1983, p.147).

Com a nomeação de João Goulart, Vargas mostrava, contrariamente a toda sua estratégia anterior, que “[...] abandonava a sua cautelosa atuação e estava em condições de delegar poderes a um político que tinha a reputação de colaborar com os comunistas e outros líderes operários militantes” (SKIDMORE, 1983, p.148). O que também o colocava como temeroso de perder o controle da situação ao crescente radicalismo de esquerda, que despertou pela campanha em favor da nacionalização da Petrobrás⁷.

E quem foi Goulart neste momento? Segundo Skidmore (1983, p.149), Goulart tinha interesses políticos particulares ao defender os trabalhadores, já que em momento algum havia sido um operário e experimentado qualquer tipo de problema que estes enfrentavam. Pelo contrário, era um membro privilegiado da elite: um fazendeiro de gado das terras gaúchas. Fato que seus oponentes políticos, principalmente a UDN, utilizavam para tachá-lo de demagogo oportunista “[...] que desejava subir ao poder na crista da onda de agitação ‘sindicalista’ [...]” (SKIDMORE, 1983, p.159).

⁵ Os ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica eram militares, enquanto os outros Ministérios foram distribuídos entre civis dos partidos políticos que de algum modo o auxiliaram nas eleições (SKIDMORE, 1983, p.110-1).

⁶ Porém, nenhuma medida anti-inflacionária foi adotada, pois significaria uma desaceleração do desenvolvimento.

⁷ Vargas buscava emancipação econômica com a criação da Eletrobrás e da Petrobrás. A esquerda expressava seu ponto de vista, exigindo que ambas fossem inteiramente nacionais, sem participação estrangeira.

No seu primeiro discurso depois de nomeado, Goulart afirmou ter conhecimento da desconfiança que certos setores políticos tinham contra si, e garantiu que isso não o faria desviar-se de seus postulados democráticos e que a campanha anti-Jango não o atemorizaria. Assim, também foi alvo dos ataques anti-getulistas, sendo inclusive apelidado de “chefe do peronismo brasileiro”⁸ pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 1954. Ataques que foram reforçados quando, no dia 22 de fevereiro de 1954 (uma semana após ser apelidado) apresentou seu relatório sobre o salário mínimo. Como temia a direita pelos rumores que ouvia, a proposta era um aumento de 100% (SKIDMORE, 1983, p.159-67).

Como se vê, não é possível reduzir o êxito do golpe civil-militar de 1964 à explicação de que adversários civis de Goulart tenham conquistado a simpatia dos militares. Pois, como visto pelos fatos históricos, há interferências de curto, médio e longo prazo na ideologia do anticomunismo.

Referência bibliográfica

IPÓLITO, Verônica Karina. **É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SKIDMORE, Thomas. As Origens da Revolução de 1964. *In: Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸ Recebeu este apelido ao ser acusado pelos grupos conservadores de pretender implantar no Brasil uma República Sindicalista, assim como o presidente da Argentina, Perón, apoiou os trabalhadores e ampliou os direitos trabalhistas.

DUAS HUMANIDADES QUE SE CRUZAM: A QUESTÃO INDÍGENA E OS GOVERNOS MILITARES (1964- 1985)

Ana Maria Barros dos Santos¹

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisa realizada no jornal OPINIÃO, principal representante da Imprensa Alternativa, forma de jornalismo que circulou no Brasil, no período de exceção que vigorou no país durante os governos militares (1964/1985). Os jornais da Imprensa Alternativa se tornaram emblemáticos na denúncia das questões sociais, políticas e econômicas do período ditatorial no país. O problema enfrentado pelas populações indígenas, atingidas das mais diversas formas pela política desenvolvimentista do período em foco, tema de debate nos jornais alternativos e na imprensa internacional, é o objetivo do presente artigo.

Palavras-chave: imprensa alternativa; questão indígena; ditadura militar brasileira.

Logo após o golpe militar que derrubou o Presidente João Goulart, a imprensa nacional, ou melhor, a mídia em geral, passou a sofrer um processo restritivo ao exercício da sua liberdade de expressão. Com a Lei de Imprensa de 1967, os meios de comunicação ficaram proibidos de divulgar qualquer notícia que viesse a denegrir a imagem de figuras ligadas ao governo militar. Qualquer órgão da imprensa que teimasse em publicar tais notícias seria passível de apreensão, independentemente de mandato judicial.

A partir de 1968, com a edição do Ato Institucional No. 5, o AI-5, as citadas restrições tornaram-se mais intensas. Até as correspondências dos jornais passavam a ser censuradas. Instalava-se assim, a censura prévia. Mais tarde, com a Lei de Segurança Nacional, qualquer órgão que incorresse em “crime contra a segurança nacional”, teria a sua circulação suspensa por 60 dias e, os responsáveis por tais órgãos, se persistissem na transgressão, estariam passíveis de processo e sujeitos a penas que chegavam até 12 anos de prisão.

A população, por sua vez, era preparada ideologicamente no que se referia ao papel da Imprensa. A “penetração do comunismo”, que já havia sido utilizado como forte argumento para o golpe de 1964, servia agora para justificar a Censura à Imprensa, sob a acusação que a mesma “facilitava” a penetração do comunismo no país.

Tais resoluções do governo militar vão trazer como consequência, o fato de que, uma maioria dos grandes jornais, acabaram por se acomodar à imposição de uma censura que passa a ser feita de forma progressiva e cuja tendência era asfixiar a Imprensa brasileira por largo período. Assim, a chamada “grande imprensa” passa a ter como tarefa, “descrever o mundo”; o exercício de uma visão crítica e consciente, que poderia ajudar a transformá-lo, é esquecido, diante dos resultados positivos que uma Imprensa verdadeiramente descomprometida com a informação teria, no seu relacionamento com o

¹ Professor Associado do Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Estado que representava o poder, naquele momento histórico.

Nesse contexto, de censura e de cerceamento das liberdades democráticas, surge no Brasil, no final da década de 1960, jornais com proposta divergente á daqueles representativos da grande imprensa, ou seja, uma forma de jornalismo independente sem compromisso com os grandes anunciantes. Essa condição daria aos jornais uma grande independência econômica, podendo almejar paralelamente, uma independência política.²

Assim, surge a **Imprensa Alternativa**, que passa a ter como características principais: o formato tabloide, grande quantidade de charges, além de uma ampla oposição ao regime militar. Os “alternativos” vão ter como seus leitores os estudantes universitários, intelectuais, artistas, etc. Alguns desses jornais passariam a desenvolver um estilo satírico, do qual o representante mais expressivo foi **O Pasquim**; outros, um estilo ensaístico ou analítico, como o **Opinião** e o **Movimento**, que circulavam semanalmente e com distribuição em todo o país.

A riqueza de conteúdo dos jornais citados permite ao estudioso do período, uma gama de informações e análises que, como fontes, não podem ser ignoradas. Assim, o interesse do nosso trabalho/pesquisa, recai, inicialmente em verificar como o Jornal **Opinião**, nas suas páginas, chamava a atenção dos seus leitores para a questão indígena, problema que se agudizou durante o período que queremos chamar atenção: o Brasil dos governos militares.

O Jornal **Opinião**, assim como outros alternativos, foi importante nesse momento ao divulgar nas suas páginas, matérias que denunciavam o terror vivido pelas populações nativas no Brasil, como resultado da política expansionista, levada a efeito pelos governos militares, através do Plano de Integração Nacional (PIN), que previa a construção de rodovias na região. O **Opinião** denunciava que, tais notícias, chegavam a ser destaque de primeira página em jornais internacionais, como o **Observer**, inglês e o **Le Monde**, francês.³

A atuação dos irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Villas-Boas, frente à causa indígena, era frequentemente destacada, tanto pelos jornais alternativos, como pela imprensa estrangeira. Em junho de 1971, os citados irmãos chegaram a ser capa do suplemento a cores do jornal **Observer**, com matéria que dava grande destaque ao seu trabalho no Parque Nacional do Xingu. O envolvimento dos irmãos Villas-Boas com a causa indígena, principalmente a partir da criação da **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**, em 1967, órgão que veio substituir o **Serviço de Proteção ao Índio (SPI)**,⁴ foi, principalmente, no sentido de envidar esforços, junto ao Governo Federal por uma política

² A independência almejada pelos jornais alternativos seria, por exemplo, o não comprometimento com os grandes anunciantes. Como é sabido, há uma prática corriqueira do grande capital no que diz respeito a influenciar diretamente a política editorial dos jornais que sediam seus anúncios, no sentido de imporem os seus interesses.

³ “Em Tempo”, “O Pasquim”, “Coojornal”, “Reporter”, “Opinião”, “Movimento” são exemplos de jornais da Imprensa Alternativa. Os dois últimos, no entanto, tiveram grande destaque, uma vez que, a crítica ao regime vigente estava sempre respaldada em padrões científicos, assim como, nos seus artigos, tinham como preocupação discutir todos os aspectos presentes em uma formação social.

⁴ O SPI nasceu com o nome de **Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN)**, em 20 de junho de 1910, como órgão do Governo Federal com autoridade de intervir nos problemas que envolvessem as causas dos povos indígenas. O SPI estava subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo autoridade para investigar denúncias de ocupação e tomada de terras indígenas, como por exemplo, o processo envolvendo os KAIGANG e GUARANI, em São Paulo, para o qual foi constituído o Dr. José da Matta Cardim como advogado. (FREIRE, 2011, p. 11-18). No dia 16 de junho de 1967, quase toda a documentação do SPI, arquivada nos sete andares do edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília, foi destruída por um incêndio. O incêndio, tido como suspeito, destruiu quase 60 anos de história indígena.

de proteção dos povos indígenas, contra possíveis intromissões nas áreas pioneiras nos parques e reservas a eles destinados. Os irmãos entendiam que, dentro da política protecionista governamental, os índios deveriam ser preparados, para agirem como grupos étnicos independentes, que pudessem vir a ser integrados á sociedade e á economia do país.⁵

Esse engajamento com a causa do indígena foi despertado quando, em 1943, os irmãos Villas-Boas, ainda muito jovens, participaram da Expedição **Roncador-Xingu**, iniciativa proposta pelo governo Vargas. A Expedição, narrada em livro por Orlando e Cláudio, passou dez anos fazendo contato com vários povos que habitavam o Alto Xingu e que, segundo depoimento dos autores, viviam nas mesmas condições que viviam, em meados do Séc. XIX, quando foram contatados em 1884, pelo etnólogo alemão Karl von Steinen, quando esteve no Brasil observando os indígenas daquela região (VILLAS-BOAS, 1973).

A experiência que tiveram nessa Expedição vai fazer com que cheguem à conclusão de que os indígenas brasileiros estavam “*completamente indefesos, diante das doenças infecciosas que contraíam, em contato com colonos que habitavam a região, levando muitos à morte*” (*Idem*).

Diante dessa constatação, os Villas-Boas resolvem permanecer na região, em dedicação à causa indígena. Paralelamente iniciam um processo de reavaliação da história e das consequências da política indigenista, até àquela data praticada no Brasil. Para eles, o Governo Federal deveria providenciar um local seguro, sob a forma de parques e reservas, que preservassem os indígenas do contato, que se mostrava tão maléfico para os mesmos. Gradativamente, esses indivíduos iriam se integrando à sociedade, sem muitos riscos à sua sobrevivência, sendo as suas identidades étnicas e estilos de vida preservados.⁶

A ideia do primeiro parque indígena do Brasil, vai se concretizar em 1952, com a criação do **Parque Nacional do Xingu**, no Mato Grosso, resultado de solicitação conjunta, através de documento ao Governo Federal, assinado por vários intelectuais brasileiros, dentre os quais, o antropólogo Darcy Ribeiro, o Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim, Heloisa Alberto Torres, além de Orlando Villas-Boas.⁷

A exploração e colonização da Amazônia foi outro tema tratado pelo **Opinião**, em uma das suas edições. Dessa vez o jornal vai dar voz à Igreja, “*único setor social do país, que se arrogou o direito de opinar*”, segundo Marcel Niedergang, do **Le Monde**, sobre o atual modelo político de uma maneira ‘flexível’ e com uma firmeza engrandecedora. No seu número 9, de 1 a 8 de janeiro de 1973, o **Opinião** vai mostrar a preocupação de um setor da Igreja – a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o que poderia ocorrer com a Amazônia, a medida que fosse implementada, a sua exploração e colonização, juntamente com a construção de uma grandiosa rede de estradas e novos

⁵ A outra linha de pensamento dentro da FUNAI provinha ainda da política desenvolvida pelo SPI, que entendia que os grupos indígenas deveriam ser integrados ao desenvolvimento do país, como força de trabalho ou como produtores de mercadorias, cada povo integrado na sua região, numa visão da expansão dos povos indígenas como campesinato rural (OLIVEIRA, 1972).

⁶ Essa posição foi defendida por Cláudio e Orlando Villas-Boas, em artigo intitulado “Saving Brazil’s Stone Age Tribes from Extinction”, publicado na revista National Geographic Magazine, de setembro/1968 (DAVIS, 1978, p. 76).

⁷ As terras do Parque não ficaram isentas das invectivas do poder privado, na forma de companhias e especuladores imobiliários. Dois anos após a assinatura do documento, 75% da área separada para a composição do Parque, mais de 6 milhões de hectares, havia passado com a conivência do governo do Mato Grosso, para as mãos do capital privado. Campanha realizada na mídia pelos Villas-Boas e o SPI, faz o Governo Federal pressionar o do Mato Grosso, a anular os títulos de terra concedidos (SPI,1955 apud DAVIS, 1978, p. 78).

núcleos de povoamento, conforme planos do governo militar.

O artigo, assinado por Genilson Cesar e Waldecy Tenório, informa que, documentos como **Unidade e Pluralismo da Igreja**, de 1972, propunham “*uma identificação não só com as alegrias e esperanças, mas também com as tristezas e angústias de todos os homens de todos os tempos*” (OPINIÃO, 1973). Assim como as **Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia**, a carta pastoral do Bispo de São Felix do Araguaia, declarações de Bispos, estudos e análises elaborados em órgãos ligados á CNBB, demonstravam as preocupações de que pelo menos parte da Igreja no Brasil, “*eram bem mais que figuras de retórica*” (*Idem*). Nesses documentos ou mesmo em reuniões, tanto os índios como os posseiros em luta com as empresas agropecuárias, eram sempre alvos da defesa dos religiosos. Em reunião realizada em Santarém, Pará, em maio de 1973 foi discutida a questão das prioridades da incorporação da Amazônia ao desenvolvimento. Era uma preocupação dos bispos e prelados daquela região, que esta nova realidade oferecia ao homem amazônico. Nas linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia, eram salientados uma série de pontos:

antigas e novas marginalizações; estruturas inadequadas, importadas ou opressivas; desenvolvimento econômico feita contra o próprio homem; violação dos direitos básicos, como a posse da terra; injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos; divulgação publicitária que, as vezes, altera o enfoque da situação real (OPINIÃO, 1973, p. 4).

Naquele momento histórico, vê-se um setor importante da Igreja que não quer ficar alheio a esses desajustes. Daí que tem a intenção de adotar um plano de ação na tentativa de minimizar essas distorções. Especialmente quanto a problemática indígena, pela qual a Igreja se considera historicamente responsável e, em face da atuação da FUNAI, das missões protestantes e do avanço das frentes pioneiras, ela não hesitou em sair na defesa dos direitos dessas populações, direitos estes garantidos pela Constituição. Dessa forma, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) apresenta ao Congresso Nacional um anteprojeto do Estatuto do Índio elaborado em reunião dos prelados em Cuiabá, Mato Grosso, no dia 12 de agosto de 1973.

Nesse anteprojeto estava previsto a “*garantia da posse permanente das terras ocupadas pelos índios, seu direito ao trabalho sem discriminação e a exploração pelos próprios indígenas das riquezas naturais de suas terras*” (OPINIÃO, 1973, p. 4). A ação pastoral da Igreja começou nesse momento junto aos indígenas a ser reformulada, a partir de sugestões apresentadas pela prelaquia de Mato Grosso, cujos padres achavam que “*a Igreja não devia impor aos índios o cristianismo, uma vez que eles já possuíam sua própria religião*” (OPINIÃO, 1973, p. 4). A Igreja deveria, ao contrário, dar apenas o seu exemplo de vida cristã:

Nem por motivos de evangelização, nem por motivo do chamado desenvolvimento e integração nacionais pode alguém, honestamente, desintegrar o índio. Um povo cuja terra não é respeitada deixa de ser reconhecido como um povo. Todos os desapaixonados estão concordes em afirmar que existiu e existe o etnocídio dos índios, pelo menos toda a destruição dos caracteres básicos de um povo e, por extensão, seu próprio desaparecimento físico. Numa etapa posterior, não podemos continuar admitindo a persistência desse etnocídio.

Está certo que, por mentalidade errada em certas épocas históricas, por falta de preparação teológico-sociológico-antropológico de certos missionários e, às vezes, simplesmente por falta de senso comum,

também a Igreja foi culpada, e ainda o é, dessa desintegração dos povos primitivos. Felizmente, talvez um pouco tarde é verdade, todos nós estamos mais conscientes do problema e nos sentimos mais responsáveis por ele (OPINIÃO, 1973).

Tais palavras foram ditas em depoimento ao Jornal **Opinião** por Dom Pedro Casaldáliga, bispo alinhado com a posição desses novos setores da Igreja. Dom Casaldáliga foi o autor da carta pastoral **Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social**, em 1971.

É do conhecimento de todos que existem leis que dizem respeito à proteção das terras indígenas. Tais leis, no entanto, nunca foram respeitadas. Nunca protegeram os índios e seus territórios, que foram sendo confiscados ao longo da história, com o apoio de políticas que sempre menosprezaram seus direitos à propriedade da terra.

“*Os índios não podem atrapalhar o caminho do progresso*”, já dizia o Ministro Costa Cavalcante, em 1973, expressão denunciada pelo **Opinião**.

Fontes

Jornais

JORNAL OPINIÃO, No. 9, de 1-8/01/1973.
No. 11, de 15-22/01/1973
No. 14, de 5-12/02/1973.
No. 15, de 12-19/02/1973.
No. 16, de 19-26/02/1973.
No. 17, de 3-11/03/1973.
No. 18, de 5-12/03/1973.
No. 20, de 19-26/03/1973.

Referência bibliográficas

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. **Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90**. São Paulo: CEDI, 1991.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011, 11-18.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EDUSP, 1977.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1972.

_____. “Relatório de uma investigação sobre terras em Mato Grosso”. *In*: **SPI, 1954**. Rio de Janeiro, 1955, 173-84.

VILLAS-BOAS, Orlando e Cláudio. **Xingu, os índios, seus mitos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NO ORÇAMENTO DO POVO EM TOLEDO - PR

Ane Barbara Voidelo¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar os limites da participação do cidadão no orçamento do povo no município de Toledo - PR e da forma que o gestor se utiliza deste espaço como estratégia para legitimar seu poder, considerando o discurso e linguagem utilizada, bem como a indicação dos representantes comunitários e análise do desenho institucional do Orçamento do Povo. Para esta análise é importante considerar o critério de escolha dos representantes das comunidades, sua intencionalidade, e buscar empreendê-lo por meio de estratégias que estão ao seu alcance. Não se trata, no entanto, de fixar-se apenas no empoderamento dos agentes, mas demonstrar como é utilizado o espaço como estratégia política do gestor.

Palavras Chave: Limites, Participação, Cidadão

Os limites da participação do cidadão no orçamento do povo no município de Toledo é um debate que pressupõem algumas questões que transitam sobre um dispositivo que ordena as experiências e produz e se reproduz no espectro da democracia participativa. Para esta análise é importante considerar o engajamento desses agentes que participam das reuniões, sua intencionalidade e buscar empreendê-lo por meio de estratégias que estão ao seu alcance (PEIRANO, 2006). Não se trata, no entanto, de fixar-se apenas no empoderamento dos agentes, mas de analisar o papel dos representantes comunitários como fundamental para estratégia política do gestor de legitimação de poder.

No caso do município de Toledo - PR, para executar o Orçamento do Povo são agendadas plenárias em 34 organizações comunitárias (O.C), as quais foram divididas pelo setor de assuntos comunitários da prefeitura. As organizações comunitárias são formadas e referenciadas por bairros e localidades. Para cada O.C são convocados todos que moram na localidade e são indicados cinco representantes para definir as prioridades de investimento do recurso e a fiscalização de sua aplicação (TOLEDO, 2010). Estes representantes comunitários são indicados pela Assessoria Comunitária da Prefeitura do Município de Toledo, por serem pessoas ligadas as bases políticas do gestor ou funcionários do referido órgão, após a indicação são referendados pela comunidade presente na plenária do Orçamento do Povo. Este grupo de 05 (cinco) membros se reúne antecipadamente para definir as prioridades de compra de equipamentos e obras nos espaços públicos, elegendo assim, as prioridades da comunidade.

Os cidadãos são convocados a assinar uma lista de presença e colocar seu número de registro geral. O discurso do gestor é de que o valor destinado a cada comunidade será proporcional ao número de assinaturas (TOLEDO, 2010). Este discurso colabora para que exista certa pressão dos agentes comunitários por presença massiva de cada comunidade. No momento da plenária, o cidadão somente participa até o momento da assinatura de

¹ Assistente Social, Mestranda em Ciências Sociais, Docente esp. do curso de Serviço Social Unioeste –Pr.

presença, também em algumas O.C podem ler quais são as prioridades, mas em todas as reuniões não pode questioná-las, pois não há momento de discussão.

Em alguns bairros de Toledo, onde a presença da população era massiva, foi constatado uma breve apresentação de prestação de contas dos anos anteriores, porém com justificativas de algumas não aplicações de recursos. Todas as falas do assessor comunitário, o qual ministrava as reuniões dependiam de quem estava presente (público da comunidade) e estava composto de intencionalidades no discurso.

A atuação dos representantes das organizações comunitárias frequentemente excede as fronteiras da democracia participativa e, portanto, daquilo que se imagina como o protótipo do agente político idealizado pelos modelos mais ortodoxos de democracia que se pretendem inovadores em relação ao modelo deliberativo. Em outras palavras, é preciso explicitar, desde logo, que não existe um único sentido para a atuação na democracia participativa, sendo importante captar e discutir essa diversidade. Além de serem participantes assíduos e dominarem as regras do processo, os representantes das comunidades estão no centro da atividade de mediação entre os cidadãos a quem eles supostamente representam e o Estado (ABREU, 2005). Neste artigo é referenciado especificamente às agências do governo municipal. O espaço de mediação é bastante amplo, evidentemente, e a ele corresponde um repertório diversificado de estratégias de ação. Contudo o que se observa é que os representantes indicados são pessoas da base política do prefeito ou funcionários da máquina administrativa.

A articulação é uma palavra de uso corrente entre os representantes, seja como verbo, adjetivo ou substantivo. A articulação está distante de ser uma prática ilegítima, obviamente. Todavia, a importância que ela adquiriu atualmente sugere, por um lado, uma notável aproximação entre a democracia participativa e a convencional e, por outro, uma intensa mobilização nos bastidores, o que não só contraria dados e valores do legítimo ou correspondente modelo de Orçamento Participativo de Porto Alegre, como coloca em xeque a transparência das tomadas de posição, já que são representantes que são indicados pela própria prefeitura (ABREU, 2005).

Devido a esta forma de indicação dos representantes e referendo pelos cidadãos, não há reuniões para acompanhar o processo, até porque em poucas reuniões foi questionada pela população a aplicação dos recursos e quais critérios foram utilizados para definir as prioridades de cada organização comunitária.

As observações mais apuradas, realizadas por pesquisadores que permanecem em campo tempo suficiente para constituir suas próprias redes de informantes e acompanhar uma gama variada de eventos, dão conta de um conjunto de práticas pouco edificantes para uma democracia que se pressupõe alicerçada em princípios tais como a transparência, o interesse coletivo, a qualificação do debate, o diálogo e a educação para a cidadania.

Para argumentarmos sobre uma definição de regras do jogo e participação de agentes políticos, buscamos refletir sobre como é construída a linguagem destes espaços, que são abertos ao público para sua participação, mesmo que esta seja de forma limitada, e ainda assim são construídos diálogos para que pareça democrático (ABREU, 2005).

De acordo com Abreu (2005), como tudo nesse mundo, a linguagem está vinculada à divisão que o meio social opera e estabelece como duas “realidades” distintas. De um lado, os aspectos que a teoria política reconheceria como “institucionais”, ou seja, as regras pertinentes ao funcionamento das seguintes instituições: Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados; regras estas estabelecidas pela Constituição Federal, pelos regimentos internos, pelos diversos tipos de resoluções e por outras tantas leis, bem como os argumentos utilizados para falar destas instituições ou a partir delas. Por outro lado, aquilo que, da perspectiva dos que participam dos espaços democráticos, estaria “de

fato” acontecendo uma efetiva participação do cidadão nas decisões do órgão gestor, e que acontece, o mundo de trocas, acordos, compromissos e interesses que pode se esconder atrás de portas fechadas — “nos bastidores”, como se diz.

[...] a incapacidade de construir uma articulação totalizante que contenha, simultaneamente, as regras da instituição e as práticas cotidianas a partir das quais ela se reproduz, justamente porque o sistema social tem vivido essa separação ontogênica entre a dominação a autoridade, o direito e a posse a imanência, a prática. (ABREU, 2005).

Conforme Abreu (2005), a face mais evidente do fenômeno é a distinção radical que o meio social opera entre a linguagem utilizada nos contextos regulados pelo regimento interno e pela norma jurídica e a linguagem empregada nos bastidores: são três maneiras completamente diferente de expressão, quanto ao vocabulário, à postura e à intimidade. Nos bastidores, onde acontecem os acordos, as negociações, as trocas, os argumentos e os interesses que não são visíveis para o grande público, as conversas são coloquiais, soltas e freqüentemente se usam gírias ou palavrões. Esses dois aspectos do fenômeno político constituem-se, portanto, efetiva e analiticamente, de duas linguagens distintas quanto às regras, aos efeitos, à eficácia e aos contextos sociais nas quais se aplicam.

De acordo com Abreu (2005), “para os que vivem a política como atividade cotidiana, são os bastidores que servem para caracterizar o que, segundo sua experiência, é o político ou seja nos bastidores está toda a criatividade, a política de verdade”. Isso nos coloca diante da seguinte dificuldade: não é possível descrever o que esconde o silêncio no circuito fechado de circulação das palavras. Há palavras que não são para nós ouvirmos. Sobra ao antropólogo registrar a troca das palavras naquilo que ela tem de mais acessível. Como resultado, o mais importante e fundamental para os participantes desse mundo está além das nossas possibilidades objetivas de coleta de dados. A dificuldade só encontra solução no plano do método. A alternativa está, em certo sentido, presente nestas considerações que levam à afirmação factual de que em política, seja na linguagem regimental, seja na linguagem dos bastidores, as palavras têm usos, são instrumentos, ferramentas na antropologia, a constatação já se encontra em Malinowski 1930.

No caso do Orçamento do Povo no município de Toledo, sua implantação foi na gestão do Partido Progressista em que o desenho institucional não permite a população participar das decisões de prioridades de aplicação dos recursos. O Orçamento Participativo implantado neste município recebe outro nome semelhante, ou seja, Orçamento do Povo, para desmontar o argumento de democrático do adversário de esquerda e descrita com cópia da experiência de Porto Alegre ou Belo Horizonte ou de outra cidade referência na implantação deste orçamento, mas é feito de modo em que a população participe até um limite de noção de participação, ou seja, não sendo permitida a decisão de aplicação dos recursos e o gestor continua legitimando seu poder através das suas bases políticas que possuem cargos e integram a comissão indicada que define as prioridades do orçamento nas comunidades (AVRITZER, 2002).

A questão participativa da população no processo de construção está historicamente ligada a práticas clientelistas e iniciativas da comunidade que não reconhece o patrimônio público como seu, portanto pouco reivindica os modelos impostos pelo gestor de participação, deixando estes espaços de conselhos, fóruns entre outros considerados atualmente o avanço da democracia, em espaços pouco aproveitados para conflitos e participação, sendo assim, dando espaço para a corrupção e não priorizando a necessidade real das comunidades (AVRITZER, 2002).

Outra tensão enfrentada pelo Orçamento do Povo é no momento da sua implantação, em que a população passa a decidir sobre os gastos das rubricas de equipamentos e obras e retira a atribuição da câmara de vereadores que muitas vezes utilizava este poder para compra de votos e cumprimento de compromissos políticos feitos às comunidades que tiveram numero expressivo de votação. Quando é decidido e legitimado pelo orçamento participativo, pressupõe que a população votou e aprovou à aplicação do percentual destinado a estes gastos e não caberia aos vereadores revisão desta deliberação. Portanto este espaço é tensionado para que esta população que participa do orçamento legitime uma decisão do gestor, visto que na câmara muitas vezes este gestor seria questionado e até barrado pela oposição em algumas das suas proposições (AVRITZER, 2002).

Nas experiências bem sucedidas de Orçamento Participativo no Brasil, a coletividade se organiza e decidem quais os projetos, investimentos ou novas demandas serão realizados. O Processo de elaboração e discussão do orçamento é realizado pelas comunidades e revela o controle e a transparência do gasto público, já que depois de cada orçamento é feita a aplicação do recurso e a prestação de contas das deliberações feitas nas audiências. A sociedade cobra soluções para o serviço público e transparência no processo quando o governo busca ser eficiente em suas ações (AVRITZER, 2002).

Diante disso, o orçamento participativo relaciona de uma forma singular a ampliação da participação e o estabelecimento de critérios de justiça no processo de deliberação e mostra que as formas institucionais da democracia não são fixas e que novas experiências são necessárias para que questões polêmicas recebam um tratamento adequado. Também mostra que as soluções para as questões centrais com as quais a democracia lida, muda de acordo com os diferentes cenários políticos. No caso brasileiro, a falta de capacidade de pressão da população e a distribuição desigual dos bens públicos em nível local são algumas das questões com as quais as formas fixas da democracia não são capazes de lidar de forma adequada (ABREU, 2005). “A concepção elitista da democracia que avalia o sucesso ou insucesso da democracia a partir unicamente das praticas das elites é pessimista quanto ao futuro da democracia no Brasil” (AVRITZER, 2009).

As velhas práticas de fato implicaram a rearticulação do clientelismo, a ineficiência administrativa e a rivalidade das elites, sendo assim, para manter essa lógica e ainda a influência neoliberal, os gestores se utilizam de estratégias e artifícios para continuar manipulando e legitimando seu poder até mesmo nas instâncias de participação popular, onde teoricamente valeria o consenso dos cidadãos (SAHLINS, 2007).

Abreu (2005), explica este fenômeno a partir do conceito de poder. A assimetria repete-se na maneira pela qual o poder e a troca são pensados na literatura. O caso do poder não precisa de grandes exemplos: o seu uso enquanto categoria central do político se dá em diversos ramos das ciências sociais e humanas. Com isso o autor não quer dizer que os acadêmicos e os participantes da política tenham em relação ao conceito de poder a mesma atitude, mas ambos o elegem para elaborar o significado da dimensão política. Já a troca é percebida de outra maneira. Quando se fala dela na política, geralmente o discurso assume o caráter de uma condenação moral; em parte, porque a troca é englobada por outros conceitos, como o “coronelismo” e seu irmão gêmeo, o “clientelismo”. A partir deles, ela é percebida como a herança de um passado longínquo, arcaísmo destinado pela evolução social que contém doses desiguais de esperança, ideologia e análise acadêmica.

Curiosamente, neste aspecto, a literatura, isto é, parte dela, nada mais faz do que repetir com maior sofisticação a mesma condenação do senso comum ao, como se diz, “toma lá, dá cá” ou à “lei de São Francisco: é dando que se recebe”. A consequência disto é que, ao mesmo tempo em

que se aponta a centralidade da troca, esconde-se a sua real dimensão (ABREU, 2005).

E ainda conforme o autor, através do discurso os políticos tem uma capacidade de transformar a realidade dando uma imagem de democrático e de aberto a participação do cidadão, porém desenvolvem desenhos institucionais de participação que cerceiam e limitam a participação de grupos.

Os políticos podem defini-lo de maneiras diferentes, como a capacidade de transformar a realidade naquilo que você habitualmente nem imagina possível, isto é, como o exercício de uma vontade soberana capaz de submeter a tudo e a todos ou, ainda, como a influência que um dos agentes tem sobre os outros. Em alguns casos, o poder simplesmente quer dizer visibilidade ou a diferença qualitativa em relação àqueles que o cercam. Em certos contextos, significa a capacidade de representar o todo, incorporar esse papel em face de diferentes agentes; em outros, que o mundo gira ao seu redor (ABREU, 2005).

No caso do Orçamento do Povo, um estudo etnográfico pode dar respostas que permitam compreender a maneira como os grupos populares brasileiros vêm incorporando certos valores canônicos da democracia participativa como a solidariedade, o diálogo, o debate, o poder e a negociação, o respeito ao contraditório, a possibilidade de aprender com os outros, entre outros, a partir das experiências que lhe são peculiares. Nesse caso, creio que ainda há muito por ser descrito, afinal os grupos populares seguidamente não se conformam à idéia de delegação ou de abstenção. Eles também não podem ser rotulados de passivos, ingênuos e interesseiros, como certas epistemologias os percebem, mas tampouco são passíveis de romantização, como se a democracia participativa pudesse se desenvolver entre eles sem obstáculos (ABREU, 2005).

Os orçamentos participativos, em suas diversas matrizes, fazem parte das iniciativas visando romper com a abstenção e a delegação, na medida em que criam mecanismos visando ampla participação dos cidadãos na gestão dos bens públicos, esgarçando as fronteiras da governabilidade legalista e exclusivista que a democracia representativa concede a alguns poucos privilegiados (SAHLINS, 2007).

Quaisquer que sejam os limites e os problemas em relação ao Orçamento do Povo em Toledo, é preciso considerar a distância que separa o ideário da democracia participativa e de suas formas concretas de realização. É fato que ele criou ao longo dessas quase duas décadas um novo espaço político, conquanto o predicativo de novo não se aplique a tudo o que acontece no Orçamento do Povo. As bem-sucedidas estratégias visando amenizar os entraves à participação dos leigos na política contribuíram para tornar o Orçamento Participativo porto-alegrense uma referência internacional em termos de superação da democracia convencional, embora a questão da representação continue sendo uma das mais interessantes a ser investigada, afinal a representação implica a concessão e a apropriação de agência e, portanto, fluxo de poder (ABREU, 2005).

Ainda que o Orçamento Participativo seja seguidamente tomado como uma alternativa às mazelas da democracia representativa e da política convencional, nota-se através da atuação de representantes que existe uma ruptura apenas parcial, contudo, no caso de Toledo, os representantes das O.C.(s) são líderes cooptados pelo gestor de diversas formas, portanto os aspectos democráticos livres de participação não acontecem na prática.

Isso não depõe contra o Orçamento Participativo, em hipótese alguma, apenas exige que ele seja percebido como parte da dinâmica da política, aproximando-se ou

distanciando-se das formas tradicionais de maneira mais sutil do que a bibliografia tem apontado até o presente (AVRITZER, 2002).

Pensar a democracia participativa em perspectiva contextualizada, segundo a maneira como ela é vivida concretamente, o que produz um diálogo por vezes tenso com certos pontos de vista que a tomam como um devir e, portanto, um instrumento de fabricação das consciências. Mesmo que o Orçamento Participativo tenha perdido um pouco de seu charme original, ele continua sendo um espaço privilegiado para a compreensão de como são tensionados os valores essenciais atinentes à democracia e à política, não importando suas adjetivações.

Referência bibliográfica

ABREU, Luiz Eduardo. **A troca das palavras e a troca das coisas:** Política e linguagem no congresso nacional. São Paulo, Artigo apresentado a Revista Mana, Ed 11ª, 2005.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____, Leonar. **Modelos de Deliberação Democrática:** uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: Santos, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa, 2002b.

_____, Leonardo & NAVARRO, Zander (org.). **A inovação democrática no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

PEIRANO, Mariza. **A Teoria Viva:** e outros ensaios antropológicos, RJ, Editora Jorge Zahar, Ed., 2006.

SAHLINS. Marshall David. **Cultura Prática.** Rio de Janeiro, 2º Ed, Editora UERJ, 2007.

LITERATURA E AS REPRESENTAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA EM “DEBAIXO DA PONTE PRETA”, DE DALTON TREVISAN

Antonio Rediver Guizzo¹
Maíra Soalheiro Grade²

Resumo: O ensino de Literatura no Ensino Médio tem contumazmente privilegiado a historiografia literária, optando por ensinar aos alunos dados biográficos dos grandes autores e características gerais dos períodos literários. Essa forma de ensino relega a um plano secundário as relações sociais representadas nas obras literárias e, por vezes, afasta os alunos do contato mais restrito com as próprias obras literárias, optando por um ensino centrado em resumos e quadros sinópticos. No entanto, a grande riqueza da literatura enquanto obra de arte é o trabalho com a palavra e a representação da realidade social em que está escrita. Neste sentido, o presente trabalho pretende discutir os métodos de ensino de literatura e apontar para a necessária conciliação entre as disciplinas de Literatura, História e Direito. Para tal fim, investigar-se-ão as relações de poder representadas no conto “Debaixo da Ponte Preta” de Dalton Trevisan, narrativa que conta a saga de Ritinha, adolescente negra e pobre que é violentada por vários homens quando ia visitar a sua irmã, e que pode ser ponto de partida para a discussão sobre o espaço da mulher em uma sociedade que mantém fortes resquícios do patriarcalismo. Pretende-se discutir, ainda, como a violência de gênero contra a mulher se verifica no Direito e no julgamento dos casos de estupro no Brasil.

Palavras-chave: Literatura, Poder, Violência

Toda obra de arte é um diálogo aberto estabelecido entre a subjetividade de um autor e as condições socioculturais e naturais da época e local na qual é produzida. Não é apenas o estilo de um autor ou a estética de um período literário que determinam a *mimeses* que constituirá uma obra. Os aspectos socioculturais e históricos, as particularidades geográficas e as formas de socialidade também refletem nas escolhas lexicais e nas eleições sintáticas, semânticas e estilísticas. Conforme afirma Antonio Candido (2004), os elementos externos agem de tal forma sobre a obra artística que acabam exercendo importante papel na constituição da estrutura e, conseqüentemente, tornando-se, elementos internos desta mesma obra.

Para Antônio Candido, a literatura tem função humanizadora, isto é, a capacidade de confirmar a humanidade do homem, e desdobra-se em três funções. A primeira é a função psicológica, funcionando como resposta a necessidade universal de ficção e fantasia do homem, aparente desde formas mais espontâneas como a anedota, a adivinha, o trocadilho, até um nível complexo como o poema, o conto, o romance, e ainda a fita de cinema, radionovela, fotonovela, história em quadrinhos, telenovela surgidos a partir dos meios de comunicação da imagem (CANDIDO, 1999, p. 83).

¹ Doutorando em Literatura, UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ.

² Pós graduada em Ciências Penais, ANHANGUERA – UNIDERP.

Além disso, Candido, citando Bachelard, aponta para o “laço entre imaginação literária e realidade concreta do mundo” (CANDIDO, 1999, p. 84), mostrando que “as criações ficcionais e poéticas podem atuar de modo subconsciente e inconsciente, operando uma espécie de inculcamento que não percebemos” (CANDIDO, 1999, p. 84). Esta é a segunda função: formativa. No entanto, a formação que a literatura possibilita não é a formação da pedagogia oficial, não é restrita aos conceitos de Verdadeiro, Bom e Belo, definidos conforme os interesses dominantes. “Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica, ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, — com altos e baixos, luzes e sombras” (CANDIDO, 1999, p. 84). Para Candido, a literatura possui uma poderosa força de iniciação na vida, não corrompe nem edifica, traz livremente o bem e o mal, e por isso humaniza.

A terceira função é a função social, por meio da qual a literatura transmite valores e hábitos dos diversos segmentos da sociedade. Conforme Candido, a autonomia de significados da obra literária “não a desliga de suas fontes de inspiração no real, nem anula sua capacidade de atuar sobre ele” (CANDIDO, 1999, p. 87), ela possibilita o conhecimento do mundo e do ser, representa a realidade do espírito, da sociedade e da natureza.

Neste sentido, o artigo pretende refletir sobre a interdisciplinaridade possível entre Literatura, História e Direito a partir do questionamento sobre o abuso sexual da mulher no conto “Debaixo da Ponte Preta” de Dalton Trevisan.

No conto “Debaixo da Ponte Preta”, de Dalton Trevisan, publicado em *O vampiro de Curitiba* (1998), narra-se a história de Ritinha da Luz, dezesseis anos, negra, empregada doméstica que, após sair do emprego, decide ir à casa da irmã Julieta, localizada atrás da Ponte Preta. No caminho, é abordada por três soldados que a levam à força para um matagal adjacente à linha férrea e, lá, é espancada e violentada pelos três elementos, representantes da autoridade constituída, e por mais três ou quatro indivíduos. Ritinha é encontrada pelo guarda-civil Leocádio, que a conduz à delegacia.

Narrativa impactante, visceral, retrato cruel da violência urbana, por meio de um estilo de escrita próximo ao de inquérito policial, apresenta a versão dos participantes em um jogo polifônico, colagem de depoimentos nos quais as vozes contrapõem-se e dialogam, não havendo um narrador que apresente a “verdade”.

Nelsinho de Tal, menor, treze anos, estudante, na noite de vinte e três, conversando debaixo da Ponte Preta com seu primo Sílvio e dois rapazes, deparou três soldados e um paisano atacando uma negrinha, a qual foi atirada ao chão, em seguida desfrutada pelo civil e, por causa dos gritos, tinha um casaco na cabeça. Ele chegou-se meio desconfiado. Depois do paisano, a vez dos três soldados e, afinal, a de Nelsinho, seguido de Antônio (TREVISAN, 1998, p. 77).

O narrador, tal um escrivão de polícia, “coloca no papel” concisamente os diversos relatos dos personagens sobre a violência sofrida por Ritinha. Na passagem acima, por um recurso retórico consciente e criativo, semelhante a um discurso indireto livre, a voz de Nelsinho mescla-se à voz do narrador, depreendendo-se do fragmento, superposta à descrição do narrador, a tentativa da personagem de eximir-se da culpa pelo ato praticado. E é esta técnica de compor o conto que permitirá desvelar os meandros da violência praticada contra Ritinha, não apenas a violência física, mas as relações sociais e os preconceitos que nela se envolvem. Em outros momentos, o narrador, ao lado da superposição das vozes dos agressores, da testemunha e do guarda-civil, desdobra-se e participa ativamente da narrativa, relatando elementos desconhecidos.

No enlace de vozes, destacam-se preconceitos, ideologias, valores morais e desigualdades que, conflitantes ou em uníssono, denunciam a “hipocrisia patética que se aninha nas relações entre os seres humanos em luta pela vida” (FORTES; ZANCHET, 2007, p. 188). Ainda, revelam as sinuosidades da violência que se calcam num imaginário execrável sobre a mulher, ainda perceptível contemporaneamente.

O narrador, na versão de Ritinha, relata: “A menina nunca tinha visto os homens, não sabia a que atribuir o assalto. Nem qual foi o primeiro, agarrada e derrubada, a cabeça coberta” (TREVISAN, 1998, p. 77). Alfredo diz que Durval abordou a menina e que esta, de livre vontade, dirigiu-se a um mato adjacente. Durval conta que a menina gostara do seu cabelo loiro e de seus olhos azuis e, de espontânea vontade, foi com ele. Pereira relata que os três abordaram e conversaram com a menina e Alfredo a acompanhou, com os outros dois soldados mais para trás; ela quis dinheiro, mas não tinham, mesmo assim deitou-se com os três, momento em que chega o fogueira Miguel e diz que ela, como foi com os praças, deveria deitar-se com ele também. Ritinha negou-se e foi violentada. Sílvio conta que ela consentiu deitar-se com os três soldados, porém negou-se a deitar com Miguel, que a violentou com ajuda dos demais. Miguel conta que viu uma “vagabunda” relacionando-se com três soldados, quis participar e ela negou ofendendo seu brio de homem; com a ajuda dos soldados tentou violentá-la, porém não conseguiu devido ao seu estado de nervosismo.

As versões divergem, entretanto, chama a atenção nas diferentes narrativas é a ideia de Ritinha sentir-se atraída pelo soldado loiro. Rita, em sua versão, diz que, por ter tido o rosto coberto com um casaco, não identificou ninguém; porém, entre os demais relatos, o soldado loiro a seduziu, e não a violentou. A violência veio do fogueira Miguel, “moreirão”.

Há no imaginário destas personagens, o paradoxo entre o europeu civilizado e a “barbárie” das demais civilizações. Não há superioridade econômica entre os partícipes, as características físicas europeias de Durval são subterfúgio para uma versão plausível de defesa.

Além disso, calcada no preconceito racial, surge a visão da mulher negra como objeto sexual passível de ser desfrutado, oriunda da relação social escrava/senhor. Resquício de nosso modelo colonizatório, a mulher negra suscita, no imaginário social, uma visão permeada de erotismo. Darci Ribeiro, referindo-se ao comércio de mulheres negras, traz passagem exemplar: “Tratava-se de negrinhas [...] que alcançavam altos preços, às vezes o de dois mulatões, se fossem graciosas. Eram luxos que se davam os senhores e capatazes” (RIBEIRO, 1995, p. 163).

A figura da mulher negra como desfrutável encontra seu anverso na imagem do homem dominador, que impõe suas vontades por meio da coação ou da violência direta. “A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista” (RIBEIRO, 1995, p. 121).

Persiste, ainda, uma mesquinha concepção de que o feminino é, geralmente, responsável pela violência sexual por ser considerado sedutor e provocante.

Tal concepção foi utilizada inclusive no Direito durante muito tempo. Várias decisões – proferidas em um passado recente – impunham dúvidas com relação ao depoimento das vítimas de estupro. Era comum que Juízes constassem, em suas sentenças, expressões como “a vítima possuía comportamento pouco recomendável”.

Se a mulher que foi vítima de estupro tivesse um comportamento entendido como inadequado ou promíscuo, o Juiz poderia encará-la de modo diferenciado, como que recebendo uma parcela de culpa pela violência que sofreu.

A ideia de que a vítima possa ser “culpada” por um crime de estupro simplesmente por usar roupas justas, ser liberal com relação à sexualidade ou transitar pela rua no período noturno, é absurda. Estupros sempre ocorreram – em todas as épocas, em todas as culturas, e com todos os tipos de mulheres.

Utilizando-se do entendimento dominante em nossa Justiça até há pouco tempo, um caso como o narrado no conto “Debaixo da ponte preta” provavelmente não teria seu desfecho em uma sentença de condenação dos acusados. No conto, cada um dos acusados conta uma história diferente sobre o episódio da ponte preta; um deles inclusive afirma que a relação sexual com um dos acusados foi consentida pela vítima. Este fato, somado à circunstância do local ermo onde a vítima se encontrava, poderia levar ao descrédito o depoimento da vítima “Ritinha”, inocentando os responsáveis pela terrível violência sofrida pela menina de dezesseis anos.

Atualmente, entretanto, as sentenças em processos de estupro passaram a conceder grande relevância ao depoimento da vítima, quando este testemunho está em consonância com as demais provas produzidas no processo. Isto porque os crimes contra a liberdade sexual geralmente são cometidos na clandestinidade, em lugares ermos e no período noturno; em regra distante dos olhares de possíveis testemunhas. Exigir a prova testemunhal praticamente impossibilitaria a condenação dos acusados.

O que precisa ser reconhecido pela sociedade e pela Justiça é que a mulher deve ter seu livre-arbítrio sexual protegido, independentemente de qualquer análise subjetiva de seu comportamento.

É certo que houve uma evolução no tratamento jurídico dado à vítima dos crimes de estupro. Entretanto, o preconceito de gênero ainda está muito arraigado em nossa sociedade, e ainda se observa na Justiça brasileira uma prática que acaba por excluir e oprimir a mulher vítima de estupro.

Outro aspecto relevante na narrativa é a maneira pela qual alguns personagens amenizam a própria atitude. Miguel, o fogueiro, justifica a atitude como resposta a uma afronta moral – a garota pratica relações com os três soldados e ele é preterido. Imerso em uma ideologia fundada em valores patriarcais de família, honra e virilidade, Miguel considera justificável o estupro como reafirmação de masculinidade.

Outra característica patriarcal é a tentativa de atenuar a ação pela proposta de casamento: “Miguel, arrependido do mau gesto, se oferece para casar com a menina” (TREVISAN, 1998, p. 77). A pureza é a maior virtude feminina. A virgindade é o *status quo* que mantém a filha sob a autoridade paterna. Esta mulher, quando casa e depois de consumada a primeira relação sexual, transfere-se, como uma mercadoria, do núcleo familiar paterno ao núcleo familiar do marido. Quando uma mulher é “deflorada” antes do laço matrimonial, o casamento é visto como o único meio de devolvê-la à moralidade de um seio familiar.

Enfim, no conto daltoniano, as representações sociais e culturais da mulher dialogam com a história e com a disciplina jurídica, sendo mais ricamente aproveitado em um trabalho multidisciplinar nas aulas de literatura, possibilitando aos alunos a análise dos elementos interiores e exteriores da narrativa e sua correlação com a contemporaneidade, não usando o texto literário como artifício para a discussão de temas atuais, mas revelando que cada leitura é uma nova compreensão adstrita ao conhecimento de mundo do leitor e suplementada pela história e pelas relações de poder institucionalizadas nas normas de conduta da área jurídica.

Referência bibliográfica

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de males**, Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, Campinas, 1999. Disponível em <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/3560>> Acesso em 10 fev 2013.

_____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T.^a Queiroz, 2000.

CEREJA, Willian Roberto. **Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura**. São Paulo: Atual, 2005.

COULOURIS, Daniella Georges. **A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20092010-155706/pt-br.php>>. Acesso em: 15/08/2013.

FORTES, Rita Félix, & Maria Beatriz Zanchet. **Sabor e saber: o espaço do conto na escola**. Foz do Iguaçu: Editora Parque, 2007.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TREVISAN, Dalton. **O vampiro de Curitiba**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GÊNERO, SEXUALIDADE, DEMOCRACIA E ATIVISMO SOCIAL

Carla Adriana Menegotto¹

Resumo: Este texto tem como objetivos estudar e discutir o quadro de atuação que os Movimentos e Ativismos Sociais LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) vem desenvolvido na atual sociedade brasileira. Pois entendemos que estes grupos sociais lutaram e lutam pela igualdade e respeito à diversidade de gênero e respeito à diversidade sexual. Maria da Glória Gohn ao escrever e dinamizar os movimentos sociais nas últimas décadas do século XXI entendeu que foi neste período que houve uma renovação dos atores sociais e cita como exemplo os movimentos em defesa da diversidade cultural e sexual (GOHN, 2012, p. 9). Ou seja, as lutas e reivindicações dos movimentos sociais ganharam uma nova dinâmica, uma reestruturação e luta por mudanças e direitos civis e sociais, com base nas propostas de uma sociedade democrática e igualitária. Neste sentido iremos estudar e discutir, com base em nosso projeto de pesquisa no programa de Pós Graduação em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática, o processo histórico do século XXI e as lutas dos movimentos sociais da comunidade LGBTT na região do ABC Paulista (São Paulo) e suas lutas e contribuições para o surgimento de algumas Políticas Públicas que tentam abordar as questões e relações de gênero; homofobia; sexualidade e preconceitos, bem como a luta por direitos civis e sociais dentro de uma sociedade livre e democrática.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Democracia, Sexualidade.

Este texto faz parte do projeto de pesquisa no Programa de Pós em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática a qual estamos estudando e discutindo acerca das questões de gênero, educação, movimentos sociais e sexualidade. Neste sentido nos voltamos dentro deste texto para o trabalho e o ativismo dos movimentos sociais, mais precisamente da ONG ABCD'S² (Organização Não Governamental Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual) na região de Santo André – São Paulo.

As discussões que envolvem as relações de gênero, suas categorias e a própria sexualidade se tornaram ao longo dos séculos, objeto de estudo e análise das mais diversas áreas das ciências. Tais estudos se encontram em um debate epistêmico numa tentativa de se chegar a uma definição do que seja a sexualidade e de como ela é formada.

Contudo, mesmo com os mais diversos debates sobre a sexualidade e sua constituição, ao longo desse período foi intrínseca a construção social de atitudes discriminatórias em todas as sociedades, tal construção legitimou a “normatização” dos corpos, no sentido de padronizar as pessoas e seus desejos. Assim, esta construção passou a ser vista como “naturalizada” e única, sob uma ótica determinista heterossexual, machista

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ensino, História e Filosofia das Ciências e da Matemática pela Universidade Federal do ABC. Bolsista da Fundação Federal do ABC. Bolsista pela Fundação Universidade Federal do ABC.

² Os dados completos informações da ONG ABCD'S em Santo André e suas ações estão disponíveis no site: <http://ongabcds.blogspot.com.br/>.

e racista. A “normatização” de tais elementos reforçam os preconceitos e a discriminação que perpassa por todos os campos das relações socioculturais.

Dentro deste quadro, refletimos que o fato de vivermos em uma sociedade múltipla, composta por culturas e identidades híbridas (CANCLINI, 2006), são fatores que geram conflito quando a discussão diverge de uma “normalidade”, principalmente em uma sociedade pautada por valores que seguem uma ótica heterossexual, machista e racista. Nas mais diversas instituições sociais com que a pessoa tem contato seja ela família, escola e religião, são nestes âmbitos que se identificam as questões postas por Canclini, a de uma sociedade de identidades híbridas.

Contudo, dentro de todo o contexto de abordagens que colocamos até aqui, da complexidade das culturas e do tabu em se discutir o corpo e a sexualidade, o fato é que nos âmbitos sociais e das instituições, não se situam fora dos padrões impostos pela cultura heterossexual e normativa.

Nos últimos anos do século XXI os movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais) ONG’s e os ativismos sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis (LGBTT), ganharam maiores proporções dentro do contexto da sociedade, por suas interferências e formação dentro da atuação política, artística, sociais e culturais. Esta marca proporcional de ativismo e protesto perpassa as mais diversas formas de relações sociais sejam os espaços do público ou do privado. Ou seja, ocorre tanto nas ruas (nas passeatas realizadas no mês que ocorrem as paradas LGBTT), ou nos meios de relações e interações virtuais, que podemos considerar como privado. Estas formas de relações criam uma identificação com determinadas causas e reivindicações dos ideais e visões do gênero, suas estruturas, transição e sexualidade. Dessa forma, assumem e constroem, formam e alocam dentro do seu ativismo discursos de pertencimento e de identidade. Maria da Glória Gohn ao escrever e dinamizar os movimentos sociais nas últimas décadas do século XXI, entendeu que foi neste período que houve uma renovação dos atores sociais e cita como exemplo os movimentos em defesa da diversidade cultural e sexual (GOHN, 2012, p. 9).

Ao fazerem uso do ativismo social não somente no público, mas como também no privado, ao utilizarem-se destes mecanismos digitais tais como: os blogs e os grupos das redes sociais, e tornam-se meios para divulgar o seus trabalhos; organizar manifestações e/ou passeatas; divulgar imagens; criam um ativismo político e social que combatem a homofobia e violências de gênero e outras campanhas para o público que se identificam com as causas de cada movimento. Assim, formam-se, criam-se, constroem-se uma memória individual e/ou coletiva através dos novos modos de se organizar dos Movimentos Sociais na era global (GOHN, 2012), pelas novas mídias digitais e culturais do ciberespaço. Ou seja, através destes meios, os movimentos sociais LGBTT também constroem motivações e performances e identidades híbridas através das suas articulações sociais juntamente com as mídias digitais, redes sociais e canais áudio visuais de divulgações, e sua função como mecanismos ativistas em defesa e luta pelos direitos civis e sociais da comunidade LGBTT, forma uma luta por causas de direitos e cidadania às pessoas que são inviabilizadas pela sociedade normativa da heterossexualidade.

Conforme Santos discute em seu texto “(Pós) Feminismos e Diversidades em Performances: Memórias e Oralidades em Desconstrução”, existem espaços que se tornaram privilegiados pela ação destes movimentos. Espaços como a arte e a política, pois estes conduzem para as maneiras de se vivenciar e construir políticas e estéticas de memória, e de cidadania (SANTOS, 2012, p. 08-09).

A formação dos sujeitos e de suas múltiplas identidades sociais são construídas ao longo do tempo e estão em constante transformação, ou seja, as múltiplas identidades não

são estáveis elas são instáveis e mutáveis conforme os seus agrupamentos e rede de relações sociais e culturais ao longo da história de cada sujeito, conforme escreve Guacira Lopes Louro,

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder firmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais (LOURO, 2000, p. 06).

Assim, como estudou Guacira Lopes Louro, existem muitas formas de fazer-se mulher ou homem, existem várias formas de viver prazeres e desejos corporais que são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente. E estas por sua vez são renovadas, reguladas, condenadas e/ou negadas. Desta forma, como a autora coloca desde os anos sessenta, as questões e debates sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero tornam-se cada vez mais acalorado, devido em principal pelo movimento feminista e suas novas estruturas, pelos movimentos de gays e lésbicas, como já colocamos. Em confronto com os movimentos e estruturas conservadoras da sociedade. Ou seja, esse confronto que sustenta identidade e a diferença passou a ser conhecido e debatido como “política de identidades” (LOURO, 2000, p. 5).

Assim, ao pesquisar e estudar a atuação dos movimentos e ativismo da comunidade LGBTT percebemos que estes procuram formar, criar, construir uma identidade dentro da comunidade, ainda que entendamos que as identidades são multifacetadas/plurifacetadas, que elas não são únicas e sim complexas, a intenção de se criar uma identidade dentro da comunidade LGBTT torna-se um meio para criar e demarcar espaços e territórios em que esses sujeitos possam transitar, interagir e construir mecanismos que reforcem a sua atuação e luta por uma sociedade que garanta e legitime a cidadania para todos e todas, ou seja a atuação das ONG's, assim como é da ONG ABCD's é de garantir os espaços para educação, saúde e cidadania³ para o público LGBTT.

Justamente pelo fato de vivermos em uma sociedade de múltiplas culturas, porém, que legitima uma norma, a da heteronormatividade, é que mesmo dentro dos espaços das mídias digitais torna um campo de disputa, de propagação de preconceitos, da homofobia, da lesbofobia. Percebemos esse espaço de disputa de poder e legitimação dos preconceitos

³ Ao falar sobre a cidadania para o público LGBTT estamos nos referindo ao acesso e permanência destas pessoas aos espaços da saúde, da educação e a garantia do uso do nome social em todos os lugares. Além da criação e divulgação de palestras com os temas: Homofobia; Saúde (prevenção do HIV); Disk denúncia homofobia e outros.

ao passar os olhos em comentário feito em imagens e recursos áudio visuais disponíveis nas redes sociais virtuais que tratam de temas como: casamentos entre pessoas do mesmo sexo; adoção de crianças por casais homossexuais; adoção da identidade social por transexuais; “cura gay”.

Vemos dentro dos grupos de ativismo LGBTTT uma identificação com as causas e lutas, a construção do sentimento de pertencimento e reconhecimento entre os pares, não é a toa que vemos a crescente divulgação de imagens que falam dos temas que citamos acima. E essa ideia de identificação e pertencimento à um grupo não se restringe aos gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, mas com heterossexuais que se identificam com as causas e fazem parte destes grupo seja para organizar/divulgar eventos ou para apoiar as causas, que nos remetem ao pensamento de luta pela liberdade e cidadania.

Ao pensar os novos atores sociais da contemporaneidade, vemos essas ações ligadas as lutas por mudanças e justiça social, onde na verdade estes movimentos sociais estão re-significando algumas práticas sociais (da luta por direitos e cidadania), com a incorporação de temas como sexualidade e diversidade sexual (GOHN, 2012, p.12). O quadro que envolve as ações dos ativistas LGBTTT está ligado aquilo que deveria ser estado de direito dentro de uma sociedade democrática, ou seja, a garantia de direitos. Direitos a acesso às diversas instancias da sociedade garantidas pelo poder público independente do gênero e/ou sexualidade.

Referência bibliográfica

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª ed., São Paulo: Edusp, 2006.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs) **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualida. IN – LOURO, Guacira Lopes (org) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. Pág. 4 – 24 (formato digital).

_____. Teoria Queer - Uma Política Pós-Identitária para a Educação. – **IN – Estudos Feministas**. Florianópolis. Ano 9 2.º Semestre 2011. P. 541-553.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **IN – Pro-posições**. V 19, n. 2 (56) maio/ago. 2008.

SILVA, Tomaz Thadeu da (org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

STUART, Hall. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN:- SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: A perspectivas dos Estudos Culturais**. 8.ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008. Pp. 7-72.

UM NOVO PASSADO PARA O CAPITÃO AMÉRICA: ANÁLISE DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS THE AVENGERS NÚMERO 4 E 6 DE MARÇO E JULHO DE 1964.

Carlos Eduardo Boaretto Pereira¹

Resumo: Esse artigo é composto por uma parte das discussões realizadas no terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado que está sendo confeccionada no programa de pós-graduação em História Poder e Práticas Sociais da Unioeste. Proponho neste artigo discutir a tentativa dos editores da *Marvel Comics* de construir um novo passado para o Capitão América nas histórias em quadrinhos do grupo de super-heróis *Avenger*, a partir da edição de número 4, de março de 1964. Esse novo passado renega os lançamentos das revistas do super-herói após o período da Segunda Guerra Mundial, como se as revistas do Capitão América lançadas de 1945 até 1950 e depois as edições de 1954 não pertencessem à biografia oficial de Steve Rogers. Para nós, esta tentativa da *Marvel Comics* de apagar o passado do Capitão América tem um objetivo. Este objetivo é de tentar reconstruir uma memória acerca da Segunda Guerra Mundial, pois em plena Guerra Fria fazia-se necessário anular a importância militar e estratégica do governo da União Soviética na derrota da Alemanha Nazista.

Palavras-chave: Capitão América; Passado; *The Avengers*

Introdução

Neste texto discutiremos o ato da Editora *Marvel Comics* de recriar um novo passado para Capitão América durante a década de 1960. Esse novo passado é uma tentativa da editora de desvincular os lançamentos das revistas do Capitão América após o término da Segunda Guerra Mundial. Como se as revistas lançadas de 1945 até 1954 não pertencessem à biografia oficial de Steve Rogers.

Em março de 1941, a editora *Timely Comics* lançou pela primeira vez uma revista com o nome de *Captain America*. O editor da *Timely Comics*, Martin Goodman, especificou aos roteiristas dessa revista (Jack Kirby e Joe Simon) que precisava de um personagem “de um tipo não muito agressivo, que usasse a violência como último recurso, mas que fosse capaz de abrir caminho até o líder nazista com os próprios punhos”², portanto, criaram um super-herói diferente dos já existentes.

O que faz o Capitão América diferente é que ele não é um alienígena com superpoderes (Super-Homem), nem um ser mitológico (Diana princesa amazona, Mulher Maravilha), um deus marinho (Narmor, que é o senhor de Atlântida) ou um animal (Pato Donald), e apesar de Bruce Wayne (Batman) ser um humano sem poderes sobrenaturais, ele é um “playboy” de Gotham City que após o assassinato de seus pais, herda uma imensa fortuna, com esse dinheiro ele constrói seus equipamentos. Portanto esses outros personagens possuem pouca identificação com a maioria da

¹ Mestre em História pelo programa de pós-graduação da Unioeste-PR

² Revista *Capitão América*: As primeiras histórias. São Paulo: Abril, 1992. p. 5

população estadunidense da época e muito menos com os soldados que lutavam durante a guerra, ou seja, contrário dessas outros personagens Steve Rogers é um cidadão comum (PEREIRA, 2010, p. 3).

Nesse sentido, “A diferença de Steve Rogers, o alterego do Capitão América, das outras personagens é, portanto sua história antes de ser tornar um super-herói” (PEREIRA, 2010, p. 12). “Hoje, esse rapaz alistou-se no exército e foi recusado por suas condições físicas sua oportunidade de servir ao país parecia perdida”³. O que parecia perfeito para um panfleto de alistamento no exército, pois de fato o governo dos EUA comprou essas revistas e enviou para os soldados.

[...] o Capitão América era um panfleto e havia público para ele. Um público que foi com o Capitão América para as trincheiras, quando sua tiragem foi toda comprada pelo governo estadunidense e distribuída entre seus “soldados franzinos”. Jovens que se alistaram no exército estadunidense e que viam na personagem, a inspiração para que pudessem manter o seu ideal enquanto combatentes da guerra (CHAGAS, 2008, p. 140).

As páginas dessas revistas possuíam conteúdo maniqueísta. A representação dos EUA era de uma nação livre e democrática e seus líderes nunca invadiam outros territórios. Os inimigos do Capitão América eram, em sua maioria, alemães, mas há também italianos e japoneses. Já os líderes desses países eram mostrados como perversos, antidemocráticos, e assim como seus subordinados, estavam dispostos a invadir os EUA sempre que pudessem.

Com essa representação, os editores das revistas não acentuavam as contradições históricas que aconteceram para a chegada de Hitler no poder e nem o sistema político e econômico da Alemanha. Suas contradições sociais, o trabalho, o extermínio de judeus, ciganos, comunistas e homossexuais etc., nada disso foi tratado nas histórias, apenas houve a ênfase de um discurso ideológico sobre liberdade e democracia voltada à defesa dos EUA contra a invasão nazista.

Ao todo foram lançadas, de 1941 até 1950, nos EUA, 85 revistas de histórias em quadrinhos com o nome de *Captain America*, sendo que 51 delas, lançadas de março de 1941 até dezembro de 1945, com o tema da Segunda Guerra Mundial. Após essa data, vários outros temas foram abordados nessas revistas, incluindo os contos de terror, sendo as publicações canceladas após a edição de fevereiro de 1950.

Em março de 1954 a *Atlas Comics*, editora que herdou os personagens da *Timely Comics*, lançou na edição de número 26 da revista *Young Men Comics*, uma história do Capitão América chamada “*Back From the dead*” de John Romita. Essa história revelava que Steve Rogers não sumiu antes do termino da Segunda Guerra e que Bucky permanece vivo.

Após essa publicação, a editora publicou mais três revistas alterando a temática antinazista e passando a abordar como principais inimigos do Capitão América personagens identificados como comunistas. O formato dessas revistas continuou seguindo os padrões das revistas dos anos de 1940, três histórias, com oito páginas cada uma.

Essa série de três revistas foi publicada com o nome de *Captain America... Commie Smasher*, em tradução livre, Capitão América... Esmagador de Comuna.

3 Revista Capitão América: As primeiras histórias. São Paulo: Abril, 1992. p. 12.

Assim, acreditamos que a editora *Atlas Comics*, retomou o lançamento dessas histórias em quadrinhos devido à perda de influência política e comercial do governo estadunidense na Ásia no pós-guerra, mas principalmente, após a revolução chinesa em 1949 e com o fim da guerra nas Coreias em 1953. Todavia essas revistas foram novamente canceladas.

Um novo passado para o Capitão América

Em setembro de 1963, a editora Marvel Comics lançou no mercado dos comics uma nova revista, desenhada por Jack Kirby e roteirizada por Stan Lee, *The Avengers*. Os heróis que faziam parte das primeiras publicações da revista foram: *Hulk*, *Wasp*, *Ant-man*, *Thor* e *Iron Man*.

O Capitão América foi integrado ao grupo a partir da edição de número 4 de março de 1964. À proposta da revista consistiu em agrupar vários super-heróis diferentes em um único grupo

Todos esses super-heróis já haviam aparecido anteriormente em outras histórias em quadrinhos da editora, *Ant-Man* e *Wasp* em “*Tales to Astonish*” número 27 de Janeiro de 1962; *Hulk* em sua própria revista, “*The Incredible Hulk*”, de Maio de 1962; *Iron Man* em “*Tales of Suspense*” número 39 de Março de 1963; e *Thor* em “*Journey Into Mystery*” número 83 de Agosto de 1962 e o Capitão América em “*Captain America*” número 1 de Março de 1941.

Como havíamos mencionado na introdução, na edição de número 4 dos *Avengers*, os roteiristas anulam as histórias do Capitão América de 1954, fazendo como se elas nunca tivessem existido. O enredo é construído baseando-se na ideia que antes do final da Segunda Guerra Mundial, o Capitão América desapareceu e nunca mais foi visto. Para reconstruir esse novo passado para o Capitão América, em primeiro lugar, se faz necessário explicar como isso ocorreu.

Deste modo, os roteiristas iniciam a edição de número 4 com o personagem *Sub-mariner* abandonando a batalha contra os *Avengers* para renovar suas forças no mar, perturbado pela frustração de não ter conseguido vingar-se dos humanos, ele volta à superfície e encontra uma tribo de esquimós que idolatravam a figura de um sujeito que estava congelado.

Narrador: Mas finalmente, seus pensamentos sombrios são interrompidos, no momento em que ele vê...

Sub-mariner: Sobre o gelo a frente, uma vila humana! Eu vejo uma massa de malditos humanos!

Narrador: E os olhos afiados de Namor estão certos! Em algumas centenas de metros de distância, uma isolada tribo de esquimó curva-se em um estranho ritual.

Esquimó1: Oh incrível senhor congelado, ouça nossas orações.⁴

Após visualizar os nativos, *Sub-mariner* os ataca, indignando-se com a adoração deles pela imagem congelada do Capitão América. *Sub-mariner*, possui um ódio por toda a humanidade e profere: “Corram, fracos e indefesos mortais, fujam aterrorizados diante da ira do verdadeiro Namor! Assim, um dia toda a humanidade deve gritar em pânico com a vinda do *Sub-mariner*!”⁵. Jogando o corpo do Capitão América no mar.

⁴ The Avengers número 4, de Março de 1964. Pág.2.

⁵ The Avengers número 4 de Março de 1964. Pág.3.

Posteriormente, os roteiristas da história mostram os *Avengers* em um submarino voltando para Nova York após o confronto com Namor. Eles visualizam um corpo boiando no mar e ao pegá-lo observam que esse corpo é na verdade o corpo do Capitão América congelado.

Após ser descongelado, como se houvesse despertado de um pesadelo, o Capitão América acorda “(...) de repente com um grito ensurdecedor, a poderosa figura salta para cima, com um agonizante choque refletido em seus olhos”⁶, como se estivesse tentando salvar seu parceiro Bucky: “Bucky, Bucky! Cuidado!”⁷

Em seguida há um desentendimento com os *Avengers*, pois o Capitão América não sabe quem são esses personagens e confunde-os com vilões do passado: “(...) mas, tão repentinamente quanto começou a ira do lendário herói, ela desaparece, e então...”⁸ percebeu que não se tratava de sua época e nem de antigos conhecidos.

Capitão América: Onde eu estou? Como vim parar aqui? Quem são vocês?

Iron Man: Isto é o que estávamos prestes a perguntá-lo!

Capitão América: Quem sou eu? Por um instante eu tinha quase me esquecido!

Capitão América: Mas eu não sou sortudo o suficiente para esquecer para sempre!

Capitão América: Para esquecer que eu um dia fui o homem que o mundo chamou de Capitão América!⁹

Os *Avengers* desconfiam das palavras do Capitão América, tendo em vista que, de acordo com essa nova cronologia, o Capitão América estava sumido havia vinte anos, antes do final da Segunda Guerra Mundial. Portanto, ele deveria estar mais velho do que a figura que está diante deles.

Giant-Man: Tudo se encaixa, exceto por um detalhe! Não se tem ouvido falar de você desde a Segunda Guerra Mundial! Por que você não envelheceu?

Iron Man: Se isso é algum tipo de truque senhor -- Você vai se arrepender!

Thor: Eu também estou intrigado com o fato! Como pode o verdadeiro Capitão América ainda ser tão jovem quanto aquele que está diante de nós?

Capitão América: Eu não preciso de truques! Teste-me! Tente me dominar!¹⁰

A partir da fala dos super-heróis *Giant-Man*, *Iron Man* e *Thor*, os autores iniciam o processo de reconstrução da história do Capitão América. Ao mesmo tempo, trata-se do processo de esquecimento das publicações das suas revistas nos anos do pós-guerra.

Com essa desconfiança dos *Avengers*, o Capitão América os chama para um teste. Desse modo há outro enfretamento entre esses heróis, pois a dúvida ofende o Capitão América. Esse incidente é logo controlado pela *Wasp*, assim Capitão tem a oportunidade de contar o que aconteceu quando ele sumiu:

⁶The Avengers número 4, de Março de 1964. Pág. 5.

⁷The Avengers número 4, de Março de 1964. Pág. 5.

⁸The Avengers número 4, de Março de 1964. Pág. 5.

⁹The Avengers número 4, de Março de 1964. Pág. 5.

¹⁰ The Avengers número 4 de Março de 1964. Pág.6.

Iron Man: Nós estamos convencidos, amigo! Você é o verdadeiro “Mccoy”! Tudo certo!

Wasp: Mas o que aconteceu com você? E-- Por que você não envelheceu?

Thor: Eu sinto que temos o direito a essa explicação, Capitão América!¹¹

Há um aumento de páginas nas revistas dos *Avengers* em relação às revistas do Capitão América lançadas nas décadas de 1940 e de 1950. Por exemplo, nas revistas do Capitão América dos anos 1940 havia três histórias por revistas, cada uma delas com oito páginas, com início, meio e fim, sem ligações entre essas histórias ou sequência em outras revistas.

No início dos anos 1960 as revistas da *Marvel* ganharam mais corpo e dramatização, e aumentaram suas páginas para 23 e apesar das histórias possuírem um final, elas são sequências para as próximas edições. Esse aumento no número de páginas permite aos editores uma maior dramatização das histórias.

Antes de o Capitão América contar como ele e Bucky desapareceram durante a guerra, os roteiristas, ao iniciarem a nova página, utilizam do artifício do narrador para dramatizar a cena: “Lentamente, quase hesitante, o incrível conto surge diante dos lábios do poderoso homem o qual a tragédia assombra os olhos...”¹².

Esse tipo de artifício não existia nas histórias dos anos 1940, não havia esse apelo dramático, apesar de que o narrador também servia para estabelecer as mudanças de tempo e espaço.

Primeiro Quadrante:

Capitão América - Narrador: Parece que foi ontem... Mas faz mais de vinte anos que meu parceiro adolescente Bucky - E eu - atuávamos como seguranças em uma base do exército E.T.O (Europe theater operation) – Tentamos parar um avião robô cheio de explosivos que estava levantando voo!

Capitão América - Flashback: Nós estamos atrasados, Bucky! Nós vamos ter que ir atrás dele em outro avião!

Bucky: Não! Não pare! Eu acho que posso alcançá-lo, Cap!

Vilão: Hah! Assim eu triunfo sobre o Capitão América e Bucky! Se eles alcançarem o avião, eles morrem! Se eles falharem, a América perde uma de suas mais novas armas!

Segundo Quadrante:

Vilão: O garoto chegou mais próximo, ele alcançou o avião! Mas o Capitão América não pode segurar!

Capitão América - Flashback: Você não pode fazer isso! Pule na água rapaz! Não tente ir sozinho!

Bucky: Não! Eu posso trazer o avião de volta- Eu sei, eu posso!

Terceiro Quadrante:

Capitão América - Flashback: Bucky! Vamos! Pode ser uma armadilha! Você não pode desarmar a bomba sem mim! Pule!

Bucky: Você está certo, Cap! Eu vi o fusível! Vai explodir!

Quarto Quadrante:

Capitão América - Narrador: E essas foram às últimas palavras que o bravo, admirável rapaz proferiu... Que o senhor tenha sua alma!

¹¹ The Avengers número 4 de Março de 1964. Pág.6.

¹²The Avengers número 4 de Março de 1964. Pág.7.

Capitão América - *Flashback*: Bucky! Ele explodiu! Bucky se foi!

Quinto Quadrante

Capitão América: Quanto a mim, eu não me importava se eu vivesse ou morresse! Eu bati na água na costa da *Newfoundland* e mergulhei como uma rocha – Com o rosto de Bucky gravado diante de mim! E esta é a última coisa que eu me lembro!

Capitão América - *Flashback*: Ele se foi – E eu com todo o meu poder – Toda a minha força – Eu não pude salvá-lo!¹³

A mudança do tempo presente para o passado ajuda a solidificar a história e dar um tom de veracidade, pois essa estratégia de *flashback* auxilia na reconstrução da memória do Capitão América e encerra a discussão de como ele escapou ileso às mudanças do tempo em seu corpo.

Esse *flashback* enfatiza também as ações heroicas do personagem ao mesmo tempo em que mostra uma incapacidade de evitar a morte de seu parceiro. Contudo, é justamente essa “incapacidade” que vai assombrá-lo na sequência das histórias dos *Avengers*, pois a falta do seu parceiro e a sua origem na década de 1940 que o deixam mais sensível e humano, aproximando-o, por conseguinte, dos seus novos leitores.

Portanto há uma tentativa de criar um novo passado para o Capitão América. Após várias experiências de reformulação de suas histórias no pós-guerra, suas publicações foram canceladas em 1950, sendo retomadas em 1954 logo após as guerras entre as Coreias e a Revolução Chinesa. Deste modo há uma terceira tentativa da editora de lançar esse personagem, fabricando assim, um suposto desaparecimento para que não haja contradições em sua cronologia.

A explicação do congelamento e do aparecimento do corpo do super-herói nas geleiras da América do Norte é explicada de forma simples pelo próprio Capitão América:

Quanto ao resto, por algum curso fantástico do destino, eu devo ter sido congelado em um bloco de gelo e então encontrado por alguns esquimós que pensaram que eu era um elemento supernatural! Então, todos esses anos, estar em um estado de animação suspensa, congelado, deve ter impedido o meu envelhecimento!¹⁴

Na última página da edição de número 4, os *Avengers* fazem a oferta para o Capitão América se unir ao grupo de super-heróis:

Iron Man: Correto! Nós temos uma oferta para propor ao Capitão América!

Capitão América: Eu vi vocês na batalha! E não há nenhum valentão! Se a sua oferta for o que eu espero que seja, minha resposta é sim.

Thor: Você fala com honra e dignidade, como um homem!

Narrador: Assim, temos o privilégio de testemunhar um momento importante nos anais das superaventuras!

The Avengers: Nós o acolhemos com satisfação, Capitão América ao posto de - Avenger!¹⁵

Embora essa construção de um novo passado para o Capitão América seja evidente se acompanharmos as publicações dele desde os anos de 1940, deve-se levar em

¹³The Avengers número 4 de Março de 1964. Pág.7.

¹⁴The Avengers número 4 de Março de 1964. Pág.8.

¹⁵The Avengers número 4 de Março de 1964. Pág. 23.

consideração que há um intervalo de quase 10 anos entre a última publicação do Capitão América, em setembro de 1954, e o seu reaparecimento na edição que acabamos de analisar, de março de 1964. Isso faz com que fique mais fácil reconstruir uma nova história acerca do passado do Capitão América, pois esse intervalo criou uma nova geração de leitores das revistas.

A reconstrução de um novo passado para o Capitão América não se restringe apenas à explicação de como o herói conseguiu sobreviver a vinte anos de congelamento após o seu suposto desaparecimento antes do final da guerra. Há também a criação de um novo personagem, Zemo, o qual é responsável pela queda e morte de Bucky e também pelo sumiço do Capitão América. Na edição de número 6 de Julho de 1964, os editores da Marvel Comics, apresentaram esse vilão.

Primeiro quadrante:

Narrador: De repente, um olhar distante vem de dentro dos olhos encapuzados do mascarado monarca! Então ele começa a falar, com um toque de ódio em suas palavras... Esquecendo a presença do homem que está perto!

Zemo: Ele é responsável por eu estar aqui hoje... Por eu vestir esse capuz na cabeça... Como um emblema de vergonha! Eu me lembro de tudo como se fosse ontem... Eu estava em meu laboratório... Na Alemanha Nazista!

Segundo Quadrante:

Zemo - Narrador: Eu fui o maior cientista de Hitler! Mas eu era tão odiado, até mesmo pelo nosso próprio povo, que eu achei necessário usar um capuz para esconder a minha identidade! Se minhas vítimas soubessem quem eu era, nada poderia ter me salvado de sua vingança!

Zemo - flashback: Eu sou o homem mais odiado na Europa! Mas valeu a pena, para receber as recompensas do Führer!

Terceiro Quadrante:

Zemo - Narrador: Mas eu não pude permanecer escondido para sempre! Não do mais poderoso, o mais temido inimigo da tirania, que o mundo já conheceu! Um dia, quando eu menos esperava, ele me encontrou... !!!

Zemo - flashback: Capitão América

Quarto Quadrante:

Capitão América - Flashback: Eu sei do seu mais recente projeto, Zemo! Um adesivo tão forte que nada pode acabar com ele! Mas eu nunca vou deixar você fazer dele uma arma para Hitler... Nunca!!

Zemo: Não jogue o escudo! Não!

Quinto Quadrante:

Zemo: Mas era tarde de mais! Mas eu errei o alvo! Seu escudo girando atingiu o tonel contendo o meu *Adhesive X*... Espatifando-o em pedaços!!

Sexto Quadrante:

Zemo: Eu ainda posso sentir isso! Ainda sinto a maldita cola golpear meu capuz... Colando-o em meu rosto... Onde permaneceu durante todos esses anos até os dias de hoje... Pois nada parece poder soltá-lo!

Peter: Então, essa é a história! É por isso que você tem se escondido aqui desde então?

Sétimo Quadrante:

Zemo: Mas, antes de vir para cá, eu tive minha vingança... Ou assim eu pensava... Eu encontrei uma maneira de escapar, e então eu ataquei o Capitão América... E seu jovem parceiro, Bucky! Eu pensei que tivesse destruído ambos!

Oitavo Quadrante:

Zemo: Mas agora, eu vou encontrá-lo novamente... E terminar com o serviço! E, porque você sabe do meu segredo, apenas a sua obediência cega vai me impedir de assassinar você! Você deve se tornar meu mensageiro... Você deve encontrar três pessoas para mim, se você dá valor a sua vida!

Peter: Eu... Eu vou fazer isso! Pode contar comigo!¹⁶

Stan Lee e Jack Kirby apresentam Zemo como um dos principais inimigos do Capitão América durante a Segunda Guerra, mesmo que esse personagem não apareça em nenhuma das 73 primeiras revistas do Capitão América entre 1941 e 1954.

Além da revista dos *Avengers*, o Capitão América começa a ter suas aventuras publicadas na revista *Tales of suspense* a partir da edição de número 58, de outubro de 1964.

Inicialmente foram duas aparições (na já mencionada edição 58 e na edição 59 de novembro do mesmo ano) sendo que essas aventuras foram protagonizadas em conjunto com o também *Avenger*, *Iron Man*. Após essa aparição, o Capitão América protagonizou mensalmente várias aventuras individuais nessa revista até a edição de número 99, de março de 1968.

As quatro primeiras aventuras protagonizadas pelo Capitão América nessa revista após a edição 59, de novembro de 1964, seguiam o tempo cronológico das revistas dos *Avengers*. Essas aventuras incluíam um combate contra um assassino contratado por Zemo na edição 60, de dezembro de 1964, e uma aventura no Vietnã na edição 61, de janeiro de 1965.

Posteriormente, a partir da edição 63, de março de 1965, seus editores Stan Lee e Jack Kirby, criaram até a edição 71, de novembro de 1965, várias histórias em que o Capitão América revive aventuras da Segunda Guerra Mundial.

Essas revistas possuem dez páginas. A primeira história é a *Origem do Capitão América*, a qual, apesar de em sua essência possuir o mesmo roteiro da original de março de 1941, em que o soldado Steve Rogers tentou se alistar e ao ser dispensado pelas suas características físicas ele foi convidado pelo professor Reinsten para participar de uma experiência que culminaria em sua transformação em Capitão América. Na história original de março de 1941, a história continha oito páginas e a versão de março de 1965 contém dez páginas, apesar de apenas duas páginas a mais, o roteiro da segunda versão possui um maior desenvolvimento da história.

Entendemos que as aventuras que apareceram na revista *Tales of suspense* fazem parte da tentativa da editora de reconstruir uma memória a respeito da Segunda Guerra Mundial utilizando o personagem Capitão América para esse propósito. Tendo em vista que nessas histórias as edições da revista *Tales of suspense* são apenas inspiradas na Segunda Guerra Mundial, não são as mesmas aventuras das revistas publicadas nos anos 1940.

Desde o ressurgimento do Capitão América na edição número 4 da revista dos *Avengers* em março de 1964, os editores da Marvel tentam explicar o que ocorreu com o herói no final da Segunda Guerra. Oficialmente, na cronologia da Marvel ficou estabelecido que antes do término da Segunda Guerra Mundial, o Capitão América havia desaparecido e Bucky teria sido morto por Lord Zemo.

Essa versão “oficial” aparece no livro Enciclopédia Marvel, que contém o resumo das biografias dos principais personagens da editora e que no Brasil foi lançado pela editora Panini em 2005. Afirma-se que:

¹⁶ The Avengers número 6 de Julho de 1964. Pág. 4.

Durante os últimos dias da 2ª Guerra Mundial, um avião-foguete carregado de explosivos – lançado pelo barão Heinrich Zemo, um cientista nazista – explodiu com o Capitão e Bucky a bordo, matando o jovem e lançando seu mentor, ileso, nas gélidas águas do Oceano Ártico. O soro do Supersoldado, combinado com o frio extremo das águas, permitiu ao Capitão sobreviver por anos em estado de animação suspensa. Resgatado décadas depois pelos Vingadores, ele rapidamente tornou-se o principal alicerce da nova equipe de heróis (MARVEL, 2005, p.13).

Considerações finais

Deste modo entendemos que a reconstrução da história do Capitão América serve para esconder o fracasso de vendas que sua editora teve no período do pós-guerra, incluindo a sua ruptura com as histórias de superaventura e uma tentativa frustrada de adaptar as histórias dos super-heróis às tendências da segunda metade da década de 1940 e da década de 1950, às histórias em quadrinhos de terror.

Além disso, no auge da guerra fria na década de 1960, essa reorganização da história do Capitão América também teve a função de auxiliar na reconstrução da memória da Segunda Grande Guerra, pois coloca o Capitão América e os EUA como principais opositores do Terceiro Reich, minimizando assim a participação do agora inimigo soviético, a URSS, no processo de luta e retomada dos territórios ocupados pelos nazistas.

Referência bibliográfica

CHAGAS, Luciana Z. **Capitão América: interpretações sócio-antropológicas de um super-herói de histórias em quadrinhos**. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, v.1, n3.

Enciclopédia Marvel. Barueri: Editora Panini, 2005.

PEREIRA, Carlos Eduardo B. **O nascimento do Sentinela da Liberdade: As histórias em quadrinhos do Capitão América como propaganda estadunidense na Segunda Guerra Mundial**. Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro. Super-Heróis e a cultura americana. In__ **Super-Heróis Cultura e Sociedade**. (ORG.) Nildo Viana; Iuri Andréas Reblin. Ideias &Letras, SP.2011. p. 143-169.

PRESÍDIO MARIA ZÉLIA: REPRESSÃO À TRABALHADORES, 1936-1937

*Caroline Antunes Martins Alamino*¹

Resumo: Na noite de 21 de abril de 1937 em uma precária instalação fabril transformada em presídio político, foram assassinados quatro jovens brasileiros. Esse grupo de pessoas viram suas vidas se cruzarem na ferramenta de opressão criada durante o governo de Armando de Sales Oliveira em São Paulo, no ideal de corresponder aos padrões de perseguição aos comunistas do país durante o governo de Getúlio Vargas. Após novembro de 1935 houve um forte movimento de repressão e perseguição política por todo país, ao ponto de em 24 de janeiro de 1936 o ministro da justiça Vicente Rao anunciar a formação da Comissão Nacional Para Repressão ao Comunismo, órgão autônomo de investigações. Com essa nova ordem instaurada houve a necessidade de novos locais para atenderem a demanda de tantas prisões, sendo requisitado em São Paulo uma antiga fábrica de tecidos para servir de presídio. Abrigando neste período cerca de 700 presos e entre eles muitos intelectuais reconhecidos como: Caio Prado Jr., Quirino Pucca, Abdon Prado Lima, Fúlvio Abramo, Paulo Emilio Salles Gomes entre outros, o presídio Maria Zélia se constituiu como organização governamental de controle e repressão política. Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que visa compreender através de vestígios históricos, como cartas de trabalhadores até suas fichas no DEOPS, o que ocorreu dentro do presídio, desde sua fundação com o intuito de prender trabalhadores comunistas até o seu abrupto fechamento após o assassinato de quatro presos. Propondo assim, uma análise que elucide fatos históricos e que contribua para novas perspectivas históricas do período getulista e também das práticas prisionais posteriores.

Palavras- chave: Maria Zélia, Getúlio Vargas, presídio.

O feriado nacional de 21 de abril de 1937 foi marcado por um fuzilamento que a História tem mantido apagado em seus artigos. Em uma precária instalação fabril transformada em presídio político foram assassinados quatro jovens brasileiros a mando de um russo, comandante especial da polícia. As vítimas eram Augusto Pinto, João Varlota, José Constâncio da Costa e Nauricio Maciel Mendes, o carrasco era Gregorio Kovalenko. Esse grupo de pessoas com vidas, profissões, origens e por que não, ideais tão distintos, viram suas vidas se cruzarem na ferramenta de opressão criada durante o governo de Armando de Sales Oliveira em São Paulo, no ideal de corresponder aos padrões de perseguição aos comunistas do país.

Após novembro de 1935 houve um forte movimento de repressão e perseguição política, sobretudo aos comunistas, por todo país ao ponto de em 24 de janeiro de 1936 o

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

ministro da justiça Vicente Rao anunciar a formação da Comissão Nacional Para Repressão ao Comunismo, órgão autônomo de investigações.

Com essa nova ordem instaurada há a necessidade de novos locais para atenderem a demanda de tantas prisões, a ponto de no Rio de Janeiro ser requisitado o navio Pedro II e em São Paulo uma antiga fábrica de tecidos para servirem de presídios.

Nasce assim em 1936 o presídio Maria Zélia, que recebe esse nome por estar situado dentro de uma antiga fabrica têxtil no bairro do Belenzinho, na Avenida Celso Garcia no numero 471, que abrigou no início do século XX a Fabrica de Tecido de Juta de Jorge Street, que possuía em seu anexo uma vila operária que tinha o nome de Maria Zélia em homenagem a filha de Jorge Street que faleceu ainda adolescente, ficando posteriormente o nome para o presídio.

O presídio que funcionou pouco menos de dois anos abrigou neste período cerca de 700 presos e entre eles muitos intelectuais reconhecidos como: Caio Prado Jr., Quirino Pucca, Abdon Prado Lima, Fúlvio Abramo, Paulo Emilio Salles Gomes entre outros.

Sob a perspectiva política do pós-novembro de 1935, segundo Regis Leme e Dainis Karepovs (1985), os primeiros presos eram militantes comunistas em sua maioria insurrectos da Aliança Nacional Libertadora, depois militantes de esquerda contrários à Aliança como trotskistas, anarquistas e socialistas, por fim qualquer um que fosse considerado opositor ou amigo destes, ou tivesse qualquer relação de aproximação com eles. Isso ocorria devido a perspectiva de haver infiltrados, delatores em todos locais, o que mais tarde se mostrou uma forma eficaz de corrupção policial.

No curto período de existência do presídio Maria Zélia, ocorreram diversas atrocidades, além das condições subumanas de instalação dos presos que por ali passaram, há relatos de torturas, abusos e assassinatos. Foi a morte de quatro detentos do presídio que o tornaram famoso na década de 1930, ganhando destaque em diversos meios de comunicação, apesar da censura instalada, devido a cartas enviadas ao Ministério da Justiça pela mãe de um dos jovens assassinado.

Uma forma de perturbação gerada pelos policiais era uma espécie de jogo psicológico, tecendo intrigas com as informações coletadas nas cartas no processo de censura. Todas as cartas dos presos antes de serem enviadas passavam pelo órgão de censura, que manchava a tinta preta frases que não queriam que os familiares recebessem e chamavam sempre para interrogatório os presos para esclarecerem trechos de suas correspondências.

Esse processo por si só já era perturbador aos presos, mas as táticas de causar discórdia dentro do presídio eram mais profundas. Os responsáveis pela censura colhiam dados sobre a vida pessoal desses presos através das cartas, como onde suas esposas moravam, e enviavam cartas anônimas aos presos com dizeres sobre suas cônjuges descrevendo encontro delas com outros homens, normalmente descreviam esses outros homens com características de algum conhecido dos presos, como algum vizinho. A maioria dos presos caía nessas armadilhas acreditando nas cartas anônimas e gerando rugas em seus relacionamentos que costumavam piorar com as visitas de suas cônjuges que eram acusadas sem saberem do que se tratava. Tal processo era extremamente perturbador, levando vários presos a depressão e isolamento, servindo assim como valiosa ferramenta de desarticulação das atividades dentro do presídio. Também como forma de desmoralizar os presos, chegando a casos extremos, como de Adalberto Alvez de Souza, ex-cabo do exército, perturbado por esse esquema de cartas anônimas e por notícias de amigos que foram assassinados, em um surto matou seu companheiro de cela José Navarro, com um cano de ferro, quando este leu uma poesia para ele.

A alimentação no presídio também foi uma ferramenta de desarticulação política interna. Primeiramente pela insuficiência, os presos recebiam pão e café pela manhã e arroz feijão e carne no almoço e janta. O cardápio foi uma evidência que não supria nem as necessidades calóricas dos presos, muito menos a de nutrientes e vitaminas. Não bastasse esse racionamento de comida ela ainda vinha em péssimas condições de consumo, sobretudo a carne que quase sempre vinha estragada. As famílias tinham liberdade para enviar alimentos aos presos diariamente, mas eram poucos presos que podiam contar com esses recursos e ainda assim uma prática que se tornou cotidiana foi a contaminação das marmitas enviadas pelas famílias com cuspes dos carcereiros.

Na biografia de Caio Prado Jr. (IUMATTI, 2007) há relatos das desavenças que outros presos tinham em relação ao Caio Prado Jr. receber comida fresca levada por sua família todos os dias. Um paliativo encontrado pelos médicos ali presos como forma de melhorar a alimentação foi reunir o arroz e o feijão, separar os grãos que se mostravam estragados, lavarem e cozinhar novamente os alimentos em suas tendas improvisadas, a carne somente quando estava em reais condições salubres era consumida.

Esse tipo de alimentação somada aos maus tratos e as péssimas condições de higiene resultou em vários presos doentes no Maria Zélia. As condições do Maria Zélia eram tão precárias que Vieira (1957) aponta que nem nos relatos do famoso presídio “Ilha do Diabo” havia descrições de condições tão insalubres para os presos.

Os enfermos eram levados para o hospital da Força Pública, local em que o tratamento foi categorizado como mais desumano do que ocorria dentro do próprio presídio. Foram diversas as denúncias de humilhações e ameaças nas constantes rondas dos policiais no hospital. O médico diretor do hospital Ulisses Fagundes foi acusado pelos presos de ir pessoalmente incitar os policiais a agredirem fisicamente e verbalmente os presos ali doentes. Os tratamentos pioraram após a fuga de alguns presos do hospital, com a situação insuportável sob a constante ameaça de assassinatos que os presos sofreram dentro do hospital, a recomendação dos presos do Maria Zélia foi que os doentes enquanto internados no hospital frequentassem o máximo de tempo possível a igreja, como uma forma de se protegerem dos ataques policiais.

É possível notar ao pesquisar o presídio Maria Zélia, evidências de “falhas” nos órgãos repressores, que causaram efeitos inversos dos esperados. Por exemplo, com a incessante “caçada” política que ocorreu após 1935 foram encarcerados muitas pessoas que não entendiam de política e eram tidas como agitadores comunistas. Mas dentro do presídio Maria Zélia alguns presos foram alfabetizados e receberam instrução política e só então compreenderam do que estavam sendo acusados. A opressão do regime e a prisão foram incentivos para esses presos, até então apolíticos, se tornarem simpatizantes do comunismo.

Há casos escandalosos de, na tentativa de mostrar eficiência, os policiais investigativos criarem ligações entre pessoas que jamais tiveram conversa com algum comunista e, no entanto foram estabelecidos inquéritos para essas pessoas como participantes de movimentos subversivos e que por isso passaram pela Ordem Política, onde foram espancados e fichados como criminosos comunistas, alguns inclusive foram condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional.

É o caso de Manoel Dias Veloso, que quando preso era analfabeto e não compreendia se quer os termos pelos quais foi acusado, mas dentro do presídio não só recebeu instrução como se tornou muito interessado pela movimentação política comunista, acabou se tornando um dos dirigentes dos movimentos dentro do presídio participando avidamente das discussões de textos do Marx e Lênin.

Hoje na atualidade é possível encontrar relatos sobre o presídio Maria Zélia espalhados em algumas biografias como do historiador Caio Prado Jr., do crítico de cinema Paulo Emilio Salles Gomes, em cartas trocadas pelos presos e seus familiares, em documentos do DEOPS e em uma importante obra de Antonio Vieira, *Maria Zélia*, trabalho produzido em 1957. Embora seja uma obra ultrapassada, inclusive por apresentar uma posição política clara do autor, o que evidencia uma parcialidade dos fatos ao longo de todo texto, a obra é fonte enriquecedora para o projeto aqui proposto, desde que trabalhada com todos os devidos respaldos. Pois, produzida vinte anos após a existência do presídio a obra conta com diversos depoimentos colhidos de testemunhas que vivenciaram o período, inclusive que estiveram presos no Maria Zélia, relatos que hoje apenas são possíveis em fontes secundárias com os descendentes dessas pessoas.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa em andamento sobre o presídio, que busca compreender a convivência conflituosa e paradoxal entre pensadores de correntes de distintas ideologias com pessoas que mal conheciam política dentro de um presídio. Buscando entender as dimensões do que significou historicamente a existência de um presídio político nesse novo modelo de governo que estava sendo implantado no Brasil, carregado de contradições, compreender onde se encaixa na historiografia as memórias desses presos políticos que tiveram suas vidas entrelaçadas com a perseguição ao comunismo e toda forma de política que não fosse a vigente, mas que também eram trabalhadores ditos “protegidos” pelo governo getulista.

Referência bibliográfica

FERREIRA, Jorge . **A cultura política popular no primeiro governo Vargas**. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 3, n.6, p. 180-195, 1990.

GOMES, Angela Castro. “**A cultura histórica do Estado Novo**”. Luso Brasileira Review, Wisconsin, v. 36, n.2, p. 103-109, 1999.

_____. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)”. In: Boris Fausto (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**, vol 3, Tomo 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. “Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo”. In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. **Cultura Política e Leituras do Passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

IUMATTI, Paulo Teixeira. **Caio Prado Jr.:** uma trajetória intelectual. São Paulo, Brasiliense, 2007

KAREPOVS, Dainis e LEME, Régis. “**Maria Zélia — um presídio político na época de Vargas**”. Cadernos Cemap. São Paulo, p. 9-49, mai. 1985.

VIEIRA, Antônio. **Maria Zélia**. São Paulo: Editora Cupôlo, 1957.

RELAÇÕES DE TRABALHO NA AVICULTURA EM TOLEDO-PR¹

Cíntia Valéria de Mello²

Resumo: O objetivo central da pesquisa de PIBIC é problematizar, descrever e interpretar as relações de trabalho e a experiência social dos trabalhadores vinculados à avicultura no município de Toledo, dando a esses sujeitos visibilidade no processo histórico. Fato que aparece (quando aparece) de maneira superficial na literatura produzida. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos o procedimento de investigação pautado no exercício das “evidências interrogadas”, apontadas pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson. As evidências foram levantadas no trabalho de campo e nas entrevistas realizadas de forma dialogada, a partir de um roteiro no qual procurei abordar, em um primeiro momento, questões relacionadas à organização do trabalho e da produção no presente: as dinâmicas e rotinas da produção e do trabalho a fim de perceber características do ambiente de trabalho; descrição sobre a organização do trabalho (dinâmicas, rotinas e atividades diversas relacionadas ao trabalho); salário, como são contratados, como recebem; relações de trabalho; se o trabalho cansa, o adoce, entre outros. Os resultados da pesquisa consistem na interpretação das narrativas dos trabalhadores, em que dimensionamos historicamente as condições e relações de trabalho nos aviários em Toledo.

Palavras-chave: Trabalhadores, Avicultura, Relações de Trabalho.

O objetivo central da pesquisa é problematizar, descrever e interpretar as relações de trabalho e a experiência social dos trabalhadores vinculados à avicultura no município de Toledo, dando a esses sujeitos visibilidade no processo histórico. Fato que aparece (quando aparece) de maneira superficial na literatura produzida.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos o procedimento de investigação pautado no exercício das “evidências interrogadas”, apontadas pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson (1981).

As evidências foram levantadas no trabalho de campo e nas entrevistas realizadas de forma dialogada, a partir de um roteiro no qual procurei abordar, em um primeiro momento, questões relacionadas à organização do trabalho e da produção no presente: as dinâmicas e rotinas da produção e do trabalho a fim de perceber características do ambiente de trabalho, com descrição sobre a organização do trabalho, salário, como são contratados, como recebem, (relações de trabalho); se o trabalho é cansativo, se o trabalho adoce, entre outros. Ao tentar buscar respostas para esses apontamentos, foi possível perceber as lembranças do dia a dia que, a princípio, passavam despercebidas pelo trabalhador, pois estes pareciam que estavam ligados no automático, mas com diálogo

¹ Artigo produzido a partir dos resultados da pesquisa de iniciação científica “PIBIC – Ações Afirmativas – UNIOESTE”, vigente no período de julho de 2012 a agosto de 2013, orientado pelo professor Dr. Vagner José Moreira.

² Acadêmica do curso do 4º ano do curso de História Matutino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, vinculada ao Grupo de Pesquisa “História Social do Trabalho e da Cidade”, Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”. Bolsista do PIBIC – Ações Afirmativas.

esses apontamentos, que às vezes pareciam apenas um detalhe, tornaram-se muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

No roteiro, também foi proposto indagar sobre morar e trabalhar na propriedade, se o trabalhador que tem direito a moradia ou se tem que pagar aluguel, se tem área de terra em que pode plantar para subsistência, entre outros. Em outro momento do roteiro e das entrevistas, questionou-se sobre o processo de organização do trabalho e da produção no tempo – a historicidade do processo. E, por fim, a trajetória ocupacional e familiar – todas as questões acima relacionadas aos outros trabalhos, privilegiando as experiências de trabalho em aviários. Questões para comparar a organização do trabalho e da produção no presente e no passado e perceber mudanças nas dinâmicas, rotinas da organização da produção.

A concepção teórica do qual partimos nos faz entender que a história é movida e construída a partir da luta dos sujeitos na sociedade em que estão inseridos e essa luta se pauta principalmente na sobrevivência dos mesmos. Propomo-nos a estudar as relações sociais e trabalhistas destes trabalhadores e as suas expectativas a partir da sua condição de trabalho atual. Durante o trabalho de campo observamos que as histórias de anos passados, trajetória ocupacional e de vida, também tem influência sobre suas vontades e perspectivas.

A pesquisa de campo teve um caráter qualitativo na procura de entender os sentidos e significados do trabalho exercido por estes trabalhadores nas atividades com o aviário. Procuramos entender como são as condições de trabalho. Será que a vontade de permanecerem no campo leva esses sujeitos a preferirem o trabalho avícola? De que forma o trabalho avícola garante a satisfação e as necessidades da família? Como esses sujeitos se veem inseridos nessas relações? Esses sentidos atribuídos às evidências virão de acordo com os valores de cada sujeito que estão inseridos em uma sociedade, no qual suas relações sociais são vividas sob pressões. Desse modo, os valores foram e são elaborados e reelaborados pelos sujeitos, considerando sua trajetória e a totalidade social, e é a partir dessa reflexão que a pesquisa se desenvolveu. Neste sentido, Thompson (1981, p. 189) argumenta: “[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideia, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário, etc.” Para o historiador, os sujeitos:

[...] também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades como valores ou (através de formas mais elaboradas), na arte ou nas convicções religiosas. Desse modo a cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Logo, existem conflitos, e é onde aparecem às contradições, sejam elas de vontades, interesses ou necessidades. Trata-se de uma luta de valores que está incorporada na luta de classes. É importante fazer o reconhecimento dos valores e sentimentos como dados que podem ser ponderáveis, pois não se trata de uma questão de apenas satisfação humana, mas, também assumem um grande valor na discussão da “moral” (pois a luta de classes é uma luta entre valores), e da mudança social. Segundo Thompson (1981), essas questões aparecem com o materialismo histórico, onde os conceitos são generalizados, como a exploração, hegemonia e a luta de classes, que surgem na prática histórica, diferentemente dos tipos ideais realizados na evolução histórica. Na busca por estas perguntas, torna-se fundamental o entendimento do significado do trabalho para estes sujeitos, a construção histórica que está envolvida no contexto de vida e a crença destes indivíduos.

O Paraná encontra-se em destaque nessa estrutura organizada de produção avícola. Esse crescimento está atrelado a questões relativas tanto aos preços da carne de frango, que se tornam mais acessíveis, quanto ao discurso empregado pelo mercado como “um produto mais saudável”. Entretanto, sabemos que a carne de frango passou por uma transformação de melhoramento genético e desenvolvimento de insumos durante todos esses anos. Do mesmo modo a redução de custos, aumento na produtividade e a conversão alimentar também sofreram variações.

Dentre os diversos fatores que podem influenciar uma boa conversão, de acordo com a demanda da empresa e do mercado, seria o aumento de peso do frango com menor quantidade de ração, no entanto, podem existir interferências externas que estão além do controle do avicultor. Essas interferências estão relacionadas à linhagem e as origens dos ovos, para que o frango tenha resistência durante as fases de crescimento e para uma “boa” carne para o mercado. Outras situações que podem influenciar nos valores da conversão também estão atreladas ao cuidado com o manejo das aves e a manutenção da cama³. Esses cuidados são para não formar o “calo de pata” ocasionado pela cama molhada, o índice de mortalidade e, também, o carregamento das aves no final do lote que em alguns momentos pode acontecer arranhões e patas quebradas e isso é contabilizado e minimizado nos valores repassados a partir da conversão. Percebemos que alguns cuidados para um lote bem remunerado estão, de certa forma, atrelados ao manejo das aves, para além de possíveis doenças que podem vir com os ovos⁴. Este trabalho muitas vezes é desenvolvido por trabalhadores, com dedicação permanente, que receberam em média apenas 20%⁵ do faturamento deste lote ao final de aproximadamente 60 dias.

Apesar dessas questões expostas acima, verificamos que a avicultura agroindustrial no Paraná tem como intuito tornar essa atividade representativa no mercado, industrializando a matéria prima e especializando a avicultura de modo que a criação de galinhas deixava de ser artesanal⁶, ou seja, as galinhas criadas no quintal de casa tornaram-se “um dos setores de ponta em tecnologia, produção e produtividade, tanto no abastecimento do mercado interno como nas exportações” (DALLA COSTA, 2007, p. 87).

De acordo com Diane Belusso (2010), essa especialização acarretou alterações na estrutura produtiva em dois modos: de um lado “a industrialização do frango que alavancou o faturamento das cooperativas” (BELUSSO, 2011, p.16) e empresas e do outro a intensificação na produção, exigindo cada vez mais dos trabalhadores envolvidos. Nesse processo, o capitalismo faz uma trajetória desenvolvendo-se de modo a atingir as condições de vida da classe trabalhadora, que é a classe explorada pelos proprietários dentro desse sistema.

Desse modo, o trabalho sofre uma mudança significativa, uma vez compreendida, como uma questão que está:

³ O trabalho de revolvimento da cama deve ser constante, durante todo o período de criação, no sentido de evitar que a mesma se torne úmida, propiciando a formação de placas. Eventuais vazamentos dos bebedouros podem ocorrer por má regulagem dos mesmos, portanto devem ser monitorados constantemente. Cf. AVILA, (coord.); GIROTTI, et. al., 2003.

⁴ Como é o caso da salmonela.

⁵ A remuneração dos trabalhadores entrevistados está em uma média de 20% do valor total do lote, porém sabemos que em outras localidades este valor pode variar.

⁶ A galinha caipira por meio da qualidade e palatabilidade dos seus produtos se tornou um dos pratos mais apreciados no Brasil. Ela é criada na quase totalidade dos núcleos agrícolas familiares, alimentando famílias e gerando renda. Por ser uma ave rústica e capaz de suportar adversidades climáticas e resistir a algumas doenças, se torna uma alternativa principalmente para locais com menor infra-estrutura produtiva. Cf. BARBOSA, et. al., 2007.

(...) intimamente relacionadas às mudanças socioeconômicas e os métodos de produção específicos de cada período histórico e, nos detendo na concepção da atual sociedade em que estamos inseridos, podemos tomar por base a intervenção no processo de produção das teorias fordista/taylorista responsáveis pela organização científica do trabalho controlando o tempo, o custo e o trabalhador, objetivando maior produção e lucro aos capitalistas. Entretanto, no início do século XX, tais padrões de acumulação de capital aumentaram a produção, mas também a exploração (INÁCIO, 2008, p. 11).

A partir do trecho acima podemos observar como os modelos de produção foram modificando-se e se redefinindo a partir de determinado processo de reorganização da produção e do trabalho, mas mantendo os moldes do modo de produção capitalista.

Essa reorganização na produção do trabalho dentro do aviário, conseqüentemente, resultou em uma readequação do manejo com as aves. Em algumas propriedades esse trabalho é desenvolvido no âmbito familiar seja porque a propriedade é pequena e toda a família da conta do trabalho, ou, como apareceu na fala de um proprietário que eu entrevistei, de que não vale a pena terceirizar esse trabalho por conta dos gastos.

E é este o ponto de partida desta pesquisa. Problematizar o trabalhador que atua ativamente nas atividades do manejo nos aviários, fundamental para o funcionamento de todo o processo de produção e que não tem visibilidade enquanto sujeitos dentro o processo que faz parte da agroindustrialização.

A atividade desenvolvida por esses trabalhadores nos faz refletir sobre toda a inovação tecnológica empregada na avicultura industrial e os contrapontos que existem na realidade cotidiana desses trabalhadores. A maioria dos trabalhadores envolvidos na avicultura teve passagem pelo trabalho agrícola e de certo modo estão ligados com o trabalho no campo. Porém, quando se deparam com as atividades a serem desempenhadas no manejo das aves as suas especificidades a aprendizagem vêm de algumas dicas e orientações, mas geralmente acompanhadas de algum erro, observações, cotidiano e experiência.

Referência bibliográfica

BELUSSO, D. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2010.

DALLA COSTA, A.; SHIMA, W. T. Tecnologia e competitividade do trabalho na avicultura brasileira. **Economia e Sociedade**, Ano 3, v. 8, p. 87-96, jan./mar. 2007.

INÁCIO, S. T. **Relações de trabalho percebidas a partir das experiências dos próprios trabalhadores**. UNIOESTE – PDE, 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_salete_tom_alack.pdf> Acesso em: 9/2/2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BELISÁRIO PENNA: SANITARISMO, INTEGRALISMO E A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

*Cintia Rufino Franco da Silva*¹

Resumo: No Brasil, o debate científico acerca da eugenia aconteceu por meio do impacto de ideias positivistas sob o lema de ordem e progresso que norteou o sanitarismo nos séculos XIX e XX. Para os defensores do saneamento, a questão da saúde e da educação eram elementos cruciais na construção da nacionalidade brasileira. Assim procuramos investigar e refletir sobre a maneira como os conceitos de eugenia e sanitarismo foram construídos e disseminados dentro deste processo histórico, com a investigação das políticas públicas propostas pelo sanitarista Belisário Penna e, ainda, sua atuação no projeto de Estado Integral, para o qual colaborava como militante da Ação Integralista Brasileira, a partir de uma análise teórico-metodológica e epistêmica que envolve a História da Ciência e seus conceitos de discurso e suas múltiplas interpretações.

Palavras-Chave: eugenia, sanitarismo, integralismo

O termo Eugenia surgiu na Inglaterra e foi criado por Francis Galton em 1883, definido como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. Em sua obra *Heredity Talent and Genius*, propôs que as forças da seleção natural deveriam ser substituídas por uma seleção consciente e que os homens deveriam usar todos os conhecimentos adquiridos pelo estudo a fim de promover o progresso físico e moral no futuro. Com influências das teses evolucionistas de Charles Darwin, procurava demonstrar que a capacidade humana decorria da hereditariedade mais do que da própria educação.

De acordo com Nancy Leys Stepan (2005, p.09), a eugenia foi um movimento científico e social. Científico na medida em que tinha como objetivos o “aprimoramento” da raça humana e a preservação da “pureza” em determinados grupos. Social porque envolveu propostas que permitiram a sociedade assegurar a constante melhoria de sua composição hereditária, encorajando indivíduos e grupos “adequados” a se reproduzirem e desencorajando ou evitando que os inadequados transmitissem suas inadequações às gerações futuras.

No Brasil, o principal porta-voz da eugenia foi Renato Kehl que, em sua obra *Lições de Eugenia*, afirmava que a nacionalidade brasileira só embranqueceria “à custa de muito sabão de coco ariano”. Em sua opinião, o Brasil não teria progresso devido a sua diversa composição racial. Neste sentido, o acompanhou parcela da intelectualidade brasileira.

O entusiasmo a partir da conferência intitulada “Eugenia”, realizada por Kehl em 1917, impulsionou a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), que contou

¹ Mestranda em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática pela Universidade Federal do ABC. Pesquisa financiada pela UFABC. Orientadora Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (UFF).

com a participação de médicos e membros de vários setores da sociedade interessadas em discutir a nacionalidade a partir de questões biológicas e sociais.

No ano de 1918, foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB), unindo médicos e outros intelectuais, como Belisário Penna, Carlos Chagas, Arthur Neiva, Monteiro Lobato, Miguel Pereira, Vital Brasil e Afrânio Peixoto, em torno das propostas de centralização administrativa dos serviços de saúde e a implantação de projetos na área. Mas, o foco principal desta reunião de importantes cientistas e de parte da intelectualidade do país, era a formação do povo brasileiro, a partir da constatação de que suas mazelas se relacionavam às características “raciais”.

Belisário Augusto de Oliveira Penna, nasceu em 29 de novembro de 1868, em Barbacena, Minas Gerais. Formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador.

Após a nomeação de Oswaldo Cruz, em 1903, para dirigir os serviços federais de saúde pública, Penna, após realizar concurso para as campanhas sanitárias, tomou posse como inspetor sanitário no Rio de Janeiro, em 1904.

Devido sua atuação nas campanhas sanitárias, Oswaldo Cruz comissionou a viagem de Penna em 1906 para combater impaludismo (malária, maleita) entre os operários que construíram uma ferrovia, no norte de Minas Gerais, onde permaneceu por três anos.

Em 1912 Belisário Penna percorreu, junto com Arthur Neiva, o norte da Bahia, sudeste de Pernambuco, sul do Piauí e nordeste de Goiás, com o intento de estudar as condições sanitárias. A sete meses, onde registraram não apenas as doenças encontradas, mas também aspectos sociais, econômicos e culturais da vida das populações locais. Assim, em 1916, o relatório da viagem pelo Nordeste e Centro-Oeste foi publicado nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, levando para a opinião pública a realidade da saúde no interior do país. No mesmo ano, Penna iniciou, através do jornal carioca *Correio da Manhã*, uma campanha pelo 'saneamento do Brasil'.

A Liga Pró-Saneamento do Brasil editou o periódico *Saúde – Mensário de Higiene, Assuntos Sociais e Econômicos*. No editorial do último número, afirmava-se que a organização havia alcançado seu objetivo com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), cuja direção coube ao cientista Carlos Chagas. Assim, o movimento sanitário ganharam maior influência e poder no Brasil.

Durante sua gestão no DNSP, Belisário Penna intalou serviços de profilaxia rural em 15 estados, porém exonerou seu cargo em 1922 por discordar de interferências políticas no departamento. Em 1924, escreveu *Higiene Para o Povo. Amarelo e Maleita*, em 1924, e, em carta aberta, declarou se apoiar a Revolta dos Tenentes que se iniciou em 5 de julho do mesmo ano, em São Paulo.

Belisário Penna percorreu os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte quando foi pleiteado por Getúlio Vargas, neste momento presidente do Rio Grande do Sul, para organizar o serviço local de higiene. Assim, trabalhou intensamente, proferiu conferências diversas e indicou soluções acerca dos problemas locais de saúde.

No ano de 1932, Belisário filiou-se à Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação política organizada e fundada por Plínio Salgado, onde tornou-se membro da Câmara dos 40. Sua adesão ao Integralismo foi justificada em uma carta:

Do exposto posso responder que sou integralista, porque já o era desde mais de vinte anos; porque creio em Deus e pratico a moral cristã; porque não sou um instintivo e quero o primado do espírito sobre a matéria; porque não sou regionalista e amo com igual afeto os patrícios de todas as

regiões do nosso Brasil, que quero unidos, integrados numa só aspiração, num só sentimento; porque amo a família, célula mater da sociedade, que, sem ela, não passa de um rebanho de animais, como ora acontece na Rússia; porque, finalmente, tenho plena e absoluta confiança em Plínio Salgado, o criador e o chefe nacional do integralismo, predestinado por Deus para libertar o Brasil do regionalismo destruidor da pátria, da sua escravização ao capitalismo internacional e da calamidade da peste bolchevista (PENNA, 1937).

Penna faleceu em 4 de novembro de 1939.

No decorrer das quatro décadas que se seguiram à proclamação da República, novos Partidos Políticos se organizaram, com definições mais especificamente ideológicas que regionais e classistas dos que os sucederam. Neste período dois importantes partidos, totalmente antagônicos surgem: o Partido Comunista e a Ação Integralista Brasileira.

O contexto político em que surge a AIB é o do fim da Primeira República, com o movimento insurrecional das oligarquias dissidentes, a “Revolução de 1930”, e da reação paulista às decisões de governo da primeira fase da Era Vargas, levaram ao levante conhecido como Revolta Constitucionalista em 1932. Este é o ano em que a AIB lançou seu *Manifesto de Outubro*, defendendo os valores do trabalho e o “sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade”.

Sobre a questão racial, o mesmo *Manifesto* culpa o cosmopolitismo, trazido ao país pelos imigrantes, pela morte do nacionalismo brasileiro. Para o integralismo, os lares brasileiros estavam impregnados de estrangeirismos e seria preciso resgatar o modo de vida tradicional que teria raízes na vida interiorana, onde viveria o verdadeiro povo brasileiro, com “todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos e todas as aspirações, o sonho, a energia, a coragem (...)”. Segundo o *Manifesto*, o mundo cosmopolita, além de não conhecer este “povo”, também se envergonharia do caboclo e do negro (CARNEIRO, 2007).

A proposta do movimento que reuniu aproximadamente 800 mil militantes era, sobre a base das tradições nacionais, como acúmulo das heranças étnico/culturais das “três raças”, instalar o Estado Integral. Para isto defendiam um Estado autoritário “capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação.

Parecia-lhes que não era impossível defender a tradição sem negar benefícios da Ciência. E assim, julgando contribuir para a “melhoria” do povo brasileiro, também, alguns personagens ligados à Liga Pró Saneamento incorporaram-se às fileiras da AIB, dentre estes, Belisário Penna.

O sanitarista Belisário Penna acreditava que o saneamento e a educação higiênica para todo o país era a solução para que se construísse uma identidade nacional, acontecesse a integração nacional, gerando uma nova sociedade adequada aos ideais de produtividade capitalista e a erradicação de doenças, já que para ele, o Brasil estava doente e improdutivo. A proposta de Penna para se efetivar tais objetivos era a educação higiênica nos lares, escolas e cidades, valorizando as questões morais, erradicando maus hábitos, modelando assim o trabalho e a família. O integralismo buscava a formação de um novo homem, comprometido com Deus, a Pátria e a Família, logo era imprescindível modelar esse novo homem, e a educação higiênica faria esse papel, pois controlava a saúde e as atitudes do indivíduo.

Dessa maneira, esta pesquisa busca refletir, no âmbito da História das Ciências, acerca dos debates sobre raça, povo e nação, incluídos nas perspectivas das questões

eugênicas e higienistas que circularam entre setores intelectuais no início do século XX no Brasil e que refletiram no movimento integralista brasileiro em ascensão na década de 1930. Serão analisadas as propostas e atuações do movimento eugênico e higienista no Brasil nos primeiros anos do século XX e suas implicações nos projetos de povo brasileiro, entre os aspectos que se referem à formação da raça, às questões das políticas públicas de saúde e à construção da cidadania republicana. Serão investigados os movimentos eugênicos no interior do a Ação Integralista Brasileira e os debates sobre a constituição do povo brasileiro quanto à diversidade racial e à miscigenação.

Para a elaboração da pesquisa será analisado um corpo documental composto, a princípio, por 15 artigos que o médico escreveu e foram publicados no jornal integralista *A Offensiva* através da análise do discurso proposta por Michel Foucault. Esta metodologia de análise propõe a compreensão da maneira como as teorias formuladas são validadas. Neste sentido, busca-se fazer uma análise das influências do discurso científico da eugenia/sanitarismo no integralismo, tendo como principal problemática questionar se esse discurso foi apropriado pelo integralismo.

Referência bibliográfica:

CARNEIRO, Márcia Regina da S. R. **Do sigma ao sigma**. – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2007.

CHRISTOFOLLETI, Rodrigo. **Biografias coletivas**: as três gerações da Enciclopédia do Integralismo. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura** – uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Lisboa: Relógio D'água, 1997.

MAIO, Marcos Chor Maio; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça como questão**: História, Ciência e Identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010

MANIFESTO INTEGRALISTA DE 1932.
<http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=3>. Acesso em 19/11/2012.

PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil**. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 1918.

PENNA, Belisário. **Porque sou integralista**. Datilografado, 29.6.1937 (Fundo Pessoal B. Penna, DAD-COC).

SÁ, Dominichi Miranda. **A Ciência como profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.

SALGADO, Plínio Salgado. **A Quarta Humanidade**. São Paulo: GRD, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia** – raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

PROMESSAS DE CASAMENTO TORNAM-SE CASO DE POLÍCIA E DE JUSTIÇA: UM ESTUDO DOS PROCESSOS CRIMES DE SEDUÇÃO DA COMARCA DE TOLEDO

*Cíntia Wolfart*¹

Resumo: Em meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “História e Criminalidade: um estudo de Processos Judiciais de sedução e rapto da Comarca de Toledo (1950-1970)”, desenvolvido no ano de 2012 no curso de História da Unioeste, analisamos os depoimentos de réus, denunciante e testemunhas, bem como, o conteúdo presente nos processos crimes de sedução ocorridos na Comarca de Toledo-PR entre os anos de 1950 e 1970. A importância dessas fontes para pesquisa histórica se dá pelo fato de possibilitar o contato com sujeitos que em sua maioria situavam-se em níveis sociais e econômicos subordinados da sociedade regional. Cabe observar que este estudo possibilitou compreender os vários motivos que levaram os familiares até a Delegacia de Polícia de Toledo. As queixas não se referiram somente à perda da honra e aos insultos morais sofridos. Muitas jovens lá chegaram por ser uma possibilidade de recuperar um amor perdido, outras pretendiam a formalização do casamento, podendo ou não ser associados a uma possibilidade de condições mínimas de vida, tanto em termos de questão econômica como social. Nos casos em que as “ofendidas” estavam grávidas, as queixas poderiam estar relacionadas à busca de estabilidade e segurança material, dentre outros.

Palavras-chave: Processos judiciais; Comarca de Toledo; Cotidiano

Este artigo apresenta alguns resultados obtidos em meu trabalho de conclusão de curso intitulado “História e Criminalidade: um estudo de Processos Judiciais de sedução e rapto da Comarca de Toledo (1950-1970)”, defendido no ano de 2012 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Analisei depoimentos de réus, denunciante e de testemunhas, bem como, o conteúdo presente nos Processos Judiciais.

Procurei estudar a história da Comarca de Toledo por meio desses documentos, objetivando com isso visualizar as estratégias usadas cotidianamente pela população da Comarca em relação aos problemas característicos da sociabilidade local. Propus fazer um tipo de história social das mulheres, suas relações amorosas, sexuais e sociais, tomando como foco as conexões entre a legislação e as práticas locais e o conjunto de estratégias sociais formuladas a partir dessas relações.

O crime de sedução era mencionado no Código de 1940, em seu artigo 217, o qual punia a quem seduzisse “[...] mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela mantido conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”². Ismael Antônio Vannini, em seu trabalho intitulado História, Sexualidade e Crime: imigrantes e descendentes na (RCI) Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul

¹ Graduanda pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Consultar Código Penal brasileiro de 1940, DL-002.848. Título VI Dos crimes contra os Costumes, artigo 217 no que se refere ao crime de sedução. Disponível em: <http://www.dji.com.br/codigos/1940_dl_002848_cp/cp217a218.htm>. Acesso em: 26 out. 2012.

(1938/1958), discute os significados dos termos “inexperiência” e “justificável confiança” apresentados no artigo 217.

A expressão “justificável confiança” que o código enfatiza diz respeito aos fatores que levaram a vítima a confiar seu corpo e sua virgindade a seu deflorador. Se o termo “inexperiência” denotava inocência e desconhecimento sobre as malícias do sexo, a confiança denotava os fatores e argumentos que o sedutor teria usado para iludir a vítima. Para a maioria dos juristas que atuaram na elaboração do Código de 1940, o elemento que mais caracterizava a sedução era a “justificável confiança”, especialmente quando forjada pela promessa de casamento (VANNINI, 2008, p.164).

Deste modo, quando uma mulher mantinha relações sexuais diante das promessas de casamento, ela e o Sistema Judiciário entendiam que o “deflorador” deveriam assuir o compromisso após o ato, ou seja, o casamento. No entanto quando ele se negava a reparar, os dispositivos legais eram acionados, geralmente pelo pai das jovens. “O grande número de atribuições à sedução com a justificativa da promessa de casamento representava, antes de tudo, o amparo que a jurisprudência dava aos valores morais da virgindade” (VANNINI, 2008, p.165).

Dentre os processos crimes selecionados para apresentar alguns dos acontecimentos ocorridos na Comarca de Toledo, destaco o processo que trata do caso sucedido na localidade Dez de Maio, no Município de Toledo. Neste processo crime, “Giovane”,³ com 42 anos de idade, lavrador, natural de São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, pai da jovem chamada “Loriana”, com 17 anos de idade, também, como o pai, natural de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul, registrou queixa contra o namorado da jovem, por tê-la seduzido e a engravidado na localidade denominada Dez de Maio, Município de Toledo.

Neste processo “Giovane” expôs e requereu as autoridades judiciais, que o namorado de sua filha, chamado “Juliano”, lavrador, natural de Itajaí, Santa Catarina, com 22 anos de idade, solteiro, residente na mesma localidade, na casa do queixoso, havia aproveitado da ausência dele e de sua esposa e da “inexperiência e justificável confiança” de sua filha “Loriana”. Com ela manteve conjunção carnal, a seduziu e engravidou. Declarou ainda, que sua filha era menor de dezoito anos de idade, como comprovava a certidão de nascimento dela (NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA (NDP). Processo Criminal nº 0324/028. Toledo, PR, 1964, p. 7).

No dia 30 de Março de 1964, a adolescente “Loriana” compareceu na Delegacia Regional de Polícia de Toledo, para depor sobre o seu “desvirginamento”. Junto com seus familiares, acusava seu namorado, denominado “Juliano”, de ter aproveitado da ausência dos seus pais, para manter conjunção carnal com ela, ainda a seduzido e a engravidado.

Martha de Abreu Esteves, em seu estudo sobre o Rio de Janeiro, comenta que nos relatos das ofendidas eram muito comuns as justificações das promessas de casamentos: “a forma mais comum de sedução, no sentido jurídico para a época, era a promessa de casamento. No entender das autoridades, ela atuava energicamente sobre o espírito da mulher, seria a causa suficiente para seu consentimento [...]” (ESTEVES, 1989, p. 55).

Com a leitura dos processos, notamos que um dos fatores recorrentes alegados em depoimentos e que levava as jovens a manterem relações sexuais, era justamente as

³ Para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos nos documentos judiciais optei por usar pseudônimos, pois dentre outras questões, tratam de processos ocorridos há poucas décadas atrás.

promessas de casamento, ou seja, a sedução. Entretanto, o juramento de matrimônio feito pelos rapazes era um bom motivo para elas cederem e, ao mesmo tempo, pode ser compreendido como uma forte alegação utilizada pelas mulheres e seus familiares para justificarem a sua conduta sem serem questionadas ou classificadas como mulheres fáceis.

“Juliano”, no dia 08 de abril de 1964, na Delegacia de Polícia declarou que foi o autor do defloramento da menor “Loriana”, ocorrido no dia 1º de janeiro, na casa da “vítima”, momento em que seus pais se encontravam ausentes. Afirmou que era namorado da menor “Loriana” e gostava muito dela, além disso, desejava contrair matrimônio com ela a fim de reparar o mal que havia lhe causado.

No dia 12 de fevereiro de 1965, “Juliano”, foi interrogado novamente no Fórum Estadual, na sala de audiências daquele juízo, em Toledo, respondeu que “Loriana” sempre teve muita confiança no interrogado e que seus pais não se importavam com o fato de os dois ficarem sozinhos, inclusive em bailes públicos. Que ele, denunciado, não deveria com ela casar porque os seus pais a deixavam muito à vontade, mas que quando começou a namorá-la gostou dela e desde o princípio fez promessas de casamento, alegou que essas promessas eram verdadeiras e ainda tinha vontade de casar com ela. Ele supunha que a jovem tinha afeição amorosa por ele e queria casar-se, mas não sabia dizer se ainda tinha o mesmo propósito, pois já fazia um ano que não se falavam (NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA (NDP). Processo Criminal nº 0324/028. Toledo, PR, 1964, p. 31).

Nas palavras do acusado notamos que ele parecia não concordar com a liberdade oferecida pelos pais a jovem “Loriana”. O depoimento nos mostra a visão do indiciado com relação a sua idealização de uma mulher para se casar. Dentre as quais acreditava que ela deveria ficar confinada no espaço privado.

No caso em tela verificou-se que o histórico de vida comportamental feminino na sociedade era um fator importante nas escolhas e decisões de um homem pela mulher desejada. Não ser recatada, frequentar alguns lugares públicos como bailes, relacionar com determinadas pessoas como com homens, etc., parecia que não eram comportamentos admissíveis a uma mulher honesta.

A promessa de casamento feita pelos sedutores era uma forma de conseguir a confiança das jovens para a realização da relação sexual. Nesse sentido, o dispositivo jurídico era acionado quando o namorado da “vítima” havia mantido relação sexual com uma moça e depois se negava a casar.

Outro processo movido em 1966 envolve “Marilene” de 17 anos de idade, doméstica, natural de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, residente na localidade de Novo Três Passos distrito do município de Marechal Cândido Rondon. Em depoimento, “Marilene” declarou que seu namorado “Rômulo” conseguiu manter relações sexuais com ela por meio das promessas de casamento. Ela apresentou os fatos da seguinte forma,

[...] há mais de dois anos travou namoro com o individuo “Rômulo”; que este com promessas de casamento com a declarante foi pretelado, até que em dias do mês de dezembro do ano passado com as mesmas promessas conseguiu ludebriar a boa fé dela declarante e por volta das vinte e três horas aproveitou-se da oportunidade de se encontrar na cosinha da casa e como o pae digo os pais da declarante estivessem dormindo manteve relações sexuais na própria cosinha da residencia da declarante; que continuando sempre com propostas de casamento transferiu residencia para o Estado do Rio Grande do Sul, tendo deixado sua vitima grávida recusando-se a contrair matrimonio; que a declarante é moça de bons procedimentos e jamais teve relações com outro homem; que apresentará

oportunamente testemunhas que dirão sob seu procedimento; que somente entregou-se a “Rômulo” por ter este insistentemente lhe prometido casamento (NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA (NDP). Processo Criminal nº 0540/049. Toledo, PR, 1966, p. 7).

Nas declarações de “Rômulo”, com 21 anos de idade, natural de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, solteiro, agricultor, também residente na localidade denominada Novo Três Passos, distrito do município de Marechal Cândido Rondon, declarou que não foi o primeiro homem a ter encontros amorosos com “Marilene”, ao ter mantido relações sexuais com ela notou que não era mais virgem. Além disso, disse que tinha um grau de parentesco com “Marilene”. Ou seja, era primo de segundo grau dela.

Importante observar as estratégias usadas por “Rômulo” para fugir da possível condenação. Primeiro ele afirmou que notou que ela não era mais virgem durante a relação sexual, entretanto ao mesmo tempo ele negou ter mantido as referidas relações íntimas com “Marilene”. Além disso, declarou que sabia que ela era moça que gostava de namorar e era bastante conhecida na localidade como moça “volúvel” e com estranheza teve o conhecimento de que “Marilene” estava grávida e de ter sido imputado como o responsável.

No processo encontramos uma cópia autêntica de uma Carta assinada pelo acusado “Rômulo”, onde é possível perceber outra versão dos fatos, esta realizada em um momento em que não havia intermediação da Justiça. Chama atenção, neste caso, que os termos usados por “Rômulo” para se referir à “Marilene” são bastante diferentes daqueles que utilizou quando estava sob julgamento:

Marechal Cândido Rondon, 23 de fevereiro de 1966, prezada “Marilene”. Cordiais saudações, eu como um grande covarde estou fugindo de você com o coração ardendo como fogo, eu estou me terminando, talvez a tempo eu te consolo, você/não merece isso eu sai mais para evitar a grande conseqüência vou mundo a fora sofrer como um ‘cão’ para pagar o meu grande erro que eu pratiquei. Um grande favor eu te peço, não pratique uma injustiça com esta criança que esta no teu ventre pois pense, ela é inocente e tem o direito de nascer pois a minha honra tu tens do que precisa que um homem pode ter pois eu estou me terminando, pois não pareço pai sei que em um inoscente para vir ao mundo, quero sofrer quero pagar o erro que eu pratiquei peço que não ponha a culpa a cima de ninguém porque somente foi eu que enganou você foi eu somente eu agora vou terminar porque não agüento mais adeus “Rômulo”, não pensa que sofres sozinha eu também sofre pois, eu não tenho mais (NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA (NDP). Processo Criminal nº 0540/049. Toledo, PR, 1966,p. 15).

No termo de interrogatório “Rômulo” alegou que deixou da referida namorada pela proibição de seus pais, porque “Marilene” era prima da mãe dele e a família era contra o namoro, além disso, o tempo de namoro foi realizado escondido de seus familiares. Declarou que no princípio tinha intenções de casar com ela, mas depois decidiu esperar, pois segundo ele, sabia que ela saía com outros rapazes, decidiu sair de casa e ir para o Rio Grande do Sul porque seu pai tinha achado ruim o que tinha feito a “Marilene”.

Como vimos anteriormente, mais uma vez o acusado usou como justificativa de seu procedimento, o argumento relacionado à saída de “Marilene” do ambiente doméstico com outros homens. Além disso, o possível grau de parentesco com ela, e pelo desgosto do seu

pai quanto à relação sexual, que resultou na gravidez. No entanto, o conteúdo da carta demonstra que existia afeto de “Rômulo” por “Marilene”, o qual talvez não fosse suficiente para levar ao casamento, daí o porquê dele usar como manobra de defesa acusar “Marilene” de “mulher fácil”. Em outros termos, tal atitude pode ser entendida como uma estratégia adotada por “Rômulo” para se livrar de uma possível pena, também para justificar sua conduta diante da sociedade.

No caso em tela, houve extinção da punibilidade do acusado porque a “vítima” no decorrer do percurso do processo acabou contraindo matrimônio com outro homem chamado “Bernardo”. Nesse sentido, a própria justiça acabou optando pela extinção da punibilidade, mesmo não tendo ocorrido casamento entre “Marilene” e o acusado.

Se no decorrer do processo a “vítima” se relacionasse com outra pessoa, a justiça poderia acabar com o processo que seria considerado, então, encerrado. Esse fato mostra que uma mulher “desvirginada” não poderia ficar sozinha. Somente uma união estável, ou seja, o casamento poderia libertá-la dessa sua condição de desonrada.

As promessas de casamento na região estudada eram comuns na época. O historiador Vannini observou situações parecidas em processos crime analisados na Região Colonial Italiana. Para o autor a promessa de casamento naquela região foi uma forma pertinente da atuação dos sedutores para conseguir a confiança da mulher. (VANNINI, 2008, p.165).

Deste modo, quando uma moça sob juramento de casamento depositava a confiança no rapaz e este se negava a “repará-lo” a Delegacia de Polícia era procurada para resolver o caso. Nesse sentido, podemos dizer que o dispositivo legal era ativado por esses sujeitos também com o intuito de defender alguns valores morais. Por outro lado, a promessa de casamento, como mencionado anteriormente, era algo de muita importância, tanto que a própria justiça (lei) acabava eliminando a pena se o réu desejasse casar com a jovem. Contudo, a jovem poderia concordar com o casamento com outra pessoa como uma forma de salvar sua honra.

Através das fontes analisadas podemos saber que os jovens da Comarca de Toledo nos anos 60, usavam várias estratégias para conseguir seus interesses. Os rapazes usavam a promessa de casamento para poderem concretizar seus “intentos libidinosos”, ao mesmo tempo, as moças aparentemente sabiam que ao serem desvirginadas, o parceiro deveria assumir esse compromisso, mesmo que a solução para o caso fosse mediado pela Justiça.

São vários os motivos que levaram os familiares até a Delegacia de Polícia de Toledo. As queixas não se referiram somente à perda da honra e aos insultos morais sofridos. Muitas jovens lá chegaram por ser uma possibilidade de recuperar um amor perdido, outras pretendiam a formalização do casamento, podendo ou não ser associados a uma possibilidade de condições mínimas de vida, tanto em termos de questão econômica como social. Nos casos em que as ofendidas estavam grávidas, as queixas poderiam estar relacionadas à busca de estabilidade e segurança material.

Referência bibliográfica

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

PIARANGELLI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil**: evolução histórica. Bauru, SP: Jalovi, 1980.

VANNINI, Ismael Antônio. **História, sexualidade e crime**: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958). 2008. 247p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Fontes

Processos crimes de sedução da década de 1960, arquivados no Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa (NDP) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *Campus* de Toledo.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA (NDP). **Processo Criminal nº 0324/028**. Toledo, PR, 1964.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA (NDP). **Processo Criminal nº 0540/049**. Toledo, PR, 1966.

A OUTRA VOLTA DO PARAFUSO – VARIAÇÕES SOBRE UMA AULA PÚBLICA¹

Cristina Daniels²

Resumo: Trata-se de analisar as impressões produzidas por uma aula pública em frente à prefeitura municipal de São Paulo como parte das jornadas de junho. Essas impressões nos reenviam à inversão entre real e irreal, subjetivo e objetivo, exaustivamente exploradas pela Escola de Frankfurt, e à sua vinculação com a primeira grande inversão que afetou a representação da realidade: o giro de 1848 e a mudança de campo da totalidade social. No extremo oposto da linha temporal, somos conduzidos ao surgimento da doutrina neoliberal e à mudança do capitalismo para a era da financeirização, estabelecida a partir da terceira revolução industrial. Em paralelo, no plano nacional, o marco temporal mais antigo se dá com o golpe civil-militar de 1964 e contemporaneamente com a figura do ornitorrinco pela qual Francisco de Oliveira define o estatuto do nosso modelo socioeconômico truncado entre o desenvolvimentismo e a era digital. A contextualização estende problematização inicial da representação da aula pública à representação da sociedade contemporânea em sua totalidade e a partir de nossa realidade específica.

Sob um chuvisco indeciso no início de noite fria, em frente à sede da prefeitura de São Paulo, a assembleia daquela aula pública sobre a extinção da tarifa nos transportes coletivos acompanhava o professor de filosofia no raciocínio de extrair a cifra da inesperada mobilização nas ruas, não como propagava o *mainstream* do poder da mídia mas, sim, dos fortes laços de confiança e amizade³ atando a persistente organização do movimento que disparara os protestos sociais (o Movimento Passe Livre, claro). Paradoxalmente, uma verdade simples e óbvia tão perfeitamente soterrada pelas racionalizações que substituíram o pensamento que dizê-la era um desplante, tanto mais quanto era tácito que isso em nada a arrancava a seu segredo⁴. O juízo cristalino emergia como num devaneio.

¹ Trata-se da “aula pública” sobre tarifa zero, organizada pelo MPL e realizada em frente à prefeitura de São Paulo, em 27 de junho deste ano.

² Doutoranda em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

³ Paulo Arantes, é ele o professor, remete a um artigo do sociólogo Malcolm Gladwell, “A revolução não será tuítada”, sobre a importância dos laços de camaradagem para o ativismo de risco, e de alto risco como a luta dos negros por direitos civis, em 1960, na Carolina do Norte (EUA).

⁴ “O poder magnético que as ideologias exercem sobre os homens, mesmo quando já dão sinais de estarem rotas, explica-se para além da psicologia, pela decadência objetivamente determinada da evidência lógica enquanto tal. As coisas chegaram ao ponto em que a mentira soa como verdade e a verdade como mentira. Cada declaração, cada notícia, cada pensamento está preformado pelos centros da indústria cultural. O que não traz a marca familiar dessa preformação está, de antemão, destituído de credibilidade, tanto mais que as instituições de opinião pública fazem acompanhar aquilo que divulgam de milhares de comprovações factuais e de toda plausibilidade de que se pode acompanhar o poder de disposição total. A verdade que tenta se opor a isso não só porta o caráter inverossímil, como é, além disso, pobre demais para entrar em concorrência com o aparato de divulgação altamente concentrado.” Adorno, *Minima Moralia* (trad.) Luiz Eduardo Bicca, São Paulo, Ática, 1993, “Pseudómenos”, p. 94.

De fato, era de devaneio que se falava a seguir. Se “o gigante acordou”, como dizia o temerário eco nas ruas dessa velha metáfora, com o que terá sonhado todo esse tempo, isto é, desde o golpe civil-militar que em 1964 levara o país ao sono profundo? – Bem entendido, sonhado não no sonho noturno, povoado de conteúdos inconscientes e memórias, mas no devaneio em vigília, “diurno”, no qual licenciosamente alguém se evade da opressão e do sofrimento diários e propõe-se uma realidade com enredo de sua própria autoria. Em outras palavras, perguntava-se por aquilo que, depois do golpe, entre nós, habitando a mente sob formas despertas de evasão, engendradas aqui e não em Marte, diga-se de passagem, poderia lançar luz sobre as inclinações, nem todas desejáveis certamente, de resistência ao *status quo*. Conhecer esses sonhos de transformação social era descobrir sua analogia com a organização na base do movimento que acendeu o pavio das jornadas de junho.

Lembremos agora, antes de prosseguir, que em seu ensaio sobre a Indústria Cultural, Adorno e Horkheimer diagnosticam a dissolução dos laços interpessoais como efeito da cultura alienante. A vida do burguês “se divide entre o negócio e a vida privada”, que “se divide entre a esfera da representação e a intimidade”, que “se divide entre a comunidade mal-humorada do casamento e o amargo consolo de estar completamente sozinho, rompido consigo e com todos”. “O habitante das grandes cidades de hoje” “só pode conceber a amizade como *social contact*, como o contato social de pessoas que não se tocam intimamente”⁵. Mas para além disso é preciso também chegar à razão que está na origem dessa dissolução dos vínculos individuais, qual seja, a identificação dos indivíduos com a falsa universalidade produzida pelo Capital - que implica reciprocamente a pseudoindividualidade⁶. Não pode existir sintonia entre relações individuais abstraídas de sua inserção na totalidade dos vínculos sociais, ao contrário, seu inevitável esvaziamento reflete a centralidade do Sujeito Automático, ou Capital como fim em si mesmo, na orientação de todos os processos sociais, cuja falsa finalidade, portanto, condiciona a dissuasão aparentemente imediata dos vínculos.

Voltando agora à ambiência daquela aula pública, da tosca perspectiva submersa no desvario de membros de uma sociedade cuja razão degenerou em mito, tornava-se imperioso torcer para que as falas fizessem sentido, para ser suspensa por um instante a inversão de real e irreal⁷, como se o limiar da opacidade ideológica se houvesse materializado ali mesmo numa parede inacreditavelmente absoluta e prestes a cair. Retornados à indistinção no lusco-fusco dos *spots*, acuados contra a autoridade da fachada do prédio municipal e sob a acachapante parafernália sonora que subia de um mega-show no Vale do Anhangabaú, os integrantes daquele círculo viam-se assombrados por outro concílio fantástico em cujo centro dominava a coreografia de dois professores⁸ transformados em xamãs. Porque especialmente ali era possível sentir a força com que a ideologia bania do real sua singularidade concreta⁹. Que em qualquer lugar e em boa prosa

⁵ *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1996, p. 146

⁶ *Ibidem*, p. 147.

⁷ Essa inversão é análoga a esta que faz Adorno: “Os conceitos de subjetivo e objetivo foram completamente invertidos. O que se chama “objetivo” é o lado não controverso pelo qual aparecem as coisas, seu clichê aceito inquestionadamente, a fachada composta de dados classificados, em suma: o que é subjetivo; e o que as pessoas chamam de “subjetivo” é o que rompe tudo isso, o que entra na experiência específica de uma coisa, dispensa os juízos convencionados sobre isso, colocando a relação com o objeto no lugar da resolução majoritária daqueles que sequer o contemplam, quanto menos o pensam, em suma: o que é objetivo”. *Minima Moralia*, op. cit., “Sem medo!”, p. 60.

⁸ O outro professor era Lúcio Gregori, ex-secretário municipal de transportes na gestão de Luíza Erundina (1989-1993) idealizador do projeto tarifa zero, o que não era a menor paradoxo daquela aula.

⁹ Esse desterro da objetividade varia a inversão já referida à nota 11.

se defenda ligações individuais sólidas e projetos de liberdade vem mostrar apenas a existência de uma inabalável convicção da natureza “interior” que os encerra ou, por outra, elimina da empiria. É justamente do seu recalçamento que se trata nesse processo de interiorização¹⁰.

Desse modo podemos dizer que a pergunta pelo devaneio de resistência ao qual, aliás, a dupla conjuração também não deixava de corresponder, pressupõe o seu oposto, o aprisionamento no total e permanente devaneio em sociedade¹¹, do qual o anterior é um derivado indispensável à sobrevivência do espírito. Sabe-se que a falsificação do universal que lhe concerne, com o respectivo corolário da atomização social, remonta modernamente a 1848, ao massacre do proletariado que expôs a falácia da revolução burguesa e decretou a luta de classes a céu aberto¹². Esperando ajudar alguma coisa, malgrado o pastiche simplório, importa lembrar, em continuidade, que aqui figura o primeiro deslocamento decisivo do sentido da sociedade como expressão da finalidade última do modo de organização e produção de riquezas estabelecida pelos indivíduos que através dessa relação põem em movimento o motor da história, traduzido, por sua vez, na incisiva equação de Paulo Arantes como “o nexa entre processo cognitivo e evolução social”¹³. A inaugural e decisiva ruptura desse nexa expressa o desengate da razão do processo de transformação social, sua vendeta aos interesses da classe dominante que significou a mudança de campo do ponto de vista da totalidade social doravante delegado à classe revolucionária, o proletariado. Ao fim da Primeira Guerra, a perspectiva revolucionária também despontava comprometida. Nesse frágil contexto subsistia a ilusão de uma plataforma comum sustentada pela noção de progresso que amarrava ideais socialistas e interesses burgueses. Digamos que tenuamente que fosse o compromisso da ordem estabelecida com a evolução social se mantinha admitindo-se que as ideias que sustentavam a cultura burguesa não

¹⁰ Adorno dedica um tomo inteiro da *Dialética Negativa* a expor o recalçamento da liberdade no bojo mesmo da revolução burguesa.

¹¹ Remetemos à clássica exposição de “Elementos do antissemitismo”: “como a real emancipação dos homens não ocorreu ao mesmo tempo que o esclarecimento do espírito”, na sociedade de massas, a cultura reificada reduz-se à semicultura, o “espírito objetivo”, subproduto entre a animalidade e a razão que interdita a reflexão e condiciona o indivíduo à paranoia. Esta é para ele uma “tentativa de tomar posse pelo espírito de tudo aquilo que sua experiência não alcança, de dar arbitrariamente um sentido ao mundo que torna os homens sem sentido” mas também de “difamar o espírito e a experiência de que está excluído e de imputar-lhes a culpa que, na verdade, é da sociedade que o exclui do espírito e da experiência”. Adiante lemos: “Na fase totalitária da dominação, a semicultura chama de volta os charlatões provincianos da política e, com eles, como *ultima ratio*, o sistema delirante, e o impõe à maioria dos administrados já amolecidos, de qualquer maneira, pela grande indústria e pela indústria cultural. Hoje em dia é tão fácil para uma consciência só devassar o absurdo da dominação que ela precisa da consciência doente para se manter viva. Só os loucos que sofrem do delírio de perseguição toleram a perseguição em que necessariamente resulta a dominação, na medida em que lhes é permitido perseguir os outros”. In *Dialética do Esclarecimento*, op. cit., p. 182 e 184.

¹² Abalo histórico que significou a mudança de campo do ponto de vista da totalidade, brilhantemente analisado por Marx, no calor da hora, como se sabe, no ensaio que se chamou “Dezoito Brumário; cujo comprometimento decisivo para a representação da realidade, na arte e como em todo o conhecimento, Lukács foi o primeiro a especificar. Para as consequências da rotação de 1848 na experiência cultural brasileira, ver Paulo Arantes, *O Fio da Meada: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional*, São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 31ss.

¹³ Em *Sentimento da Dialética* a forma clássica desta última que é a do pensamento é assim formulada em contraposição à outra, negativa, que a interrompe e perfaz, na forma específica da realidade brasileira, a dinâmica inaugurada no centro do sistema com o giro de 1848. Paradoxalmente trata-se de uma antecipação da inversão de sinal da *Aufklärung* como desenlace ideológico da última fase do capitalismo assinalada pela terceira revolução industrial. A clássica análise de Roberto Schwarz (exposta em *Ao Vencedor as Batatas e Um Mestre na Periferia do Capitalismo*) ensina que a segunda fase da obra de Machado de Assis, estilizando esse movimento, expressa já no século XIX uma *Ideologiekritik* que só muito tempo depois os frankfurtianos tornarão conhecida.

eram falsas, o que não era acreditar que já estavam realizadas. Afiançado pela noção de progresso, o Capital pressupunha a capacidade de superação das próprias contradições na medida em que lhe eram apresentadas. A liquidação terminal da civilização burguesa com o advento da Segunda Guerra Mundial vai levar a uma nova torção do sentido da totalidade das relações sociais: desbancado o progresso, exposto na forma dos desmandos do Mercado o verdadeiro princípio reitor da ordem vigente, o Estado chama a si a prerrogativa de expropriação mercadológica, devidamente concebida como princípio de intervenção econômica que tendo o *welfare state* por nome de batismo emergiu como derradeira e artificial tentativa de impor a lógica do Capital pintando-a com as tintas da via (tortuosa) de realização da finalidade social última, o indivíduo. A derrota do Estado de Bem Estar Social, com o fim dos trinta anos gloriosos ao término da década de 1970, a supressão da bipolaridade ideológica com a queda da URSS, na década de 1980, e a consumação da terceira revolução industrial que levaram a passagem do capitalismo à era da financeirização permitirão de uma vez por todas a naturalização e desumanização do sistema, portanto, o desengate explícito da lógica do Capital do compromisso com uma sociedade superior. O regime capitalista passa a dispensar a legitimação do liberalismo, contentando-se com a desfaçatez da autoimposição atribuída ao mérito de sua própria existência, ou melhor, da imposição pela força das armas e da concentração do poder econômico¹⁴. Faz-se profissão de fé da desqualificação da razão, a começar pela naturalização do *status quo* por via da doutrina sumária, galhofa com que o regime não faz caso em destratar a indumentária da ciência com que antes vestia o liberalismo. Dessa maneira, à derrocada e inversão dos ideais iluministas corresponde a elevação da liberdade do mercado a valor absoluto, tendo em vista a manutenção de um sinistro e obscuro “equilíbrio social”. Este, entre outras fatalidades, compreende a benéfica existência da desigualdade e a sujeição da democracia ao primado da economia assim como da realização dos direitos civis à capacitação dos indivíduos para a atuação no mercado e assunção de riscos financeiros¹⁵.

Sabe-se que por aqui a notícia daquele nexos antiquado, vulgo motor da história, já chegou duplamente avariada porque na Europa há muito a Revolução Francesa estava desenganada e porque nunca existira projeto social no país, tanto assim que por muito tempo corremos atrás da modernização conciliando escravidão e ideias iluministas sem nenhum remorso. Nessa marcha é que na primeira metade do séc. XX consumou-se a industrialização e a superação do patrimonialismo rural esperando-se que a efetiva superação do atraso viesse da aliança com a burguesia nacional com que os socialistas pretendiam enfrentar o imperialismo de costas para a luta de classes. Como já mostrava a história, no momento derradeiro, prevaleceu o interesse da propriedade e a nossa burguesia deu para trás, mesmo ao preço de uma posição subalterna em relação aos seus congêneres no plano internacional¹⁶. Com o golpe civil-militar que em 1964 deu vitória ao

¹⁴ A recriação do liberalismo levada a cabo por Hayeck incluiu a destruição da teoria neoclássica (fundamentada no conceito do “homem econômico racional”), dentre todas a mais vocacionada a legitimá-lo. Certamente não é uma das menores razões por que ela nasce como doutrina e não ciência. Cf. “O projeto neoliberal para a sociedade brasileira”, onde, como em outras exposições, Leda Paulani faz uma elucidativa contextualização do neoliberalismo, sem dúvida no propósito missionário e iconoclasta de iniciar os leigos em economia. In *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*, São Paulo, Boitempo, 2008.

¹⁵ Cf. Perry Anderson, “Balanço do Neoliberalismo”. In Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

¹⁶ Ver o já clássico “Cultura e política – 1964-69” de Roberto Schwarz in *O pai de família*, São Paulo, Paz e Terra, 1992. Da perspectiva econômica, ver Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo, 2003.

imperialismo “começamos a perder nossa capacidade de autogoverno”, sentencia Paulo Arantes¹⁷. Enfim, aportava aqui a perda da continuidade social das ideias. Com a terceira revolução industrial o país deixava para trás as veleidades do desenvolvimentismo e entrava para a zoologia geopolítica na figura do ornitorrinco, classificada por Chico de Oliveira: um sistema sócioeconômico que já não é capaz de “ ‘consciência’, mas apenas de replicação superestrutural”. Tendo superado o subdesenvolvimento mas impedido de alcançar a terceira revolução ele se configura apenas como uma evolução truncada incapaz de “seleção”¹⁸. Mencione-se que, na década de 1980, o novo sindicalismo¹⁹ ainda resistiu, mas na seguinte o neoliberalismo oficializou nossa inversão informal da *Aufklärung*.

[Após o golpe de 1964]“ a recuperação capitalista de aspirações libertárias, próprias até então à tradição antiburguesa, começara também no Brasil, desativando em vários pontos o sistema de alternativas em que se inspira o engajamento socialista. A certeza da esquerda, segundo a qual o partido do movimento era ela própria, ao passo que seu adversário seria conservador e passadista perdia o pé na realidade (e se mantinha viva ao preço de as palavras ficarem sem sentido)”²⁰.

Esse desenlace contemporâneo das desventuras do sentido da totalidade social exige um reparo à nossa formulação da paranoia coletiva, ou melhor, a atualização de sua peculiaridade. Analisando esse desdobramento do capitalismo nas últimas décadas, por meio do qual “o que era esqueleto no armário se tornou bandeira pública” Roberto chama a atenção para o fato de que isso constitui “*o mistério específico da nova fase: como entender que essa bandeira seja aclamada?*”²¹. A viravolta que levou a sociedade ao antípoda da *Aufklärung* carregou também para bem longe sua capacidade de autoconsciência.

Voltando à nossa aula, podemos então dizer que era preciso *torcer* pela anulação da inversão entre real e irreal porque se tratava de *emergir* do irracionalismo. Dito de outra maneira, no reino da anti-*Aufklärung* a coerência não está mais em disputa por isso é preciso esperar que a própria insatisfação e o sofrimento que já não têm mais expressão “estourem” o âmbito do artifício formal em que o pensamento se vê confinado. Não é o absurdo que substitui a racionalidade como concepção do mundo, mas a própria racionalidade é que se converte em absurdo, eis a advertência de Adorno, que prossegue: “A contradição imanente do absurdo, o *nonsense* em que acaba a razão, abre enfaticamente a possibilidade de algo verdadeiro que sequer se possa pensar”²². Muito longe de ceder ao irracionalismo trata-se de resistir à paralisação da dialética entre forma e conteúdo, essência e aparência; é necessário poder pensar hoje os conteúdos do pensamento não como reflexão mas como objetividade opaca que falsifica e aprisiona a consciência.

Aqui, nem que seja por provocação, não podemos deixar de lembrar que, segundo Paulo Arantes, o principal mérito da análise machadiana de Roberto Schwarz, sem descartar consequências, inclusive, para o âmbito da crítica literária universal, reside no diagnóstico da elevação à forma daquilo que era conteúdo problemático (o ambíguo

¹⁷ Paulo Arantes, “Fim de jogo” in *Extinção*, São Paulo, Boitempo, 2007, p. 224.

¹⁸ Francisco de Oliveira, op. cit., p. 150 et passim.

¹⁹ Sobre os reflexos dessa transição na cultura nacional, ver Roberto Schwarz “Altos e baixos da atualidade de Brecht” in *Sequências Brasileiras*, São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

²⁰ Ibidem, p. 128.

²¹ Ibidem, p. 145.

²² Traduzido do espanhol: “Intento de entender *Fin de Partida*.”, in *Notas sobre Literatura II*, Obra completa, Madrid, Akal, 2003, v. 11, p. 299, 308.

discurso da classe dominante) na primeira fase do romance machadiano. Ora, talvez não seja muito forçado dizer que essa passagem de um conteúdo à forma não exclui de seu caminho o devaneio de resistência. Certamente a energia acumulada pelos sonhos que atravessam a cabeça das pessoas enquanto se rouba sua existência faria voar pelos ares a armadilha da interversão das ideias que obscurece tudo que, entretanto, mesmo sufocado continua a fazer o sentido da vida. Não é preciso desanimar perante o desterro da verdade para a qual há critérios suficientes, principalmente quando se faz valê-la “com aquela indignação onde ecoa a harmonia enfurecida de todas as pessoas razoáveis”. Sem dúvida, variando o ângulo, é na mesma ressonância objetiva que se fia Adorno²³.

Referência bibliográfica

- ADORNO, T. W. **Minima Moralia**, trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, T.W. **Dialética Negativa**, trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: 2009.
- ADORNO, T.W. “Intento de Entender *Fin de Partida*”. In **Notas Sobre Literatura II**, Madrid, Akal, 2003, Obra Completa, v. 11.
- ADORNO, T.W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- ANDERSON, P. “Balanço do Neoliberalismo. In Sader, E. e Gentili, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARANTES, P. “Fim de Jogo”. In **Extinção**, São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, P. **O Fio da Meada: Uma Conversa e Quatro Entrevistas Sobre Filosofia e Vida Nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ARANTES, P. **Dialética e Dualidade Segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GLADWELL, M. “**A Revolução não será tuitada**”, publicado por *Observatório de Imprensa*, em 14-12-2010, edição 620. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/155565062/A-revolucao-nao-sera-tuitada-MALCOLM> GLADWELL. Acesso em 21 de março de 2014.
- OLIVEIRA, C. **Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrico**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAULANI, L. **Brasil Delivery: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SCHWARZ, R. **O Pai de Família**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

²³ *Minima Moralia*, “Sem medo!”, op. cit., p. 60.

SCHWARZ, R. “Altos e Baixos da Atualidade de Brecht”. In **Sequências Brasileiras**, São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SCHWARZ, R. **Ao Vencedor as Batatas**: Forma Literária e Processo Social nos inícios do Romance Brasileiro. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

SCHWARZ, R. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR: CURITIBA, 1966

*David Rejes Rangel*¹

Resumo: A luta do movimento estudantil, durante os anos do regime militar brasileiro, vincula-se aos quadros de uma luta política periférica que se desenvolve na sociedade por meio de manifestações e protestos acentuados em 1966 em função da promulgação da Lei 4.464/1964, conhecida como Lei Suplicy, cuja a intenção era a de desarticular a UNE e entidades estaduais a ela filiadas. Em oposição a essa medida autoritária, iniciam-se as passeatas e protestos tanto pelos grupos conservadores, liberais ou elitistas, quanto pelos grupos populares ou revolucionários, cerrando fileiras em torno da UNE, cada qual com sua leitura de conjuntura e demandas próprias. A sociedade não ficou alheia a tão visível expressão estudantil e em Curitiba foram retratados nos jornais, interpretações sobre as passeatas e manifestações com nítidas manobras ideológicas. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender como a imprensa curitibana em 1966 retratou o Movimento Estudantil. Para tal, analisou-se diversos documentos recolhidos pela DOPS nas passeatas, dentre eles, manifestos de diversos grupos estudantis, fotos identificadas e jornais curitibanos que trataram do tema simultaneamente aos acontecimentos. Esses documentos foram analisados criticamente, lidos historicamente, e, percebemos ao final da pesquisa, que o movimento estudantil não possuía um caráter homogêneo, como quer determinada historiografia, pelo contrário, era composto por diversas instituições conflituosas entre si, e ainda, que os jornais tiveram um papel de porta-vozes do governo ditatorial militar executando um projeto de disseminação da ideologia dominante esboçadas em duas imagens: a do Estado paternalista, e outra mais profunda, de temor e de ódio em relação à manifestação popular.

Palavras chave: Instituições estudantis, Ditadura Militar, Imprensa.

No período anterior ao golpe de 1964, as lutas de classe no Brasil se acirraram. Movimentos sociais, estratos da classe média, e uma burguesia mais progressista reivindicavam reformas com implicações sociais, políticas e econômicas.

Entretanto, a burguesia brasileira associada e dependente do capital imperialista era o grupo que exercia a hegemonia e apoiou os militares a romperem com o regime democrático, impedindo as reformas sociais que colocariam em risco alguns privilégios das classes dominantes conservadoras.

Houve em seguida ao golpe militar de 1964, uma forte repressão aos movimentos sociais, inclusive ao movimento estudantil. Entretanto, boa parte do movimento estudantil não tinha um caráter radical e sim conservador, ou liberal elitista uma vez que suas reivindicações raramente contestavam a ordem capitalista, apresentando em geral críticas à política do Estado em relação aos estudantes e quando muito, à violação constitucional, ao rompimento com a legalidade. Na tentativa de desmobilizar os estudantes que aos poucos

¹ Licenciado em História pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professor na SEED/PR. Email: d.r.rangel@hotmail.com.

foram se reorganizando, o governo ditatorial criou órgãos oficiais como o Diretório Nacional dos Estudantes em substituição à UNE que ficou na ilegalidade, o que gerou muitos protestos.

Os estudantes passaram então a protestar com mais intensidade, assim como a repressão policial foi se tornando cada vez mais brutal em muitas regiões do Brasil. Grande parte dos estudantes que participam das passeatas em Curitiba, não eram revolucionários ou comunistas, apesar do que se dizia entre as parcelas conservadoras do movimento estudantil, ou pelos jornais.

Ao contrário do que se afirmava, o movimento estudantil não tinha um caráter único, imutável, e nem mesmo era revolucionário. Havia sim, diversas correntes no interior do movimento, dentre elas, as que apoiavam o governo ditatorial de forma aberta, as que apoiavam de forma tímida, as que se omitiam, as que denunciavam de forma moderada, e as que se colocavam radicalmente contra a ditadura militar.

Dessa forma, é possível afirmar com base nas fontes, que o movimento estudantil não era de forma alguma uniforme, mas sim contraditório e heterogêneo. Ele era formado por muitas instituições que adotavam posições políticas muitas vezes divergentes e conflituosas entre si.

Isso não quer dizer que não havia uma organização, ou que não possuíssem interesses em comum dentro do movimento estudantil. Quer dizer que apesar de constituir um movimento é possível percebê-lo em suas contradições. Vários grupos estudantis compartilhavam e disputavam espaço no interior do movimento, o que nem sempre aparecia nos jornais quando o teor da mensagem tinha o sentido de desmobilização.

É possível perceber que os jornais transmitiram mensagens com conteúdos ideológicos favoráveis ao governo ditatorial pedindo passividade e apontando aqueles que faziam uma crítica à ditadura como impatriotas. Apresentavam também a imagem de um governo preocupado com a educação, tentando demonstrar que os protestos realizados por todo Brasil era um reflexo de uma rebeldia imatura dos estudantes, sem motivos concretos.

Os jornais expressavam uma visão do estudante de uma forma paternalista, sendo a ditadura militar um pai que ama seu filho rebelde (os estudantes), mas que não consegue comunicar-se com ele. Percebemos isso na análise da reportagem com título “**Auxiliares do presidente culpam professores: Greve**” (DIÁRIO POPULAR, 20 de setembro de 1966, p. 6). Nessa reportagem o governo atribui parte da culpa do sucesso do movimento estudantil (em parar as universidades naquele mês de setembro e chamar a atenção da sociedade à oposição dos estudantes e à repressão sofrida por eles) aos professores que não se manifestavam.

A reportagem compara o diálogo entre Ministério da Educação e estudantes com a relação entre reitores e estudantes:

O mesmo tem ocorrido quando reitores tentam o diálogo direto com alunos, esquecendo que a própria diferença de idade e mentalidades conspira contra qualquer entendimento [...] [e aponta a solução:] [...] É necessário que os professores acordem para a realidade, abandonem sua posição cômoda de dar a aula e ir para a casa e ajudem o Governo a conversar com os estudantes, ou pelo menos digam ao governo o que está errado e precisa ser corrigido (DIÁRIO POPULAR, 20 de setembro de 1966, p. 6).

Essa última parte, principalmente o uso da expressão “pelo menos digam ao governo” revela um sentimentalismo próprio de alguém que se importa, que quer ver um

fim na má relação. Não é possível deixar de fazer a comparação com um pai que deseja avidamente fazer as pazes com seu filho.

Essa imagem paternalista é fortemente percebida na leitura dos jornais, entretanto não é a única. O pensamento dominante não é uniforme, monolítico, encaminhado por uma só via. Pelo contrário, assim como a própria classe dominante é diversa e os donos dos meios de comunicação situam-se em diversas posições dessa classe dominante, ela sofre distintas influências e parte de variados sujeitos, muitas vezes, em contradição com outros sujeitos de sua classe.

Nesse sentido, se a imagem paternalista apresentada anteriormente apresenta uma certa passividade ou permissividade senil, a imagem apresentada a seguir não corresponde à anterior. Trata-se de uma visão mais crua da natureza ditatorial.

Dessa forma, exploraremos outra imagem apresentada pelos jornais à medida que se aproximava o “Dia Nacional de luta Contra a Ditadura”, 22 de setembro de 1966. É importante ressaltar que nesse momento no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador e Goiânia, os estudantes encontravam-se nas ruas em protesto contra a ditadura e os protestos prosseguiram ainda mais fortes no dia seguinte com a adesão de Florianópolis, Belo Horizonte e Curitiba, somando-se às outras capitais já mencionadas com passeatas e greves, culminando naquele dia com uma greve geral decretada pela UNE clandestina (MARTINS FILHO, 1987).

Isso é muito significativo uma vez que no Brasil, os estudantes eram praticamente os únicos a levantarem-se contra a ditadura militar nesse momento. Os movimentos de sargentos e soldados, dos camponeses, e do sindicalismo operário tinham perdido força e sua expressão crítica contra a situação vigente havia diminuído. Entretanto, não por satisfação desses setores, mas pela desarticulação forçada pela ditadura à base de repressão física e institucional.

Num Brasil calado, os estudantes eram os únicos que quebravam o silêncio mórbido que reinava na sociedade e não é difícil perceber a ameaça que isso representava para a ditadura militar. E essa ameaça não era apenas percebida pela ditadura militar, mas por toda a sociedade, causando um inconformismo em setores da classe dominante perceptível na reportagem intitulada: “**Crise não enfraquece governo**” do jornal ESTADO DO PARANÁ do dia 22 de setembro de 1966, (PT 1548.187. p.65). Ora, podemos perceber nessa negação o temor da perda do controle por parte das autoridades, do contrário, não seria necessário afirmar o que seria óbvio, se de fato o fosse.

Na reportagem o redator da matéria comenta um pronunciamento de um deputado representando a posição oficial de Castelo Branco sobre o movimento estudantil. Segundo o jornal: “[...] [O deputado Raimundo Padilha] sustentou que os acontecimentos promovidos por estudantes estão vinculados a um programa comunista de orientação Internacional.” Chegou mesmo a qualificar os estudantes que participavam das passeatas de “comunistas – mirins” e asseverou que a “desordem organizada não voltará ao País” (PT 1548.187. p.65).

Hoje é praticamente consenso de que em 1964 Jango não pretendia instalar o comunismo no Brasil, entretanto essa foi a justificativa dos golpistas para o rompimento da ordem democrática. Dessa forma, a negação do retorno à “desordem organizada” refere-se ao governo de Jango que possibilitava a expressão de grupos até então fora da política².

² No período de governo de Jango, como se sabe, houve intensa participação popular na vida política do país, o que se mostrou inadmissível nos marcos da democracia burguesa dependente. Nesse sentido, quando as classes dominantes se pronunciavam, era a ordem sendo mantida. Quando, porém, as classes dominadas tomavam a palavra, era a desordem, o caos, a subversão.

Nesse sentido, a manifestação dos estudantes fazia as classes dominantes e os militares associarem essas passeatas com a quase onipresente manifestação popular nos tempos de Goulart, gerando ódio e temor.

O ódio dava-se por conta da associação das manifestações dos estudantes, com a participação popular do pré-golpe, mesmo que os estudantes não fossem de camadas populares. A simples reivindicação pública de seus interesses fazia com que angariassem o ódio dos militares que estavam no poder para garantir que nada mudasse no âmbito econômico e social.

O temor apresentava-se na media em que o poder dos militares não se assentava na legitimidade e sim na força. A ditadura militar então instaura o medo em todos os âmbitos sociais, lançando suspeitas de subversão em seus adversários e eliminando até mesmo fisicamente os que se opunham frontalmente.

Dessa forma, num regime controlado pela força com auxílio do medo onipresente, a perspectiva do enfrentamento massivo dos estudantes à ditadura, representou uma ameaça à dominação, ou seja, houve um sério temor da perda do controle social por parte da ditadura civil militar, mesmo que não houvesse um consenso em criticar o capitalismo, ou combater à ditadura. Não descartamos a hipótese da interiorização da própria propaganda de associação dos estudantes ao comunismo pelas classes dominantes. Nesse sentido, ao lado da imagem paternalista que se apresentava a ditadura, há também a figura do ódio e do temor em relação aos estudantes.

Veiculando essas ideias, os jornais ajudaram a formar a opinião de muitos, prejudicando os estudantes, uma vez que a associação dos estudantes à uma orientação internacional em prol da revolução imediata e radical da sociedade agia no sentido de evitar o apoio da sociedade ao movimento estudantil, e fazer com que fossem vistos no mínimo como adolescentes imaturos, vândalos e baderneiros, quando na realidade reivindicavam muitas vezes apenas contra a política do governo ditatorial para a educação, e outras vezes questionavam a quebra da democracia, denunciando os militares.

É importante acrescentar que o caráter conservador do movimento estudantil durante os primeiros anos da Ditadura Militar foi sendo gradualmente levado à posições mais radicais e contestatórias do final dos anos 1960 a 1970, quando de dentro de correntes do movimento estudantil surgiram organizações de esquerda armada.

As passeatas, protestos e ações dos estudantes, que durante o ano de 1966 fizeram parte cotidiano das grandes capitais reunindo grandes grupos descontentes, foi cuidadosamente acompanhado e investigado pela ditadura civil-militar, principalmente pela DOPS, que recolheu nessas ocasiões diversos manifestos desses grupos descontentes, que mostraram-se em vários momentos divergentes uns dos outros, isto é, portando alvos diferentes de seu descontentamento e uma visão de mundo distinta de outros grupos.

Frequentemente produziram manifestos, panfletos, que sintetizava a visão do grupo e distribuíram nas passeatas. Com base nesses manifestos recolhidos pela DOPS que vigiava os estudantes, pudemos perceber quão distintos eram os grupos em suas interpretações da sociedade brasileira e suas reivindicações de forma a alterar o objeto de sua insatisfação.

Apesar desse caráter múltiplo e distinto do movimento estudantil, a mídia buscou desarticula-lo e impedir ou minimizar o apoio da sociedade de diferentes formas, particularmente, em duas que pudemos analisar: uma no sentido de apresentar uma visão da ditadura paternalista, através de uma tentativa de diálogo com estudantes imaturos, deixando um pouco de lado a agressividade para com os estudantes. E outra forma mais crua, apresentando os estudantes nas ruas como agentes comunistas com orientações de Praga, Havana, Moscou, em prol de uma comunização brasileira, num esforço de legitimar

tanto uma violência do Estado para com esses estudantes, como para arrefecer os apoios e simpatias que em alguns momentos lograram obter de parcelas da sociedade.

Referência bibliográfica

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1977.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1961 a 1967**. 4 vol. São Paulo. Alfa-Omega. 1977.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1982.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Editora Guanabara, 1987.

FERREIRA, Jorge. (Org.) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina – 1.ed. – São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**; tradução Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de (ORG.) **1964 Visões Críticas do Golpe Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

FILHAS DE PACHAMAMA: VOZES DE CONTESTAÇÃO E RESISTÊNCIA EM IBERO-AMÉRICA

Denise Scolari Vieira¹

Resumo: Em distintos períodos tempestuosos da história ibero-americana, várias vozes femininas ecoaram para além de um eixo único de sentido existencial. Mulheres de diversas classes sociais desmontaram os circuitos filosóficos de sua época, desestabilizando categorizações, abalando formulações discursivas de inúmeros regimes de força, implantados em diversos países. Pensamento e ação aliaram-se para pavimentar um caminho de desconstrução de autoritarismos. Nesse contexto, avulta a presença de várias intervenções políticas, que não surgiram ao mesmo tempo, mas que suplementaram os sentidos desconstrutores de um *locus* enunciativo específico, a partir do qual eles foram engendrados. O propósito desta comunicação é revisitar as ações de mulheres que potencializaram a contestação e a resistência, pois queremos ouvir outras vozes que anunciaram que não houve concordância em relação à fabricação de corpos dóceis, sob o jugo das ditaduras. Para esse estudo serão apresentadas as redes de significação que conectam Patrícia Galvão/Pagu (Brasil), Las Hermanas Mirabal (República Dominicana), Rigoberta Menchú (Guatemala) – filhas de Pachamama – como um exercício crítico-reflexivo de pluralidades discursivas desautorizadas, para preservá-las do esquecimento, trazê-las de volta, verbalizá-las.

Palavras-chave: História; Memória; Cultura.

Considerações iniciais:

Tensionados diante do questionamento da tradição cultural e sua conservação como uma questão estética e política ao mesmo tempo (SANTOS, 1998, p. 201), intelectuais e artistas do continente americano aspiram por uma definição mais global da própria relação com as raízes: “La noción de frontera, de territorio límite, de última esperanza, habita en el alma de los descendientes de Colón y Malinche” (LEÓN y MARTÍNEZ, 2002, p. 95).

Controvérsias na paisagem-território que se alimenta do confronto e que de diferentes maneiras, torna-se uma problemática em defesa da pluralidade de vozes, o que modifica a atitude em relação ao seu espaço de pertencimento. Então, ocorre a transformação dos modelos de interpretação que agora se desdobram em múltiplas possibilidades sempre abertas a novos significados.

Nesse sentido, a práxis impõe travessias marcadas pela perspectiva de fronteira, capazes de estimular a transgressão da forma, evidenciar a subversão dos gêneros, cujo experimentalismo se contrapõe a conceituações enrijecidas, autodelimitadas e restritivas do objeto estético.

Portanto, torna-se imprescindível a revisão dos conceitos como regional, local e global, porque repensar a tradição cultural pode levantar questões diversas para a

¹ Professora do Colegiado de Letras/Espanhol do *Campus* de Marechal Cândido Rondon-PR. Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

compreensão histórica das possíveis contradições na conexão entre autor, obra, público, mercado de bens simbólicos, Estado, hegemonia cultural.

Dessa maneira, reconfiguram-se indagações promovidas pela emergência de conceitos permeados pelo desejo de criar novos espaços e de lançar um novo olhar para a história.

Patrícia Galvão/ Las Hermanas Mirabal e Rigoberta Menchú: a negação da corporeidade dócil

Em distintos períodos tempestuosos da história americana mulheres consagraram em sua trajetória a recusa aos limites precisos impostos pela classe, pelo gênero e pelo campo literário nacional de seu tempo. Construíram-se como emblemáticas e polêmicas protagonistas da cena política durante décadas e possibilitaram a visibilidade da experiência-mulher diferenciada através da qual a escrita de autoria feminina situa-se, entre o testemunho e a autobiografia e, marcada pela rasura, pelo descentramento, acentuaram a perda dos quadros de referência dos intelectuais oriundos dos países colonizados de sua geração.

A pesquisadora brasileira Luiza Lobo defende a importância de demarcar o espaço da literatura de autoria feminina através da história da literatura da América Latina em geral, bem como de analisar as grandes linhas em que esta se divide e quais vias se abriram para a escritora contemporânea, portanto:

Do ponto de vista teórico, a literatura de autoria feminina precisa criar politicamente, um espaço próprio dentro do universo da literatura mundial mais ampla, em que a mulher expresse a sua sensibilidade a partir de um ponto de vista e de um sujeito de representação próprios, que sempre constituem um olhar da diferença (LOBO, s/d, p.2, grifos da autora).

O fato é que todas essas assertivas podem ser vislumbradas já na mobilização política proposta por Patrícia Rehder Galvão, que, desde cedo, no contexto de efervescência econômica, política e cultural pós-crise de 1929 e pelas movimentações que deflagrariam no Brasil a Revolução de 30, assumiu o protagonismo no desmantelamento do papel subalterno reservado às mulheres de seu tempo. Pagu denunciou a violência machista contra as mulheres. Sua militância política desdobrou-se em opções distintas, pois a impulsionou ao ativismo mais radical do “movimento antropofágico”. Já entre os anos 30 e 40 militou nas fileiras do Partido Comunista. Nos anos 50 rompeu com o partido, sem abandonar a perspectiva de luta pelas transformações sociais. Posteriormente, desenvolveu intensa atividade como produtora teatral e crítica de artes. Sua trajetória esteve marcada por uma opção política que desnaturalizou as inúmeras dimensões de vida social cultural e sexual, mostrando a impossibilidade da unidade do sujeito.

Patrícia Galvão visibilizou as distintas formas de aprisionamento. Sua biografia é uma denúncia de como o ordenamento social cria determinadas convenções e ao desestabilizar tais categorizações, desmontou sistemas de pensamento que os embasavam, dentro do campo artístico, no interior do partido comunista. Pagu não fechou os olhos às formulações de sentido organizadoras de hierarquias e de hegemonias.

E, nos romances, ensaios, intervenções políticas abalou a moral patriarcal, denunciou a hegemonia masculina, revisou os papéis tradicionais de homem e mulher. Ela explorou as ambiguidades e contradições de uma sociedade que permitia a subalternidade feminina.

Dessa forma, foi mais uma porta-voz de sonhos utópicos, cuja escrita e práxis não produziram futilidades, mas ressaltaram a postura crítica e de cunho político com sentidos acentuadamente desconstrutores, que desembocariam nas conquistas das gerações posteriores.

Outras vozes de ibero-américa, das filhas de Pachamama, que mostraram uma posição de confronto social, numa sociedade autoritária que impedia o direito de expressão, se condensam na experiência de vida consciente de seu papel social. Como se observa na biografia da *Hermanas Mirabal*: Patria, Minerva, María Teresa e Bélgica Adela “Dedé”. As três primeiras torturadas e mortas pelo regime ditatorial de Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana.

Denunciaram o vil ambiente cultural e econômico-social de sua geração. Conscientes de seu papel político subverteram o modelo burguês e tornaram-se voz coletiva que exigia mudanças no contexto político de seu espaço de pertencimento. A sólida imagem do lar das Mirabal sofre uma metamorfose traumática, cujas ações as convertem em protagonistas do *Movimiento Catorce de Julio*, gerando uma das mais fortes subversões de gênero de sua época. Patria, Minerva e María Teresa redefiniram o espaço doméstico e o transformaram em trincheira, onde, no lugar das antigas tarefas caseiras, foi engendrada a resistência.

As Mirabal emergem do contexto de uma ‘sociedade pacífica e justa’ sob o jugo da ditadura militar de Trujillo e assumem o papel político da mulher nessa sociedade. Assim, desestruturaram a solidez do regime, compreendido entre 1938 e 1961. Insurgem-se contra a corrupção, a repressão violenta, a vigilância levado a termo pelo serviço de inteligência militar (SIM), o controle absoluto dos meios de comunicação, a apropriação de terras, os raptos e sequestros, o abuso de mulheres por elementos do governo e do próprio Trujillo.

Em 1960, o movimento de resistência foi descoberto e o regime lavou de sangue a República Dominicana, nesse cenário *Las Hermanas Mirabal* foram assassinadas, somente depois a comunidade internacional pediu sanções ao governo e aos colaboradores da tirania.

O ativismo político das Mirabal segue em voz da irmã mais nova “Dedé”, que no principio se havia mantido distante das ações de militância política das outras três jovens.

Contudo, o caráter simbólico que as mantém faz com que, para além dos pressupostos de classe sejam contestadas categorias conceituais territorializadas.

Outra ação que nega a fabricação de corpos dóceis sob o jugo das ditaduras em ibero-américa está latente no testemunho de Rigoberta Menchú no livro: *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la consciencia* (1983), de Elizabeth Burgos Debray.

Considerado um emblema do gênero-testemunho, o livro é transcrito pela antropológa Elizabeth, no qual Rigoberta Menchú denuncia o genocídio indígena ocorrido na Guatemala. Durante o relato observa-se a luta pela terra, a definição da identidade indígena e a ressignificação de seu local de pertencimento.

A publicação da obra e, posteriormente, a atuação política de Rigoberta Menchú em favor de seu povo, tem permitido visibilizar os distintos matizes que a violência tem adquirido no território ibero-americano sob o jugo de regimes autoritários.

Rigoberta Menchú e Elizabeth Burgos, nesse caso, denunciam as consequências mais diretas da violência em nossa época, e unem-se às diferentes modalidades de intervenção política das mulheres que impedem o apagamento da pluralidade discursiva.

Considerações finais

Em certa medida a atuação das *Filhas de Pachamama*, aqui nomeadas, já prenunciava os futuros desdobramentos da política da identidade da “categoria mulher

tanto como sujeito quanto signo” (COSTA, 2002, p.3) porque associar-se a empreendimentos transgressores ao patriarcado de fato rompia com aquele enquadramento da essencialização imposto por uma concepção humanista centrada e unificada.

Nesse sentido, é importante observar o argumento defendido por Claudia de Lima Costa ao revisitar os debates acerca do sujeito do feminismo, quando defende: “Que o movimento para dentro e para fora das representações/discursos não gera negatividade, mas ao contrário, uma positividade que também fala dos investimentos particulares do sujeito (materiais, emocionais, libidinais) em posições discursivas a partir das quais se experiencia o mundo (COSTA, 2002, p.3).

Patrícia Galvão, *Las Hermanas Mirabal*, Rigoberta Menchú renegociaram continuamente entre as pressões externas e as resistências internas, primeiramente, movendo-se contrárias à tradição imposta às mulheres de sua geração, mais tarde, no contexto geopoliticamente periférico, materializaram, enquanto foi possível, possibilidades da ‘escrita de si’ e a exploração do próprio percurso, assim tem possibilitado a visibilidade da relevância da práxis e de como a exclusão é marca genérica da memória. Suas biografias, relatos, textos, intervenções são referências contrárias à essencialização da categoria mulher. Ao rememorar-las discute-se a sua condição de existência e recupera-se o ‘pensar-pulsar’ como filhas de Pachamama, um olhar rastreador dos avessos das oposições binárias, que assume identificações diferentes e que faz a releitura dos quadros de referência existencial.

Referência bibliográfica

BURGOS DEBRAY, Elizabeth. **Me llamo Rigoberta Menchú**. Ediciones Casa de las Américas: Habana, 1983.

COSTA, Claudia de Lima. **Revisitando o sujeito do feminismo**. Cadernos Pagu, n.19, p.59-90, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. In: idem. **Literatura, política, identidades; ensaios**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLGUÍN CHASQUI, Fernando. **En el tiempo de las mariposas de Julia Álvarez**: una reinterpretación de la historia. Chasqui: revista de literatura latinoamericana. Vol. 27, n. 1, p. 92-102, mayo 1998.

JACKSON, Kenneth David. **Uma evolução subterrânea**: o jornalismo de Patrícia Galvão. Revista Instituto de Estudos Brasileiros, n. 53, p. 31-52, mar./set. 2011.

LAURETIS, Tereza de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Org.) **Tendências e impasses. O feminismo como crítico da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOBO, Luiza. **A literatura de autoria feminina.** Disponível em <<http://ifilipe.tripod.com/Llobo.html>> Acesso em 07/12/12.

SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais? In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro. (Orgs.) **O papel do intelectual hoje.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

PORQUE A UPPE SE UFANOU DESTE PAÍS¹.

Diego da Silva Ramos²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo explorar e mostrar de que maneira, um sindicato conhecido dentre sua categoria como conservador, agiu durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Para tanto, serão examinadas as fontes produzidas pela instituição e serão problematizados a partir destas leituras, alguns conceitos comuns. A história de fundação e construção de um sindicato docente num Brasil assolado por uma ditadura civil-militar, as lutas sindicais que aconteceram no pré e durante o golpe militar, o aprofundamento no exame do comportamento colaboracionista da UPPE e a contextualização deste comportamento com a conjuntura política da época, serão pontos explorados no trabalho.

Palavras-chave: Sindicalismo Docente; Colaboracionismo; Ufanismo.

Em 1º de abril de 1964 o Brasil entra naquele, que muitos denominam ser, o período mais nebuloso e triste da sua história. Um golpe de Estado perpetrado pelo exército brasileiro, com o amplo apoio de camadas médias e altas da população (REIS FILHO, 2001, 319-377), derruba o vice-presidente João Goulart, eleito democraticamente e que estava no poder completando o mandato de seu antecessor-desistente, Jânio Quadros (TOLEDO, 2004). Talvez, seguir essa linha de raciocínio, simplificaria demais um processo que já vinha se arrastando há mais de dez anos. Um processo engendrado por tentativas de golpes, contragolpes e “golpes-preventivos” (MIRANDA, 2010).

Porém, não cabe neste momento uma discussão aprofundada sobre o contexto que levou ao golpe, ou todas as confusas idas e vindas da legalidade brasileira durante o final da chamada experiência democrática. Quando da queda de João Goulart, vários historiadores já concordam da participação efetiva dos setores conservadores da classe média em sua composição (REIS FILHO, 2001).

Interesses diversos poderiam constar no íntimo daqueles que aplaudiam a tomada de poder pelos militares. No entanto, um mesmo desejo unia tanto os militares, quanto os civis: evitar que o Brasil virasse uma “república sindicalista” (TOLEDO, 2004) ou afastar o perigo de uma “democracia populista” (REIS FILHO, 2001, 357).

Embora ainda hoje existam historiadores que insistam em afirmar que o principal fato que levou à derrubada de Goulart foi simplesmente sua inabilidade política e sua parcimônia em tentar resolver as convulsões de uma frágil e constantemente agredida democracia (VILLA, 2004), já estamos a salvo deste tipo de reducionismos e temos como contabilizar outros fatores, muito mais ligados ao tal “perigo vermelho” que Goulart representaria para as classes médias.

Uma vez apoiando o regime agora em vigor – 1964 -, a classe média passa a se enraizar pelas estruturas de poder vigente de várias formas. Com respaldo financeiro,

¹ “*Porque me ufano do meu país*” é o título do livro publicado em 1901 pelo conde Affonso Celso – presidente do IHGB à época – que demonstra inúmeras razões pelas quais os brasileiros deveriam se orgulhar desta terra. FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. p. 30.

² Mestrando em História Social, UERJ/FFP. E-mail: diegoramos_22@yahoo.com.br

logístico, de pessoal ou até mesmo ideológico; denunciando um colega de trabalho (ROLLEMBERG, 2003), ou escrevendo cartas exaltando John Kennedy como um “amigo da América Latina” (SIU, 1969). Várias são as maneiras de se prestar solidariedade e render homenagens ao regime ditatorial brasileiro.

Desejando o aprofundamento do estudo da postura da classe média durante a ditadura, foi necessária a escolha de um grupo que pudesse representar esta classe em parte. Escolhemos então o professorado primário, pois era composto na década de 1960 basicamente por membros da classe média (MASSON, 1988). No entanto, não bastaria apenas focar a pesquisa para o comportamento docente daquela época diante do regime. Era preciso tornar o campo de pesquisa menor, optando por pesquisar apenas um tipo de associação ou grupo que pudesse ser representativo para a pesquisa: por isso, um sindicato docente era uma opção interessante. Propositamente – devido até mesmo a falta de associações desse tipo no pós-64 – o sindicato eleito foi uma associação “famosa” por suas posições controversas e muitas vezes interpretadas como conservadoras. Assim sendo, temos como foco da pesquisa a União dos Professores Públicos no Estado – Sindicato.

A UPPEES, que foi fundada em 1945, sempre teve sua atuação contestada por diversos membros da classe docente por algumas orientações que iam de encontro à atuação sindical combativa. O período de recorte para a pesquisa encontra-se delimitado entre o ano de 1968 (ano em que a Síntese Informativa da UPPE volta a ser produzida) até o ano de 1977 (quando a atuação sindical docente já está mais ativa, com a formação de outras associações).

Não obstante, para conhecer a história desta instituição, as opções ainda são carentes de fontes escritas. A história da UPPEES já foi contada por algumas vezes de maneira mais detalhada e menos acadêmica como na “*biografia romanceada Marcados Pela História*” – termo utilizado pela própria autora, a professora Terezinha Machado Oliveira, presidente do sindicato - mostrando a história da instituição através de passagens relatadas por pessoas que participaram da fundação do sindicato como até mesmo atuais membros da diretoria.

Esta mesma história hoje também pode ser encontrada em uma versão menos detalhada e mais acadêmica – ao contrário desta acima citada. É a dissertação de mestrado em educação da professora Kênia Miranda. Na obra com o título “*A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a Forma-Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do SINPRO-RIO, da UPPEES e do SEPE-RJ*”, Kênia Miranda trata do tema de maneira mais formal. No entanto, por se tratar de uma obra voltada para a área de educação, não se ateuve muito à questão das fontes. No capítulo que se refere à UPPEES, ela faz uma espécie de resumo do livro da professora Terezinha Oliveira, complementando em vários momentos, com uma entrevista que a presidente-autora da UPPEES presta à Miranda. Neste caso, as fontes primárias não foram consultadas.

O objetivo deste trabalho é justamente a de tentar preencher a lacuna deixada pelos trabalhos anteriores: a análise das fontes primárias. Através destas fontes, demonstrar que as posições de apoio que o sindicato tomou em sua história tiveram um registro e que este registro pode talvez esclarecer a opção colaboracionista com o regime civil-militar. Além do fato de também compartilhar algumas passagens interessantes na história do sindicato, que acabaram ficando de lado, tanto na biografia de Terezinha Oliveira, quanto na dissertação de Kênia Miranda.

Durante os primeiros contatos com a UPPEES, foi realizado um trabalho de sondagem com relação à forma como trabalhavam, suas ideias, e seu comportamento

perante certos temas. Após estes contatos iniciais e a autorização para que os arquivos fossem acessados, foi possível conhecer melhor os documentos da instituição. Estes estavam divididos em dois tipos: os jornais da organização e as atas de reunião e assembleias do sindicato.

O primeiro a ser analisado foi o jornal. Cuidadosamente organizado e bem tratado por uma das funcionárias da UPPE, que sempre se interessou em guardar e preservar os arquivos por iniciativa particular, o jornal inicia sua publicação ainda na década de 1950. Durante um curto período é veiculado, mas é deixado de lado tempos depois. A publicação só volta a ser produzida em 1968, com o nome de Síntese Informativa da União dos Professores Primários do Estado – ou Síntese Informativa da UPPE, doravante tratada como SIU. Sendo rodado semestralmente, o periódico sofreu várias alterações durante a sua existência (a primeira edição era um livreto redigido à máquina de escrever, assumindo o formato tabloide só em 1968) chegando a ser publicado até os dias de hoje. Basicamente, era composto por notícias referentes às reivindicações e conquistas da categoria, além de um forte instrumento de propaganda dos feitos das gestões vigentes. Continha ainda matérias relacionadas à cultura, como concursos de poesias. Outra utilidade do jornal era o de propagandear as benesses assistencialistas oferecidas pelo sindicato a sua categoria. Os números da SIU estão encadernados em sequência de datas decrescentes em dois livros que ficam em posse do sindicato, em sua sede administrativa. Outra fonte consultada, que foi analisada logo em seguida, foram as atas de reuniões e assembleias. Ao contrário dos jornais, que forneceram um material rico em relação ao tema, as atas foram de pouca valia. Estas só eram utilizadas para registro de eleições dentro do sindicato. As atas examinadas iniciam seu período ainda na década de 1950. Mas, devido ao recorte do trabalho, o exame se inicia em 1968. Mesmo com pouco a contribuir, algumas informações importantes são retiradas destas. Vale ressaltar ainda, que assim como os jornais, as atas se encontram em excelente estado de conservação.

Alguns pontos norteiam a condução da pesquisa. A primeira delas trata de como foi o envolvimento da UPPE em relação ao regime ditatorial brasileiro. Além também de estudar quais e como foram utilizados os instrumentos de apoio ao regime pela UPPE, como por exemplo, o “ufanismo”. Foi para tanto, necessário o conhecimento das fontes produzidas pela associação. O primeiro passo para o trabalho foi justamente a busca e análise das fontes – o periódico da UPPE – na tentativa de explorar e conhecer os arquivos que até então não haviam sido examinados. A partir daí, inúmeras outras questões foram surgindo e que são frutos atualmente, do trabalho de pesquisa para a dissertação de mestrado. Dentre eles, tentamos avaliar o apoio da classe média ao regime militar, tomando como parâmetro as atividades de um sindicato de professores; aprofundar a pesquisa numa das ossaturas do regime que para convencimento – abordando o caso do “ufanismo” – utilizou-se de vários meios na tentativa de alcançar a hegemonia, mesmo que a ditadura nunca a tenha alcançado realmente; entender até que ponto pode ter ocorrido a influência da classe média brasileira para apoiar um regime que não correspondia em nada aos anseios que desde sempre foram bradados por esta mesma classe: a manutenção da democracia.

Não é possível hoje, traçar um paralelo entre a fundação da UPPE e seu imediato apoio ao regime que estava instalado no Brasil no ano de seu nascimento: 1945, ou seja, a UPPE nem sempre esteve ao lado dos governantes. Pelo contrário, a associação nasce a partir de um desentendimento entre uma liderança docente e o interventor do estado do Rio de Janeiro. Mas, desde seus primeiros anos, é possível constatar na UPPE uma forte ligação com as posições conservadoras que já há tempos existiam na sociedade. Uma grande admiração a Plínio Salgado, a composição básica da instituição de senhoras

professoras de ensino primário, dentre outros. Tais fatores, só fizeram ampliar o desejo pela manutenção do *status quo* quando da tomada do poder pelos militares. O desejo de afastar qualquer perigo que rondasse a paz e a tranquilidade democrática de nossa sociedade era vivo e cada vez maior.

A UPPE sempre foi alvo de críticas por boa parte dos docentes – principalmente os ligados à esquerda – de não possuir uma postura combativa. Mas ainda não se havia chegado a uma conclusão: se a UPPE havia ou não apoiado a ditadura. Se a UPPE era ou não “pelega”. Investigando as fontes produzidas pela própria associação (o seu jornal), foi possível identificar dentro de suas páginas indícios de que houve apoio ao regime. E este apoio variou conforme o tempo e também na maneira como era feito. Um concurso de poesias que exaltasse as obras realizadas pelos militares, ou o empréstimo de sua sede para reuniões da caserna. Utilizamos a UPPE, como modelo de instituição conservadora, que apoiou o regime civil-militar conforme foi de seu interesse, e teria conseguindo com isso um enorme número de benesses e evitando uma única intervenção durante todo o período da ditadura. Com isso acreditamos que esta instituição se beneficiou com tal modelo e a partir da dissertação de mestrado em andamento, tentamos nos aprofundar no funcionamento destes mecanismos de dominação.

Referência bibliográfica

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 43 a 91.

MIRANDA, Mário Angelo Brandão de Oliveira. **A questão da legalidade no contexto das crises políticas de 1955 a 1964 no Brasil**. Dissertação de mestrado. Orientador: Luís Reznik. Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In.: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 319 a 377.

Síntese Informativa da UPPE. Número 03. Agosto de 1969, p. 6.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Tudo é história; 48)

VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil (1945 – 1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

CRIMES DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: INICIATIVAS DO ESTADO FRENTE À RESPONSABILIZAÇÃO E À REPARAÇÃO POR VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Diego Oliveira de Souza¹

Resumo: Este estudo trata de ações do Estado brasileiro no tocante às iniciativas relacionadas à promoção e à defesa dos direitos humanos. Em especial, apresenta reflexão sobre o período de vulnerabilidade dos direitos humanos, marcado pela prática de crimes da Ditadura Civil-Militar, desenvolvidos entre 1969-1976, por parte dos agentes de segurança estatais, entre outras razões em nome da Segurança Interna brasileira. Assim, busca abordar a atuação cível do Ministério Público Federal (MPF), em São Paulo, concentrada nas medidas de responsabilização e reparação das violações de direitos humanos, de caráter sistemático, ocorridas durante aquele período. Também, analisa a atuação do Poder Executivo brasileiro, através das ações realizadas pela Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça. Para tanto, retoma o surgimento do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, delimitando sua contribuição para o acerto de contas ou o reequilíbrio da justiça diante da impunidade dos crimes da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Palavras-Chave: Crimes da Ditadura – Iniciativas do Estado – Acerto de Contas

Introdução

No intervalo dos anos 1969-1976, ocorre o aprimoramento dos instrumentos de Estado, vulnerantes de direitos humanos, através das mudanças no combate aos opositores da Ditadura Civil-Militar. Também nesse período é possível localizar diversos momentos de lesões aos direitos humanos, para os quais cabe ao Estado brasileiro promover medidas de Justiça Transicional.

Neste trabalho, através do estudo das iniciativas cíveis do Ministério Público Federal (MPF), voltadas para a promoção da responsabilização e da reparação pelas violações de direitos humanos, sofridas por vítimas que integravam as organizações políticas dissidentes, ocorridas naquele lapso temporal, pretende-se ilustrar as ações do Estado brasileiro, bem como apontar óbices aos julgamentos cíveis dos crimes da Ditadura Civil-Militar. Em complemento, procura-se refletir sobre as iniciativas do Poder Executivo, desenvolvidas pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça.

Para tanto, utiliza-se dois conceitos chaves para analisar as iniciativas do Estado brasileiro, voltadas à promoção do *direito à memória à verdade e à justiça*. Neste sentido, o conceito de Justiça Transicional assenta a pretensão desta investigação, no momento em

¹ Técnico do Ministério Público Federal (MPF), lotado na Procuradoria da República do Município de Santa Maria/RS. Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Linha de Pesquisa Migrações e Trabalho. Endereço Eletrônico: diego.o.souza@hotmail.com.

que, de acordo com Jon Elster, “a justiça transicional é composta pelos processos de juízos, expurgos e reparações” ocorridos no período de transição de um regime político para outro (ELSTER, 2006, p. 15). Ademais, a metodologia desenvolvida constitui-se da perspectiva do conceito formal de justiça, proposto por Agnes Heller, desenvolvido através das ideias de “a cada um a mesma coisa” e “a cada um de acordo com suas necessidades”, as quais foram e são sugeridas como concepções reguladoras da justiça distributiva (HELLER, 1998, p. 48).

Ao tempo em que Cecília Macdowell Santos alerta sobre a carência de estudos relativos ao papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs), na promoção dos direitos humanos no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, também ressalta o papel central e, muitas vezes, contraditório do Estado, nas batalhas jurídicas transnacionais pelo reconhecimento e proteção daqueles direitos, posto que apresenta duplo papel tanto como promovedor quanto como violador de direitos humanos (SANTOS, 2007, p. 27).

Entre as consequências da transição conciliada brasileira, não se pode deixar de observar que até hoje, em diversas instituições do Estado, permanecem os que eram, à época, jovens apoiadores da Ditadura Civil-Militar e inclusive se serviram dela para ascenderem na burocracia estatal ou nas carreiras políticas. Para Tarso Genro, “essa é a causa maior, portanto, de que tenhamos ainda hoje uma forte corrente que interpreta a Constituição a partir das cláusulas daquele contrato político 'ficto', pelo qual quem rompeu a ordem democrática da Constituição de 46 também *absolve a si mesmo*” (GENRO, 2012, p. 95).

A Proteção dos Direitos Humanos: a perspectiva internacional e o Sistema Interamericano

A Sociedade das Nações foi a primeira organização internacional, com vocação universal, criada pela Conferência de Paz de Versalhes de 1919. Seu objetivo era manter a paz, após a ocorrência da Primeira Grande Guerra. Contudo, fracassou na execução de seu principal objetivo, pois, entre outros fatores, não lhe foram atribuídos poderes suficientes para sancionar os crimes de agressão. Como lembra a historiadora Margareth Macmillan,

A pura citação de seu nome evoca imagens de zelosos burgueses, defensores liberais confusos, resoluções inúteis, missões investigadoras improdutivas e, sobretudo fracassos: Manchúria em 1931, Etiópia em 1935 e, o pior de todos, o deflagar da Segunda Guerra Mundial, apenas vinte anos depois do fim da primeira (MACMILLAN, 2004, p. 99).

De outro lado, as normas jurídicas e o poder jurídico, nas palavras de Norberto Bobbio são frutos da ação humana, sendo assim “(...) são um produto do homem: a fim de que tais normas sejam produzidas, é necessário que o próprio ordenamento atribua a certos indivíduos o poder de produzi-las. Portanto, a existência de um ordenamento jurídico não pode prescindir do cumprimento de certos atos, nos quais consiste o poder jurídico” (BOBBIO, 2008, p. 185).

Neste sentido, o marco do início da internacionalização da proteção aos direitos humanos, o qual possui sua origem histórica convergente à da própria criação da Organização das Nações Unidas (ONU), qual seja, o horror e repúdio da humanidade às atrocidades praticadas tanto na I e II Grandes Guerras, é representado pelo texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), adotada e proclamada pela

Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948.

Em seguimento, no dia 20 de abril de 1959, foi instituída a Corte Europeia de Direitos Humanos, considerada o primeiro tribunal de direitos humanos instaurado no mundo. Compreendendo-se o desenvolvimento dos direitos humanos, como resultado de processo histórico em constante aprimoramento, é possível perceber a partir da instituição daquela Corte no seio da sociedade europeia, a evolução da efetividade das garantias mínimas individuais, que os Estados devem fornecer ao seu conjunto de cidadãos. Como refere Valerio Mazzuoli, desde o surgimento da Corte Europeia de Direitos Humanos: “(...) sua jurisprudência (de mais de mil e seiscentas decisões, em suas duas configurações, de Corte original e de nova Corte) tem influenciado tribunais do mundo todo e modificado a vida de milhares de cidadãos, especialmente europeus”(MAZZUOLI, 2010, p. 39).

O contexto de implantação do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos difere bastante daquele do Sistema Europeu de Proteção dos Direitos Humanos. Como assevera Flávia Piovesan, o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos estava marcado pelo

(...) paradoxo de nascer em um ambiente acentuadamente autoritário, que não permitia qualquer associação direta e imediata entre Democracia, Estado de Direito e Direitos Humanos. Ademais, neste contexto os direitos humanos eram tradicionalmente concebidos como uma agenda contra o Estado (PIOVESAN, Flávia, 2011, p. 74).

Levando em consideração os mecanismos de proteção criados pelas Nações Unidas, a nível universal, e pelo Conselho da Europa, a nível regional, os Estados americanos acordaram na criação de organismo interamericano de controle das violações dos direitos humanos. Em 1959, foi criada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como sendo órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), voltado principalmente para promover a observância e a defesa dos direitos humanos, bem assim servir como órgão consultivo em tal matéria (art. 1º do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos).

Os pilares da promoção e proteção dos direitos humanos, nas Américas, são compostos por três textos fundamentais: a Carta de Bogotá (1948), a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem (1948) e também a Convenção Americana de Direitos Humanos ou Pacto de San José da Costa Rica (1969). O Pacto adotado em novembro de 1969, em San José, na Costa Rica, decorreu da realização da Conferência Interamericana Especializada que ali aconteceu, convocada pelo Conselho da OEA.

Em relação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sua criação ocorreu em 1978, com a entrada em vigor da Convenção Americana de Direitos Humanos. A Corte, localizada na cidade de São José, capital da Costa Rica, é composta por 7 juízes de nacionalidades diferentes, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral e de reconhecida competência em matéria de direitos humanos.

O avanço jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em especial no campo da Justiça de Transição, pode ser percebido a partir de suas formas de reparação adotadas. A sentença que deixou sem efeitos uma Lei de Anistia, é um dos marcos deste avanço jurisprudencial, no cenário interamericano de proteção dos direitos humanos. Durante 2011, foi prolatada a sentença referente ao Caso *Barrios Altos* versus Peru, relativa à execução de 14 pessoas por agentes policiais, no ano de 1991, no qual

foram responsabilizados um grupo paramilitar organizado pelo Estado, previamente protegido por uma Lei de Anistia.²

Outro destaque para as iniciativas estatais de responsabilização e reparação pelas graves violações de direitos humanos, praticadas durante as ditaduras latino-americanas, é oriundo do paradigma da Justiça de Transição argentina. Desse modo, de acordo com Tarso Genro, numa primeira etapa, o paradigma argentino caracterizou-se por buscar a aplicação do Direito Penal Comum, numa modalidade de persecução penal praticamente 'minimalista'. Na segunda etapa, cessaram as persecuções criminais, com exceção de alguns delitos como os de sequestro de crianças, período que foi ordenado pela vergonhosa 'anistia ao inverso' dos principais crimes cometidos pelos agentes do regime: a lei do 'punto final'. Numa terceira etapa, a partir de 1999, apoiada numa forte pressão política, voltada para acabar com a impunidade, a Suprema Corte argentina, em 2005, declarou a inconstitucionalidade da lei do 'punto final' (GENRO, 2012, p. 94).

A partir da decisão do Poder Judiciário argentino, de promover o fim das leis de "Punto Final" e de "Obediencia Debida", e ratificar todos os tratados interamericanos de direitos humanos, o Estado passou para uma persecução ampliada na busca pela responsabilização de todos os autores das barbáries cometidas na Argentina (MARX, 2009, p. 05).

Os crimes da Ditadura Civil-Militar e a atuação do Estado brasileiro

Antes de mais, é necessário afirmar que o Estado é compreendido, neste trabalho, como uma relação social, não homogênea, marcada pelo conflito. Dessa maneira, nas palavras de Sônia Mendonça, "(...) estudar o Estado é investir na pesquisa sobre que Sujeitos coletivos organizados da Sociedade Civil têm seus representantes - intelectuais - junto a que organismos estatais. Estudar o Estado é verificar que interesses seus vários organismos absorvem e privilegiam ao perpetrar suas práticas" (MENDONÇA, 2011, p. 31).

Partindo daquela premissa, em relação às iniciativas do Estado brasileiro, no tocante à responsabilização dos crimes da Ditadura Civil-Militar, cabe destacar as providências cíveis adotadas pelo Ministério Público Federal (MPF), em São Paulo. Neste estudo, trata-se do conjunto de iniciativas cíveis, iniciadas em 2008, correspondente a 6 (seis) Ações Cíveis Públicas, dedicadas à responsabilização pessoal de autores de torturas, desaparecimentos forçados, homicídios, ocultação de cadáveres e outros delitos, cometidos na repressão à dissidência política. Ademais, tais iniciativas ministeriais procuram efetivar o direito de regresso, constituído na reparação ao patrimônio público, exigida legalmente dos autores de práticas sistemáticas que levaram o Estado brasileiro a indenizar financeiramente familiares de vítimas da atuação repressiva da Ditadura Civil-Militar.

Em relação ao andamento das iniciativas cíveis do MPF, junto à Justiça Federal de São Paulo, necessário observar que as seguintes Ações Cíveis Públicas foram extintas em primeira instância com ou sem julgamento de mérito: *Caso DOI/CODI de São Paulo*, Autos n.º 2008.61.00.011414-5, *Caso Policiais Cíveis no DOI-CODI/SP*, Autos n.º 0018372-59.2010.4.03.6100, e por último o *Caso OBAN*, Autos n.º 0021967-66.2010.4.03.6100. As providências cíveis ainda em julgamento em Varas Federais de São Paulo são aquelas relativas ao *Caso Manoel Fiel Filho*, Autos n.º 2009.61.00.005503-0, e ao *Caso Ossadas de Perus*, Autos n.º 2009.61.00.025169-4. A ação civil relativa ao *Caso*

2 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Barrios Altos Vs. Peru. Reparaciones e costas. 30 nov. 2001c. Série C No. 87, §44. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/casos.cfm>>. Acesso em: 24 Mar. 2013.

Desaparecidos Políticos - IML - DOPS - Prefeitura São Paulo, Autos n.º 2009.61.00.025168-2, encontra-se suspensa tendo em vista o óbito de dois réus, Romeu Tuma e Fábio Pereira Bueno.

De outro lado, as iniciativas do Poder Executivo direcionadas à reparação dos crimes da Ditadura Civil-Militar podem ser compreendidas, dentre outros mecanismos, pelo surgimento da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em 2001. Nas palavras de Tarso Genro, a Comissão de Anistia “tem procurado implementar um efetivo programa de Justiça de Transição para o Brasil”, tudo a partir de um conceito “onde a Justiça, o Direito e a Política marcam encontro e reciprocamente interagem através de ações do Estado e de um discurso público fundado na razão comunicativa” (GENRO, 2012, p. 92).

Das iniciativas do Poder Executivo, a inversão do conceito tradicional de anistia pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, merece destaque posto que “para o atual governo, somos nós, o Estado, que pede desculpas. Não é o Estado que está perdendo os que 'erraram' ou 'foram criminosos’” (GENRO, 2012, p. 92-93). Com isso, diante da dimensão da reparação, o Estado brasileiro acabou por abandonar a anistia, oriunda da transição política conciliada da Ditadura Civil-Militar, na qual a anistia era um perdão oferecido aos vencidos.

Conclusão

Dos crimes da Ditadura Civil-Militar, no Brasil, e as respectivas iniciativas do Estado frente à responsabilização e à reparação pelas violações de direitos humanos, importa observar que da tramitação das seis Ações Cíveis Públicas, promovidas pelo Ministério Público Federal (MPF), denota-se a resistência do Poder Judiciário em realizar o julgamento de tais crimes. Demonstra-se a existência de concepções de *justiça dominantes*, revestidas de preconceitos jurídicos e políticos, baseados tanto na validade da Lei de Anistia como na ideia de prescrição das violações de direitos humanos.

De outro lado, é necessário reconhecer os avanços obtidos pelo Poder Executivo, através das ações da Comissão de Anistia, destacando-se o programa de reparação econômica e simbólica, desenvolvidos nos últimos anos. Entretanto, do desenvolvimento do processo de justiça transicional brasileiro, há que se apontar a necessidade da efetivação da dimensão da justiça. Sendo assim, concebendo o julgamento como um ato de distribuição de justiça, compreendido por meio da perspectiva do conceito formal de justiça, amparado nos princípios elencados por Agnes Heller de “a cada um a mesma coisa” e “a cada um de acordo com suas necessidades”, concepções reguladoras da justiça distributiva (HELLER, 1998, p. 48), existe ainda um conjunto de necessidades não satisfeitas pelo Estado, no tocante aos crimes da Ditadura Civil-Militar.

Diante disso, para efetivar a justiça diante das violações de direitos humanos, importa ampliar a percepção de que o dever de fazer justiça julgando os culpados pelos crimes da Ditadura Civil-Militar é devido a toda sociedade, não apenas às vítimas e seus familiares. Nesse aspecto, o cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por parte do Estado brasileiro, no tocante ao Caso Guerrilha do Araguaia, contribuirá em grande medida para a concretização da dimensão da justiça do processo transicional brasileiro.

Por fim, dos desdobramentos desta pesquisa, demonstra-se que os crimes da Ditadura Civil-Militar provocaram diversas consequências na dinâmica político-social do Brasil, dentre elas a necessidade de se responsabilizar e reparar os danos causados a toda a sociedade. Tais danos, os quais também afetam a cultura, em seu aspecto imaterial, foram gerados através do medo, do desrespeito às leis e aos direitos humanos, bem como da

omissão da verdade sobre as circunstâncias dos ilícitos perpetrados por agentes de Estado, durante aquele período ditatorial.

Fontes Pesquisadas

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Providências Cíveis. Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.gov.br/content/view/145/217>>. Acesso em: 05 de ago. de 2012.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Barrios Altos Vs. Peru. Reparações e custas. 30 nov. 2001c. Série C No. 87, §44. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/casos.cfm>>. Acesso em: 24 de mar. de 2013.

Regulamento da Comissão interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/u.Regulamento.CIDH.htm>>. Acesso em 15 de mar. de 2013.

Referência bibliográfica

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil:** estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Poder.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ELSTER, Jon. **Rendición de cuentas:** la justicia transicional em perspectiva histórica. Buenos Aires: Katz, 2006.

HELLER, Agnes. **Além da justiça.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MACMILLAN, Margaret. **Paz em Paris:** A Conferência de Paris e seu Mister de Encerrar a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

MARX, Ivan Cláudio. A justiça transicional brasileira e o exemplo argentino. In. **Custos Legis.** Revista Eletrônica do Ministério Público Federal. Ano I. Número 1. 2009. p. 1-16. Disponível em: <http://www.prrj.mpf.gov.br/custoslegis/revista_2009/2009/aprovados/2009a_Dir_Pub_Marx%2001.pdf>. Acesso em 24 de mar. de 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O Sistema Regional Europeu de Proteção dos Direitos Humanos. In. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais.** Curitiba, 13, vol.1, 2010, p. 32-58.

MENDONÇA, Sonia Regina. A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico. In. SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José (Orgs.). **Estado e Poder:** Questões teóricas e estudos históricos. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011, p. 13-33.

PIOVESAN, Flávia. Lei de Anistia, sistema interamericano e o caso brasileiro. In. GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (orgs.). **Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de**

Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SANTOS, Cecília Macdowell. Ativismo Jurídico Transnacional e o Estado: Reflexões sobre os Casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**. Número 7 • Ano 4 • 2007. p. 27. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18136/Ativismo%20Jur%c3%addico%20Transnacional_e_o_Estado.pdf?sequence=4>. Acesso em 15 de mar. de 2013.

MEMÓRIAS PÓSTUMAS, MAS PERMANENTES DA DITADURA: VEJA E A MORTE DOS PRESIDENTES MILITARES

Edina Rautenberg¹

Resumo: O artigo demonstra como a revista Veja noticiou a morte dos 05 presidentes da ditadura civil-militar brasileira. Em especial, problematiza como a revista utilizou-se da ocasião da morte dos presidentes para construir determinada memória sobre os militares e a ditadura. Chama-nos atenção também, o fato de que Veja publicou reportagens com materiais exclusivos sobre os militares, fornecidos/angariados de diferentes modos pelos jornalistas da Abril: Marcos de Sá Correa (1972) com documentos exclusivos de Castello Branco; Carlos Scartezini (1985) com cerca de dez horas de conversas com Médici; Orlando Brito (2000) entrevistas exclusivas com Figueiredo; Élio Gaspari (2002) com a compilação de documentos e entrevistas de Geisel, que deram origem a dois livros (“A ditadura envergonhada” e “A ditadura escancarada”) que foram fartamente referenciados por Veja. Neste sentido, pretendemos analisar e problematizar as relações entre a equipe de Veja e os militares, procurando compreender como estas relações de “confiança” expressam/interferem no que era publicado na revista.

Palavras-chave: Revista Veja – Memória – Presidentes Ditadores.

As análises aqui apresentadas baseiam-se em reflexões mais amplas sobre a relação de Veja com a ditadura². Partem do entendimento da revista Veja como uma empresa, com ligações/relações com outras empresas, e da análise de sua construção discursiva como forma de viabilizar e encobrir sua atuação partidária³. No artigo em questão, procuramos demonstrar como Veja utilizou-se das mortes dos ex-presidentes-ditadores para construir determinada memória sobre eles e sobre a ditadura.

Na comemoração do oitavo ano da “Revolução Brasileira”, Veja publicou uma reportagem de capa, de 12 páginas, sobre o já falecido marechal Humberto de Alencar Castello Branco. A reportagem é baseada nos arquivos do ex-presidente-ditador que foram armazenadas por Paulo Castello Branco (filho de Castello Branco). Para a reportagem, Veja teria tido acesso “exclusivo” à quinze das “sessenta pastas retheadíssimas” de documentos. Este acesso teria sido possibilitado pelo trabalho do jornalista Marcos de Sá Correa que durante dois meses pesquisou e fotografou os documentos do arquivo. Em conjunto com o editor Elio Gaspari, os jornalistas escreveriam o texto final, que segundo Veja, se apresentariam como “Rascunhos para a história”. Já no editorial, assinado por Mino Carta, podemos conhecer o caráter da reportagem e a posição da revista:

Quando o marechal Humberto de Alencar Castello Branco morreu numa manhã de 1967, não foram muitos os que lhe dedicaram o **justo epitáfio**,

¹ Mestre em História pelo PPGH da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora Colaboradora em História da Unioeste – MCR.

² Refiro-me a minha dissertação de mestrado e artigos publicados, além de reflexões de outros autores, entre eles os trabalhos de Carla Silva.

³ Baseado nas reflexões de Antonio Gramsci (2000).

iguais em número àqueles que sabiam imaginá-lo **ainda útil ao país**, com a sua simples presença. No entanto, menos de cinco anos depois da morte e exatamente oito anos depois da Revolução que o convocou para ser o seu primeiro presidente, Castello surge límpido por cima dos **equivocos**: em lugar de um militarista autoritário, **um democrata, um liberal** (Veja. Carta ao Leitor. MC. 5/4/1972. P.17. Grifei).

Seis das doze páginas são constituídas por fotografias dos documentos coletados por Sá Correa e editados por Veja. Dentro do contexto da reportagem, possibilitam que o texto se constitua enquanto “verdade”, já que são os próprios documentos que falam. Além disso, reforçam o caráter “exclusivo” que a reportagem propõe. Todos pretendem confirmar a proposição do título geral, que também significa o “justo epitáfio” (como colocado no editorial): “Os arquivos do marechal revelam um militar revolucionário e liberal”. Esta concepção é reforçada ao longo das outras seis páginas, onde Veja também legitima a ditadura e o golpe:

Em 1964, dias antes e logo depois do comício do dia 13 de março, fez [Castello Branco] valer toda sua autoridade de chefe do Estado-Maior para **forçar uma** revisão **da política de apoio** que vinha sendo dada, **em termos quase partidários, à subversão patrocinada pelo próprio governo.** (...)

No dia 20 de março de 1964, **esgotadas todas as tentativas disciplinadas**, Castello assinou seu ato de rebeldia, que, do ponto de vista formal, era de **absoluta legalidade.** (...)

Vinte dias depois, o general da rua Nascimento Silva passava para a reserva, como marechal, e mudava-se para o palácio Laranjeiras. Era o primeiro presidente da Revolução que anunciara como legítima em 1961. (Veja. 5/4/1972. P.46. Grifei).

Como é possível perceber, o Golpe – que derrubou um governo eleito pelo sufrágio universal – é legitimado pela revista, já que não haveriam mais “alternativas disciplinadas”. O Governo de João Goulart estaria, segundo Veja, apoiando a subversão, portanto, a perspectiva de Revolução ou “Contra-Revolução” é reforçada pela revista. O “ato de rebeldia”, assinado por Castello Branco, “era de absoluta legalidade”. Veja procura construir uma imagem de salvador para Castello Branco, já que ele teria salvado o país da subversão (que é associada ao comunismo).

Quando da morte do ex-presidente-ditador Artur da Costa e Silva, em 17/12/1969, vítima de um enfarte que o hospitalizara alguns meses antes, Veja publicou reportagem de capa, com 10 páginas, visando realizar “uma **análise da personalidade e do governo** do ex-presidente Costa e Silva” “**à procura de uma definição** do marechal que encontrou dificuldades em conciliar as suas intenções com os acontecimentos que galoparam no espaço do seu tempo de poder” (Veja. Carta ao Leitor. M.C. 24/12/1969. P.17. Grifei). Percebe-se que Veja coloca-se como capacitada para analisar o governo de Costa e Silva (1966-1969). A definição mais claramente defendida pela revista no decorrer da reportagem é de um “candidato natural ao cargo mais alto”, um político nato. A imagem/personalidade que Veja pretende perpetuar é de um homem habilidoso e alegre, que “assumiu o poder para colocar a força da Revolução no leito tranquilo da normalidade democrática” (Veja. 24/12/1969. P.22). Segundo a revista,

Enquanto atuava com a aparência de “linha dura”, realizava no Ministério do Exército um eficiente trabalho de relações públicas (...) Costa e Silva

recebia jornalistas, intelectuais, líderes de classe, trabalhadores e **procurava popularizar o Exército**, divulgando sua ação e tentando projetar uma **imagem simpática dos militares**.

Na Presidência, depois de uma eleição no Congresso sem adversário, a imagem de Costa e Silva começou a mudar. Em lugar do “linha dura” surgiu um homem bonachão, **alegre, às vezes engraçado, preocupado com a redemocratização do país** (Idem. P.30. Grifei).

Percebe-se que Veja procura reforçar uma boa imagem de Costa e Silva, especialmente pelo fato do ex-presidente se mostrar aberto à imprensa. Esta “boa relação” do governo com os jornalistas não se evidenciava com o presidente em vigência quando da publicação da reportagem relativa à morte de Costa e Silva (Emílio Médici). Tanto que, quando da morte do ex-presidente-ditador Emílio Garrastazu Médici, em 1985, a reportagem de Veja se baseia na retratação da indiferença com que a população brasileira teria recebido a notícia do falecimento do general. Isto porque a popularidade de Médici, angariada durante o período do “milagre econômico brasileiro”, teria virado indiferença tendo em vista que o “milagre” logo apresentou sua crise. Além disso, “de todos os governos brasileiros, [Médici] foi o único a **presidir uma ditadura do primeiro ao último dia** de seu mandato. E de todas as ditaduras por que o Brasil passou, **a sua foi mais brutal**” (Veja. 16/10/1985. P.36. Grifei). Percebe-se que para Veja, “ditadura” representa apenas a utilização da força e da coerção, que segundo a reportagem, teria estado presente em todo o governo de Médici. Esta significação de ditadura, pode também ser percebida em outro trecho reproduzido abaixo:

Médici, e com ele toda uma geração de civis e militares, acreditava na **conveniência do uso da força e da coerção como instrumento de solução dos conflitos sociais e políticos**. Jamais lhe passou pela cabeça a ideia de iniciar um processo para acabar com o AI-5, simplesmente porque não via – e talvez não soubesse – **como governar o Brasil sem uma ditadura** (Idem. P.41. Grifei).

Assim como com Costa e Silva, a reportagem pretende ser “reveladora da personalidade” de Emílio Médici. Assim como com Castello Branco, esta caracterização da personalidade de Médici estaria baseada em “cerca de 10 horas de conversações [de Médici] com o jornalista Carlos Scartezini, de Veja, atualmente no Correio Braziliense” (Idem. P.37).

Apesar de Veja construir uma imagem de autoritário e repressor para Médici (“No mundo da ditadura às vezes punia-se quem roubava, mas sempre se punia quem o contasse” p.40), a revista salienta em vários momentos da matéria que “por mais que se fale mal de Médici ele sozinho não poderia fazer tanto” (p.38). Médici não teria sido “inventor” da ditadura, “mas apenas gerente” (p.37). Apesar das atitudes autoritárias, Veja pretende construir uma boa memória do ex-ditador. Por fim, Veja parece atribuir a culpa da ditadura na própria população, que teria contribuído para a popularidade de Médici: “Mas talvez a melhor maneira de se refletir sobre o seu governo e seu drama seja pensar sempre nas multidões que o aplaudiram e nos veneráveis que o bajulavam” (Idem. P.41).

Se em relação aos outros ex-presidentes-ditadores, Veja pode publicar reportagens exclusivas baseadas nos contatos de seus jornalistas com os generais e seus arquivos, no caso de Ernesto Geisel a relação é ainda mais direta: “Geisel foi um leitor e uma fonte de Veja” (Veja. Carta ao Leitor. M.S.C. 18/09/1996. P.07). Além disso, Geisel tinha um

“relacionamento estreito e afetuoso com o jornalista Elio Gaspari⁴, diretor adjunto da revista em 1979” (Idem). Decorrente desta boa relação com a revista, Geisel “esteve dezoito vezes na capa de Veja e figurou em 173 páginas de reportagens” (Idem).

O principal ponto positivo de Geisel é claro já no editorial: acabou com a censura da revista. No entanto, suas características são demarcadas no decorrer da reportagem de nove páginas, decorrente da morte do general, e da imagem que Veja pretende construir de Geisel: “o ditador da distensão”. “Quarto presidente do regime de 1964, Geisel tinha uma característica incomum entre os presidentes militares: mandava. Foi assim que, com mão de ferro, **inviabilizou a ditadura**” (Veja. 18/09/1996. P.41. Grifei). Toda a reportagem é marcada pela construção de um personagem disciplinado e determinado que “botou ordem nas Forças Armadas” e coordenou o programa de “distensão lenta, gradual e segura”. A construção de memória do responsável pelo fim da ditadura é explícita: “Com tudo isso, quem não temeu seu governo dificilmente saberá que vive há dezessete anos **sem medo do arbítrio político** por herança do general autoritário que na semana passada, aos 89 anos, morreu de câncer no Rio de Janeiro” (Idem. p.42. Grifei).

Outra reportagem de “enorme valor histórico” (Veja. Carta ao Leitor. T.A. 12/1/2000), foi publicada por Veja quando da morte do ex-presidente-ditador João Baptista Figueiredo. O conteúdo da reportagem “Especial” teria sido resultado de 25 longas conversas entre Figueiredo e o repórter fotográfico Orlando Brito, realizadas entre os anos de 1989 e 1991. Na capa da edição, uma tarjeta no lado esquerdo da página com a frase: “Exclusivo: O mais completo depoimento do presidente Figueiredo”.

Orlando Brito teria conhecido João Figueiredo em 1967. Em 1989, casualmente o repórter encontrou Figueiredo em uma de suas caminhadas pelo calçadão e a partir daí “Brito acabou por se tornar seu [de Figueiredo] companheiro habitual de caminhadas matinais” (Veja. 12/1/2000. P.37). Interessante que, quando da publicação do material produzido por Brito, o jornalista não trabalhava mais em Veja. Porém o fato de ter trabalhado 16 anos na revista parece ser a justificativa para escolhe-la para a publicação.

Na apresentação da reportagem de 13 páginas, cuja maioria é composta por trechos das exposições de Figueiredo, encontramos a pergunta que se apresenta como título: “Mortos não falam?” Logo abaixo a “justificativa histórica” para o tratamento do assunto:

O ex-presidente João Baptista Figueiredo impôs-se um silêncio tumular desde que deixou o poder, quinze anos atrás. Exceto por alguns esparsos e monossilábicos muxoxos, nunca mais se ouviu nenhuma análise de Figueiredo sobre a vida nacional. Nada de avaliações sobre os episódios que marcaram seus seis anos de governo. Tampouco foram registrados opiniões a respeito dos principais personagens da política brasileira. Com sua morte, na véspera do Natal, **o Brasil pode finalmente conhecer o que pensava o ex-presidente sobre todos esses assuntos.** (...)Na reportagem seguinte, que começa na pág. 40, Veja reproduz com exclusividade o mais abrangente e detalhado depoimento dado pelo

⁴ Lembrando que Elio Gaspari publicaria em 2002, dois livros baseados em entrevistas realizadas com Ernesto Geisel e na documentação recebida de Golbery do Couto e Silva. As obras reproduzem as concepções que Geisel e Golbery tinham da ditadura. A forma com que Veja abordou a publicação das obras de Elio Gaspari já foi muito bem analisada por Carla Silva. Dedicando várias páginas ao livro de Gaspari, Veja fez propaganda de si mesmo, “porque sempre ressalta o fato de que Gaspari foi diretor-adjunto da revista” (SILVA, 2013: 102). Como demonstra Silva, Gaspari foi um jornalista agraciado pela ditadura e amigo dos generais. Em relação à interpretação do que foi a ditadura, Silva conclui que “Veja e Gaspari tem uma forte sintonia nessa interpretação” (Idem).

general Figueiredo, o fardado que por mais tempo comandou o Brasil durante o ciclo de 21 anos da ditadura militar (Idem. Grifei).

Como procuramos demonstrar rapidamente neste artigo, Veja procurou construir determinada imagem sobre os presidentes ditadores. Ao ressaltar o acesso de seus jornalistas aos documentos “exclusivos”, Veja se colocou como autorizada para construir esta imagem, já que, como a revista procura fazer acreditar, as reportagens seriam o resultado do trabalho de análise destes materiais. Para além dos questionamentos da forma com que a revista trabalha a “verdade”, é importante ressaltar que Veja não só defendeu a ditadura durante o período em que ela esteve vigente, como permaneceu preocupada em construir uma boa memória dos ditadores. Estas relações de proximidade com os ditadores, interviam no que era publicado na revista. Evidenciar estas relações e problematizar as notícias veiculadas deve ser uma necessidade sempre presente.

Referência bibliográfica

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)**. Dissertação de Mestrado em História pela UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon – PR, 2011.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja e ditadura: a memória dos militares refaz a História**. In: **História Actual Online**. Num. 31 (Primavera, 2013).

DEMOCRACIA, VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO POLICIAL: OS REGIMES DISCIPLINARES E A CONSTRUÇÃO MICROFÍSICA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

*Eduardo Nunes Jacondino*¹

Resumo: O texto apresenta análises desenvolvidas pelo autor, notadamente durante o curso de Doutorado realizado por este, na área de Sociologia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sobre a formação de policiais militares diante do “novo” contexto societário brasileiro que surge a partir da Constituição cidadã de 1988, ou seja, a sociedade democrática. Aponta para o histórico da formação e atuação das polícias militares, bem como para a dificuldade que enfrentam países em desenvolvimento, como o Brasil, no sentido de implantarem formas de trabalho policial destituídas de ‘vícios’ atitudinais (trabalho que respeite os direitos humanos e que não seja capitaneado por ações violentas). Sabe-se que nas sociedades em desenvolvimento, tais como a Brasileira, o processo de democratização têm se consolidado de forma conjunta (e problemática) com diversas formas de dominação excludentes, reforçando as fraturas da legitimidade social do Estado-Nação. E é justamente neste contexto que se passa a discutir a questão da falta de legitimidade do trabalho policial (que tende a se utilizar da força de forma desproporcional, quando no contato com a população. População que, em tese, deveria proteger). Diante destas dificuldades levantam-se questões acerca da necessidade de se mudar o perfil dos cursos de formação policial militar na direção da qualificação profissional do policial.

Palavras chaves: Democracia, violência policial, regimes disciplinares

As sociedades ocidentais têm vivenciado processos difusos pelos quais, por um lado, institucionalizam sistemas políticos democráticos, com a ampliação de uma gama de direitos individuais e sociais. Por outro lado, têm vivenciado o crescimento de processos de desestabilização referentes ao controle social, ancorados em fenômenos tais como o crescimento das formas de violência e de criminalidade.

Esta ambivalência tem sido caracterizada pelo conceito de modernidade tardia². Neste quadro, o papel da polícia, instituição que emergiu ligada à expansão do poder do Estado, de manter a ordem, garantir a segurança das cidades e lutar contras as formas de delinquência, tem sido foco de críticas, notadamente no que se refere à questão do uso da força.

O clássico modelo educativo dado aos policiais – notadamente aos policiais militares – passa a ser alvo frequente de análises que apregoam a necessidade da construção de um novo perfil profissional. Modelo que auxilie as instituições policiais a superarem os padrões militarizados, hierárquicos, ligados a uma postura combativa e

¹ Docente efetivo na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Anthony Guiddnes (1991, 2002, 2005)

focada no crime. Não obstante, a formação dos policiais tem transcorrido, de forma recorrente, dentro das corporações policiais, caracterizadas pela existência de padrões de conduta disciplinares que mantêm uma conformação específica de educação.

Este emaranhado de elementos que perpassam os processos formativos de policiais militares (brasileiros) conforma um campo de saberes/poderes que delimitam os embates travados em torno da formação dos policiais.

No bojo da construção deste saber específico, que Foucault denominou de saber disciplinar, e que se diferencia do saber jurídico, os cursos de formação de policiais militares acabam recebendo críticas que confrontam as históricas práticas hierárquico-militares instituídas, com as respectivas delimitações que estas práticas dão ao padrão de formação e de atuação profissional.

Este saber, que mais recentemente tem adentrado os ambientes formativos dos policiais, parece também carregar para dentro destes ambientes proposições que se debruçam por sobre a questão da profissionalização e da humanização das práticas policiais. Assim, busca consolidar, estrategicamente, no que concerne ao campo da segurança pública, proposições políticas dirigidas ao Estado.

A pesquisa de doutorado efetuada durante seis meses (no ano de 2010) e que resultou na consolidação da tese de doutorado em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi guiada, em grande medida, pela tentativa de apreenderem-se os elementos que efetivamente estariam atuando no sentido de conformarem os cursos formativos de policiais militares diante da tradicional regulamentação jurídica, bem como diante do rol de debates que pareciam apontar, fortemente, para a necessária mudança comportamental a ser adotada, profissionalmente, por parte dos policiais no trato com a população (na direção do respeito aos direitos humanos).

Estas análises apontam para a constituição de duas formas de poder/saber que se voltariam para a sujeição de policiais militares, nos cursos de formação, ao buscarem nortear o comportamento profissional destes. Formas de saber/poder que atuariam, ainda, em contextos, por sua vez, caracterizados fortemente pelo que Foucault denominou de regimes disciplinares.

Para este autor, o conceito de regimes disciplinares (FOUCAULT, 2004) caracterizaria um conjunto de relações de poder voltado ao controle minucioso do corpo, adestrando gestos, atitudes, hábitos, comportamentos e discursos.

Neste sentido, a disciplina atuaria de modo a caracterizar a microfísica do poder, instituída para possibilitar o controle e a sujeição do corpo, com o objetivo de tornar o indivíduo dócil politicamente e útil economicamente.

Segundo Foucault (2004), a produção de corpos dóceis e úteis seria obtida por meio da consolidação de uma dissociação entre corpo individual, como capacidade produtiva; e vontade pessoal, como poder do sujeito sobre a energia do próprio corpo.

Deste modo, e de acordo com o recorte teórico que adotamos, entendemos que os processos formativos dos policiais militares carregariam consigo as marcas de um embate estratégico que tem demarcado o uso da força policial³ a partir de três campos de poder/saber distintos:

O primeiro campo seria constituído pelo modelo jurídico, caracterizado pela supremacia de Promotores e Juízes e que requer, por parte dos policiais, a obediência e ou a sujeição destes, do ponto de vista da atuação profissional diante da Lei e do Sistema de

3 Traço profissional que parece melhor delimitar a função social dos policiais. Elemento sobre o qual, também, transitam grande parte das discussões que se voltam para o modelo de atuação profissional a ser adotado por parte dos policiais.

Justiça Criminal.

O segundo campo seria constituído, de modo mais recente, pelo advento das Ciências Humanas, que procuram inserir nos ambientes formativos dos policiais conteúdos que possam conformar as práticas profissionais destes, dentro de parâmetros ético/morais embasados no respeito aos direitos humanos. Buscando fazer com que o trabalho policial se volte ao atendimento das necessidades da população e não, apenas, ao confronto da criminalidade.

As instituições policiais⁴, entretanto, mantêm procedimentos organizativos e operacionais baseados nas forças armadas, tendo em vista que são forças auxiliares do exército. Neste sentido, são caracterizadas a partir de uma centralização administrativa rigidamente hierarquizada e disciplinar por excelência. Características que atuam de modo a compor o terceiro campo da relação poder/saber existente nos Cursos de formação de policiais militares.

Muniz (2001) adentra mais especificamente este campo ao analisar a formação dos policiais militares (PMs) no Brasil diante das exigências efetivadas após a Constituição de 1988, que pregam uma mudança no perfil profissional dos policiais. Perfil mais adequado ao contexto de um Estado Democrático de Direito e que, efetivamente, respeite o estatuto da cidadania estendido a todos os Brasileiros.

A autora, a partir de uma pesquisa em que retrata historicamente o surgimento e o papel das PMs no Brasil, ressalta o descompasso entre o ‘servir e proteger’ promulgados pela Constituição e os conhecimentos, técnicas e hábitos aprendidos pelos PMs, herdados do passado (Idem: 178).

Isto porque as polícias militares brasileiras nasceram como organizações paramilitares subordinadas, simultaneamente, aos Ministérios da Guerra e da Justiça portuguesas e, gradualmente, suas estruturas burocráticas tornaram-se idênticas às do exército brasileiro; mantendo componentes organizativos que preservaram o Estado Maior, a cadeia de comandos, os batalhões, os regimentos, as companhias, os destacamentos, as tropas.

Além disso, os policiais militares usam fardas com nome de guerra e ostentam seus graus hierárquicos, tal qual o fazem os membros das Forças Armadas (Idem: p. 180). A militarização das polícias militares, segundo Muniz (2001), fez com que estas adotassem um modelo organizacional advindo do exército, por meio do acondicionamento enquanto ‘forças especiais’ ou ‘extraordinárias’, atuando na defesa do Estado, adotando postura de aquartelamento.

O conteúdo militarizado das PMs perpassou todos os regimes políticos e formas de governo estabelecidos no Brasil, logo não se restringiu aos períodos de exceção tais como a ditadura Vargas (1937 -1945) e a ditadura militar (1964 -1985); dirigindo o trabalho daquelas no sentido da ‘manutenção’ da segurança do Estado, por meio de processos de disciplinarização a serem utilizados diante de uma sociedade rebelde à ‘normalidade’ e à ‘boa ordem’ (MUNIZ, 2001).

No histórico policial brasileiro, os aspectos voltados à burocratização e militarização, com excessivo realce no comportamento burocrático-militar e legalista dos policiais têm se mantido como mais relevantes. Poncione (2005, p. 590) vai apontar, diante deste quadro, que esse modelo teria surgido no final do século XIX, início do XX, com o objetivo de disciplinar a polícia (tornando-a menos politizada e mais profissional).

A perspectiva burocrático-militar fez com que a postura voltada para o ‘controle do crime’ fosse substituída pela da ‘guerra contra o crime’, já que é um modelo que propõe

4 Notadamente as militares

mobilizar os indivíduos para reagirem dentro de uma maneira aderente e disciplinada, a fim de responder imediatamente às situações apresentadas. Poncione classifica-o como ‘modelo de polícia profissional tradicional’.

Para Poncione (2005, p. 592), tal modelo profissional começou a ser questionado a partir dos anos 70 do século XX, em diversos países, na busca pela implementação de uma postura policial condizente com o que as sociedades democráticas passaram a demandar de profissionais (servidores públicos) da área de segurança pública. Daí o crescimento da perspectiva da polícia comunitária, através da qual a polícia procura se aproximar da comunidade. No entanto, o modelo quase militar manteve-se em países como o Brasil, com o respectivo cerceamento de discricão, a falta de recompensas fora dos rígidos parâmetros de disciplina (hierarquia), e baseados na impessoalidade.

Em termos de formação, a autora aponta que, no Brasil, fora a existência de dois universos distintos de policiamento (polícia civil e militar), no que tange à polícia militar teriam persistido dois tipos de treinamento, um voltado para oficiais e outro para praças (Idem: 594-595). De todo modo, é notório o predomínio, ainda no caso brasileiro, do ‘modelo policial profissional tradicional’, com ênfase no comportamento legalista e no arranjo burocrático-militar.

Este modelo carrega consigo aspectos que influenciam a cultura, a filosofia, as operações táticas e as estratégias policiais, bem como as concepções presentes nos currículos. Concepções que promulgam um modelo de trabalho policial baseado essencialmente no controle do crime e na aplicação da lei com ênfase na adesão a regras e procedimentos advindos da organização.

Se pensarmos, ainda, no quesito autocontrole, necessário aos policiais nos momentos em que fazem o uso da força; é possível ver que, com a exceção de alguma disciplina que possa fazer parte dos cursos de formação, tal como Psicologia da Violência e/ou Qualidade de Vida Policial⁵, não existem elementos que concorram para que os alunos/policiais possam incorporar exercícios, técnicas, que os levem ao cuidado de si.

O que geralmente acontece, sob este aspecto, é que os policiais têm desenvolvido sintomas como estresse, depressão e outros, por conta das pressões do cotidiano profissional, recorrendo a medicamentos para combaterem estes sintomas apresentados⁶.

Embora o objetivo da tese de doutorado, desenvolvido em academias de polícia, não tenha sido o de adentrar em questões de cunho psicológico, nos chamou a atenção o fato de que uma mudança de postura (comportamento) por parte dos policiais na direção de uma intervenção menos truculenta e/ou mais equilibrada, na vida dos cidadãos, passa necessariamente por técnicas corporais (pelo corpo desses profissionais).

Isto porque a rotina de trabalho desses gira, necessariamente, em torno da capacidade de lidar com situações sociais caracterizadas pelas pressões advindas das fissuras sociais (muitas delas atreladas a pobreza), bem como pelo uso, quando necessário, da aplicação da força. O que nos remete, mais uma vez, ao corpo dos policiais.

Corpo que é o alvo principal dos regimes disciplinares, das diferentes matérias/disciplinas que pretendem propor caminhos e/ou modos de atuação profissional, bem como das rotinas disciplinares tradicionalmente estabelecidas nos cursos de formação e que visam, via de regra, construir um corpo disciplinado/obediente, forte, rápido, pronto para o combate.

5 Matérias, aliás, muito recentemente incorporadas aos cursos de formação de policiais. E de forma muito tímida.

6 Pesquisadores do campo da saúde tais como Maria Cecília de Souza Minayo têm produzido trabalhos com policiais (civis e militares) que mostram que estes profissionais sofrem sérios problemas de saúde ocupacional.

Corpo, ainda, que é alvo de inúmeras intervenções, do ponto de vista da aprendizagem de técnicas posturais e/ou comportamentais (militarizadas) que se direcionam para o domínio dos instrumentos (técnicas marciais, uso da arma de fogo, etc.) voltados para a intervenção profissional.

Referencia bibliográfica

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIDDENS, A. **Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

MUNIZ, J. **A crise de identidade das polícias militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional.** Security and defense Studies Review, v. 01, 2001.

PONCIONI, P. **O Modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, set/dez., 2005, p. 585-610.

A PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES) NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO (1964-1968)

*Elaine de Almeida Bortone*¹

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que teve grande participação no golpe de Estado de 1964, que depôs o presidente João Belchior Marques Goulart, e na formação do Estado autoritário, instaurado no Brasil pós-64, cujos associados e parceiros ocuparam cargos e postos-chaves na administração federal criando políticas públicas dentro dos seus interesses particulares. Para alcançar seu objetivo, a “conquista” do Estado, o IPES montou uma estrutura extremamente sofisticada para desenvolver e pôr em ação estratégias e campanhas contra o governo de Goulart, as quais foram disseminadas por todo o país, para atrair a sociedade para seu projeto hegemônico. Simultaneamente, construiu projetos de governo e anteprojetos de reformas de base, os quais foram absorvidos pelo governo, em especial a reforma da administrativa federal, através do Decreto-Lei 200/67, que dispõe sobre a organização administrativa. Palavras-chaves: IPES, ditadura civil-militar, Decreto-Lei 200/67.

Introdução

O IPES foi fundado em 1961, por empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e por militares de alta patente, em especial oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), com o apoio do governo norte-americano, para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que pudesse deter o governo de Goulart. Seu objetivo consistia em depor Goulart e dominar o Estado, para nele construir políticas públicas que beneficiasse seus interesses econômicos e políticos. Goulart, preocupado com a soberania econômica, montou um programa de medidas políticas e institucionais para enfrentar as crises econômica, política e social, que significava uma ameaça à burguesia empresarial e à dominação dos Estados Unidos.

Frente à possibilidade de perder sua posição econômica privilegiada, a burguesia empresarial-militar, através do IPES, organizou uma ação política de desestabilização, por meio de uma rica e sofisticada campanha política, ideológica e militar. Simultaneamente, como tática defensiva e já pensando em um novo Estado, formulou projetos de governo e anteprojetos de reformas de base para salvaguardar e consolidar suas posições na direção política e ideológica da sociedade. Com isto, o IPES objetivava desenvolver uma progressiva atividade política para alterar as bases estruturais governamentais do país e assumir o controle do Estado para nele desenvolver o capitalismo atrelado ao capital internacional.

Sua meta foi assegurada pela vida da intervenção militar com o golpe de Estado em 1964. Após 64, a composição militar-empresário controla em definitivo as rédeas da máquina gerencial-estatal “erigindo um formidável aparato de Estado para sustentar seu

¹ Mestre em Administração pelo PPGAd/UFF

monopólio do poder” (ALVES, 2005, p. 31) e implantando as reformas de base formuladas pelo IPES, em especial a reforma administrativa federal.

O que é o IPES

O IPES foi uma organização rica e sofisticada em recursos materiais e humanos capaz de desenvolver ações e estratégias, para criar as bases de uma oposição que pudesse esvaziar o governo Goulart, que estava atingindo diretamente seus interesses.

Criado em 1961 no Rio de Janeiro e em São Paulo fundou outras unidades pelo Brasil para estimular e apoiar a mobilização de forças nos demais estados, tais como IPES-Sul, IPES Pernambuco, IPES Belo Horizonte, IPES Paraná, IPES Manaus, IPES Santos e IPES Belém. No Distrito Federal montou o “Escritório de Brasília” para atuar junto ao Congresso e obter informes para prejudicar os rumos da política.

Para obter recursos financeiros para colocar seus projetos em ação, o IPES coordenou e ajustou os interesses de empresários de diferentes setores e ideologias.² A ajuda financeira vinha também “do Fundo do Trigo, colocado no BNDE, cuja conta a Embaixada dos Estados Unidos movimentava; da ‘caixinha’ alimentada por empresas nacionais e estrangeiras; de auxílios externos” (BANDEIRA, 1978, p. 75); dos bancos nacionais e internacionais; de fundos norte-americanos³ e de pessoas físicas.

Uma vez estabelecido, com objetivos definidos e com uma estrutura muito bem organizada e milionária, o IPES desenvolveu diversas atividades lícitas e ilícitas, capazes de pôr em prática estratégias de ação em seu benefício e alimentar sua voracidade particular. Como em uma guerra, o Instituto produziu campanhas ideológicas com objetivo de atrair e manter diferentes segmentos da sociedade junto ao seu projeto. Conforme Marx (2007), ideologia equivale a uma ilusão, uma falsa consciência na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Foi construída para escamotear o conflito entre as classes sociais, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência de universal.

Dentro desta lógica, o IPES, enquanto uma formação da classe dominante, disseminou sua ideologia que tinha aparência de ser benéfica para todos e não somente para seu grupo, tentando fazer a sociedade acreditar que tais ideias representavam efetivamente a realidade.

Desta forma, trabalhou na preparação de materiais de doutrinação e propaganda ideológica para esclarecimento da opinião pública e mobilização da sociedade. Para tal fim, contou com indivíduos tecnicamente competentes e influentes nas suas áreas de atuação para organizarem cursos, congressos, conferências, palestras; e produzirem artigos, boletins, encartes, livros, panfletos, apostilas, filmes com conteúdos anticomunistas e antipopulistas, defendendo a “permanência da livre empresa seriamente ameaçada nos anos 1961-1964”,⁴ os valores da produtividade, do capitalismo neoliberal e da democracia, a partir da perspectiva da classe dominante.⁵ Uma democracia restrita, onde não haveria agitação sindical e organização da classe trabalhadora, e a livre empresa e a propriedade privada seriam prioridades (SPOHR, 2011).

² Ata do IPES Comitê Executivo de 08.04.63.

³ Ata do IPES Comitê Executivo de 14.01.63.

⁴ Documento do IPES: Breve histórico.

⁵ Na Ata do IPES dia 22.01.62, p. 8 Harold C. Polland profere o seguinte questionamento: “Qual tipo de democracia queremos? Uma democracia em que todos **nós sejamos proprietários**. Então devemos nos antecipar nas concessões, isto é, ‘dar antes’”. (grifo meu).

Para disseminar sua produção e preparar a opinião pública⁶ utilizou a TV, o rádio, o teatro, o cinema, os jornais e as revistas. E para ter uma atuação mais direta na disseminação de seu ideário, o IPES aproximou-se de diferentes segmentos sociais para desorganizá-los e seduzi-los para seu projeto, através de financiamentos, assessorias e estimulando ações contrárias ao governo para criar um clima de intranquilidade e insegurança na sociedade brasileira.

Com esta abrangência de estratégias e ações, o IPES buscou construir, lentamente, em todos os setores da sociedade, uma forma de subjetivação cujo ponto central é a demonização do governo Goulart.

Ao mesmo tempo em que trabalhou em ações e estratégias para mobilizar a sociedade civil e militar contra o governo de Goulart, o IPES se dedicou em analisar as Reformas de Base do governo e, a partir delas, formular alternativas de reformas desestabilizantes, que atendiam aos interesses neoliberais, para se contrapor às reformas do governo e entrar no debate ideológico.

Com estes estudos, o IPES elaborou vinte e três projetos conhecidos como Reformas de Base que, de forma geral, acentuavam o fortalecimento da iniciativa privada, a entrada do capital internacional no país, a necessidade de um Estado liberal etc. No parecer do IPES, o “Estado deveria intervir na economia apenas para preservar o mercado livre do monopólio, promover desenvolvimento econômico e contribuir para a paz social” (BLUME, 1967 *apud* DREIFUSS, 2006, p. 214). A abrangência dos estudos mostra que a elite empresarial “desenvolvia não só uma campanha estruturada para alcançar o poder, mas também um programa de Governo” (DREIFUSS, 2006, p. 262), para assegurar o domínio econômico e político da burguesia empresarial ligada ao capital internacional.

Após 1964, com as “perdas em pessoal para os postos de governo”⁷, o IPES passou a atuar na elaboração de estudos com recomendações sobre diretrizes básicas para a administração, os círculos empresariais, os militares e o governo. Encerrou suas atividades em 1972. Segundo atas do IPES, o Instituto estava com “agudo agravamento de pobreza de capital de giro”⁸ originadas por compromissos de grande porte em momento de escalada inflacionária.

Para Diniz (1994), a aliança entre a burguesia empresarial e o governo, acabou sendo inviabilizada porque o Estado cresceu com a proliferação de agências burocráticas e do setor produtivo estatal e com a formulação de novas políticas públicas que iam contra os interesses do IPES. Segundo Mendes (2011), os governos Linha Dura de Costa e Silva e Médici mudaram a direção política do IPES e desmantelou o sistema que dera o golpe de Estado de 1964. Para Martins Fº (1993), os empresários tinham divergências, já no governo de Castello Branco, quanto à política de desenvolvimento, o fortalecimento do Executivo, o estabelecimento das eleições indiretas, na diminuição dos direitos individuais e intervenção do Estado no Direito Público, que era contrário à filosofia de liberdade econômica que orientava a Carta de 1967.

Portanto, percebe-se que a extinção do IPES deveu-se menos aos problemas financeiros, como apontam os documentos do Instituto, e mais como um projeto delineado e articulado pelos próprios *ipesianos* para proteger seus interesses.

A discussão sobre o encerramento do IPES merece um aprofundamento maior em um estudo futuro, mas o que se pode afirmar, no momento, é que o IPES conquistou o Estado, muitos de seus propósitos estão presentes até hoje entre o grupo empresarial e na política brasileira, sendo ainda disseminados na orientação de políticas públicas.

⁶ Documento do IPES: Programa na TV. *Encontro de democratas com a nação*, de 04.06.62.

⁷ Ata do IPES Comitê Diretor s/d.

⁸ Ata da Reunião de Diretoria de 14.04.71.

A elite econômica no controle do Estado

Com o golpe de Estado de 1964 e a instauração do regime autoritário, sob a tutela das Forças Armadas, com Castello Branco no poder, que tinha estreitos vínculos com o IPES, resgata-se a unificação entre a ação governamental e a vontade empresarial, configurando um espaço econômico que favorece a iniciativa privada e o capital que ela necessita para crescer e salvaguardar os seus interesses e vantagens.

Vários *ipesianos* passaram a ocupar os cargos centrais do poder, a controlar a vida política do Estado e a delinear as prioridades econômicas e políticas para a manutenção da classe de acordo com seus interesses expressados nos anteprojetos de reformas de base, traçados pelo IPES, durante a campanha de 1961 a 1964, iniciando a “penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava” (FERNANDES, 2006, p. 255), afirmando “a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos” (MENDONÇA, 2004, p. 15).

A essência do discurso oficial da Constituição de 1967 era da ortodoxia econômica, “cuja concepção era entender o Estado como subsidiário da iniciativa privada” (BERCOVICI, 2010, p. 82). Campos (1994) explica que o papel do planejamento estatal não era asfixiar a iniciativa privada, mas disciplinar os investimentos públicos e racionalizar a ação do governo na qual ela poderia operar com segurança.

Uma vez no controle, os empresários asseguraram o rumo do Estado brasileiro pela via capitalista, a partir da construção de políticas públicas, “servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais” (DREIFUSS, 2006, p. 437), em detrimento das necessidades das classes subalternas e dos pequenos empresários. O Estado passa a ser um instrumento coercitivo da elite econômica e atua, conforme Gramsci (1974), como instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante e, de forma repressiva, mantém os grupos subalternos fracos e desorganizados.

Este comportamento da burguesia, de converter as relações de produção em relação de dominação, é a forma como ela se infiltra no Estado e procura operar em seu benefício em “relação ao capital, à força de trabalho e à tecnologia” (IANNI, 1988, p. 93). A partir desta infiltração é estabelecida a relação Estado-burguesia, onde a burguesia “é francamente favorável a qualquer iniciativa governamental que vise ao desenvolvimento econômico, contanto que este não interfira na esfera tradicionalmente reservada à iniciativa privada” (RICHERS *apud* IANNI, 1988, p. 91).

Segundo Marx (2007), o Estado, que nasce a partir das lutas de classes e da dominação da classe proprietária das forças de produção sobre as outras, tem a função de tentar impedir que o antagonismo de classe degenera em lutas, mas acaba por contribuir e administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa. O Estado, portanto, “é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns” (MARX, 2007, p. 76) e “existe apenas em função da propriedade privada” (MARX, 2007, p. 75).

O governo comprometido e a serviço da burguesia multinacional e associados deu início à reorganização da estrutura e da administração do Estado, a partir dos anteprojetos de reformas de base formulados pelo IPES. A reorganização foi de grande abrangência para atrair o capital internacional e satisfazer o crescimento econômico da elite econômica e das instituições internacionais, conforme algumas medidas a seguir.

Criou o sistema de taxação, de isenções tributárias e de garantias contra o risco de nacionalização que favoreceu as multinacionais. Ainda para atender aos empresários multinacionais, que tinham resistência às imposições patronais, as quais impunham ônus à

empresa na demissão do empregado, o modelo econômico transformou as relações de trabalho: aboliu o direito de greve, reduziu a idade mínima de trabalho para doze anos “institucionalizando um sistema de trabalho infantil que teria importância na redução dos custos de mão de obra e acarretaria consideráveis custos sociais” (ALVES, 2005, p. 132).

Introduziu o sistema de poupança forçada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), um seguro desemprego, que “foi concebido para substituir as normas então existentes de estabilidade do empregado, criando um fundo especial para a acumulação de capital” (ALVES, 2005, p. 117). A poupança do FGTS foi canalizada para o Banco Nacional de Habitação (BNH) dinamizando a construção civil, um motor espetacular da economia, e “apoiou o grande surto da construção civil” (GORENDER, 1982, p. 103), beneficiando os empresários do ramo.

À medida que mais favoreceu a burguesia empresarial e em contrapartida prejudicou o trabalhador foi a política salarial, o conhecido “arrocho salarial”. O quadro de perda da renda salarial do trabalhador intensificou o trabalho familiar na tentativa de reforçar o salário mensal, sacrificando o acesso à vida escolar dos mais jovens e das horas de lazer do trabalhador, e a jornada de trabalho se estendeu (MENDONÇA e FONTES, 2004), o que fez com que a “jornada de oito horas, consagrada em lei, fosse na prática abolida na maioria das empresas” (SINGER, 1989, p. 81). Os trabalhadores mais idosos, ameaçados de demissão, passaram a estar “sujeitos a longos períodos de desemprego pela notória resistência das empresas à admissão de pessoas mais velhas” (SINGER, 1989, p. 80).

Para concentrar os excedentes, multiplicaram o número de bancos de investimentos, que tinham como principal função “subscrever novas emissões de capital das empresas para posterior lançamento das ações da bolsa” (SINGER, 1989, p. 68) e de conglomerados industrial-financeiros que garantiam às grandes empresas não só acesso ao crédito em condições muito favoráveis, como também a oportunidade de absorver as empresas menores e, assim, dominar o mercado.

O governo civil-militar para consolidar a reforma e capacitar a máquina administrativa de modo a torná-la propulsora do processo de desenvolvimento com base na modernização e na dinamização de seu funcionamento, formulou o Decreto-Lei 200/67, que “executou uma ambiciosa reforma das estruturas do Estado e dos procedimentos burocráticos, embora com resultados nem sempre esperados” (MARTINS, 1997).

O Decreto-Lei 200/67, que “dispõe sobre a organização da administração federal e estabelece diretrizes para a reforma administrativa” (BRASIL, 1967), apresenta itens em comum com o anteprojeto de reforma administrativa formulado pelo IPES. Para favorecer a apresentação e poder concluir pela existência ou não de um processo comum, agrupei temáticas contidas nos dois documentos.

Comparações entre o anteprojeto de reforma
administrativa do IPES e o Decreto-Lei 200/67

ANTEPROJETO DE REFORMA ADMINISTRATIVA DO IPES⁹	DECRETO-LEI 200/67
A necessidade de um órgão de cúpula para garantir a elaboração e a coordenação dos planos de ação.	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral O chefe do órgão central do sistema é responsável pelo fiel cumprimento das leis e

⁹ Livro: Reformas de Base: posição do IPES, 1963, pp. 28-29.

	regulamentos pertinentes e pelo funcionamento eficiente e coordenado do sistema. (Art. 30 § 2º)
A vinculação a esse órgão de cúpula de Institutos de Pesquisa Científica e de Análise Geográfica e Estatística.	Foram unificados no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o Fundo de Financiamento de Estudo e Projeto (FINEP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Art. 191) e o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), com a finalidade de elaborar estudos, pesquisas e análises requeridos pela programação econômico-social de interesse imediato do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (Art.190)
A integração, no órgão de Coordenação e Planejamento, dos chefes das Comissões especializadas permanentes e dos Ministros de Estado, garantindo o entrosamento entre os responsáveis pela formulação técnica dos planos, pela sua orientação política e pela coordenação de sua execução.	A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados. (Art. 7º) As atividades da Administração Federal e, especialmente, a execução dos planos e programas de governo serão objeto de permanente coordenação. A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante a atuação das chefias individuais, a realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo. No nível superior da Administração Federal, a coordenação será assegurada através de reuniões do Ministério, reuniões de Ministros de Estado responsáveis por áreas afins, atribuição de incumbência coordenadora a um dos Ministros de Estado, funcionamento das Secretarias Gerais e coordenação central dos sistemas de atividades auxiliares. (Art. 8º)
A reorganização do regime de funcionamento do Serviço Público garantindo-se a centralização das funções de orientação político-administrativo, de coordenação, de normalização e de controle geral. Promova a descentralização das funções essencialmente executivas e fiscais.	As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência e controle. (Art. 6). A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada. A descentralização será posta em prática em três planos principais: dentro dos quadros da Administração Federal,

	distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução; da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio; da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões. (Art. 10).
A disciplina dos órgãos regionais e locais: estruturais, autárquicas e de economia mista, adequadamente vinculados aos órgãos centrais, cuidando-se em especial de uma mais perfeita conceituação de “autarquias”.	<p>Administração Indireta compreende as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.</p> <p>As entidades compreendidas na Administração Indireta consideram-se vinculadas ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade. (Art. 4 § 1º)</p> <p>No que se refere à Administração Indireta, a supervisão ministerial visará a assegurar, essencialmente: a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade; a harmonia com a política e a programação do Governo no setor de atuação da entidade; a eficiência administrativa; a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade. (Art. 26).</p>

Fonte: Tabela feita pela autora.

O Decreto-Lei 200 de 25.02.1967 foi promulgado imediatamente pelo presidente, sem ser votado no Congresso Nacional, sustentado pelos poderes extraordinários conferidos pelo Ato Institucional nº 4 de 07.12.66, entrou em vigor em 15 de março de 1967.

A tabela comparativa entre o anteprojeto do IPES e do Decreto-Lei 200/67 permite observar que há existência de diversos pontos em comuns, o que leva a confirmar a hipótese de que houve uma relação entre o ideário *ipesiano* e a reforma administrativa federal, confirmando o domínio da elite econômica no Estado criando políticas públicas.

A reforma administrativa sugerida pelo IPES propõe descentralizar as funções executivas e centralizar a orientação política num órgão central para garantir a elaboração e a coordenação dos planos de ação. O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com o *ipesiano* Roberto Campos à frente, “uma figura central na formação do pensamento econômico da administração de Castello Branco” (DREIFUSS, 2006, p. 446), e uma equipe formada por pessoas que passaram pela órbita do IPES, foi o órgão de cúpula e passou a dispor de maior autoridade do que qualquer outro ministério. Este órgão desempenhou o papel de agência central no que diz respeito ao sistema de planejamento, de contabilidade, de auditoria interna e de controle das empresas estatais, autarquias e fundações.

O projeto do IPES recomenda a criação de instituto de pesquisa e estatística para dar apoio ao órgão central. O Instituto de Pesquisa Econômica e Social Aplicada (IPEA), criado em 1967, tendo o *ipesiano* João Paulo dos Reis Veloso à sua frente, tinha a finalidade de elaborar estudos, pesquisas e análises requeridos pela programação econômico-social de interesse imediato do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

O anteprojeto do IPES propõe a unificação no órgão de cúpula (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral) do Conselho de Segurança Nacional, que tinha como organismo de assessoramento o SNI. Este serviço foi criado, em 1964, pelo *ipesiano* Golbery do Couto e Silva para coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional e instruir o Executivo sobre o que se passava no país, o que mostra o índice de militarização do Estado.

Conclusão

Conclui-se que o anteprojeto de reforma administrativa definido pelo IPES encontra expressiva ressonância na comparação com as políticas implementadas pelo governo de Castello Branco, o que mostra que o Estado tornou-se patrimônio exclusivo da elite, ele é “representativo de um ‘capitalismo de Estado’, medularmente identificado com o fortalecimento da iniciativa privada e que pretende servir de elo ao florescimento das grandes corporações privadas e do capitalismo monopolista do Brasil” (FERNANDES, 2006, p. 305).

Referência bibliográfica

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil 1964-1985**. Bauru: EDUSC, 2005.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BELTRÃO, Hélio. Reforma administrativa. I – Filosofia básica, princípios fundamentais, II **Reforma administrativa e desenvolvimento**. Semana da Reforma Administrativa, 1968.

BERCOVICI, Gilberto. O Direito Constitucional passa, o Direito Administrativo permanece: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**. Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

DINIZ, Eli. **Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985**. In: SOARES, Glaucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina. 21 anos de regime militar. Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

_____. **A internacional capitalista**. Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2006.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Teoria. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Lisboa: Editora Estampa, 1974.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

IPES. **Reformas de Base**: posição do IPES, 1963.

MARTINS Fº, João Roberto. **O palácio e a caserna**. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MARTINS, Luciano. **Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil**: uma visão geral. Cadernos ENAP, nº 8, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Militares e o debate sobre os rumos da política externa brasileira – 1961-1965. In: FERREIRA, Jorge (org). **As repúblicas no Brasil. Política, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SPOHR, Martina. **A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964**. Revista Militares e Política, nº 9, jul-dez, pp. 52-63, 2011.

VOZES SILENCIADAS: MEMÓRIAS DA ATUAÇÃO POLÍTICA DOCENTE EM NOVA AURORA

*Elisangela Furlan*¹
*Alexandre Fiuza*²

Resumo: Este trabalho almeja realizar uma análise bibliográfica que aborde a questão da ditadura civil-militar na década de 1970 e suas consequências na cidade de Nova Aurora, interior paranaense, no que tange a repressão aos considerados subversivos da época. Este foi um período marcado pela tortura e repressão contra a oposição política ao regime ditatorial capitaneado pelos militares e com apoio de setores civis e do governo norte-americano. Partindo da memória presente nos poucos registros em documentos, em pesquisas já realizadas e em informações que denunciam fatos históricos e políticos ocultados, destacar-se-á a atuação da professora Clari Izabel Favero, juntamente com seu esposo, André Luiz, acusados de pertencerem a uma célula comunista, bem como por ensinarem a partir de canções de cunho engajado a seus alunos, como se depreende da documentação de circulação mais restrita. Este trabalho, de caráter introdutório, se remete a trajetória de ambos que os levaram da tortura ao exílio, perscrutando quanto aos fatos que os forçaram a optar pelo exílio. Enfim, tem-se como principal objetivo compreender e ampliar conhecimentos acerca de acontecimentos tão próximos, que fizeram parte do cotidiano de uma cidade tão pacata como Nova Aurora e que ainda hoje causam melindre entre a população que vivenciou e conheceu mais de perto este caso de violência estatal.

Palavras-chave: Ditadura; Atuação docente; Nova Aurora.

Introdução

Ao falar de tortura, é relevante abordá-la não como prática superada pertencente ao passado, nem tão pouco, compará-la a mero desentendimento de fundo político. Seria, em parte, anular os acontecimentos referentes à repressão ocorrida na ditadura, principalmente, como o ocorrido em Nova Aurora. Este fato silenciou professores sedentos por expressar sua voz, frente à imposição militar. Quem ousasse desobedecer as ordens militares, sofria duras penas, sendo apresentados à sociedade como criminosos perigosos e mal intencionados.

Muitos são os casos de militantes ou acusados como tal que sofreram consequência por lutar por um ideal contrário aquele imposto pelo governo militar. Luiz Andréa Fávero e sua esposa, Clari Izabel, tipificam estes que seriam considerados inimigos do Estado. Com espírito de mudança, o jovem casal, ao longo da década de 1960, acreditava que o conhecimento era a chave para que todos tivessem condições lutar por um país mais democrático, dando condições de reflexão e discussão das questões sociais e políticas. Tinham em mente que as pessoas conscientes dos acontecimentos políticos poderiam

¹ Mestranda em Educação da Unioeste/ Campus de Cascavel. E-mail: furlan.elisangela@gmail.com.

² Doutor em História pela UNESP/ Assis, Professor do PPGE/ UNIOESTE-Cascavel. E-mail: alefiuza@terra.com.br

desvelar a realidade política trazida pelo Golpe de 1964, situação mascarada pelos efeitos da ditadura.

Com ideias socialistas, o casal Fávero e outros militantes, frente a forte repressão, viram seus sonhos socialistas se transformarem em pesadelo, tortura, censura e repressão. Os jovens revolucionários foram combatidos com intolerância e violência, tomada pelos militares como única forma de manter a ordem social esperada pelos golpistas.

Contexto político da década de 1970 e a atuação docente em Nova Aurora

A oposição era composta por intelectuais, políticos liberais, padres progressistas, sindicalistas, professores, operários, camponeses, estudantes e grupos rebeldes que eram combatidos de forma intolerante e violenta, utilizando-se de estratégias como os Atos Institucionais (AI). Com adesão de muitos civis, o Golpe militar se consolida em 31 de março de 1964, frente ao clima de crise política e tensões sociais efervescentes. Para conter as manifestações dos descontentes, em 9 de abril, foi decretado o AI-1, que ordenava a caça aos mandatos políticos de opositores ao regime militar, “sem necessidade de justificação, julgamento ou direito de defesa” (RIBEIRO, 1992, p. 157).

Para conter a manifestação dos opositores, os governos militares agiam reprimendo a qualquer manifestação de pensamento, decretando em 1968 o mais rígido o AI, o nº 5, do qual, nenhuma espécie de oposição foi tolerada. Foi decretado pelo então presidente Costa e Silva, como reação encontrada pelo governo militar para conter movimentos populares e acabar com as manifestações estudantis. Com este ato, o general presidente passou a ter poder acima de qualquer lei, como o de fechar o Congresso, suspender direitos políticos e as garantias legais de qualquer cidadão (RIBEIRO, 1992, p. 157-158).

Foi uma época de mudanças extremas no Brasil, resultando no crescimento e desenvolvimento do país, mas a um custo político e civil muito alto. Os militares adotaram uma política expressiva para combater a subversão, a corrupção e a infiltração comunista na vida nacional. A década de 1970, conforme relata Gohn (2013) deixou tristes registros na história brasileira, mas que também foi um período de resistência e construção de bases para a redemocratização.

Com enfoque político, de repressão à manifestação e a livre expressão, a educação estava voltada para a formação de uma sociedade onde prevaleciam os interesses de grupos políticos e econômicos hegemônicos. Professores seguiam regras, e alunos absorviam informações repassadas pelos professores, mascarando a realidade política e econômica da época. Os fatos políticos e econômicos relevantes à vida escolar dos alunos eram deixados de lado, direcionando o ensino a um cunho político ditatorial, repressivo e censurado, pois, puniam com rigor a quem desobedecesse aos ditames militares.

A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores e alunos, a censura ao ensino, a subordinação direta dos reitores ao Presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-lei 477/69 como extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e a criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o ensino (GERMANO, 2011, p. 133).

Os descontentes com a imposição da ideologia militar, não tinham nem vez, nem voz. Na tentativa de mudar a realidade que silenciava, muitos acabaram militando em

grupos de revolucionários, como foi o caso da atuação do casal Fávero no município de Nova Aurora, no oeste do Paraná, sendo Clari Izabel Dedavid Fávero e Luiz Andréa Fávero os protagonistas de uma história com desfecho um tanto diferente do esperado por eles.

Descontente com a realidade política da época, o casal Fávero, ainda muito jovens, uniram-se em militância no movimento estudantil, em Caxias do Sul, defendendo a luta na garantia pelos direitos dos estudantes. Tamanha era sua luta, Luiz Fávero, inicialmente, tornou-se presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES), em Porto Alegre, onde conheceu sua companheira Clari Izabel. Militantes de esquerda passaram a compor a VAR/Palmares³, em plena ditadura. Fechando o cerco militar, frente aos socialistas, Luiz Andréa Fávero e sua esposa Clari Izabel, foi para o Oeste do Paraná, onde residiam seus pais. Fixando residência em Nova Aurora, na fazenda da família.

Combatendo focos subversivos a duras penas, o governo tinha a imprensa como aliada, como pode ser conferido no Jornal O Estado Do Paraná de 27 de Maio de 1970, edição nº 5.683, que traz como manchete “Subversivos agiam no oeste do Paraná”, destacando que o “grupo pretendia desencadear, em momento oportuno, uma vergonhosa e triste luta fratricida, com o desejo de transformar nosso Estado num autêntico Vietnã”. Edição esta que relatou com propriedade, embora com não tanta veracidade, o acontecido, onde foram presos “Luiz André Fávero [...] Clari Izabel Fávero, esposa de Luiz André, professora do Ginásio Jorge Nacli, onde fazia pregação extremistas”, além de, “José Aparício Germano, Benedito Ozório Bueno, Alberto João Fávero, Gilberto Hélio Silveira, José Deodato Mota e Adão Pereira Rosa”.

Conforme relato de Izabel Fávero à Comissão Nacional da Verdade⁴, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, em 26 de junho de 2013, eram mantidos pela VAR/Palmares, mas por estarem sendo procurados pelo governo militar em Caxias do Sul, vieram para o interior do Paraná, mais precisamente para Nova Aurora⁵. Com o passar dos meses, ficam sem assistência financeira, já que, segundo depoimento de Clari Izabel, o acordo entre o casal Fávero e a VAR/Palmares era que dessem assistência financeira a ela e seu esposo. Ficando desprovidos financeiramente, ambos passaram a lecionar em uma escola do município. Como dispunham de grande entendimento e conhecimento acerca da realidade política, iniciaram, de forma discreta, a conscientização dos alunos, bem como de seus pais.

Izabel Clari e seu esposo Luiz Andréa acreditavam que não seriam descobertos em Nova Aurora, já que, o município recém-emancipado, no ano de 1967, apresentava-se pouco desenvolvido e um tanto quanto longe das cidades mais evidenciadas no Paraná. No entanto, ambos, agora militantes da VPR⁶, foram presos numa mobilização militar de proporção exagerada, que mostrou que o governo militar acreditava que se tratasse de uma organização comunista com grande número de integrantes, como assevera Izabel Clari,

³ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (PALMAR, 2012, p. 70).

⁴ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

⁵ Nova Aurora foi emancipada em 25 de setembro de 1967, está localizada na região Oeste do Paraná, distante aproximadamente 600 Km da Capital do Estado.

⁶ VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, criada em março de 1968, fundada oficialmente em dezembro do mesmo ano. Fez algumas das ações mais espetaculares da guerrilha. Um mês depois, a VPR conseguiria sua mais famosa adesão: o capitão do Exército Carlos Lamarca fugiu com armas de um quartel em Quintaúna (Grande São Paulo) para unir-se aos guerrilheiros (PALMAR, 2012, p. 15).

Eram mais ou menos 2 horas da manhã quando chegaram à fazenda dos meus sogros em Nova Aurora. A cidade era pequena e foi tomada pelo Exército. Mobilizaram cerca de setecentos homens para a operação. Eu, meu companheiro e os pais dele fomos torturados a noite toda ali, um na frente do outro. Era muito choque elétrico. Fomos literalmente saqueados. Levaram tudo o que tínhamos: as economias do meu sogro, a roupa de cama e até o meu enxoval. No dia seguinte, fomos transferidos para o Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, onde eu e meu companheiro fomos torturados pelo capitão Júlio Cerdá Mendes e pelo tenente Mário Expedito Ostrovski. Foi pau de arara, choques elétricos, jogo de empurrar e, no meu caso, ameaças de estupro. Dias depois, chegaram dois caras do Dops do Rio, que exibiam um emblema do Esquadrão da Morte na roupa, para ‘ajudar’ no interrogatório. Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. [...] De Foz, fomos levados para o Dops de Porto Alegre, onde houve outras sessões de tortura, um na frente do outro. Depois, fomos levados de volta para Curitiba, onde fiquei na penitenciária de Piraquara. Quando finalmente fui para a prisão domiciliar, que durou quatro meses, eu sofri muito, fui muito perseguida e ameaçada. Recebia telefonemas anônimos, passava noites sem dormir (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 51).

Considerações finais

Após este período, segundo relato de Izabel Fávero, ela e seu marido foram julgados e condenados por um tribunal militar, por se insurgir contra o regime militar, onde Clari Izabel ficara sob regime de prisão domiciliar e Luiz Andréa fora condenado a 25 anos de prisão. Diante de tamanha persistência repressiva, conseguiram exilar-se no Chile. Contudo a ditadura também se fazia por lá, forçando o casal Fávero a partir para a França, como muitos dos exilados no Chile, os Fávero também internalizavam uma perspectiva de vida, e assim, buscavam por um lugar para reconstruir a vida. Luiz Andréa e sua esposa, Izabel Clari retornaram ao Brasil somente voltaram ao país com o fim da ditadura. Por alguns dias, a pacata cidade de Nova Aurora ficou agitada e conheceu uma luta que vem sendo travada há anos em busca dos “desaparecidos do regime militar”. Assim, “Apesar da falta de resultado, as escavações de Nova Aurora puseram novamente na mídia o tema dos desaparecidos e me motivaram a continuar até com mais afinco as investigações” (PALMAR, 2012, p. 76).

Referência bibliográfica

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil**. Acesso em 15 de Ago. 2013: http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20GOHN.pdf

HABERT, Nadine. **A década de 70**: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs). **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** 4^a ed. Curitiba: PR, Travessa dos Editores, 2012.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1992.

INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

*Elocir Aparecida Correa Pires*¹
*Kellys Regina Rodio Saucedo*²

Resumo: Este trabalho integra o conjunto de reflexões desenvolvidas acerca da história (ARIÉS, 1981), perspectivas para a infância (KRAMER, 1987) e a influência da pedagogia europeia (KUHLMANN JUNIOR, 1998) bem como, a construção histórica das políticas públicas (ROSEMBERG, 1997) para Educação Infantil no Brasil. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo em que foram considerados também os documentos legais, em âmbito nacional, estadual e municipal, norteadores da Educação Infantil. Objetiva a apresentação da concepção de infância no movimento da história social e como as transformações desse conceito estão relacionadas às alterações no modo de produção que exigiram uma inovação na forma de organização familiar e escolar. No Brasil os princípios norteadores dos primeiros programas nacionais de Educação Infantil de massa sofreram forte influência das agências intergovernamentais vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), ao UNICEF e ao Banco Mundial. Esses programas faziam parte dos Planos Nacionais de Desenvolvimento que respondiam as premissas da Doutrina Brasileira de Segurança Nacional (DSN). Entende-se que o pesquisador ao olhar para a história e procurar compreender a construção do conceito de infância pode promover um entendimento das problemáticas que permeiam o campo de atuação profissional dos professores na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação Infantil, Organismos Multilaterais, Políticas Públicas.

Introdução

A concepção de infância no movimento da história social, nem sempre assumiu as características que se tem hoje. Entre os gregos, que supervalorizavam a estética corporal, sua representação assemelhava-se a força física dos adultos. Na Roma Antiga a criança desapareceu da iconografia e, somente, na Idade Média volta a ser representada na forma de adultos em miniatura.

No Renascimento a ruptura entre ciência e religião possibilitou o ressurgimento dos retratos nus dos corpos infantis, mas com novo significado “[...] correspondia a algo mais profundo do que o gosto pela nudez clássica, a algo que deve ser relacionado com um amplo movimento de interesse em favor da infância” (ARIÉS, 1981, p. 62). Muito embora, a descoberta da infância tenha princípios registrados no século XIII, desenvolvendo-se nas obras de arte e na iconografia dos séculos XV e XVI “[...] os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII” (ARIÉS, 1981, p. 65). A ideia de atendimento,

¹ Acadêmica do 3º ano do curso de Pedagogia/UNIOESTE. Bolsista CNPq. lupetrie10@hotmail.com.

² Aluna do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação/CECA/UNIOESTE. Bolsista CAPES.

cuidado e atenção às crianças principiou, apenas, a partir do momento em que esta se configurou na sociedade como sujeito de relevância social.

Nesta pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo está presente a análise da concepção de infância no movimento da história social e como as transformações desse conceito estão relacionadas às alterações no modo de produção que exigiram uma inovação na forma de organização familiar e escolar.

Infância e sociedade

A descoberta da infância registrou novos comentários sobre a sua delicadeza e os sentimentos de carisma com as crianças, antes não manifestados. Nisto consiste a necessidade de procurar “entender a criança em relação ao contexto social, e não como natureza infantil [...]”, uma vez que o sentimento e os valores conferidos à infância sofreram forte influência diante das transformações econômicas e políticas na sociedade (KRAMER, 1987, p. 16).

Segundo Oliveira (2002) o próprio conceito de infância se formou “[...] coexistindo em um mesmo momento [com] múltiplas ideias de criança e de desenvolvimento infantil”. Essa autora aponta diversos elementos para reflexão sobre a história e a consolidação da educação infantil. Em olhares que vão da criação de instituições às políticas públicas elaboradas, entre os séculos XV e XX, explicitando ações que refletem as contradições sociais do instante no qual foram gestadas.

Nos últimos séculos essas transformações estão relacionadas ao mundo do trabalho e as alterações no modo de produção que exigiram uma inovação na forma de organização familiar. O século XVIII empreendeu valores relacionados a higiene e saúde física dos sujeitos. Oliveira (2002) afirma que “uma nova etapa de educação infantil na Europa iniciou-se na fase avançada da Idade Moderna com o crescimento da urbanização e a transformação da família patriarcal em nuclear” (p. 63-64). Um fator significativo para essa nova condição tem relação com as descobertas científicas que propiciaram o prolongamento da vida e a redução da mortalidade infantil nas famílias mais abastadas. A família, agora, formada por um maior número de crianças assumiu novo sentido e com ela emergiu o sentimento moderno de infância, ainda, presente na sociedade contemporânea. Conforme Kramer (1987) baseada em nos estudos de ARIÈS (1981) esse sentimento resultou numa dupla atitude:

[...] uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela “paparicação” dos adultos; e outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da “moralização” e da educação feita pelo adulto (p. 18).

Esse conceito corresponde a um ideal de criança abstrato, mas intimamente relacionado aos princípios da burguesia de universalização, ou seja, de que as crianças são iguais, independente da sua condição social ou do acesso que tem a cultura.

O conceito de infância naturalizado manipula o significado de ser criança, sem problematizar sua condição material, social e cultural de subsistência. Em específico, no Brasil a função desempenhada “[...] no trabalho pelas crianças provenientes de classes sociais em que este trabalho é fundamental para a sua sobrevivência, dado as condições precárias de vida, fruto das desigualdades existentes na estrutura da sociedade capitalista” (KRAMER, 1987, p. 22). Essa dupla concepção de infância baseada na natureza infantil, como um ser fraco e incompleto, que não participa das relações sociais, da produção de

bens e das decisões integrou tanto a Pedagogia Tradicional quanto a Pedagogia Nova , nesse contexto, a criança precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para sua participação futura no sistema produtivo.

Os primeiros modelos de criança, no Brasil, estão intimamente relacionados aos jesuítas e, por isso, ao se falar de sua história “[...] é necessário buscar detalhes aparentemente isolados que fizeram parte do cotidiano de crianças índias, brancas, negras e mestiças” (PASSETTI, s/d, p. 3). A grande variedade étnica, em virtude da miscigenação dos povos, foi um dos fatores para existência da roda dos expostos que era uma espécie de engrenagem giratória (cilindros ocos de madeira), na qual as crianças eram colocadas e tinha por objetivo atender as crianças abandonadas (OLIVEIRA, 2002; PASSETTI, s/d). A chegada de famílias europeias, também, influenciaram muito os costumes locais e introduziram as amas de leite na criação dos filhos das mulheres mais abastadas e da preceptora, responsável por sua educação. Em geral as crianças eram vistas como rebeldes e malcriadas numa visão equivocada, pautada na figura europeia de criança, distante da realidade em que a “[...] presença de negros e brancos habitando um espaço físico comum, era constante por parte das pessoas que visitaram ou moraram por algum tempo neste país” (PASSETTI, s/d, p. 14).

Essas particularidades surpreendiam os visitantes estrangeiros desabitados com os costumes étnicos da nação. As crianças nesse período participavam de atividades semelhantes e coexistiam no mesmo ambiente, independente de sua origem étnica ou social (livres e escravas), sendo que a “[...] diferença entre ambas, residia no fato de que a criança branca poderia ter seu prazo de ingresso na vida adulta prorrogado, enquanto que a negra ou mestiça era imediatamente usada como força de trabalho para seus donos” (PASSETTI, s/d, p. 7).

Conforme Kramer (1987) as crianças de origem nativa ou imigrada, quer sejam pobres ou ricas, brancas ou negras passam a integrar a sociedade de forma substancialmente diferente uma das outras, segundo suas condições econômicas, sociais e culturais. Os longos anos de dicotomia entre os filhos de ricos e pobres serão registrados também na criação de formas de atendimento as crianças.

As instituições de atendimento à criança no Brasil

A influência do modo de produção capitalista estabeleceu uma nova organização social, as mulheres que cuidavam dos afazeres domésticos encontram na indústria um espaço para o seu ingresso no mundo do trabalho, outrora predominantemente masculino. Nesse contexto “[...] teremos dois tipos de atendimento: um destinado às crianças pobres, filhos de operários que trabalhavam nas fábricas e outro para atendimento às crianças ricas” (SARAT, 2001, p. 138). De acordo com Kuhlmann Júnior (1998) a constituição das instituições pré-escolares no Brasil tinha por objetivo buscar a compreensão do conjunto de temas voltadas a elaboração de uma proposição educacional assistencialista para as mães trabalhadoras e uma ação pedagógica para os filhos da classe média alta.

O século XIX expandiu a divulgação das instituições pré-escolares internacionalmente e representavam o discurso moderno da época. As creches, em lugar da Roda de Expostos (PASSETTI, s/d) foi o caminho encontrado para desmotivar a intenção das mães em abandonar as crianças.

No Brasil o pensamento de Pestalozzi, Froebel, Montessori e McMillan originaram o conceito de educação compensatória. Segundo Kramer (1987) esses programas expressos na política educacional brasileira visavam “[...] suprir as deficiências de saúde e nutrição, as escolares, ou as de meio sociocultural em que vivem as crianças” (p. 25).

Os princípios norteadores dos primeiros programas nacionais de Educação Infantil de massa sofreram forte influência das agências intergovernamentais vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e ao UNICEF (ROSEMBERG, 1997). Conforme essa autora, durante o governo militar, foram criados:

[...] dois grandes programas de massa de EI administrados por organismos federais: um na área da assistência, através da LBA (Legião Brasileira de Assistência), que implantou o Projeto Casulo; outro, o Programa Nacional de Educação Pré-escolar, implantado pelo Ministério da Educação, recuperando, além do ideário e prática de participação comunitária [...] (ROSEMBERG, 2002, p. 37).

Esses programas faziam parte dos Planos Nacionais de Desenvolvimento que respondiam as premissas da Doutrina Brasileira de Segurança Nacional (DSN). A DSN anunciava um tempo de guerra entre o Ocidente cristão e o Oriente comunista, exigindo ações de controle das massas populares e combate ao comunismo e à pobreza. O Projeto Casulo inaugurou, portanto, um conjunto de ações assistencialistas, direcionadas ao atendimento a maternidade e à infância, seu objetivo era garantir os princípios do governo militar “[...] pois os pobres poderiam ameaçar a integração nacional” (ROSEMBERG, 1997, p. 152). As atividades desenvolvidas por voluntários, não avançaram, pois não foram consideradas as condições financeiras, estruturais e a falta de capacitação do pessoal envolvido com as comunidades em que o projeto seria implantado. O Programa Nacional de Educação Pré-escolar por sua vez espelhou os mesmos moldes de baixo investimento governamental, sendo mais uma alternativa barata de assistência à educação primária.

No Brasil além das propostas da Unesco e do Unicef, brevemente comentadas, o Banco Mundial assumiu os programas nos anos de 1990, recorrendo aos antigos modelos de baixa participação financeira do governo em relação a Educação Infantil para crianças pobres com ações voltadas para educação elementar, saúde e nutrição.

Considerações Finais

Olhar para a história e procurar compreender a construção do conceito de infância pode promover um entendimento das problemáticas que permeiam o campo de atuação profissional dos professores na contemporaneidade. Dois aspectos são destacados por Manchope e Pasqualotto (2012) na Idade Moderna que trouxeram implicações significativas para formulação de um conjunto de direitos das crianças, são eles: “(i) de uma concepção de criança como um adulto em miniatura para a de um ser histórico e social e (ii) do atendimento feito em asilos e casa de expostos, realizados por adultos leigos, para o atendimento feito em instituições educativas e por profissionais da área” (p. 14-15).

Os avanços na Educação Infantil e o modo de conceber a infância, apesar de evidentes, não superaram a condição existente nos CMEIs. Coadunamos com Sarat (2001, p 154) quando esta reconhece que as melhorias no atendimento às crianças em creches e pré-escolas deve-se muito mais as “[...] muitas discussões e lutas travadas por pessoas envolvidas com a Educação Infantil, bem como os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras, mães, feministas, educadoras [...]” do que a ações efetivas dos organismos governamentais. Carecemos, ainda, de um conjunto de ações que envolvam: políticas sérias para formação inicial e continuada de professores; qualificação dos profissionais da Educação Infantil; melhorias estruturais e garantia de materiais pedagógicos adequados

para vislumbrar horizontes diferentes do atual cenário educacional que por mais que tenhamos avançado, muito ainda, há para se fazer.

Referência bibliográfica

ARIÉS, P. A descoberta da infância. In: _____. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Tradução Dora Flakman. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 50 – 68.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 3ªed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987, p. 15-47.

KUHLMANN JUNIOR, M. Instituições pré-escolares e a difusão das creches e jardins de infância (1899-1922). In: _____. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 77-101.

MANCHOPE, E. C. P.; PASQUALOTTO, L. C. A infância e a formação de profissionais para a Educação Infantil no Ensino Superior. In: ESTRADA et. al. (orgs.). **Recortes da Educação**: o cotidiano da escola fundamental. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012, p. 11-20.

OLIVEIRA, Z. R. de. Os primeiros passos na construção das ideias e práticas de educação infantil. In: _____. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. (Coleção Docência em Formação). São Paulo: Cortez, 2002, p. 57-70.

PASSETTI, E. **As crianças brasileiras**: um pouco de sua história. Mimeo.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo. Cortez, 1997, p. 140-161.

_____. **Organizações multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 25-63, mar/2002.

SARAT, M. **Formação Profissional e Educação Infantil**: uma história de contrastes. Guairacá, n. 17, p. 135-158, 2001.

O CINEMA A SERVIÇO DA DITADURA: ALFREDO STROESSNER E A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI NO FILME “CERRO CORÁ” (1978)

*Fábio Ribeiro de Sousa*¹

Resumo: A presente pesquisa tem como tema central o estudo acerca da construção de memória da Guerra do Paraguai (1864-1870) no cinema paraguaio, a partir de uma análise da produção cinematográfica “Cerro Corá” (Dir. Guillermo Vera, 1978). Este filme foi produzido e financiado pelo regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989) e constitui-se numa obra representativa para a análise acerca da relação cultura, poder e memória. O processo de monumentalização histórica do maior confronto armado da América do sul, levado a cabo pelo regime do General Stroessner, encontrou na produção cinematográfica “Cerro Corá” um ponto de destaque. Partindo da exaltação da figura de Solano López, a produção cinematográfica paraguaia se ancora na reconstrução de personagens e acontecimentos marcantes, previamente escolhidos, tendo em vista a dinâmica social paraguaia dos tempos da ditadura de Stroessner. O nacionalismo em tempos de guerra, quando transposto para o período de governo do ditador Alfredo Stroessner, conferiu unidade ao líder, que, com uma imagem positiva de Solano López bastante disseminada pelo país, pôde estabelecer seu intuito propagandístico, se autoproclamando o defensor da nação paraguaia no século XX e um continuador das ações heroicas de López.

Palavras chave: Alfredo Stroessner, Solano López, Cinema.

A Guerra do Paraguai (1864-1870)² é um dos acontecimentos mais marcantes da América do sul. Suas consequências foram enormes para todos os países envolvidos e seu imaginário permanece influenciando gerações. Tão forte e acirrado quanto o confronto nos campos de batalha, foram os debates empreendidos por inúmeros intelectuais nos anos subsequentes à guerra³. O cinema, através dos filmes históricos, não esteve distante deste processo, tornando-se um disseminador de determinadas visões e um grande campo fértil para a proliferação de juízos de valor.

Desta forma, “Cerro Corá” (Dir. Guillermo Vera, 1978, Paraguai) é uma das produções cinematográficas mais representativas destas ações. Financiada pelo regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1912-2006), o filme irá se ancorar no passado histórico paraguaio numa tentativa de reavaliar acontecimentos e personagens do confronto, corroborando ao patriotismo levado a cabo pelo regime stronista.

A reconstrução do passado histórico paraguaio é o ponto central do filme “Cerro Corá”. Esta questão é o ponto central deste trabalho e ganhará grande destaque através das análises das estruturas sociais, econômicas e políticas vigentes no Paraguai no período de

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ).

² Também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, Guerra Grande e Maldita Guerra, o maior confronto armado da América do sul uniu brasileiros, argentinos e uruguaios contra os paraguaios.

³ Em relação aos debates historiográficos acerca do conflito, ver: MAESTRI, Mario. A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870). Passo Fundo. PPGH/UPF, 2013.

realização do filme – a ditadura de Alfredo Stroessner – e de que forma a imagem do confronto foi reconstruída, tendo em vista à exaltação de acontecimentos e de Solano López (1827-1870), personagem pelo qual Stroessner tinha plena admiração.

Tal relação entre a construção de memória e o presente é fundamental para a análise do filme em questão, pois este foi concebido no presente, promovendo a “reconstituição histórica” da guerra. Em relação a isto, Ulpiano Meneses, oferece uma importante reflexão:

A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar. (...) Uma reflexão sobre a constituição, em nossa sociedade, da categoria do objeto antigo, objeto histórico, permitirá ressaltar o papel fundante do presente (MENESES, 1992, p.11).

A historiadora Maria Helena Capelato, também tece importantes contribuições acerca da relação da história com a memória:

Mas o que significa a memória? Sua abordagem implica em referir-se a lembranças e esquecimentos de sujeitos individuais ou coletivos, narrativas e atos, silêncios e gestos. Há conjunturas que motivam a ativação de certas memórias e outras marcadas por silêncios e esquecimentos. Mas é importante saber que uso as memórias fazem do passado a partir de interrogações do presente (CAPELATO, 2006, pp. 63-64).

Em relação ao governo ditatorial stronista, a historiadora paraguaia Myrian Vera tece importantes contribuições no que diz respeito ao personalismo em torno da figura de Alfredo Stroessner:

Neste sentido, a história política do Paraguai está cheia de heróis guerreiros, existindo uma forte identidade com o nacionalismo militarista e conservador que estende “o conceito de militar a todo paraguaio, cujo argumento é o de que todo bom paraguaio deve manter uma disciplina militar”. Com isso, o país converte-se em campo fértil para impor ditaduras autoritárias e repressivas (VERA, 2010, p. 397).

O encaixe entre o Partido Colorado e o general Stroessner foi um sucesso para ambos. Já nos primeiros anos de seu governo, o militar expurgou os polos dissidentes do partido e conferiu aos militares privilégios perante a máquina pública. Stroessner pôs fim às dissidências internas do Partido Colorado, perseguindo opositores e concedendo benefícios aos seus correligionários, tudo isso em troca da sua manutenção como o chefe de governo.

Tendo em vista essa tradição autoritária do país, o governo de Stroessner se empenhou em manter um suposto “ar democrático” em seu regime:

Essa fachada institucional incluía convocar pontualmente eleições fraudulentas, manter todos os poderes do Estado funcionando domesticamente e contar, inclusive, com uma dócil – mas funcional – oposição parlamentar (PAZ, 2008, p. 28).

O nacionalismo exacerbado foi uma característica fundamental do governo stronista. O ideal de defesa da pátria paraguaia sempre ocupou um lugar de destaque na história do país, desde o governo de José Gaspar de Francia (1814-1840), passando por Carlos López (1842-1862) e chegando ao seu filho, Solano López (1862-1870). Alfredo Stroessner tentou construir sua imagem diretamente atrelada a de Solano López, e para isso, era necessário que a memória da Guerra do Paraguai fosse reconstruída. Ao se empenhar em mudar a forma como os paraguaios viam Solano López e o conflito, Stroessner buscava estabelecer laços políticos que pudessem legitimar o seu governo. Se para o Brasil, Argentina e Uruguai a guerra foi um grande marco, ainda mais impactante foi o seu desenrolar no Paraguai, onde a diminuição populacional acarretou em grandes danos para o futuro do país. Como transformar uma derrota tão grande como esta em orgulho nacional? Reconstruir a imagem de Solano López, sem dúvida, é o primeiro passo. Tal processo, conforme aponta Mario Maestri (2013), está presente no Paraguai desde fins do século XIX, entretanto, deve-se destacar a importância do regime ditatorial de Alfredo Stroessner para a sua consolidação.

A construção de uma *memória coletiva*, que exalte a figura de Solano López como um grande líder foi uma grande iniciativa da propaganda levada à cabo pelo regime ditatorial de Alfredo Stroessner. Em relação ao conceito de *memória coletiva*, Ulpiano Bezerra de Meneses expõe que:

Essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Não é espontânea: para manter-se precisa permanentemente ser reavivada. É, por isso, que é da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação. Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas (MENESES, 1992, p. 15).

Jacques Le Goff afirma que os materiais da memória coletiva apresentam-se sob duas formas; o documento e o monumento. Segundo o autor, os documentos são escolhas do historiador, enquanto os monumentos são heranças do passado construídas socialmente. O autor expõe que: “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” (LE GOFF, 1994, p. 535).

Em relação ao monumento, Le Goff prossegue:

O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1994, p. 535).

Este trabalho, ao partir do princípio da existência de várias memórias coletivas, não nega a existência de construções de memória que ajam como elementos contestadores ao governo de Stroessner. Porém, o foco aqui dado será na análise da construção de uma memória coletiva – a partir do filme “Cerro Corá” – que exalte as ações de Solano López e que as coloquem em concordância com o regime de Alfredo Stroessner.

A historiadora sul-mato-grossense Ana Paula Squinelo, ao retratar o movimento de revisão acerca da figura de Solano López, afirma que:

Esse movimento ganhou forte relevo no governo ditatorial do general Alfredo Stroessner, líder da nação paraguaia entre os anos de 1954 e

1989. Seu governo, de cunho nacionalista, empenhou-se em uma intensa propaganda política, com o objetivo de despertar o sentimento “patriótico” nos cidadãos paraguaios (SQUINELO, 2002, p. 41).

Torna-se importante perceber a maneira como os países vizinhos do Paraguai, que no século XIX formaram a Tríplice Aliança⁴, são retratados como covardes pelo filme “Cerro Corá”, destoando das relações empreendidas pelo governo de Alfredo Stroessner no que diz respeito à sua política externa durante a década de 1970, já que, no contexto da Guerra Fria, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai tornaram-se integrantes da chamada Operação Condor⁵, que visava a troca de informações entre os países, comandadas por ditaduras chefiadas por líderes militares.

Neste caso, o Brasil, especificamente, possui, na década de 1970, uma ligação ainda maior com o Paraguai do general Alfredo Stroessner. Tal relação é destacada pelo historiador brasileiro Alfredo da Mota Menezes:

Pelos interesses mútuos da aproximação, de Itaipu e da imigração de milhares de brasileiros para o Paraguai a economia daquele país apresentou sensíveis mudanças desde a década de 1970 e pode ser, junto com outros interesses do governo brasileiro, parte dos motivos que sustentaram o regime de Stroessner e seus Colorados no poder (MENEZES, 1987, p. 9).

A propaganda e o culto à figura de Stroessner foram extremamente marcantes durante o regime. Tal dinâmica estava presente em várias instâncias da sociedade, como expõe Myrian Vera:

Ao longo de 35 anos, todos os âmbitos da política e da sociedade foram submetidos ao culto a Stroessner. (...) A propaganda era o melhor meio para difundir o culto ao líder. Em cada instituição pública havia uma placa em que constava ter sido a inauguração durante o governo do “Excelentíssimo Senhor Presidente da República General Don Alfredo Stroessner (VERA, 2010, pp. 397-398).

Uma das cenas mais significativas do filme é, sem dúvida, a conversa entre Solano López e Elisa Lynch (1835-1886), poucos minutos após o presidente paraguaio ter recebido a mensagem de que a guerra – apresentada como causada pelos aliados – havia sido iniciada. Ela configura-se num exemplo de fundamental importância para a percepção da forma como López e Lynch são exaltados e do patriotismo que o filme estava disposto a promover:

⁴ Em maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, formalizando a coalizção contra o Paraguai.

⁵ Em relação à Operação Condor, vale a indicação de: DIGENS, John. *Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



Solano López e Elisa Lynch conversam sobre a guerra, prometendo lutar até o fim pelo Paraguai. (CERRO CORÁ, 1978, 58min13s.)

LÓPEZ: [em um longo desabafo para Elisa Lynch] Os aliados não querem a paz. (...) Milhares dos nossos morrerão, para que o Paraguai siga existindo, livre e soberano, em todos os mapas do mundo. (...) Nunca são os vencidos que escrevem a História. Para justificarem sua guerra me encobrirão de injúrias. (...) Elisa, deve sair do Paraguai enquanto há tempo. Passará a próxima primavera na França.

LYNCH: Caminharei contigo nos dias sombrios de sua pátria, que também é a minha. Não Solano, suplico que não insistas, ficarei contigo até o último dia, te amarei até a morte, nada nos separará, seu destino será o meu, não irei. Me abraça. [forte abraço entre os dois] Levaremos juntos essa bandeira, vencer ou morrer!

LÓPEZ: Vencer ou morrer!

Ancorada na exaltação da figura de Solano López, Elisa Alicia Lynch – sua companheira – também aparece em destaque em “Cerro Corá”. Sua figura é o foco de constantes debates⁶ até os dias atuais, e assim como Solano López, logo após a Guerra do Paraguai, Elisa foi considerada uma grande vilã no país, sendo obrigada a se exilar na Europa. O governo de Alfredo Stroessner se empenhou em recuperar a imagem de Elisa Lynch, e uma de suas principais ações foi o repatriamento de seu corpo: “Stroessner na década de 1960 mandou buscar em Paris os restos mortais de Elisa Alicia. Estavam ali desde 1886 quando aos 45 anos Lynch havia falecido.” (SILVA, 2006, p. 17)

A produção cinematográfica “Cerro Corá” (1978), com todo o potencial que o cinema possui, foi extremamente fundamental para o processo de *monumentalização histórica* da Guerra do Paraguai levado a cabo pelo regime de Alfredo Stroessner. O autor Robert Rosenstone afirma que: “os filmes históricos, mesmo quando sabemos que são representações fantasiosas ou ideológicas, afetam a maneira como vemos o passado” (ROSENSTONE, 2010, p.18). O filme paraguaio é um exemplo de um filme de propaganda, financiado por um regime ditatorial que buscava fazer um uso político do passado histórico.

⁶ Destaque para: LILLIS, Michael; FANNING, Ronan. *Calúnia - Elisa Lynch e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: editora Saraiva, 2009.

Referência bibliográfica

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “**Memória da ditadura militar argentina: Um desafio para a história.**” *Clio. Revista de pesquisa história*. N.24. Recife, UFPE, 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, Pp. 535-549.

LÓPEZ, Miguel H. ”Stroessner e “Eu”: a cumplicidade social com a ditadura (1954-1989)” In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) **A construção Social dos Regimes Autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX Brasil e América Latina. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2010.

MAESTRI, Mario. **A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)**. Passo Fundo. PPGH/UPF, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A história, cativa da memória?** para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil – Paraguai (1955-1980)**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

PAZ, Alfredo Boccia. Los archivos del horror del Paraguay: los papeles que resignificaron la memoria del stronismo. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula & QUADRAT, Samantha.(orgs.) **Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectiva**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SILVA, Jovam Vilela. **As supostas terras do Barão de Antonina, um legado para Elisa Lynch**. In: *Histórias & perspectivas*, Uberlândia, (29 e 30): 103-128, Jul/Dez 2003 Jan/Jun 2004. p.17.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida... Ensino, memória e história de um conflito secular**. Campo Grande: UCDB, 2002.

VERA, Myrian G. “Data Feliz” no Paraguai. Festejos de 03 de novembro, aniversário de Alfredo Stroessner. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) **A construção Social dos Regimes Autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX Brasil e América Latina. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2010.

PRIMAVERA BRASILEIRA: A ATUAÇÃO POLICIAL NO RIO DE JANEIRO, DIANTE DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

*Fernando de Alvarenga Barbosa*¹

*Dilermando Amaro*²

Resumo: O Gigante Adormecido, que tanto proclama o Hino Nacional Brasileiro deu sinais de acordar. A manifestação popular, pilar do Estado Democrático de Direito, foi às ruas com um pequeno motivo inicial ou nem tão pequeno assim, que se transformou em um protesto de linhas mais contundentes, mais fortes, com um grito de todo o Brasil, que estava engasgado há muito: “acabem com a corrupção de nosso país”. O Estado, defensor dos direitos e mantenedor da ordem social foi também para as ruas “controlar e conter” os manifestos, “protegendo a sociedade”. Seu braço de controle e força é a Polícia. Ela apresentou-se engessada em sua ação, sem saber o que é, para que serve ou a quem servir. A modernidade líquida, com as novas tecnologias e as diversas formas de comunicação através das mídias sociais, difunde uma sociedade em vibrante mutação. Neste cenário cabem as perguntas: a Polícia é Órgão de Estado ou de Governo? É prestadora de Serviço Público, em uma nova percepção sobre sua finalidade ou apenas cumpridora de ordens? É possível mudar os dissabores de um Estado mal gerido, através de manifestações democráticas ou só a violência é capaz de mudanças drásticas e necessárias? Seriam então, as manifestações mais calorosas “desordens” urbanas ou uma luta legítima por um Estado mais transparente e democrático? Não seria a Polícia também uma garantidora dos direitos dos manifestantes?

Palavras-chave: Estado; Poder; Polícia.

Introdução

As manifestações de junho no Brasil tiveram como ponto inicial de referência em várias cidades, os “poucos” centavos de acréscimo nas passagens de ônibus. As vozes do Rio de Janeiro e São Paulo foram uníssonas ao descontentamento geral e somaram-se a este, os gastos realizados para a Copa das Confederações e ainda, outros eventos internacionais que virão, em detrimento ou pelo menos colocando em segundo plano, dos gastos sociais.

As manifestações foram tantas e de surpreendente grandiosidade que retiraram a luz e visibilidade do evento esportivo. Entretanto, parece que se vive um descontentamento global com as lideranças governamentais, pois há uma percepção geral de expropriação da

¹ Doutorando pela *Universidad de Burgos/Espanha*, em Direito e Relações Internacionais. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais pelo IUPERJ. Professor de Direito Público da UNESA/RJ. Inspetor de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

² Especialista em Educação pela UNESA/RJ. Foi Chefe de Polícia e Diretor da ACADEPOL. Vice-Diretor da ACADEPOL/RJ. Delegado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Democracia ou minimamente, dos valores democráticos e da “fome voraz” do capital. Por esta via, não cabe então, descontextualizar os eventos nacionais das outras manifestações ocorridas no mundo.³ Alguns autores assinalam que tais protestos resultam da grande crise do capitalismo na contemporaneidade.

Muito em razão da necessidade de “gritar”, de ser “ouvido” e de se identificar com o “outro”, em busca de alianças e de uma “não solidão”, assistimos a utilização das redes sociais como um novo espaço de encontro, de força coletiva e campo de reivindicação. Junto a tudo isto, não se pode deixar de dar especial destaque aos celulares e suas câmeras filmadoras, que se construíram em novas armas de denúncia das atividades repressoras dos Estados, representados nas ruas por seu braço de força: as polícias em frente aos manifestantes.

Outra forma de protesto foi a utilização das mídias alternativas que pretenderam naquele momento e pretendem, se tornar independentes das mídias tradicionais. Tal fato marca uma grande ruptura na veiculação da informação. As questões que envolveram a relação protestantes/Polícia só puderam ser discutidas a partir da visibilidade que as filmadoras de celulares deram ao evento e, por óbvio, de sua postagem, em tempo real, nas diversas redes sociais, em especial no *youtube* e no *facebook*.

Dentro deste espectro de relações, outro item de grande relevância ao tema em tela é a relação cidade, população e Polícia. Rogério Haesbaert (2012) assinala que território sempre esteve relacionado “ao campo das questões políticas e cujo vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz associação entre território e os fundamentos materiais do Estado” (p.62). Perpassando pelo campo do Direito Natural, evoca a dimensão biogeográfica e ecológica, atrelando território ao campo vital, fazendo valer a vitalidade da relação sujeito e território.

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido (...). Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade” (HAESBAERT, 2012, p.79).

Já que o território “cidade” é onde convive a urbanidade, Lefebvre (2001) a aponta como palco das contradições sociais e que tem íntima relação com os efeitos históricos a cada tempo. A cidade é sua própria história já que é ator ativo e nela circulam trabalhadores e intelectuais, assim como uma organização econômica, militar e política. Ele também destaca que esta mesma cidade “urbana” é produto da cisão campo/cidade, onde se articula a divisão social do trabalho.

³ Desde 2010 os povos árabes se levantaram para exigir democracia e derrubar ditaduras que duravam décadas. O fenômeno ficou conhecido como a “Primavera Árabe”. Entre outros episódios estava o caso dos governos de Ben Ali na Tunísia (24 anos no poder e onde tudo começou. Foi conhecida na Tunísia como Revolução de Jasmim ou também de revolução tunisiana); Hosni Mubarak no Egito (30 anos no poder) e Kadafi no Líbano (40 anos no poder). Em 2011 e 2012 as ruas e praças dos Estados Unidos também foram tomadas pelos oprimidos no movimento que foi denominado *Occupy Wall Street*. Na França, Itália, Grécia, Portugal e demais países europeus os jovens fizeram o mesmo, promovendo a Revolta dos Indignados. Também dezenas de greves gerais organizadas pelos sindicatos sacudiram estes países, mostrando toda a força da classe trabalhadora. Em 2013, milhares de pessoas foram às ruas na Turquia contra as medidas neoliberais de Abdullah Gul. E a luta contra a Ditadura de Bashar Al Assad continua, muito embora seja grande a repressão contra o povo. (Francisco da Silva. *In Extra* online: <http://www.extralagoas.com.br/noticia/10511/artigos/2013/08/05/que-caminho-uma-analise-das-manifestacoes-de-junho-no-brasil.html>. Acesso em 30ago2013. Tudo caminha hoje, fins de agosto de 2013, para uma bem próxima intervenção internacional na Síria.

A Polifonia das Redes Sociais

Considera-se polifonia como um coral de vozes presente em todos os regimes discursivos. E quando este discurso pertence ao Estado, ele se apropria do poder, para o bem ou para o mal.

É o que embasa a realidade do poder. Quando o poder se apropria da fala (agitador, propagandista, político, tecnocrata ou chefe de Estado), é a sua circulação que fica travada. O monopólio da fala, entendido aqui como elemento do imaginário social, está associado à soberania e os etnólogos e antropólogos aí estão para confirmar. G.Balandier sublinha essa gestão da história pelo poder (MAFFESOLI, 2001, p.53).

Assim posto, deve-se colocar em análise o aspecto polifônico de algumas formas contemporâneas de comunicação, onde se destaca o dispositivo *facebook*, que foi o veículo pelo qual se organizaram (e discutiram) as inquietações que deram origem as manifestações na rua. “Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda gama dos jogos dos homens em sociedade” (LÉVY, 1999, p.24).

O *facebook* é uma ferramenta que comporta vários signos. “Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico (BAKHTIN, 1999:32)”. No domínio semiótico se encontra os presumidos, ou seja, sentidos partilhados e por assim o serem, ganham uma significação. “Compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos” (BAKHTIN, 1999:34).

Nesta teia de postagens e comentários, várias vozes se anunciam, em um palco contemporâneo de um novo evento social. Fotos, imagens das mais diversas, vídeos, declarações pessoais e tantos outros signos linguísticos e imagéticos são sobrepostos. Se for utilizada como conceito de polifonia uma linguagem essencialmente coletiva e intersubjetiva, pode-se claramente identificar nas redes sociais seu caráter polissêmico e dialógico.

E uma das características do conceito de dialogismo de Bakhtin é conceber a unidade do mundo como polifônica, na qual a recuperação do coletivo se faz via linguagem, sendo a presença do outro constante (PIRES e TAMANINI-ADAMES, 2010).

As redes de significação contemporânea, repletas de contradição, colocam em evidência uma supervalorização do eu em constante busca pela diferença e, ao mesmo tempo, produtor de cópias. Em uma busca incessante por formas singulares de expressão e, mais uma vez contraditoriamente, capturados pela tirania do mercado. Segundo Paula Sibilía (2008) há uma fenda aberta:

Várias experiências em andamento já confirmaram o valor dessa fenda aberta para experimentação estética e para a ampliação do possível. Por outro lado, porém, a nova onda também desatou uma revigorada eficácia na instrumentalização dessas forças vitais, que são avidamente capitalizadas a serviço de um mercado capaz de devorar para convertê-la em lixo. É por isso que grandes ambições e extrema modéstia aparecem de mãos dadas nesta insólita promoção de “você e eu” que se espalha pelos novos circuitos interativos (pág.11).

As mídias sociais, em especial os *blogs* e a utilização de algumas redes colocam em questão a noção de público e de privado. Deve-se lembrar de que a noção de público e privado foi elaborada nos meandros da história do ocidente. A esfera privada ganhou contornos definidos nos séculos XVIII e XIX, na Europa. O privilégio do espaço privado veio a reboque do crescimento da urbanização, oriundo do crescimento das sociedades industriais modernas, construindo, em consequência um modo de vida urbano. Sibilina (2008) utiliza-se de Sennet (1999) para assinalar as alterações na construção do “eu” do homem moderno:

Fortalecia-se, assim, um “eu” interiorizado e opulento, excessivamente significante, que não bastava ocultar sob uma falsa máscara nas interações com estranhos. Esse preciso cerne pessoal devia ser protegido na privacidade do lar, com todos os cuidados a sutil verdade nele latejante (pág.60).

O *theatrum mundi* das ruas do século XVIII influenciou a ideia de um sujeito imbuído de máscaras que deveria esconder sua autenticidade. Resquícios de tal fato podem-se observar na existência das “políticas de privacidade” na qual há o controle de quem pode e de quem não pode ter acesso ao material publicado (fotografias, informações, etc.). Dito de outra maneira, redes sociais como o *facebook* possuem uma chave que confere ao usuário a possibilidade de disponibilizar a informação publicada a alguns e não a outros, apontando para uma seletividade da exposição, numa espécie de máscara pós-moderna.

Ainda hoje, após algumas (re)visões e (re)significações do que seja público e privado, há uma supervalorização do íntimo e pessoal. Em uma página do *facebook* frequentada por quase 700 alunos universitários das mais diversas faixas etárias, assuntos relativos à intimidade e a esfera privada recebem muitos comentários, já assuntos que dizem respeito à esfera pública não são tão comentados. Seria o *facebook* um grande quarto privado? Ou seria uma grande avenida que comporta protestos e possibilidades de transformação social?

Estado, Povo e Manutenção da Ordem

As manifestações democráticas ora discutidas tiveram sérias motivações, que levaram às ruas milhares de pessoas em fins do primeiro semestre deste ano, em todo o Brasil. Havia as questões pessoais de cada cidadão e as questões, muitas vezes ocultas às massas, dos atos governamentais que deturpavam ou ainda, manchavam há muito, o que se convencionou como Estado de Direito.

As transformações sociais prometidas pelos governantes e, portanto, esperadas e exigidas nas ruas não aconteciam, não se tornavam fáticas, sendo somente demagogia no discurso político, aqueles que foram eleitos dirigentes da sociedade. Ao “despertar” para este fato, o “Gigante adormecido” levantou-se, aceitou o chamado nas mídias e tornou-se visível, dando forma ao que se conhece como Povo/Nação.

Sem sombra de dúvidas, o que de forma direta mais tocou aos segmentos que participaram das manifestações, foi o sentimento de que atualmente, a corrupção e o descaso com os cidadãos estão em todas as esferas governamentais: no Executivo (nos níveis federal, estadual e municipal), no Legislativo (também em todos os níveis) e no próprio Judiciário, visto que ele não restou imune às críticas, em especial no que pertence à lentidão na resolução dos processos e a certa leniência, muitas vezes em razão das próprias leis pelas quais julga, nas ações contra os políticos, o mesmo Legislativo que as cria.

É verdade que as manifestações muitas vezes descambaram para uma injustificada ou nem tanto, violência, atingindo pessoas e patrimônio, seja ele público ou privado. Mas não é menos verdade que o total despreparo de força organizada e de comando das Polícias, sendo empregadas como “mantenedoras da ordem estabelecida” e não como órgãos de Estado a serviço dos cidadãos e da sua segurança e incolumidade, muitas vezes exacerbaram um clima que, pela própria natureza das circunstâncias, é por si só pleno de tensão. Atingimos, portanto, um ponto nodal: está sendo a Polícia, em especial a Militar, pois ela, por dever de função, é a que se encontra nas ruas para o policiamento ostensivo, sendo braço forte do Estado, utilizada como um instrumento de Governo ou como Instituição de Estado, como de fato deveria ser?

A resposta, indubitavelmente, acha-se na primeira assertiva, o que não é correto por definição. Desafortunadamente, as Polícias Civil, Militar, Federal e até mesmo a Rodoviária Federal, todas com previsão constitucional no artigo 144, da Constituição de 1988, são vistas pelos detentores do Poder como meros instrumentos garantidores do *status quo*, órgãos repressivos por excelência, que a pretexto da “ordem”, devem conter a qualquer custo as manifestações populares. A questão crucial, em realidade, extrapola estas constatações preliminares.

CRFB/1988. Art. 144: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Fica-se com as indagações a Instituição: Polícia é Órgão de Governo ou de Estado? É prestadora de Serviço Público, em uma nova percepção sobre sua finalidade ou apenas cumpridora de ordens? É possível mudar os dissabores de um Estado mal gerido, através de manifestações democráticas ou só a violência é capaz de mudanças drásticas e necessárias? Seriam então, as manifestações mais calorosas “desordens” urbanas ou uma luta legítima por um Estado mais transparente e democrático? Não seria a Polícia também uma garantidora dos direitos dos manifestantes?

Polícia e Segurança Pública

O tema Segurança Pública e, por conseguinte, a Polícia, é discutida no dia a dia, nas primeiras linhas de toda imprensa escrita e falada, principalmente quando se trata de Rio de Janeiro. A temática é parte integrante do que se entende por sociedade organizada e, por assim dizer do Estado. Para “manter a ordem pública” ele Estado, detém o monopólio do uso da força, legitimado nas urnas pela mesma sociedade que o fundamenta.

Dentro da perspectiva do Estado conceituado por Max Weber (1974, p. 43-44), o uso legítimo da força é dado ao Estado, tendo a Polícia como seu “primeiro braço”. Ela deve legitimar sua responsabilidade dentro do direito que a rege. Etimologicamente a palavra Polícia vem do vocabulário latino *polítia* que se resultou da palavra *politeia*, esta derivada de *pólis* – cidade, governo de uma cidade, cidadania, administração pública ou polícia civil. Para Foucault:

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de polícia o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem deste Estado. Em outras

palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças (FOUCAULT, 2008, p.421).

Polícia então é a atividade de assegurar a segurança das pessoas e bens, em razão da legitimidade dada ao Poder Público, sobretudo através da aplicação da lei. Na contemporaneidade o termo está associado aos serviços e agentes do Estado. Como é agente deste, tem por função a manutenção da ordem, por sua simples presença (Polícia Ostensiva) e através da investigação de fatos e aplicação da lei, que é função da Polícia Judiciária (Polícia Civil).

O Estado delega à Instituição a autoridade para o exercício de seus poderes de polícia dentro de um limite definido de responsabilidade legal, territorial ou funcional. Para Madeira “O fundamento do poder de polícia decorre da supremacia exercida pelo Estado sobre todas as pessoas, bens e atividades existentes no meio social” (MADEIRA, 2000, p. 9).

De outra forma, assim posta, ela é a *longa manus* do Estado, sendo o elo informador, formador e aplicador de direitos e da manutenção da democracia. Ou seja, Por muitas vezes, o governo dela se utiliza como plataforma para “promover” seu trabalho, sendo que “Ordem e Progresso”, é a regra e não sua “alavanca promocional” para a manutenção do Estado Democrático.

Cabe aqui ressaltar, que o modelo de segurança pública em vigor no Brasil, está pautado numa certa perspectiva de Direito Penal cujo ideário se norteia nos princípios da racionalidade e cientificismo, tão comuns ao pensamento iluminista que substituíram o modelo medieval e foram organizadores da sociedade do Estado Moderno:

Com a Escola Clássica do Direito Penal assiste-se a ocupação do lugar de interesse pela defesa individual contra os desmandos do Estado. Surgem, nessa época, inspirados pelo movimento iluminista, autores preocupados com a defesa do livre desenvolvimento humano. Destacam-se, como principais conceitos dessa escola, a Responsabilidade Penal, Crime e Pena. O fundamento da responsabilidade penal passa a ser o livre arbítrio, a possibilidade do indivíduo escolher livremente a infração das regras jurídicas, sem ter a sua vontade determinada por nenhum fator externo ou interno, social ou biológico. Dessa ideia decorria a total irresponsabilidade do inimputável. O crime também recebe nova roupagem, é apenas uma entidade jurídica, uma norma, ou a infração ao mandamento normativo. E a pena é vista como um mal justo contraposto ao mal injusto, a resposta justa do Estado ao comportamento injusto do indivíduo (DOTTI, 2001, p. 150 a 160)

Tais temas estão pautados numa certa governabilidade, ou seja, gestão da vida, na lógica de produção capitalista ou dito pelo próprio Michel Foucault (2008). Segundo ele, por influência do retorno do estoicismo no século XVI, a preocupação era, no início, com o governo de si mesmo, depois esta preocupação ganhou o governo do Estado pelos Príncipes. Como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser melhor governado, possível? (FOUCAULT, 2008, p.118).

Mesmo buscando ser melhor governada, a cidade não tem primariamente uma preocupação com a formação dos servidores públicos desta área, mas certamente se pronunciará de imediato em caso de erro do agente estatal, seja este erro por dolo, negligência ou imperícia, exigindo do ente público a efetiva punição do agente.

Daí o grito nas ruas contra a atuação policial em conter as massas que estavam contra o Estado que esta mesma Polícia representa. Mas ela também é o povo, sofre em cada ator/elemento as atrocidades de um Estado corrupto, mal gerenciado ou que “usa” suas Instituições para fins políticos próprios.

Porém estes “gritos” podem representar o “nada” quando aquele que se manifesta não tem clara certeza do que é e fica iludido com o que vê ou ouve como promessa política. Para Maffesoli:

Todo poder político é conservador. isto é, trata-se de substituir um poder fraco por um poder forte. E isso, mesmo imitando ritual e periodicamente a libertação. Há retornos simbólicos que sustentam o sistema social e político; operam uma purificação social que em nada muda a estrutura rela do poder. Do momento em que se verificam nessas imitações os elementos do poder, pode-se estar seguro da perdurância do sistema; trata-se de fato, de contribuir com modificações que garantam a manutenção da ordem. Próprio do poder é garantir reformas parciais e insignificantes, mas talvez o próprio ritual social só permita o reformismo (MAFFESOLI, 2001, p.50).

Considerações Finais

Por agora não se tem a solução de todas as perguntas, mas ela passa por certo por uma construção de País minimamente ético, para “dar certo” em todos os setores. E temos o necessário para isso. O que não temos é um povo que entende sua força enquanto massa crítica. Instituições que tenham consciência clara de seu dever por definição; de seu contato/controla com aqueles que também desejam um Estado melhor.

Em resumo, as manifestações recentemente ocorridas em quase todos os rincões brasileiros, com exceção de alguns eventos negativos de violência, nada mais foram do que protestos legítimos de cidadãos que ultrapassaram em muito seu limite de inconformismo com os interativos casos da mais deslavada corrupção, em todos os seus mais variados graus, que vêm sendo noticiado, o que só ocorre, aliás, em situação de normalidade democrática.

Nesse passo, deverá a Polícia, como órgão de Estado e prestadora de serviços que é constituir-se não em um instrumento tipicamente repressor, mas sim em uma garantidora da liberdade de expressão, tão arduamente conquistada pela sociedade brasileira, sem descuidar, claro está, da atuação firme contra o vandalismo por si só e a delinquência, que por vezes se infiltram nos movimentos sociais, denegando interesses legítimos.

Parece óbvio para aqueles que se dedicam ao incremento dos conceitos de cidadania em neste país, que a Polícia, na sua essência, tem os cidadãos e suas necessidades como foco central de sua atuação. Quase que certamente seja este o momento adequado para repensarmos o modelo de Estado que construímos e, como prestadora de serviços, que Polícia melhor serve à nossa sociedade.

Este modelo passará por certo, por uma imprescindível autonomia administrativa e financeira, para que não dependa em sua atuação de desejos políticos e com os devidos controles sociais, com ênfase em Corregedorias e Ouvidorias fortes e representativas.

Referência bibliográfica

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Padrão, 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal: parte geral**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

HAESBAERT, Rogerio. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34, 1999.

MADEIRA, José M. Pinheiro. **O Poder de Polícia**. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária**: ensaio de antropologia política. Porto Alegre: Sulina, 2001).

PIRES, Vera Lúcia e TAMANINI-ADAMES, Fátima. **Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia**. Estudos semióticos. *In* www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es. Vol.6. nº.2, p.66-76, 2010.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia** (editado por Hans Gerth e C. Wright Mills). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

Sítios eletrônicos

[Http://pt.wikipedia.org/wiki](http://pt.wikipedia.org/wiki).

ESTADO E PODER: A CONSTRUÇÃO DE FORÇA SOCIAL E POLÍTICA PELA FARSUL NA DISPUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NOS PÓS SEGUNDA GUERRA

*Flavio Correia Nardy*¹

Resumo: A Reforma Agrária após o fim da II Segunda Guerra, na conjuntura da Guerra Fria, no contexto da Revolução Cubana em 1959, trouxe uma problemática à classe dominante agrária brasileira: como resolver a questão social do campo sem mexer na estrutura fundiária? Para que isso ocorresse, teriam que construir mecanismos de consenso e convencimento para ganhar apoio da sociedade e ampliar sua hegemonia no poder do Estado. Assim, estes buscaram apresentar um modelo de desenvolvimento para o campo baseado na aliança da tecnologia à questão social, ou seja, aliar um maior implemento de tecnologia no campo à resolução dos problemas sociais, sem precisar alterar sua estrutura de sustentação, a propriedade privada da terra.. Considerando esses elementos, este trabalho buscará apontar como as classes dominantes agrárias, em especial as que se organizaram em torno da FARSUL, a partir da idéia de modernização do latifúndio, construíram uma ampla força social que visava isolar as propostas de reforma agrária mais radicais, ao mesmo tempo, sua identidade e sua formação de classe iriam igualmente sofrer influência e tiveram em sua constituição identitária esses novos elementos, que tanto trouxeram em sua origem elementos das experiências anteriores como também incorporaram estes novos elementos, se adequando a uma nova conjuntura política, em que principalmente está posta seu futuro enquanto classe.

Palavras Chaves: Estado, Poder, Reforma Agrária

Introdução

Neste processo de crise de hegemonia política a burguesia agrária no Rio Grande Do Sul, em especial, os settores que se organizam em torno da FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul)² também viveu momentos marcantes de sua identidade enquanto classe, pois, agregou um fator que ajudou a demarcar sua posição num processo mais amplo da luta de classes no campo brasileiro. Neste espaço, estes agentes criaram e recriaram novos símbolos para a grande propriedade da terra a Reforma Agrária. Assim, apresentaram uma solução à “reforma” do latifúndio via a modernização e não a distribuição das propriedades da terra, como queriam os movimentos sociais do campo que tinham a reforma agrária como sua maior bandeira.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria e mestrando no Programa de Pós Graduação em História/UFSM sob orientação Prof.º Dr.ª Gláucia Vieira Ramos Konrad. Bolsista FAPERGS/CAPES.

² Em 20 novembro de 1965, a FARSUL deixa de chamar-se Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul e passa a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

A fusão entre a tecnologia e a questão social: a Reforma Agrária em disputa

O modelo de sociedade hegemônico, no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, na conjuntura da Guerra Fria, trouxe consigo um novo constructo, o desenvolvimento, que segundo Mendonça (2009) “gestava-se a noção de Terceiro Mundo, produzido pelos discursos/práticas desenvolvimentistas, cujos primeiros elaboradores enfatizavam não apenas o crescimento econômico, mas também a distribuição dos supostos benefícios por eles gerados”. Deste modo, “todo um novo domínio de conhecimentos e experiências estava em gestação, resultando em novas estratégias para lidar com o ‘novo’ problema”³.

Neste sentido, para compreender essa questão da disputa por hegemonia do poder do Estado pela burguesia agrária e como isso contribuir para sua formação enquanto classe tomamos como referência, primeiramente o que MARTINS & NEVES (2012) compreendem como *Pedagogia do Capital*. De acordo com estes autores foram “as estratégias de dominação de classe utilizadas pela burguesia a fim de obter o consentimento do conjunto da população para o seu projeto político nas formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista (capitalismo nos séculos XX e XXI). A estas estratégias de educação política denominamos pedagogia da hegemonia”.

Segundo Martins & Neves “estas estratégias são implementadas diretamente pelos intelectuais orgânicos singulares e coletivos da burguesia; mediante políticas públicas que, de modo geral e específico, expressaram o papel central das frações da classe dominantes no ordenamento das instâncias executivas e legislativas de aparelharem estatal no capitalismo”. Do mesmo modo, os agentes deste processo “formulam e difundem no conjunto da sociedade as idéias valores e práticas do projeto capitalista de sociedade em seus diferentes momentos históricos, assim como, estes são representados pelas organizações internacionais, nacionais, regionais e locais”.

Já com relação ao seu objetivo principal, os autores apontam que é a “conformação moral e intelectual do conjunto da população a um padrão de sociabilidade (ou modo de vida) que responda positivamente às necessidades de crescimento econômico e de coesão social, em cada período histórico, nos marcos do capitalismo”. Além disso, também tiveram que “educar as frações de classe subordinadas da classe dominante, de modo, a torná-las corresponsáveis pelo projeto político do capital em seu conjunto, assim, tornando-a mais coesa e orgânica”. Podemos ver isso também no que KONRAD (2010) analisa sobre os processos de crises de hegemonia política das classes dominantes. Segundo o autor “não podemos abrir mão de estudar os conflitos no interior das classes dominantes”, de modo, que estes conflitos “tendem a ser dirimidos e a repressão para com as classes dominadas e os trabalhadores aumentadas, quando estas se contrapõem à hegemonia política do processo em curso”.

No que tange o plano mais específico, diante da pressão dos sindicatos operários, dos partidos políticos e dos movimentos sociais identificados com os trabalhadores, os autores demonstraram que a classe dominante buscou assimilar de forma subordinada algumas demandas econômicas, sociais e políticas dos dominados sem, contudo, alterar os fundamentos de seu projeto de sociedade.

Do mesmo modo, entendemos que para compreender estas questões deve-se levar em consideração as “relações de forças” existentes na sociedade tanto sociais quanto

políticas. Assim, a hegemonia só poderá ser conquistada se por de trás da mesma houver um processo de construção de forças/acúmulo de forças, ou seja, os projetos políticos sociais só se legitimarão e se afirmarão se ocorreu uma preparação anterior que determine tanto sua tática quanto sua estratégia de tomada de poder que leve tanto em consideração tanto o tamanho destas forças quanto sua qualidade. Do mesmo modo, é preciso observar como aponta HARNECKER (2012), “quais são essas forças? Como estão agrupadas umas com as outras, que posições ocupam no presente? Como atuam?..

A respeito do que foi dito acima, GRAMSCI (2012) chama atenção para um elemento que: “ocorre na arte da política o que ocorrer na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode se dizer que um Estado vence uma guerra quando se prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz”. Isto indica o papel que tem a “tranquilidade interna” e ao grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente. Assim, para se ter uma análise mais concisa da relação das forças que atuam na história, Gramsci (2012) buscou desenvolver alguns pressupostos que procuraram dar conta desta problemática. Primeiro, que “nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em via de aparecer e se desenvolver”. Segundo, que “nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações”. Então, o que está posto é que ‘nenhuma formação social desaparece antes que desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes que amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência’. Para tanto, devemos observar a “relação de força” em diferentes sentidos e em diversos momentos para entender o que é fundamental diante de um processo de disputa de hegemonia.

A partir das formulações gramscianas que uma relação de forças sociais estreitamente ligada a estrutura, objetiva, se dá fundamentalmente de diversas maneiras. Primeiramente, se dão independentemente da vontade dos homens e com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Por conseguinte, no que tange sobre a relação das forças políticas, é possível observar a importância de compreender a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançada pelos vários grupos sociais. Ao mesmo tempo, este momento deve ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. Deste modo, pode-se indicar alguns pontos que devem ser vistos neste processo: “1) O econômico-corporativo, onde a uma unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, contudo, não há ainda a unidade do grupo social mais amplo; 2) No momento seguinte, é quando esse atinge a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (GRAMSCI, 2012). Aqui se põe neste momento a questão do Estado, contudo, “apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, buscando o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las ou de reformá-las. Por conseguinte, passa-se então a um terceiro momento, com o qual superam o círculo corporativo, buscando incorporar seus interesses a outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 2012).

Dessa maneira, para Gramsci o Estado aparece como um organismo próprio de um grupo, destina-se a criar as condições favoráveis a expansão máxima desse grupo. Contudo, esse desenvolvimento e expansão, para o autor, são concebidos e apresentados

como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e dos interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses econômico-corporativo. Assim, ao fazer as análises a este respeito percebemos que Sociedade Civil e Estado não são dicotômicos um ao outro. Além do mais, expressam as vontades da classe que está no poder. Assim, aproximando estes elementos teóricos do que esta pesquisa procura desenvolver, ao estudarmos as classes dominantes agrárias percebe-se que devemos levar em consideração os elementos que compõem sua estrutura de poder e como se dá as mediações para que esta se mantenha hegemônica politicamente. No entanto, não podemos esquecer os antagonismos e as contradições que isto gera no conflito intra e entre as classes, e que este é um elemento que determina como irão se dar as relações de força, tanto políticas quanto sociais, para a burguesia agrária. Portanto, como estes sujeitos se comportam diante de toda esta problemática? De que forma se apresentam suas alianças políticas e como estes buscam construir o diálogo com a sociedade na busca de legitimação de seu projeto de poder.

Para HEINZ (1991) o que ocorre, por exemplo, no caso, mais específico do RS e da FARSUL, “nos primeiros anos de atuação, a representação política dos grandes proprietários fundiários gaúchos revela sua presença política dominante, sobretudo ao posicionar-se imediatamente próxima ao poder do Estado, deste modo, constitui-se em característica indissociável das formas de representação de grandes proprietários”. Já nos anos sessenta “levaram à representação estadual dos grandes proprietários fundiários, ainda então hegemônica pelos interesses dos pecuaristas, a uma incorporação involuntária à uma estrutura de representação política definida fora dos seus limites habituais de atuação, ao nível nacional, e que propugna uma equivalência formal da representação dos grupos sociais perante o Estado”.

O que podemos ver neste processo formativo da Burguesia Agrária é que deveremos levar em conta que o espaço agrário é um espaço de relações. Ou seja, as relações que constituem os agentes da Burguesia Agrária com os demais agentes que constituem o espaço social, sejam classes e grupos opositores, sejam instituições sociais. Desta forma, analisamos esta problemática sobre o viés apontada por RAMOS (1995) em sua pesquisa sobre os processos formativos da Burguesia Agrária no Rio Grande do Sul, que indicam que as práticas, configuradoras das estratégias de reprodução social, “não ocorrem de forma isolada e nem previsível, mas estão relacionadas com os demais agentes que por, também objetivarem a manutenção de suas posições, acabam constituindo um campo de luta”. Portanto, a luta por Reforma Agrária é um elemento essencial para entender como se dá a disputa do poder do Estado neste período ao qual buscamos evidenciar na pesquisa.

Considerações Finais

O que buscamos neste trabalho foi apontar algumas caminhos de como podemos pensar a relação de forças no campo no Rio Grande do Sul em especial aquelas que se organizam em torno da FARSUL. Para tanto, indicamos que esta pesquisa esta em processo de desenvolvimento e ainda faltam elementos para melhor compreendê-la, para tanto, é preciso avançar em novas pesquisas para poder ter uma resposta mais efetiva a problemática apontada.

Referência bibliográfica

GRAMCSI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. 5º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. 2º ed-. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HEINZ, Flavio M. **Representação Política e Formação de Classe: As organizações da Burguesia Agrária Gaúcha na Oposição à Reforma Agrária, 1985-1988**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado UFRGS, 1991.

KONRAD, Diorge Alceno. **A historiografia do trabalho no Rio Grande do Sul pós-1930**. In. X Encontro Estadual de História: Cruzando Fronteiras entre o Nacional e o Regional. Santa Maria, 2010.

MARTINS, André Silva & NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Pedagogia do Capital** IN: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Educação Rural no Brasil: política pública e hegemonia norte-americana**. História & Luta de Classes n° 7-Julho de 2009.

RAMOS, Marília Patta. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: Um estudo sobre os integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 1995.

TRABALHO E TRABALHADORES DO SETOR DE CONFEÇÃO EM SANTO ANTÔNIO DOS SUDOESTE

*Gilvana Machado Costa*¹

Resumo: O setor de confecções tem atraído atenção de diversos pesquisadores interessados em analisar e entender como se organiza a exploração do trabalho característica deste ramo produtivo. De maneira geral, pudemos observar que as pesquisas produzidas sobre o setor realizaram análises estruturais destacando as formas de organização do capital em diferentes regiões. Estudos como de Alice R. de Paiva, dimensionam como a grande indústria fornecedora das boutiques de moda se sustentava a partir da exploração do trabalho realizado por costureiras no ambiente domiciliar. Seguindo nesta direção a pesquisa desenvolvida por Juliana Colli, permitiu compreender como no capitalismo contemporâneo o capital se utiliza de “formas pretéritas e arcaicas” de produção para diminuir seus custos e obter maiores lucros. Outro estudo foi à tese de Terezinha B. Carvalhal. Mais precisamente, a autora buscou evidenciar como o trabalho domiciliar tem sido importante para a consolidação do setor de confecção na região do extremo oeste do Paraná. As pesquisas realizadas sobre o universo das confecções indicam um caminho profícuo de investigação. Entretanto é preciso observar que estes se concentram na análise estrutural de como o capital organiza a produção em detrimento das relações de trabalho. Tais abordagens são importantes, pois nos permitem identificar como o capital tem se reorganizado. Entretanto, analisá-lo a partir do nível das estruturas deixa submersas impressões dos trabalhadores. Assim essa proposta de pesquisa tem como objeto os trabalhadores envolvidos nas confecções situadas nas cidades de Santo Antônio do Sudoeste – PR. Trata-se de buscar conhecer como se desenvolvem as relações de trabalho a partir das percepções dos próprios trabalhadores.

Já faz algum tempo que o setor de confecções tem atraído atenção de diversos pesquisadores interessados em analisar e entender como se organiza a exploração do trabalho característica deste ramo produtivo. De maneira geral, pudemos observar que as primeiras pesquisas produzidas sobre o setor de confecção realizaram análises estruturais destacando as formas de organização do capital em diferentes regiões.

O primeiro estudo de referência foi realizado por Alice Rangel de Paiva Abreu², que em sua obra “O Averso da Moda” de 1986, realiza sua análise sobre o trabalho industrial a domicílio na indústria de confecção no qual a utilização de mão de obra feminina se dá de forma subordinada ao capital. Abreu foi aos “subúrbios” do Rio de Janeiro e constatou que era o trabalho das costureiras externas, caracterizado como trabalho informal que abastecia as “boutiques da moda”. Em síntese, a autora observou que a grande indústria fornecedora das boutiques da moda se sustentava a partir da exploração do trabalho realizado por costureiras no ambiente domiciliar.

¹Professora de História vinculada a SEED.

²ABREU, Alice Rangel de Paiva. *O Averso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

Seguindo nesta direção de analisar as formas de exploração do trabalho a pesquisa desenvolvida por Juliana Colli³, em 2000, permitiu compreender como no capitalismo contemporâneo o capital se utiliza de “formas pretéritas e arcaicas” de produção para diminuir seus custos e obter maiores lucros. A autora identificou o uso do *façonismo* no pólo têxtil de Americana⁴ – São Paulo. O *façonismo*⁵ pode ser considerado uma forma arcaica de produção, pois é um trabalho industrial realizado no domicílio da costureira e executado sem fornecimento de material. Segundo a autora, o segmento de confecções de Americana conseguia ampliar a exploração do trabalho de costureiras por meio do *façonismo* que transferia para o trabalhador todo o custo de manutenção da força de trabalho quando deslocava a produção para o espaço doméstico. Além disto, o *façonismo* contribuía para a precarização do trabalho porque não permitia que a costureira fosse protegida pelas leis trabalhistas uma vez que esta se configurava como prestadora de serviço e não como operária da indústria.

Outro estudo que observou como o trabalho domiciliar tem se constituído em uma forma recorrente de trabalho explorado pelo setor de confecções foi à tese de Terezinha B. Carvalho⁶ (2009). Sua tese investigou as contradições em relação à dinâmica territorial do trabalho no extremo oeste do Paraná. Mais precisamente, a autora buscou evidenciar como o trabalho domiciliar tem sido importante para a consolidação do setor de confecção na região do extremo oeste do Paraná.

As pesquisas realizadas sobre o universo das confecções indicam um caminho profícuo de investigação. Entretanto é preciso observar que estes se concentram na análise estrutural de como o capital organiza a produção em detrimento das relações de trabalho. Tais abordagens são importantes, pois nos permitem identificar como o capital tem se reorganizado. Todavia, analisá-lo a partir do nível das estruturas deixa submersas impressões dos trabalhadores que se fazem nas experiências de vida e trabalho e no enfrentamento diário com as relações capitalistas de produção.

Assim a proposta de pesquisa que apresentamos aqui tem como objeto os trabalhadores envolvidos nas confecções situadas nas cidades de Santo Antônio do Sudoeste e Ampére, localizadas na região sudoeste do Paraná. Trata-se de buscar conhecer como se desenvolvem as relações de trabalho a partir das percepções dos próprios trabalhadores. Por outro lado, trata-se também de saber quem são os trabalhadores da indústria de confecção da região sudoeste? Qual sua origem? Qual é a trajetória de vida e trabalho dos trabalhadores? Como é o trabalho realizado nas confecções a partir das impressões dos trabalhadores? Qual é o impacto causado por este trabalho em suas vidas?

Partimos da premissa que, em meados da década de 1990, houve um sensível crescimento do ramo de confecções na cidade de Santo Antônio do Sudoeste. Ainda hoje a indústria de confecções segue crescendo e empregando centenas de trabalhadores. Se é possível encontrar dados sobre as cifras desta indústria o mesmo não se pode dizer sobre o impacto e significado na vida dos muitos homens e mulheres que compuseram e compõem a força de trabalho deste setor.

³ COLLI, Juliana Marília. *A trama da terceirização: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

⁴Americana se apresenta como um dos maiores polos têxteis do país, envolvendo todas as faces da cadeia produtiva têxtil, desde a fiação até a confecção.

⁵A expressão “fação” é o uso em português de *à façon*, palavra de originária do francês. Derivado da expressão “fação”, o *façonismo*, de que a autora trata é, portanto, um sistema de trabalho correspondente a simples prestação de serviços.

⁶CARVALHAL, Terezinha Brumatti. *Dinâmica Territorial do Trabalho Domiciliar das Mulheres em Terra Roxa/PR*. Presidente Prudente, 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós - graduação em Geografia. UNESP.

A base teórica que nos apoiará nessa investigação será Edward Palmer Thompson, para quem os homens experimentam situações de vida em relações de produção determinadas (THOMPSON, 2009)⁷. Thompson ao analisar a formação da classe operária inglesa nos séculos XVI e XVII, define:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica [...] A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. [...] A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p. 9-10).

Assim, a noção de classe que será utilizada como referência para esta pesquisa entende a classe como o movimento, a ação dos homens no seu próprio “fazer-se”. É a partir da experiência compartilhada, de lutas e disputas vividas que se dá o “fazer-se” da classe.

A consciência de classe passa a ser assim encarada como, “criada coletivamente por atores humanos, usando recursos culturais herdados de um passado particular para refletir sobre a forma como eles experimentam o impacto das grandes estruturas sociais, e relações de produção” (MATTOS, 1998, p. 66)⁸.

Partimos do pressuposto de que o trabalho é central na vida dos trabalhadores. Isto é, a vida dos trabalhadores é constantemente organizada por relações de trabalho historicamente constituídas. Thompson sustenta que a experiência, princípio da sua explicação do processo de formação da classe operária inglesa, é o principal organizador da identidade da classe e esta se revela pela convergência de valores e de interesses particulares a partir de uma experiência comum. A identificação desses valores e interesses exige o olhar a partir das experiências e das gerações, para a cultura, ou seja, somente na análise histórica podemos vislumbrar a presença e, sobretudo, a continuidade de formas de pensar e de agir que caracterizam um modo de ser e de viver.

Para Thompson, a História deve ser concebida estruturalmente, desde que entendamos as chamadas estruturas sociais como espaços de sociabilidade, nos quais os indivíduos e os grupos sociais se movimentam, lutam pelos seus projetos e criam uma

⁷THOMPSON, E. P. A árvore da liberdade. In: *A formação da classe operária inglesa*. SP: Paz e Terra, 1987.

⁸MATTOS, Marcelo Badaró. Classes Sociais e luta de classes. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

dinâmica social e histórica própria e imprevisível. Thompson pode ser definido pelo lugar de destaque conferido à História nos seus escritos, particularmente no que tange à preocupação de entender como o capitalismo, como tendência prevalente na economia, realizara-se nas diferentes formações sociais em permanente tensão com tradições, valores, culturas e interpretações operadas pelos sujeitos sociais.

Em síntese, é notável a contribuição de Thompson para a historiografia marxista, bem como para o campo metodológico de investigação preocupada com a história social e história social do trabalho.

O sudoeste do Paraná possui um dos elementos principais de atração para o fluxo de capital produtivo de grandes empresas que se utilizam de prestadoras de serviço para diminuir seus custos encontrando disponibilidade de mão de obra e baixa remuneração da força de trabalho⁹.

Segundo estudo de Saquet (2008) de 1995 a 2002 o número de confecções passou de 82 para 181, nesse período. Dos municípios e confecções que pertencem ao sudoeste, as que tinham maior expressividade eram a Krindges de Ampére, Ermínia Maria Latreille de Dois Vizinhos, a Raffer de Francisco Beltrão e a T. M. de Santo Antônio do Sudoeste. Estas confecções trazem uma característica que até então só era visível em grandes cidades ou polos de produção já estabelecidos. Além de produzirem marca própria, abriram suas portas para a facção ou prestação de serviço ou ainda terceirizaram produções de grandes marcas como Renner, C&A, e ainda a marca de Zezé di Camargo e Luciano. Atualmente, marcas como a Renner, C&A, Request, Purpose, Angelo Lítrico e Humberto Pasquali, ainda se encontram distribuídas nas confecções de Santo Antônio do Sudoeste.

Em 2006, Santo Antônio, se caracterizava como uma das maiores prestadoras de serviço da região. Conforme relatório do Iparde¹⁰ (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), esta cidade tinha 11 prestadoras (de um total de 15 confecções) se comparada a de municípios da região¹¹ que a soma total não ultrapassava 4 prestadoras de serviço de um total de 14 confecções.

A prestação de serviço é aqui identificada como a facção, no qual pequenas e grandes empresas que além de produzirem marca própria terceirizam a produção de grandes marcas.

Consultando a base de dados do Iparde¹², temos para o segmento de Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Santo Antônio e Ampére os seguintes dados:

9SAQUET, Danielli Batistella. GEOSUL, Florianópolis: Ed da UFSC, v. 23, n.46, p. 55-78, jul./dez. 2008.

10Arranjo Produtivo Local de Confecções do Sudoeste: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006.

11Esta região é composta pelos seguintes municípios: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Manfrinópolis, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Pinhal de São Bento, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, , Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

¹²Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: <http://www.ipardes.gov.br/>.

Tabela 1: Número de estabelecimentos e empregos em 1996, 2006 2011.

		1996	2006	2011
Santo Antônio do Sudoeste	<u>Empregos - Total</u>	861	2.295	3.228
	<u>Empregos - Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos</u>	184	788	1.057
	<u>Estabelecimentos - Total</u>	144	315	432
	<u>Estabelecimentos - Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos</u>	13	29	36

Fonte: IparDES 2012, tabela organizada por Gilvana Costa.

No segmento que a base de dados apresenta, para o ano de 1996, Santo Antônio aparece com 13 estabelecimentos e 184 trabalhadores empregados.

Já para o ano de 2006, podemos observar o número de empregos no segmento Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos, aumentou mais de 4 vezes num período de 10 anos, enquanto o número de estabelecimentos também aumenta consideravelmente passando de 13 para 29, o que significa um aumento de mais de 50%.

Em consulta a campo com alguns trabalhadores sobre o número de fábricas e número de trabalhadores, a cidade de Santo Antônio do Sudoeste tem um grupo de mais de 19 confecções com um número de empregados que varia de 15 a 300. Uma única família possui 5 confecções, somando um total de 390 trabalhadores. Comparando os dados do IPARDES com essa consulta rápida com trabalhadores, percebemos a diferença em números. Segundo o IPARDES em 2010 a cidade apresentava um total de 1.122 empregos no segmento de Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos. De acordo com os trabalhadores a cidade tem em média 1260 trabalhadores só nas fábricas de confecções. O segmento do IPARDES, Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos, reúne desde o setor de têxtil a artefatos, ou seja, com base nos dados do instituto não podemos ter um número exato de trabalhadores concentrados só no setor de confecções. Pensamos então que o número de trabalhadores sujeitos às condições em que o trabalho é terceirizado (facção/prestação de serviço) é bem maior do que consta em dados oficiais. Dito isto, a que se investigar se um grande número de trabalhadores não é segurado pelo regime estabelecido pela CLT, ou seja, não tem registro em carteira.

Esses dados ilustram quais são as características do “mercado de trabalho” da cidade de Santo Antônio do Sudoeste. Esta cidade apresenta hoje 13 (com base em relatório IPARDES /2011) 18.972 habitantes, dos quais 13.711 concentram-se na área urbana e destes 1.057 (dados de 2011), trabalham no setor de Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos.

Portanto, investigar como os trabalhadores vivenciam as relações de trabalho, e numa cidade que apresenta uma cadeia produtiva baseada na terceirização de serviços, torna-se importante. Saber como os trabalhadores se impõem ou não frente aos problemas vivenciados, tomando posição em relação às classes dominantes é mais do que um problema teórico é um compromisso e um posicionamento (BOSI; VARUSSA, 2006, p. 36)¹⁴.

13IPARDES. Caderno Estatístico Município de Santo Antônio do Sudoeste, novembro 2011.

¹⁴BOSI, Antonio e VARUSSA, Rinaldo J.. Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: trajetórias de pesquisa. In: ALMEIDA, Paulo Et al. *História Poder e Práticas Sociais*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

A temática sobre relações de trabalho no setor de confecção é desdobramento do trabalho de conclusão de curso¹⁵ realizado anteriormente, no qual identificamos as relações de trabalho estabelecidas pelas trabalhadoras da Fidelitá. As trabalhadoras além de ficarem a mercê dos desmandos do capital (são admitidas e (re) admitidas de acordos com a demanda do mercado) vivenciam relações de trabalho que são resultado de um planejamento que é exterior ao espaço da fábrica. Através de um estudo de caso identificamos a existência de arranjos produtivos entendidos como aglomerações que organizam a exploração do trabalho em cada região, facilitando a presença e a expansão do capital. Um dos traços principais requeridos nesses arranjos produtivos é trabalho barato e precário.

O setor que se tem apresentado como “melhor” opção é o de confecção, porém as formas de subordinação a que os trabalhadores estão sujeitos fazem com que o empregador se utilize dessa “vantagem” para explorar ainda mais a força de trabalho que tem a sua disposição. A partir das entrevistas visualizamos que a maioria das trabalhadoras possuíam ensino superior e que a opção escolhida por elas é a Fidelitá ou os frigoríficos ou ainda desenvolver uma dupla jornada de trabalho. Segundo suas próprias narrativas a Fidelitá ainda possui melhores condições de trabalho e, portanto apresenta-se como “melhor opção” de trabalho. Essa percepção das trabalhadoras reforça a forma como os padrões realizam a exploração da sua força de trabalho, através dos atrativos.

Esses atrativos confundem-se nas falas de algumas trabalhadoras com o pagamento em dia e com a porcentagem das horas extras pagas de acordo com a CLT. A “atração” da Fidelitá gira em torno da estrutura física (banheiros limpinhos), algumas assistências como ginástica laboral, o café da manhã e os presentes de finais de ano. Estes atrativos são utilizados para mascarar o baixo salário e as condições de subordinação a que as trabalhadoras estão sujeitas. Essa máscara é utilizada como estratégia de convencimento de que a Fidelitá é, dentre as outras empresas “um bom lugar para se trabalhar”.

Diante de um discurso que em certa medida convence nossa análise configurou-se em denúncia dessas condições de trabalho. Pois além de não permitir ao trabalhador a superação do processo produtivo o mantém subordinado.

A partir do exposto até aqui, dar continuidade a temática trabalho se faz necessário pelas inúmeras questões que esse campo permite. O objeto, as relações de trabalho, tendo como sujeitos os trabalhadores das indústrias, está em constante movimento e, portanto deve ser analisado.

Referência bibliográfica:

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O Averso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção.** São Paulo: Hucitec, 1986.

Arranjo Produtivo Local de Confecções do Sudoeste: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: <http://www.ipardes.gov.br/>.

15COSTA, Gilvana Machado. Relações de trabalho na indústria de confecção no oeste do Paraná: um estudo de caso a partir da fábrica Fidelitá em Marechal Cândido Rondon – PR. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). História. UNIOESTE.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Dinâmica Territorial do Trabalho Domiciliar das Mulheres em Terra Roxa/PR**. Presidente Prudente, 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós - graduação em Geografia. UNESP.

BOSI, Antonio e VARUSSA, Rinaldo J.. Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: trajetórias de pesquisa. In: ALMEIDA, Paulo Et al. **História Poder e Práticas Sociais**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

COLLI, Juliana Marília. **A trama da terceirização**: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

COSTA, Gilvana Machado. **Relações de trabalho na indústria de confecção no oeste do Paraná**: um estudo de caso a partir da fábrica Fidelitá em Marechal Cândido Rondon – PR. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). História. UNIOESTE.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Santo Antônio do Sudoeste**, novembro 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes Sociais e luta de classes. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

SAQUET, Danielli Batistella. **GEOSUL**, Florianópolis: Ed da UFSC, v. 23, n.46, p. 55-78, jul./dez. 2008.

THOMPSON, E. P. A árvore da liberdade. In: **A formação da classe operária inglesa**. SP: Paz e Terra, 1987.

IMPrensa E Ditadura: O Trabalho Da Revista Manchete Na Construção De Notícias Sobre Os Governos Militares

*Greyce Falcão do Nascimento*¹

Resumo: No debate atual sobre a relação entre a História e *memória*, defende-se que essa ciência não é só construída pela ação de indivíduos em situações específicas como também por aqueles que escreveram essas ações e dão significados a elas. Diante de inúmeras tentativas de revisar o período da ditadura militar no Brasil e reconstruir o seu significado, é importante lembrar o papel, muitas vezes decisivo, que a mídia desempenhou na preparação e sustentação do golpe civil-militar, constituindo-se como um dos saberes instituídos que operaram reproduzindo a noção de Segurança Nacional, base ideológica do governo. Assim, este trabalho tem como objetivo trazer à luz o papel da revista Manchete, uma das publicações semanais de maior alcance em nosso país, entre os anos 1960 e 1980, em sua forma de divulgar e discutir as notícias relacionadas à atuação dos governos militares durante o período ditatorial. Num clima de tensão nacional, onde prisões e cassações atingiam milhares de cidadãos do país, boa parte da imprensa brasileira, dedicava-se a cobrir temas como as corridas de Fórmula 1, a conquista do espaço ou a vida conturbada das celebridades, devido à censura vigente, ou mesmo aos interesses de quem detinha os meios de comunicação, ficando o debate político em segundo plano. Além disso, vemos a atuação de uma “imprensa colaboracionista”, que exaltava o poder executivo do país em detrimento dos vários movimentos sociais que atuavam em toda a nação.

Palavras-chave: ditadura; imprensa; revista.

Introdução

A imprensa se constitui, na história do país, um valioso instrumento de poder. Por essa razão, é importante que a sua atuação seja questionada, já que a grande mídia geralmente não atende ao compromisso com a sociedade, mas busca defender seus próprios interesses. Assim, compreendemos que a imprensa desempenhou papel fundamental durante a ditadura, papel que ainda vem sendo paulatinamente explorado.

A maioria dos proprietários e diretores dos veículos de comunicação pertence às camadas mais altas da sociedade e suas ideias conservadoras foram de vital importância na implantação e sustentação do regime civil-militar. As consequências desse período podem ser vistas pelo aumento da corrupção e pelo desinteresse do povo brasileiro pela política.

Nesse contexto, é importante destacar que o historiador teve uma grande expansão em seu campo de trabalho nos últimos anos, o que nos permite pensar as relações entre

¹ Historiadora e Jornalista. Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco

mudança e permanência, a influência dos discursos nas práticas sociais e na mentalidade, e os diferentes campos do saber como fontes de pesquisa.

Observamos que através das notícias e reportagens, que demonstraram a postura ideológico-partidária assumida pelo veículo investigado, a revista pretendeu passar uma imagem positiva do regime. Utilizaremos os documentos, não como verdade absoluta, mas como eles se encontram, carregados de sentidos e objetivos, buscando compreender e analisar o efeito de verdade produzido pela mídia.

Para que o regime ditatorial fosse implantado no Brasil, o golpe civil-militar de 1964 foi articulado por forças civis e militares representadas por diversos segmentos da sociedade, sendo importante ressaltar que a “adesão” da maioria da classe média brasileira deu suporte e legitimidade ao sistema repressor, tendo em vista a profusão dos discursos do “perigo comunista” e da “ameaça de subversão da ordem”, alimentando o imaginário do medo.

Nesse contexto, a imprensa foi parte integrante da complexa e eficiente rede de informações que serviu como pilar de sustentação do sistema autoritário. (DREIFUSS, 1987). Para a cooptação das camadas médias urbanas houve um trabalho sistemático promovido pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), órgão pertencente ao governo, pela imprensa, propaganda, cinema e televisão. De modo geral, os meios de comunicação assumiram a tarefa de adequar o público ao *status quo* social e político defendido pelos militares.

Partindo dessas premissas e da atualidade desse tema, é extremamente relevante voltarmos os nossos olhos para essa articulação e para os interesses da Imprensa e da política brasileira nesse momento. O trabalho desses veículos consistiu, principalmente, na apreensão e disseminação de notícias que visavam persuadir o leitor da necessidade de instalação de um governo forte associando-o ao desenvolvimento econômico prometido pelos militares.

A revista Manchete, em seus quarenta e oito anos de existência, esteve muitas vezes alinhada ao comando político do país. Fundada por Adolpho Bloch em 1952, fez parte de um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina (BARROS, 2008). Ao trabalharmos com esse periódico, salientamos também que, até o momento, não encontramos nenhum trabalho historiográfico sobre a Revista Manchete. Os poucos trabalhos acadêmicos que citam a revista tratam de temas como linguística, fotografia, arte e sociologia política. Quais as motivações para que um veículo desse porte não tenha merecido um interesse na academia por parte dos historiadores, é uma pergunta a ser desenvolvida mais adiante, com a análise dos trabalhos já apresentados e uma discussão mais profunda.

Manchete fazia parte da Bloch Editores, que possuía vários títulos, e emissoras de rádio e televisão. Após a morte de seu fundador, Adolpho Bloch, em 1995, a empresa entrou em decadência, até ser decretada a falência de um dos maiores conglomerados de mídia da América Latina. A revista foi arrematada em leilão em 2000 pelo empresário Marcos Dvoskin que resolveu relançá-la em 2002 com edições especiais sem periodicidade fixa, como os números que enfocavam o Carnaval.

Inspirada na Paris Match e utilizando-se do fotojornalismo como principal forma de linguagem, a revista trazia uma concepção moderna de ilustração. Manchete foi o semanário mais vendido no país durante as décadas de 1950 e 1960. Em 1967, a revista chegou a vender mais de dez milhões de exemplares. O recorde histórico de vendas foi alcançado em 1980, com a visita ao Brasil do papa João Paulo II. Foram 11.577.120 exemplares vendidos (BLOCH, 2008).

Durante nossa pesquisa, levamos em consideração que nem todos os jornalistas fizeram do seu ofício um ato de resistência ao autoritarismo. O ponto de partida dessa reflexão apreende a existência de jornalistas e de donos de veículos que colaboraram com o regime autoritário. Este trabalho não pretende negligenciar a resistência, mas buscar outras problemáticas da imprensa. Nem todos colaboraram com o regime, da mesma forma que nem todos se opuseram. Um dos intuitos é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na grande imprensa, ante a imposição autoritária (KUSHNIR, 2012).

Os trabalhos acadêmicos e as pesquisas feitas nos últimos anos evidenciam elementos de colaboração e conivência explícita de parcelas da imprensa àquele regime. Além disso, havia uma recomendação do governo aos meios de comunicação para que não falassem sobre a existência da censura, principalmente nos jornais e revistas que pertenciam a grande imprensa².

Adolpho Bloch veio de uma grande família judaica. Chegaram ao Brasil em 1922, fugindo à perseguição a Comunidade Judaica após a Revolução Russa. Dedicou-se desde muito cedo ao ramo das gráficas e, após trinta anos de trabalho, sempre prestando serviços a terceiros, decidiu em 1952, lançar sua própria revista de variedades. Conseguindo ser um empresário de sucesso, ainda na década de 50, Bloch acreditava que havia lugar no mercado para mais uma revista de circulação nacional, com condições de concorrer com a forte “O Cruzeiro”.³

O nome da revista surgiu de uma conversa informal com seu primo Pedro Bloch, que sugeriu o nome *Manchete* pela semelhança da palavra com o renomado título francês *Paris Match*⁴. O complexo onde funcionava toda a confecção da revista situava-se à beira mar da Praia do Flamengo, num prédio de dez andares, com fachada de vidro e de alumínio, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

A escolha das capas da revista era tema de importância e destaque, tanto que o próprio Adolpho Bloch, fazia questão de dar a decisão final. Normalmente três opções lhe eram dadas e mesmo quando ele não estava ou não podia participar da decisão, a capa obedecia a normas não escritas, quase imutáveis ao longo de quatro décadas.

Em poucos anos a revista passou a ser o produto que trazia maior lucratividade à Editora Bloch, assim, em poucos anos, o parque gráfico foi acrescido de novas máquinas, que possibilitava a impressão de mais de 800 mil exemplares semanais. O investimento em equipamentos e instalações foi simultâneo à reformulação da política editorial que ocorreu em 1956. A mudança abrangeu todos os setores da publicação, transformando a paginação e atualizando o texto, com o objetivo de fornecer ao leitor elementos necessários à compreensão dos acontecimentos.

Politicamente, a revista se identificava com a corrente desenvolvimentista, antiliberal e industrializante do pensamento econômico. No entanto, personalidades que

² Segundo Maria Aparecida Aquino, o conceito de “grande imprensa” refere-se aos veículos de comunicação que mantinham uma distribuição nacional e por vezes com uma abrangência internacional, cuja circulação poderia ser diária, semanal ou mensal e que possuíam um alto financiamento publicitário do qual dependia a sua sobrevivência. Podemos citar como parte da “grande imprensa” da época, as revistas *Manchete*, *O Cruzeiro* e *Veja*, além de jornais como *O Estado de São Paulo*, *Diário de Notícias* e *A Última Hora*.

³ *O Cruzeiro* foi uma revista semanal ilustrada, lançada no Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1928, editada pelos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Carlos Malheiro Dias foi seu diretor no período de 1928 a 1933, sendo sucedido por Antonio Accioly Netto. Foi a principal revista ilustrada brasileira da primeira metade do século XX. Deixou de circular em julho de 1975.

⁴ Lançada em 19 de março de 1949, a *Paris Match* era uma revista francesa de caráter jornalístico-informativo, que competia com as norte-americanas *Life* e *Time* tendo como principal característica a qualidade fotojornalística de suas matérias.

eram assumidamente de “esquerda”, como o arquiteto Oscar Niemeyer, partilhavam da amizade de Adolpho Bloch. A amizade e o apoio irrestrito ao governo Juscelino Kubitschek, desde a campanha eleitoral, também contrastava com as matérias e reportagens de apoio ao regime militar. Na década de sessenta, a revista cresceu, principalmente devido às coberturas sobre a construção e inauguração de Brasília. Em depoimento, o jornalista Roberto Muggiat, ex-funcionário da revista explica a estreita ligação de Adolpho Bloch com o político Juscelino Kubitschek (BARROS, 2008).

Segundo José Esmeraldo Gonçalves, jornalista da Revista Manchete nos anos 1970, muitos jornais divulgavam a lista completa com nomes, números de documentos e endereços de vários cidadãos. Involuntariamente ou não, contribuíram com a formação de fichas de elementos considerados “subversivos”. O clipping com dados pessoais dos detidos alimentava as fichas dos órgãos de segurança.

Assim como outros grupos proprietários de jornais e revistas, a Bloch tinha interesses econômicos e ideológicos em comum com os governos militares. Muitas vezes esquivava-se de publicar assuntos polêmicos ou que entrassem em confronto com o governo. Um exemplo disso, é que às vésperas do AI-5, na edição de 02 de Novembro de 1968, a revista dedicou vinte de suas páginas a uma reportagem sobre o casamento de Jacqueline Kennedy com o bilionário grego Onassis.

Essa atitude mostra que, num período de efervescência social, período que deu margem a “um golpe dentro do golpe”, a revista fazia questão de desviar a atenção do leitor para o que estava acontecendo, trazendo temas voltados para o entretenimento e o esvaziamento político.

A partir do Ato Institucional Nº 5, a máquina de repressão teve liberdade de ação, espaço e legitimidade para atuar. Foram criados os DOPS – Delegacias de Ordem Política e Social que pertenciam ao poder estadual e faziam parte da estrutura das secretarias de segurança. O governo direitista comungava do pensamento conservador e anticomunista propagado pela Guerra Fria. Já uma boa parte da militância de esquerda do país, inspirada nas Revoluções Chinesa e Cubana, passou a atuar com táticas de guerrilha e luta camponesa. No início de 1969, estimava-se que mais de oitocentos militantes estivessem envolvidos em ações armadas. Algumas organizações participaram, inclusive, de alguns assaltos a banco, cujo dinheiro financiaria a compra de fazendas que seriam usadas como bases para a guerrilha rural (GASPARI, 2002).

Durante os vinte e um anos de duração do regime militar brasileiro, verificamos uma alternância de momentos de “avanços” e “recuos”, “aberturas” e “endurecimentos”. A cena política brasileira foi marcada por algumas características essenciais. O Governo Militar se consolidou e venceu algumas de suas contradições internas, libertando-se de forças políticas tradicionais que haviam participado do golpe de estado. Impulsionou-se a criação de reformas que propiciaram o chamado “milagre econômico”, que atingiu seu auge entre os anos de 1969 e 1971. Em todos esses acontecimentos, a Manchete fez-se presente, em encontros, reuniões oficiais, almoços “políticos” e nas reportagens semanais, sempre se colocando ao lado do governo.

A Revista Manchete esquivou-se muitas vezes de comentar a situação delicada em que o país se encontrava. Algumas edições omitiam completamente qualquer notícia, matéria ou reportagem que trouxesse algum conteúdo político. Nas poucas vezes em que a revista abriu este espaço, saiu em defesa do Regime Militar brasileiro, procurando legitimar suas ações. Diante disso, constatamos que a revista, devido à censura e/ou seus próprios interesses, trabalhou informando o leitor das ações governamentais, enaltecendo os militares, informando das obras que eram realizadas no país, e justificando toda a ação repressiva do regime, inclusive colocando a necessidade do Ato Institucional Nº 5.

Referência bibliográfica

BARROS, J.A.; GONÇALVES, José Esmeraldo (orgs.) **Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou.** Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

BLOCH, Adolpho. **O Pilão.** Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1988.

BLOCH, Arnaldo. Os irmãos Karambloch. **Ascensão e queda de um império familiar.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

DREIFUSS, René Armand. 1964, **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete durante o governo Médici.** 1999. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

NISKIER, Arnaldo. **Memórias de um sobrevivente.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

PENA, Felipe. **Seu Adolpho.** Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e Morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985).** 2007. 264 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

A FORMAÇÃO DA FRENTE NACIONAL FRANCESA - ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS PARA CONSOLIDAÇÃO DE UMA FRENTE PARTIDÁRIA UNIFICADA

Guilherme Ignácio Franco de Andrade¹

Resumo: A Formação da Frente Nacional Francesa - Aspectos históricos e políticos para consolidação de uma frente partidária unificada. O objetivo deste trabalho é investigar os aspectos políticos e históricos que possibilitaram a criação do partido de extrema direita a Frente Nacional na França. Após a queda dos regimes nazifascistas na Europa, e na França o fim do governo provisório de Vichy, a direita conservadora francesa se encontrava desarticulada, fragmentada. Um dos principais motivos para o enfraquecimento político da direita foi à marginalização dos movimentos conservadores, isto se deve ao fato, da ainda recente e fresca lembrança da população francesa em relação da colaboração desses grupos radicais durante a ocupação Nazista na França. Na década de 50, dois movimentos iriam surgir para mostrar que a extrema direita não estava extinta, o primeiro foi o movimento da Argélia Francesa e o segundo movimento foi o Poujadismo. Durante mais de 25 anos os grupos de extrema direita procuraram se reorganizar politicamente, porém as diversas tentativas falharam sucessivamente, até a criação do partido Frente Nacional. Acredito ser importante investigar o processo histórico que precede a criação do partido, para compreender os diferentes grupos que participaram de sua criação, dessa forma sendo possível compreender a formação ideológica, suas influências e o ativismo político de seus líderes. A Frente Nacional francesa durante seu processo de formação abrigou diferentes vertentes do pensamento conservador, desde conservadores cristãos, neonazistas, movimento estudantil, brigadas paramilitares, republicanos, monarquistas e diversos outros grupos que este trabalho pretende demonstrar.

Após a queda dos regimes nazifascistas na Europa e na França, o fim do governo provisório de Vichy, a direita conservadora francesa se encontrava desarticulada, fragmentada. Um dos principais motivos para o enfraquecimento político da direita foi a marginalização dos movimentos conservadores. Isto se deve ao fato da ainda recente e fresca lembrança da população francesa em relação à colaboração desses grupos radicais durante a ocupação Nazista na França. Muitos dos militantes radicais haviam apoiado o regime autoritário e colaboracionista de Vichy, que perseguiu sistematicamente os judeus, comunistas, socialistas e membros da resistência francesa, sendo muitos deles assassinados e enviados para campos de concentração.

Para o historiador Peter Davies (2001, p.122), no pós guerra, a direita e a extrema direita passaram por seu período político mais difícil. O Marechal Phillippe Petain foi sentenciado à pena de morte, mas conseguiu reverter sua pena para prisão perpétua, onde

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, Linha de Pesquisa: Estado e Poder, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon, sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil.

ficou preso até sua morte em 1951. Outro líder do governo de Vichy, Pierre Laval, que foi primeiro ministro na França durante a ocupação nazista, foi condenado e executado na França em 1945. E os outros membros do governo colaboracionistas de Vichy foram exilados ou presos. Contudo, apesar das complicações políticas, a extrema direita não sumiu completamente do cenário político. Na década de 50, dois movimentos iriam surgir para mostrar que a extrema direita não estava extinta. O primeiro foi o movimento da *Argélia Francesa* e o segundo movimento foi o *Poujadismo*.

O movimento para uma *Argélia Francesa* surgiu na década de 50, durante as revoltas que insurgiram nas colônias francesas, em busca da independência. Ela foi providencial para que a extrema direita conseguisse se rearticular e se mobilizar no cenário político. O conflito da Argélia se mostrou a melhor oportunidade para o renascimento da extrema direita, procurando apagar o legado de Vichy e incorporar outras novas questões e criar uma nova identidade. Essa mobilização da direita influenciou uma variedade de associações e organizações que foram criadas para fazer campanhas contra a independência da Argélia e das outras colônias francesas na África. Para Davies (2001, p. 124), esse movimento foi capaz de recriar um sentimento de paixão e nacionalismo que havia se perdido depois da 2ª Guerra, gerando um grande debate entre os partidos, já que o partido socialista era a favor da independência das colônias. Para a direita, a perda das colônias seria determinante para o rebaixamento da França como potência mundial, perdendo mais espaço para outras potências como Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra.

O movimento francês Argélia atraiu muitos rótulos, mais notavelmente, os de "ultranacionalista", "fascista" e "ultradireitista". Ele incorporou forças intransigentes no Exército: militantes do movimento Argélia, descendentes de franceses que nasceram na Argélia, mas lutavam a favor da França e pequenos grupos neofascistas. Tal mistura gerava muita tensão dentro do Exército francês, mas os três grupos trabalharam para os mesmos fins, manter a Argélia como território francês. Durante o conflito, segundo certos historiadores, morreram em torno de um milhão de pessoas. O Exército francês foi acusado de ter utilizado métodos bárbaros de tortura, dignos da Gestapo (SIMMONS, 1996, p. 37-41).

Ainda na década de 50 surgiu outro movimento conservador simultaneamente na França. O poujadismo foi um movimento político de direita, deve seu nome a Pierre Poujade, um livreiro que formou este movimento muito ativo e agressivo. Foi politicamente ativo entre 1954 a 1958. O movimento se organizou em torno da União da defesa dos comerciantes e artesãos. Esse movimento da pequena burguesia envolveu diretamente grupos que, no passado, teriam apoiado o regime de Vichy. Como em outros movimentos fascistas, podemos observar que grande parcela da pequena burguesia apoiava os regimes autoritários (SIMMONS, 1996, p. 37-41).

O poujadismo era antisocialista, anti-intelectual (acadêmico ou vanguarda) e antieuropeu. A afirmação da identidade francesa como caráter primordial e se posicionando contra tudo que supostamente representaria uma ameaça à soberania nacional: a imigração, a Europa, as autoridades fiscais. O movimento poujadista se nutriu de uma base social composta por pequenos comerciantes e da pequena burguesia, que posteriormente foram acusados de controlar a inflação da IV República. Os poujadistas na eleição de 1956 conseguiram 52 assentos na Assembleia Nacional, entre eles o jovem Jean Marie Le Pen. (SIMMONS, 1996, p. 37-41)

O *Poujadismo* pode ser considerado importante, pois foi o primeiro movimento populista na Europa no Pós Guerra. Ao contrário do fascismo, que explicitamente se opôs às conquistas da Revolução Francesa, o *Poujadismo* nunca renegou as tradições

democráticas e republicanas de 1789. A equivalência entre Populismo e extremismo de direita conduz, teoricamente, a uma confusão de conceitos e, politicamente, a uma visão redutora do fenômeno. Ele é considerado por alguns pesquisadores como um dos primeiros movimentos de extrema direita, porém surgiu apenas como um movimento de pequenos burgueses. Sua importância enquanto pesquisa é de que nos permite entender seu legado (alguns conceitos ideológicos) na criação do partido FN (SIMMONS, 1996, p. 37-41).

Na década de 60 podemos identificar um divisor de águas na direita francesa. Com o fracasso do poujadismo enquanto movimento político e a decadência de organizações como a Ocidente e Argélia Francesa, os grupos conservadores necessitavam de uma nova reorganização no cenário político francês. Nas eleições, entre 1965 a 1967, a extrema direita obteve diversos fracassos, não conseguindo se estabelecer enquanto movimento, o que gerou uma fragmentação dos grupos, expondo sua fraqueza política e sua desorientação (SHIELDS, 2007, p.143).

Segundo o historiador James Shields, o modo operacional da esquerda francesa e dos partidos socialistas, que já tinha estabelecido seus modelos ideológicos e dispo de vários aparelhos de hegemonia, possuía muita influência na imprensa, na educação e na academia. O poder cultural da esquerda era tão forte que o caráter revolucionário estava impregnado nos movimentos dos estudantes e dos trabalhadores. Em contrapartida, como forma de impedir o desenvolvimento das ideologias marxistas na França, os intelectuais de direita procuraram desenvolver uma resposta, criando o movimento que ficou conhecido como *Nouvelle Droite*, ou seja, a Nova Direita (SHIELDS, 2007, p.143). O primeiro ideólogo dessa Nova Direita foi Alain de Benoist, mestre pela Universidade de Sorbonne. Ele era professor e jornalista, onde atuava como militante do movimento Ação Europa. Benoist procurou desenvolver o novo modelo da extrema direita, que ironicamente foi baseado em conceitos desenvolvidos por um dos maiores intelectuais marxistas, o fundador do partido socialista italiano Antonio Gramsci. A influência da teoria marxista de Gramsci para Benoist foi a apropriação de conceitos sobre o Estado, hegemonia, sociedade civil e a formação do consenso. Conceitos que deveriam ser apropriados pela nova direita, a serem usados para uma nova formação da hegemônica cultura da extrema direita (SHIELDS, 2007, p.144).

O partido francês Frente Nacional foi fundado em 5 de outubro de 1972 por ativistas do movimento *Ordre Nouveau*², procurando reunir o eleitorado dos conservadores franceses. A direita francesa se encontrava em situação delicada na década de 70. Em primeiro lugar os movimentos conservadores não vislumbravam confiança e respeito por parte da população. Um dos principais fatores estava relacionado ao fato de que vários integrantes e representantes dos grupos de direita terem apoiado e colaborado com o regime de Vichy, durante a ocupação alemã na 2ª Guerra. Fator que pesava e marginalizava as tentativas de recuperação política da direita, as lembranças do governo de Petain ainda permaneciam frescas na memória da população. Após várias tentativas de organização partidária, ou de outros movimentos conservadores, a direita estava desorganizada, dividida em pequenas facções. Durante o período do pós-guerra até a década de 70, os grupos conservadores haviam falhado em suas tentativas de representação política e de união partidária (MAYER; SINEAU, 2002, p.43).

A Frente Nacional (FN), em seu "programa de governo", tinha uma estrutura política e ideológica baseada em torno da defesa da identidade nacional, ameaçada pela imigração e pela internacionalização do comércio e a globalização, e também do retorno do "glorioso" nacionalismo francês. Em seu alegado plano de defender a França, lançavam-se

² Ordem Nova

contra seus inimigos internos (anteriormente judeus, maçons e protestantes, agora imigrantes, principalmente árabes e muçulmanos) e os inimigos externos (expeculação internacional e as forças das multinacionais e do corporativismo) Apesar do antissemitismo nunca aparecer nos escritos oficiais do partido, ele está latente em vários comentários e discursos sobre Israel, como se vê na negação das câmaras de gás, ou como se ela fosse um pequeno detalhe na história da Segunda Guerra Mundial. A FN defende valores tradicionais e instituições as quais, segundo ela, devem se basear a identidade francesa (família, Exército, autoridade, catolicismo) (HAINSWORTH, 2004, p.44).

Até hoje muitos membros do partido mantém conexões com grupos neonazistas e neofascistas na Europa, mesmo que oficialmente a FN negue qualquer tipo de ligação com esses grupos para ter respeitabilidade no meio político. Mas, individualmente e principalmente, a ala mais jovem (e também a mais radical) é quem mais se aproxima desses grupos. Existem diversos grupos que fazem panfletagem para a FN, ajudando nas campanhas políticas e, geralmente, agindo como tropa de choque nas passeatas do partido, como o *Front National de La Jeunesse* (Frente Nacional da Juventude) e *Renouveau étudiant* (Renovação Estudantil) (DECLAIR, 1999, p. 66).

O crescimento dos partidos de extrema direita na Europa, hoje, pode ser associado com um descontentamento de parte da população com seus representantes, que não encontraram saídas para a recessão econômica e uma forma de combater o aumento do desemprego. O medo dos seus cidadãos, que por muito tempo tiveram prosperidade econômica e qualidade de vida, hoje sentem ameaçados seu presente e futuro. Essa falta de perspectiva dos jovens em relação ao futuro, e esse medo do amanhã, funcionam perfeitamente para a extrema direita encaixar seu discurso de combate à imigração, pois atrela o crescimento dela e do excessivo número de imigrantes, já existentes no mercado de trabalho, como principal fator do desemprego. Mesmo que os trabalhos executados pelos imigrantes - que compõem a maior faixa do proletariado - em sua maioria seja composta por (sub) empregos (pedreiros, linhas de produção, limpeza, etc) trabalhadores sem vínculo legal, privado dos direitos trabalhistas, em situação muitas vezes precária e salários baixos. Esses empregos não estão em disputa entre franceses (europeus) e imigrantes, pois são desprezados por europeus (brancos).

A recessão econômica que assola a Europa tem obrigado alguns países a procurar medidas para amenizar a situação. A crise é resultado de um longo processo de falhas do capitalismo, do endividamento dos países para financiar o próprio capital. Além disso, a crise é responsabilidade dos governantes que, em primeiro lugar, financiaram e privilegiaram as ações da burguesia e, agora, durante a crise, utilizam a máquina do Estado para salvar bancos e multinacionais da falência. De outro lado, uma das saídas encontradas pela Comunidade Europeia são os planos de austeridade. Um dos órgãos responsáveis pelas mudanças na economia da União Europeia, é a *Troika*, formada por três elementos, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os planos de austeridade da UE e a *Troika* obrigaram os países com maiores problemas econômicos, como Grécia e Portugal, a terem controles mais rigorosos sobre a economia. Nesse plano de reconstrução dos países é exigido um calendário de privatizações, planos de reformas estruturais, aumentos fiscais e cortes previdenciários. O pacote de austeridade prevê, entre outras medidas, colocar funcionários públicos numa reserva de trabalho, recebendo 60% do salário base, antes de serem demitidos depois de um ano ou dois. Prevê ainda a diminuição do salário mínimo, o que afeta diretamente as pensões, para além de outras medidas como aumento da jornada de trabalho e extensão da

idade da aposentadoria. A França³, hoje, possui uma das maiores taxas de desemprego da UE, tendo, aproximadamente, seis milhões de desempregados, o que corresponde a 10% da população (na UE esse número chega a **26,5 milhões**). Podemos observar que a saída da crise está sendo construída em cima da exploração e revogação dos direitos dos trabalhadores, que terão que trabalhar mais, pagar mais impostos, para salvar os capitalistas de sua própria crise.

Para Flecker (2007, p.5), o avanço da globalização e a competição industrial no mundo trouxeram complicações para pequenas empresas e indústrias na França. Como resultado desse processo, descreve como o trabalho e as condições de vida se deterioraram: em primeiro lugar, para as classes trabalhadoras e, segundo (por causa de agravamento da crise econômica), para as classes médias. Ele procura explicar os processos e as representações dos indivíduos que sofrem de insegurança social e econômica. Com base nisso, procura explicar “as transformações políticas que elevou o crescente apoio para o extremismo de direita na França”. Outro fator importante a se considerar, segundo Willians (2011, p.4) é o descrédito da população nas ideologias de esquerda (em especial o comunismo) que, depois de sucessivos anos no poder, não conseguiram encontrar soluções para a recessão econômica. Isso criou oportunidades para que a FN e outros grupos conseguissem expandir suas bases de apoio, atraindo eleitores antes vinculados à esquerda.

Na França, segundo Marcus (1995), o eleitorado da FN, a partir da década de 90, aumentou consideravelmente o número de eleitores provenientes das classes trabalhadoras, sendo esse crescimento muito maior em comparação com outros partidos de extrema direita na Europa. Ele observou que esses trabalhadores eram compostos, em sua maioria, por jovens; ou seja, uma parcela maior da população economicamente ativa passa a compor o eleitorado da FN com essa transformação etária. A pesquisadora francesa Nonna Mayer (2002) descreveu que o eleitorado da FN, na década de 80, era formado em sua maioria por “velhos saudosistas” de Vichy e que, a partir dos anos 90, o eleitorado se transformou em um partido cheio de jovens (18 a 25 anos) proletários e desempregados. Em sua análise, Nonna Mayer (2002) diz que esse aumento de jovens ligados à extrema direita é resultado de um processo de decadência da educação francesa, sendo esses jovens menos preparados para o mercado de trabalho, criados em um ambiente de rivalidade (e ódio) e disputa com os imigrantes.

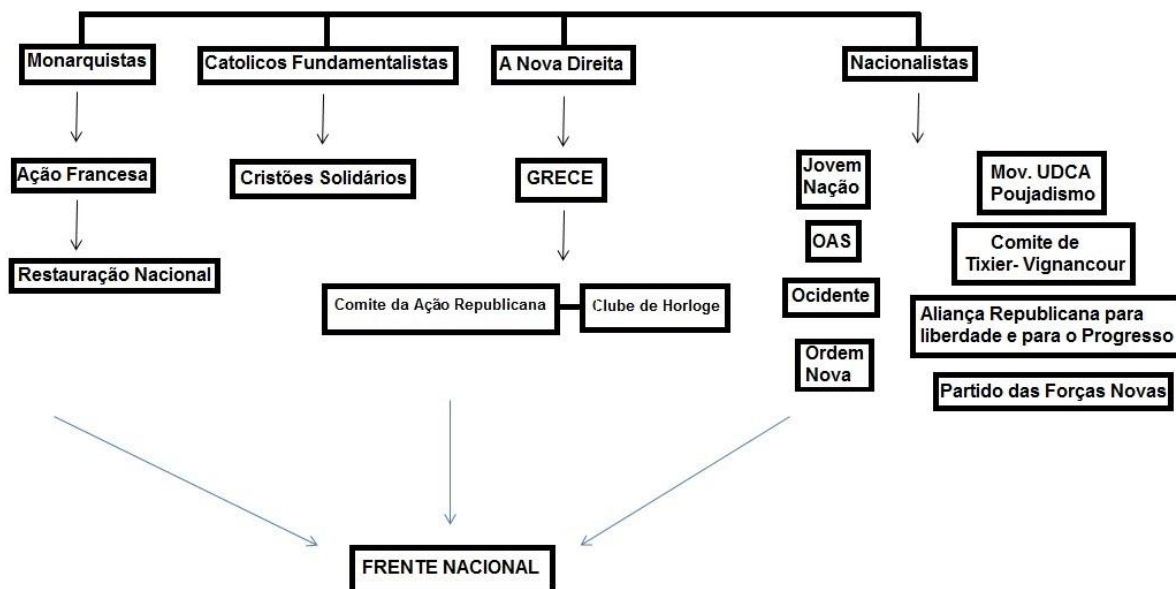
Aparelhos privados de Hegemonia

Uma das principais razões que motivou a pesquisa sobre a FN foi o processo de criação do partido, pois o mesmo conseguiu reagrupar e unificar diferentes grupos conservadores, com concepções ideológicas distintas. Durante a formação do partido, na década de 70, segundo Declair (1999, p.12), existia a presença de grupos monarquistas, católicos fundamentalistas, membros da nova direita e também pequenos grupos neofascistas e neonazistas. Um dos responsáveis pela formação da FN enquanto partido e que trouxe diversos grupos radicais para participar da entidade, François Duprat, ajudou a consolidar a união dos grupos radicais com as outras forças do partido, organizando um debate para que se chegasse a um consenso. Ele trouxe para o partido suas unidades radicais: a Europa Jovem (*Jeune Europe*), A Organização Luta do Povo (*L'Organisation lutte du peuple*), Os Grupos Nacionalistas Revolucionários de Base (*Les Groupes nationalistes-révolutionnaires de base*), o Movimento Nacionalista Revolucionário (*Le Mouvement Nationaliste Révolutionnaire*), Terceira Via (*Troisième Voie*), Nova

³ Grécia (27%) e a Espanha (26,9%) lideram a lista, seguidos por Portugal (17,3%).

Resistência e Unidade Radical (*Nouvelle Résistance et Unité Radicale*) e o grupo de ação política internacional denominado de A Frente Europeia de Libertação (*Le Front Européen de Libération*).

No quadro abaixo, Declair (1999, p.12) procura criar uma árvore genealógica da criação da Frente Nacional:



Essas diferentes organizações que constituem o partido, conseguem atuar em diferentes setores do país, reproduzindo a ideologia da FN e os discursos políticos de seus líderes. Podemos perceber, segundo os conceitos do intelectual italiano Antonio Gramsci, que essas organizações atuam como aparelhos privados de hegemonia, pois trabalham disseminando os pontos considerados importantes pela FN, como a imigração, cultura, crítica ao multiculturalismo, colocando em pauta os pontos a serem debates pela sociedade. Para Gramsci, o papel dos aparelhos privados de hegemonia para partidos burgueses ou do próprio Estado, é desenvolver uma série de táticas e estratégias para consolidar e fortalecer seu projeto político.

Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci coloca que as classes sociais procuram exercer sua hegemonia. Tanto as classes burguesas como os trabalhadores são reprodutoras de um projeto particular. Então ambas as classes lutam para conseguir maior influência e adeptos para seus projetos através da *direção* e do *consenso*. Para Gramsci existem dois tipos de aparelhos que ajudam a construção da hegemonia. O Primeiro são os “aparelhos coercitivos do Estado” que representam as instituições de poder como a Polícia, Exército e os sistemas jurídicos. E os “aparelhos privados de hegemonia” que são as igrejas, os meios de comunicação, os partidos políticos, as empresas, os clubes, as associações como o Rotary, Lyons, etc.

Para Edmundo Dias (1996, p. 33), a hegemonia é a criação de uma nova racionalidade, que permite ao Estado, ou aos seus grupos dominantes, criar novos elementos que garantam sua permanência no poder. Assim, para que sua posição seja criada ou reafirmada, exige a criação de uma nova visão de mundo. A hegemonia então é um “projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem”.

O partido também possuía sua revista *Identité*, de produção quinzenal, onde apresentava suas críticas sobre os problemas da atualidade. Também atua hoje na internet e nas redes sociais. Mesmo considerando a FN como um partido xenófobo, demagogo, conhecido historicamente por cometer gafes e comentários preconceituosos, apresenta hoje um crescimento substancial e ganha corpo dentro das classes operárias. Para Gramsci, em certo ponto de conflito entre as classes, no período de crise de hegemonia, a situação se torna delicada, pois abre precedentes para atuação de forças autoritárias, como o fascismo e o nazismo. Essas tensões abrem espaço para que a extrema direita consiga atuar. Segundo Gramsci,

Em certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois se abre o campo às soluções de força, a atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos (GRAMSCI, p.60).

A crescente recessão da Europa é resultado da crise de hegemonia de suas classes dirigentes, pois fracassaram em suas políticas econômicas. Para Gramsci, o surgimento de grupos ou personagens carismáticos (Bonapartistas) é resultado do fracasso do projeto político das burguesias dominantes.

A FN, mesmo não sendo um dos maiores partidos na França, nas últimas eleições, seu discurso de combate à imigração refletiu diretamente nos outros partidos. O partido de direita UMP, de Nicholas Sarkozy, e o Partido Socialista, de Hollande, trataram dos temas levantados pela FN, como modificação da lei de reagrupamento familiar e do direito à cidadania, por serem assuntos discutidos no seio da população. Seus discursos difundidos pelos seus aparelhos privados de hegemonia têm o poder de controlar a pauta do debate político do país e, também, de influenciar a opinião pública, criando o consenso.

Na medida em que os intelectuais orgânicos da FN atuam na construção do consenso, eles também podem agir como Gramsci chamava de “*Dirigente*”. O dirigente seria o intelectual com a capacidade de direcionamento da política. A construção da hegemonia nesse caso corresponderia ao poder de direção política, cultural e ideológica, materializada no consenso. Cabe a ele dirigir a totalidade social, convencendo as classes dominadas a abraçar o projeto em construção.

Como o objeto de estudo está no início, ainda não é possível determinar com maior fôlego e de forma específica as táticas utilizadas por cada grupo e como eles funcionam enquanto aparelhos privados de hegemonia. A partir de Gramsci será possível examinar com maior clareza e perceber se é possível compreender como eles funcionam e quais são as suas funções para o partido.

Referência bibliográfica

DAVIES, P. **The National Front In France: Ideology, Discourse, and Power.** New York: Routledge. 1999

DAVIES, P.; LYNCH, D. **The Routledge Companion to Fascism and the Far Right.** Londres: Routledge. 2002

DECLAIR, E. **Politics on the Fringe: The People, Policies and Organization of the French National Front.** Durham: Duke University Press.1999

DIAS, E. F. **Hegemonia: racionalidade que se faz história.** In DIAS, E.F. (org) O Outro Gramsci. 3ª ed. São Paulo 1996, p. 9-59.

FLECKER, J. **Changing Working Life and the Appeal of the Extreme Right.** Great Britain: Ashgate. 2007.

GIVENS, T. **Voting Radical Right in Western Europe.** New York: Cambridge University Press. 2005.

GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Edição e tradução de Calor Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAINSWORTH, P. **The extreme right in France: The rise and rise of Jean-Marie Le Pen's Front National.** Representation, 40. 2004, pp. 101-114.

HARVEY, G. S. **The French National Front: The Extremist Challenge to Democracy:** Boulder . Westview Press, 1996

SILVERMAN, Maxim. **Deconstructing the Nation - Immigration, racism and citizenship in modern France.** London, Routledge. 1992

SIMMONS, H. G. **The French National Front: The Extremist Challenge to Democracy.** Oxford, Westview, 1996.

STOCKEMER D, e LAMONTAGNE B, **Right wing Extremism in France – Departmental differences in the vote for the national front.** Romanian Journal of Political Science. Vol 7, n. 2, p. 45-65, 2007.

VIZENTINI, P. F. (ORG). **Neonazismo, Negacionismo e extremismo político.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

VIZENTINI, P.F. O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional. In. MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F. (Org.). **Neonazismo, negacionismo e extremismo político.** Porto alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000.

WILLIAMS, M. **A new era for French far right politics? Comparing the FN under two Le Pens.** Análise Social, vol. XLVI (201), 2011.

WILLIAMS, M. **The Impact of Radical Right-Wing Parties in West European Democracies.** New York: Palgrave, 2006.

O TRABALHO DOCENTE NO BRASIL COLONIAL¹

Hélio Clemente Fernandes²

Resumo: A partir da compreensão da educação em âmbito histórico-global é que o presente texto é apresentado e, por sua vez, pode ser equalizado. Nesse entendimento, busca-se expor algumas considerações gerais sobre o trabalho docente no Brasil Colonial (1500-1822) na sua relação dialética com a totalidade histórica, econômica e social da humanidade. Alguém perguntará: porque apresentar o trabalho docente numa perspectiva histórica, buscando resgatá-lo a partir da história geral? Sem entrar no mérito da discussão é possível dizer que no Brasil, além de uma continuidade da cultura europeia - existiu e existe uma ruptura - onde tudo ocorre dentro de um processo histórico-dialético. Nesta perspectiva, cumpre lembrar que apesar do trabalho docente no novo mundo (Brasil) ser um processo em curso e que tem suas raízes transportadas das culturas europeias, não se pode olvidar de que esse trabalho adquiriu características peculiares. Tendo presente que o particular somente é compreendido na sua relação com o universal (na certeza de que a recíproca também é verdadeira), por questões teórico-metodológicas o trabalho é exposto do seguinte modo: 1) Introdução; 2) Alguns traços do trabalho docente na história do Brasil; 3) Alguns aspectos do trabalho docente no Brasil Colonial; 4) Algumas considerações finais.

Introdução

A partir da compreensão da educação em âmbito histórico-mundial é que os presentes escritos se coadunam e, por sua vez, podem ser equalizados. Nesse entendimento, busca-se expor algumas considerações gerais sobre o trabalho docente no Brasil Colonial (1500-1822) na sua relação dialética com a totalidade histórica, econômica e social da humanidade.

Alguém perguntará: por que apresentar o trabalho docente numa perspectiva histórica, buscando resgatá-lo a partir da história geral? Sem entrar no mérito da discussão, é possível dizer que no Brasil há além de uma continuidade da cultura europeia, também, uma ruptura, onde tudo ocorre dentro de um processo histórico-dialético. Nesta perspectiva, cumpre lembrar que o trabalho docente no novo mundo (Brasil), trata-se de um processo em curso e que tem suas raízes transportadas das culturas europeias.

Neste sentido, pode-se afirmar que as influências tanto de Rousseau quanto de Comenius, de modo particular na questão da educação, ultrapassam os limites da Europa e, talvez, o elo de ligação entre a educação europeia e a realizada no Brasil, possa ser estabelecido por meio da questão religiosa do século XVI, da Reforma, da Contra-Reforma e da Companhia de Jesus etc.

A divisão do trabalho docente no Brasil leva em consideração a divisão da História da Educação feita pelo grupo HISTEDBR da Universidade Estadual de Campinas –

¹ Este trabalho contou com a orientação de Paulino José Orso, doutor em Educação e professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (campus de Cascavel, PR).

² Professor licenciado e concursado nas disciplinas de História e Filosofia (SEED/PR). Membro do grupo de estudos HISTEOPR liderado pelo professor Dr. Paulino José Orso.

UNICAMP, sem esquecer de mencionar que este período pode ser dividido de outras maneiras³.

Alguns traços do trabalho docente na história do Brasil

Com o objetivo de fornecer, de modo geral, alguns elementos sobre os quais o trabalho docente se desenvolve no Brasil, “procurando assim entender o sentido latente do processo educacional no seu todo histórico-social” (SEVERINO, 1986, p. 61), voltamos à história. No entanto, não se trata de uma digressão histórica que refaz toda a história da educação brasileira na busca de recuperar o trabalho daqueles que foram seus interlocutores, e sim de apontar para alguns traços que possibilitem compreender melhor o trabalho docente nos dias atuais⁴. Deste modo, levamos em apreço a afirmação de Vanilda Paiva de que “tirar lições da história deveria ser um exercício político permanente” e não “resumir-se a um exercício intelectual” (2005, p. 161). Dentre outras coisas, espera-se que tal reconstrução histórica contribua com a tentativa de compreensão, na atualidade, do trabalho docente quanto à problemática que envolve a questão da pauperização, precarização ou proletarização.

Por questões metodológicas e conceituais, intenta-se destacar os primeiros contatos entre os colonizados e colonizador, tendo como foco o trabalho de ensino neste “processo civilizatório” em que se destaca a institucionalização da *Ratio Studiorum* (1599 - 1759) e, também, para com a fase pombalina (1759 - 1808), esta que por influência do *Iluminismo*, promove reformas modernizantes no intuito de colocar Portugal em igualdade com as outras nações europeias.

Alguns aspectos do trabalho docente no Brasil Colonial

Precipualemente ressalta-se, conforme Caio Prado Junior, que a colonização do Brasil não é um fato isolado, deriva “do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o séc. XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem” (2004, p. 21) e se enquadra dentro do processo de desenvolvimento das Grandes Expansões Marítimas e Comerciais. Nesse sentido, o autor enfatiza que “para se compreender o caráter da colonização brasileira é preciso recuar no tempo para antes do seu início, e indagar das circunstâncias que a determinaram. A expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV, (...)” (1976, p.13). Em linhas gerais, pode-se dizer que o Brasil foi “encontrado” pelos portugueses por volta de 1500 e, inicialmente - devido ao interesse que estes tinham no comércio das especiarias (cravo, canela, sal, noz moscada, pimenta etc, produtos com alto valor comercial na Europa) com a Índia (o entreposto comercial era a cidade de Calcuta), - não vão se interessar pela colonização das terras recém ‘descobertas’⁵. Nota-se, por conseguinte, que a ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum país da Europa, pois, é “o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América” (PRADO JR, 2004, p. 23).

³ Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html> >Acesso em 02/03/2009.

⁴ Trabalhos excelentes, que tratam com precisão de detalhes históricos sobre a educação no Brasil, já estão a disposição de estudantes e professores, entre eles: Demerval Saviani. *Histórias das idéias Pedagógicas no Brasil*, Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

⁵ Para o aprofundamento deste tema recomenda-se um estudo do livro de Caio Prado Junior, *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

É, portanto, no contexto da Grande Expansão Marítima e Comercial da Europa, entendida enquanto necessidade imposta aos países europeus de encontrarem novas rotas e entrepostos comerciais, na finalidade de ampliarem as suas riquezas com o “achamento” de novas colônias, que se encontram as origens da formação do Estado Brasileiro. O *Pacto Colonial* “representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles” (PRADO JR, 1976, p. 123), ou seja, as colônias além de serem obrigadas a fornecerem matéria-prima para suas metrópoles precisavam comprar destas os seus produtos manufaturados.

Interessa, sobretudo, perceber que, juntamente com a chegada do modelo econômico, político, social, adentra no Brasil a cultura europeia e “um dos efeitos do movimento de ideias da Renascença e da Reforma foi a criação e o desenvolvimento muito rápido dos colégios jesuítas nos países de obediência católica” (GAL, 1976, p. 69). Vê-se, desta maneira, a relevância que ocupa a questão religiosa.

Pode-se dizer⁶, segundo Demerval Saviani, que a primeira fase da educação e que caracteriza o trabalho docente no Brasil vai de 1549 até 1759 e, por meio das cartas de José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, têm-se uma fonte valiosíssima de pesquisa. Nestas os missionários descrevem o que se passava no Brasil, a visão que tinham dos nativos e os objetivos que buscavam alcançar. As cartas auxiliam no entendimento, dentre outras coisas, sobre quem eram os índios brasileiros (na ótica dos jesuítas) antes da chegada do colonizador europeu. Percebe-se que esse período liga-se intimamente “à presença e à atuação da Igreja Católica, que para aqui veio logo após o descobrimento, com o propósito de desenvolver trabalho de evangelização missionária” (SEVERINO, 1986, p. 65).

Com base nas cartas escritas pelos missionários se esclarece o tipo de educação que será ministrada e quais interesses ela busca colocar-se a serviço. Conforme se pode perceber nas palavras de José de Anchieta:

Estes entre os quais vivemos estão espalhados 300 milhas (segundo nos parece) pelo sertão; todos eles se alimentam de carne humana e andam nus; moram em casas feitas de madeira e barro, cobertas de palhas ou com cortiças de árvores; não são sujeitos a nenhum rei ou capitão, só têm em alguma conta os que alguma façanha fizeram, digna do homem valente, e por isso comumente dão obediência aos pais quando lhes parece; finalmente, cada um é rei em sua casa e vive com quer; pelo que nenhum ou certamente muito pouco fruto se pode colher deles, se a força e o auxílio do braço secular não acudirem para domá-los e submetê-los ao jugo da obediência (1988, p. 55).

Nesse processo civilizador a Igreja chama para si a responsabilidade para com a conversão dos gentios, conforme Nóbrega “e assim também que as leis positivas não obriguem ainda este Gêntio, até que vão aprendendo de nós por tempo, *scilicet*: jejuar, confessar, cada anno e outras cousas semelhantes” (1988, p. 83, cf. o autor). Constata-se, deste modo, que nesta fase o trabalho docente tinha na catequese sua ideia-força e o eixo pedagógico, “uma vez que os jesuítas consideravam que a primeira alternativa de conversão era o convencimento que implicava práticas pedagógicas institucionais (as escolas) e não-institucionais (o exemplo). As primeiras eram mais visíveis” (SAVIANI, 2008, p. 31). Todavia, entende-se a partir de Gramsci, que o cristianismo jesuitizado foi “transformado em puro narcótico para as massas populares” (1978, p. 34), na medida em

⁶ Contudo, não há um consenso quanto a esta periodização. Antonio Joaquim Severino, por exemplo, divide em três fases a educação brasileira: 1) de 1500-1889; 2) de 1889-1964 e 3) de 1964 até a atualidade.

que o nativo, desrespeitado em sua crença, foi obrigado a aceitar a fé cristã para poder sobreviver.

Ao escrever sobre a primeira fase da educação jesuítica marcada pelo plano de instrução elaborado por Manuel da Nóbrega, Saviani assim se expressa:

O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da colônia (2008, p. 43).

Neste sentido, Caio Prado Junior aponta a infiltração de jesuítas e carmelitas, em particular, pelo vale acima do rio Amazonas iniciado a partir da segunda metade do século XVII e, sem a pretensão de indagar, sobre os interesses que animavam os missionários (se o puro zelo religioso da conversão de almas pagãs; se outros projetos mais amplos e não confessados), afirma:

Quanto aos jesuítas, parece fora de dúvida que tinham na América um plano de grandes proporções: nada menos que assentar nela um imenso império temporal da Igreja Católica e sob sua direção. Não se explica de outra forma a empresa sistemática, e em parte realizada, de conquistar todo o coração do continente sul-americano; o que se revela nesta linha estratégica de missões que se estendem do Uruguai e Paraguai, pelos Moxos e Chiquitos da Bolívia, até o alto do Amazonas e Orenoco (1976, p. 70).

Em consonância, Neves (1992) ao escrever *A grande Empreitada*, enfatiza que o objetivo dos Jesuítas era o de realizar uma “nova civilização no Brasil”. Isto é, o trabalho doutrinário dos jesuítas estava dirigido à dissolução da cultura íncola e seu primitivismo, pois, o interesse era acabar com o hábito dos índios por meio da substituição dos seus moldes vivenciais indígenas pelo modo de organização social e cultural da Europa⁷. Assim, assinala-se que a instrução básica oferecida generosamente aos índios tinha em vista a catequização, afinal, desde esse tempo se percebeu que o convencimento por meio do trabalho educativo é um instrumento muito mais valorativo que a utilização do poder das armas, que além de serem menos eficazes são mais custosas. Dentre os primeiros professores do Brasil⁸ encontramos “os irmãos Antonio Rodrigues, Manuel de Chaves, Fabiano, Antonio, Mateus Nogueira, João de Souza e Gonçalo Antonio; ajuntaram de diversas partes muitos dos filhos dos índios, e os instruíam otimamente nos rudimentos da fé cristã, no estudo dos elementos e no escrever” (ANCHIETA, 1988, p. 48).

⁷ Ao ler os escritos de Nóbrega sobre às condições para que os índios recebessem o Evangelho, e a doutrina de Cristo, Saviani constatou: “de acordo com essa *pedagogia e ética missionária*, a sujeição dos índios precede a conversão, sendo condição necessária de sua eficácia” (2008, p. 44).

⁸ Embora se reconheça a hegemonia jesuítica nas questões educacionais o pioneirismo da educação vinculada a catequização no Brasil se deve aos franciscanos. Conforme Saviani: “esses frades já usavam a técnica de percorrer as aldeias indígenas em missões volantes, unindo a catequese à instrução. Foi essa técnica que mais tarde caracterizou a ação dos jesuítas. Esses franciscanos constituíram recolhimentos que funcionavam em regime de internatos, como verdadeiras escolas que ensinavam, além da doutrina, a lavrar a terra e outros pequenos ofícios” (2008, p. 40).

Com o passar do tempo, vai se formar no Brasil uma pequena elite agrária e serão os jesuítas que irão se dedicar - além da catequização dos *gentios* - à educação dos filhos desta elite que podia pagar pelos ensinamentos oferecidos. Para consolidar tal ensino, os jesuítas especializaram-se desde cedo, segundo Paiva (s/d, p. 01), a organizar seu próprio código pedagógico intitulado de *Ratio Atque Institutio Studiorum*⁹, numa concepção de mundo voltada para a salvação e perfeição das almas próprias e do próximo, utilizando-se da educação no cumprimento desta missão, de acordo com o preceito: “tudo para maior honra e glória de Deus”. Por conseguinte, a evangelização unida à educação fez dos jesuítas os primeiros professores brasileiros especialistas “na ação de instruir e educar, para salvar” (PAIVA, 1981, p. 1).

Maurício Tragtenberg enfatiza a necessidade de “letrados” para dar sustentação ao aparato burocrático de poder instituído a partir da Igreja e do Estado Moderno e aponta para o fato do intelectual ser “domesticado”, de um lado, dentro do contexto das universidades ligadas à Santa Sé e, de outro, “com a emergência do jesuitismo, seu aprendizado passará pelo processo de organização e planejamento de estudos num espírito de obediência - é o sentido da *ratio studiorum* de 1586” (1978, p. 15). Percebe-se a ligação estreita entre religião e educação. A concepção de homem e de sociedade referenda-se em Deus em que tudo está submetido à fé, à edificação da Igreja, à salvação das almas. Toda organização da educação traduz este direcionamento “em que o conceito de homem é o apresentado pela Igreja do século XVI, ou seja, uma referência essencial a Deus de um ser que se caracteriza pelo uso da razão, e esta razão alcança seu apogeu, dedicando-se a seu próprio cultivo, conforme as lições dos antigos, por meio da interpretação cristã” (PAIVA, 1981, p. 2).

Assim, com disciplinas organizadas em blocos e não por ano a educação jesuítica valorizava a oratória (filosofia, teologia, gramática e a memória). Enquanto na Europa se valorizava o saber científico, a ênfase da educação jesuítica era a valorização dos grandes feitos dos santos, da utilização de técnicas de memorização que dava mostra de estarem mais preocupados em formar padres do que os profissionais de que o país precisava. Em tal educação livresca, não havia lugar para o homem prático, pois, não estava voltada para o trabalho que era visto como algo feio, pejorativo, recomendado somente para o escravo.

Cumprir destacar, ainda, que os jesuítas tinham muito poder¹⁰ - os filhos das elites, filhos de senhores de engenho frequentaram suas escolas - e, portanto, o que eles diziam não se questionava e isto incomodava Portugal. A solução para este impasse é fornecida por Marquês de Pombal que propôs a expulsão dos jesuítas para que outro tipo de educação pudesse desenvolver-se. Sobre esta disputa entre o poder secular e o poder eclesiástico, Caio Prado Junior - após destacar as poucas realizações ocorridas até meados do século XVIII, devido às dificuldades empreendidas pelos jesuítas e pelos colonos leigos que os seguiram - afirma:

Nesta época, a administração portuguesa que por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de D. José I, se libertara da influência jesuítica até

⁹ A título de interesse as 467 regras da *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesus* podem ser consultadas e analisadas por meio do livro *História das Idéias Pedagógicas no Brasil* de Demerval Saviani, nas páginas 53 a 59 da 2ª Edição de 2008.

¹⁰ Já desde 1564 a coroa portuguesa adotou o plano da redízima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuítas (SAVIANI, 2008, p. 49). Soma-se à isto “as usurpações que os padres empreendiam contra a liberdade dos índios; a posse dos bens situados nas terras em que eles moravam; a venda das drogas que, por ordem deles, os índios iam buscar no sertão; e a venda das carnes e couros e dos peixes obtidos com o trabalho dos mesmos índios” (idem, p. 74-75).

então dominante na corte, resolve abrir luta contra o poder excessivo dos padres na América, que ameaçava subtrair à coroa portuguesa o domínio efetivo de grande parte da colônia. Em 1755 é abolido o poder temporal dos eclesiásticos nas missões indígenas. As aldeias são entregues a administradores leigos, e os padres conservaram apenas os poderes espirituais. Aliás pouco depois (1759) os jesuítas, que resistiram à secularização das aldeias, são expulsos de todos os domínios portugueses (PRADO JR, 1976, p. 71).

Percebe-se que a educação de viés religioso encaminhada pelos padres jesuítas - voltada para a maior honra e glória de Deus, a salvação e edificação da Igreja - em 1759 cederá paulatinamente espaço para as *aulas régias*. Não obstante, destaca-se que até então, a maior parte das escolas eram dos padres jesuítas e a grande elite brasileira havia realizado sua formação nela. Sendo assim, os professores das *aulas régias* foram formados pelos padres jesuítas e, portanto, este modelo de educação voltada ao aperfeiçoamento da alma produz eco por um bom tempo. Entretanto, após o período jesuítico, observa-se, no que diz respeito à educação, que “havia os mestres particulares, que ensinavam em domicílio, também havia aqueles que criavam ‘classes’, os chamados regentes régios, de primeiras letras ou dos preparatórios” (XAVIER, 2008, p.182).

A exemplo disso cita-se um documento deste período: *Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e Minas* de André João Antonil que ao tratar do *como se há de haver o senhor do Engenho na eleição das pessoas e oficiais que admitir ao seu serviço, e primeiramente da eleição do capelão* descreve a função deste servo que é servir apenas a Deus e “se houver de ensinar aos filhos do senhor do engenho, se lhe acrescentará o que for justo e correspondente ao trabalho” (ANTONIL, 1983, p. 83). Outra passagem que confirma isto é do Congresso Agrícola:

Que sejam creadas em todas as sedes de freguesia e nas capellas, sob a direcção dos parochos, melhor remunerados, as santas instituições das Escolas do domingo, onde, graças ao benéfico influxo da religião, possamos colher a população dispersa pelo campo, fora do alcance das escolas, quando é attrahida as povoações pelo sagrado engodo das festividades religiosas, que tão grande influencia exercem sobre a população do campo (Congresso Agrícola, 1988, p. 56, cf. original)

Constata-se, por conseguinte, dentre outras coisas, a) o caráter religioso presente nesta educação e seu teor de moralidade e preparação para o trabalho; b) e, também, conforme Faria Filho & Vidal, “a dificuldade de num país agrário de convencer os pais da importância de incentivar os filhos aos estudos” (2000, p. 22).

Considerações finais

Dentro desse contexto - em um país em que as pessoas viviam eminentemente no campo - em 1759, foram fundadas as *aulas régias*. Nesse sistema o professor recebia do rei para lecionar em sua própria casa. O Brasil era um país de economia agrícola, com uma população formada por camponeses e escravos em sua maioria. Logo, não havia preocupação com a educação dos filhos como se sucede mais de duzentos anos mais tarde

com o êxodo rural¹¹, que conduz ao aumento do número de habitantes nas cidades. Assim, num ambiente campestre, o acesso à escola era pequeno¹² e a procura por uma aprendizagem voltada para a agricultura não era muito valorizada pela mocidade.

[...] o certo é que os lavradores de um amor mais esclarecido, e que, desejando melhor futuro para seus filhos, os fazem proseguir em seus estudos, os destinam a essas diferentes profissões, e não nos consta que os cursos de agricultura, que possuímos em numero muito inferior as nossas necessidades, sejam sufficientemente freqüentados pela mocidade de um paiz essencialmente agrícola! (Congresso Agrícola, 1988, p. 55, cf. original).

Assim, os reclames do *congresso agrícola* realizado no RJ em que se requisitará uma educação pública para melhorar a qualidade na produção se contrapõem à educação de vertente religiosa, pois, para os *lavradores de Baependy*, a educação primária e secundária deve ser garantida pelo Estado para que o país possa se desenvolver:

[...] e, quando mesmo se realize logo o ideal desejado da intervenção da trindade política – Município, Província e Estado – na distribuição do ensino, ainda se fará preciso a intervenção do Estado no ensino primário e secundario, não só para pagai-os como para inspeccionai-os, simplificando-se, o qual, unido ás distancias que tem de vencer a acção do poder central para se fazer sentir em um paiz vasto como o Brasil, é um obstaculo serio a toda Idea de progresso na ordem moral, como na material, e se acha em flagrante contradição com o prolóquio inglez – time is Money – tempo é dinheiro (Congresso Agrícola, 1988, p. 55, cf. original).

Nota-se, a partir do exposto, a ênfase dada ao processo de ensino e aprendizagem enquanto aquele que vem para ‘salvar’ o Brasil de seu atraso e elevá-lo ao mesmo patamar de desenvolvimento das nações europeias.

Assim, numa sociedade escravocrata, dualista, observa-se os dois tipos de educação oferecidas. Uma para os filhos da elite, os bem nascidos, explicita-se a educação para o mando; enquanto, para os filhos da classe trabalhadora, temos a educação para a obediência, para a civilidade, para o respeito das regras estabelecidas.

Em suma, a partir de uma análise com base nas categorias de totalidade e contradição, a relação de lutas de classes adquire visibilidade. É nesse contexto em que o trabalho docente foi realizado, em grande parte, com a intervenção da Igreja Católica e seus interesses.

Referência bibliográfica

ANCHIETA, J. Breve narração das coisas relativas aos colégios e residências da companhia nesta providência brasílica, no ano de 1584. E informes da Providencia do

¹¹ No Brasil, o êxodo rural intensificou-se a partir da década de 1970 e, com isso, a população da cidade aumentou a ponto de superar a população radicada no meio agrícola. Paralelamente a este fato cresce a demanda por escolas.

¹² Segundo o Congresso Agrícola eram 1.583.705 as crianças em idade de freqüentarem a escola e que o Estado tinha a obrigação de atender, fora os adultos analfabetos. Entendiam que o futuro da pátria dependia da educação (p. 56).

Brasil para padre – 1585. In: **Cartas: Informações fragmentadas histórico e sermões**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CONGRESSO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

FARIA FILHO, Luciano; VIDAL, Diana. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Maio/Junho/Julho/Agosto, n. 14, 2000.

GAL, Roger. **História da Educação**. Prefácio de Rogério Fernandes e notas finais de Rogério Rodrigues. Lisboa: Vega Universidade, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Obras Escolhidas**. Tradução de Manuel Cruz; revisão de Nei da Rocha Cunha, São Paulo: Martins Fontes, 1978.

NEVES, Fátima Maria. **A grande empreitada**. Apontamentos, n. 1, Maringá, EDUEM, jan. 1992, p. 45-67.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.

PAIVA, Vanilda. **A Escola Pública Brasileira No Início Do Século XXI, lições da história**. In: PAIVA, Vanilda. A escola pública no Brasil: história e historiografia. José Claudinei Lombardi, Demerval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento (Orgs), Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDR, 2005.

PRADO Jr, Caio. **História Econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

TRAGTENBERG, Maurício. A escola como organização complexa. In: **Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento**. Walter E. Garcia (organizador). São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**. A constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1930-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.

Site: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html>> Acesso em 02/03/2009.

POSSIBILIDADES E LIMITES DO ENSINO EMANCIPADOR: TECENDO IDEIAS NA CONTEMPORANEIDADE DA ESCOLA BRASILEIRA

Iris Cherubini¹

Resumo: O Projeto Neoliberal promoveu impactos significativos na estrutura educacional brasileira. No entanto, forças dominantes defendem o Projeto na tônica do discurso dos critérios que gerenciam a gestão escolar como sendo eficientes, pois garantem a formação de trabalhadores/trabalhadoras mais disciplinados e comprometidos com a produtividade econômica do país. Como exemplo de crítica aos Projetos Políticos que orientam os programas para a educação brasileira buscamos leituras em István Mészáros (2008), Pablo Gentili (1993) e Enguita (1993) que analisam a política educacional na totalidade histórica do processo de construção da escola brasileira. De acordo com esses estudiosos é de grande relevância defender e debater sobre projetos alternativos para o ensino brasileiro, que possam abordar o viés emancipador da educação. É com essa perspectiva que concordamos com os pesquisadores acima, que observam os espaços da Escola Pública Brasileira como uma “ampliação” restrita e deficitária da estrutura educacional imposta. Diante dessa problemática social se faz necessário implementar políticas educacionais voltadas à educação emancipadora, que impliquem pelos direitos na igualdade de condições para o ensino de qualidade, integral e libertador. Sendo de direitos preconizados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 206, incisos I, VI e VII. Dessa maneira imputa-se aos trabalhadores e trabalhadoras discutir e questionar a estrutura de ensino brasileiro.

Palavras-chave: Projeto Neoliberal. Ensino Emancipador. Escola Pública Brasileira.

Introdução

O medo do oprimido, como indivíduo ou como classe, que o inibe de lutar. (...) Por isso é que, por n razões, estando às lideranças num nível diferente, maior, de ‘imunização’ ao medo, que afeta as maiorias, se devem impor uma forma especial de lidar com aquele medo.

Paulo Freire

Nos anos 90, o Projeto Neoliberal promoveu impactos significativos na estrutura educacional brasileira. No entanto, forças dominantes defendem o Projeto na tônica do discurso de critérios que gerenciam a escola como sendo eficientes, pois garantem a formação de trabalhadores disciplinados e comprometidos com a produtividade. É importante não pensar de forma restrita, mas sim entender a necessidade urgente de ser da educação popular. Contudo, as possibilidades de implementação dessa educação requer encaminhamentos metodológicos que levem em conta as várias formas e situações atuais da escola pública brasileira. Em vista disso, a educação pode ser tanto uma forma de

¹ Graduada em Pedagogia pela UNIOESTE.

libertação ou de opressão. Entre os questionamentos a serem feitos sobre as limitações e possibilidades dessa concepção educacional podemos citar: como a educação para emancipação poderá ser pensada e estruturada nos espaços vigentes? Como ocorrerá a formação sistematizada dos sujeitos na e da escola? Quais são as “ideologias” neoliberais a serem rompidas e que norteiam as políticas públicas para as escolas públicas e estatais?

Partindo desses pressupostos, buscamos abordar o tema utilizando a pesquisa qualitativa, fundamentada nas leituras dos diagnósticos de pesquisadores da educação brasileira, entre eles: István Mészáros (2008), Pablo Gentili (1993) e Enguita (1993), que analisam a política educacional na totalidade histórica do processo de construção da escola brasileira. De acordo com esses estudiosos, é de grande relevância defender e debater sobre projetos alternativos para o ensino brasileiro, que possam abordar o viés emancipador da educação. Dessa forma, a abordagem adotada foi a Materialista Histórico Dialética, a qual busca propor possibilidades, desafios e limitações para implementar diretrizes para educação escolar inspirada em ideais de emancipação humana.

O objetivo deste trabalho é de servir como base teórica para instigar discussões sobre a educação popular no espaço acadêmico e nas comunidades escolares sobre as peculiaridades da educação de fundamentação libertária, bem como tratar sobre os desafios e possibilidades de implementação de um projeto político-pedagógico na perspectiva da autogestão democrática, ou seja, educação popular nos limites do sistema econômico do capital.

Nessa ótica capitalista voltamos a recuperar o objetivo do neoliberalismo para com o ensino público brasileiro. Sendo a escola pública configurada, formatada em tempo e espaço para preparar corpos disciplinados em espíritos dóceis, em que Foucault denomina de Microfísica do Poder, pois para ele, o poder não é algo que se possui, é exercido em rede. Nessa perspectiva, a escola é dos espaços para o exercício das relações do poder estatal.

No atual contexto histórico, verificamos que o ensino escolar público vai de encontro aos interesses de emancipação da classe trabalhadora brasileira, a qual participa ativamente das contradições sociais inerentes à escola. Ao encontro de diretrizes ditadas pelos órgãos internacionais a estrutura escolar brasileira sustenta-se nos moldes elitistas de sociedade urbano industrial, incentivando o consumo, o individualismo e a competitividade de mercado.

Educação Popular: Utopia ou Necessidade?

O ideário neoliberal na área da educação carrega conceitos elitistas e contraditórios, isto é, a “defesa” por um ensino universal, democrático e público faz parte comumente dos discursos políticos. Porém, o que observamos historicamente é o resultado de uma escola dualista, em que aos pobres uma escola pobre, um ensino precário e, do outro lado, um ensino para elite. Dessa maneira, o ensino dualista reforça e sustenta o distanciamento do Estado em cumprir o seu dever. Entretanto, os discursos sobre “qualidade” de ensino público são um tanto ambíguos. Diante dessa afirmação levantamos as questões: qual a qualidade que tanto falam? Será que a lógica está embasada no modelo taylorista de administração? A “qualidade” se refere à racionalidade e otimização do trabalho pedagógico?

Dessa forma podemos constatar que as políticas para educação cumprem no limite a sua função, ou seja, de fornecer o ensino elementar para os filhos dos trabalhadores brasileiros.

Diante disso, a Educação Pública brasileira na sua dialética histórica nos remete às primeiras décadas do século XX, na qual o ensino público e gratuito, ofertado pelo governo foi uma conquista dos trabalhadores imigrantes, oriundos da Europa, mas, por outro lado, se baseava em processos alienantes que se intensificaram na contemporaneidade social brasileira.

Para Mézaros:

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como reificação) porque o capital não pode exercer suas funções metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social (2008, p. 59).

Todavia o ensino público no Brasil só foi possível por causa de mobilizações das classes populares, que apoiadas pelos sindicatos discutiam com o Estado a implantação de escolas públicas urbanas e rurais para os filhos dos trabalhadores. Nas exigências também estavam as criações de escolas gratuitas. Contudo, já havia escolas gratuitas desde o período de império e nos anos de República.

Entretanto, a “falta” de leis para diretrizes educacionais culminou no afastamento do Estado e consequentemente contribuiu na desobrigação estatal para o cumprimento de seus deveres. Diante disso, a participação dos governos foi lenta e acanhada, refletindo numa instrução pública capenga. Apesar da expansão de escolas elementares, o índice de analfabetismo era alto.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) observamos uma mobilização social para a educação popular. Nesse contexto acontece uma reorganização das estruturas econômicas, que passam a vigorar no espaço urbano. Isso provocou uma nova organização social dos trabalhadores, que associados aos movimentos sindicais exigiam educação popular. Nessa ótica as escolas seriam mantidas pelos trabalhadores e funcionariam em galpões, sendo gestadas por eles. O fundamento epistemológico estava sob a concepção de educação emancipadora.

Como características principais defendem: ensino laico, emancipador, embasado na autoridade do professor, porém sem o autoritarismo do Estado, da igreja e de nenhum membro da escola. O currículo não estaria vinculado à proposta educacional do Estado, mas sim disposto em diretrizes próprias e comuns, objetivando a formação de sujeitos politicamente engajados para a conquista da emancipação humana.

A escola popular visava a formação de sujeitos humanizados, solidários e conhecedores dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, desvinculada de ideologias elitistas. Baseando-se na dialética marxista, o ideário popular era o de romper com a educação voltada para os interesses dos meios de produção. Esses têm os seus objetivos permeados em políticas de Estado que implantam leis e diretrizes para o ensino público.

O ensino público tem como característica principal preparar os filhos dos trabalhadores para suprir a mão de obra. Com essa característica, a escola fragmenta os conhecimentos em disciplinas, que por muitas vezes não são trabalhadas na forma interdisciplinar.

De acordo com Brandão:

Ao contrário do que tipologias acostumam apontar aqui e ali, a educação popular não é uma variante ou um desdobramento da educação de adultos. Frente a um modelo de origem européia, internacionalizado com paradigma legítimo de trabalho com as classes populares através da educação e, finalmente, rotinizado como instituição de trabalho pedagógico consagrado, a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. Ela “pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular” (2006, p. 75).

Em meio às contradições existentes crescem ervas daninhas, que espalham efeitos deletérios na forma de meritocracia e de culpabilidade nos sujeitos envolvidos, a saber, professores, alunos, gestores, familiares, entre outros. Ficando esses efeitos diluídos nos cursos de formação de professores, educação à distância, projetos em parcerias com universidades, palestras, entre tantos. O debate estabelece a reflexão sobre esse contexto escolar brasileiro e aponta o afastamento do Estado.

Neoliberalismo na Educação

Do ponto de vista neoliberal, a partir da década de 1990, o papel estratégico da escola é o de instrumentalizar minimamente as forças de produção, organizando a estrutura de ensino. Ou seja, focados na administração científica.

Nesse sentido, as escolas não preparam os estudantes para o exercício da cidadania, mas sim para a “competitividade” do mercado globalizado. A transmissão ideológica do livre mercado e da livre iniciativa é propagada nos espaços escolares.

Ainda recorrendo a Mézaros:

Nessa perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (2008, p. 45).

As estratégias e intencionalidades desenvolvidas nas gestões neoliberais são ratificadas e concretizadas nos espaços escolares, se materializam na retórica do Estado que aligeira o processo educacional por meio de cursos profissionalizantes e centros de treinamento para término de estudos. Ao mesmo tempo que articulam as diversas modalidades de ensino, fomentam e promovem ações em parceria com movimentos sociais, municípios, instituições privadas, empresas, focando as privatizações no campo educacional. Verificamos que campanhas veiculadas pelas ONGs em parcerias com a rede Globo de televisão, como por exemplo, o “Amigos da Escola”, facultam responsabilidades à “sociedade civil” para a “universalização” do ensino “democrático”, ora, podemos justificar por meio desses programas de políticas sociais o interesse elitista para com a “qualidade” de escola aos filhos da classe trabalhadora.

A essas campanhas e sistemas de apadrinhamento, Pablo Gentili denomina de indícios de privatização. De acordo com essa estratégia de Estado, o processo educacional público se afasta intencionalmente da educação pública, o que favorece a instalação de

“sentimentos” de insatisfação. Porém, esses aos poucos são cooptados pelos discursos políticos eleitoreiros. Verificamos essa afirmativa quando Saviani analisa a LDB, sancionada e aprovada em 20.12.1996, que anuncia:

Com efeito, em todas as iniciativas de política educacional, apesar do seu caráter localizado e da aparência de autonomia e desarticulação entre elas, encontramos um ponto comum que atravessa todas elas: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com iniciativa privada e as organizações não governamentais (1997, p. 200).

Cidadania: Conquistando a escola democrática de fato

A efetivação de políticas educacionais que formem por meio do ensino público cidadãos e cidadãs comprometidos com a transformação social talvez se encontre numa utopia, mas é por ela que discutiremos novas perspectivas para o exercício da democracia. Concordando com o professor Paulo Freire, ser principal objetivo a formação do caráter político do educando. Entretanto, o que é ser cidadão no molde capitalista?

Conforme Covre,

Ser cidadão é ser sujeito que tendo direito à vida no sentido pleno, procura constituí-la coletivamente não só atendendo às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis da existência, inclusive o mais abrangente, o papel do homem no universo (1993, p.5).

A educação tem como função básica a formação ética e cidadã, em que educar é humanizar, é promover o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade no processo histórico. Gentili argumenta sobre o exercício da cidadania na prática educacional institucionalizada, da seguinte maneira,

O exercício da cidadania significaria transmitir a todos os direitos que formalmente lhes são reconhecidos. A educação, a partir desse enfoque, deveria ser vista como um mecanismo de difusão, de socialização e de reconhecimento dos direitos (civis, políticos e sociais) que definem o campo da cidadania. Uma ação pedagógica destinada ao aprendizado da Constituição e das leis permitiria, por exemplo, consolidar e desenvolver nos indivíduos a autopercepção de sua condição do sistema democrático e de suas instituições (1997, p.75).

Escola Democrática e Emancipadora: Limites e Possibilidades de Implementação na Tônica da Administração Neoliberal

Entendemos que os limites impostos pelo projeto neoliberal do capitalismo nos remetem a leituras criteriosas sobre a reorganização social e conseqüentemente a buscar fundamentação em teorias administrativas, para desenvolvermos outros paradigmas de educação pública.

No contexto do processo industrial iniciado no final do século XIX e início do século XX, o trabalho assume características peculiares, ou seja, se conforma à nova organização econômica e política. E, nessa perspectiva, o trabalho coletivo se afirma e provoca uma perda do processo fabril, antes visto nas manufaturas. Para que o processo se

consolidasse, alguns estudiosos da Administração Científica programaram mudanças objetivando o aumento na produção. Portanto, a intervenção dos princípios da administração foi incorporada pelo aparelho burocrático de ensino.

A teoria científica que revoluciona o trabalho é conhecida por Taylorismo. Essa teoria administrativa foi iniciada Frederick W. Taylor (1856-1915), fundamenta-se em métodos da racionalização do trabalho, ou seja, realiza-se a transposição da teoria social positivista para o espaço escolar.

Considerações Finais

Nos últimos meses acompanhamos situações pouco vistas no Brasil. Grupos organizados em passeatas nas ruas em protestos, que revelam o descontentamento com a administração pública em várias instâncias. Esse movimento percebido nas ruas do país revela a inoperância de políticas públicas.

As etapas pelas quais vem passando a discussão na qualidade e democratização do ensino brasileiro urge a busca de paradigmas que rompam com as intencionalidades elitizadas representadas nas políticas educacionais. Ao encontro das possibilidades de mudança, busca-se por meio da dialética marxista articular possíveis níveis de apropriação sobre a função da escola na sociedade brasileira.

Referência bibliográfica

BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **O que é educação popular**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ENGUITA, M. F. **Trabalho, Escola e Ideologia** - Marx e a Crítica da Educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 28ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1997.

MANZINI-COVRE, Marilou. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5ª ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.

“SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ - SRP” CONFLITOS ENTRE PROPRIETÁRIOS E TRABALHADORES RURAIS NAS DÉCADAS DE 1950-60

Juliana Valentini¹

Resumo: Os grupos de empresários rurais têm constituído, ao longo dos anos, um conjunto de entidades que institucionalmente os vem representado em diferentes momentos históricos. A Associação Rural de Londrina-ARL é uma dessas entidades, reivindicou para si a condição de portadora da fala legítima do setor patronal rural no estado do Paraná. Fundada em 1946 na cidade de Londrina com o nome de *Associação Rural de Londrina-ARL*, foi renomeada na década de 1960 de *Sociedade Rural do Norte do Paraná* e, em 1970 de *Sociedade Rural do Paraná-SRP* como permanece até os dias de hoje. Durante todos esses anos a SRP desempenhou um papel importante como arregimentadora de projetos da fração de classe patronal rural. Teve e ainda tem grande influência política na região e no estado do Paraná. Por meio da atuação dos seus representantes, inseriu-se em agências do Estado, defendeu políticas específicas para o setor e projetos para a classe. Diante de uma diversidade de questões, a agremiação atuou de forma intensa e efetiva juntamente com outras entidades da sociedade civil, mobilizou quando necessário amplos setores da sociedade em torno de suas demandas. O objetivo deste artigo é apresentar algumas das bandeiras e mobilizações da SRP frente à legislação trabalhista, entre os anos de 1950 e 1960.

Palavras-Chave: conflitos sociais; organização patronal rural; Sociedade Rural do Paraná

É pertinente, ao tratar do período de fundação e organização da entidade patronal estudada, chamar a atenção para as formas de luta e resistência dos trabalhadores rurais. Por isso, direcionar-se-á a atenção para o acirramento dos conflitos sociais no momento em que se organizou essa fração de classe. A ocorrência de manifestações organizadas pelas Ligas camponesas em 1946, de conflitos armados na luta pela propriedade/posse de terra, especificamente em Jaguapitã e Porecatu em 1948, e a proliferação de sindicatos dos trabalhadores a partir da década de 1950 em toda a região sul do Brasil, contribuíram com as discussões sobre questões fundamentais, principalmente a ampliação da legislação trabalhista e a reforma agrária.

No âmbito das organizações patronais, mobilizações vinham sendo promovidas com intuito de afastar os trabalhadores de tais organizações (sindicatos, ligas). Uma dessas estratégias passa a ser amplamente noticiada pela imprensa e debatida no parlamento estadual a partir do ano de 1950 e com maior ênfase em 1954. Trata-se de um Projeto de Lei proposto pelo deputado e Promotor Ruy Cunha, membro da primeira diretoria da ARL, denominado de “Patronato Agrícola”.

Esse projeto voltou à baila em meio a um contexto em que trabalhadores rurais organizavam-se e lutavam pelo direito da posse da terra, melhores salários, contratos

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da UNIOESTE. Bolsista pela CAPES. E-mail: julianavalentini@yahoo.com.br. Orientador Dr^o. Paulo José Koling.

agrícolas e condições de trabalho. Como se noticia em panfletos que circularam por municípios do norte do estado, os trabalhadores estavam organizados nas chamadas “Comissões de Reivindicações dos Trabalhadores Rurais”, dos municípios de Mandaguari, Rolândia, Londrina, Sertãozinho, Jataizinho e Porecatu, sob influência do Partido Comunista Brasileiro – PCB.

Nesses panfletos são encontradas orientações aos trabalhadores rurais, arrendatários, empreiteiros e pequenos proprietários sobre várias questões ligadas ao trabalho e à relação com os proprietários/patrões, como, por exemplo, desde o valor que deveria constar nos contratos de trabalho nas lavouras de café, até o cultivo de alimentos de subsistência dentro da lavoura. Aos arrendatários, recomendações quanto às porcentagens a serem pagas aos proprietários, aos contratos enganosos, ao tempo de empreita da terra e, de modo mais enfático, a necessidade de organização dos pequenos proprietários para manterem-se no campo (Departamento de Arquivo Público do Paraná. (DOPS)1949, p.22).

Nesse sentido, a proposta apresentada por Ruy Cunha pode ser compreendida como uma medida necessária para conter demandas sociais existentes, que poderiam levar os trabalhadores a buscar nas Comissões, apoio e orientação para se organizarem. Além disso, o "Patronato Agrícola" deveria ser de um órgão completamente aparelhado ao governo do estado. A função desse órgão seria de mediar, por meio da “conciliação”, os conflitos entre trabalhadores e patrões. Dessa forma, evitando que essas demandas viessem a enraizar-se no seio da vida social em forma de movimentos sociais organizados.

A efetividade desse órgão e os prováveis mecanismos de favorecimento não serão considerados aqui, apenas o contexto social que exige uma nova postura dos patrões diante da luta dos trabalhadores e que se reflete nas suas formas de organização. No mesmo ano de 1954, há a criação na ARL dos departamentos de “Assistência ao Trabalhador” e “Jurídico” para prestar serviço e orientação aos proprietários associados à entidade, evidenciando assim o seu caráter de classe.

Ainda no ano de 1954, a ARL lançou uma proposta para a abertura de financiamento do governo federal por meio de Carta de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, para várias demandas, entre elas a da construção de escolas rurais. Oferecer alguns benefícios aos trabalhadores rurais configura-se numa exigência diante da conquista de direitos pelos trabalhadores urbanos. Nesse momento havia o receio de que os trabalhos na cidade se tornassem mais atraentes e acarretassem na perda de mão de obra para os trabalhos rurais em virtude da busca por melhores condições de vida e de trabalho. A proposição de medidas como essa não colocou em jogo a manutenção da estrutura desigual do campo, ao contrário, tinha a função de alimentá-la.

O interesse da ARL em reivindicar políticas de assistência do trabalhador, como a implementação de hospital rural, escolas, o Patronato Agrícola, entre outras, foram tentativas de manter os trabalhadores no campo. Essa fração de classe defendeu algumas melhorias para os trabalhadores como estratégia para não perderem trabalhadores para as atividades que exigiam muita mão-de-obra, diante da promulgação da CLT para os trabalhadores urbanos.

A ampliação do assalariamento como forma do contrato social entre capital/trabalho e a promulgação dos direitos trabalhistas no universo urbano-industrial colocou o desafio de garantir a permanência dos trabalhadores no meio rural. Defender essa permanência era imprescindível para garantir a produção da cafeicultura, a condição social dos cafeicultores (proprietários), o domínio da terra e a acumulação de capital. Nesse contexto, a “concessão” de algumas melhorias, ainda que pontuais, foram necessárias para a manutenção de uma dada ordem social no campo.

Um conjunto de matérias, publicadas na imprensa nos anos 1950, nos dão indícios do clima de tensão que havia entre patrões e trabalhadores, da sindicalização dos trabalhadores, parceiros, meeiros, sob influência do PCB. Além das campanhas contra a sindicalização do trabalhador rural, foram publicados no jornal Folha de Londrina, um conjunto de advertência aos trabalhadores e lavradores “explicando” o que poderia acontecer caso procurassem a justiça. Entre os “avisos” estavam: perda de dias de trabalho e da remuneração destes, possível desemprego, pagamento das custas do processo caso fossem derrotados, a perda da casa em que moravam, da terra em que plantavam, da “amizade do patrão” e das “facilidades” que este “oferecia”, como o adiantamento da remuneração em casos de doença ou extrema necessidade. As matérias apresentavam como exemplo os casos em que os trabalhadores da região entraram na Justiça em busca de direitos trabalhistas (férias, salários, descanso semanal) e não eram atendidos, tentando, dessa forma, desencorajar os trabalhadores da busca de qualquer reivindicação. Em outros casos abriam espaço para a fala de “especialistas” para orientar sobre os “perigos da sindicalização” como o delegado regional do trabalho, juízes e promotores.

As fortes e permanentes campanhas anticomunistas promovidas na região norte do Paraná tiveram repercussão e apoio de entidades de outros estados. Um dos porta vozes da ARL, o deputado Hugo Cabral, pede apoio e providências para conter a sindicalização. Em meio ao discurso pronunciado em 1956 contra a atuação do “Sindicato dos Colonos e Classes Anexas”, no município de Londrina, argumentou sobre a situação de irregularidade dos sindicatos dos trabalhadores diante do não reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Leu telegramas enviados pelas associações (ARL e ALNP) do norte do Paraná. Nestes adverte-se sobre “o risco de grande prejuízo da classe rural”, devido à resistência dos trabalhadores em voltar ao trabalho antes de terem negociado suas reivindicações. “Pedimos urgentes providências contra esses agitadores, pois não cabe culpa aos colonos, que estão sendo enganados” (Folha de Londrina 21/07/56).

Frente à intensificação dos movimentos dos trabalhadores, frações da classe dominante, passam a criar estratégias para fazer frente às mobilizações. Está sempre presente o argumento de que os colonos eram enganados, ludibriados, por “elementos comunistas”, seja na fala dos membros da entidade ou por meio dos seus representantes em agências da sociedade política, por meio de jornais, rádio e discursos públicos.

Nos pronunciamentos da diretoria da ARL, esta criticava a sindicalização dos trabalhadores rurais a partir da influência comunista, alegando falta de maturidade dos mesmos, que eram enganados e iludidos por pessoas de fora. Segundo eles, a presença de comunistas nos sindicatos estava ameaçando a estabilidade da relação entre trabalhadores e patrões, ameaçando a produtividade da economia da região. Para conter o avanço dos conflitos no campo, a sugestão apresentada nessa reunião pelas entidades foi a atuação do Ministério do Trabalho, através dos sindicatos atrelados ao estado, que tutelariam os trabalhadores na tentativa de afastá-los de possíveis influências comunistas.

Em âmbito municipal, a Câmara dos Vereadores recorreu junto ao Secretário e Justiça do Estado, ao governador do estado Moyses Lupion para “tomar providencias enérgicas e imediatas contra elementos comunistas confessos que vêm subvertendo a ordem nos meios rurais, insuflando trabalhadores [à] revolta e ao abandono [do] trabalho com destruição de lavouras, criando clima perigoso ao desenvolvimento da região.”(Departamento de Arquivo Público do Paraná (DOPS) n° 15637 p.51). Com vistas a “contornar” localmente as lutas sociais que se manifestavam por meio dos constantes processos, os membros da ARL adotaram estratégias que visavam a impedir que os colonos procurassem os tribunais. Criaram em 1959 uma Junta de Particular Conciliação para buscar acertos entre as partes sem dispêndio.

Como fruto das pressões dos sindicatos e das ligas camponesas em 1963 foi votado e aprovado no Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, sob ampla oposição dos setores patronais rurais. Houve nesse período na região norte do estado um grande aumento das ações trabalhistas levadas à Justiça Trabalhista por trabalhadores assalariados ou não (PRIORI, 2000).

Em pronunciamentos feitos pelo então presidente da ARL Omar Mazzei Guimarães no decorrer de 1963, este afirma que as políticas adotadas pelo governo, tributos para os produtos exportados, impostos estaduais e específicos do café e algodão entre outros tem tornado o setor agrícola "sofrido" e "incapaz" de arcar com o ônus trabalhista.

Os direitos trabalhistas foram para um amplo contingente de trabalhadores uma "faca de dois gumes" (PAULINO LOPES, 1982). Pois, se por um lado estendiam aos trabalhadores rurais o reconhecimento de direitos como salário mínimo, férias, décimo terceiro salário, descanso semanal, por outro, possibilitaram a criação do trabalhador volante ou boia-fria, cuja contratação temporária permitia que fossem descumpridos os benefícios do estatuto. A mesma legislação que garantia benefícios sociais expulsava os trabalhadores do campo, que eram recontratados sem garantias trabalhistas (ARIAS NETO, 1995, p. 69-82).

As décadas de 1960 e 70 foram marcadas pela atuação dos proprietários de terra na expulsão de moradores parceiros e colonos em resposta às reivindicações que os trabalhadores rurais passaram a ajuizar na justiça. Para dar suporte jurídico aos seus associados, a ARL criou, ainda na década de 1950, o Departamento Jurídico. Esse serviço prestado pela ARL atendeu no ano de 1968 cerca de 18 consultas mensais sobre questões trabalhistas (SRP, Ata 31/05/1968). Esse dado indica o enfrentamento cotidiano que teve por base a legislação existente, a partir da qual os patrões eram chamados a responder.

Nesse período os proprietários da região apresentaram alternativas como a redução da força de trabalho por meio da utilização maquinários agrícolas ou da alteração da produção do café para culturas que exigissem menos mão-de-obra ou mão-de-obra sazonal (FOLHA DE LONDRINA, 18/06/1966).

Com o golpe de 1964 os proprietários interessados na expulsão de trabalhadores das propriedades e na contratação de mão-de-obra volante puderam agir sem a intervenção dos sindicatos e greves dos trabalhadores, que marcaram o período precedente. Os sindicatos já vinham sendo perseguidos e criminalizados pela classe dominante, que forjava imagens negativas sempre relacionadas ao perigo e à ameaça comunista. No pós-golpe, as prisões, intimidações, perseguições e criminalização de pessoas ligadas a organizações dos trabalhadores deram início a uma fase de repressão aberta na vida política da região.

Se entre a década de 1940 e 1950, a entidade buscou encontrar maneiras de manter os trabalhadores no campo, com receio de que parte da mão de obra migrasse para outros setores, buscando ser contemplada pelos benefícios da legislação trabalhista. Em 1963, após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, a política da entidade em relação aos trabalhadores passa a ser outra. Para os patrões não havia mais porque manter os trabalhadores vivendo na propriedade, isso implicaria em adaptar-se à legislação trabalhista. Desse modo, a ARL passa a apoiar e justificar a expulsão dos colonos, parceiros e meeiros da propriedade, a criticar o estatuto, sugerir alterações, alegando a impossibilidade de cumprir a lei. A alternativa apontada para o trabalho no campo foi a utilização de mão-de-obra das cidades.

O capital que não pode reproduzir-se sem a força de trabalho passou a dispensar grandes contingentes de mão de obra, alterou a dinâmica de produção, dividiu o trabalho, socializou a produção, por meio da intensa implementação de técnicas. Nessa rearticulação

do capital, a mão de obra passou a ser removida de seu local de trabalho e as antigas formas de organização social mudaram.

Esse cenário evidencia as diferentes faces do desenvolvimento capitalista e da lógica de reprodução do capital. Por um lado houve intensa concentração fundiária, que ocorreu mediante a expulsão de parceiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários que perderam as terras nas quais trabalhavam. A separação entre o trabalhador e o que necessita para trabalhar (terra, máquinas, ferramentas) o subjuga, e ele passa a ter como única forma de vida a venda da força de trabalho, que ocorre de modo precário e fora de qualquer benefício da legislação trabalhista.

Referência bibliográfica

LOPES, Ana Yara Paulino. **Pioneiros do Capital:** a colonização do norte novo do Paraná. São Paulo: Universidade de São Paulo USP FFLCH, 1982. (Dissertação (Mestrado)).

NETO, José Miguel Arias. **Pioneirismo:** Discurso Política e Identidade Regional. História e Ensino. Londrina, 01: 69-82, 1995.

ATA da reunião de constituição da Junta Particular de Conciliação e de posse de seus membros realizada na sede da Associação Rural de Londrina. 31/05/1968.

FOLHA DE LONDRINA. **Preço do café:** produtor antevê desemprego e crise na região. 18/06/1966

PRIORI, Angelo. **O Protesto do Trabalho:** história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná : 1954-1964. Maringá: Eduem, 1996.

PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná - DEAP. (DOPS). Apelo aos camponeses do Paraná. 1949. **Dossiês Temáticos:** Ligas Camponesas. N.º 02548.

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E OS DESENCONTROS INTERNOS DO REGIME MILITAR

*Kely Cristina Enisweler*¹
*Kellys Regina Rodio Saucedo*²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar um breve histórico do período que compreende os anos de 1964 a 1985 na história do Brasil, tacitamente descrito como a fase dos anos de chumbo ou da Ditadura Militar. A investigação de viés qualitativo empreendeu o campo da pesquisa bibliográfica sobre os movimentos de resistência que afloram no país e as inter-relações com o depoimento de mais de 30 pessoas envolvidas diretamente com a resistência à ditadura, que apareceram no filme *Tempo de Resistência*, dirigido por André Ristum. Os resultados indicaram para presença do movimento dialético entre o vivenciado no passado e sua explicitação no presente; configurando a identidade mascarada pela propaganda militar e, denunciada nas memórias de longa duração, adquirida e experimentada por sujeitos que vivenciaram a truculência desse período da história brasileira. No filme estão os registros de testemunhas oculares senão de todo processo ditatorial, da sua parte mais violenta.

Palavras-chave: Governos Militares, Movimentos de Resistência, Política e Economia.

Introdução

O período que compreende os anos de 1964 a 1985 na história do Brasil é tacitamente descrito como a fase dos anos de chumbo (MACHADO, 2006) ou da Ditadura Militar. O espaço de tempo é lembrado por significativos avanços industriais, grandes obras civis (Itaipu Binacional, Usina Nuclear de Angra I, Transamazônica), do duvidoso, porém evidente milagre econômico. Momento eivado de memórias e sensações de segurança, à custa do fim de uma breve época de democracia nacional, também, à mercê da truculência e da ausência dos direitos civis, da estabilidade econômica, promovida pelo crescimento da dívida externa e de uma população conduzida pelos meios de comunicação que desenhavam seu engodo no Tricampeonato da Seleção Brasileira de Futebol.

Numa visão simplista dos acontecimentos afirmar-se-ia que a Ditadura Militar administrou o plano econômico, privilegiando a elite; e social, massacrando os ganhos da massa populacional. Entretanto, de fato o que aconteceu foi uma forte ação ideológica. As marcas de resistência que, atualmente, aparecem nos depoimentos de ex-jovens guerrilheiros permitem nuances do massacre brutal contra os que ousaram (e de alguns que nem mesmo ousaram) se opor ao regime militar, vários torturados e mortos nos porões do DOI-CODI.

¹ Acadêmica do 4º ano do curso de Pedagogia/UNIOESTE. Bolsista CNPq. kelyenisweler@hotmail.com.

² Aluna do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação/CECA/UNIOESTE. Bolsista CAPES/DS. gildone@hotmail.it

Nas linhas que seguem pretende-se apresentar alguns elementos para reflexão do contexto histórico que deixou registrado linhas profundas e sangrentas na sociedade brasileira.

A Ditadura Militar

A frequente disputa entre as diversas expressões políticas do país culminaram na perda de controle governamental do presidente Jango. Leonel Brizola frente à campanha esquerdista pressionava para a aceleração e o aprofundamento das reformas, e a direita, representada mais expressivamente pelos militares, articulavam a intervenção contra o que eles denominaram de República sindicalista. Jango buscando o apoio das massas urbanas e do movimento sindicalista anunciou o Plano de Reformas. A resposta veio na semana seguinte no movimento organizado pelas senhoras católicas conservadoras chamado a Marcha da Família Com Deus pela Liberdade, aproximadamente 500 mil pessoas participaram em São Paulo.

O caminho para o golpe estava desenhado. Magalhaes Pinto, governador de Minas e líder da UDN com o apoio dos governadores Ademar de Barros (São Paulo) e Carlos Lacerda (Rio de Janeiro) elaborou um manifesto rompendo com o presidente Jango. Na madrugada de 1º de abril as tropas dos generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes voltaram suas forças para depor Jango no Rio de Janeiro. O presidente viajou para a resistência no Rio Grande do Sul, mas sem encontrar concordância com os líderes do local resolveu refugiar-se no Uruguai. Podemos afirmar que “[...] a deposição de João Goulart teve duplo significado para o país: marcou o fim do período populista, iniciado em 1930 com Vargas, e o término do primeiro intervalo democrático, iniciado em 1945” (MORAES, 1998, p. 478).

O General Humberto Castelo Branco, inaugurou a sequência de presidentes militares, em 15 de abril de 1964, após ser decretado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que conferia ao Congresso o poder de eleger o presidente. O governo anunciou que seria uma intervenção passageira com a função de salvar o país do “comunismo, da corrupção e da inflação”. Com essa informação pretendia acalmar os ânimos das representações políticas contrárias ao regime. Nos anos de governo usou as mesmas justificativas para executar as “[...] perseguições a órgãos de imprensa, lideranças civis, intelectuais, etc.” (MORAES, 1998, p. 478), ampliando o número de expurgos no funcionalismo e nas universidades.

Alterações em Decretos e Reforma da Economia

A estrutura legal que norteou a conduta militar foi instaurada por uma série de atos institucionais. Conforme Lira (2010, p. 340) o regime produziu substancial arcabouço legislativo, deixando “[...] como herança uma Constituição, dezessete Atos Institucionais, cento e trinta Atos Complementares, onze decretos e cerca de dois mil e duzentos e sessenta Decretos-Lei”.

Os militares encontraram nos Atos Institucionais um mecanismo de legitimação das ações políticas para si próprios à revelia do que vigorava na constituição. O primeiro ato institucional configurou a eleição indireta para presidente, conferindo-lhe todos os poderes a partir da dissolução do parlamento. O Ato Institucional II (AI-2), por sua vez, extinguiu os antigos partidos políticos e permitiu a criação de somente duas organizações partidárias, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O AI-3 foi redigido com a função de completar o cerco eleitoral iniciado pela redação do AI-1. Por esse instrumento de poder ficou determinada a eleição indireta para

os governos estaduais, evitando a eleição de governadores simpatizantes do populismo getulista.

A necessidade de aprovação da Constituição de 1967 imprimiu através do AI-4 o chamando do Congresso e a votação por uma legislação que definia medidas duras de governo, como: a Lei de Imprensa e de Segurança Nacional.

O governo Costa e Silva: os focos da resistência armada

A manutenção da presidência na mão dos militares, os seguidos e cada vez mais rigorosos atos institucionais, entre outros fatores, avigoraram os líderes políticos civis em forte oposição aos militares. Quanto maior a repressão governamental, mais os grupos se articulavam buscando novas maneiras de organização e resistência. Se a princípio o governo encontrou na Igreja Católica uma forte aliada, agora já não era desta forma. Setores da Igreja, sobretudo os dominicanos, declaravam a insatisfação com descaso relacionado às questões sociais e ao processo político, auxiliando no transporte e asilo de perseguidos políticos.

As manifestações estudantis tomaram corpo, ainda que na clandestinidade, e um dos feitos marcantes do movimento foi a organização do Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, muito embora tenha sido desarticulado pelo Exército e pela Polícia Militar de São Paulo, que levou os estudantes presos (REIS FILHO; MORAES, 1988).

Diante desses fatos, e com o endurecimento cada vez maior da censura, a sociedade vê-se dividida em dois polos: um determinado a defender a negociação diplomática e o outro pelo viés da luta armada. O primeiro usa o bordão “o povo unido derruba a ditadura”. O segundo, inspirado em Che Guevara e na guerrilha urbana, contestando o movimento diplomático, afirma “o povo armado derruba a ditadura”, composto por grupos insatisfeitos com o tom moderador do PCB, “[...] proscrito em 1947 e continuando suas atividades na ilegalidade” (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 12). Essas frases vão integrar o conjunto de manifestações populares, ambas são contestadoras do regime, um exemplo será visto na passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro. Esse movimento intensificou a resistência armada contra o regime militar e grupos, tais como: a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighela, o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), e várias outras dissidências que pulverizaram as ações da esquerda (VPR, Polop, PCBR, Var-Palmares). Outras ações da resistência armada ficaram conhecidas por assaltos a bancos, sequestro de diplomatas e empresários, que se tornaram rotina no cenário político do país. Em resposta, o regime endureceu suas ações e decretou o Ato Institucional nº 5.

O AI-5 suspendeu o *habeas corpus* e deu poderes ao presidente para intervir na política dos Estados e municípios, demitindo e aplicando a aposentadoria compulsória em servidores públicos, entre eles, professores universitários, assim como a cassação de lideranças políticas e sindicais. Podemos dizer que “o AI-5 foi um golpe dentro do golpe, um golpe de misericórdia na caricatura de democracia. Caímos, aí sim, na clandestinidade” (GABEIRA, 1984, p. 119).

O Serviço Nacional de Informações (SNI), projetado pelo general Golbery do Couto e Silva, controlava as Secretarias de Segurança nos Estados e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), além de comandar as atividades de serviço secreto e as operações realizadas pela Marinha, Exército e Aeronáutica. Dentro do Exército, duas organizações de coação aos movimentos de resistência foram articuladas: o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações e Informações (DOI) (FREDERICO, 1987).

A organização opressora militar conseguiu desagregar os grupos da esquerda armada, armando emboscadas contra líderes como Lamarca e Marighela, torturando militantes, perseguindo e prendendo simpatizantes.

Os desencontros internos do regime

Todos os acontecimentos citados levaram a um titubear interno das forças militares. Em meados da década de 1970 havia discordância entre os setores militares sobre o método de repressão ilimitada e sem controle. Estes setores exigiam a flexibilização do regime e a abertura controlada, embora a posse de Geisel não implicasse no fim da “linha dura”, porque mesmo com o fim das guerrilhas os órgãos de repressão continuavam operando. Alguns exemplos dessa prática estão relacionados à morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário Manoel Filho (1976), praticadas por torturadores do DOI-CODI e apresentadas como suicídios pelo II Exército de São Paulo. Soma-se a isso a morte de dirigentes do PCdoB (1976), bem como a invasão da PUC-SP em 1977.

Em direção à flexibilização do regime o governo articulou duas ações relevantes: (i) a suspensão de censura nos grandes órgãos da imprensa como *Folha de S. Paulo*, *O Estado e Jornal do Brasil*; (ii) a aprovação da emenda constitucional nº 11, de 1978, que revogou os Atos Institucionais. O pacote de emendas era uma atitude desesperada para manter o domínio político desestabilizado por forças, segundo Lopes (1994), que pregavam a volta do Estado de Direito, “[...] entre as quais o MDB, a Igreja Católica, os sindicatos das áreas industriais mais adiantadas, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), etc., vieram a se constituir num elemento de pressão crescente e continuada, exigindo em última análise, tempos melhores para toda a coletividade brasileira” (p. 120).

Fatores econômicos desestabilizaram as articulações do governo militar e as pressões para democratização intensificaram-se em vários segmentos sociais. Gradativamente, os organismos sociais, reprimidos severamente nos primeiros anos da ditadura, voltaram a eclodir significativamente pelo país. Os sindicatos de professores, operários, médicos e bancários, se reorganizaram, atingindo maior expressão entre os metalúrgicos do ABC paulista (ABRAMO, 1999).

Em 1983, PMDB e PT lançaram campanhas próprias em defesa das eleições diretas para presidente, entretanto a repercussão foi bastante limitada. No ano seguinte, PMDB e PT associaram forças com o PDT carioca, e a campanha ganhou extraordinário fôlego. Em contrapartida, o governo mantinha-se firme e resistia às negociações, mantendo as eleições no colégio eleitoral.

O desfecho dessa disputa veio do Congresso, por meio do deputado Dante Oliveira, que escreveu uma emenda constitucional, forçando os militares a atenderem às manifestações da sociedade. A situação votou, em expressivo número, contra a emenda, mas foi derrotada por 55 votos de deputados do PSD a favor das diretas. O povo saiu às ruas e faixas se espalharam na Grande São Paulo, reivindicando “Diretas Já”. Estava anunciada a Nova República. No dia 15 de Janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos pelo Congresso, pondo fim a um dos períodos explícitos de derramamento de sangue no país.

Considerações finais

O depoimento de mais de 30 pessoas envolvidas diretamente com a resistência à ditadura, que apareceram no filme *Tempo de Resistência*, importa uma memória

inquietante do período no qual por mais que jovens com armas fossem cruelmente torturados e mortos nas mãos dos militares, o povo não clamou pelo fim da ditadura.

O movimento dialético, entre o vivenciado no passado e sua explicitação no presente, configura a identidade mascarada pela propaganda militar e denunciada nas memórias de longa duração, adquirida e experimentada por sujeitos que vivenciaram a truculência desse período da história brasileira. São testemunhas oculares, senão de todo processo, da sua parte mais violenta. Fazem parte das memórias das vozes que foram caladas e, agora, rememoradas (re)significam os porquês do envolvimento e da coragem de lutar por ideais.

Referência bibliográfica

ABRAMO, L. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade**. Campinas: Unicamp, 1999.

FREDERICO, C. **A esquerda e o movimento operário: 1964/1984**. v. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

GABEIRA, F. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LIRA, A. T. do N. **A legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2010.

LOPES, L. R. **História do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

MACHADO, A. **Os anos de chumbo: mídia poética e ideologia no período de resistência ao autoritarismo militar (1968-1985)**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. **História do Brasil Recente (1964-1992)**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MORAES, J. G. V. de. **Caminhos das Civilizações**. São Paulo: Atual, p. 454-494, 1998.

PROGRAMA INTERVENÇÃO. **Entrevista com jornalista Roni Valter Jatobá**. Rede TV.

REIS FILHO, D. A.; MORAES, P. **1968: A Paixão de uma Utopia**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988.

TEMPO DE RESISTENCIA. Direção: André Ristum. Baseado no livro de Leopoldo Paulino. 1 *filme* (115 min.)son., color.

O JORNAL *O ESTADO DO PARANÁ* E A PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE O AI-5

Layse Pereira Soares do Nascimento¹

Resumo: Na noite de 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva, promulgou o Ato Institucional nº 5. Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e todas as unidades de polícia militar ficaram de prontidão, com homens fortemente armados e carros de combate pelas ruas. Jornais brasileiros como *O País*, *Luta Democrática* e *Reação* foram apreendidos ou tiveram suas redações depredadas. Em outros casos, como o *Estadão*, em São Paulo, e jornais de Belo Horizonte, seus diretores foram “convidados” a comparecerem a uma delegacia ou quartel da polícia militar. Na imprensa, o general Sílvio Correia de Andrade, delegado regional do Departamento de Polícia Federal informou que os meios de comunicação estavam sob censura. É neste momento, aponta Codato (2004), que o golpe de 1964 se consolida como regime ditatorial-militar no país. Com o novo instrumento militar legal, medidas restritivas e de cerceamento de liberdades e direitos civis são adotadas, o presidente Costa e Silva adquire plenos poderes. As notícias sobre as cassações de parlamentares e de suspensão de direitos políticos são veiculadas pela imprensa. Nas páginas do jornal paranaense *O Estado do Paraná*, em janeiro de 1969, imediatamente após a promulgação do golpe, o assunto está nas manchetes, colunas, reportagens e editoriais. Mais do que o número de notícias veiculadas sobre o assunto, é o teor das informações apresentadas a seus leitores que interessam. Norteados pela perspectiva interdisciplinar entre jornalismo e história este estudo tem como objeto de investigação o jornal *O Estado do Paraná* e a apresentação das notícias do AI-5 em suas páginas, no mês de janeiro de 1969.

Palavras-chave: *O Estado do Paraná*, Imprensa; AI-5.

Introdução

Com o AI-5 decretado em 13 de dezembro de 1968, fortaleceu-se o Executivo Federal, enquanto a independência do Legislativo e do Judiciário foi cerceada. O Congresso permaneceu fechado de dezembro de 1968 a outubro de 1969. Além disso, aprofundou-se o controle governamental sobre a sociedade civil, por meio da supressão das garantias individuais. Atos institucionais, decretos-leis e emenda constitucional consolidam as bases legais para assegurar a repressão política. Mattos e Swensson (2003, p. 30) apontam que o AI-5 representou “a reação violenta do regime às atividades oposicionistas que haviam se intensificado no decorrer de 1968”, como as manifestações e protestos estudantis cada vez mais frequentes, mobilizando parcela da população civil, mas, principalmente, a “formação de agrupamentos de esquerda” e o “desencadeamento de ações de guerrilha urbana”, “roubos a bancos, comícios-relâmpagos e atentados contra alvos governamentais”.

¹ Professora mestre do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, doutoranda em Comunicação pela UFRJ/Unicentro. O desenvolvimento desta pesquisa e a sua divulgação neste evento contam com o apoio da Fundação Araucária e da Unicentro, respectivamente. E-mail: p.layse@hotmail.com.

Em 1969, os militares desencadearam cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, de aposentadorias, reformas, demissões e de destituições com o propósito de desarticular os setores sociais que protagonizaram as mobilizações oposicionistas no decorrer de 1968, antes do Ato Institucional Nº 5. Segundo Mattos e Swensson (2003, p. 35), a repressão vai além desses setores considerados oposicionistas e dá início a uma “ampla campanha de intimidação da sociedade civil, por meio de operações militares, de cerceamento de áreas e busca de suspeitos em casas e carros”.

As Forças Armadas e o Exército, a partir de 1969, passam a se envolver diretamente no combate aos opositores do regime. Fico (2001, p.18) apresenta um estudo detalhado sobre o sistema de informação e de segurança implementados pelo regime militar com objetivo de “fazer espionagem e reprimir os brasileiros considerados ‘subversivos’”. Para o autor, existia desde o início do regime militar a vontade de constituir um aparato de controle da sociedade. “O projeto global de repressão e controle supunha não apenas a espionagem e a polícia política, mas também a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de pretensos corruptos” (FICO, 2004, p.82).

Aquino (1999) também aponta que os militares tiveram ampla preocupação com o chamado setor de informações. Esta preocupação resulta no controle da informação sob dois aspectos: o primeiro envolve a coleta de informações detalhadas sobre a sociedade que é orquestrada por vários órgãos do aparato repressivo, como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e Centros de Informações das Forças Armadas, entre outros. De acordo com Aquino (1999, p.15), esses instrumentos serviam para vigiar a sociedade civil, “visando detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de “subversão” à ordem instaurada”. Outro aspecto da preocupação do governo militar atinge o setor que cuida da informação que chega até a população, ou seja, a comunicação social. Controlar a informação a ser divulgada, significava preservar a imagem do regime.

Enquanto as redes dos órgãos de informação e repressão se ampliavam e uniam suas ações, líderes estudantis eram perseguidos e expulsos de faculdades e escolas, professores eram presos e afastados das universidades, deputados cassados, redações invadidas, jornalistas presos. Sindicatos e religiosos também foram atingidos pelo recrudescimento do regime militar.

Imprensa e censura

Promulgado o AI-5, o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, foi invadido, tiros disparados e o editor preso. Cotta (1997) afirma que o jornal passou a sofrer violências cada vez mais intensas, desproporcionais às críticas feitas ao governo. O *Correio da Manhã* praticamente deixou de existir, “mataram a alma do jornal”, lamenta. “Esvaziou-se do conteúdo crítico e da notável posição histórica em defesa da democracia e dos direitos” (COTTA,1997, p. 123). O autor explica que não foi a violência da invasão, nem mesmo a censura que pôs fim ao jornal, mas o corte dos anúncios publicitários, primeiro por parte do governo federal e, posteriormente, de empresas privadas e parceiras do regime. Nas palavras de Cotta (1997, p. 38) “um processo ardiloso de asfixia econômica e financeira”.

Aquino (1999, p.17) defende que o regime militar tem parcela de responsabilidade no desaparecimento da imprensa alternativa e do que denomina de “experiências tradicionais” e “inovadoras” na imprensa como o *Correio da Manhã* e *Última Hora*, punidos por “serem incômodas vozes dissonantes”. Observa a autora que o autoritarismo é algo que deve ser analisado no “plano da longa duração histórica”, uma vez que traz “novas heranças autoritárias para a sociedade”, tornando cada vez mais complexa a democratização das relações sociais (idem). Como consequência desta “herança autoritária”, desponta a

padronização e a oligopolização na imprensa brasileira. Outro fator que surge durante o regime de exceção, que invade as redações e “perpetua-se mesmo no período pós-ditadura, é a autocensura, impedindo ou mutilando o trabalho dos jornalistas, bloqueando sua produção e a função de informar o leitor” (AQUINO, 1999, p.16).

Entretanto, a pesquisadora alerta que, assim como há contradições que se revelam no estado autoritário brasileiro, há também a diversidade de papéis vivenciados pela imprensa. E é preciso ter cautela ao analisar a imprensa brasileira, a censura e as relações com o estado durante este período para não reforçar a construção da imagem de uma imprensa vítima *versus* um estado algoz. Ao pesquisar os jornais de grande circulação do eixo Rio-São Paulo e mesmo em toda a grande imprensa diária, se surpreende com o resultado:

somente *OESP* [O Estado de São Paulo] e o *Jornal da Tarde* foram alvos de censura prévia (entre ago./set. 1972 e jan. 1975), enquanto que os demais praticavam a autocensura, acatando as determinações oriundas da Polícia Federal, seja na forma de bilhetinhos, geralmente apócrifos, seja por meio de ordens telefônicas às redações, e censurando internamente determinados assuntos considerados proibidos por essas ordens (AQUINO, 1999, p.38).

Para a autora, tratar a totalidade da imprensa como vítima de um mesmo algoz, o Estado, é uma visão reducionista que desconsidera a diversidade de elementos e variantes presentes em relação à censura, imprensa e Estado autoritário.

Chamada de capa: “Revolução”

O jornal *O Estado do Paraná*, foi o primeiro veículo de comunicação do Paraná a “contar com um agente da Polícia Federal que desempenhava o papel de censor diretamente dentro da redação, todos os dias”, observa Oliveira Filha (2007, p.53). Segundo a pesquisadora, a informação consta da edição especial de 50 anos do jornal, veiculada em 17/07/2001. Ainda nesta edição, uma entrevista com o então editor do periódico, Mussa Assis, afirma que procuravam driblar a censura de diversas maneiras e que “em determinado momento, foi feito um “acordo de cavalheiros” com os agentes do governo militar” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 53).

Fundado em 1951, para dar sustentação ao então governador do estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, o jornal é vendido em 1962, para o secretário de Agricultura do Paraná, Paulo Cruz Pimentel. Afirma Oliveira Filha (2007, p.52): “Pimentel também tinha pretensões políticas e usou o jornal para consolidar sua candidatura ao governo”. Por imposição do seu sogro, generoso apoiador e investidor da campanha de Ney Braga, e um dos maiores proprietários de terra do Paraná, Paulo Pimentel chegou à secretaria de Agricultura. No cargo, Pimentel passa a controlar grande parte das verbas publicitárias do governo paranaense. Isto, somado as “doações de fazendeiros que queriam representantes dos proprietários de terra no governo”, possibilita a reunião de capital para a compra da Editora *O Estado do Paraná*, informa Oliveira Filha (2007, p. 52).

Paulo Pimentel é eleito governador do estado em 1966. Além do jornal, passa a investir também em outros veículos de comunicação, rádio e TVs na capital e em outras regiões do estado. Aponta Oliveira Filha (2007, p.52): “Os veículos do Grupo Paulo Pimentel eram os maiores em termos de vendas e de verbas publicitárias no Paraná.” No período de maior repressão da ditadura, na era Médici, o Grupo enfrentou dificuldades por fazer oposição política ao governador nomeado Haroldo Leon Peres, que assume em 1971.

A diversidade de comportamento da imprensa brasileira durante o período ditatorial, ao qual se refere Aquino (1997) também pode ser verificada no jornal paranaense, em pelo menos dois momentos. Primeiro, nas chamadas de capa do dia 17 de janeiro de 1969, *Sunab congela preços desde hoje no Paraná*; e *Paraná pune corruptos*, quando o governador Paulo Pimentel em consonância com as medidas do governo federal adota ações equivalentes no estado em manifestação explícita de apoio ao regime militar. Por outro lado, no dia 18 de janeiro, o jornal noticia: *Esquadrão está por aqui*. No texto, sem cerimônia, informa a presença do chefe do “Esquadrão da Morte” em Curitiba. Diz nome, idade, estado civil, e o apelido “Russinho”. Chega a entrevistar o suposto chefe que admite a existência do esquadrão, mas nega ser o líder. A polícia também é ouvida e não admite como oficial a existência do Esquadrão.

Ao investigar especificamente o tratamento dispensado às notícias sobre o AI-5 nas páginas do jornal *O Estado do Paraná*, no mês de janeiro de 1969, evidenciou-se que, no período selecionado, manchetes, notícias, editoriais, reportagens são apresentadas sempre de forma favorável ao regime militar. Nas notícias sobre os mais diversos acontecimentos, prevalece a voz oficial sobre a versão dos fatos, as vítimas não falam, aparecem por meio dos interlocutores, das “autoridades” (grifei). Observa-se que o uso da palavra “Revolução”, expressão utilizada pelos militares e disseminada pela imprensa é recorrente.

O AI-5 e seus desdobramentos chegam até a população de forma fragmentada, descontextualizada, como algo benéfico, que integra um projeto de melhorias nos diversos setores da sociedade, dissociado das notícias sobre atentados, torturas, perseguições. É o que apontam, por exemplo, as chamadas de capa (notícias de primeira página, mas que necessariamente não são as manchetes principais) dos dias 3, 4, 5, 9 e 10 de janeiro de 1969: *Revolução atende barnabés*; *Revolução chega ao ensino*; *Iniciada a caça aos corruptos*; *CS dá poder total para a Sunab*; *Decretado o fim da agiotagem no País*. Os textos destas reportagens têm em comum o fato de apontar as medidas adotadas pelo presidente Costa e Silva (algumas vezes apresentado como CS) ou pela “Revolução”, como defensoras dos interesses da população. A alta de preços recebe atenção especial das matérias jornalísticas no jornal, mas o enfoque é de que o governo não mede esforços para controlar os abusos e chega a propor o tabelamento de preços. A forma como o AI-5 é apresentado no editorial *Preços claros*, do dia 12 de janeiro de 1969, merece destaque:

A revolução vem assim ao encontro das aspirações populares, que se concentram prioritariamente na questão do custo de vida. O elenco de medidas que está sendo posto em prática na área econômica tem condições de estabelecer novas garantias aos interesses (sic) populares. E a etiquetagem obrigatória é uma das medidas mais eficientes para que os interesses da população sejam efetivamente preservados. (...) O consumidor poderá perceber, assim, se está sendo explorado. E a exploração, hoje em dia, dá cadeia para o comerciante desonesto, sem direito a “habeas-corpus”, segundo prescreve o Ato Institucional Nº5.

O leitor menos atento, é levado a crer que o Ato Institucional promulgado em dezembro de 1968 tem o objetivo de garantir os interesses da população e de punir comerciantes desonestos, empresários ambiciosos, ao mesmo tempo em que promove mudanças sempre benéficas nos salários (dos barnabés), se propõe a discutir o índice do salário mínimo com patrões e empregados e facilita a entrada na universidade. O que se observa é a promoção da falta de informação ou informação de qualidade duvidosa e desnecessária que chega até o leitor, ou ainda a desinformação. O resultado é a desinformação-informada ou desinformação funcional, que implica na impossibilidade de compreensão do mundo e dos fatos, conforme

aborda Serva (2001). Documentada nas páginas do jornal, do dia 14 de janeiro de 1969, está a chamada de capa que pode ilustrar essa desinformação-informada: *Costa justifica edição do AI-5*. No texto, o presidente, o mesmo que após promulgar o Ato Institucional Nº 5, fechar o Congresso e dar início à cassação de deputados, afirma a um grupo de senadores da Arena que a “falta de apoio político-partidário à atuação do Executivo gerou a situação que provocou a emissão do Ato Institucional nº 5”.

Referência bibliográfica

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999. 270p.

CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e o Regime de 1968:** Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas, publicado em: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004. Editora UFPR.

COTTA, Pery. **Calandra:** o sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 240p.

FICO, Carlos. **Além do Golpe** – Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: 2004, Editora Record.

_____. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar:** espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: 2001, Editora Record.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Olhares sobre uma cobertura:** a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais. Curitiba: Pós-Escrito, 2007.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; JR SWENSSON, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem:** a repressão política da ditadura militar (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SERVA, Leão. **Jornalismo e Desinformação.** São Paulo: 2011, Editoria Senac.

Periódicos: **O Estado do Paraná**, edições de janeiro de 1969, disponíveis no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública do Paraná.

CÂNTICOS NA CACOFONIA MODERNA: SHERWOOD ANDERSON E OS *MID-AMERICAN CHANTS*

Lucas André Berno Kölln¹

Resumo: As primeiras décadas do século XX constituem-se num momento crucial para compreender a história dos Estados Unidos, especialmente por conta das profundas transformações que se estenderam pela sociedade estadunidense em decorrência, grande parte delas, das relações sociais e econômicas em metamorfose. Antes de um processo de caráter puramente econômico ou material, as mudanças se expressavam nos mais diversos âmbitos e aspectos da realidade histórica do período. Diante disso, voltar-se à literatura - e em especial à obra de Sherwood Anderson (1876-1941) - constitui-se um interessante exercício de análise historiográfica, pois através da investigação dos temas, da apresentação, da trama, dos personagens, das questões e da "leitura histórica" desse escritor-sujeito histórico, surgem problemas, visões, sentidos e significados que apareceriam de forma obscura se o processo fosse abordado de outro modo. No diálogo entre a factualidade da realidade histórica e a ficcionalidade criativa da literatura - diálogo cujo ponto de intersecção é o escritor - é possível notar que a experiência histórica de viver as mudanças em curso nos Estados Unidos das décadas de 1900 e de 1910 era viver em meio ao "industrialismo" e aos mais emblemáticos elementos da modernidade. Sherwood Anderson, nesse sentido, buscou dar visibilidade a essa realidade através de sua literatura, e de um modo peculiar na obra *Mid-American chants* (*Cânticos americanos*, em tradução livre), de 1918, na qual o escritor busca na canção, na vida tranquila e nos "milharais" do Meio-Oeste as imagens através das quais punha-se em relevo a substância e a experiência de seu tempo e de sua sociedade.

O historiador estadunidense Arthur S. Link, no primeiro volume da obra *História moderna dos Estados Unidos*, escreveu que um "anarquista matou o Presidente William McKinley em Buffalo, Nova York, a 6 de setembro de 1901, e com isso contribuiu para o início de uma nova era na História americana" (LINK, 1965, p. 23). Embora a referência de Link seja de caráter mais episódico, focando mais especificamente em um micro-evento - não somente o assassinato, mas a sucessão que lhe sobreveio: a chegada ao poder de Theodore Roosevelt -, ela não deixa de sugerir que as mudanças tinham uma envergadura consideravelmente maior.

A referência de tempo, neste sentido, também não é gratuita. A localização cronológica singulariza o ano de 1901 como o "início de uma nova era na História americana", e o faz sob o peso da constatação de que o início do século XX foi marcante para a consolidação dos Estados Unidos enquanto potência econômica e enquanto um país orientado por uma política industrial de tônica monopolística. A morte de McKinley ensejou o erigir de um dos pilares da política econômica estadunidense do período, e iniciou, concomitantemente, uma longa cadeia sucessória de presidentes republicanos.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Mais do que um evento de cunho político institucional pura e simplesmente, a chegada de Theodore Roosevelt foi somente parte de um conjunto de mudanças que se insinuava na realidade social estadunidense havia bastante tempo. Desde que o "Norte manufatureiro" (HUBERMAN, 1987, pp. 126-136) vencera a Guerra de Secessão em 1865, um processo de reconstrução era levado a cabo. Não se tratava, contudo, de uma reconstrução que buscava preservar suas formas anteriores, simplesmente construindo novamente; tratava-se de uma reconstrução orientada para o projeto econômico dos vencedores do conflito. Em outras palavras, era um processo de industrialização, ou um processo de modernização econômica pautado na grande indústria e nas outras frações do capital que cuidavam para que aquela fosse um horizonte constante de observância.

Quando se conecta o fim da Guerra de Secessão, a vitória do projeto industrial e o "início da nova era da História americana" encontra-se um encarnizado processo de embates que se deu em torno, principalmente, da constituição dos trustes, cartéis e monopólios. Ou seja, ao falar-se dos Estados Unidos das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, fala-se do processo de ascensão e consolidação do capitalismo monopolista, suas bases de sustentação e suas tentaculares ramificações.

Tal terreno histórico, portanto, encontrava-se prenhe de conflitos que opunham elementos que se adequam e que destoam da hegemonia em construção. As configurações da vida no campo, por exemplo, - vida essa pautada na típica pequena propriedade - ensejaram em muitos sujeitos um posicionamento contrário às modernizações através do apego à terra e à tentativa obstinada de preservação do modo de vida cultivado até então. Nas cidades o cenário era similar em diversos sentidos: pequenos comerciantes e pequenos negociantes tentavam se opor ao poderio de grandes lojas e cadeias comerciais, para não falar das sociedades anônimas e das grandes empresas, além de outros tantos possíveis exemplos.

Ainda que a complexidade e variedade desses sujeitos, posicionamentos e projetos sociais impeça-nos de enquadrá-los somente na reducionista dicotomia "consoante-dissonante", sua problematização é deveras interessante para compreender a profundidade e a amplitude das transformações em curso. A extensão dos embates e suas múltiplas apresentações nos diversos grupos e setores sociais estadunidenses em que ele ocorreu ajudam a dimensionar a força e o tamanho do abalo que representou o surgimento e desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Além dos indicadores quantitativos a apontar como a grande empresa estava se tornando dominante na economia estadunidense, existe todo um conjunto de documentos históricos que exprimem o que foi a experiência histórica de viver sob o estigma da mudança. A literatura encontra-se nesse conjunto de documentos, e constitui-se importante objeto de análise por conta da perspicácia dos escritores em, subjetiva e objetivamente, observarem, interpretarem e retratarem essas transformações.

No numeroso grupo de escritores que se ocupou em lidar com essa experiência histórica, Sherwood Anderson (1876-1941) destacou-se com diversas obras significativas acerca da trajetória dos trabalhadores e das antigas classes médias, do espectro da modernidade a assombrar os Estados Unidos e, ainda, acerca da relação entre campo e cidade na conjuntura de mudança. Dentro do corpo de sua produção dos anos 1910, encontra-se o que talvez seja uma das obras literárias mais originais do período: o conjunto de poemas em prosa intitulado *Mid-American chants* (Cânticos americanos ou Cânticos do Meio-Oeste, em tradução livre), publicado em 1918.

Sherwood Anderson nascera e crescera na região chamada Meio-Oeste², onde partilhou da experiência histórica das antigas classes médias estadunidenses. Sua família era proprietária de uma fábrica de arreios, da qual retirava seu sustento. Dada a natureza do ofício do pai e a própria configuração territorial e econômica da região, Anderson passou esse período de sua vida em contato íntimo com o campo e com o ambiente rural. Essa relação não se dava sem mediações sócio-históricas, pois o campo no qual ele vivera sua infância era o campo cultivado pelo pequeno proprietário, e não o campo mecanizado e extensivamente cultivado que o capitalismo monopolista trouxe em seu bojo.

Sendo os arreios fabricados pela família Anderson, no entanto, elementos que pertenciam a tempos e atividades "pré-modernos", as transformações históricas não deixaram seu fabrico e os sujeitos nele envolvidos ilesos. O declínio da empresa dos Anderson representou uma derrocada de proporções individuais e familiares, pois o pai de Anderson tornou-se alcoólatra, sua mãe teve de dedicar-se à lavanderia externa para complementar o orçamento e os filhos tiveram de se lançar prematuramente no mundo do trabalho. Sherwood foi, inclusive, apelidado de "jobby"³ devido à gama de empregos e bicos que teve de assumir para ajudar no sustento da casa.

A penúria foi dura e longa, mas Sherwood Anderson conseguiu, ao cabo de longo tempo, se sobressair e alcançar alguma estabilidade quando de sua entrada em negócios como pintura, publicidade e vendas por catálogo, chegando o escritor a gerenciar empresas de pequeno porte.

Apesar disso, em 1912 sua vida chegou a um ponto em que, escreveu o autor, não podia mais suportar sua "existência materialista". Anderson teve um colapso nervoso, deixou a empresa em que trabalha em Elyria e errou por três dias até ser achado em estado de confusão em Cleveland. A partir desse momento, Sherwood Anderson passou a dedicar com fervor à literatura, situação muito interessante para a compreensão do significado que a literatura teve em sua existência.

Mid-American chants pretendeu resgatar a canção como forma de expressão necessária para fazer frente à ruidosa cacofonia da modernidade. Eis que o escritor declara na introdução do livro: "Eu não acredito que nós, povo do Meio-Oeste americano, imersos como estamos em nossos assuntos, apressados e atormentados pela terrível engrenagem do industrialismo, tenhamos chegado à era da canção." (ANDERSON, location 6)⁴

Sherwood Anderson localiza com clareza pontos de referência de sua escritura: dirige-se ao povo do Meio-Oeste, caracterizando-os como sujeitos "atormentados pela terrível engrenagem do industrialismo", situação essa que justifica o entoar de canções como forma de realizar anseios humanos que a modernidade não permitia realizar. A esperança do escritor jaz no povo do Meio-Oeste, conforme permite entrever o trecho a seguir: "Eu ousei dar forma a esses cânticos somente porque espero e acredito que eles podem encontrar resposta e claro chamado no coração dos outros americanos do Meio-Oeste" (ANDERSON, location 29).

As palavras de Anderson possuem o clamor de um chamado e a ânsia de alguém para quem a literatura possui uma dimensão ontológica fundamental. O povo do Meio-

² Essa região engloba, entre outros, os estados de Ohio, Wisconsin, Michigan, Minnesota, Iowa, Missouri, Nebraska, Kansas, Indiana, Kentucky etc. Ela se encontra a Oeste dos Montes Apalaches, às margens dos Grandes Lagos.

³ Sendo a palavra "job" traduzida como emprego, "jobby" pode ser traduzido como "faz tudo".

⁴ A edição de *Mid-American chants* a que tive acesso encontra-se disponível - em forma de *e-book* - no endereço listado nas referências bibliográficas. Visto que a li no *e-reader* Kindle, e visto que o arquivo em formato .mobi não possui referência de páginas, me baseei nas locations, que são referências geradas pelo próprio aparelho a partir do arquivo disponível no site. Além disso, cabe ressaltar que todas as traduções aqui presentes são livres, isto é, não são oficiais e sim feitas pelo autor do texto.

Oeste é uma referência para o escritor, uma raça a cuja envergadura ele dá proporções épicas, ressaltando-os como pivôs da mudança, agentes históricos de transformação, sob cuja força deveria se curvar o "industrialismo" e suas ramificações, como fica bastante evidente na passagem que segue: "Na América do Meio-Oeste os homens estão despertando. Como garotos desajeitados e canhestros, começamos nós a nos voltar para a maturidade, e com nosso despertar nós ansiamos pela canção" (ANDERSON, location 22). O Meio-Oeste, no imaginário do escritor, é "(...) um grande berço de gigantes onde meus [de Anderson] milharais jazem" (ANDERSON, location 368)

Esse anseio futuro aparece em contraste com uma situação presente bastante sombria: "Ei-nos, em ruas barulhentas, em pilhas fumegantes de carvão, sob a sombra de fábricas das quais só vem o rugido de moagem das máquinas." (ANDERSON, p. 22) A modernidade é uma experiência predominantemente negativa para Anderson, seja por conta do cinzento ambiente urbano, seja por conta do barulho e da fumaça das fábricas. É justamente essa modernidade que se instila nos sujeitos enegrecendo-lhes o espírito e condenando-os a uma existência que o escritor buscou repudiar.

Anderson busca a reverberação dos cânticos no coração dessa gente, de modo que sua obra encontre-se essencialmente engajada no questionamento da realidade presente e na inspiração daqueles que nela viviam, como os seguintes versos permitem observar:

Agora, arremesse a lança contra a parede do tempo.
Fundo em meu velho vale jaz o homem nu.
Ele é uma semente.
A semente dorme nele.
Esse homem será o pai de uma tribo, de uma raça.
Ele é o mundo e todo um mundo tem estado nele adormecido. [tradução livre] (ANDERSON, locations 580-595)

Por meio dos recursos plásticos e sinestésicos da poesia, Sherwood Anderson cria uma imagem e uma interpretação acerca do que devia ser o povo do Meio-Oeste. No imaginário do escritor, esses sujeitos são uma nova "tribo" que traz um "mundo adormecido" dentro de si. Dado que ele imputa uma qualificação negativa à modernidade e uma qualificação favorável em relação ao povo do Meio-Oeste, ele cria uma espécie de mitologia na qual se encerra um retrato bastante significativo daquele mundo. A literatura serve aos propósitos estéticos que lhe são característicos, mas serve também, como é da natureza das obras humanas, à interpretação histórica que integra de maneira essencial a existência dos homens.

A origem desses homens virtuosos não é a cidade, mas sim os milharais: "Os milharais serão as mães dos homens. Eles estão ricos do leite do qual devem sugar os homens. Os homens barbados se erguerão. Eles virão do Oeste fortes e tenazes." [tradução livre] (ANDERSON, location 718) Ou seja, num momento em que a cidade passa a ser o palco por onde boa parte da história se desenrolava, Sherwood Anderson buscou no campo a perspectiva de tempos melhores e de uma vida, nesse ínterim, mais satisfatória. Por conta disso é que o Oeste, com sua tradição agrícola, torna-se uma referência em Mid-American chants:

Eu sou o Oeste, o longo Oeste dos pores-do-sol. Eu sou os campos profundos onde o milho cresce. A doçura das maçãs está em mim. Eu sou o início e o fim das coisas. (...) A carícia daqueles que estão cansados veio para dentro dos milharais. [tradução livre] (ANDERSON, location 281).

Em face da riqueza de imagens e referências de *Mid-American chants*, e em face, também, da complexidade de sua urdidura estética e epistemológica do livro, é possível perceber o potencial que a literatura possui enquanto fonte e objeto de estudo da historiografia. Ela revela sentidos atribuídos a experiências históricas que não começam e terminam no sujeito, mas que são referenciadas e processadas socialmente. Assim como o autor não existe num vazio a-social e a-histórico, também sua obra não pode ser desvinculada do universo sócio-histórica de sua feitura, fora do qual ela certamente perde boa parte de seu sentido e força.

Sherwood Anderson, tendo todos os recursos, imagens, referências e estilos possíveis e imagináveis a seu dispor, optou justamente pela canção e pelo tom poético e épico de *Mid-American chants* para inserir-se em sua realidade histórica e dirigir-se a seus leitores. Suas motivações encontravam-se enraizados no conflituoso solo social cujo abalo ele também sofrera. Os versos que fecham a obra de 1919 se mostram significativos nesse sentido:

Eu não serei esmagado pela máquina de ferro.
Cante.
Ouse cantar.
Beije a boca da canção com seus lábios.
À manhã e ao anoitecer
Confie na força terrível da canção indômita [*tradução livre*]
(ANDERSON, locations 905-920).

Em meio a um mundo em que a máquina e o "industrialismo" se tornavam cada vez presentes como emblemas de um projeto social e econômico em vias de tornar-se hegemônico, Sherwood Anderson ousou cantar. Seus cânticos encerram uma rica visão acerca daquele mundo, desnudando algumas de suas realidades, subjetivas e objetivas, mais pungentes. O escritor utilizou-se das prerrogativas da ficção e da criação literária sem, por conta disso, abdicar de uma forte lucidez em relação à evolução histórica dos Estados Unidos e às contradições que ela trouxe em seu seio. Tudo isso alimentado e balizado pela ânsia ontológica de um sujeito que foi atingido de forma peculiar pelo espectro de mudanças.

Referência bibliográfica

ANDERSON, Sherwood. **Mid-American chants**. Disponível em <<http://archive.org/details/midamericanchan00andegoog>> Acesso em 23 ago. 2013.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza dos EUA (Nós, o povo)**. 2ª ed. Tradução de Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1978.

LINK, Arthur S. **História moderna dos Estados Unidos**. Tradução de Waltensir Dutra, Álvaro Cabral e Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1965 (3 vols.).

“VAMOS PEGAR PORQUE NÓS TAMO CONQUISTANDO, NÓS QUEREMOS ISSO DAQUI” CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA EM FOZ DO IGUAÇU –PR (2012-2013)

Lucas Eduardo Gaspar¹

Resumo: Nesse trabalho tentarei realizar algumas reflexões iniciais sobre um movimento que vem tendo certa visibilidade no município de Foz do Iguaçu, uma série de ocupações de áreas e propriedades urbanas por moradores pobres da cidade, que vem chamando a atenção tanto das autoridades da cidade, quanto da imprensa e dos próprios grupos populares. Buscarei refletir aqui sobre a constituição desse movimento, como ele vem sendo tratado pela mídia de massa local e pelos órgãos públicos, também como esse movimento se insere nos espaços públicos e políticos, explicitando algumas de suas dificuldades e lutas. Para isso, utilizarei como fontes principais entrevistas orais realizadas com moradores de ocupação e repostagens televisivas que retratam os movimentos. Para tanto, centrarei a análise em uma ocupação ocorrida em janeiro de 2013 na região sul de Foz do Iguaçu, especificamente no Conjunto Bubas, movimento que conta com mais de 850 famílias lutando por moradia. Apesar dos processos ainda em curso, já notamos aspectos bastante interessantes para a análise da luta, das classes populares do município, por habitação, também de como se inserem e disputam o espaço da cidade.

Palavras-Chave: História, Ocupações, Foz do Iguaçu

Antes de iniciarmos essa análise da atual situação das ocupações urbanas em Foz do Iguaçu, devemos primeiro analisar quando esse movimento começa na cidade, a partir de que período o processo de urbanização começa a enfrentar problemas, as causas e consequências desses problemas. Para essa reflexão utilizarei aqui a tese de doutorado *Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade*, da historiadora Aparecida Darc de Souza (2009). Souza realiza uma análise historiográfica no primeiro capítulo de sua tese, tentando mostrar como as produções vêm se modificando ao longo das décadas de 1980 a 2000 e como essas produções convergem ou divergem do projeto de criação de uma memória hegemônica sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e os benefícios trazidos para a cidade de Foz do Iguaçu.

É a partir desse levantamento historiográfico feito por Souza que podemos perceber como os problemas urbanos de Foz do Iguaçu começaram ao mesmo tempo e a mesma medida que a construção e os “benefícios” trazidos pela Usina de Itaipu. Analisando diversas obras, Souza explicita que, segundo alguns autores, a construção da Usina foi um evento que provocou profundas transformações na cidade de Foz do Iguaçu, distintos dos

¹ Acadêmico do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, vinculado ao Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, E-mail: l.e.gaspar@hotmail.com. O texto liga-se à pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Movimentos de ocupações na área urbana de Foz do Iguaçu – Paraná”, contando com bolsa do CNPq e sob orientação do Prof. Dr. Rinaldo José Varussa.

interesses gerais da população, que teria sido “atropelada pela dinâmica do progresso”. Em síntese, resultaram três grandes problemas para a cidade da construção da Usina de Itaipu: “o aumento da pobreza, a falta de moradia e o aumento da criminalidade” (SOUZA, 2009, p.48).

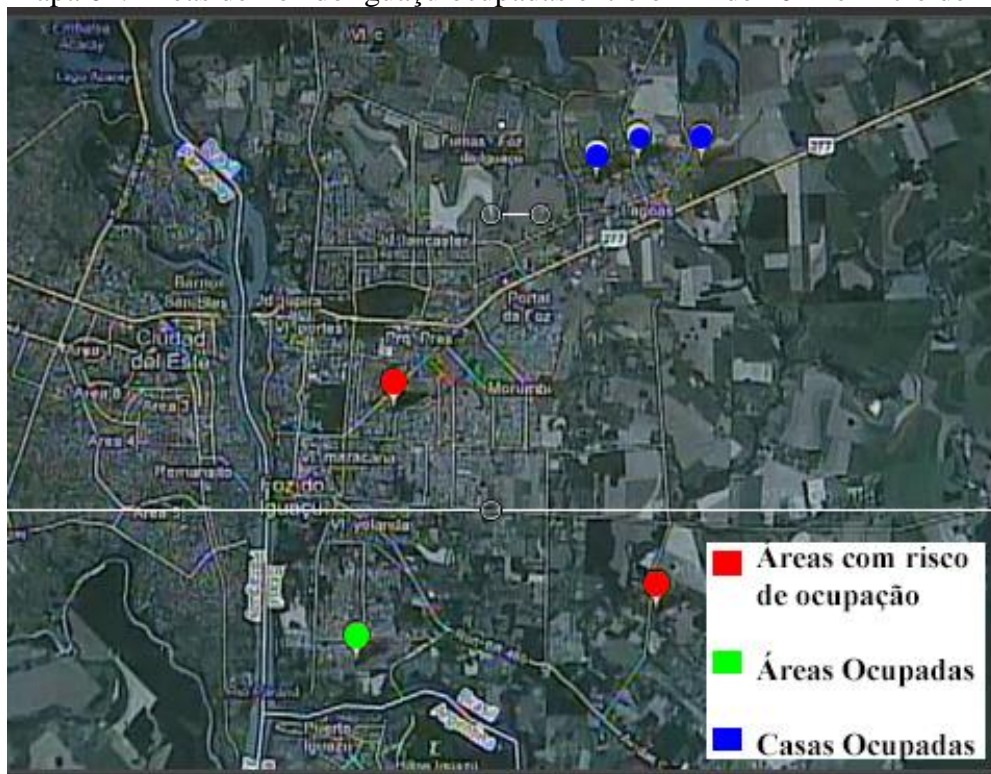
O problema da falta de moradia na cidade de Foz do Iguaçu data então do início da construção da Usina de Itaipu, pois a cidade não estava preparada para o contingente de trabalhadores que aquela construção implicava. Itaipu até investiu na construção de residências, mas essas somente atendiam a seus trabalhadores, e não ao restante da população que veio a Foz do Iguaçu, mas acabou por não trabalhar na obra.

Foz do Iguaçu sofreu, com a obra de Itaipu, um acelerado processo de urbanização “que transformou antigas áreas rurais em novos bairros, para acomodar a crescente população atraída pela obra ou expulsa pela formação do lago” (SOUZA, 2009, p.182). Ao mesmo tempo em que isso ocorria, crescia o número de habitações precárias e favelas em Foz do Iguaçu.

O movimento de ocupações urbanas atual de Foz do Iguaçu vem dessa longa trajetória de transformações sociais trazidas com a construção da Usina de Itaipu. Ainda que inconscientemente, esses moradores são, de alguma forma, herdeiros dessa “herança”, mas herdeiros no sentido de constituintes e ativos nesse processo, não somente como vítimas dele, como lembra Emílio Gonzáles, em um artigo sobre ocupações na área urbana de Foz do Iguaçu: “entendemos que esses movimentos de ocupação urbana podem ser pensados, em certo sentido, como propulsores do desenvolvimento urbano dessa cidade, e não ‘reflexo’ dele” (GONZÁLES, 2005, p.3).

O movimento de ocupações analisado aqui neste trabalho começou no final de 2012, em Foz do Iguaçu, em diversas áreas da cidade, como mostra o mapa 01:

Mapa 01: Áreas de Foz do Iguaçu ocupadas entre o fim de 2012 e início de 2013.



(Mapa Adaptado. Fonte: Paraná TV, Reportagem 17/01/2013)

Essas ocupações foram tanto de terras improdutivas e sem construções, como também de casas de programas governamentais de auxílio à moradia.

No início de 2013, a equipe de reportagem do Paraná TV, emissora local de Foz do Iguaçu, juntamente com a Guarda Municipal, fez um levantamento e divulgação das áreas ocupadas ou com risco de serem ocupadas em Foz do Iguaçu, que são as mesmas do mapa anterior. O tratamento feito pela mídia local, principalmente o jornal *Paraná TV* em relação a essas ocupações é bastante interessante e merece uma breve reflexão.

Os jornais tentam de diversas formas deslegitimar essas ocupações feitas pelos moradores pobres de Foz do Iguaçu. Uma de suas táticas mais comuns é a referência a esses movimentos como invasões de propriedades particulares, tratamento esse que passa um sentido de ilegalidade ao movimento e, apesar de mostrarem falas dos moradores das áreas ocupadas, não deixam claras as causas das ocupações e os motivos da ação desses moradores, perpassando a ideia de que esses sujeitos simplesmente “invadiram” uma casa ou área porque são pobres. Outro argumento utilizado pelos jornais televisivos, na tentativa de deslegitimar esse movimento de ocupação é em relação às consequências e à segurança da sociedade em geral que essa série de ocupações trazem para a cidade, pois, como fala o próprio jornal e depois o diretor da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu, em uma reportagem exibida no dia 17/01/2013,

A Guarda Municipal atendeu 42 ocorrências de invasão desde o início desse ano, é mais que os casos de roubos, furtos, prisões e disparos de arma de fogo, no mesmo período somados (PARANÁ TV. 1ª Edição. Reportagem: 17/01/2013)

Se você me perguntar nesse sentido: “atrapalha a segurança como um todo?” É, preventivamente atrapalha. Vou ficar só fazendo atendimento nessas áreas, se essa pessoa me ligar e pedir a presença de uma viatura próxima de seu comércio ou à sua rua pra tá fazendo patrulhamento eu vou tá dizendo: “olha, neste momento não vou poder te atender porque estou fazendo um outro tipo de serviço.” (PARANÁ TV. 1º Edição. Reportagem: 17/01/2013).

Ou seja, ressaltando a ilegalidade das “invasões” e o comprometimento da paz pública que esta traz para toda a sociedade, a mídia local tem um papel claro em relação a publicização do movimento: o de deslegitimá-lo para o restante da população iguaçuense. Por outro lado, essas falas podem também nos informar como a população da cidade está agindo e lutando por habitação, pois 42 ocorrências, em 17 dias, de qualquer proporção que sejam, é um número significativo, que em alguma medida mostram a ação popular, que repercutiu até mesmo nos jornais.

Em minha pesquisa, apesar das diversas ocupações ocorridas nesse período de 2012 e 2013, analisarei em especial uma delas, a ocupação do Conjunto Bupas, que é uma área particular da cidade de Foz do Iguaçu, localizada na parte sul da cidade. A ocupação dessa área ocorreu no dia 14 de janeiro de 2013 e, segundo dados dos moradores, já conta com aproximadamente 868 famílias nessa área. Utilizarei algumas entrevistas neste artigo para explicitar como os moradores interpretam e expõem sua situação e lutas. Em todas as entrevistas, por um acordo com os moradores, serão utilizados pseudônimos.

Começando pelas condições do movimento, pude notar algumas dificuldades que começaram a atingir esses moradores, que vão, além da luta para fixar-se no local, problemas que podemos analisar como significados da experiência desses sujeitos. Um primeiro ponto que chama a atenção nas falas dos moradores é a necessidade que esses têm

de afirmar que não estão invadindo o terreno, que não devem ser tratados como infratores da lei, mas sim que estão ocupando por necessidade essa área e que pretendem pagar:

Joaquim: [...] ó nós não temo aqui pra tomar a terra do Buba não, nós temo aqui, óh, pra dar uma força pra nós... pra nós ter o direito de ter uma moradia cada um, entendeu? Nós vai pagar para ele, nós nos quer de graça não, nós não tá tomando dele não [...] Porque o senhor já pensou, 500 pila por mês pra pagar de aluguel, como que vai conseguir? Nós vai comer o que daí? Então o que nós temo aqui, nos não temo invadindo nada (risos) nós quer pagar, entrar em negociação e quer pagar, né? (JOAQUIM, 05/02/2013).

Notamos que essa preocupação em afirmar o pagamento das terras não é uma característica somente desse movimento, pois na análise de João Carlos de Souza (1995), sobre a ocupação ocorrida na zona Leste de São Paulo, em meados da década de 1980, nota-se essa mesma fala dos ocupantes de algumas áreas:

Um outro aspecto que acentua a ideia de ocupação como estratégia é o fato de os ocupantes manifestarem a intenção e a preocupação com o pagamento de seus lotes. É a voz corrente entre eles: “ninguém quer nada de graça” a intenção de pagar existia, mas igualmente ocupantes manifestavam a preocupação com a forma de pagamento. Reivindicam que o valor das prestações estivesse de acordo com as suas possibilidades e não à maneira deles. Do governo. Revelavam disposição para lutar por um parcelamento que fosse suportável, conforme suas condições financeiras (SOUZA, 1995, p.111).

Visualizando isso, percebo que esta é realmente uma estratégia desses sujeitos para tentar garantir a legalidade e legitimação das suas ações, que não são particular desse movimento, mas constituem uma prática vista em diversos outros movimentos, de outras localidades e regiões do Brasil, assim como vimos na análise de João Carlos de Souza.

O movimento desde o início possui uma comissão de lideranças, que tem o papel de organizar o movimento internamente, dialogando com os moradores e cobrando-os de algumas ações, como também exerce um papel de constante embate e luta, tanto social como política, para a garantia de algumas melhorias e também da resolução do problema da falta de moradia. Esses dois papéis aparecem de maneira clara em entrevistas realizadas com integrantes do Movimento, agindo dentro da ocupação com o papel de:

Julia: [...] organizar, pra não deixar tumultuar e não deixar fazer aquela baderna, tem que manter tudo no devido lugar e os cadastros também foi feito pela comissão, é, uma família tá passando uma necessidade a comissão tá ali pra ajudar, é um doente que fica a comissão vai lá ajudar (JULIA, 30/06/2013).

O Outro papel importante desta comissão é o de cobrança do Poder Público pela resolução do problema de moradia que enfrentam os moradores da ocupação do Bubas, pois em todas as entrevistas que realizei com integrantes da comissão, ao pedir para deixar um recado final, todos eles deixaram um recado no mesmo sentido, o de cobrança dos políticos locais, de cumprimento de promessas, de uma maior atuação dos governantes na situação da ocupação. Exponho aqui dois exemplos bem claros de como a comissão está vendo e cobrando esses governantes:

Nadir: No geral a gente quer pedir que o prefeito né? Ele olhe pra essas famílias que tá aqui, que foi essas famílias que elegeram ele, eu pessoalmente consegui muito voto pra ele, né? (NADIR, 03/07/2013).

Julia: Com prefeito ou sem prefeito, a gente vai ganhar, e quero dizer, assim, que ele tratou o pessoal como se fosse bicho e foi esses bichos que elegeram ele (JULIA, 30/06/2013).

Vendo estas falas de representantes da comissão percebo como essas lideranças exercem papel importante para o movimento, pois expressam de maneira muito bem aceita as necessidades, expectativas e formas de luta dos demais moradores da ocupação, por estarem sempre em contato direto, tanto em reuniões e assembleias como no convívio do dia-a-dia. Sendo assim, além de integrantes da comissão, estes também são moradores necessitados, que lutam por uma moradia e que vivem nas mesmas condições precárias que os demais moradores.

O que posso concluir desta breve e inicial análise do movimento é que as ocupações na área urbana de Foz do Iguaçu, a exemplo da ocupação do Bubas e das demais ocorridas desde o final do ano passado, são uma forma de luta desses sujeitos da cidade, que deriva principalmente das precárias condições de vida em que viviam, pois “se eu pagava aluguel eu não comia e se eu comia eu não pagava aluguel” (BETE, 08/07/2013). Assim, assumem forma de contestação política e social, pois as cobranças dos moradores são principalmente para iniciativas de Políticas Públicas e de Governante, para a resolução do problema, mas, além disso, os moradores também cobram a compreensão da sociedade para com o movimento, de não serem tratados como “bicho”, nem pelos governantes, mídia ou pela própria sociedade. É diante deste quadro que a fala de um morador no início da ocupação toma forma de protesto e luta e não de aproveitamento ou crime. Ele diz: “nós vamos ficar aqui, se vocês tiver de acordo vamos ficar até no último e vamos pegar porque nós tamo conquistando, nós queremos isso daqui.”

Referência bibliográfica

ASSEMBLEIA. Foz do Iguaçu. 05/02/2013. Gravada por Lucas Eduardo Gaspar.

BETE. Entrevista realizada em 08/07/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais:** revisitando a participação e a institucionalização. Lua Nova, São Paulo. 2011. p. 315-348.

GONZALES, Emílio. **Cidade, experiência, memória:** aspectos sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu; alguns elementos teóricos. *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005. p.1-8.

JULIA . Entrevista realizada em 30/06/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

NADIR. Entrevista realizada em 03/07/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação Econômica e Social de Foz Do Iguaçu:** um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOUZA, João Carlos de. **Na Luta por Habitação:** a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, 1995.

PARANÁ TV. 1º Edição. Reportagem: 17/01/2013. **Segurança em áreas invadidas deixa outras áreas descobertas pela Guarda Municipal.** Disponível em: <<http://globo.com/rpc/parana-tv-1a-edicao-foz-do-iguacu/v/seguranca-em-areas-invadidas-deixa-outras-areas-descobertas-pela-guarda-municipal/2351098/>>. Acesso em: 01/05/2013.

ERA DA INDETERMINAÇÃO? FRANCISCO DE OLIVEIRA E PROCESSO DECISÓRIO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Lucas Patschiki¹

Resumo: Neste artigo discutiremos algumas conclusões do sociólogo Francisco de Oliveira em relação ao processo decisório político, à democracia e o Estado brasileiro contemporâneo – especificamente iremos atentar para algumas questões sobre o que denomina “era da indeterminação”, que consideramos como base para suas teses posteriores, como a da “hegemonia às avessas”. Desta forma, partimos de um lugar semelhante, buscando atentar para as mudanças na política e no Estado, a partir das transformações realizadas na transição democrática e das exigências da “financeirização” do capital, relacionando estas com a minimização do poder decisório político dos partidos. Abordaremos questões relativas a hipóteses e conclusões de Oliveira sobre o período, buscando interpelar nossa hipótese de investigação, que enfatiza a importância da organização para o consenso interno da classe dominante em aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil diante das organizações partidárias – seu diálogo passa a ocorrer diretamente em instâncias específicas do aparelho de Estado, obviamente incorrendo em uma minimização do poder político decisório da democracia parlamentar-eleitoral instituída, o que buscaremos comparar com algumas formulações de Décio Saes sobre esta questão em âmbito histórico no Brasil.

Palavras-chave: Estado; Poder; Dominação.

A “era da indeterminação” é um enunciado levado a cabo por Francisco de Oliveira há certo tempo, e que no livro que leva este título, organizado por ele e Cibele Saliba Rizek, afirma ser baseado em diretrizes concebidas entre 1999 e 2000, que buscaram questionar a “destituição das possibilidades de democratização e republicanização, anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar”. Este livro foi resultado do embate entre as categorias políticas clássicas e a realidade brasileira sob o signo do “desmanche” neoliberal, buscando ser compreendidos em diferentes campos sociais. Coube a Oliveira analisar as consequências destas mudanças sociais em relação dialética com a política: tanto sobre a capacidade dos conflitos políticos constituírem o campo de disputas (resultado do conflito entre os dissensos, sendo que sua manutenção e estabilidade dá pela capacidade em efetivar respostas) e as operações dos agentes envolvidos neste.

Estes movimentos só podem ser compreendidos quando situados no processo histórico, sendo que é uma reação a uma era de grandes mudanças e ampliações políticas, que emergem na transição da Ditadura civil-militar-empresarial para a democracia, ou melhor, na “reforma da institucionalidade autoritária e posterior criação de uma institucionalidade democrática sob o Estado autocrático burguês” (MACIEL, 2010). Mas a Nova República seria o epílogo das contradições sociais gestadas anteriormente, consequência da “sociabilidade e do campo de forças longamente gestado desde o golpe

¹ Bacharel em História/UEPG. Mestre em História/UNIOESTE. Graduando em Ciências Sociais/UFPR.

militar de 1964, passando pela intensa transformação produtiva e da estrutura social e das novas formas de representação social e política”. Epílogo, pois visou afirmar “uma política que fosse a tradução dos novos interesses criados pela intensa expansão capitalista, recuperando as linhas de força entre classe e representação”, programa que não deu conta de constituir uma nova estrutura do campo político.

A “financeirização” apresentava-se na década de 80 pelo signo da crise da dívida externa, resultado da manutenção do tripé econômico (empresas estatais, empresas nacionais privadas e empresas transnacionais) que sustentou o projeto desenvolvimentista sob os auspícios do Estado ditatorial. Assinalando que nossa compreensão sobre o Estado se dá de forma relacional, “a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes” (POULANTZAS, 2000, p. 147), cujo complexo de instituições materializa o exercício da hegemonia; e que quando Oliveira fala de “financeirização”, remete a François Chesnais, sobre o processo de mudança qualitativa do capitalismo, onde o capital monetário passa a ser dominante em seu processo de reprodução, o que Virgínia Fontes compreende e nomeia capital-imperialismo (2010, p. 35).

Esta mudança qualitativa no processo de reprodução do capital exigirá novas formações históricas, tanto da base quanto das superestruturas do capitalismo – sendo este processo parte de uma ofensiva histórica do capital contra o trabalho, que não pode ser resumido em uma ruptura acontecimental, nem livre de conflitos e contradições. Sua implementação presume que as transformações no Estado ocorram de modo concomitante e dependente das exigidas na sociedade civil: aqui a violência e o convencimento mais do que nunca tem de ser articulados para a formação de um “novo modo de ser” que começa no mundo do trabalho e modifica todas as estruturas e instituições da sociedade. Estas mudanças atingem diretamente os limites institucionalizados na transição para a democracia parlamentar-eleitoral burguesa, sendo que, quando Oliveira fala das limitações da democracia em relação às novas exigências das classes subalternas organizadas, é em relação a estas adequações que se refere e que, em última instância, remetem à primazia sobre o processo de tomada de decisão política. “Apesar das eternas relações assimétrico-defasadas com a política, há poucas dúvidas de que o impacto sobre esta última um dia chegaria, e talvez seja este o cerne da indeterminação” (OLIVEIRA *In* RIZEK; OLIVEIRA, 2007, p. 27).

Se entendermos, e esta é nossa hipótese maior, a primazia destes aparelhos privados de hegemonia em diálogo direto com o Estado em novos espaços de produção de decisões políticas em seu aparelho – o que ainda requer uma ampliação de pesquisas, e sequer proponho esgotar – veremos que não se trata de uma nova “autonomização” do Estado estrito em relação à sociedade civil, nem o fim do consenso entre os dominantes e o convencimento dos dominados (que há bom tempo é prioritariamente produzido dentro de espaços da sociedade civil, especialmente pela mídia). Isto não significa que todas as decisões políticas passam a ser relegadas ao diálogo direto entre a burguesia organizada e o Estado, ou que os partidos políticos não tenham sua importância garantida – o que estamos afirmando é que, em relação ao projeto político-histórico ultraliberal, estruturado e estruturante da fração avançada da classe dominante, e que está em pressão direta do imperialismo, ao qual integra de forma subalterna (ROSA LUXEMBURG STIFTUNG, 2009). Assim, as principais decisões políticas ocorrem em decorrência de sua primazia propositiva e programática através do Estado.

Diante destas afirmações, propomos uma leitura ampliada do campo político, entendendo que não se perde (superasse ou degenera-se, dependendo do ponto de vista) a perspectiva classista da política (mesmo partidária), mas que com a recente ofensiva do capital (exigido pelo capital-imperialismo) há uma mudança dos lugares de produção de

consenso e formulação de programas da classe dominante para a sociedade civil, já que não se trata somente de uma ofensiva contra o trabalho, esta é parte de uma reestruturação completa das próprias relações de classes (o que exige agentes, tempo, linguagem e organizações distintas das oferecidas pelo campo político-partidário). Falando claramente, afirmamos que existe no processo de reprodução ampliada do capital-imperialismo uma necessária modificação da totalidade da burguesia (em seu relacionamento com o imperialismo, e mais recentemente, a inserção de parte da burguesia nacional nos processos imperialistas de maneira subalterna), o que necessita que os processos decisórios do Estado não sejam objeto de publicidade e debate amplo pela sociedade, pelo contrário, devido seu caráter antipopular – então, suas formulações partem destes aparelhos privados de hegemonia, e são pleiteadas em lugares específicos do aparelho de Estado (que não dependem do mercado eleitoral e nem de publicidade em torno de sua atuação).

Estes deslocamentos do centro decisório de poder – alheamento da publicidade e dos instrumentos de democracia popular, seja lá qual seu formato – não forma novidade para o Estado capitalista, sendo teorizado já por Poulantzas, que o considera então como “relativamente autônomo” – e cujo maior exemplo, na contemporaneidade, é a autonomização dos Bancos Centrais. Na história da democracia brasileira este deslocamento do centro de tomadas de decisões políticas é claramente identificado com seu processo de desenvolvimento capitalista, nossa “via prussiana”, o que foi analisado por Décio Saes (1996, p. 129-147).

Ele abordará os dois momentos históricos de democratização (a República Velha e os anos entre 1945-1964), buscando os motivos pelos quais o sistema político não chegou a instituir-se aos moldes dos países capitalistas centrais. Em ambos os casos, marca forte posição contra explicações de cunho a-histórico, o que não nos impede em apreender algumas experiências históricas de classe em relação a estas análises. Primeiro, que a constituição de um partido político é essencial somente para as classes trabalhadoras, em busca de uma ação política independente, capaz de alterar a ordem vigente, pois seria uma “tendência espontânea da classe dominante [...] se fazer representar politicamente pelo Estado” (Idem, p. 133). Mesmo em um sistema pluripartidário, os partidos podem ser precedidos em relação ao processo decisório estatal pela burocracia estatal, que considera formar uma “*força política autônoma*” (SAES, 1996, p. 136). Não iríamos tão longe sobre esta autonomia da burocracia – tese que aparece nas considerações de Oliveira sobre o Estado contemporâneo, de forma um pouco distinta (OLIVEIRA, 2003) – mas é claro que é pela institucionalização destes locais de decisão que se dá a primazia do domínio da classe dominante sob o sistema partidário.

Sobre a atual forma institucional democrática, Saes compreende três grandes limitações, resquícios da Ditadura anterior. A primeira limitação gira exatamente em torno da militarização, que foi mantida na atual Constituição através de seu artigo 142, que confere às Forças Armadas a prerrogativa de politicamente intervir para a “manutenção da ordem”, além da sua permanência garantida no conjunto dos aparelhos do Estado. A segunda restrição seria a manutenção e ampliação do antigo Decreto-Lei na Medida Provisória. Esta permite ao presidencialismo poderes ampliados, já que tem força de Lei e vigência imediata (só perdem sua eficácia se não forem convertidas em Lei pelo Congresso em até 60 dias, podendo ser reeditadas). Esta iniciativa pode ser até centralizada, mas assinalemos que ela não se efetiva sem a formação de uma base de “governabilidade”, que conjuga partidariamente (onde os partidos da base aí expressam os interesses de uma classe ou fração específica) e coloca em disputa a ocupação da burocracia partidária a que o Executivo federal tem à sua disposição. Assim, existe outra dimensão que podemos acrescentar às tarefas dos aparelhos privados de hegemonia ligados à fração avançada da

burguesia, que é a necessidade de empreender o diálogo e operar como lobistas diante dos partidos. A terceira limitação diz respeito à ascendência da democracia estatal, que é “instrumentalizada pelos segmentos da classe dominante” (SAES, 1996, p. 142), embora assinalemos que o campo burocrático também é um campo de disputas, contingente às lutas de classe, mas que por sua localização é notadamente desigual (dada sua tendência para a defesa dos interesses da classe dominante) e possui agentes específicos, que pelo acesso a certa estabilidade econômica e poder (distribuídos desigualmente) os reveste de um *status* distinto, mas sendo que aqui não podemos nos apropriar de análises semelhantes em Estados capitalistas centrais, nos atentando para sua especificidade (DREIFUSS, 1989, p. 9-17).

Considerações finais

Refletimos um pouco sobre o processo de tomada de decisões políticas no Brasil contemporâneo. É através deste tipo de leitura que poderemos, adiante, buscar considerar efetivamente sobre os lugares de formação de consenso intraclasses dominante na contemporaneidade, e que acabam por expressar em lugares específicos dentro do Estado planejamentos programáticos desta, o que exige uma ampliação no campo político considerado habitualmente. É pelo processo de ampliação do Estado que são decididos não somente as demandas populares (aqui a institucionalização se dá pela submissão aos parâmetros orçamentários e jurídicos), mas também para a classe dominante: que possuindo o controle da mídia e da opinião pública utiliza estes espaços para a formação de consenso ou para a afirmação de seu projeto histórico social como “racionalidade”, como horizonte ideológico para as decisões estatais. Estas acabam por terem primazia sobre o Congresso e a Câmara, efetivando limitação no poder de sobrepor-se ao hegemônico, sua “lógica” e, neste sentido, acabam por silenciar institucionalmente as minorias em oposição ao governo estatal e sua burocracia – pelas vias institucionais parlamentares. Por fim, sublinhemos, nossa interpretação não visa tornar estes espaços dentro do Estado nem neutros, muito menos controlados de maneira completa pela burguesia. Mas podemos afirmar que estas mudanças, acerca da tomada dos processos decisórios, não abrem caminho nem para uma democratização plena, muito menos para a expressão e afirmação política do proletariado e campesinato.

Referência bibliográfica

ASSEMBLEIA. Foz do Iguaçu. 05/02/2013. Gravada por Lucas Eduardo Gaspar.

BETE. Entrevista realizada em 08/07/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais:** revisitando a participação e a institucionalização. Lua Nova, São Paulo. 2011. p. 315-348.

GONZALES, Emílio. **Cidade, experiência, memória:** aspectos sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu; alguns elementos teóricos. *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005. p.1-8.

JULIA . Entrevista realizada em 30/06/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

NADIR. Entrevista realizada em 03/07/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação Econômica e Social de Foz Do Iguaçu:** um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOUZA, João Carlos de. **Na Luta por Habitação:** a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, 1995.

PARANÁ TV. 1º Edição. Reportagem: 17/01/2013. **Segurança em áreas invadidas deixa outras áreas descobertas pela Guarda Municipal.** Disponível em: <<http://globo.com/rpc/parana-tv-1a-edicao-foz-do-iguacu/v/seguranca-em-areas-invadidas-deixa-outras-areas-descobertas-pela-guarda-municipal/2351098/>>. Acesso em: 01/05/2013.

“LIBERDADE NÃO SE PEDE, SE CONQUISTA!”: A REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM PELOTAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

*Luisiane da Silveira Gomes*¹

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a repressão às ações do Movimento Estudantil universitário na cidade de Pelotas durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), visto que podemos considerá-lo como um dos mais expressivos no Rio Grande do Sul naquele momento. Desde os primeiros momentos da concretização do golpe, em março de 1964, os estudantes pelotenses saíram às ruas para protestar contra o regime vigente. Neste contexto, o movimento estudantil configurou-se como um dos movimentos populares mais ativos do país ao encabeçar manifestações e protestos de resistência ao regime militar. Em consequência disso, a UNE e as principais lideranças estudantis acabaram sendo as primeiras vítimas. Ademais, alguns anos após o golpe, percebemos o recrudescimento da repressão aos militantes de grupos de esquerda que faziam oposição ao governo militar. Porém, foi no ano de 1968 que as lutas estudantis se intensificaram contra a ditadura, bem como por melhorias no ensino, sobretudo no ensino superior. Assim, numa tentativa de cessar com as agitações “subversivas”, os militares editaram o AI-5 que previa, entre outras coisas, a proibição de atividades ou manifestações de cunho político. Portanto, o Movimento Estudantil acabou sendo derrotado pela ditadura e só foi reestruturado em meados de 1977.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Movimento Estudantil; Repressão.

Panorama do cenário político brasileiro e o golpe civil-militar

Nestas breves linhas, tentaremos traçar um panorama do período correspondente ao governo de João Goulart, o qual ficou marcado por inúmeros conflitos e crises políticas. No seu governo, a crise econômica foi marcada pelos altos índices de inflação, o que desagradou a classe média e fez com que os setores mais conservadores se mobilizassem contra este governo. Ademais, foi neste momento que as atividades sindicais se intensificaram, sobretudo quando nos referimos às greves. Além dos fatores supracitados, o projeto das Reformas de Base, o qual previa reformas em diversos setores, sendo a Reforma Agrária como principal medida, foi rechaçado pelos setores à direita. Assim, desde 1962 alastrava-se pelo país uma campanha de desestabilização do governo Goulart patrocinada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

O IPES, assim como o IBAD, foi um aparelho de classe e sua coordenação ficou a cargo da elite empresarial brasileira. No entanto, alguns militares/empresários participaram

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Mestranda em História pela Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS; Bolsista do CNPq.

ativamente na organização desses órgãos². Eles possuíam um alto grau de organização, já que foram responsáveis pela disseminação de propagandas anticomunistas e por vincular a imagem de João Goulart ao inimigo comum aos setores à direita, o comunismo, assim como realizar operações que tinham como principal objetivo conter as forças populares, bem como desagregar o bloco populista e levar ao poder político os interesses multinacionais. Segundo René Dreifuss,

O IPES não era com certeza, [...], um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes (DREIFUSS, 1981, p. 161).

Portanto, somado à insatisfação das classes dominantes para com o governo de Goulart, outro fator que fez com que o golpe se tornasse inevitável, foi a rebelião dos marinheiros no final de março de 1964. Neste episódio alguns rebelados acabaram sendo presos, porém, em pouco tempo Goulart concedeu anistia aos mesmos; tal ato desagradou o oficialato da Marinha, gerando assim uma crise também no setor militar. Com isso, a ameaça de golpe era eminente e, em 31 de março daquele ano, as tropas do general Mourão Filho declararam-se em estado de rebelião contra o governo federal. Mesmo cientes da possibilidade de concretização do golpe, a esquerda brasileira foi pega de surpresa, pois não soube como reagir e acabou assistindo a tomada de poder pelos militares, os quais tiveram amplo apoio de alguns setores à direita. Goulart recusou-se a resistir para evitar uma “guerra civil”, então deixou Brasília e seguiu para o exílio no Uruguai.

Em 1º de abril de 1964, o general Artur da Costa e Silva se autoneomeou comandante do “Exército Nacional”, assumindo assim o controle do “Comando Supremo da Revolução”, juntamente com o vice-almirante Augusto Grünewald e com o brigadeiro Francisco de Melo. Antes de ocorrer às eleições de forma indireta para a Presidência da República, o “Comando Supremo da Revolução” expede em 09 de abril o AI-1, no qual estava previsto as primeiras cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos. Castelo Branco é eleito em 13 de abril de 1964.

“Abaixo a Ditadura!” – O Movimento Estudantil e a luta contra a ditadura civil-militar

Neste momento, o movimento estudantil configurou-se como um dos movimentos mais importantes na resistência à ditadura. A UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe civil-militar, pois sua sede no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada por policiais à paisana, assim como as principais lideranças do Movimento Estudantil acabaram presas e muitas entidades estaduais estudantis foram fechadas. Neste momento, a luta estudantil intensificou-se em favor da Reforma Universitária, sendo que esta implicava, dentre outras coisas, na extensão do ensino público e gratuito e na cogestão nas faculdades, medidas inaceitáveis pelo governo militar; e o fim dos acordos MEC-USAID, assim como contra a lei criada para reorganizar as instituições estudantis.

Neste sentido, visando controlar as entidades estudantis, foi promulgada em novembro de 1964, a Lei nº 4.464/64, conhecida também como Lei Suplicy, cuja autoria

² Podemos citar como exemplo o general Golbery do Couto e Silva.

foi do então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Segundo a lei, as entidades estudantis seriam reestruturadas, uma vez que a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) foram fechadas e acabaram sendo criados o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com sede em Brasília, e os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs).

Nesse intuito, ao desenvolvermos esta pesquisa, optamos por sair do eixo Rio-São Paulo, bem como das principais capitais, e nos deter na análise acerca da trajetória e repressão ao movimento estudantil em uma cidade do interior. Sendo assim, Pelotas merece destaque no cenário das lutas estudantis por ser uma das primeiras cidades do interior a possuir instituições de ensino superior, primeiramente sendo uma extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), depois, em meados de 1969, houve o desligamento desta e foi criada então a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Os estudantes universitários da cidade eram representados pela Federação dos Acadêmicos de Pelotas (FAP), a qual englobava os Diretórios Acadêmicos dos dois estabelecimentos de ensino superior da cidade (UFPEL e UCPEL). Assim, o Movimento Estudantil na cidade foi responsável pela mobilização política de resistência à ditadura civil-militar desde os primeiros dias após o golpe, uma vez que os estudantes estavam articulados, através de sua entidade representativa, com as entidades estudantis do país. Os mesmos promoveram greves estudantis e fizeram, também, pronunciamentos em favor da democracia nos principais meios de comunicação impressos da época. Para exemplificar, vemos uma nota extraída do jornal *Diário Popular* de 2 de abril de 1964:

FAP e UPES

Em Pelotas, a FAP decretou greve geral dos universitários. A parede dos estudantes, pela rádio acompanhará as decisões dos órgãos superiores. Por sua vez a UPES, que congrega os estudantes secundários da Princesa do Sul, em coordenação com a União Gaúcha dos Estudantes Secundários também entrou em greve geral. Como os universitários, estudantes de grau médio só voltarão as aulas após superada a crise político-militar que se desenvolve no país (SILVEIRA, 2010, p. 20).

Numa tentativa de conter as manifestações populares que estavam ocorrendo na cidade, o coronel Joaquim Ribeiro, comandante da Guarnição Federal, divulgou uma nota nos principais meios de comunicação que previa coibir qualquer articulação entre os opositores ao governo militar, assim como restringir a visibilidade às manifestações que aconteciam. Ao analisarmos essa nota, percebemos que este cerceamento atingia não somente àqueles que faziam a oposição ao regime militar, mas também atingia amplamente a sociedade como um todo, limitando, assim, a liberdade dos indivíduos.

Comando da Guarnição Federal

Aviso à população

Tendo em vista o pronto acatamento por parte da ordeira população pelotense, as decisões deste comando, dadas a público pelas emissoras e jornal local, nesta data resolve o comando do ID/3 adotar novas reuniões que são as que seguem:

- 1º - É permitido o funcionamento de locais de reuniões e diversões públicas, apenas até as 22:00 horas (cultos religiosos, cinemas, clubes, bares, cafés e restaurantes). Não se enquadram nos presentes itens os campos de futebol e corridas de cavalos, os quais não poderão funcionar;
- 2º - Não será permitido o trânsito pelas ruas de grupos de mais de duas pessoas, após as 22h;

3º - Será reprimido energicamente, qualquer ato que contrarie as prescrições acima, sendo os infratores presos, tomando destino a ser designado por este comando;

4º - Este comando agradece mais uma vez a população local e concita-a manter-se, como até agora o tem feito, tranqüila e em perfeita ordem, o que sobremodo facilita as ações das autoridades neste momento de crise nacional.

Pelotas, RS, 04 de abril de 1964.

Joaquim Carlos Müller Ribeiro

Coronel – cmt da Guarnição (Diário Popular, 05 de abril de 1964, pág. 10 *apud* SILVEIRA, 2010, p. 27/28).

O ano de 1968 é emblemático para o movimento estudantil, pois foi neste momento que se deu o auge das lutas estudantis Brasil afora. O estopim para a intensificação dessas lutas foi a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, em 28 de março, no restaurante Calabouço, localizado no Rio de Janeiro. Para dar fim ao alto grau de insubordinação política, o governo militar editou o A-I 5 e, durante esse período, assistimos o recrudescimento da repressão policial contra as manifestações públicas de repúdio ao regime. Em consequência disso, aqueles manifestantes tidos como “subversivos”, em grande parte estudantes, foram caçados, muitos deles acabaram presos, torturados e, em casos extremos de uso da violência por parte do Estado, acabaram sendo mortos. Para aqueles que conseguiram escapar a salvo da repressão, restava apenas a clandestinidade.

Neste contexto, devido ao aumento significativo nas mobilizações estudantis, o aparato repressivo em Pelotas foi reforçado. Existia na cidade a Corporação Pedro e Paulo, que inicialmente era responsável por resolver apenas problemas de trânsito, mas teve seu contingente ampliado e seus objetivos modificados devido à demanda da repressão na cidade para controlar a propaganda antigovernamental. Portanto, com o aumento da violência policial, os estudantes não se intimidaram e tiveram que buscar meios alternativos para dar continuidade à luta. Porém, neste período, ao mesmo tempo em que temos o auge das lutas estudantis, temos, também, o refluxo no movimento estudantil. Assim, alguns militantes do movimento estudantil pelotense acabaram se desligando do movimento e/ou partiram para a atuação em grupos de luta armada. Além disso, muitos que mantiveram ligações com as organizações de esquerda passaram a auxiliar àqueles que buscavam exílio no Uruguai assegurando-os a “passagem” para o outro lado da fronteira.

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, “fechou-se a cortina, começaram os anos de chumbo” (REIS FILHO, 2004, p. 41). Durante a década de 1970 houve um esvaziamento do movimento estudantil devido ao aumento da repressão policial. Muitos estudantes migraram para a luta armada, pois acreditavam que esta seria a única maneira possível de continuar a luta contra a ditadura. Para Marcelo Ridenti, o movimento estudantil foi um dos principais expoentes de quadros para os grupos de esquerda, assim como para os grupos que aderiram à luta armada.

Foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (906; 24,5% do total de 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas (583; 30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas típicas). Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos de 1966 e 1968 (RIDENTI, 1993, p. 115).

Por fim, no decorrer dos primeiros anos da década de 1970 a UNE perdeu significativamente a influência no meio estudantil, uma vez que se restringia apenas a alguns estudantes clandestinos. A ditadura acabou derrotando o movimento estudantil, que se reestruturaria novamente em meados de 1976.

Em 1977 a mobilização estudantil atingiu outro patamar, pois ocorreram manifestações em praticamente todos os estados do país. Além disso, o movimento estudantil aliou-se a outros setores e movimentos sociais, intensificando sua luta promovendo greves, passeatas e manifestações públicas contra o governo militar. Em Pelotas, os estudantes manifestaram contra o chamado “Pacote de Abril” em frente ao prédio da faculdade de Direito (UFPEL), a polícia cercou o local onde se encontravam os manifestantes. Estes foram avisados com antecedência que não seria permitido a realização de discursos. No entanto, um estudante toma a iniciativa e intenciona escrever a palavra “liberdade” na terra. Inicia escrevendo um “L”, e outros estudantes também fizeram o mesmo escrevendo “LIBER”. Neste momento o estudante de Direito, João Carlos Gastal Júnior, levanta-se e afirma que liberdade não se pede, se conquista. Tal ato foi suficiente para a prisão do estudante.

O ano de 1979 é marcado pela reconstrução da UNE. Tal fato ocorreu em Salvador (BA) durante o XXXI Congresso Nacional dos Estudantes. O congresso foi realizado mesmo com o governo considerando-o ilegal. Todavia, houve um incidente na noite em que estava sendo discutido o Estatuto da UNE, pois as luzes foram apagadas e foram jogados para o interior da plenária alguns pacotes contendo um pó químico, fazendo com que houvesse correria e gente desmaiando. E assim renasce a UNE. Contudo, o movimento operário retorna à cena política do Brasil com força total, atingindo o seu ápice neste momento e encabeçou o enfrentamento à ditadura. Esse fato fez com que o movimento estudantil entrasse num período de refluxo novamente, pois os estudantes perceberam que somente a militância estudantil não era o suficiente. Sendo assim, formaram uma aliança operário-estudantil. No Rio Grande do Sul foi realizado, em 28 de março de 1980, na cidade de Santa Maria, o congresso de fundação da União Estadual dos Estudantes (UEE/RS).

No início da década de 1980, os estudantes tentaram reaver o prédio sede da entidade na Praia do Flamengo, mas foram duramente reprimidos pela polícia e o prédio acabou sendo destruído. Com o fim do regime militar, os estudantes saíram às ruas defendendo as mesmas bandeiras históricas e a redemocratização do país. A UNE tem participação ativa na campanha pelas “Diretas Já!”, fazendo intervenções e manifestações importantes nos principais comícios populares do momento. Somente em 1985 a UNE sai da clandestinidade, através de projeto aprovado no Congresso Nacional, o qual teve autoria de Aldo Arantes.

Conclusão

No início da década de 1960, os setores mais conservadores da sociedade, em conjunto com alguns militares, buscavam afastar o Brasil do comunismo, inimigo este que pairava sobre o governo Goulart, sendo representado através das Reformas de Base. Além disso, tinha forte influência sobre o estudantado brasileiro. Estes se configuraram como um dos principais responsáveis por desenvolver atividades “subversivas”. O descontentamento do setor militar e da classe média desencadeou uma crise política no Brasil, que culminou no golpe civil-militar no final de março de 1964. A partir daí, com os militares no governo, iniciou-se um período de cassações políticas, expurgos nas universidades, prisões, dentre

outras medidas, que deixava à vista a repressão militar agindo contra os “subversivos” que eram contrários ao regime vigente no país.

Os estudantes desempenharam importante papel na luta contra a ditadura, já que, em praticamente todos os cantos do país, o movimento estudantil constituiu uma força de enfrentamento ao governo militar que evidenciou a sua relevante contribuição nas lutas em favor da democracia. Neste sentido, a repressão perseguiu as principais lideranças estudantis com o objetivo de conter o avanço do referido movimento. A cidade de Pelotas merece destaque, pois além de possuir um movimento estudantil coeso e coerente tanto com as lutas específicas, como lutas de cunho político, configurou-se como rota de fuga aos militantes dos grupos de esquerda que, percebendo o recrudescimento da repressão, procuraram exílio no Uruguai.

Referência bibliográfica

ARAÚJO, Ana Paula Nascimento. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão!** – Movimento Estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.

DREIFUSS, René Armand. A elite orgânica: recrutamento, estrutura decisória e organização para a ação. In:_____. **1964: A Conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p. 161-208.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem:** da ditadura à nova República. São Paulo: Xamã, 2004.

MANSAN, Jaime. **Expurgos na UFRGS:** Afastamento sumário de professores no contexto da Ditadura civil-militar (1964-1969). 2009. 323f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 53-60.

MARÇAL, Fábio. Final dos anos 60: os estudantes balançam o Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de Segurança Nacional:** Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 78-84.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar:** 1964-1968. Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1987.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, ano III, número 5, p. 101-108, dezembro de 2009.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 25-149.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004. p. 53-65.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. **A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas**. UFPEL, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História** – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004. p. 13-28.

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA FRENTE À PROBLEMATICA DA ILEGALIDADE DO ABORTO

Luiz Augusto Mugnai Vieira Jr¹

Resumo: O aborto além de um problema de saúde pública (Organização Mundial de Saúde, 1990) se torna uma ótima metáfora (STRONG, 1984) para pensarmos as questões sobre Estado, democracia e liberdade da vontade individual. Frente a isso, esse trabalho tem como objetivo refletir a ilegalidade do aborto a partir de uma breve discussão sobre o aparato democrático (Joseph Schumpeter, Robert Dahl e Carole Pateman). Devido à ilegalidade da prática abortiva o Estado acaba frequentemente assistindo passivamente as mulheres que abortam, mesmo que devido essa situação essas coloquem as suas vidas em risco, reforçando dessa maneira as relações de poder de controle sobre os corpos femininos. Esse poder sobre as mulheres vem muitas vezes de um discurso determinista biológico, que vê a mulher apenas com finalidade reprodutora e provida de “instinto” maternal. Dessa forma, uma perspectiva histórica sobre democracia leva se a deparar com outra questão, essa tão tangencial quando se debate sobre a prática abortiva, a de gênero. Assim, alguns teóricos contratualistas como Hobbes e Rousseau proporcionam não somente visões sobre a democracia como também olhares sobre a questão de gênero, por exemplo, sobre o papel da mulher no corpo social. Observa-se que essas visões do feminino, como dados biológicos, se mostram ainda presentes na sociedade atual e refletem conflituosamente nas políticas públicas e nos discursos políticos, como, por exemplo, as eleições presidenciais de 2010 no Brasil.

Palavras-chave: participação política, gênero, aborto.

O aborto é considerado um problema de saúde pública desde a década de noventa pela Organização Mundial de Saúde (2000). No Brasil, a prática abortiva também se mostra um problema de saúde pública e, devido a sua ilegalidade, torna-se uma prática insegura (por procedimentos feitos de forma não adequada), o que contribui como um dos maiores agravantes das seqüelas físicas e psicológicas e até mesmo morte de mulheres que o praticam.

Pretende-se aqui apresentar brevemente a configuração da problemática da democracia em relação à ilegalidade do aborto. Quando se trata da prática do aborto, cabe ao Estado decidir se a mulher deve ou não prorrogar uma gravidez? Existem espaços para essas questões serem debatidas? Cabe somente às mulheres responsabilizarem-se pela prática do aborto? E os homens? E o Estado, como assiste a essa situação?

Para tal, por meio de uma revisão bibliográfica sobre a constituição histórica do feminino, é possível verificar que o aborto aparece como uma ação que se choca com a ideia de uma “natureza” feminina destinada à maternidade, ideia esta constituída

¹ Mestre pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, docente da Universidade Paranaense, e-mail: gutomugnai@hotmail.com.

historicamente, como, por exemplo, observada na visão dos contratualistas Hobbes e Rousseau.

Essa a natureza amável de seu sexo antes de a depravarmos. A mulher é feita para ceder ao homem e até suportar a injustiça dele. Nunca levarei os jovens ao mesmo ponto; o sentimento inferior ergue-se e se revolta neles contra a injustiça; a natureza não os fez para que a tolerassem (ROUSSEAU, 1992, p. 475).

Portanto, entender a questão de gênero dentro de uma discussão sobre democracia, liberdade individual e participação, leva-se a deparar com outras questões como: até que ponto a construção sobre a mulher (feminino) influencia em sua participação política, o seu poder no espaço público? Dessa forma, recorre-se brevemente uma introdução sobre gênero para que possibilite entender que um dos fatores da ilegalidade do aborto está fundamentado na problemática de gênero. Em outras palavras, a construção do feminino dado ao longo da história, elementos femininos que ainda permeiam até os dias de hoje na prática política. O pensamento político influenciou a história trazendo mudanças nas formas de perceber a mulher e o aborto.

Segundo Scott (1991), uma visão do gênero como constituinte de relações sociais fundamentadas e percebidas nas diferenças entre os sexos, compostas no interior de relações de poder, ou seja, na compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso as relações de gênero. Porém, Martins (2004) ressalta que é interessante entender que gênero foi reduzido a um dado biológico, e assim o sexo passou a ter uma relação estritamente com as mulheres. Portanto, sexo e gênero tinham uma base biológica e não eram percebidos como uma construção a nível social. A ênfase dada à função biológica de gêneros era confirmada pelo desenrolar da vida das mulheres.

Dado esse enfatizado por Hobbes e Rousseau, como descreve Pateman (1996):

Ora, a maternidade fragiliza a mulher, que passa a ser responsável pela segurança de um outro ser, indefeso. Isto permite que o homem a domine, pela força. Para garantir a própria vida, mãe e filhos se submetem à autoridade do homem (HOBBS, 1993, p.130).

Outros teóricos mostram também como era a visão dos contratualistas em relação à mulher, Stuart Mill (2006) percebe que tanto Hobbes como Rousseau partiram da visão de “estado de natureza” que o mais forte deveria predominar o mais fraco. Logo, a mulher em desvantagem física em relação ao homem, deveria ser dominada por ele e que, mais tarde, a inferioridade da mulher se deu pelo hábito. Sua própria “natureza feminina”, como capacidade de gerar vida e amamentar, fazia com que ela se restringisse ao espaço privado, enfim, do lar doméstico.

Essas teorias sobre a mulher eram legitimadas pelo poder médico, como afirma Mill (2006). Como o autor, tanto Rohden (2003) como Martins (2004) relatam que a mulher era tratada no discurso médico como um ser de função sexual/reprodutiva, diferentemente do homem. Dessa forma, a prática abortiva chocava-se com a ideia de “natureza feminina”, que via o “exercício da maternidade a uma função não só natural, mas de ordem moral e política.” (MARTINS, 2003, p.14-15).

Quanto à questão do espaço público e privado, Pateman afirma que:

A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido

de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado (PATEMAN, 1993, p.28).

Observa-se que atualmente as mulheres conquistaram um espaço na sociedade, mas nem por isso atingiram a igualdade com o mundo masculino. Segundo Pateman (2011) houve uma melhoria das mulheres em vários âmbitos da sociedade, sua posição social e econômica, além da sua situação política, jurídica e cívica. Entretanto, a autora levanta uma indagação: serão as mulheres hoje cidadãs de pleno direito em todos os países do mundo?

Para Pateman (2011), as mulheres não são cidadãs plenas como os homens e essa não prerrogativa está fundamentada naquilo que ela chama de obstáculos e a indiferença em relação ao feminino na conquista da plenitude da cidadania. São vários esses obstáculos, como o trabalho em jornada dupla, salários inferiores, por estarem mais sujeitas à pobreza, violência sexual, o não direito de decidir em abortar, entre outros.

Portanto, existe uma dificuldade de ultrapassar esses obstáculos, tornando assim a cidadania das mulheres um problema a ser resolvido, que segundo Pateman (2011) estão fundamentada nos costumes e concepções do feminino e masculino, tornando-se as mudanças práticas sociais e as reformas políticas e jurídicas um longo caminho árduo. Segundo Martins (2004), existe uma herança do sistema patriarcal que ainda vigora e se mostra impregnada culturalmente, sendo transmitida por várias gerações, baseada na ideia que as mulheres se mostram inferiores aos homens e estas possuem apenas uma finalidade sexual e reprodutiva, enfim, de uma natureza voltada para maternidade, como ocorria nos séculos XVIII e XIX, como afirma também Rohden (2003), que enfatiza a contribuição do discurso médico na valorização do papel da mulher para a nação, onde a missão de procriar, delegada à mulher, era agora um assunto de Estado. A maternidade estava associada ao futuro da nação.

Segundo Laqueur (2001), o contratualista Rousseau via a diferença entre homem e mulher a partir de uma explicação dada pelo estado de natureza de cada sexo, preocupado com a relação da diferença sexual com as origens da sociedade. Assim, a mulher não cabia ao espaço público e político, pois maternidade, segundo Hobbes (1993), fragilizava a mulher; e essa, responsável por outro ser indefeso, devia submeter-se à autoridade do homem.

Martins (2009, s.p) afirma que “a Revolução Francesa não contribuiu para mudar essa ideia de destino natural” de todas as mulheres à maternidade, pois o discurso revolucionário e republicano em relação aos direitos de cidadania para as mulheres se mostrava limitado e reacionário em ideias científicas e médicas sobre a natureza feminina, que não podia exercer papéis ou funções sociais que só cabiam aos homens. A autora chama atenção como os pensadores mais importantes do século XVIII, como Rousseau, que compartilhavam de ideias sobre as mulheres, que eram somente delas, a fragilidade e a incapacidade de certas responsabilidades sociais, além de uma limitação de conhecimento filosófico e científico devido à sua “natureza” e, principalmente, para uma participação na esfera política.

Esse conhecimento a partir das diferenças anatômicas do corpo feminino e masculino vai ser usado e delegado ao poder médico como menciona Pedro (2003), Rohden (2000) e Galeotti (2007). Para esta, o poder dado à medicina na diferenciação entre os sexos que levou a uma transformação nos papéis da mulher, do homem e até mesmo do feto. O aborto era considerado uma coisa de mulher até meados do século XVIII, torna-se uma coisa de médicos. São as transformações ocorridas, oriundas de uma nova ideologia

da fecundidade masculina e feminina, na qual o feto é uma fonte de riqueza e poder, visto como proveito ao Estado, proporcionada pelas descobertas científicas que trazem novos significados na relação mãe e feto. A mulher, que irá gerar um novo cidadão é vista agora não somente como uma cidadã e, sim, como uma propriedade do Estado (GALLEOTI, 2007).

Observamos que as práticas de aborto obtiveram um grande crescimento no século XIX devido à urbanização e, por isso, novos olhares à saúde baseada em uma assistência pré-natal de interferência estatal com objetivo de desenvolver um recém-nascido saudável com baixas taxas de mortalidade infantil, fundamentada em uma preocupação social com a demografia e com a qualidade das crianças nascidas e não com a proteção da mulher. (MINISTERIO DA SAÚDE, 2008).

Dados estatísticos do Ministério da Saúde (2007) da pesquisa “Magnitude do Aborto no Brasil” demonstram que, aproximadamente, um milhão de abortos são realizados por ano no Brasil, em sua maioria por vias ilegais, constituindo assim na quarta maior causa de morte entre as mulheres. Esses dados trazem uma visualização clara de que o aborto é um problema de saúde, entretanto existe resistência em debater o aborto somente sob um viés moral, sem uma preocupação com o direito da Saúde e de Justiça, impedindo as mulheres exercerem plenamente o seu direito de cidadãs (MAGALHÃES & MAYORGA, 2008, p.145).

As mulheres têm-se feito presentes em vários movimentos que têm como objetivo melhores condições de vida, havendo assim uma participação nos espaços de poder e decisão. (FARIA, 2005). Uma história da emancipação feminina na participação política que se deu em grande parte devido à atuação do movimento feminista, chamando a responsabilidade do Estado quanto à oferta de métodos anticoncepcionais dentro de uma política de planejamento familiar, com atenção à questão do aborto e aos altos índices de mortalidade materna.” (PINHEIROS, 2000, p.1).

Porém, essa participação política feminina nem sempre se deu dessa forma como nos revela Pateman (1993). Segundo a autora, a ideia de indivíduo partia de uma definição patriarcal, de uma perspectiva de que era o homem do sexo masculino. Dessa forma, a sociedade era estruturada por “uma ordem patriarcal”. Por isso, família sendo do campo privado, cabia às mulheres, à sociedade civil e ao Estado, elementos pertencentes ao espaço público, são do universo masculino. Assim, as mulheres se encontravam excluídas de uma participação política na qual era fundamentada em concepções “sexualmente diferenciadas” de cidadania.

Pateman (2011) parte da ideia de que há necessidade de uma participação política de todos, independentemente de gênero ou classe social. Entretanto, a autora mostra a importância de uma participação maior das mulheres nos espaços políticos da democracia, a fim de garantir uma democratização para a liberdade das mulheres, que devem estar no centro do debate e não às margens dele. Apesar de existir uma representatividade delas cada vez maior nos cargos executivos, como, por exemplo, no Brasil, o cargo de presidência com a Dilma e outros, ainda existe obstáculos de acesso às mulheres aos direitos de cidadania, fazendo com que elas sejam colocadas como "menor valor" em relação aos homens. Dentre os diversos obstáculos, estão: o aborto, a pobreza, violência sexual, entre outros.

Essa questão da participação está intrinsecamente relacionada com uma discussão conceitual sobre o que é democracia. Observa-se que existem divergências entre os conceitos desde Hobbes e Rousseau, passando por Schumpeter, Dahl e Pateman, que possui um olhar crítico à teoria clássica. Entretanto, os conceitos desses teóricos podem,

em síntese, convergir para pensar a democracia a partir de elementos como o de uma sociedade baseada na justiça, igualdade e soberania do povo presente.

Mesmo que a democracia toque em questões como a de que todos possuem direitos e devem ser vistos igualmente, vemos que, quando se trata das mulheres, isso se mostra diferente, apesar de que as mulheres não foram totalmente excluídas da participação social, como nos afirma Pateman (1992). A participação feminina foi incorporada nos direitos universais como indivíduos, entretanto em sua peculiaridade como mulheres, por uma hierarquia que as colocava em subordinação aos homens, fundamentada em dados de diferenciação biológica da mulher com o homem, dentro de uma perspectiva da política com gênero. Assim, a mulher tinha uma participação na sociedade civil como cuidadora do lar e no papel de mãe.

Entretanto, atualmente, essa questão ainda permeia o corpo social, quando se fala do direito de abortar das mulheres. Pateman (1993), além de romper com a questão da teoria clássica, avança em outra questão ao debater a democracia, essa não enfatizada por Rousseau, Schumpeter e Dahl, que seria a questão da vontade geral e individual, a importância da escolha do indivíduo, como também evidencia Rawls (2002), com a questão liberdade individual *versus* noção de justiça, questões essas tão pertinentes quando há um debate sobre a ilegalidade ou não da prática abortiva.

A grande contribuição proporcionada pelo movimento feminista na luta pelos direitos da mulher faz com que haja surgimento da participação da mulher em um espaço político que foi cada vez mais ganhando forças, como informa Pateman (1993).

Esse clamor para uma efetivação maior da participação das mulheres nos âmbitos políticos contradiz o próprio discurso político usado por várias mulheres dentro das políticas. Pois, a participação feminina na política, que era algo não apropriado e um grande risco social, como fundamentavam os contratualistas como Rousseau e Hobbes, ainda esses são amparados em dados biológicos. Esses elementos se mostram presentes em falas eleitorais, como nas eleições presidenciais da então candidata, e hoje presidente, Dilma. A mulher é chamada a uma participação política, porém ela é lembrada sempre da sua “condição natural” de ser mãe, e ter deveres para com o lar.

Em campanha eleitoral no de 2010, a candidata Dilma Rousseff disse que dará um tratamento especial à mulher e à criança, antes do nascimento até um ano de idade com o programa chamado Rede Cegonha, programa como a Mãe Paulistana, lembrada pelo candidato José Serra naquele ano. A mulher como mãe é evidenciada em toda aquela campanha por todos os candidatos, como Marina Silva, por exemplo. A representação da mulher como mãe ganha força nas eleições de 2010, a partir do momento em que o aborto tornou-se uma estratégia poderosa para a perda das eleições. Observa-se que o aborto nos debates eleitorais de 2010 somente aparece como uma questão moral e muito indiretamente foi colocado como um problema de saúde grave.

Segundo Faria (2010), houve a construção de uma imagem maternal de Dilma, anterior às eleições. A candidata à presidência estava relacionada à “mãe pátria” e à “mãe do PAC”, e esse foco na maternidade se mostrou depois mais latente e reforçado quando a questão do aborto entrou em cena nos debates eleitorais. O uso do discurso da maternidade, da família, da candidata, de ser mãe e avó, de ser feminina, mostra a dualidade identitária que cerca a mulher ao aspirar certos lugares sociais, lugares de poder, como o cargo de chefe maior da nação: deve ser forte, decidida, como qualquer dirigente, porém não pode fugir dos estereótipos do que é ser mulher.

É importante observar, como debatido acima, que o pensamento político influenciou os aspectos históricos e que as transformações políticas proporcionadas ao longo da história também influenciaram na percepção da mulher e do aborto, e como isso

refletiu na representatividade e na participação delas nos espaços públicos atuais. Apesar do sufrágio universal, o direito de voto ser o primeiro direito de cidadania em uma democracia, como relatado por Schumpeter (1961) e Dahl (1989), esse direito constitui apenas uma parte da cidadania como ressalta Pateman (2011).

Pateman (2011) instiga a uma reflexão: as mulheres, como os homens, podem ser consideradas cidadãs plenas? A autora percebe que o direito eleitoral conquistado pelas mulheres não é um fator que lhes dá a caracterização de cidadãs plenas. Existem os obstáculos que vão desde “o peso e a cobrança” da maternidade, passando por uma rentabilidade inferior ao homem, até a decisão de decidir em abortar ou não devido a uma rede de complexidade de crenças culturais de gênero, que dificultam uma transformação política.

Ao discutir gênero, Scott vai além da proposta da diferença entre gênero e sexo, no qual o primeiro é uma construção social e o segundo é um fator biológico. Para a autora o gênero, como categoria analítica, articula duas proposições, um elemento constitutivo das relações sociais e de relações de poder (SCOTT, 1991, p. 13).

Entretanto, essa proposta ainda se mostra distante dentro de uma percepção social, até mesmo quando se trata de um processo democrático, como foram as eleições presidenciais de 2010. Adentrando-se os âmbitos das eleições de 2010, observou-se um reforço nos padrões e estereótipos de gênero, ou seja, mesmo no caso da mulher então candidata e depois futura presidente de um país “ser mulher”, e ter uma visão da importância feminina na participação política, o que mais se destacou foi a imagem da boa mãe ou avó, religiosa e boa dona de casa, conforme destacou Faria (2010). Imagem equivocada de mulher que devia pertencer restritamente ao espaço privado (doméstico) e não o espaço público (político), o qual cabia ao homem, como enfatizavam Hobbes e Rousseau, que acreditavam que, devido à própria “natureza feminina”, a participação política da mulher era um grande equívoco e um risco social político, mesmo sendo contrários à universalidade, que constituiria as categorias democráticas de indivíduo e cidadão.

Referência bibliográfica

DAHL, Robert. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FARIA, Nalu. “**O aborto mal feito é a terceira causa de morte materna**”. Entrevista: Nalu Faria. Caros Amigos, Nov. 2010. p.12-17.

GALEOTTI, Giulia. **História do Aborto**. Lisboa: edições70, 2007.

HOBBS, Thomas. **De cive**, capítulo IX. Petrópolis: Vozes, 1993.

LAQUEUR, Thomas. **Inventado o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa; MAYORGA, Claudia. Feminismo e as lutas pelo aborto legal ou por que a autonomia das mulheres incomoda tanto? In: MAIA, Mônica Bara (org.) **Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Magnitude do aborto no Brasil: uma análise dos resultados de pesquisa.** Brasília, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Aborto espontâneo e provocado.** Genebra, 1990.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O Contrato Sexual.** Tradução de Marta Avancini. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. **Revista Crítica de Ciências Sociais** – Eurozine, 2011.

PEDRO, Joana Maria. **Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PINHEIRO, Maria Laura Sales. Saúde da Mulher: discurso construído no marco da redemocratização. **Jornal Fêmea**, número 94, 2000.

ROHDEN, Fabíola. **A arte de Enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

ROUSSEFF, Dilma; SERRA, José; SILVA, Marina. In: *ESTADÃO*. Debate da Band: 1º turno. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2010/08/06/assista-a-integra-do-debatepresidencial-da-band/>>. Acesso em: 6 ago.2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social e outros escritos.** São Paulo: Cultrix, 1965.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** / (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1991.

STRONG, Susan. **A doença como metáfora: AIDS e suas metáforas.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

STUART MILL, J. **A Sujeição das Mulheres.** tradução de Débora Ginza. São Paulo: Escala, 2006.

O ESTADO GREGO ARCAICO E SUAS HERANÇAS: UMA ANÁLISE POSSÍVEL

Márcio Augusto Galante¹

Resumo: A construção da sociedade da Grécia antiga “clássica”, se deve, basicamente, à civilizações de períodos anteriores, elementos esses que vão influenciar na constituição da *pólis grega*, dessa forma os pilares da sociedade grega e de suas Cidades-Estado (em meados do século VI a.C. e posteriores), estão solidificados em seu passado. Em outras palavras, a formação do Estado grego e seu contexto estão ligados aos seus primórdios/passado, relacionado assim a sua herança das civilizações anteriores como a minoica e principalmente a micênica. O objetivo desse trabalho é, portanto, analisar elementos que vão permitir a formação do Estado grego, são possíveis leituras com relação ao fim da sociedade minoica para o início da micênica, e o fim desta última para a formação da sociedade grega “arcaica”, que mais tarde se tornaria a Grécia do século V a.C. Buscando ressaltar as condições para a formação do Estado grego, que consolidou características próprias, diferenciando-se do Estado minoico e micênico. Sendo que, parte-se de leituras de alguns textos e seus autores (como por exemplo, Maria B.B. Florenzano, Michel Austin e Pierre Vidal-Naquet e entre outros autores), que propõe possível análise de permanências e rupturas da sociedade micênica com relação a “futura” Grécia do século VIII a.C. e além. Porém, para isso será levado em conta as dificuldades com relação às fontes relacionadas a uma análise do período, bem como as lacunas históricas.

Hoje sabemos da configuração do Estado Grego no período “clássico” em detrimento de fontes que chegaram a nós, que perduraram frente às intempéries do tempo. Porém, antes da *pólis* se concretizar (no que nos serviu de exemplo para a construção do Estado contemporâneo) tal organização de sociedade passou por processos longos de “amadurecimento”, até tomar a forma conhecida no início do século VI a.C. Todavia, essas transformações em parte devem-se ao próprio caminhar da sociedade grega antiga, ou seja, experiências da sociedade que vão levar a essa constituição política, mas em parte também deve-se a organizações que foram anteriores, em certa medida pode-se afirmar que a *pólis* de renomados poetas e filósofos, tem algum débito às suas heranças, calcadas em seu passado.

Dessa forma, o objetivo do presente texto consiste em apresentar, em algumas linhas, elementos que perduraram na constituição do Estado grego “clássico”, principalmente com relação a heranças políticas, ou até mesmo a ausência delas. Também, se busca apresentar a diferença na construção dos Estados anteriores a *polis*, a fim de pontuar semelhanças e permanências de cada configuração estatal político-social.

Para auxiliar na construção de tal proposta, buscou-se em textos de historiadores que estudam o assunto, permitindo, assim, respaldo teórico-metodológico à discussão proposta. Dentre eles, de imediato, pode-se citar: Pierre Vidal-Naquet, Michel Austin,

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Marcos Luís Ehrhardt.

Maria Beatriz B. Florenzano, Marcos Alvito Pereira de Souza, Marie Claire Amouretti e Françoise Ruzé.

De início, parte-se da concepção de que a sociedade Minoica detenha em seu âmago características que vão encontradas dentre os gregos da posteridade. Tal sociedade se constituiu em meados do milênio II a.C., se estendendo até meados do século XV a.C., na ilha de Creta, tendo como centro comercial e político o palácio de Cnossos. Essa sociedade “negada” pelos povos do oriente mantém características próprias com sua sociedade anterior, porém não cabe a esse texto trazer detalhes, mas sim apresentar possíveis relações com as sociedades futuras. Nesse trecho do texto *O mundo grego antigo dos palácios de Creta à conquista romana*, os autores Marie-Claire Amouretti e Françoise Ruzé defendem, já no título, que Creta faz parte da sociedade grega. Isso fica claro no seguinte trecho,

Uma dinastia grega em Cnossos. (...) Independente do que Evans tenha podido pensar, esta última dinastia é grega, contemporânea das tabuinhas mais antigas do linear B (AMOURIETTI e RUZÉ p. 54 – 1993).

Eles se organizaram em torno de uma figura central que, possivelmente, seria um rei. No texto de Ruzé e Amouretti os autores não apontam com certeza sobre a organização social dos minoicos. Portanto, parafraseando os autores,

Sentimo-nos, sem dúvida, tentados a propor um modelo próximo do dos palácios orientais, embora nos surpreenda um pouco a ausência da efígie real, tão onipresente no primeiro caso. Por outro lado, as construções e as sepulturas indicam a existência de uma aristocracia que não parece uma aristocracia guerreira (...) (AMOURIETTI & RUZÉ, 1993, p. 45).

Também é possível deduzir uma organização devido às tabuinhas de linear B – em traços simbólicos as que mais tarde vão ser encontradas no continente, mostrando uma relação dos minoicos com os micênicos, possíveis herdeiros dos cretenses. Tais tabuinhas de argila foram encontradas nos restos “mortais” dos palácios cretenses. Graças à arqueologia, foi possível a tradução destas, possibilitando o entendimento da presença de uma talassocracia que controlava a relação da produção de bens para a exportação, como também dos bens a serem importados. Deveras, mostrando que havia uma organização razoável na pequena ilha.

Porém, um fator que pode distanciar os minoicos de seus sucessores foi a ausência de um caráter belicoso, como já citado pelos autores. Longe disso os palácios na ilha não eram fortificados, acentuando diferença com os micênicos. Mas, de certo modo, isso não impediu que Creta fosse aberta ao exterior e galgasse influência em seus entrepostos comerciais, como, por exemplo, em algumas regiões do Peloponeso, nas Cíclades e em Chipre, e até mesmo em Tróia, onde a cerâmica e ornamentos de ovires cretenses foram encontrados em escavações arqueológicas. No caso do Peloponeso já havia uma organização de caráter militar contemporâneo à sociedade minoica. No entanto, algo chama a atenção, além de uma série de objetos de origem minoica que foram encontrados na região, o que mais se destaca são os “túmulos de cúpula”, como apontam Ruzé e Amourietti,

(...) testemunhando a existência de uma classe guerreiros suficientemente ricos e poderosos para encomendarem pessoalmente aos artistas – (...)

cretenses – objetos efetivamente de acordo com os seus desejos (...) (AMOURIETTI & RUZÉ, 1993, p. 45).

Por fim, é impossível negar o contato de minoicos e micênicos, apesar de este último não se caracterizar enquanto uma “potência” efetiva dentre tantas aldeias e povoamentos banhadas pelo mediterrâneo durante o auge minoico, mas não exclui a existência de uma sociedade minimamente organizada e bélica. Dessa relação entre cretenses e micenenses, os primeiros vão deixar de herança a centralização do Estado, a importância de uma aristocracia e, por último, dois importantes elementos: a escrita e a mitologia. O primeiro, como já dito anteriormente, através das tabuinhas de linear B. Já o segundo, o mito, é de possível compreensão, já que é uma das mais famosas lendas passadas na ilha de Creta. Porém, longe de afirmar uma imposição dos cretenses sobre outros povos, o mito do Minotauro se consagrou entre outros contos gregos da antiguidade.

No segundo período que se conhece, data do século XV a.C. até fins do século XIII a.C. Como já citado anteriormente, contemporâneo à sociedade minoica, surge na região do Peloponeso uma sociedade que já gozava de certos luxos – no caso a aristocracia desta, que por sua vez mantinha contato com a ilha de Creta.

A sociedade organizada a partir de Micenas vai desenvolver uma aparelhagem voltada para a guerra. A construção de muralhas e a organização respaldada em uma aristocracia guerreira nos mostra a diferença entre os micênicos e os minoicos. A figura do *anax* centralizava em um ponto de controle da região, como era em Creta (possivelmente), essa figura era “assessorada” pelos *basileus*, no caso a aristocracia guerreira; já com os cretenses havia uma talassocracia. De certo modo, as estruturas entre estas sociedades se parecem muito. No entanto, o que as divergem é a finalidade dessas organizações de Estado. Esse por sua vez detém em seu âmago uma estrutura complexa e burocrática a fim de controlar as terras e o domínio de seu território, daí a importância do rei centralizador e a aristocracia. Além disso, a própria escrita cumpria um fator de organização dessa sociedade.

Além de uma aparente semelhança na organização do Estado, os micênicos herdaram várias outras características e atividades cretenses, como, por exemplo, o comércio marítimo, o manejo com o bronze e o trabalho com a cerâmica, segundo apontam Ruzé e Amoutietti,

Os Micenenses parecem ter podido sulcar os mares sem dificuldades excessivas. A sua cerâmica descobre-se por toda a orla do Mediterrâneo, e foram mais longe do que os Minóicos nas suas viagens marítimas (...). Assim os Micenenses foram comerciantes activos, beneficiando sem dúvida das querelas que opunham entre si os impérios egípcio e hitita (...). (AMOURIETTI & RUZÉ, 1993, p. 53).

Deveras nota-se um estreito laço de semelhanças entre essas sociedades. Como se não bastasse, ainda pode-se destacar como legado dos minoicos aos micênicos a língua e a mitologia, como já citados anteriormente. Esses, por sua vez, vão deixar de herança para a sociedade formada pela união de dórios, jônios e eólios, séculos mais tarde. Além disso, também é presente na sociedade grega da posteridade as sepulturas encontradas em Pilos e Micenas, podendo estabelecer uma relação com os atos fúnebres de ambos os períodos.

Apesar dessas ligações entre sociedades de minoicos/cretenses e micênicos, mesmo que ambas tenham falado grego e organizado um Estado semelhante, além da mitologia, qual é a relação com a sociedade grega “arcaica” ou “clássica”?

Para responder essa questão é necessário entender o fim da sociedade micenense, senão sua destruição completa, a sua dominação por outros povos. Entendido isso, parte-se para um período em que não só o Peloponeso (berço da sociedade micênica), mas também todo o Mar Mediterrâneo estava passando por um processo conturbado, onde houve uma crescente nos povos do mar, como também de outras tribos que por onde passavam destruíam tudo o que encontravam. Nesse lapso de destruição se encontram os dórios, que subjagam o povo micênico, absorvendo seus domínios, parte de suas técnicas, sua língua, sua mitologia e sua pulsão pela guerra.

Mas como haverá de cair uma sociedade guerreira para uma tribo? Segundo o historiador John Keegan, em *Uma história da guerra*, os aqueus eram exímios manejadores do bronze, porém esta liga de cobre e estanho, além de cara, era rara, podendo prover de armas apenas a rica aristocracia. Por outro lado, os dórios já haviam desenvolvido o manejo do ferro a frio, esse minério era encontrado em maior escala que cobre e estanho, podendo, dessa forma, armar uma quantidade muito maior de combatentes.

Aliados, esses dois fatores vão levar ao declínio de uma sociedade organizada, dando início a uma nova organização social. De início, a sociedade que se organizou durante os séculos XI A.C. ao VIII foi configurada como sendo um período de “trevas”, no entanto essa denominação não faz jus ao seu contexto. Segundo a historiadora Maria Beatriz B. Florenzano, em seu texto *O mundo antigo: economia e sociedade (Grécia e Roma)*, ela aponta que,

Ainda que no início esta nova sociedade possa ser caracterizada como “idade obscura”, veremos que também foi o momento no qual a civilização grega teve lançado seus alicerces (...) (FLORENZANO, 1994, p. 13).

Sendo assim, o período abandona a prática da escrita, preservada pelas sociedades anteriores. Para compensar a falta desse “hábito”, os gregos desse momento desenvolveram uma forte tradição oral, que tinha por excelência legar as tradições dos antepassados. Nisso destacam-se as figuras dos *aedos* e dos *rapsodos* que buscavam declamar em cantos e versos lendas e feitos dos antigos. E é aqui que nos aparece a figura de *Homero* com seus poemas *Ilíada* e a *Odisseia*, remetendo-se à sociedade anterior, o caso dos micênicos. A mitologia será algo presente dentro da sociedade grega dos tempos *homéricos*. A importância destes é destacada por Marcos A. P. de Souza, onde o autor aponta que as crianças gregas aprendiam a ler com os poemas gregos: “Lembremos que os primeiros a serem lidos pelas crianças gregas eram exatamente os poemas homéricos...” (SOUZA, 1988, p. 9). Claro que isso séculos mais tarde, quando os poemas se tornam textos.

Esse vínculo com a mitologia e religião micênicas leva a um entendimento do caráter militar que a sociedade grega desenvolveu. Sabe-se que os dórios eram um povo combatente, assim como os micênicos. Com a “fusão” destas sociedades a questão bélica ganha importância, tornando a guerra algo constante, seja entre as próprias tribos, seja contra o inimigo externo. Nos séculos VI ao IV o exemplo dessa configuração militar é a sociedade espartana, que apesar de todas as lendas que a envolvem, desenvolveu uma estrutura social que permitia a criação de exímios combatentes.

Já o Estado desse período toma proporções diferentes das da sociedade anterior. Como já dito, as sociedades minoica e micênica possuíam um estado centralizado, onde a figura do rei regulamentava o comércio, as terras, os saques e até mesmo a guerra. Ou seja, tudo estava centralizado na mão do *anax*, sustentado pela aristocracia guerreira, os

basileus. Porém, a sociedade grega “arcaica” se configurou de forma distinta do poder centralizado. A figura do *anax* perde relativa importância dentro desse período, dando espaço para que a aristocracia ganhasse maior influência sobre a sociedade. Sem um poder centralizado, as pequenas aldeias buscavam cada vez mais tornarem-se autônomas nos mais variados sentidos, assim como o *oikos* o era dentro dessa sociedade. Esses aldeamentos de caráter simples dão origem às bases do que será a *pólis* no século V e IV a.C. Basicamente agrários, distanciam-se da gama e variedade encontrada nos antecessores.

Outro fator que vale a pena ser salientado é a importância que se tem da mão de obra escrava, não apenas na sociedade grega, mas também na sociedade micênica. E é, também, graças à utilização dessa força de trabalho que será possível a *democracia* dentro do Estado grego. Citando Florenzano novamente, a autora vai apontar a importância dessa prática dentro da sociedade grega,

Democracia e escravidão apresentam-se a partir dessa época como idéias dependentes entre si. À medida que o cidadão vai se liberando do exercício direto das atividades econômicas (trabalho no campo essencialmente) para se dedicar às tarefas políticas, vai sendo substituído pelo escravo como força de trabalho. (FLORENZANO, 1994, p. 26).

Por fim, há tanto permanências como rupturas entre minoicos, micênicos e gregos, mas não se pode negar que há uma “herança” dentro da constituição do Estado grego, seja ele durante o período “arcaico” ou no “clássico”, em que a mitologia, o Estado belicoso, organizado em cidades-Estado, e a língua falada tiveram relativa importância para o desenvolvimento de uma sociedade. A partir de características advindas de uma manutenção de certas tradições, e até mesmo o desenvolvimento de novas práticas, a fim de satisfazer não apenas a expansão grega de anos vindouros como a própria organização social dentro do espaço que se situa a Grécia. Talvez guardados os devidos exageros de sua formulação, mas ainda assim.

Referência bibliográfica

AMOURETTI, Marie-Claire; RUZÉ, Françoise. **O mundo grego antigo dos palácios de Creta à conquista romana**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

AUSTIN, Michel; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Economia e sociedade na Grécia antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. **O mundo antigo: economia e sociedade (Grécia e Roma)**. 12ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

HOMERO. **Ilíada**. 4ª edição. São Paulo: Arx, 2010.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. **A guerra na Grécia antiga**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

REPRESENTAÇÕES, IDEOLOGIA E CULTURA NA LITERATURA ARGENTINA NOS ANOS DO PERONISMO CLÁSSICO (1946-55)

Marco Antonio Serafim de Carvalho¹

Resumo: Este artigo diz respeito ao estudo de um período bastante específico: a Argentina de Juan Domingo Perón, durante seus dois mandatos presidenciais consecutivos, de 1946 a 1955, e busca analisar os efeitos culturais do fenômeno multidimensional do peronismo através da crítica aos textos literários produzidos no período por Julio Cortázar e também Germán Rozenmacher. Serão destacados, do ponto de vista historiográfico, os pontos de contato entre política e cultura, a partir da análise do peronismo e do posicionamento político dos intelectuais citados, buscando pontos contextuais de explicação da cultura pela política e vice-versa. Serão considerados como referenciais teórico-metodológicos da crítica textual as perspectivas trazidas pelo “Novo Historicismo”, ao passo que à dimensão política influenciarão os estudos trazidos pela “Nova História Política”. Para empreender as análises aqui apresentadas é fundamental a noção de “representação” tal como a encontramos em Roger Chartier, assim como a concepção de cultura encontrada em Clifford Geertz. O objeto mais emblemático desta apresentação é o livro “Bestiário”, que reúne contos de Julio Cortázar escritos ao longo da década de 1940 e que é publicado em 1951, ano em que se consolida nas urnas o segundo mandato presidencial do peronismo e assinala o auto-exílio de Cortázar para a França.

Palavras-chave: História Cultural, Novo Historicismo, Literatura Argentina

Sendo um estudo que se debruça sobre objetos culturais, é preciso esclarecer que a noção de cultura aqui utilizada é a que traz Clifford Geertz em *A Interpretação das Culturas* (1973), acrescentando ainda mais à polissemia presente nesse conceito, e afastando-se de um entendimento de cultura enquanto conhecimento, crença, arte, moral, lei e costume. Geertz propõe uma teoria interpretativa das culturas, que deveriam ser entendidas como texto, em sua dramaticidade particular e em suas dimensões simbólicas.

A contribuição de Geertz pode ser percebida em sua grande influência para o trabalho de historiadores culturais como Robert Darnton (*O grande massacre de gatos*, 1984) e historiadores culturais literários como Stephen Greenblatt, figura de proa na corrente conhecida por Novo Historicismo.

Enquanto historiadores da cultura, os novos historicistas, ao guardarem a ideia de cultura como texto – e aqui percebemos um resultado da aproximação entre o campo da Antropologia e os estudos culturais no campo da História (verificada nos anos 1970 e 1980), principalmente pelas direções trazidas pela Nova História Cultural², como sua ênfase nas práticas e em sua história, em sentidos diversos – abre fundamentalmente as

¹ Bacharel (2011) e licenciado (2012) em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). Atualmente mestrando em História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). Este artigo faz parte de uma pesquisa desenvolvida com o apoio da CAPES. E-mail: marcoserafim@yahoo.com.br

possibilidades de trabalhar com a visão novo historicista, porque a partir desse pressuposto podemos buscar indícios e chaves de entendimento para estruturas de sentimento, no corpo do texto, no paratexto editorial, no ato de editoração, no papel do editor e na circulação dos livros, além da possibilidade de buscar, naquilo que não está escrito, nas lacunas, o que “os autores estudados por nós não lograriam capturar por falta de distanciamento de si próprios e de sua época” (GALLAGHER & GREENBLATT, 2005, p. 19).

A noção de cultura política – assim como os pressupostos teóricos de Clifford Geertz e do Novo Historicismo, que acabamos de observar – desempenha papel fundamental nas análises que serão aqui empreendidas. Podemos extrair de um trecho do historiador francês Serge Berstein como de grande valia para expressar a problemática que esta pesquisa busca apresentar: “A força de uma cultura política está em difundir seu conteúdo por meios que, sem serem claramente políticos, conduzem no entanto a uma impregnação política” (BERSTEIN, 2009, p. 39).

Um marca do peronismo que merece destaque é que os trabalhadores passassem a ter suas demandas ouvidas e atendidas pelo Estado, ao passo que as classes dominantes se mostrassem receosas frente a essa nova construção hegemônica. Faz parte dos objetivos desta pesquisa analisar as representações do “povo” construídas nos textos literários de Germán Rozenmacher e Julio Cortázar e buscar uma leitura do fenômeno social, político e cultural chamado peronismo que não se restrinja à dicotomização como fim; que a tome por ponto de partida para enxergar a pluralidade e a polifonia do fenômeno.

O próprio conceito de “representação”, entendido dentro da proposta da História Cultural de investigar as maneiras pelas quais a realidade social é construída e textualizada, tal como o coloca Roger Chartier, é fundamental para reforçar essa tomada de posição:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (...) As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1988, p. 16-17).

Julio Cortázar aparece aqui escolhido porque sua carreira como escritor começava quase ao mesmo tempo em que o governo de Perón era institucionalizado; apesar de já haver publicado um livro de poemas em 1938 sob pseudônimo (Julio Denis), apenas no ano de 1946 – mesmo ano em que Perón é democraticamente eleito presidente para seu primeiro mandato –, seu conto *Casa Tomada* é publicado pela revista *Los Anales de Buenos Aires*, dirigida por ninguém menos que Jorge Luis Borges, escritor que já ocupava posição de destaque no campo literário argentino e era declaradamente contrário ao peronismo, no qual enxergava uma forma de governo antidemocrático e bastante próximo do fascismo. Serão examinados aqui fragmentos de alguns dos contos que fazem parte do livro *Bestiário*, publicado pela Editorial Sudamericana no mesmo ano em que Perón vence mais uma eleição presidencial, ao passo que Cortázar arruma as malas para um auto-exílio em Paris.

O relacionamento do governo peronista com os intelectuais era pautado pelas tentativas de cooptação e pelo conflito; Perón, por um lado, exortava aos escritores e artistas o compromisso com uma arte de caráter essencialmente popular, em consonância direta com sua política; por outro lado, promovia demissões e intervenções nas universidades, sufocando movimentos de protesto, como um que ocorrera em Mendoza, na *Universidad de Cuyo* pela autonomia das universidades e entre os quais se encontrava um professor que ministrava disciplinas sobre Literatura Francesa: Julio Florencio Cortázar, que acabaria passando uma noite encarcerado por conta do envolvimento no protesto e posteriormente renunciaria ao cargo de professor universitário em Mendoza, em 1945.

E 1945 é justamente o ano em que Perón acumulava os cargos de vice-presidente, ministro da Guerra e seguia à frente do Departamento de Trabalho e Provisão, agora promovido à categoria de Secretaria de Trabalho. A política sindicalista de Perón era motivo de insatisfação dentro do governo militar, que pressiona pela renúncia do coronel e ordena em seguida sua detenção, preventivamente. Ocorre então uma mostra de adesão popular que impressionou pela intensidade da reivindicação, pela diversidade de origem dos manifestantes (que em sua maioria vinham de províncias do norte do país) e pela ocupação de um espaço geográfico específico e fundamental, a Plaza de Mayo, sede do governo nacional, para pedir pela libertação de Juan Domingo Perón.

Era o *dia 17 de outubro*, considerado posteriormente a data fundacional do peronismo. Na memória peronista, conhecido por *Día de la lealtad*; na antiperonista, *Día de las patas en las fuentes*, por terem levantado as barras das calças e refrescado os pés nos chafarizes da Plaza de Mayo alguns dos trabalhadores ali presentes. E, nesse caso, a palavra “patas” é uma clara alusão à bestialidade com que os antiperonistas caracterizavam os que apoiavam Perón, assim como a expressão racista e pejorativa *cabecita negra*, referência às características físicas desse novo ator social que passava a ocupar com maior intensidade a cidade de Buenos Aires: cabelos escuros, pele escura e feições indígenas.

Casa Tomada abre o livro: o conto narra sobre a vida solitária de um casal de irmãos, ambos solteiros, que vive em uma espaçosa casa deixada a eles por herança, situada em Buenos Aires. A casa é dividida em duas partes, separadas por um corredor e uma pesada porta maciça de carvalho; o narrador se apresenta como o irmão de Irene; ela ocupa seu tempo tricotando ao passo que ele se dedica à leitura de literatura francesa. “Não necessitávamos ganhar a vida, todos os meses chegava a renda dos campos, e o dinheiro aumentava”, diz o narrador. O casal de irmãos seguia em sua rotina conformada e invariável: remover a poeira dos móveis, preparar o almoço, comprar lã para Irene aos sábados, esquentar a água para cevar o mate, etc.

Ficará para sempre com toda a nitidez em minha memória porque foi simples e sem circunstâncias inúteis. Irene tricotava em seu quarto, eram oito da noite e de repente tive a ideia de pôr a chaleira no fogo para esquentar a água para o mate. Segui pelo corredor até diante da porta de carvalho entreaberta e ia virando para me dirigir à cozinha quando ouvi um barulho na sala de jantar ou na biblioteca. O barulho chegava impreciso e surdo, como uma cadeira que cai sobre o tapete ou um sussurro abafado de pessoas conversando. (...) Me joguei de encontro à porta antes que fosse tarde demais, fechei-a de golpe apoiando o corpo; (...) Fui até a cozinha, esquentei água, e quando voltei com a bandeja do mate falei para Irene: - Tive de fechar a porta do corredor. A parte do fundo foi tomada. Ela deixou cair o trabalho e olhou para mim com graves olhos cansados. - Tem certeza? Confirmei com a cabeça. - Então – disse ela recolhendo as agulhas – teremos de viver deste lado. Eu

cevava o mate com muito cuidado, mas ela demorou um pouco a retomar o tricô. Lembro-me de que estava fazendo um colete cinza; eu gostava daquele colete. (...) Estávamos bem, e pouco a pouco começávamos a não pensar. É possível viver sem pensar (CORTÁZAR, 1971, p. 14-15)

Ou seja, os protagonistas se adaptam com facilidade após a perda parcial da casa, pela qual viviam; resignam-se por completo e se veem embrutecidos, já não pensam e nem acham que seja necessário pensar, utilizar a razão para refletir; a realidade é aceita passivamente. No desfecho, o irmão decide abandonar a casa à sorte dos invasores, que seguem avançando em tomar as dependências da casa; ele pega Irene e tranca a porta principal, lançando a chave a um bueiro.

Nesses termos, é muito tentador afirmar que o conto é uma alegoria daquilo que Cortázar julgava ser o peronismo: uma invasão, um espaço sendo tomado, um deslocamento incômodo. Mas essa relação não é tão simples nem tão direta.

A leitura em chave política desse conto é reforçada por um conto escrito no ano de 1961 e publicado no ano seguinte: *Cabecita Negra*, de Germán Rozenmacher, escritor abertamente adepto do peronismo; neste conto o autor fala sobre a invasão da casa do senhor Lanari, por um casal de irmãos: ela doméstica, e grávida, ele um policial. E o narrador, em terceira pessoa, reflete sobre a situação do senhor Lanari:

O senhor Lanari recordou vagamente dos negros que haviam lavado alguma vez as patas nas fontes da praça (...). Agora sentia o mesmo. A mesma vexação, a mesma raiva. Queria que seu filho estivesse ali agora. Nem tanto para defender-lhe daqueles negros que agora estavam esparramados em sua própria casa, mas para enfrentar tudo isso que não tinha nem pé nem cabeça e também para sentir-se junto a um ser humano, a uma pessoa civilizada. Era como se de repente esses selvagens tivessem invadido sua casa. Sentiu que delirava e divagava e suave e que sua cabeça estava prestes a explodir. Tudo estava de cabeça pra baixo. Essa 'china' que poderia ser sua empregada deitada em sua cama e esse sujeito do qual nem sequer sabia exatamente se era um policial, ali, tomando seu conhaque. A casa estava tomada (ROZENMACHER, 1971, p. 34-35).

Em *Cabecita Negra*, Rozenmacher cita o conto de Cortázar e o reelabora, a partir de elementos em comum: a casa, os irmãos, o dono e a sensação de invasão; contudo, subverte ironicamente o efeito da invasão, a partir dos valores do senhor Lanari, avaro, racista e reacionário, para, ao mesmo tempo, aplicar uma leitura peronista a *Casa Tomada* e desconstruí-la em seu próprio conto. Sendo assim, é prudente a leitura política deste conto, mas é preciso entender que ela se dá retrospectivamente e não no momento em que o conto é publicado.

Prossigamos para outro conto de *Bestiário* em busca de uma leitura em que apareça mais nitidamente a percepção do autor em relação à conformação social, que em *Casa Tomada* é manifestada de forma muito sutil e quase metafísica.

No conto *As portas do céu*, narrado em primeira pessoa, o protagonista é o advogado Marcelo Hardoy, que discorre sobre seu contato com pessoas de uma classe social a que não pertence e cujas áreas de contato com essas pessoas dão-se na realização de atividades cotidianas, como ir ao boxe, ao futebol ou dançar em clubes populares.

Na narrativa do conto, Mauro, zelador de um mercado, tivera Hardoy como seu advogado em um caso sobre terras que pertenciam à sua mãe. O conto inicia com a morte da esposa de Mauro, Celina, por tuberculose. Celina era ex-dançarina em um cabaré, do qual fora resgatada por Mauro, que com ela se casara. Ou seja, a distinção de classe é posta

logo de início: Marcelo Hardoy, advogado, é a classe alta, Celina, que ganhava a vida num cabaré e acaba por morrer de tuberculose, a classe baixa, e Mauro, zelador do mercado, o meio-termo que circula entre esses dois pontos livremente.

Hardoy descreve e toma nota obsessivamente das particularidades do comportamento de Mauro e Celina, assim como toma das características dos lugares aonde vão juntos e nos quais Marcelo só suporta estar por conta de sua convicção em pesquisá-los. Para Hardoy, Mauro e Celina são seres que não alcançam mesmo uma condição de humanidade: são “monstros”, e seu comportamento, seus costumes, sua descrição física, precisam ser catalogados, como são os insetos pelos entomólogos.

O advogado, em certo momento, concorda em ir a um baile em um clube popular, o *Santa Fé Palace*, por compaixão ao sentimento de perda de Mauro, querendo que este se distraia após perder Celina. Diz Hardoy sobre os que frequentam o local:

Aparecem às onze da noite, descem de vagas regiões da cidade, lentos e confiantes, sós ou acompanhados, as mulheres quase anãs e achinesadas, os caras parecendo javaneses ou índios, apertados em roupas de quadrados ou pretas, o cabelo duro penteado a muito custo, brilhantina em gotinhas contra os reflexos azuis e rosa, as mulheres com grandes e altos penteados, que as fazem mais anãs, penteados duros e difíceis dos quais só restam cansaço e orgulho. E eles agora deixam o cabelo solto e alto, repartido ao meio, topetes enormes e afeminados, destoando da cara brutal logo abaixo, o gesto de agressão sempre pronto e esperando sua hora, os troncos vigorosos sobre as cinturas finas. Se reconhecem e admiram em silêncio sem dar a entender, é seu baile e seu encontro, sua noite de gala. (Para uma ficha: de onde saem, em que profissões se dissimulam de dia, em que sombrias servidões se isolam e disfarçam) (CORTÁZAR, 1971, p. 115).

E prossegue Hardoy:

Olhando de esguelha para Mauro eu estudava a diferença entre seu rosto de traços italianos, o rosto de portenho mal-encarado, sem mistura negra nem provincianas e lembra-me de repente de Celina mais próxima dos monstros, muito mais perto deles do que Mauro e eu (CORTÁZAR, 1971, p. 116).

Hardoy, a partir deste momento de sua análise, coloca Mauro como mais próximo de si do que da monstruosidade que outorgara a Celina; e justifica essa proximidade em traços fisionômicos e pela cor da pele, em tom extremamente racista; é justamente aí que nos interessa analisar Cortázar: para além de julgar correções ou moralismos, analisar esses momentos em que o autor manifesta com ardor valores que parecem estar transbordando à sua escrita, de tanto que estão internalizados em sua experiência subjetiva, colocando em circulação um tipo de representação bastante específica sobre a visão que tinha um sujeito das classes mais altas em relação aos trabalhadores provenientes de outras províncias, a esses cabecitas negras que passavam a fazer parte do cotidiano portenho. Vale ressaltar que Hardoy destaca a monstruosidade deles à noite; durante o dia cumprem seus papéis sociais e não lhe causam tamanha repulsa.

E Cortázar conclui expressando a visão que tem Hardoy de Celina em seu céu:

(...) e Celina, que estava à direita, saindo da fumaça e dançando obediente (...), ficou um momento de perfil para mim, depois de costas, pelo outro

perfil, e levantou o rosto para ouvir a música. (...) Celina continuava sempre ali, sem nos ver, bebendo o tango com todo o rosto que uma luz amarela de fumaça desfazia e alterava. (...) A felicidade a transformava de um modo atroz, e eu não teria podido tolerar Celina como a via nesse momento e nesse tango. (...) Nada a prendia agora no céu só dela, e dava-se inteira à sua sina entrando outra vez no mundo onde Mauro não podia segui-la. Era o seu duro céu conquistado, seu tango que voltava a tocar só para ela e seus iguais, até o aplauso fraco que acabou o refrão (...) (CORTÁZAR, 1971, p. 120-121).

Conclusão

O que se buscou com esse estudo foi apresentar que diferentes contextos históricos levam a diferentes estratégias de sobrevivência e conveniência dentro do campo literário, buscando analisar a forma como era reconstruído ficcionalmente o “outro” social nos contos de Cortázar – que construiu à sua maneira os limites de sua posição antiperonista, em meio aos ruídos e vozes dos *cabecitas negras* nas ruas e nos refrões dos tangos, e que seguem ecoando em temporalidades diversas através da História.

Referência bibliográfica

AZEVEDO, Cecília et al. (Org.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

AZEVEDO, Cecília [et. al.]. (Orgs.). **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BERSTEIN, Serge. “Culturas Políticas e Historiografia” In: AZEVEDO, Cecília...[et al.]. (Orgs.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Algés (POR): Difel, 1988.

CORTÁZAR, Julio. **Bestiário**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1971.

GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. **A prática do Novo Historicismo**. São Paulo: EDUSC, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JITRIK, Noé. **Historia Crítica de la literatura argentina**, vol. 9 – el oficio se afirma. Buenos Aires: Emecé, 2004.

ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

ROZENMACHER, Germán. “Cabecita Negra”. In: **Cuentos Completos**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971.

VIÑAS, David [et. al.]. (Orgs.). **El peronismo clásico** (1945-1955): Descamisados, Gorilas y Contreras. Buenos Aires: Paradiso: Fundación Crónica General, 2007.

O TREINAMENTO PARA A GUERRILHA NO OESTE DO PARANÁ: A INFLUÊNCIA GAÚCHA E A REPRESSÃO

Marcos Adriani Ferrari de Campos¹

Resumo: O artigo visa estabelecer algumas reflexões sobre a ditadura civil-militar brasileira, analisando a resistência a partir de um estudo sobre a Var-Palmares, mais particularmente aqui, um “comando territorial” formado por pessoas ligadas ao grupo revolucionário, já mencionado, desenvolvendo suas atividades na região Oeste do Paraná, no município de Nova Aurora, onde realizavam um trabalho de arregimentação para a guerrilha, visando o fortalecimento dos grupos de esquerda, para a luta armada contra a ditadura militar. Todos daquele grupo foram presos em maio de 1970, acusados de terroristas, expropriações bancárias e participação em sequestros. Seus objetivos, assim como outros grupos espalhados pelo Brasil, era o treinamento para guerrilha contra o regime.

Palavras-chave: Repressão, resistência, guerrilha.

No contexto Paranaense, podemos citar entre os movimentos de resistência três experiências importantes que demonstram atos de ousadia e coragem diante do sistema ditatorial de dominação de classe, onde duas delas organizadas pelo MR-8 e Var-Palmares, no Oeste do Estado, tinham como objetivos a derrubada do regime através da guerrilha, influenciados pela Revolução Cubana, muito embora usassem métodos diferentes de ações. Já a Ação Popular (AP) teve ações na região de Maringá e Curitiba, mais ligadas ao movimento estudantil e operário, buscando articulações de ambos, sendo "em Maringá que a AP estabeleceu sua intervenção mais incisiva junto ao movimento operário, liderando uma greve de impacto na conjuntura da região e de repercussão estadual"². A Ação Popular era uma organização de esquerda montada antes mesmo do golpe de 1964. No Paraná “os relatórios do Dops - PR assinalam que a AP tinha militantes de base no movimento estudantil desde 1963, mas reconhecem sua organização efetiva somente em 1967”³.

Percebe-se que a Ação Popular desenvolveu importante trabalho de resistência no Paraná, no entanto este estudo se debruça sobre os movimentos de resistência à ditadura no Oeste, como o já citado MR-8, organizado por Aluizio Palmar, na região de Foz do Iguaçu e proximidades de Cascavel, sendo mais aprofundado no que tange à Var-Palmares e sua organização no município de Nova Aurora, também próximo de Cascavel, liderados por Luis André Fávero e sua esposa Izabel Fávero. Cabe ressaltar que nas duas organizações seus líderes vieram do movimento estudantil, do Rio de Janeiro, como é o caso de Aluizio Palmar, e Rio Grande do Sul, de onde veio o jovem casal de professores, os Fáveros. Conforme já dito acima, ambos os grupos tinham metodologias diferentes de atuação. No caso do MR-8, o isolamento foi decidido como prática de fomentar focos guerrilheiros,

¹ Mestrando do PPGH (Programa de Pós Graduação em história) da Unioeste

² DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná**. Maringá, Eduem, 2003. p. 135

³ Idem, p. 125.

com pequenos grupos de pessoas, sem envolvimento com as massas, com o chamado foquismo.

O grupo de Nova Aurora, formado no ano de 1970, fazia parte de um comando territorial da Var-Palmares. Entre eles se encontravam Izabel Fávero, Luiz Andréa Fávero, Alberto João Fávero, Gilberto Hélio da Silveira, José Deodato Motta, Adão Pereira Rosa, José Aparecido Germano e Benedito Osório Bueno⁴. A iniciativa era se relacionar com a sociedade principalmente através do trabalho do magistério, demonstrando problemas e propondo soluções, ou seja, não eram foquistas, mas buscavam se inserir na comunidade onde iriam atuar, estreitando relações com a população local, para apenas depois levar adiante a ação armada. As ações histórico-políticas que envolveram essas pessoas, e o desencadeamento da repressão neste recorte espacial e temporal específico, nos ajudarão a propor novas conexões de análises a debates importantes sobre a ditadura civil-militar no Brasil, como as questões sobre a resistência, revolução, reformas, democracia, temas esses que na atualidade parecem estar mais abertos à discussão devido ao aumento significativo das pesquisas sobre a ditadura nos últimos dez anos, o distanciamento histórico e o testemunho daqueles que participaram do processo.

Muitas pessoas contrárias ao regime acabaram se manifestando de diferentes formas nos anos 1960 e 1970, várias delas que nunca haviam manejado armas antes, decidiram partir para a luta armada e tentar mudar toda a estrutura de um país através de uma revolução bélica. Assim sendo, no ano de 1969, Luiz Andrea Fávero e sua esposa, Isabel Fávero, que moravam em Caxias do Sul, se mudam para o município de Nova Aurora, já que a repressão aumentava nas grandes cidades. Eles tinham a missão de organizar um "Comando territorial" da Var-Palmares no interior do Paraná. Mas ficando isolados e sem contato com a organização, decidiram sair da clandestinidade e lecionar em uma escola rural, começando a fazer todo um trabalho com os pais dos estudantes, partindo de uma ideologia marxista, iniciando assim a formação de uma base, cujo comando se encontrava no Rio Grande do Sul e que aparentemente os abandonou, embora tenha feito contato algumas vezes, como veremos no decorrer da pesquisa, o que gerou um relatório ilusório que fez a repressão achar que eles eram muito maiores do que de fato eram.

No ano de 1970, em Nova Aurora, interior do Oeste paranaense, um grupo de pessoas que se preparavam para a luta armada contra o governo brasileiro constituído a partir do golpe em 1964. Alberto Fávero também era uma das pessoas desse grupo. Vindo do Rio Grande do sul, em 1961, para trabalhar na zona rural, Alberto mantinha contato com o irmão no sul, Luiz Andrea Fávero, que o recebia em suas viagens ao Estado gaúcho para rever parentes e amigos. Após o golpe de 1964, a situação estava difícil para o movimento estudantil. Luiz Andrea Fávero era presidente da UGES (União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas) e ficou encarregado de dirigir a base da Var-Palmares no Paraná com o intuito de "arregimentar prováveis futuros militantes"⁵. No ano de 1969, o casal Fávero vem para Nova Aurora, por decisão da Var e ao que tudo indica se encontra no fato dos pais de Luis morarem em Nova Aurora, e também um ponto estratégico, bem como o local, naquela época, ser formado por vastos matagais. No interior do Paraná, o casal de professores lecionou em uma escola rural numa fazenda chamada São Jorge e na escola estadual denominada Jorge Nacli, a qual seu nome fazia referência ao pai do Ex-deputado Estadual do partido da Arena, Fuad Nacli.

⁴ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006. p. 107.

⁵ CHAGAS, Fabio André Gonçalves. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70*. [Tese] UFF – Universidade Federal Fluminense, 2007. p. 66.

Iniciaram as atividades com os pais dos estudantes e camponeses descontentes principalmente com as condições de trabalho, partindo assim para a formação do Comando territorial da Var- Palmares. A partir do "trabalho com os pais dos estudantes" foram recrutando simpatizantes e até mesmo pessoas que estavam dispostas a lutar pela mudança nas estruturas do país. Segundo a imprensa que noticiou a prisão do grupo,

a esposa de Luís Fávero, professora do Ginásio Estadual Jorge Nacli, através de suas aulas, já incitava sua nefanda doutrinação extremista, visando crianças da 1ª e 2ª séries ginasial e seu esposo, Luís Fávero, lecionavam na fazenda São Jorge, onde ensinou às crianças canções de cunho subversivo, como "A nossa união" que seria cantada em festividades escolares⁶.

Mesmo que as aulas e as músicas ensinadas pelo casal de professores não fossem prejudiciais às crianças, não correspondiam aos métodos educacionais impostos pela ditadura. Podemos observar até aqui que as atividades do grupo estavam sendo muito bem planejadas e desenvolvidas sobre disciplinada instrução teórica, despertando interesse da população local. De fato, as metodologias utilizadas pelos novos professores envolviam não só os alunos, mas também seus pais, como no exemplo citado acima, onde músicas seriam apresentadas pelos alunos para seus pais, num período de extrema censura em todos os âmbitos, aqueles fatos educacionais "revolucionários" chamariam a atenção de toda a sociedade no pequeno município.

Esse procedimento de relação aberta com a sociedade seria diferente de outros grupos de resistência à ditadura, pois, ao que parece, o trabalho de arregimentação de simpatizantes à causa funcionaria melhor com os nomes verdadeiros, tendo em vista que eram muito conhecidos naquela comunidade. É claro que não era escancaradamente explícito, pois utilizavam os codinomes quando se reuniam, ou nos contatos com pessoas da organização de outros municípios, mas o trabalho desenvolvido com os pais dos alunos não era às escondidas e consistiam de falas em reuniões de pais, onde eram expostos os problemas locais, bem como nacionais, com a intenção de provocar a adesão de mais pessoas contrárias à ditadura, esta que estava e às vezes continua sendo negada, menosprezada ou aliviada, de maneira a tentar diminuir suas consequências.

Havia uma empolgação tanto dos alunos como dos pais, bem como uma relação de apoio aos métodos empregados por Luis e Isabel Fávero, enquanto professores, pois conforme se deu a entender nas entrevistas que serão analisadas posteriormente, a sociedade ficou perplexa com a prisão e as condições da mesma, ficando sem entender o que poderiam ter feito aquelas pessoas para serem tratados de maneira tão cruel, e também o porquê da gigantesca operação realizada para tal fim.

Muito se tem falado e discutido sobre as consequências da ditadura civil-militar no Brasil, havendo várias "histórias" que vão surgindo conforme se desenrola o processo histórico. É impressionante como as ações da ditadura chegaram aos mais longínquos interiores, e é nesse aspecto que esta pesquisa se debruça, ou seja, a presença da ditadura e a resistência mais especificamente no Oeste do Paraná, no município de Nova Aurora, onde se constituiu em 1970 um comando territorial da Var-Palmares, organização esta que

⁶ Jornal *Correio da manhã*, maio de 1970.

se originou no ano de 1969 da fusão da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e COLINA (Comando de libertação nacional).



As nove pessoas presas no município de Nova Aurora - PR, na primeira quinzena do mês de maio de 1970, acusadas de terrorismo e subversão, foram sequestradas em suas residências e submetidas às mais cruéis torturas para admitirem vinculações a organizações de esquerda, participações em tentativas de sequestro de autoridades e expropriações bancárias. Das pessoas em questão, Luiz Fávero, Izabel Fávero, Alberto Fávero faziam parte da Var-Palmares e Gilberto Hélio da Silveira, que sabia da organização, não se declarava como integrante, mas simpatizante da causa⁷. Foram tratados como bandidos perigosos, dignos de uma preparação de táticas de guerra, envolvendo centenas de soldados, para demonstração ao restante da sociedade que se tratava de um expurgo. O Sr. Orestes Brustolin, residente no município, era delegado de polícia civil na época, explica que não ficou sabendo de muitas coisas, pois apenas pediram informações sobre tais pessoas e "falaram que eram comunistas"⁸.

Segundo o jornal *Folha de Londrina*, de 27 de maio de 1970, que comenta sobre a prisão ocorrida em Nova Aurora, do grupo da Var-Palmares, supõe que estavam envolvidos com "atos terroristas como sequestro de autoridades consulares"⁹. Não aparece no jornal, mas trata-se de uma tentativa de sequestro do cônsul norte - americano em Porto Alegre, segundo consta no documento intitulado como "Atividades de grupos subversivos no Estado do Paraná e Santa Catarina"¹⁰, de 26 de julho de 1970, produzido pela SNI e disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná, sendo a partir dessa tentativa que foram presos integrantes da Var-Palmares de Porto Alegre e Caxias do Sul, que submetidos às torturas acabaram falando sobre o comando territorial da organização no Oeste Paranaense, resultando na prisão do grupo de Nova Aurora.

Izabel Fávero se encontrava grávida no momento da prisão e abortou devido às torturas conforme relato onde conta que,

eram mais ou menos 2 horas da manhã quando chegaram à fazenda dos meus sogros em Nova Aurora. A cidade era pequena e foi tomada pelo Exército. Mobilizaram cerca de setecentos homens para a operação. Eu, meu companheiro e os pais dele fomos torturados a noite toda ali, um na

⁷ Documento DPNA, interrogatório nº 004966

⁸ Entrevista de Orestes Brustolin, cedida em Janeiro de 2013.

⁹ jornal *Folha de Londrina*, de 27 de maio de 1970.

¹⁰ Documento intitulado como "Atividades de grupos subversivos no Estado do Paraná e Santa Catarina", de 26 de julho de 1970, produzido pela SNI, com o nº 17532 e disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná, bem como no site de memórias reveladas: <<http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>>.

frente do outro. Era muito choque elétrico. Fomos literalmente saqueados. Levaram tudo o que tínhamos: as economias do meu sogro, a roupa de cama e até o meu enxoval. No dia seguinte, fomos transferidos para o Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, onde eu e meu companheiro fomos torturados pelo capitão Júlio Cerdá Mendes e pelo tenente Mário Expedito Ostrovski. Foi pau de arara, choques elétricos, jogo de empurrar e, no meu caso, ameaças de estupro. Dias depois, chegaram dois caras do Dops do Rio, que exibiam um emblema do Esquadrão da Morte na roupa, para 'ajudar' no interrogatório. Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei¹¹.

Em seu depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade, na cidade de Foz do Iguaçu¹², no dia 27 de junho de 2013, Izabel Fávero emociona a todos os presentes, trazendo as lembranças da luta contra a ditadura. Seja nos aspectos mais sublimes como o seu amor pelo marido, o também revolucionário Luis Andrea, seja nos aspectos terríveis das torturas, o seu relato traz um pouco mais de detalhes sobre a trajetória de suas militâncias até a preparação de um núcleo de resistência à ditadura no município de Nova Aurora, bem como as prisões, a violência repressiva e o exílio. Foi doloroso ouvir, no entanto, mais doloroso para aqueles que sofreram violações dos direitos humanos, contar mais de 40 anos depois, as circunstâncias que foram conduzidas suas vidas, por lutarem por aquilo que acreditavam.

Referência bibliográfica

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná**. Maringá, Eduem, 2003.

CHAGAS, Fabio André Gonçalves. **A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70**. [Tese] UFF – Universidade Federal Fluminense, 2007.

PALMAR, Aluízio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

Fontes:

Depoimento de Izabel Fávero à Comissão Nacional da verdade. Foz do Iguaçu: 27/06/2013.

Documento intitulado como "**Atividades de grupos subversivos no Estado do Paraná e Santa Catarina**", de 26 de julho de 1970, produzido pela SNI, com o nº 17532 e disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná, bem como no site de memórias reveladas: <<http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>>.

¹¹Relato de Clari Izabel Fávero, Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/professora-torturada-na-ditadura-acusa-advogado-de-foz-do-iguacu-de-ser-o-responsavel-pelas-sevicias-e-aborto/>>. Acessado em 15/01/2013.

¹² Depoimento de Izabel Fávero à Comissão Nacional da verdade, Foz do Iguaçu, 27/06/2013.

Entrevista de Orestes Brustolin, cedida à Marcos Adriani Ferrari de Campos, em Janeiro de 2013.

Jornal **Correio da manhã**, maio de 1970.

Jornal **Folha de Londrina**, de 27 de maio de 1970.

Relato de Clari Izabel Fávero, Disponível em:
<<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/professora-torturada-na-ditadura-acusa-advogado-de-foz-do-iguacu-de-ser-o-responsavel-pelas-sevicias-e-aborto/>>. Acessado em 15/01/2013.

VÓS SOIS O SAL DA TERRA: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS MARISTAS PARA EDUCAÇÃO DO CIDADÃO-CRISTÃO NO COLÉGIO MARISTA SANTA MARIA ENTRE 1969 E 1976

Marcos Aurélio Pereira¹

Resumo: Esta comunicação teve como objeto de estudo as práticas educativas no Colégio Marista Santa Maria (CMSM), do Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria, em Curitiba, no período de 1969 a 1976, com o objetivo de identificar de que maneira o Projeto Educativo Marista de formar *bons cristãos e virtuosos cidadãos* articulou-se com a reforma do sistema educacional brasileiro realizada, nesse período, pelo governo militar, que assumiu o controle do Estado em 1964. Um período em que a Igreja Católica brasileira sentia os efeitos do Concílio Vaticano II, tais como: redefinição dos papéis do clero, dos religiosos e dos leigos na Igreja e na comunidade em geral; a formulação da *teologia da libertação* e a redefinição da função da escola católica. Além da pesquisa bibliográfico-documental, também se utilizou a história oral, entrevistando alguns alunos que estudaram no colégio entre 1969 e 1976. A pesquisa permitiu identificar nas práticas educativas maristas a atualização do projeto marista de educação, em que reafirma seu princípio basilar segundo as novas exigências locais e temporais, que acabaram por atualizar o projeto de formar *bons cristãos e virtuosos cidadãos*.

Palavras-chave: escola, marista, história da educação.

Tendo em vista as discussões sobre a relação entre educação e cidadania, o estudo das práticas educativas no Colégio Santa Maria² (CSM), entre 1969 e 1976, em Curitiba, contribui para um entendimento mais amplo da instituição escolar católica e da educação brasileira. Nesse período, o governo militar brasileiro promoveu uma reforma da educação nacional, enquanto, inspirada pelo Concílio Vaticano II, a Igreja Católica revia seu projeto de catequização para a América Latina, delineando uma nova pedagogia para as escolas católicas no continente americano, a fim de assegurar uma *educação libertadora*. Nesse estudo fez-se uma pesquisa bibliográfico-documental e fizeram-se entrevistas com ex-alunos, identificando as memórias das práticas educativas maristas que revelaram como o projeto educativo da comunidade marista articulou as reformas em curso, sem perder sua identidade.

Formar bons cristãos e virtuosos cidadãos

Nas práticas educativas maristas há uma imbricada relação entre o *homo religious* e o *homo politicus*; em outras palavras, entre a salvação e a vida política. Para o fundador

¹ Mestre em Educação pela UTP. Professor de História do Ensino Básico da rede particular de ensino. Coordenador da assessoria de História da Editora Positivo.

² Entre 1969 e 1976, o Colégio Marista Santa Maria era denominado de Colégio Santa Maria (CSM).

dos Irmãos Maristas³, ao inculcar bons princípios e formá-los nas virtudes cristãs, asseguram-se as condições para que as crianças e os jovens vivam como bons cristãos e a fim de que sua vida seja uma sequência de atos virtuosos. Os Irmãos e, por extensão, suas escolas não devem se descuidar da instrução; por isso seus programas contemplam os conteúdos considerados essenciais para a inserção social. Todavia, não podem olvidar o catecismo. Os conhecimentos profanos são os meios pelos quais se deve ensinar a ciência da salvação. Enfim, é necessário educar as crianças e os jovens nas dimensões política e religiosa para formar “*bons cidadãos e virtuosos cristãos*” (FURET, 1999, p. 79). Na missão salvífica da Igreja e, por extensão, da escola católica, o cristão torna-se virtuoso na medida em que atua como cidadão obediente aos ditames da Igreja.

Quo vadis?

Em Curitiba, o CSM é uma instituição escolar que se reconhece como “[...] baluarte da educação paranaense e brasileira” (MARISTA, 2013), foi fundado pelos Irmãos Maristas, em 1924, com dupla motivação: recrutar vocacionados no Brasil meridional e responder ao apelo pastoral de D. João Francisco Braga, bispo de Curitiba, que desejava recatolicizar a diocese. Entre 1925 e 1969, o colégio cresceu em número de matrículas, ampliou sua ação educativa, oferecendo também o curso científico a partir de 1943. Por três décadas a sua administração e a docência eram exercidas exclusivamente pelos Irmãos; os professores leigos não passavam de uma dezena. A presença do colégio na comunidade curitibana era para além das paredes de suas salas de aula e da escolarização oficial, tornando-se uma célula de propagação da fé e da formação cívica. A partir de 1969, ocorreu um aumento no número de alunos e uma diminuição de seu quadro de Irmãos, gerando preocupações quanto à continuidade do projeto educativo marista e à laicização do colégio e da educação. A essa situação, somaram-se as medidas adotadas pelo governo brasileiro após a instauração do regime militar com o movimento de 1964 e as reformas eclesiais advindas com o Concílio Vaticano II.

Em 31 de março de 1964, um movimento militar depôs o presidente eleito João Goulart. Alguns dias após, integrado por oficiais das três Armas, o Comando Supremo Revolucionário⁴ redigiu e outorgou uma série de Atos Institucionais⁵ pelos quais o movimento militar ganhava contornos de legalidade. O regime, que “[...] pretendia transformar o Brasil em uma democracia capitalista estável” (SKIDMORE, 1988, p. 101) e ser de curta duração, tornou-se uma ditadura, numa ofensiva “fascistizante” (BAMBIRRA; SANTOS, [ca. 1988], p. 140) que teve como corolário o Ato Institucional nº. 5⁶, de 13 de dezembro de 1968.

³ Os Irmãos Maristas fazem parte do Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria, uma agremiação religiosa da Igreja Católica fundada pelo Padre Marcelino Champagnat em 1817.

⁴ O Comando Supremo Revolucionário era formado pelo general Arthur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker e pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

⁵ Ato Institucional foi uma norma elaborada pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo presidente da República no período de 1964 a 1969.

⁶ O Ato Institucional nº. 5 concedia ao presidente da República poder para fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais; cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo em todos os níveis; suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos; demitir ou remover juízes; confiscar bens como punição por corrupção; suspender a garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares e proibia a apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas por esse Ato.

No campo da educação, o regime instituiu no currículo escolar o ensino da Educação Moral e Cívica (EMC)⁷ para promover o nacionalismo, convencer as novas gerações das benesses do regime (NUNES; REZENDE, 2012), exercer uma vigilância (ABREU; INÁCIO, 2006) e criar um padrão de conduta compatível com uma nação próspera e ordeira (FIGUEIRAS, 2012). Para ajustar a organização de ensino, o regime militar promoveu uma reforma do ensino primário e médio com a Lei nº. 5692, de 11 de agosto de 1971.

Em virtude dessa lei, o CSM (1972) elaborou o *Projeto do plano para a implantação da reforma de ensino – 1º. Grau*, em que procurou conciliar as exigências legais do Estado brasileiro para a educação nacional com as da tradição do Instituto dos Irmãos Maristas e as reformas eclesiais em curso. Os fins do colégio marista eram os da **educação libertadora**, em que se “[...] transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento, rumo à sua plena maturidade de Pessoa Humana.” (*Idem*, 1972, p. 4), libertando-o das “situações menos humanas” (*Idem, Ibidem*), reconhecendo a relação direta entre a educação e a democracia, entre o cidadão que se educa e a sociedade que se deseja erigir. Para assegurar o êxito de sua ação educativa e salvífica, o colégio fez uso do método “ver, julgar e agir”⁸, preconizado pela **teologia da libertação**, reconhecido pelo papa João XXIII, na encíclica *Mater et Magistra*, como o método por excelência na educação cristã.

Para os indivíduos se transformarem em *cidadãos virtuosos*, o colégio oportunizava práticas educativas com vista a promover a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica. Todavia, por ser uma escola confessional católica, essa passagem ganhava uma dimensão mística, porque a “[...] emancipação do ser humano somente é possível por meio de uma educação libertadora que tenha ação na realidade do oprimido e tenha como princípio primeiro os ensinamentos do Cristo – amor e respeito ao próximo –, sendo mediada pela fé”. (NEVES; ROSSI, 2012, p. 26).

Em decorrência da opção pela *pedagogia e teologia da libertação*, as práticas educativas no colégio colocavam os alunos em contato com aquelas situações de injustiça, miséria e opressão, para levá-los à descoberta da dimensão política da fé e a se reconhecerem como protagonistas da salvação. A salvação seria alcançada pela transformação da realidade, dando fim às injustiças sociais, políticas, culturais e econômicas.

Sob as reformas

O colégio marista é concebido numa totalidade pedagógica em que cada profissional envolvido em seu funcionamento tem uma função educativa. Do pátio à capela, todos os espaços do colégio são nichos de ação educativa. As práticas educativas estão presentes na cotidianidade escolar, cujo ideal é o *colégio em catequese*, entendido como o conjunto de práticas, momentos e espaços de educação, com o fim último de conseguir um aluno liberto, trabalhando com educadores integrados.

O Grêmio dos Alunos do Santa Maria (GASM), órgão representativo dos alunos, o Grêmio Cívico do Ensino Fundamental⁹, a Coordenação de Classe e os eventos, como: a

⁷ No ensino de grau médio e superior, incluindo a pós-graduação, foram criadas, respectivamente, as disciplinas “Organização Social e Política Brasileira” (OSPB) e “Estudos de Problemas Brasileiros” (EPB).

⁸ O método do “ver, julgar e agir” foi adotado pelo monsenhor Josef-Léon, Cardeal Cardijn, (1882-1967) na educação da juventude operária belga e serviu de fundamento para a organização do Juventude Operária Cristã.

⁹ O Grêmio Cívico do Ensino Fundamental foi criado em 1972, destinado aos alunos da 1ª. à 4ª. série do 1º. grau. Os alunos da 5ª. a 8ª. série do 1º. grau e do 2º. grau participavam do GASM. Com o Decreto nº. 68.065/71, os dois integravam o Centro Cívico, coordenado por um professor designado pelo Diretor.

Semana Champagnat¹⁰, os encontros para alunos e professores no Parque Santa Maria¹¹, as visitas dos alunos às indústrias ou fábricas, os campeonatos esportivos estudantis promovidos por outras instituições escolares maristas, católicas e públicas, os passeios ciclísticos organizados pelo GASM e as idas ao teatro, constituem-se em recursos pedagógicos para a formação cívico-religiosa, em consonância com o primado marista de formar *bons cristãos e virtuosos cidadãos*.

Quando da comemoração dos 80 anos do CMSM em 2005, um aluno que estudou de 1970 a 1978 e no qual fez a Primeira Comunhão, também fez um relato sobre sua vida escolar, reconhecendo que foi no colégio que aprende a enfrentar as contradições e ser um cidadão com atuação na sociedade. Segundo ele, quando estudava no colégio marista, contou com professores de religião com uma mente muito aberta que lhe deram uma formação cristã capaz de ver, julgar e atuar na realidade social. No período em que este aluno estava estudando, no Brasil, as liberdades individuais foram suprimidas pelo governo militar, que contava com apoio de setores da Igreja Católica. No entanto, o colégio atuava em sentido contrário, fazendo uma oposição sutil ao regime de exceção, para a comunidade educativa do CSM, como se lê no boletim informativo da APM:

A verdadeira democracia, que todos desejamos, não existe feita, pronta para encomenda. Ela é dinâmica, como tal recria-se continuamente, cresce e se aperfeiçoa no exercício dos deveres cívicos e das disputas políticas, entendidas no seu alto sentido de construção de uma Pátria livre e feliz (O APEEMISTA, 1974, p. 1).

No colégio, havia algumas práticas educativas em consonância com o movimento de renovação da Igreja Católica, incorporando a metodologia do “ver, julgar e agir”. Até mesmo naquelas disciplinas em que se deveria fazer propaganda do regime, é possível verificar a incorporação desse método, segundo relato outro aluno, nas aulas de OSPB, alguns Irmãos deram o livro *Ver, julgar e agir*.

Em “[...] sintonia com o Serviço de Educação de Base do Paraná (MOBRAL)”, (APEEMISTA, 1973, p. 4), o colégio ofereceu curso de Alfabetização a todos os seus funcionários, sendo ministrado por Irmãos e uma professora leiga. Praticamente dois anos depois, criou-se o Curso Supletivo Dinâmico com o objetivo de “[...] proporcionar a estes abnegados funcionários a oportunidade de alargar seus horizontes e de aspirar a melhor situação social.” (*Idem*, 1975, p. 3). Eram práticas educativas em que a catequese e a formação para a cidadania estavam intimamente vinculadas, numa imbricada relação que remete ao primado marista de formar *bons cristãos e virtuosos cidadãos*. A criação de um curso para alfabetizar funcionários do colégio, constitui-se numa “[...] forma de catequese muito própria para conscientizar os funcionários no sentido de sua própria valorização.” (*Idem*, 1973, p. 4). Ainda que as motivações sejam diferentes, nessas ações educativas, o colégio encontrou a oportunidade para executar seu projeto educativo, calcado no binômio de formar os indivíduos para as cidades de Deus e dos Homens.

No ano em que o país todo estava de verde e amarelo em virtude das comemorações dos cento e cinquenta anos de Independência e os militares capitalizavam o evento em benefício próprio, o CMSM dava sinais de resistência e preocupação com os

¹⁰ No mês de junho, sempre na semana do dia de falecimento do Padre Champagnat (6/jun.), é realizada a Semana Champagnat, em que os alunos participam de uma série de atividades de caráter esportivo, lúdico e cultural. No período de 1969 a 1976, dessas atividades, tinha destaque a Gincana Champagnat, em que os alunos respondiam várias perguntas sobre a biografia do Padre Champagnat e a história dos Maristas.

¹¹ Localizado no município de Rio Branco do Sul, o Parque Santa Maria é uma extensa área (45 alq.) de lazer, utilizada pelo colégio para atividades curriculares extraclasse, para encontros de formação e retiros.

rumos do regime. No editorial do boletim informativo O APEEMISTA (1972, p. 1), todos os cidadãos brasileiros são convocados a comemorar a Independência do Brasil, pois a “[...] ninguém é lícito deixar-se à margem dos festejos [...]”. E, valendo-se de uma passagem da vida de Jesus, o patriotismo é alçado à categoria de virtude cristã, pois “[...] ler o Evangelho é espelhar-se no exemplo do Mestre que, contemplando sua capital, na antevisão profética da sorte que estava reservada, chorou sobre ela e seus filhos”. (*Idem, Ibidem*). No emprego dessa passagem bíblica, há uma denúncia às condições de opressão a que estavam submetidos os brasileiros com a instauração de um regime de força.

Antecedendo às eleições gerais, novamente, o editorial do boletim informativo da APM faz referência a outra passagem bíblica para incitar a participação política da comunidade marista:

O cristão, de certo modo, é aquele que diz: Presente! à História. Aliás, tanto quanto um direito, votar é um dever. A Pátria não é uma abstração, é uma Realidade: “Dai a César o que é de César...” Estas palavras não foram de nenhum estadista; são palavras do Homem-Deus. Votemos bem! (O APEEMISTA, 1974, p. 1).

Enquanto a sociedade brasileira vivia os chamados anos de chumbo, período mais repressivo do regime militar no Brasil (1968 a 1974), o CMSM realizava uma nova experiência pedagógica: a Coordenação de Classe, em que cada turma escolhia três alunos, com a responsabilidade de representar os colegas no GASM; coordenar as atividades de classe como as olimpíadas, os desfiles; participar das reuniões com o Departamento de Educação Física e Desportos e participar de reuniões com o Serviço de Orientação Educacional (SOE).

Sal da terra

Tanto a pesquisa bibliográfico-documental como a história oral de ex-alunos do CMSM revelaram similaridades e diferenças entre as práticas educativas pensadas e as experienciadas pelo Padre Champagnat e pelos primeiros Irmãos na França do século XIX com as vividas entre 1969 e 1976. Ainda que haja permanências, entre algumas práticas educativas maristas ocorreu a incorporação de novos valores ou princípios, dando uma configuração distinta das práticas educativas formuladas na proto-história dos maristas.

Formar *bons cristãos e virtuosos cidadãos*, continuava sendo o objetivo central da comunidade marista no CMSM. Salvar ainda era a finalidade da escola marista. Porém, com uma nova dimensão teológica, a da *teologia da libertação*, em que a salvação se dá pela presença atuante do cristão na sociedade para eliminar todas as condições de opressão. Instruir e ensinar também continuavam sendo ofício dos educadores maristas. Respondendo a essa exigência, o colégio optou pela *pedagogia da libertação*, em que a instrução e o ensino estavam organizados para levar os alunos a práticas sociais transformadoras.

Referência bibliográfica

ABREU, Vanessa Kern de; INÁCIO FILHO, Geraldo. A educação moral e cívica: doutrina, disciplina e prática educativa. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 24, p. 125-134, dez. 2006. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11_24.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2013.

BAMBIRRA, Vania; SANTOS, Theotoni. Brasil: nacionalismo, populismo e ditadura. Cinquenta anos de crise social. In: CASANOVA, Pablo González (Org.). **América Latina: história de meio século**. Brasília: UNB, [ca. 1988].

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em: 26 jun. 2013.

_____. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 9 ago. 2013.

COLÉGIO SANTA MARIA. **Projeto do plano para implantação da reforma de ensino – 1º. Grau**. Curitiba: 1972.

FIGUEIRAS, Juliana Miranda. **O livro didático de Educação Moral e Cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina**. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

FURET, Jean-Baptiste. **Vida de São Marcelino José Bento Champagnat**. São Paulo; Loyola, SIMAR, 1999.

MARISTA: **História**. Disponível em: <<http://www.colegiosmaristas.com.br/marista-santa-maria-o-colegio/D887/>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

NEVES, Nataliano das; ROSSI, Luís Alexandre Solano. A educação libertadora como instrumento de emancipação do ser humano: uma releitura do Livro de Jó a partir dos conceitos de Paulo Freire. In: **Revista de Teologia & Cultura**. São Paulo, v. 6, n. 31, p. 14-28. set./out. 2010. Disponível em: <<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/downloads/2010/09/Aeducacaolibertadora.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

NUNES, Nataly; REZENDE, Maria José. **O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar**. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

O APEEMISTA. Curitiba, APM do CSM, n. 16, set. 1972. Mensal.

_____. Curitiba, APM do CSM, n. 23, jun. 1973. Mensal.

_____. Curitiba, APM do CSM, n. 36, out. 1974. Mensal.

_____. Curitiba, APM do CSM, n. 40, mai. 1975. Mensal.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988.

O MAUSOLÉU DO FARAÓ: A MEDIAÇÃO POLÍTICA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA JUNTO AOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS E TRABALHADORES RURAIS E A ITAIPU NAS DÉCADAS DE 1970-1980 NO OESTE DO PARANÁ

Maria José Castelano¹

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo apresentar notas da nossa pesquisa em curso intitulada “Teologia da Libertação e os movimentos populares no Oeste do Paraná nas décadas 1960-1980: a constituição de uma consciência crítica ao modelo político-econômico da autocracia burguesa?” Em 1978 foi publicado o documento da Comissão pastoral da Terra (CPT) “O Mausoléu do Faraó: A Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná.” O documento, que contém 50 páginas, faz denúncias da situação dramática enfrentada pela população a ser atingida pela construção da Itaipu já no ano de 1978, sobretudo, quando explicita algumas evidências do poder desigual no processo de negociação entre trabalhadores e representantes da Itaipu. Pretendemos compreender melhor a forma como o Estado, através dos seus braços institucionais, como a Itaipu e o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conduziram as negociações das desapropriações em razão da construção da barragem para a hidroelétrica de Itaipu. Estas negociações foram marcadas por táticas perversas de isolamento e violência bonapartista, pela exclusão dos proprietários da discussão do processo, pela falta de planejamento e organização com relação ao INCRA, no sentido de reassentar as famílias, seja no Paraná ou em outras regiões brasileiras. Mais ainda nos interessou descobrir que a organização e o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1976, no Paraná, tiveram relação direta com esse processo conflituoso que emergia no Oeste do Estado, em razão da necessidade de instituir organizações de resistência e de mediar os conflitos envolvendo o processo de expropriação dos pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais no Oeste do Paraná.

Palavras-chave: Itaipu, CPT, relações de poder.

Introdução

Nas décadas de 1970 e 1980 o Oeste do Paraná foi palco de vários conflitos sociais envolvendo pequenos proprietários e posseiros. Tais conflitos foram mediados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em meados da década de 1970 e vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1978, para assessorar e auxiliar a Pastoral Rural nos conflitos na Amazônia. No Paraná, a CPT existe oficialmente a partir de 1978 e coincide com o aprofundamento da crise e das contradições sociais agravadas com a reestruturação capitalista na cidade (greves dos operários) e no campo, posto em prática pela Ditadura Militar.

¹ Mestre/professora Colegiado de História/UNIOESTE.

Firmado o tratado da criação da Usina Hidroelétrica de Itaipu e iniciado o processo de desapropriação das terras que seriam alagadas pela mesma, a CPT passa a denunciar, em pleno estado de exceção, a situação dramática enfrentada pela população a ser atingida pela construção da barragem da Itaipu, quando denuncia por meio de seus documentos, como foi o caso do *Mausoléu do faraó* e do *boletim Poeira*, algumas evidências do poder desigual no processo de negociação entre trabalhadores e representantes da Itaipu.

A crise econômica brasileira leva, a partir de 1981, à recessão, que atinge a agricultura. O Estado do Paraná destacou-se, durante esse período, pela intensidade e pela velocidade do processo de transformação agrária, cujo reflexo mais expressivo foi o êxodo rural, decorrente da decomposição de antigas formas de produzir, na esteira da introdução de novas culturas e novas técnicas de produção, e da decomposição da estrutura agrária através da acelerada concentração fundiária. Desse modo, os anos 1980 são considerados como a "década perdida". A política econômica da ditadura militar deixava um pesado legado para o nosso presente histórico. Para o economista Quadros:

[...] é no período compreendido entre 1981 e 1983 que a economia brasileira sofre o mais grave retrocesso de que se tem registro. Nesse período, o Produto Interno Bruto apresentou taxas negativas de crescimento em dois anos, com uma queda acumulada superior a 6%. O forte declínio da renda média por habitante fez com que em 1983 seu nível regredisse ao de 1976. O setor industrial foi especialmente afetado, verificando-se entre 1981 e 1983 uma redução de 20% em sua atividade, sendo que a indústria de bens de capital foi a primeira e a mais duramente penalizada pela recessão. Este péssimo desempenho acumulou capacidade ociosa em níveis indesejados, e provocou forte aumento no desemprego, que não se limitou à indústria. (QUADROS *apud* RAGO FILHO, 1998, p.382).

Neste período cresceram também as mobilizações de produtores rurais de vários segmentos de produção que haviam sido, de certo modo, incorporados ao processo de modernização agrícola. Como entre esses "selecionados" poucos se capitalizaram, as contradições pelas quais passam no final da década de 1970 e as condições políticas desse período permitiram que se organizassem em cada setor específico de produção.

De acordo com estudo de Alegre (1982) o Paraná perdeu, na década de 1970, cerca de 1,2 milhão de habitantes:

O último censo demonstrou que os paranaenses ou oriundos desse Estado representa 22% dos migrantes no Estado de São Paulo; 52% no Acre, Rondônia e Roraima; 37% em Mato Grosso e 44% em Mato Grosso do Sul. Em todas essas unidades de federação as pessoas originárias do Paraná ocupam o 1º lugar entre os imigrantes. E cerca de 80% deles migraram no quinquênio anterior ao do censo, isto é, entre 1975 e 1980.

Na primeira metade da década de 1980 nós temos uma conjuntura nacional desfavorável, marcada pela crise econômica (perda de renda, concentração fundiária) que atingiu diretamente os pequenos proprietários rurais, somada a uma conjuntura local difícil, com a desapropriação de milhares de famílias no Oeste paranaense para a construção de Itaipu.

No contexto de retomada da organização de movimentos populares no campo, estudos consultados como Fernandes (1996), Bonin (1991), Brenneisen (1994), Alegre (1994), Grzybowski (1991), Iokoi (1996), Martins (1981, 2011), Sader (1986) e Castellano

(2000) indicam a importância da Teologia da Libertação enquanto matriz teórica predominante na CPT e na formação ideológica dos movimentos populares emergidos no Brasil, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, entre eles, o MST.

Identificamos a existência de uma multiplicidade de tendências e conflitos no interior da Igreja Católica. Se, nos anos 1970/80, seguimentos da Igreja Católica no Brasil e na América Latina sofreram uma inflexão à esquerda, antes desse período, até o golpe de 1964, predominava um discurso muito claro anticomunista e que pretendia cooptar os trabalhadores militantes em movimentos sociais para a luta contra o ateísmo comunista.

A Teologia da Libertação emergiu como resposta à necessidade de uma renovação teológica dentro da Igreja Católica e, sobretudo, na América Latina nos anos de 1950-1960. Nossa hipótese é que tal movimento pastoral é oriundo de uma reação da Igreja Católica em razão da necessidade de se posicionar frente aos conflitos sociais gerados pelo modelo econômico desenvolvimentista e subalterno ao capitalismo internacional que, desde a década de 1950, ampliou as mazelas sociais, sobretudo, no campo brasileiro em decorrência da segunda Revolução Industrial intensificada pelo regime militar (1964-1985). Numa entrevista publicada na Revista Brasil de Fato, Frei Beto afirma que

Nos anos 1960 e 1980 a Igreja Católica, renovada pelo Concílio Vaticano II e pela conferência episcopal latino-americana em Medellín (1968), teve papel preponderante nas lutas sociais na América Latina. Através das Comunidades Eclesiais de Base e do advento da Teologia da Libertação, decorrentes da "opção pelos pobres", muitos militantes foram formados pela Igreja segundo o método Paulo Freire. Em países sob ditadura, como Brasil e Nicarágua, essa formação resultou em opção revolucionária. Diria que, de certo modo, as eleições recentes de Lula, Correa, Evo, Funes e outros têm a ver com esse processo pastoral (MONCAU, 2010).

O nosso objetivo é entender o papel e a relevância da Teologia da Libertação enquanto uma ideologia mobilizadora junto aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários em situação de conflito no campo, e sua organização em torno da resistência ao modelo político-econômico da ditadura militar. A análise de obras sobre a temática evidencia que integrantes progressistas da Igreja Católica faziam uma crítica incisiva à sociedade capitalista em desenvolvimento naquele período. Nos interessa refletir sobre as seguintes questões: quais eram essas críticas? Quais soluções eram apontadas para os problemas, sobretudo, no campo brasileiro? O que levou a Igreja a publicizar críticas à sociedade capitalista neste período e apoiar as lutas dos trabalhadores contra as mazelas sociais?

Em nossa pesquisa, o termo ideologia é compreendido sob uma perspectiva marxiana, ou seja, tem sentido onto-nominativo como o empregado por Marx no Prefácio a *Crítica da Economia Política*, em que ideologia denomina-se um conjunto das formações superestruturais e as formas de consciência.

Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se

transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas da produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim (MARX, 1974, p. 135-136).

Partimos do pressuposto de que a consciência ou a falsa consciência da realidade constituem o resultado não de uma particular ação ideológica educativa, mas o de uma particular divisão social do trabalho, plasmada em determinadas relações sociais de produção (CASTELANO, 2012). Desse modo, compreendemos que:

A produção da consciência como momento da prática humana concreta, é constituída no interior da própria sociabilidade. A fundamentação ontológica do pensamento, onde a consciência emerge enquanto atributo insuperável do ser dos homens e enquanto tal, porta caráter necessariamente social (CHASIN, 1995, p.243-244).

Ao sistematizar sua concepção materialista da História, Marx e Engels afirmam:

A produção das idéias, representações da consciência está de início imediatamente entrelaçada na atividade material e no intercâmbio material dos homens, linguagem da vida efetiva. O representar, pensar, o intercâmbio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como afluência direta do seu comportamento material. O mesmo vale para a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, de um povo (MARX, 1984, p.192).

O foco da nossa pesquisa é a atuação da CPT na gênese e trajetória do Movimento Justiça e Terra e Mastro. A escolha destes dois movimentos deu-se pela relevância dos mesmos no processo de constituição do MST no Paraná. Até o momento, obtivemos informações sobre fontes documentais relevantes que possibilitarão a realização da pesquisa, como o *Boletim Poeira*, produzido pela CPT do Paraná nas décadas de 1970-1980, disponíveis nos arquivos da CPT no Paraná, documentos do DOPS, entrevistas e jornais da região. Levantamos teses e dissertações sobre a temática, como a de Guiomar Germani² com o título *Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu*, e o trabalho de Juvêncio Mazzarollo³, *A Taipa da Injustiça*. Por meio das fontes (atas, boletins, poesias, entrevistas) obtidas será possível analisar a constituição e explicitação de um possível projeto político da CPT e sua orientação ideológica. E a partir da trajetória e experiências dos sujeitos sociais envolvidos nestes conflitos compreender o processo de constituição de uma consciência crítica (ou não) que passa a orientar a ação desses sujeitos sociais.

Com o objetivo de melhor contextualizar o tema da nossa proposta de estudo, passamos a apresentar uma breve exposição sobre o projeto Itaipu.

Em 1973, os presidentes Emílio Garrastazu Médici e paraguaio Alfredo Stroessner assinaram o “Tratado de Criação de Itaipu”, visando levar a efeito o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, através da criação da Itaipu Binacional. Localizada numa zona

² Realizou esta importante pesquisa produzida no calor da hora dos acontecimentos, na década de 1980.

³ Jornalista e diretor do jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu, que se integrou à Comissão Justiça e Terra e, devido às suas denúncias e editoriais, foi condenado a quatro anos de prisão na época do governo militar.

de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, a Usina de Itaipu, com o represamento do rio Paraná, em 1982, resultou na submersão dos saltos de Sete Quedas, alagando, também, ampla parcela de terras agricultáveis do extremo-Oeste do Paraná.

O projeto da Hidroelétrica de Itaipu afetou vários municípios como o de Foz do Iguaçu, Guaíra, Santa Helena, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon e São Miguel do Iguaçu, com um contingente de 42.444 pessoas desapropriadas, 38.445 do meio rural e 3.999 do meio urbano, conforme dados extraídos de Germani (2003). Em 1975, o projeto Itaipu foi levado ao público com a promessa de que os desapropriados seriam indenizados com o “preço justo” ou assentados em outros locais. Mas isto aconteceu apenas para alguns poucos selecionados.

Muitas famílias foram expropriadas para viabilizar a materialização da Hidroelétrica de Itaipu. Mas, para além dos números as cicatrizes sociais deixadas por este evento ainda são possíveis de serem percebidas pelos relatos das pessoas desapropriadas para a construção da obra, como aquele feito pelo Sr. Henrique Szlapak, cuja “[...] situação de pobreza..., sem terra, sem outros bens senão sua mulher e nove filhos [...]” são mencionados no documento da CPT, porque ele, inclusive, manifesta-se publicamente por meio de cartas ao Presidente da República, ao INCRA, cujo resultado foi a ameaça para calar-se. (CPT, 1978, p. 25). Além das consequências socioeconômicas e culturais, não pode deixar de ser relatada também a questão ambiental. Nesse sentido, a perda das Sete Quedas, conjunto de quedas d’água localizadas no município de Guaíra, representa uma perda irreparável sob qualquer dimensão financeira. No entanto, mesmo sob esse aspecto, ela não foi mensurada no momento de calcular a compensação financeira que a Itaipu fez aos municípios limítrofes ao lago, pois, no cálculo correspondente à distribuição dos royalties, considerou-se apenas a área alagada.

Com a construção da barragem de Itaipu e, conseqüentemente, o represamento do rio Paraná, houve a submersão, também, das terras de milhares de famílias, no ano de 1982. Foi esse cenário de mudança radical da paisagem no extremo Oeste paranaense, com desdobramentos diretos nas condições de vida dessas pessoas, que motivou, ou talvez se possa dizer “forçou”, a mobilização dos agricultores, dando início ao movimento denominado “Terra e Justiça”. Este reivindicava o pagamento das indenizações em terras no próprio Estado do Paraná e melhores preços por suas benfeitorias e áreas inundadas e, em julho de 1981, como resultado do movimento anterior os posseiros e trabalhadores sem terra que não foram indenizados constituiu o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). É nossa pretensão conhecer as experiências desses sujeitos sociais que enfrentaram o projeto megalomaniaco da Usina Hidroelétrica de Itaipu posto em prática durante a Ditadura Militar e escrevê-la a contrapelo da história. Temos a história “vista de baixo” como uma perspectiva de trabalho para o historiador que busca compreender o modo de vida dos trabalhadores em suas lutas cotidianas.

A constituição da CPT no Paraná, conforme depoimento de Gernote Kirinus, ex-secretário da CPT, ex-pastor e deputado estadual (MDB-PR), foi organizada pelo incentivo por parte de Dom Agostinho Sartori (bispo de Palmas), então secretário da CPT na Região Sul. O então pastor da Igreja Luterana foi liberado da paróquia de Entre Rios para se dedicar inteiramente ao trabalho da CPT, mas não havia infra-estrutura e nem dinheiro. Em entrevista concedida ao jornal *Voz do Paraná*, Kirinus afirma que “[...] a CPT é ecumênica porque trata do problema da terra, que não tem religião. Este problema é comum a todas as igrejas, porque é fundamentado nos direitos do homem.” (KIRINUS, 1979, p. 137).

Em 1978 foi publicado documento da CPT com o interessante título *O Mausoléu do Faraó: A Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*. O documento, que contém 50 páginas, faz denúncias da situação dramática enfrentada pela população a ser atingida pela

construção da Itaipu já no ano de 1978, sobretudo ao explicitar concretamente o poder desigual no processo de negociação entre os trabalhadores e os representantes da Itaipu.

Chama a atenção neste documento:

- 1) A tensão e o medo dos colonos em falar sobre a Itaipu;
- 2) A desorganização inicial dos proprietários rurais e a dificuldade de circulação das informações entre os moradores;
- 3) As táticas perversas de abordagem aos agricultores pela Itaipu;
- 4) O drama social, econômico e cultural das famílias que seriam e foram expropriadas pela Itaipu.

O Estado não tinha como objetivo promover uma política pública de reassentamento dos agricultores que procurasse amenizar alguns dos problemas, como a manutenção dos grupos e famílias próximos, sem isolá-las; a garantia de manutenção da posse da terra em iguais condições; a destinação de terras férteis, etc. Além disso, as medidas tomadas por parte da Itaipu naquele momento foram marcadas pela falta de transparência no processo de cálculo das indenizações. O que observamos é que o Estado continua com a política das décadas de 1950/60 de buscar resolver o problema da terra mediante a colonização e expansão da fronteira agrícola em terras devolutas na região Norte do país. (Ver DREIFUSS, 1981).

Considerações Finais

Cumprido destacar que um empreendimento da dimensão da Hidroelétrica de Itaipu, numa região densamente povoada, em qualquer momento histórico significaria um grande impacto com mudanças que repercutiriam nas dimensões ambiental, social e econômica. Mas, a questão é que nas décadas de 1970 e 1980, a conjuntura política adversa a qualquer possibilidade de debate aberto ou manifestações populares, imprimia maior pressão sobre as pessoas que teriam o seu cotidiano (e suas vidas) diretamente atingido. É preciso alertar para a necessidade do real entendimento quanto à gravidade da ação violenta exercida pelo aparelho de Estado contra qualquer manifestação de contestação política durante o governo militar.

Pretendemos investigar em que medida o direcionamento ideológico cristão por meio da Teologia da Libertação (e sua possível aproximação com o marxismo) contribuiu realmente para um processo de conscientização política dos integrantes destes movimentos quando passam a lutar por uma maior participação nas decisões políticas na região Oeste do Paraná, e aqui estamos nos referindo a setores sociais que até então haviam sido excluídos do processo. Além disso, vários segmentos vinculados à Teologia da Libertação sofreram intensa repressão do Estado bonapartista e, na década de 1980, importantes lideranças receberam críticas também por parte da hierarquia da Igreja conservadora, num processo em que foram silenciados e isolados.

Referência bibliográfica

CASTELANO, Maria José. **Um estudo da Proposta de Educação do MST**. Maringá: UEM, 2000. Dissertação.

CHASIN, José. Posfácio. MARX – Estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.

Comissão Pastoral da Terra. **Boletim Poeira**, 1978- 1984.

_____. **O Mausoléu do Faraó:** a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná. 1978.

DREIFUSS, René A. **1964:** A Conquista do Estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água:** o conflito de Itaipu. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) - Universidade Luterana Brasileira (ULBRA), 2003.

KIRINUS, Gernote. **Entre a Cruz e a Política.** Curitiba: Beija Flor, 1979.

LIBARDI, Diócles et al. Organização e reivindicações camponesas. In: PAZ, Francisco (Org.). **Cenários de Economia e Política- Paraná.** Curitiba: Prefhacio, 1991.

MARX, K.; Engels, F. **A Ideologia Alemã.** Ática, 1984.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da Injustiça.** Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.

MONCAU, Joana. Religião: Chave para dialogar com o povo. (entrevista com Frei Beto). **Revista online Brasil de Fato**, 15/09/2010. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/274>>, acessado em 03/11/2012.

PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja Questão Agrária.** Loyola: São Paulo: 1985.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980.

FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE DOS TRABALHADORES DO FRIGORÍFICO DA COPAGRIL MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR (2005-2011): UM ESTUDO DAS AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A EMPRESA

Marília Lauther¹

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo apresentar os dados resultantes da pesquisa de iniciação científica desenvolvida a partir da análise das ações trabalhistas movidas pelos trabalhadores contra o frigorífico da Copagril. O processo de industrialização no Oeste Paranaense é recente. No município de Marechal Cândido Rondon-Pr, observamos um relevante crescimento da atividade industrial com ênfase para o setor de alimentos. Como no caso da Copagril, frigorífico de aves, que desde a sua criação nos anos de 2005 aparece como principal possibilidade de emprego formal na região, a mão de obra contratada para exercer funções no chão de fábrica é em sua maioria jovem, sem tradição operária. Tendo em vista que a principal característica do trabalho na linha de produção da indústria é a degradação tanto física quanto mental dos operários, originária da intensa exploração e das condições precárias de trabalho que lhes são impostas. A partir do levantamento das ações trabalhistas, nota-se um constante crescimento de trabalhadores que recorrem à justiça contra a indústria, reivindicando por direitos que entendemos como seus. Neste sentido, considerando o avanço na atividade industrial e o impacto na vida dos trabalhadores a intenção deste trabalho é discutir e analisar o processo de formação de uma identidade de classe dos trabalhadores vinculados à linha de produção do frigorífico da Copagril, e em que medida tais processos trabalhistas indicam a existência de uma consciência de classe sobre a exploração do trabalho na indústria.

Palavras- chaves: Identidade; Trabalhadores; Industrialização

Introdução

O artigo seguinte visa discutir o processo de formação de uma identidade de classe dos trabalhadores vinculados à linha de produção do frigorífico de aves da Copagril, localizado no município de Marechal Cândido Rondon- Pr. A fonte utilizada para essa investigação histórica são os autos trabalhistas, tramitados na Vara do Trabalhista da Comarca de Marechal Cândido Rondon, do período que vai desde os anos 2005 até 2011. Mas para compreender os elementos abordados a seguir precisaremos fazer uma breve explanação sobre o recente processo de industrialização no Oeste paraense, em especial na cidade em que a indústria encontra-se localizada e também sobre a criação da “Consolidação das Leis Trabalhistas” e sua atuação nos dias de hoje, que estão expressas nas ações trabalhistas.

¹ Acadêmica do quarto ano do curso de História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. E-mail : marilia.lauther@hotmail.com.

Analisando as entrevistas realizadas com ex-trabalhadores das indústrias de alimentos e a bibliografia sobre o recente processo de industrialização no Oeste do Paraná, notamos, a partir da fala dos trabalhadores, elementos que convergem com os encontrados nos autos trabalhistas, pelo fato de boa parte desses trabalhadores terem passado por experiências de recorrer à justiça para reivindicar direitos, os quais deveriam ser cobertos pela legislação trabalhista, que são constantemente desrespeitados pela indústria local.

Entendemos o campo judiciário como um importante espaço de conflito entre duas classes, sendo elas, a classe dominante, composta pelas grandes indústrias e latifundiários, que se mostram aparelhadas e favorecidas pelo Estado burocrático e a classe trabalhadora, que vem sendo atacada e explorada constantemente, a partir de mecanismos e ferramentas utilizados pela classe dominante e a burocracia do Estado, que colaboram com a sua degradação.

Neste sentido, partiremos do referencial teórico de Edward P. Thompson, em seu clássico estudo sobre a “Formação da Classe operária Inglesa”, que a identidade de classe é formada nos elementos que compõe seus modos de viver, trabalhar e lutar. Principalmente de lutar. Elementos esses que podem ser identificados nas ações trabalhistas, que se expressam como uma luta diária de resistência da classe trabalhadora ao trabalho industrial. Para o mesmo autor, a classe é construída na experiência quando os indivíduos partilham dos mesmos interesses, interesses estes que são opostos a outra classe, ou seja, a classe dominante,

A consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1988,10).

Essa discussão apresentada por Thompson serviu como referência fundamental em nossa pesquisa, não só para a compreensão das entrevistas realizadas pelos colegas da linha de pesquisa, como também para problematizar e analisar os elementos encontrados nos autos trabalhistas e a identificação de uma possível consciência de classe em relação à exploração do trabalho industrial no frigorífico da Copagril.

O Processo de industrialização no município de Marechal Cândido Rondon-Pr

O processo de industrialização no Oeste paranaense data de meados de 1980, com exceção da planta industrial da Sadia que é instalada no município de Toledo-PR nos anos de 1964, a maioria dos frigoríficos e fábricas abertas na região é inaugurada na década de 1980. A partir de políticas ditas como desenvolvimentistas e promotoras de emprego, muitas prefeituras isentam fábricas dos seus compromissos fiscais, além de prometerem infra-estrutura para o seu funcionamento (BOSI, 2011). É através destes projetos políticos que se instalaram na região diferentes indústrias, sendo boa parte delas voltadas ao setor alimentício, impulsionando desta forma um processo de industrialização na região, que era predominantemente agrícola na época. Ocorrendo desta maneira uma mudança no cenário e na dinâmica produtiva local.

No município de Marechal Cândido Rondon-Pr, esse cenário modifica-se nos finais da década de 1980 e início de 1990, com a vinda de grandes grupos que colaboraram com o impulso para setor industrial e por conta também da mecanização do campo, que fez com que parte dos pequenos produtores, estancados pelos grandes proprietários, obrigou-se a migrar do campo para a cidade, em busca de novas alternativas de vida, que acabam sendo as do emprego nas indústrias locais. As principais indústrias promotoras de emprego no

município instalaram-se durante as décadas de 1980 e 1990, como é o caso da Faville (unidade de biscoitos) e a Frimesa (unidade de laticínios). Já a Copagril (unidade de aves) aponta nesse cenário nos anos de 2005, apesar da Cooperativa existir no cidade desde a década de 1970, essa expande sua produção ao setor de alimentos nos anos 2000, com a criação do frigorífico de aves e a fábrica de ração.

As três empresas constituem a principal possibilidade de emprego formal na região, por não exigirem qualificação para a contratação de trabalhadores e também por estarem “cobertas pela legislação trabalhista”. A mão-de-obra normalmente empregada nas indústrias é em sua maioria jovem, sem tradição operária (BOSI, 2009). Numa amostragem dessa linha de raciocínio em relação à “qualificação” e contratação dos trabalhadores nas indústrias, Diane Gemelli, mostrou que,

a [qualificação] considerada necessária para realizar as funções no chão de fábrica [Copagril] são mínimas [...] e a baixa incorporação tecnológica [...] faz com que grande parte do trabalho seja realizada manualmente, de forma intensa e repetitiva, com vistas a atingir as metas diárias de produção (GEMELLI, 2009).

Antonio Bosi destacou nesse processo de contratação de trabalhadores que,

A sobreposição da qualificação física relativamente à escolaridade pode ser explicada pela necessidade que o empresário tem de contar, com trabalhadores fortes, saudáveis e dispostos ao trabalho, com pouca probabilidade de faltar ao expediente, devido uma dor de dente, por exemplo. Esses traços parecem ser mais atrativos no momento da contratação, do que um currículo constituído de longa e sólida experiência no trabalho ou ainda por robusta trajetória de formação escolar e Profissional (BOSI, 2011).

Dialogando com a bibliografia sobre o recente processo de industrialização no Oeste do Paraná, compreende-se que, com a dinâmica de produção dessas empresas, a força de trabalho tem sofrido intensa exploração. O trabalho realizado na linha de produção das indústrias é responsável por grande parte dos acidentes oriundos das condições de trabalho, caracterizadas pelas longas jornadas com ritmos extenuantes e execução de movimentos repetitivos, normalmente realizados em pé e nas mesmas posições, fazendo com que o trabalhador sinta-se exausto por conta do cansaço em meio a esse processo de labor, ocorrendo dessa forma alguns descuidos que retalham o próprio operário. Sendo que os salários pagos por essas indústrias podem ser considerados como os mais baixos do mercado industrial. Nesse sentido, o trabalho industrial pode ser identificado como principal elemento da degradação tanto física como mental dos trabalhadores.

O crescimento de uma classe trabalhadora, concentrada no setor industrial, em Marechal Cândido Rondon-Pr, apresenta-se como um assunto bastante relevante. No que diz respeito à presença operária no setor de produção de alimentos, o operariado aumentou 6% em relação aos empregos formais, no ano de 1996, para 22% no ano de 2008 (BOSI, 2009). Na medida em que aumenta o número de trabalhadores empregados na indústria, aumenta também o número de trabalhadores que recorrem à justiça contra a mesma, como também os índices de rotatividade de trabalhadores no setor industrial. Pois, para além de explorar o trabalhador de forma intensa no chão de fábrica, estas burlam constantemente a legislação trabalhista.

A CLT e os trabalhadores do frigorífico da COPAGRIL

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) surgiu nas turbulências políticas dos anos 1930 no governo de Getúlio Vargas, como manobra política e com intuito de bloquear as agitações da classe trabalhadora, deixando ao trabalhador duas opções, ou negocia-se com o patrão ou se recorre à justiça. Porém, a mesma nasce de maneira ambígua, pois nesse período nunca saiu do plano imaginário. Na maneira em que Vargas continha a classe trabalhadora o mesmo cobria de privilégios a classe dominante. Na literatura brasileira durante o Estado Novo Getúlio é conhecido como o “pai dos ricos” e a “mãe dos pobres”, por conceder regalias a classe dominante e ganhar simpatia das massas trabalhadoras com políticas de benefício social. Sobre esse assunto John French analisa que,

A ambigüidade subjacente à ambiciosa Lei Trabalhista do Brasil só pode ser entendida em termos de cultura política e legal das elites brasileiras, formadas pela herança ideológica de um paternalismo autoritário. A CLT, desde o início, era tão imaginária quanto real, tanto para os burocratas governamentais que a redigiram, como para os trabalhadores que procuravam usar a lei para fazer avançar seus interesses. Para os primeiros, as visionárias e utópicas promessas das leis, poderiam ser toleradas, precisamente porque elas nunca pretendem ser “reais”. Já os trabalhadores brasileiros, desenvolveram uma complicada e fundamentalmente conflituosa relação com a CLT, pois eles não podiam se permitir ter ilusões, tanto sobre a lei e seus criadores como seus executores (FRENCH, 2002).

Quando o autor menciona o quão imaginário a CLT era, e se ela “saiu” de alguma maneira do plano imaginário e garante os direitos mínimos dos trabalhadores, foi através da luta e das organizações da classe operária, por reivindicar seus direitos e melhoria nas condições de trabalho. Ele faz referência às desigualdades cometidas no governo de Vargas com os trabalhadores. Pelo fato de priorizar sempre uma elite dominante composta pelos industriais e latifundiários, que foram responsáveis por redigir a CLT, e a maneira como as leis eram aplicadas que deixava evidente o despautério da justiça do trabalho em relação à classe operária. Despautério este que não se modifica no decorrer dos anos, pois as atitudes e mecanismos utilizados pela justiça do trabalho, hoje, ainda são o de priorizar as classes dominantes e de ataque constantes à classe trabalhadora.

Além de estabelecer as normas de como as leis deveriam ser aplicadas, a CLT foi responsável pelo fim da liberdade sindical, pois o governo restringiu e interveio na organização e criação dos sindicatos. Parte dos sindicatos resistiu e agiu de maneira clandestina durante muito tempo. Outros se estabeleceram dentro das empresas, por conta da contribuição sindical. Esses se identificavam como sindicatos legais perante a lei, não abrindo espaço para que os trabalhadores buscassem outras organizações políticas de representatividade e combatividade em prol de suas reivindicações. Em decorrência disso, hoje, bem como naquela época, grande parte dos sindicatos responsáveis pela representatividade dos trabalhadores industriais encontram-se de mãos dadas com o capital, favorecendo cada vez mais às indústrias e desmobilizando a classe trabalhadora.

A organização política é um ponto muito importante, não só durante o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, mas também no momento em que essa se encontra consolidada. Com a criação da CLT, que nasce em meio a um processo efervescente de manifestações da classe operária, que estava em formação e já reivindicava

por melhores condições de trabalho, esta teve como objetivo bloquear as agitações operárias das fábricas, por apresentar-se como única “garantia” de segurança em relação ao direito do trabalho. Com mecanismos de repressão à organização política, nota-se que umas das conseqüências desse processo é a individualização do trabalhador, lógico que não é a única. Por mais que exista um coletivo e a troca de experiências dentro das indústrias, não há uma organização política por parte dos trabalhadores, mas sim medidas vindas de cima que são aquelas propagadas pelos sindicatos e as “garantias” atribuídas pela CLT, que vêm fazendo com que esses sujeitos tornem-se cada vez mais individualizados, pois deixam claro que os direitos dos trabalhadores não precisam ser formulados e reivindicados dentro de organizações sindicais, partidos, etc. Estes se encontram “presentes” na legislação trabalhista:

(...) não surpreende que os esforços dos trabalhadores em reunir suas forças coletivas, tenham encontrado dificuldades em uma sociedade capitalista em processo de industrialização, mesmo naquela dotada da “legislação trabalhista mais avançada do mundo”. Assim, talvez estivéssemos lidando com uma situação na qual as restrições à liberdade sindical eram trocadas pela observância dos direitos individuais do trabalhador, conforme determinado o sistema de fiscalização do trabalho e pelos tribunais da justiça previsto na CLT (FRENCH, 2002).

Compreendemos o campo judiciário enquanto um espaço de conflito entre duas classes diferentes, a classe trabalhadora e a classe dominante. Porém, os desdobramentos utilizados na aplicação das leis não diferem da época em que a CLT foi criada. Desdobramentos esses que podem ser caracterizados pelas tentativas de apaziguamento desses confrontos, que ferem somente a classe trabalhadora, com políticas conciliatórias que favorecem apenas os industriais. Características essas que podem ser identificadas nas ações trabalhistas movidas pelos trabalhadores contra a unidade de aves da Copagril, onde a conciliação pôs fim em grande parte dos processos,

Além disso, a história não era muito mais promissora para aqueles trabalhadores que, de boa fé, levavam suas queixas aos tribunais de trabalho. Influência administrativa, tribunais superlotados e uma tendência para a “conciliação” freqüentemente produziram o que pode ser denominado de “justiça com desconto”. Mesmo quando ganhavam o caso legal, por exemplo, um trabalhador brasileiro, era muito forçado a um acordo com os patrões, obtendo um valor muito menos do o inscrito em seus direitos legais (...) (FRENCH, 2002).

A Copagril empresa investigada nessa pesquisa tem um histórico de desrespeito à legislação trabalhista desde o período em que atuava apenas como cooperativa e que vem aumentando constantemente desde a criação da unidade de aves no ano de 2005. A indústria é responsável pelo emprego de 1600 trabalhadores que designam funções na linha de produção do corte da carne de frango. O processo de trabalho na linha de produção apresenta-se como degradante desde o período em que o frigorífico foi instituído na cidade, tendo como característica a exploração e intensificação do trabalho, que pode ser identificado nos índices de reivindicações por insalubridade e periculosidade encontrados nos autos trabalhistas e que justificam o número de trabalhadores lesionados por conta do trabalho industrial, bem como os altos números de rotatividade de trabalhadores que circulam na empresa.

A partir do levantamento dos processos trabalhistas movidos contra a indústria, que vão do período de (2005-2011), os números encontrados são apavorantes. Como uma indústria que, em suas propagandas, exalta as “melhores condições de trabalho” e ainda mais “cobertos pela legislação trabalhista” é responsável por um número grotesco de processos em um período de sete anos de existência? As principais reivindicações encontradas são referentes à insalubridade, periculosidade, férias, horas extras, sendo a principal de todas o direito ao FGTS. Os números indicados estão presentes na tabela a seguir,

Tabela 01- Ações Trabalhistas contra a Copagril (2005-2011)

ANO	QUANTIDADE
2005	19
2006	27
2007	47
2008	116
2009	212
2010	237
2011	242
Total	900

Fonte: Vara Trabalhista Comarca de MCR-PR. Organização Marília Lauther.

Dentre os processos levantados e analisados, a conciliação coloca fim em boa parte deles, até porque o processo de recorrer à justiça é custoso, exaustivo e não garante direito algum de ganho de causa ao trabalhador, mas favorece e vem ao encontro com os interesses do capital. Seguindo essa linha de raciocínio, em relação ao processo de conciliação, Fernando Heck conclui que,

(...) resolução [das ações judiciais] nas conciliações com o pagamento de indenizações muito menores do estipulado parece ser importante para o capital e se apresentam como elemento atrativo para sua territorialização. Isto porque o capital pratica suas ilegalidades perante a legislação reduzindo seus custos e a justiça julga o caso levando-os ao acordo entre as partes como resultado final do processo trabalhista. Esta prática favorece ao capital, pois este pode infringir a lei e quando é acionado na justiça, geralmente tem que pagar uma quantia ínfima a título de acordo entre as partes (HECK, 2010).

Ainda sobre isso, Rinaldo José Varussa, no artigo “Trabalhadores em frigoríficos e a construção de direitos: Oeste do Paraná, décadas de 1990 a 2000”, interpretou um conjunto formado por 138 ações trabalhistas instauradas pelos trabalhadores do frigorífico da Copagril entre os anos de 2005 a 2010. Num total de 648 processos instaurados naquela empresa, a conciliação pôs termo em 132 processos e 4 encerram-se com desistência de autores (VARUSSA, 2011). Analisando esses resultados infere-se que a Justiça do Trabalho em Marechal Cândido Rondon é desfavorável aos trabalhadores e favorável às empresas.

Em meio a esse campo de conflito, observamos que a principal reivindicação presente nos autos é o direito ao FGTS. Compartilhando das hipóteses abordadas por Varussa, os trabalhadores estão recorrendo à justiça não com o intuito de receber um valor considerado alto, que seria o seu direito, mas com objetivo de reverter a causa de suas demissões. Até porque, por mais que o trabalhador encontra-se mutilado e lesionado por conta do trabalho no chão de fábrica, é a justiça que nomeia um fiscal para fazer a inspeção

no local de trabalho, porém essa visita é marcada e a data é avisada ao industrial, deixando tempo hábil para que este reestruture a empresa. Assim, no processo de fiscalização, a mesma estará conforme as normas do Ministério do Trabalho. Os resultados favoráveis de ganho de causa do FGTS vêm sendo compartilhados entre os trabalhadores, motivando outros a recorrer à justiça com os mesmos fins. É a partir dessas trocas de experiências que identificamos um sentimento comum entre esses trabalhadores, que vem ao encontro aos seus interesses, opondo-se aos interesses da classe dominante. Sentimentos esses que utilizamos para identificar a formação de uma identidade de classe, consciente do grau de exploração exercido pelas indústrias.

Considerações Finais

O processo de industrialização no Oeste do Paraná é um processo recente. E a dinâmica de produção das indústrias de alimentos sediados não só no município de Marechal Cândido Rondon-Pr, tem como principal característica a degradação tanto física quanto mental dos trabalhadores. Característica essa que pode ser justificada pelos altos índices de rotatividade no emprego industrial e pelo número de trabalhadores que se encontram lesionados pelas condições de trabalho que lhes são impostas no chão de fábrica. Identificamos não só nos processos trabalhistas, mas também na leitura e análise de entrevistas que os trabalhadores, especialmente da cidade de Marechal Cândido Rondon, vêm cada vez mais atribuindo um sentido negativo em relação ao trabalho industrial.

A Justiça do Trabalho, que deveria garantir os direitos dos trabalhadores, desde sua criação, mostra-se de mãos dadas com o capital, como também os sindicatos que deveriam representar os trabalhadores, mas hoje estão mancomunados com as empresas, com intuito de desmobilizar cada vez mais a classe trabalhadora. Essa atuação dos sindicatos ficou evidente na greve dos trabalhadores da Faville (unidade de biscoitos) no ano de 2012. Ao encontro disso, notamos que os resultados favoráveis em relação ao FGTS que vem sendo compartilhados entre os trabalhadores, com objetivo de buscar novas alternativas de vida, que não seja a do trabalho industrial, nos mostram que há uma consciência em relação ao grau de exploração no trabalho industrial, porém esses trabalhadores não são organizados politicamente.

Em relação a CLT, fica evidente o processo em que foi criada e qual o principal objetivo dessa lei, que pode ser identificado com imensa facilidade na citação abaixo. Se hoje a “Consolidação das Leis do Trabalho” garante alguns direitos, que podem ser considerados como mínimos aos trabalhadores, foi através da luta e das reivindicações organizadas pela classe trabalhadora que ela foi possível.

(...) a lei não era vista como uma construção cultural, mas como um reflexo direto de uma ação intencional do Estado “burguês”. A cultura seria uma imposição capitalista sobre os trabalhadores. Em algumas variantes desse determinismo, ela foi vista como imperativo estrutural de acumulação. Noutras como elaborada estratégia ideológica dos capitalistas e seus laicos. Ambos os enfoques convergem ao perceber a CLT e seu contexto político (o populismo) apenas como pretexto, uma bem sucedida fachada, simultaneamente ato de ocultamento e propaganda enganosa para embromar os trabalhadores (...) nessa visão, todo discurso fácil e vazio tinha uma intenção mais sinistra: desviar a atenção da violência e das desigualdades características da sociedade de classes no Brasil. Tentava-se, assim, iludir os trabalhadores com direitos

imaginários, enquanto, simultaneamente, apertavam-se as algemas do controle estatal sobre o sindicalismo (FRENCH, 2002).

Referência bibliográfica

BOSI, A. P. **Relatório Final de Bolsa Produtividade em Pesquisa**. Fundação Araucária, 2009.

BOSI, A.P. “Um ensaio sobre industrialização, desenvolvimento econômico e trabalho degradado no Oeste do Paraná”. In **Precarização e Intensificação do Trabalho no Brasil recente**. Coleção Tempos Históricos. Cascavel; Edunioeste, 2011, pp.79-120.

FRENCH, John. D. “**Afogados em leis**”: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. 1 volume. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

GEMELLI, Diane. “Capital, território e trabalho no Oeste paranaense: o frigorífico de aves Copagril”. In **Revista Pegada**. Vol. 10, n.2, dezembro de 2009.

HECK, Fernando. **Dinâmica territorial do capital e a expansão das indústrias alimentícias no oeste paranaense**. 2010. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Geografia. Marechal Cândido Rondon. Universidade Estadual do Oeste do Paraná

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VARUSSA, Rinaldo. **Trabalhadores em frigoríficos e a construção de direitos: Oeste do Paraná, décadas de 1990 e 2000**. 2011. Mimeo. 25 p.

A IDEOLOGIA DO PROGRESSO, E A CONSTRUÇÃO DE FRONTEIRAS E ESTEREÓTIPOS NA COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA NO OESTE DO PARANÁ (1950-1975)

*Maurício Dezordi*¹

Resumo: Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa de mestrado, em que pretendo fazer uma reflexão crítica, relacionado ao processo migratório de colonização do oeste do Paraná. Abordando a construção de fronteiras, e a ideologia do progresso, presente no modelo e na estrutura de trabalho familiar do migrante “sulista”, no contexto dos anos 50. Nessa perspectiva, pretende-se discutir, a possível construção de estereótipos, relacionados à ideologia progresso e ao modelo de trabalho do migrante “sulista”, e do migrante “nortista”. Considerando a delimitação geográfica e temporal, da colonização do município de Matelândia, no início da década de 50, é pertinente investigar como se procedeu à caracterização do elemento “nortista”, pelos primeiros migrantes na década de 50. No processo de migração e colonização, pretendo discutir se é possível perceber a presença de fronteiras étnicas, de “inclusão” e “exclusão”? Enfatizando também, a expressiva economia cafeeicultora local, que atraiu várias frentes de migrantes temporários e definitivos para as lavouras de café. Posteriormente na década de 70 com a ocorrência de geadas, e conseqüente mecanização das lavouras, houve um processo de repulsão desses trabalhadores, e também de pequenos agricultores. Esse novo processo de migração resultou na rápida urbanização dos médios e grandes centros urbanos ao final da década de 70, e exploração de novas frentes agrícolas, no centro oeste e norte do Brasil e também no Paraguai.

Palavras chave: Fronteira, progresso, migração.

O espaço de fronteira, pode ser entendido a partir da perspectiva de pluralidade e subjetividade dos sujeitos que integram, interagem, e transformam o espaço social e o ambiente. Tomando por base também o conceito de fronteiras em movimento, entende-se a fronteira, na sua perspectiva institucional, e delimitada pelas nações que a compõem. A fronteira também esta ligada as relações de subjetividade, construído e modificado, pelos sujeitos, por meio das relações de alteridade entre os grupos e sujeitos num determinado local. Nessa perspectiva o conceito de fronteiras em movimento pode ser aplicado a seu discutir as características da colonização de Matelândia a exemplo de outros municípios do oeste do Paraná. Seguindo perspectiva da ideologia do progresso trazida na imagem e no estereótipo do trabalho do migrante gaúcho e catarinense, denominado “sulista”, e nas relações de alteridade que esses grupos, estabelecem e expressam suas diferenças em

¹ Licenciado em história pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, e especialista em história do Brasil, pela Unimeo, e Assis Chateaubriand. Atualmente é mestrando no programa de mestrado strictu sensu, em Sociedade Cultura e Fronteira, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Foz do Iguaçu.

relação aos imigrantes do norte do Paraná e de outras regiões do país denominados “nortistas”. Para entender a construção de estereótipos em relação ao migrante “nortista e sulista”, é necessário entender a estrutura organizacional e trabalhista dos imigrantes sulistas, que sustentou a ideologia do progresso na imagem do trabalhador “sulista”. Considerando que não é o “fenótipo” o que determinou a característica ideal do colono, escolhido preferencialmente para a “colonização” do oeste do Paraná. Vale ressaltar como o modelo de organização rural, baseados em comunidades e pequenas propriedades, se fundamentaram no sul do Brasil, enquanto herança trazida do sistema agrário europeu. Baseado em pequenas propriedades agrícolas familiares policultoras voltadas basicamente a subsistência. Segundo Gregory no livro *Os eurobrasileiros e o e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná*:

Fica claro que a pequena propriedade nas regiões coloniais do Sul do Brasil é uma herança do imigrante europeu e que sua migração e a de seus descendentes aconteceu por causa da possibilidade de ser proprietário e de garantir aos filhos a condição de proprietários de terras (GREGORY. P.51. 2008).

Essas considerações são importantes para entender a estruturação e aplicação da herança da estrutura de trabalho familiar trazida da Europa, e praticada pelos imigrantes alemães e italianos no sul do Brasil no início do século XX. E como esse modelo de trabalho, estruturou o discurso de “progresso” na figura do colonizador, presente nos descendentes desses imigrantes na colonização do oeste do Paraná, nas décadas de 1940, e 50. Com base nas considerações de Gregory, é pertinente destacar a importância para o colono, descendente de imigrantes, a condição de ser dono de propriedades, ou de possuir um pedaço de terra. Além de garantir um meio de “sustento” para as próximas gerações, essa lógica estava vinculada a importância que o trabalho tinha para esses sujeitos. Possivelmente essa valorização do trabalhador, vinculada a ideia da relação entre trabalho e terra e produção econômica, tenha valorizado a imagem do produtor rural imigrante, no sul.

Tomando por base a discussão de Gregory em *Os eurobrasileiros e o e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná*, compreende-se que estas empresas colonizadoras, buscavam grupos de migrantes, trabalhadores rurais, que tivessem características, voltadas aos interesses econômicos dessas empresas colonizadoras. Características baseadas na pequena propriedade agrícola, e policultora, e posteriormente já voltada a projetos de industrialização do espaço. Assim essas empresas se baseavam no sistema colonizador do imigrante Italiano e Alemão, no sul do Brasil, baseado em um sistema familiar de pequenas propriedades.

Desta forma, o espaço teria sua estrutura fundiária, estradas, núcleos populacionais de acordo com a experiência do espaço colonial das antigas Colônias do Sul. As áreas se destinariam a agricultura e à criação para o consumo familiar e para o mercado (GREGORY, P. 93. 2008).

O primeiro fluxo migratório para o Oeste do Paraná, foi no final dos anos 40 até meados da década de 60, composto quase que unicamente de migrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Baseado no sistema de pequenas propriedades, voltadas inicialmente a subsistência, porém posteriormente, empreendimentos maiores prosperaram. Dentre os empreendimentos das companhias colonizadoras, um elemento que chama a atenção, são pequenas e grandes propriedades do

distrito de Agro-Cafeeira, voltadas a produção de café. Distante aproximadamente 5 km, da sede do município de Matelândia, a região do distrito e arredores era conhecida pela grande quantidade propriedades rurais voltadas ao plantio e colheita do café. O segundo fluxo migratório a partir do início da década de 60, até final da década de 70, marca uma diminuição no fluxo migratório de migrantes oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E por outro lado há um aumento no fluxo de migrantes oriundos do norte do Paraná, e dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, entre outros. Motivados, sobretudo pela oferta de mão obra nas lavouras de café, e também pela oportunidade de compra de terras mais baratas, que nos seus estados de origem.

Posteriormente, o trabalhador “sulista”, como ficou conhecido popularmente, possivelmente se fundamentou uma imagem, e um discurso valorativo desse trabalhador familiar. Em detrimento da imagem de outros sujeitos que também tiveram sua participação no processo de colonização do Oeste do Paraná, e de outras regiões em meados das décadas de 1950 e 1960. Partindo dessa premissa, é possível perceber a presença de fronteiras entre grupos de etnias diferentes, no mesmo espaço colonial considerando os movimentos e fluxos migratórios para o oeste do Paraná, em 1950 e 1960. Banton discute também em *A ideia de raça*, a existência de dois tipos de fronteiras, em diferentes grupos étnicos e sociedades, as *fronteiras de inclusão*, e as *fronteiras de Exclusão*. Segundo Banton:

(...) Há duas fronteiras, uma de inclusão, refletindo o reconhecimento que os membros da minoria têm um dos outros como pertencentes a uma unidade, e uma de exclusão que reflete o modo como a secção mais poderosa da população define uma categoria social menos poderosa como um grupo que deve ser posto de lado (e que pode ser uma maioria numérica) (BANTON. P. 197. 1979).

As relações de alteridade, presentes nas décadas de 60 e 70, são baseadas principalmente no amparo cultural de determinado grupo que me permite classificar, um grupo e diferencia-lo de outro. No caso do município de Matelândia, a colonização iniciou-se no início de 1950, com a vinda dos primeiros migrantes “sulistas”, que fixaram residência na região. Contudo entende-se que essa diferenciação se estabeleceu com a migração “nortista”, de trabalhadores e famílias. Principalmente em virtude da “febre” do plantio de café e hortelã em Matelândia até meados do ano de 1975, esse período eufórico chegou ao fim com a dizimação das lavouras de café e hortelã, em virtude, sobretudo da ocorrência do fenômeno climático conhecido por “geada negra”, no caso do café, e do uso intensivo e indiscriminado do solo, no caso da hortelã. Segundo Banton: “as bases das fronteiras inclusivas são, regra geral, as crenças sobre a nacionalidade comum, a mesma etnia e a mesma religião. As crenças acerca da raça serviram frequentemente de base para a formação de fronteiras exclusivas”. (IDEM. P.197). Embora a questão racial, não seja plenamente aceitável devido às características da colonização do oeste do Paraná. Considerando que esse fluxo de migrantes denominados “nortistas”, foi importante para o desenvolvimento das lavouras de café, na região, devido a grande necessidade de mão de obra, posteriormente substituída pela mecanização agrícola nas décadas de 70 e 80.

Atraídos pela oferta de mão obra, ou em busca de uma vida melhor, muitos desses migrantes, denominados “nortistas”, se engajaram como trabalhadores rurais no plantio e colheita do café nos sítios e fazendas na região de Agro Cafeeira (Matelândia). Tomazi, em *Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná*, discute o processo de reocupação da região norte, do Estado do Paraná nos 50 e 60. Tomando por base a cidade de Maringá, o autor faz críticas ao que ele chama de

historiografia dominante na região, que reproduz a visão das colonizadoras e de uma elite agrária dominante. Essa historiografia dominante segundo Tomazi descaracteriza a figura do pequeno agricultor, do trabalhador volante e do posseiro, “excluindo” essas pessoas da história do processo de povoamento e reocupação do norte do Paraná como descrito por Tomazi. “A região que havia sido até a década de 70, pólo de atração de milhares de trabalhadores, tornava-se nessa mesma década, como já vimos, polos de expulsão daqueles mesmos que acreditaram, nas potencialidades propaladas e presentes no discurso “Norte do Paraná”. (TOMAZI. P. 84. 1999).

Com base na discussão de Tomazi, compreende-se que o discurso empregado referente à estigmatização da imagem do trabalhador rural migrante “nortista”, parte dos interesses econômicos dos grupos dominantes. Uma vez que não tendo mais relativa importância para os interesses econômicos de algumas regiões ou cidades, ou sua mão de obra não encontrava mais espaço nesses locais, esse trabalhador era “obrigado” a migrar para novas frentes de trabalho. Em outras palavras, percebemos a partir da discussão de Tomazi a formação de fronteiras de exclusão, em relação a esses trabalhadores nortistas, há partir do processo de repulsão de trabalhadores. Caracteristicamente, esse processo também pode ser concebido enquanto um modelo de “dominação conservadora”, dos grupos dominantes no norte e noroeste do Paraná. Argumento baseado também na construção da ideologia do “progresso”, centrada na imagem do colono migrante sulista. Esta discussão também é enfatizado por Albuquerque em *A dinâmica das fronteiras*, em que o autor discute o processo migratório no leste do Paraguai, nas décadas de 1950 a 1980. Discutindo também a construção da ideologia do progresso, na figura do agricultor sulista conhecido por “brasiguai”, e a estigmatização do migrante nortista, que também esteve presente no processo de ocupação de terras em território paraguaio. Segundo a discussão de Albuquerque:

No Brasil existe ainda hoje uma ideologia bastante acentuada nos estados do Sul e do Sudeste do Brasil que tenta explicar o maior desenvolvimento dessas regiões por causa do trabalho do imigrante europeu. Nesse sentido, a ideologia favorece a produção de estereótipos em relação aos habitantes das regiões menos desenvolvidas economicamente (ALBUQUERQUE. P.169. 2010).

Albuquerque discute a realidade fronteiriça entre Brasil e Paraguai, também a partir do conceito de “*fronteiras em movimento*”, baseando-se nas relações de conflito entre os diferentes sujeitos, de variadas frentes migratórias presentes no mesmo espaço. Inclusive é possível aplicar esse conceito ao discutirmos as relações de alteridade e conflito presentes no processo de construção, de identidades e de delimitação do espaço geográfica no processo de colonização pelos sujeitos envolvidos. Este conceito também pode estar relacionado as relações de trabalho, e conflito presentes no processo colonizador, e na disputa pela terra. E também na forma como essa relação se altera em determinados contextos históricos, considerando a relação dialética entre sujeito e espaço, associado a dinâmica de trabalho presente. Considerando também, a formação de um imaginário popular centrado nas relações de trabalho, e no discurso de progresso, trazido pelos imigrantes. De modo geral é perceptível a presença dessas fronteiras étnico-sociais, tanto no processo de colonização do oeste do Paraná, entre as décadas de 1950 e 1980, quanto na ocupação de terras no Paraguai, praticamente no mesmo período em questão. Motivado inclusive, pela diminuição na oferta de terras no Oeste do Paraná, e na oferta de terras no Paraguai no mesmo período.

Referência bibliográfica

ALBUQUERQUE, José. L. C. **A Dinâmica das fronteiras**. Os brasiguaios na fronteira entre Brasil e Paraguai. São Paulo: Annablume, editora. 2010.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Lisboa: Edições 70, São Paulo: Martins fontes, 1979 [1977]. (VIII, “Etnogênese”, p. 153-173).

TOMAZI, Nelson D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná. In: **Maringá e Norte do Paraná**. DIAS, Reginaldo B. Gonçalves, José H. R. (Orgs). Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História e Contexto**. Cascavel: Assoeste, 1992.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial**. Migrações no Oeste do Paraná. (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2008.

A GUERRILHA ARMADA CONTRA A DITADURA STRONISTA NO PARAGUAI

*Miguel dos Santos*¹

Resumo: A oposição ao regime militar de Alfredo Stroessner lutou bravamente na busca de espaço para participar ativamente nas questões sociais do Paraguai. Apesar das ferrenhas dificuldades que lhe foram impostas pelo regime stronista, além da falta de uma melhor organização entre os movimentos de oposição; entre os anos de 1954 e 1963, a ditadura de Stroessner não pode se colocar plenamente segura no poder, pois, durante esse período, primeiramente pela contestação política, e, mais tarde, através da guerrilha armada, a oposição se colocou como uma séria ameaça para consolidação do poder de Stroessner e do Partido Colorado no contexto sócio-político paraguaio. As ações da guerrilha armada representada pelos grupos Movimento 14 de Maio e pela Fulna buscavam desarticular a ditadura stronista pelas armas, mesmo que dispusessem de condições materiais e de organização infinitamente inferiores às que dispunham o aparato repressivo do regime. A organização dos grupos de guerrilha armada era realizada a partir do exílio, e isso se colocou como um elemento que dificultou bastante as ações dos mesmos. Por outro lado, a pouca aderência social dos grupos oposicionistas da guerrilha armada junto à população paraguaia, principalmente no meio rural, além do intenso trabalho delatatório dos simpatizantes do estado repressor que estavam infiltrados a serviço do regime, podem ser apontados como elementos centrais que levaram ao fracasso das investidas via guerrilha armada. Porém, por mais longeva que a ditadura stronista tenha sido, ela não passou incólume às pressões que vinham de um cenário sócio-político pautado pelo medo, mas que tentou, mesmo que a duras penas, buscar espaços de atuação em prol do bem coletivo. Palavras-chave: Oposição. Ditadura. Guerrilha Armada. Stroessner.

A mais longa das ditaduras militares em solo sul-americano, sem dúvida alguma, foi a ocorrida no Paraguai e liderada pelo General de exército Alfredo Stroessner. O autoritarismo² stronista alterou o curso da sociedade paraguaia ao não permitir espaço de participação, a não ser quando lhe era conveniente, aos seus opositores, fosse na esfera política, econômica ou cultural. Mas, apesar do intenso e efetivo controle exercido pelos órgãos oficiais da ditadura stronista, a oposição³ buscou se articular para tencionar o

¹ Pós-Graduado em História do Brasil Contemporâneo pela Fapa e professor da rede pública de ensino do RS. Contato: miguelfapa77@gmail.com

² STOPPINO, Mário. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto. et alii Dicionário de Política. Trad. Carmem C. Varrialle et alii, sob a coordenação de João Ferreira. 2ª ed., DF: Universidade de Brasília, 1986, p. 413. Regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública, criado por determinação da autoridade estatal ao atribuir poderes extraordinários às autoridades públicas e ao estabelecer as adequadas restrições à liberdade dos cidadãos.

³BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Ed. da UnB, 2004. Oposição é a união de pessoas ou grupos que objetivam fins contrastantes com fins identificados e visados pelo grupo ou grupos detentores do poder econômico ou político; a estes, institucionalmente reconhecidos como autoridades políticas, econômicas e sociais, opõe os grupos de

regime na busca por espaço de participação democrática no conturbado contexto social paraguaio⁴.

Este artigo é parte integrante da Monografia apresentada no curso de História do Brasil Contemporâneo da Fapa, e tem como objetivo analisar a formação e a atuação dos movimentos de oposição ao regime de Stroessner no Paraguai entre os anos de 1954 e 1963, bem como os motivos que ocasionaram a derrota desses movimentos de contestação e luta armada frente às forças repressoras stronistas. Além disso, alguns aspectos relativos à atuação do aparato ditatorial do estado paraguaio aparecem no trabalho como forma de esclarecer o quanto foi intensa a luta entre as forças inimigas do regime e aquelas que apoiavam o regime de exceção implantado pelo general Stroessner. Para a realização desse artigo a metodologia utilizada foi a leitura de material impresso a cerca da temática abordada, além do uso freqüente de material disponível na mídia eletrônica.

A perseguição sistemática não eliminou por completo as condições para a articulação da oposição, apesar de ter limitado significativamente o alcance das pretensões dos grupos que se opunham aos mandos do estado stronista. *“Reducido al mínimo los espacios para la lucha legal, sectores de oposición visualizaron que el camino para la democratización del país pasaba por el derrocamiento de Alfredo Stroessner por la vía de la lucha armada”* (PAREDES, 2005, p. 26)⁵. Nesse aspecto, os adversários do regime passaram a se organizar, invariavelmente fora do país, em grupos de ação armada, pois viam isso como a única saída para uma eventual queda do regime. Alguns indivíduos ligados aos grupos de oposição também buscaram se organizar dentro do país, mas esses foram muito bem controlados pelas ações violentas do aparato repressivo stronista, principalmente realizadas pelos guionistas⁶ colorados e pelos pyragués⁷ paraguaios.

O final da década de 1950 marcou a articulação de dois dos principais grupos de oposição armada ao regime stronista: O Movimento 14 de Maio e a Fulna⁸. Essa nova situação surgiu porque as formas legais de disputa política foram eliminadas pelo aparato repressivo estatal. Sendo assim, os opositoristas firmaram convicção de que a guerrilha armada se constituía na única forma de retirar Stroessner do poder:

oposição sua resistência, servindo-se de métodos e meios constitucionais e legais, ou de métodos e meios de outros tipos, mesmo ilegais e violentos.

⁴ Segundo diversos autores o que propiciou o longo predomínio de Stroessner no poder foi a simbiose entre o Estado, as Forças Armadas e o Partido Colorado (o chamado pacto cívico-militar). Essa foi a principal diferença do General Stroessner em relação aos outros líderes paraguaios anteriores a ele. Toda essa organização em torno das esferas de poder foi arquitetada por ele, e ele acabou sendo o maior beneficiado com a nova situação.

⁵ PAREDES, Roberto. *Los Presidentes Del Paraguay*. Asunción: Ed. Servi Libro, 2005.

⁶ Era uma ala do Partido Colorado que se organizava em tropas de choques fanáticas e bem treinadas para poderem controlar as casas e desbaratar as atividades dos partidos rivais. As ações dos guionistas eram norteadas pela violência sistemática contra quem se opusesse ao domínio do Partido Colorado e tinham o respaldo do governo.

⁷ No idioma guarani pyragué significa “pés aveludados”, que seria o sigiloso denunciante anônimo. Eram funcionários públicos e membros subalternos do partido governista (Colorado) que se infiltravam silenciosamente por todo o território nacional (e inclusive no exterior), com o objetivo de identificar e delatar os opositores ao regime de Stroessner, criando, com isso, uma verdadeira cultura do medo e da desconfiança dentro da população. GOIRIS, 2004, p. 55.

⁸ A Fulna foi fundada em fevereiro de 1959, na cidade de Buenos Aires, por iniciativa do Partido Comunista Paraguai. Agregava, segundo seu manifesto, cidadãos de diversos setores políticos, sem exclusões e sem invocar a representação oficial dos partidos aos quais eram filiados. Sua estratégia era reunir os mais diversos setores democráticos e de oposição para realizar a luta armada contra o regime ditatorial de Stroessner. COLMAN, MORAES, 2008, p. 09-10.

A finales de la década de los 50, la idea de que una insurrección armada podría deponer al régimen había ganado extenso apoyo dentro de las filas de la generación más joven de la oposición. Grupos de activistas guerrilleros florecieron a lo largo de la frontera. El grupo 14 de Mayo fue creado combinando activistas liberales y la Vanguardia Febrerista bajo la conducción de Arnaldo Valdovinos, y obtuvo apoyo del exterior. Disputas por el liderazgo forzaron a los vanguardistas a separarse del 14 de Mayo. Parte de la organización hizo una infructuosa tentativa de invadir Paraguay en diciembre de 1959, sólo para encontrarse con fuerte oposición y resistencia de parte del ejército. En abril de 1960, fue lanzado un segundo intento que fracasó, sellando la suerte del “14 de Mayo” para siempre. El Frente Unido de Liberación Nacional (FULNA) surgió entonces con fuerte apoyo del Partido Comunista, y también con el respaldo de Cuba. Sus miembros se las arreglaron para cruzar la frontera hacia Paraguay en mayo de 1960, pero unidades del ejército y la policía se trabaron en dura lucha con ellos. Una segunda invasión resultó en otro desastre, FULNA hizo un último intento en diciembre de 1960 con resultados similares. Los esfuerzos para derrocar al régimen a través de la lucha armada habían fracasado terriblemente (MIRANDA, 1990, p. 104)⁹.

As organizações de oposição armada encontraram imensas dificuldades de planejamento para suas investidas contra o regime. Essas dificuldades cresciam ainda mais na medida em que o consenso não era o elemento central na união desses grupos para o enfrentamento contra a ditadura de Stroessner. Um dos motivos para as diferenças entre as organizações de oposição era o fato de que essa união se dava muito mais no objetivo de retirar Stroessner do poder, do que por questões de ordem política e ideológica; haja vista que liberais e febreristas (14 de Mayo e Vanguarda Febrerista), e os comunistas (Fulna), tinham projetos totalmente diferentes para governar o Paraguai. Além disso, as organizações mencionadas acima não tinham o respaldo oficial dos respectivos partidos, mas sim, eram impulsionadas por alguns setores vinculados aos núcleos desses partidos; o que reflete uma sensível falta de apoio a esses grupos por parte das organizações partidárias centrais.

A partir do momento em que os grupos adversários do regime stronista decidiram pelas ações de guerrilha armada, os envolvidos passaram a estabelecer ligações entre aqueles que estavam dentro do país com os líderes partidários que haviam sido exilados pelo governo. Esses canais de comunicação eram sempre dificultados pelo intenso trabalho do governo na busca pela desarticulação dessa rede de informações que poderia unir seus adversários e, conseqüentemente, colocar o regime em dificuldades. Mas, por mais terrível que a perseguição estatal fosse, os grupos de oposição conseguiram, a muito custo, se organizar e tentar o enfrentamento com as forças ligadas ao poder central.

La columna guerrillera del Movimiento 14 de Mayo se introdujo en el Paraguay en abril de 1960, dándose los primeros enfrentamientos con las fuerzas del stronismo en la zona de Tava'í [...] La movilización gubernamental para enfrentar a los guerrilleros fue grande, desproporcionada, por lo que rápidamente los insurrectos experimentaron bajas importantes. Los guerrilleros trataron de dirigirse de Tava'í a San

⁹ MIRANDA, R. Carlos. *Paraguai e la era de Stroessner*. Assunción; RPediciones, 1990.

Juan Nepomuceno, pero debido a los permanentes combates tuvieron aún más bajas (PAREDES, 2005, p. 26)¹⁰.

Em seus enfrentamentos com o exército regular, invariavelmente, os opositores levavam a pior. Isso muito em decorrência do fato de que as forças regulares do Estado paraguaio sempre estiveram a par das movimentações da oposição dentro do território paraguaio. Esse aspecto foi um problema recorrente dentro dos movimentos arquitetados pela guerrilha armada. Essa situação mostra que os grupos de guerrilha armada, entre outros aspectos, não conseguiram a adesão junto à população paraguaia, e, conseqüentemente, faltou-lhes o apoio dessa população. Essa situação ocorreu devido ao fato de que a maioria da população era vinculada ao Partido Colorado e, por isso, atuavam em sua defesa; além do fato de que a população tinha receio de ser vista como “amiga” da oposição e, conseqüentemente, ser submetida à repressão por parte do regime stronista.

Apesar do regime militar de Stroessner estar no poder desde maio de 1954, a oposição só se definiu pela luta armada no final de 1950 e início dos anos 60, o que demonstra as dificuldades de organização que o regime impôs aos seus adversários. Entre 1954 e 1960 a oposição política paraguaia já sentia o aumento significativo da repressão por parte do governo, mas ainda buscava se organizar internamente para enfrentar o governo pela via democrática. Esgotada essa possibilidade, a luta armada acabou sendo a única alternativa da oposição. A guerrilha armada paraguaia, representada, principalmente, pelo Movimento 14 de Maio e pela Fulna, não foi páreo para o exército nacional, pois em todos os enfrentamentos a oposição saiu derrotada.

Primeiramente, foi o Movimento 14 de Maio que buscou a derrocada do regime stronista através da luta armada. Depois de cerrados confrontos com as forças oficiais os guerrilheiros acabaram sendo derrotados pelo exército paraguaio:

Lo que resto de la columna de Juan José Rotela, alrededor de 11 guerrilleros, no fue una fuerza suficiente para sostener combate alguno con las fuerzas gubernamentales. Los mismos se distanciaron de San Juan Nepomuceno con dirección a Caazapá, siendo finalmente localizados en Charará. Para fines del mes de Julio de 1960, a dos meses y medio de la incursión, el gobierno había desarticulado por completo el Movimiento 14 de Mayo (PAREDES, 2005, P. 27)¹¹.

Entre finales de mayo y comienzos de junio, por otra parte, penetro en territorio paraguay otro grupo armado del Fulna, que al igual que el Movimiento 14 de Mayo trato de ganar la serranía del Yvyturusú, pero como el la región estaban operando las fuerzas gubernamentales que perseguían a los guerrilleros del 14 de Mayo, resultado relativamente fácil aniquilarlos. De acuerdo con los cálculos oficiales las bajas de los dos movimientos armados ascendió a alrededor de 100 personas, mientras que el gobierno admitió Haber experimentado 50 bajas (PAREDES, 2005, p. 27)¹².

Ainda nesse período de intensos combates entre exército, polícia e guerrilha armada, outro grupo de oposição tentou entrar no Paraguai para tentar remover Stroessner do Poder. Tratava-se da Fulna, mas, assim como o Movimento 14 de Maio, foi derrotada pelo exército paraguaio. A derrota desses dois grupos da guerrilha armada marcou

¹⁰ PAREDES, Roberto. *Los Presidentes Del Paraguay*. Asunción: Ed. Servi Libro, 2005.

¹¹ PAREDES, Roberto. *Los Presidentes Del Paraguay*. Asunción: Ed. Servi Libro, 2005.

¹² PAREDES, Roberto. *Los Presidentes Del Paraguay*. Asunción: Ed. Servi Libro, 2005.

praticamente o final das pressões pela via armada contra o regime militar stronista nesse período, e encaminhou um controle mais efetivo da sociedade por parte do aparelho estatal autoritário. Os primeiros anos da década de 1960 assinalaram essa nova situação política no contexto social paraguaio, pois estando livre dos ataques da oposição pela via da guerrilha, a ditadura stronista se consolidava cada vez mais a frente da sociedade paraguaia, o que acabou por se confirmar no ano de 1963, quando os últimos resquícios da oposição armada foram completamente aniquilados¹³.

Se por um lado o regime conseguiu controlar definitivamente a guerrilha armada, por outro surgia e crescia as insatisfações internas de segmentos da população que estavam insatisfeitos com os rumos da sociedade paraguaia. Nesse contexto merecem destaque as organizações sindicais, estudantis e a própria Igreja Católica, que passaram a pressionar o regime na busca de melhores condições sociais, na suspensão do Estado de Sítio¹⁴ e das perseguições contra alguns setores que faziam oposição as determinações governamentais.

Casi todos los sectores organizados de la sociedad civil (sindicatos, grupos estudiantiles, campesinos, asociaciones profesionales, grupos de iglesia, los medios de comunicación), fueron afectados por la llegada de Stroessner al poder [...] Bajo Stroessner, el Estado copo algunas organizaciones opositoras, particularmente sindicatos. Los campesinos fueron prebendados, o cuando esto era ineficaz, brutalmente reprimidos. Otros grupos, especialmente centros estudiantiles, fueron socavados mediante la creación de organizaciones paralelas progubernamentales. Aún otras, tales como la prensa, fueron abatidas al desviarse de la línea del gobierno (BOUVIER, 1988, p. 34-35)¹⁵.

Essa situação do contexto social paraguaio mostra que, além dos enfrentamentos com a oposição armada, o regime stronista teve que conviver com as pressões oriundas das organizações sociais internas. As principais ameaças ao aparato oficial vinham dos centros estudantis, da Igreja Católica¹⁶, da imprensa e dos sindicatos. Apesar da dura atuação repressora do estado stronista, esses segmentos sociais foram, paulatinamente, crescendo

¹³ MEZA, Ruben Ariel. *El Triángulo de la Opression*. Asunción: Editora Imprensa Salesiana, 1990, p. 138. El intento guerrillero desde sus comienzos resulto una empresa descabellada por su precaria organización, especialmente en lo que se refiere a un apoyo logístico eficaz. Muchos integrantes debieron entregarse simimueertos de hambre y con escasos elementos de combate. A las fuerzas militares de Stroessner aunque les insumió todo el año 60, los foi fácil liquidar la guerrilla. La represión estuvo dirigida por el Ministro del Interior y comandada por el general Patricio Colmán, quien más adelante será considerado como uno dos personajes más siniestros que passo por nuestra historia. Hambrientos e semidesarmados como estaban Le resulto fácil a Colmán ir capturando por grupos a los combatientes de la guerrilla, quienes inclementemente fueron eliminados en su totalidad. La consigna de Stroessner era no aceptar prisiomeros sino liquidarlos.

¹⁴ O estado de sítio permite ao governante adotar medidas de emergência para combater a violência e outorga poderes especiais ao exército. É geralmente decretado em caso de grave perturbação da ordem pública, que atente contra a estabilidade institucional ou a segurança do Estado e não possa ser resolvida pelas atribuições ordinárias das autoridades. Sob a vigência da medida, as autoridades podem restringir o direito de circulação e residência, decretar toques de recolher, grampear comunicações telefônicas, limitar o direito à reunião e manifestação, e efetuar prisões sem ordem judicial.

¹⁵ BOUVIER, M. Virgínia. *El Ocaso de un Sistema: encrucijada en Paraguai*. Asunción: Editora Nanduti Vive, 1988.

¹⁶ A Igreja Católica paraguaia como instituição não criticou abertamente o regime stronista em seu início, pelo contrário, apoiou esse regime justamente pelo anticomunismo apregoado pela retórica ditatorial. Alguns representantes do clero paraguaio se envolveram em críticas as ações de perseguição e violência praticadas pelo regime, o que acabou por gerar a prisão desses representantes religiosos. Com o aumento da violência do regime e a perseguição a alguns padres, a Igreja Católica passou a criticar o regime stronista e a lutar pela defesa dos direitos humanos, o que acabou por fazer o regime de Stroessner romper com a Igreja Católica.

em seus atos de contrariedade as ações praticadas pelos órgãos vinculados a ditadura. “*En 1959, a Acción Católica luchó por un caso contra el gobierno hasta llegar a Suprema Corte, afirmando que três de sus miembros habían sido torturados por la policía*”, (LEWIS, 1986, p. 325)¹⁷.

Esse enfrentamento mais aberto ao regime stronista passou a ser uma característica de algumas instituições importantes do Paraguai. O caso referido por Lewis mostra a Igreja Católica em um novo patamar de atuação diante das arbitrariedades do regime, mesmo que essa questão pontual tenha sido a favor de três padres da Igreja Católica. Mas esse caso teve reflexo dentro da própria organização repressora stronista, em que o chefe da polícia, Juan Erasmo Candia, foi destituído do seu cargo e levado a juiz pela acusação de torturar os prisioneiros, (LEWIS, 1986, p. 326)¹⁸.

As pressões internas desse período foram responsáveis pela suspensão do Estado de Sítio e por um “abrandamento” da ditadura, mas esse clima mais favorável para a atuação da oposição foi efêmero. Na medida em que a repressão diminuía, acabava permitindo uma maior liberdade de atuação aos adversários do regime. As manifestações abertas pró-democracia e contra a ditadura ganharam intensidade, o que novamente levou Stroessner a decretar o Estado de Sítio. Dessa forma, o aparelho repressor voltou com mão de ferro para frear as ações das organizações estudantis, sindicais e da Igreja, e, novamente a truculência e as atrocidades marcaram as ações da polícia paraguaia¹⁹.

Certo foi que os mecanismos de cerrado controle social voltaram à pauta do governo stronista. Nesse contexto, a imprensa paraguaia anti-regime foi duramente perseguida e, conseqüentemente, tirada de ação pelo aparelho estatal, deixando o espaço livre para a imprensa pró-regime²⁰. Muitos donos de jornais que faziam oposição ao regime foram presos, torturados e exilados, além de terem seus veículos de comunicação fechados sem data para voltarem a desempenhar suas funções informativas. A partir de 1963, ano que define o momento em que o regime consegue controlar definitivamente a oposição, seja ela armada ou não, os meios de comunicação no Paraguai passam a atuar ao lado do governo, pois aqueles que haviam se indisposto com o regime estavam fechados e seus proprietários presos ou exilados.

Logo, conclui-se, com este trabalho, que, mesmo o regime tendo feito uso dos mais variados métodos de violência e repressão para controlar e eliminar a oposição, esta conseguiu, a duras penas e em condições de inferioridade, enfrentar o regime stronista com o objetivo de demover um governo opressor, excludente e autoritário, mas que acabou não obtendo sucesso em sua tarefa de desbancar o autoritarismo das estruturas sócio-políticas internas; o que, de certa forma, constituiu-se em um prejuízo irreparável para toda a sociedade paraguaia.

¹⁷ LEWIS, H. Paul. *Paraguay Bajo Stroessner*. Mexico: Colección Popular, 1986.

¹⁸ LEWIS, H. Paul. *Paraguay Bajo Stroessner*. Mexico: Colección Popular, 1986.

¹⁹ LEWIS, H. Paul. *Paraguay Bajo Stroessner. México: Colección Popular*, 1986, p. 326. En 29 de junio, Victor Marcial Miranda, un estudiante de 18 años que había sido arrestado durante las manifestaciones de protesta a principios de mês, murió en la cárcel de Asunción. Según otros Estudiantes presos, lo golpearon con un látigo y Le dieron descargas eléctricas con la picana.

²⁰ A imprensa paraguaia anti-regime, principalmente os vinculados ao Partido Liberal e ao Partido Febrerista foram intensamente perseguidos pelo regime. Por outro lado, havia a imprensa que fazia a defesa do regime stronista, além de alguns meios de comunicação se alinharem as determinações do regime como forma de não perderem a chance de lucrar em seus negócios.

Referência bibliográfica

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. da UnB, 2004.

BOUVIER, M. Virgínia. **El Ocaso de un Sistema**: encrucijada en Paraguai. Asunción: Editora Nanduti Vive, 1988.

COLMÁN, Evaristo, MORAES, Ceres. **A Guerrilha da Fulna**: considerações preliminares. 2009. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/moraes_colman.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

LEWIS, H. Paul. **Paraguai Bajo Stroessner**. Mexico: Colección Popular, 1986.

MEZA, Ruben Ariel. **El Triângulo de la Opression**. Asunción: Editora Imprensa Salesiana, 1990.

MIRANDA, R. Carlos. **Paraguai e la era de Stroessner**. Assunción; RPediciones, 1990.

PAREDES, Roberto. **Los Presidentes Del Paraguay**. Asunción: Ed. Servi Libro, 2005.

STOPPINO, Mário. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto. et alii **Dicionário de Política**. Trad. Carmem C. Varrialle et alii, sob a coordenação de João Ferreira. 2ª Ed., DF: Universidade de Brasília, 1986.

MÃES NA PRAÇA DE MAIO: PROBLEMATIZANDO O REFORÇO DO PAPEL MATERNO NA CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO MADRES DE PLAZA DE MAYO¹

Natasha Dias Castelli²

Resumo: A ditadura civil militar argentina chamada de *última ditadura* foi implementada em 1976 com duração até 1983, constituiu-se como um dos regimes ditatoriais implantados na América Latina guiado pelo ideal da Doutrina de Segurança Nacional. O número exacerbado de desaparecidos foi responsável por “identificar” a Argentina com esta particularidade em contraponto às outras particularidades relevantes em outros regimes ditatoriais do Cone Sul, o que levou aos movimentos de busca por desaparecidos formados principalmente por familiares. As *Madres de Plaza de Mayo* representam um dos movimentos de maior visibilidade na luta pelos direitos humanos e por resposta aos crimes cometidos durante o período ditatorial. Esse movimento de mulheres ficou internacionalmente conhecido por suas intervenções distintas em meio ao espaço público e diante do governo repressor tornando-se ameaça a ordem vigente ao ocuparem igualmente o âmbito da vida política, historicamente legada aos homens. Inerente a este grupo formado por mulheres e principalmente por mães está a questão da *condição materna*, afinal, este papel assumido e explorado por essas, tanto em sua vida privada quanto na pública, constitui-se inclusive como referencial enquanto movimento de luta e uma de suas ferramentas em defesa da manutenção de seu projeto. A obviedade de terem reforçado seu papel como mães frente ao desaparecimento de seus filhos, pode ocultar algumas considerações relevantes sobre suas estratégias. A partir desses apontamentos a proposta deste trabalho está em problematizar o reconhecimento e o reforço do papel materno na constituição do movimento e as suas implicações no grupo.

Palavras Chaves: Ditadura civil-militar Argentina – Madres de Plaza de Mayo – Maternidade.

O presente trabalho ao propor-se a problematizar o reforço do papel materno na constituição e atividade do grupo Madres de Plaza de Mayo parte de três eixos centrais de análise: o reforço do aspecto feminino e materno pelo grupo, o posicionamento destas mulheres frente ao *espaço público* e a *esfera pública*³ (PERROT, 1998), e por fim, o discurso em defesa da maternidade⁴.

¹ O presente trabalho é uma versão modificada e ampliada do texto: “Discutindo a importância da condição materna na constituição do grupo *Madres de Plaza de Mayo*”, publicado nos anais do I Encontro Internacional Fronteiras e Identidades – EIFI 2012. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Encontro Fronteiras e Identidades**. Anais do encontro: Pelotas, 2012. 1 CD-ROM. ISSN:2317-0980.

² Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Bolsista da CAPES.

³ Os termos são trabalhados pela autora Michelle Perrot e serão especificados mais adiante.

⁴ Ao realizar uma análise do discurso construído pelas mães é preciso ressaltar que não se pretende fazer uso da metodologia de “análise de discurso”.

As Mães da Praça de Maio constituíram ao longo dos anos um grupo que possui uma representação pública, formada apenas por *mulheres*, em sua maioria *mães*, sendo os outros participantes de suas rondas e atividades, colaboradores. Elas evidenciam esta formação na escritura constitutiva da *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, documento de 1977 que marca a formalização do grupo em associação civil, e demonstra como as mesmas se auto intitulavam um grupo de mulheres. O texto inicia da seguinte forma: “Las madres firmantes hemos resuelto constituir la asociación Civil ‘Madres de Plaza de Mayo’”. Ainda, “[...] Somos madres de detenidos desaparecidos y representamos a muchos millares de mujeres argentinas en igual situación” (apud GORINI, 2006, p.315-316) ⁵. Nora Cortiñas, mãe da Praça de Maio integrante da *Línea Fundadora*, ao escrever sobre a criação do grupo enfatiza: “Somos también un movimiento social exclusivamente de mujeres, casi todas madres, hay algunas tías o algunas hermanas, pero la mayoría somos madres y tenemos este sentimiento visceral de las mujeres.” (CORTIÑAS, 2001, p.163). O grupo representa *milhares de mulheres argentinas em igual situação*, inclusive ressaltando um sentimento visceral, que remete a um ideal de cuidado e, ao mesmo tempo, de reação frente à perda, relacionando-o ao fator comum de serem mulheres, como se o sentimento em questão fosse atributo feminino.

Ao pensar nos espaços públicos e sua utilização pelas mulheres é interessante a noção dada pela Historiadora francesa Michelle Perrot, pensando como, de certa forma, estes se sobrepõe. Segundo Perrot, o público carrega dois sentidos: a *esfera pública* em oposição a esfera privada – “designa o conjunto jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública” (1998, p.7-8). O *espacio público* – “amplamente equivalente à cidade, é um espaço sexuado em que os homens e as mulheres se encontram, se evitam ou se procuram. As relações entre eles estão no centro da intriga,[...] pois só nessa dualidade se pode entender o lugar delas [...]” (1998, p.8).

Dentro da *esfera pública* é notória desde os anos 1930 uma progressiva intervenção do Estado nos direitos privados e no cotidiano dos argentinos, o Estado interventor, conhecido também como Estado de Bem Estar Social teve efeitos consideráveis sobre a distribuição econômica, ampliou e aprofundou os direitos sociais, afetando também a sociabilidade da população (DEVOTO; MADERO,1999). A onda de sucessivos golpes contra a ordem institucional no país também foram responsáveis por mudanças drásticas na vida dos argentinos. Em prol da Segurança Nacional os “ensaios” repressivos até a última ditadura foram muitos e desde o golpe de 1966⁶ as forças repressivas que advinham do Estado tomaram uma proporção desmedida a exemplo dos desaparecimentos em espaços privados influenciando os limites do público e do particular. Igualmente os movimentos de resposta da sociedade à ditadura, através da emergência de coletivos sociais, tiveram uma reação de identificação, controle e repressão por parte do Estado.

Enquanto isso a vida pública, tanto a esfera quanto os espaços, fora protagonizada por homens valorizados dentro de uma hierarquia social relatada pela história, o lugar da mulher era atribuído ao meio doméstico pela divisão dos trabalhos entre homens e mulheres e também por vocação e “natureza”, e executando este papel ela seria benéfica para toda a sociedade. Os homens e mulheres se situam em duas extremidades de valores, o homem público é honrado e de virtude, já “a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada [...]” (PERROT, 1998, p.7).

⁵ Cópia da escritura em arquivo do autor. Original no Arquivo Histórico da Associação Madres de Plaza de Mayo – AMPM.

⁶ Evidencia-se que durante a vigência deste governo, até 1973, o aparato repressivo intensificou-se como o advento da Triple A (Aliança Anticomunista Argentina) demonstra.

Aliadas às transformações que o Estado e o ambiente sócio político viviam, estavam também as “revoluções” culturais e feministas conquistadas entre os anos 60 e 70. Se anteriormente o ambiente político era “prejudicial” e contaminava as mulheres fazendo com que perdessem sua feminilidade, agora o maior grau de liberdade oferecido às mesmas provocava fortes mudanças de sociabilidade com os espaços da vida política que se tornavam fundamentais para as transformações da vida doméstica.

Esta mescla de fronteiras dos espaços, que apresentavam delimitações históricas culturalmente construídas, transparece também na postura das Madres. O que pode ser considerado como uma ousadia na atitude “não tradicional” destas mulheres, que ocuparam os *espacios públicos* e políticos, por excelência masculinos, advém do rompimento da figura da mulher do lar, longe do ambiente político. Contudo, é importante ressaltar que esta imagem da mulher do lar continuou sendo apresentada mesmo no espaço público aliada a uma figura política tímida, mas que posteriormente se transformou num “inabalável” agente político. A atmosfera da política, inicialmente não foi explorada pelas mães que negavam o caráter político de suas ações que poderiam ser associadas a identificações ideológicas com a esquerda, bem como, certos contatos políticos que poderiam ser perigosos para o grupo, o risco de serem associadas como pertencentes a movimentos clandestinos comprometeria a exigência por seus filhos. Cientes disto, em carta ao Ministro do Interior em 1977, elas afirmavam:

No queremos ser instrumentadas ni utilizadas con ninguna finalidad política o ideológica. Lo único que nos une es el dolor de nuestros hijos desaparecidos. Somos únicamente madres de desaparecidos que recorreremos angustiosamente los despachos oficiales en procura de ayuda y que nos hemos encontrado, sin organización previa ni posterior alguna, en la Plaza de Mayo [...]. (GORINI, 2006, p.190)⁷

Inerente ao grupo que se assume fortemente como feminino está também a questão da condição materna, afinal de contas, esse papel é assumido por estas mulheres tanto em sua vida privada quanto na pública, inclusive, enquanto legitimação de sua luta.

Na célebre frase de Simone de Beauvoir, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto” (1980, p.9) a percepção da figura feminina é apresentada como não estática, mas sim moldada sob valores socioculturais estabelecidos pelas sociedades. Com relação ao status materno não seria diferente, a autora Elisabeth Badinter discute sobre como as noções de maternidade são concebidas por associações religiosas, morais e culturais que reforçam valores construídos historicamente, o que possibilita diversos significados para este papel materno que vão além do discurso sobre a determinação biológica que deve ser assumida pelas mães. O amor materno seria um produto da evolução social desde princípios do século XIX historicamente, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro sendo absolutamente comum o sistema de criação relegado aos cuidados das amas (BADINTER, 1985).

O reforço da maternidade nos discursos das Madres foi fundamental, elas passaram por um processo de construção do ideal de maternidade coletiva que foi difundido sob o termo “Socialização da Maternidade”. Essa é identificada como a exposição e o compartilhamento do sentimento da maternidade com *todos*, dentro e fora do contexto da

⁷ Carta al señor Ministro del Interior, 26 de diciembre de 1977, en Archivo de la Asociación Madres de Plaza de Mayo.

família “de sangue”, abrangendo a sociedade em geral. Um exemplo muito claro deste processo é utilizar-se de vocabulário e representações da condição materna para falar de assuntos variados como a divulgação das atividades que o grupo exerce em sua Universidade Popular, as publicidades em alguns de seus meios de comunicação como revistas e cadernos especiais, também a utilização de alguns símbolos como referencial do grupo.

A começar por identificação do grupo, os *pañuelos*. A palavra “pañal” em espanhol significa fralda, a utilização destas fraldas de pano na forma de um lenço com o nome de seus filhos desaparecidos bordados – *pañuelo* – teria sido proposta pela mãe Eva Castillos Obarrio durante uma das primeiras intervenções do grupo para identificarem-se (GORINI, 2006). A alusão aos filhos e conseqüentemente a maternidade foi revigorada com o símbolo.

Observando algumas edições da revista *Sueños Compartidos*, revista da Fundación Madres de Plaza de Mayo, é possível identificar diversas metáforas utilizadas a partir desta perspectiva. A chamada na revista para abordar os dez anos da Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo é enfática: “Una Universidad ‘parida’ con amor” (ZARRANZ, 2009, p.10). Outro exemplo é o título do caderno especial sobre os projetos da associação: “Cortamos el cordón” (VÁZQUEZ, 2010, p.01), referindo-se ao cordão umbilical e a crescente atuação do grupo em diversas áreas. Por fim, outro exemplo, em um panfleto intitulado *Especial 24 de marzo*, em memória ao 34º aniversário do golpe civil-militar traz em letras garrafais o seguinte dizer: “Somos hijas de nuestros hijos” (GARCÍA; ZARRANZ, 2010, s/p), difundindo o fato de que as mães surgiram como resposta à desaparecimento de seus filhos e que sem eles e seu papel político, elas jamais teriam se desenvolvido como tal.

A *Madre* presidente da Associação Hebe De Bonafini em entrevista ao Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro em 2005 demonstra o quanto socializar a maternidade é importante para o grupo à medida que abrange o ideal de suas lutas e bandeiras:

À medida que socializamos a maternidade também ampliamos nossa luta. Não ficamos apenas tentando saber quem são os assassinos de nossos filhos. Também acreditamos que os direitos humanos são violados quando uma pessoa não consegue trabalho ou quando uma criança morre de fome. (2005, p.10)

Dentro desta perspectiva da socialização da maternidade com maior alcance à sociedade foi possível observar uma atividade bastante interessante proposta pelo grupo, que alia suas bandeiras de luta com os valores maternos e a difusão dos mesmos. O curso “Cozinhando Política” iniciado em 2008 foi ministrado por Hebe de Bonafini sendo desenvolvido para repassar receitas saudáveis, baratas e tradicionais (herdadas em famílias) além de mesclar poesia, leituras e discutir, entre vários outros aspectos da política argentina, a “intromissão” da comida neo imperialista no cardápio argentino. Segundo informações sobre o curso, as aulas práticas seriam aliadas as teóricas onde se discute, por exemplo, a “globalização do hambúrguer, da ditadura da fast food” (KÜCHLER, 2008, s/p).

Considerações Finais

Pensar que o papel atribuído a uma “mãe” faz parte de uma construção sócio cultural e não é uma determinação natural permite uma reflexão que credita à sociedade a

delimitação dos valores maternos. Logo, a obviedade destas mães em reforçar estes valores maternos frente ao desaparecimento de seus filhos, pode ocultar algumas considerações bastante relevantes em suas ações e discursos.

Talvez seja possível supor que o reforço materno tenha sido uma estratégia de defesa tanto da integridade física destas mulheres durante os anos de forte repressão, como da luta e atividade que o grupo desenvolveu continuamente. Mesclar seu papel como mães dentro e fora da vida privada permitiu uma atuação mesmo após o período da ditadura através da *socialização da maternidade* que não se restringia a procura de seus filhos desaparecidos, mas difundia um ideal de cuidado materno perante as injustiças sociais contemporâneas, o que também deu ao grupo o status de movimento social.

Todos os simbolismos e representações da maternidade enraizados culturalmente na sociedade dificultaram a contenção do grupo que teve o aval da população enquanto procuravam seus filhos, afinal de contas, eram mulheres, mães, que cumpriam seu papel “natural” de cuidado e dedicação com a família. Com toda dificuldade de exposição deste grupo, seja pelo fato de serem mulheres, ou ainda, por serem mães de desaparecidos políticos em plena vigência de uma ditadura, chegaram a ser chamadas de *loucas* na tentativa de deslegitimação do movimento relacionando-as a aspectos pejorativos como histéricas, sentimentais e sem racionalidade. Contudo, alcançaram notoriedade tomando os espaços públicos, pouco “habitados” por mulheres, acima de tudo espaços que representam fortemente o poder político como a Praça de Maio tornando-se um agente político indiscutivelmente importante na história da Argentina.

Referência bibliográfica

AO VISITAR o Rio de Janeiro, a presidente das Madres de Plaza de Mayo concedeu entrevista. **Jornal do CRP**. Rio de Janeiro, 2005, n.8.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres, entre la casa y la plaza**. 1ª Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

CORTIÑAS, Nora. Un modelo económico impuesto a través del terrorismo de Estado. In: SANCHÍS, Norma. **El ALCA en debate**: una perspectiva desde las mujeres. Buenos Aires: Biblos, 2001.

DEVOTO, Fernando; MADERO, Marta. **História de la vida privada en la Argentina**: Tomo III. La Argentina entre multitudes y soledades. De los años treinta a la actualidad. Buenos Aires: Taurus, 1999.

GARCÍA, Lucía; ZARRANZ, Luis. Especial 24 de marzo. **Revista Sueños Compartidos**. Buenos Aires, suplemento s/n, Março de 2010.

GORINI, Ulisses. **La Rebelión de las Madres**: Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I (1976 – 1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006. 696p.

IRAMAIN. Demetrio. Una historia de las Madres de Plaza de Mayo. **Revista Sueños Compartidos**. Buenos Aires, suplemento nº1, Agosto de 2009.

_____. Una historia de las Madres de Plaza de Mayo. **Revista Sueños Compartidos**. Buenos Aires, suplemento nº 6, Janeiro de 2010.

_____. Una historia de las Madres de Plaza de Mayo. **Revista Sueños Compartidos**. Buenos Aires, suplemento nº9, Abril de 2010.

KOROL, Claudia. Revolución en las Plazas y en las Casas. In: __ (org). **Revolucion en las Plazas y en las Casas: perspectivas de género en la educación popular**. América Libre: Madres de Plaza de Mayo: Buenos Aires, 2004.

KÜCHLER, Adriana. **Líder das Mães da Praça de Maio leva política à cozinha**. Folha de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3108200802.htm>. Acesso em: 10/09/2012.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998. Tradução de Femmes Publiques.

VÁZQUEZ. Inés. Cortamos el cordón. **Revista Sueños Compartidos**. Buenos Aires, suplemento nº2, Outubro de 2010. p.01

ZARRANZ. Luis. Una universidad que te hace diferente. **Revista Sueños Compartidos**. Buenos Aires, n.1.2009.

USUÁRIOS DE CRACK NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O GOVERNO DA SAÚDE MENTAL

*Neilza Alves Barreto*¹

*Fernando de Alvarenga Barbosa*²

Resumo: Henri Lefebvre aponta a cidade como palco das contradições sociais que tem íntima relação com os efeitos históricos. A cidade é a própria história já que nela circulam os trabalhos espirituais, intelectuais assim como a organização econômica, política e militar. Michel Foucault assinala que foi nas cidades europeias que a medicina social operou o que o autor denomina de medicina de Estado (sobretudo na Alemanha do século XVIII), em que o discurso médico-higienista foi utilizado para o controle geral do aparelho político do Estado. Michel Foucault apresenta a medicina social como uma medicina urbana a serviço do controle dos corpos em uma dimensão biopolítica. Nos anos 1970 a 1990 deu início no Brasil o movimento de reforma psiquiátrica que discutiu, em todas as esferas da sociedade, a segregação da doença mental e (re)pensou a doença e as esferas públicas e políticas que envolvem o adoecer e o sofrimento psíquico. Em 2012, no Rio de Janeiro, usuários de crack reacendem o tema acerca da dependência química e da saúde mental. Tais usuários ocuparam a principal avenida da cidade, consumindo suas “pedras entorpecedoras” e roubando os que ali passavam. Frente a estes episódios a sociedade se levantou num pedido de internação compulsória, num discurso híbrido que misturava internação e prisão; tratamento e punição. Pretendemos problematizar tais episódios à luz das transformações políticas, sociais e econômicas contemporâneas que “judicializam” a vida e privatizam o espaço urbano.

Palavras-chave: Cidade; Governamentalidade; Saúde Mental.

Introdução

Cidade do Rio de Janeiro, Avenida Brasil. Uma das principais avenidas da cidade, longe das praias e do centro econômico. Esta região da cidade é puro asfalto e cimento. Em uma extensão que agrega vários bairros, aglomeraram-se grande número de usuários das “pedras malditas”, que desafiava o ir e vir dos que ali passavam, provocando pavor à população, que inspiradas numa lógica segregacionista, pediam algum tipo de ação do Estado.

Há muito o crack é um problema social, não é de hoje, nem de um ano atrás. Esta pedra que é a base, uma espécie de borra da cocaína (o que “sobra”), vem consumindo e deteriorando o que se convencionou a ser o humano e que dela se torna “presa fácil”. Como a droga é uma “impureza” da coca inalada, seus usuários acabam sendo considerados a mesma “borra/resto” da sociedade.

¹ Doutora e Mestre em Psicologia PUC/RJ. Professora de Psicologia da Universidade Estácio de Sá - UNESA/RJ e Centro Universitário Barra Mansa - UBM/RJ.

² Doutorando pela *Universidad de Burgos/Espanha*, em Direito e Relações Internacionais. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais pelo IUPERJ. Professor de Direito Público da UNESA/RJ. Inspetor de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Como a “margem” da sociedade é um problema de possibilidade e até viabilidade de convivência social, esta parcela de sujeitos que estão tangenciando a sociedade ou, em determinadas percepções, dela saíram há muito, acabam sendo tratados pelo braço do Estado, responsável pela manutenção de uma dada “forma de governar”, por leis ou por instituições, de maneira absolutamente segregadora. Passam a ser então, caso de Políticas Públicas de Segurança, deixando de lado por algum tempo, a possibilidade de se observar a questão da saúde mental.

Os inúmeros assaltos que ocorreram nesta região por parte dos usuários de crack desencadearam um pedido por parte da sociedade por internações compulsórias, em um discurso híbrido de internação-punição e hospital-prisão. Um coral que entoava uma canção de eliminação do “outro” enquanto diferente, estranho e caótico - em oposição ao que é ordeiro e supostamente bom, limpo e “puro” (BAUMAN,1999).

As operações de “Choque de Ordem” fazem o recolhimento de pessoas em situação de rua, incluindo usuários de crack e outras drogas. (...) Este procedimento fomenta uma política de repressão e criminalização do usuário e não respeita os direitos determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente além de não respeitarem as determinações impostas pela reforma psiquiátrica no Brasil através política de através da Lei 10.216, de 04 de junho de 2001, que regulamenta a política de saúde mental no Brasil institui através de seu artigo 9º as medidas relacionadas aos casos de internação compulsória. (VALLIN, 2012, p.106).

Este “recolhimento” (re)editou a presença de muros (simbólicos e tangíveis) da cidade. A mídia aproximou os usuários de crack ao monstruoso e perigoso. O medo sentido pela sociedade foi o instrumento de visibilidade deste grupo. Em consequência, ganharam espaço nas pautas políticas na área de saúde pública que se misturaram às pautas de segurança pública. A cidade mais uma vez tornou-se um espaço de divisão dos supostamente “diferentes” utilizando o medo como dispositivo de manutenção desta segregação.

A cidade, não se pode esquecer, é o palco da história já que nela circulam os trabalhos espirituais e intelectuais que são oriundos das práticas sociais, políticas e econômicas de um determinado tempo (LEBFVRE, 1991). E neste discurso híbrido indiferenciado de tratamento e punição; hospital e prisão, nos deparamos com a judicialização do cotidiano tão comum num tempo em que o outro da ordem que nos é familiar é visto como caos e sua existência é negada, numa (re)edição pós-moderna do eugenismo e da medicina higienista que fomentava corpos morais e biopolíticos, entretanto com a sofisticação tecnológica (e discursiva) do momento em que vivemos (BAUMAN,1999).

Segundo Celso Vergne (2002) a segregação da pobreza enquanto “um outro” da ordem vigente, fica bastante evidente no século XVIII, no Brasil. Os excluídos do espaço urbano da época colonial só podiam habitar em uma área marginal da cidade. Todavia os cortiços eram uma linha de fuga à ordem estabelecida, pois se mesclavam aos palácios da cidade do Rio de Janeiro e foram considerados focos de doença.

As epidemias que se alastravam pela cidade, foram associadas aos cortiços e suas condições de sobrevivência, tornando clara a relação entre pobreza e mal social. A pobreza deste momento era composta principalmente de mestiços e negros livres, sem nenhum lugar naquele contexto urbano colonial.

Em princípio do século XX, o prefeito Pereira Passos³ empenhava-se na “modernização” e embelezamento da cidade através de uma política higienista. A nova imagem de cidade de Pereira Passos não comportava os bêbados circulantes, os vababundos, os poetas e boêmios. A estes pobres moribundos eram destinados os terrenos baldios da cidade.

Boris Fausto (2001) assinala que no Rio de Janeiro e São Paulo do fim do século XIX e início do século XX, as maiores contravenções que acabavam resultando em prisões eram respectivamente: embriaguez, desordem e vadiagem. Em São Paulo, segundo este autor, tanto “desordem” como “vadiagem” eram temas oscilantes que se transformaram numa maneira de punir os imigrantes e seus descendentes, numa negação de apropriação da cidade (espaço político) a esta população.

Em sua pesquisa junto aos processos arquivados em São Paulo, Boris Fausto (2001), constatou que a vadiagem não era preocupação antes de 1892. A preocupação se deu em função não só da imigração como do fato da “vadiagem” investir contra a lei suprema do trabalho. Lembrando que as transformações sociais oriundas da Revolução Industrial transformaram o trabalho em algo sagrado e balizar do comportamento humano.

Raquel Sohiet (1989) assinala que no Rio de Janeiro do início do século XX houve uma grande transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, princípios fundamentais teriam regido esta transformação: a condenação dos hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional; negação de toda cultura popular; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade que foi praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas burguesas e, por último, um cosmopolitismo agressivo profundamente ligado com a vida parisiense.

Havia uma política de “varredura” dos pobres (ENGEL, 1988) marcante no início do século XX, no Rio de Janeiro. Esta “varredura” se deu por instrumentos policiais numa associação explícita de pobreza e criminalidade. Ao nos transportarmos aos dias de hoje, a constante vigilância de bairros pobres no Rio de Janeiro reintegram práticas do início do século XX.

Esta constante vigilância de bairros pobres é estudada por Loic Wacquant (2001). Este autor afirma que a vigilância constante de certas áreas, em detrimento de outras, faz aumentar significativamente o número de detidos nos guetos e bairros mais pobres. Wacquant (2001) assinala que uma das funções do “dispositivo Polícia” é administrar os “dejetos” do capitalismo: a pobreza.

Em outro livro, Wacquant (2001-b) assinala que em meados do século XX as ricas sociedades do Ocidente passaram a pensar em si mesmas como pacíficas, coesas e igualitárias. Incentivadas pela consolidação industrial e pelo aquecimento da economia do chamado primeiro mundo, passou a ser vista como um “resíduo” de tempos passados, como algo absolutamente pontual.

Ainda segundo Wacquant (2001-b), a Europa e EUA dos anos 80 e 90 foi marcada por um sentimento racista: anti-árabe na França; a criminalidade está associada aos negros na Grã Bretanha e nos EUA, o preconceito estendia-se aos latinos e asiáticos. As inquietações urbanas foram associadas às classes perigosas.

O biopoder na contemporaneidade e a judicialização da vida.

Tangenciando o espectro das inquietações urbanas, por governamentalidade Michel Foucault (1990) conceitua a maneira como os governos conceituam a conduta dos homens.

³ Prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1902 a 1906.

Nesta perspectiva o que é governado não é o Estado, não é o território ou uma estrutura política. O que é governado são pessoas, coletividades, indivíduos. O que está em questão neste conceito é o governo dos homens.

Dentro de uma análise da construção do conjunto de regras e valores da cultura judaico-cristã, Michel Foucault (1997) circunscreverá a figura do Deus judaico que conduz seu rebanho por diferentes pastagens e assim governa pessoas e não território. Na ordem hebraica, o pastor só existe porque as ovelhas o fazem existir. Tal fato tem continuidade com o Cristo que se sacrifica por uma coletividade. O poder pastoral se faz no controle das multiplicidades e não no controle do território.

Foucault (1997) assinala que o poder pastoral esteve presente entre os orientais e os hebreus, mas só ganha destaque com o cristianismo. A partir do século XVI encontramos a entrada efetiva do poder pastoral na forma de governar o Estado Moderno.

Em outro momento, Foucault (1990) problematiza a vontade de verdade, retoma o poder do soberano que detinha o poder de fazer viver ou deixar morrer e cartografa a emergência de um poder que deixa viver para capturar a vida:

É o biopoder que explora, faz trabalhar, dirige os sonhos, cria novos ricos e novos pobres, novos delitos, novos cárceres, numa incessante vampirização da vida (...). Troca-se a experimentação da vida pelo desejo de hierarquizar e classificar (ZAMORA, 2008, p.102).

O biopoder apresentado por Michel Foucault (1990) nos colocava a gestão da vida controlada pela técnica (vontade de saber) exercida pela medicina social e suas mais diversas formas de higienização das trocas simbólicas. Higienização esta que foi o braço direito do Estado Moderno na Alemanha no século XVIII, organizou as cidades francesas também no século XVIII e controlou a classe trabalhadora na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX em um controle da saúde e do corpo da classe trabalhadora.

As consequências contemporâneas do controle

Como desdobramento do biopoder, na atualidade se controla a longevidade, a saúde pública, a habitação, a migração, ou seja, o saber-poder controla a vida humana. Constrói-se um imaginário do homem ideal adequado ao processo civilizatório ocidental, um “homem invisível” idealizado, mas bastante vivo para nortear a divisão entre a vida e a morte, linha clara que separa o igual do diferente; os desejáveis e os indesejáveis de uma sociedade.

Branco (2012) assinala a “limpeza eugênica” camuflada nos últimos anos pelos mais diversos processos de exclusão social: internações, enclausuramentos, mortes oriundas da violência urbana, lutas agrárias, Elimina-se a pobreza como se elimina uma raça, numa (re)edição camuflada dos campos de concentração.

O efeito disseminado do capitalismo constrói sujeitos e pensamentos; palavras e atos; vidas e valores. Nesta construção especular naturaliza-se o absurdo e banaliza-se o mal (ARENDRT, 1999). Só há espelhos, um longo e sombrio corredor de espelhos em que a sociedade guarda, cuida com zelo, da política do igual (ou supostamente igual), pois o que está em questão é a idealização, uma forma de ser e estar no mundo similar e compatível ao desenho biopolítico da contemporaneidade. São desenhos de corpos sem movimento, destituídos de vida.

Os vigilantes do corredor de espelhos são as vidas que anseiam pelo capital, os fiscais do jogo que pedem a internação compulsória de usuários de crack e veem na diferença sempre um perigo (BAUMAN, 1999). Adentramos em um conceito

desenvolvido por G.Agambem (2002), que assinala a experiência de desproteção de todos que vivem fora de ordem hegemônica num estado de ilegalidade. Trata-se de um lugar que “acuo” a um terreno vago, submetido a viver num estado de suspensão da vigência da lei. Uma espécie de autorização ao holocausto e às mais diferentes práticas de banalização do mal.

Conforme Edson Passeti (1999), não cabe esquecer que não se governa sem o pensamento sobre governo e não se exerce o governo sem o pensamento. A palavra mágica da democracia é “participação” conferindo autoridade e “empoderamento” a todos, gerando práticas que elaboram sentenças (diretas ou indiretas) e refazem a centralidade necessária para construção de corpos e mentes assujeitados.

Segundo Michel Foucault (1990), a questão do liberalismo como racionalidade específica surge no século XVIII formando uma governamentalidade que associa a soberania, a disciplina e a gestão governamental, atravessados pelo dispositivo de segurança e realizando uma governamentalização do Estado. É, portanto, diferente de uma estatização do social. Isso só foi possível a partir do poder pastoral no qual é possível simultaneamente fazer do governo uma prática totalizante e individualizante.

Conforme G. Deleuze (1992), a sociedade de controle vazou os muros da sociedade disciplinar num território bastante fértil para as mais diferentes práticas de controle, a biopolítica em controle da vida passa a se chamar ecopolítica (controle da vida do e no planeta). O vivo e produtivo das disciplinas dá lugar ao vivo (participativo e ocupado) na sociedade de controle. Reproduzimos cotidianamente o juiz e o réu, o algoz e a vítima em repetições que espelham e reproduzem as práticas dos tribunais. Edson Passeti (1999) assinala que devemos questionar este tribunal em nós, na nossa vida.

Considerações Finais

Os direitos humanos não nos obrigarão a abençoar as “alegrias” do capitalismo liberal do qual eles participam ativamente. Não há Estado democrático que não esteja totalmente comprometido. Nesta fabricação da miséria humana (DELEUZE,1990, p.43).

Assim posto, a internação compulsória é uma política de captura da vida pela vida e um retrocesso nas conquistas realizadas dentro do movimento da reforma psiquiátrica no Brasil. Os anos de 1970 a 1990 foram ricos na discussão acerca da loucura e suas mais diferentes apropriações. Da problematização do normal e do patológico, da inclusão e (re)significação enquanto estratégia de produção de vida e não de morte, à queda dos muros dos hospícios.

Cabe necessariamente a reflexão da proposição inicial que delega à segurança pública toda gestão da vida nas grandes cidades. É importante e preciso sair desta perspectiva fechada e (re)encontrarmos o caminho da vida. Não uma vida “controlada” e posta em “ordem” pela ótica capitalista de ordenação dos corpos e das cidades e da consequente captura da vida e de sua potência. Mas sim, por uma “vida viva” numa retomada à dimensão ética (forma de viver) capaz de produzir:

(...) homens livres por estarem ligados a sua própria potência de produzir e afirmar seus devires criadores. É a partir do modo que se produz e se transmite energia, que não mais parasita, mas que estabelece... [intensos encontros], “que as condições de existência da vida poderão encontrar seu meio de expansão e expressão da alegria, efeitos do aumento da

capacidade de agir e pensar da Terra, na Terra, pela Terra” (FUGANTI, 2001, p.04).

Coimbra, Lobo e Nascimento (2009) discutem os direitos humanos como construção liberal e absolutamente inserida na lógica capitalista. A Revolução Francesa, de 1789 e toda a prática iluminista “desenhou” uma noção de humano universal. O que sai deste “desenho” é o “não-humano”, algo próximo ao monstruoso e abominável. Construções estas que são tão repetidas que nos parecem naturais e universais.

Faz-se necessário recordar também, que é no seio da lógica liberal que se inventou o conceito de periculosidade, na associação nefasta da Psiquiatria com o Direito, ao longo do século XIX. Os “chamados” Direitos Humanos tornaram-se uma “concessão” do capitalismo, algo a ser positivado e não uma contínua processualidade que repense a própria engrenagem capitalista geradora das desigualdades.

É preciso evocar sim, os Direitos Humanos. Não mais como uma “Lei concedida” generosamente pelo capitalismo. É necessário retomar a cidade enquanto um espaço de trocas afetivas e políticas, em que o possamos continuamente inventar e (re)inventar novos humanos e produzir outros direitos (Coimbra, Lobo e Nascimento, 2009).

Referência bibliográfica

AGAMBEN, G. **Homo sacer**. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Subjetividade e lutas políticas na modernidade**. O Que nos Faz Pensar. vol. 31. Rio de Janeiro: PUC, 2012. p. 237-249.

COIMBRA, Cecilia Maria Bouças. LOBO, Lilia Ferreira e NASCIMENTO, Maria Livia. “A invenção do humano como modo de assujeitamento”. In Manoel Mendonça Filho e Maria Tereza Nobre (orgs). **Política e Afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa. Salvador: São Cristóvão, EDUFBA/EDUFS, 2009, pp. 31-42

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**: Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

ENGEL. Magali. **Meretrizes e Doutores**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FUNGATI, Luiz. “Saúde, Desejo e Pensamento” in **Saúde e Loucura**, n°. 2. São Paulo: Hucitec, 1990.

FUNGATI, Luiz. **A Ética Como Potência e a Moral Como Servidão**. São Paulo: Escola Nômade de Filosofia, mimeogr., 2001.

LEFEBVRE, Henri. **“O Direito à Cidade”**. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

PASSETTI, Edson. **Sociedade de controle e abolição da punição**. São Paulo: São Paulo Perspec., vol. 13, n°. 3, Sept1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30ago2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300008>.

SOHIET, Raquel. **Condição Feminina e Formas de Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989.

VALLIN, Danielle de Carvalho. **As Políticas Públicas Municipais Voltadas ao Enfrentamento de Crack na Cidade do Rio de Janeiro**. Trabalho publicado nos Anais do VI Congresso Latinoamericano de Ciência Política, ALACIP. Quito: 2012. v. 1. Pág. 102-111.

VERGNE, Celso. **A história dos rostos esquecidos: a violência no olhar sobre os moradores de favelas cariocas**. Dissertação (Mestrado de Psicologia Clínica). Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2002.

ZAMORA, Maria Helena. **Os corpos da vida nua: sobreviventes ou resistentes?** Lat. Am. j. fundam. psychopathol. on line, São Paulo, v. 5, n°. 1, maio 2008 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-03582008000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30ago2013.

GOVERNO MOISÉS LUPION E A CONSTRUÇÃO DO “PARANÁ MAIOR”

Neli Gehlen Motta¹

Resumo: A comunicação ora apresentada tem como objetivo problematizar a construção da ideia de um “Paraná maior”, gestada pelo governador Moisés Lupion, entre os anos de 1947 e 1950. A análise terá como fonte principal um boletim publicado pelo governo, o qual intitula-se “A concretização do plano de obras do governador Moyses Lupion, 1947-1950”, e tem como finalidade divulgar algumas das principais obras realizadas durante sua administração. Buscar-se-á perceber de que maneira as ideias de “progresso” e “modernidade” são formuladas e apresentadas a partir deste boletim, assim como sua mensagem de progresso e modernidade são postos estre aspas por serem entendidos como parte de discursos que visam à transformação de uma realidade, considerada atrasada, estagnada, para outra, moderna, desenvolvida. Nesta obra, em sua maior parte descritiva, é possível perceber em quais setores o governo mais investia, quais seus interesses e ligações políticas e econômicas, assim como quais dados achava importante expor para a população. Assim, a análise irá ao sentido de perceber as intenções por trás do discurso, e, principalmente, as formas utilizadas para que este produzisse efeitos, sendo incorporados ou não pelos sujeitos, haja vista que, como afirma Michel Foucault no texto “A vida dos homens infames”, “[o poder] incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho, ele faz agir e falar”.

Palavras-chave: Paraná, modernização, progresso.

A construção do “Paraná maior”

O Paraná teve sua emancipação política firmada em 1853, tornando-se província, momento que marca maior controle político da região. Desde logo houve a preocupação em ocupar e “desenvolver” a região, considerada até então como rota de passagem para outras províncias. Ao longo das primeiras décadas os investimentos foram no sentido de abrir estradas e povoar o território, além de incentivos ao desenvolvimento da agricultura e comércio de madeiras. (WACHOWICZ, 2001) Já no século XX constroem-se os primeiros discursos sobre o Estado, criando a ideia de um território moderno e progressista, conforme reafirmado posteriormente por Hermógenes Lazier:

A Revolução de 1930 simboliza a vitória burguesa no Brasil. No Paraná o ano de 1930 é um marco no processo de ocupação do Estado, pois mais da metade do território — o norte, o oeste e o Sudoeste — foi ocupado após essa data. No processo de ocupação do Paraná Tradicional predominou a grande propriedade latifundiária. Na ocupação do norte,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

oeste e sudoeste, ao contrário predominou a pequena propriedade. Trata-se, portanto, da ocupação da terra através do sistema capitalista, que é dinâmico e modernizante. Dinâmico porque visa lucro, que são reinvestidos. Modernizante porque diversifica a economia e a sociedade. Ocorre o progresso técnico, visando redução de custos. A modernização requer o uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos e inseticidas. O modelo, da pequena propriedade sendo revolucionário, acarretou mudanças quantitativas e qualitativas na realidade paranaense, surgindo, assim, o Paraná Moderno (LAZIER, 2003, p. 28).

O texto acima apresentado registra uma tendência de alguns intelectuais em reforçar os discursos disseminados pelo governo do Estado, demonstrando a preocupação em convencer a população de que modernizar era preciso, a qualquer custo. Assim, nossa preocupação principal é problematizar a construção de discursos que identificam o Estado com a ideia de progresso, a partir da publicação “A concretização do plano de obras do governador Moyses Lupion, 1947-1950”, buscando perceber como os ideais são construídos na obra, e passam a justificar ações em favor da construção de um “Paraná Maior”, desenvolvidas pelo governador e sua equipe de trabalho.

Anterior à análise da obra em si, faz-se necessário pontuar algumas questões sobre o que compreendemos por “discurso”. O termo, atualmente muito utilizado, mas, por vezes, mal definido ou compreendido, expressa aqui mais do que se pode encontrar no dicionário. Partindo de reflexões baseadas nas obras de Michel Foucault, podemos entender discurso como um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns, pois a “ordem do discurso”, definida por Foucault, própria a um período particular “[...] coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas.” (REVEL, 2005) Deste modo, busca-se perceber o que está posto pelas palavras, sejam elas escritas ou faladas, bem como pelas imagens, problematizando as formas utilizadas para que estas produzam seus efeitos.

Outra questão que merece destaque nesta explanação inicial refere-se ao termo progresso, muito utilizado na obra analisada. A origem do termo pode ser remetida ao Iluminismo, no século XVIII e, mais precisamente ao filósofo Immanuel Kant, que o empregou no sentido do desenvolvimento do espírito humano, preocupação própria da época. A partir daí, dada a relevância que o pensamento iluminista alcançou, o conceito passou por diversas reinterpretações, sendo que, na maioria das sociedades do século XX passou a ocorrer a associação entre progresso e desenvolvimento econômico. Atualmente, de forma mais recorrente, o conceito indica crescimento financeiro e/ou tecnológico. No entanto, para além de buscar a origem do termo e tentar compreendê-lo em sua essência, acredita-se ser mais interessante pensar nos usos diversos que este teve ao longo do tempo, e, principalmente, no período privilegiado por esta análise.

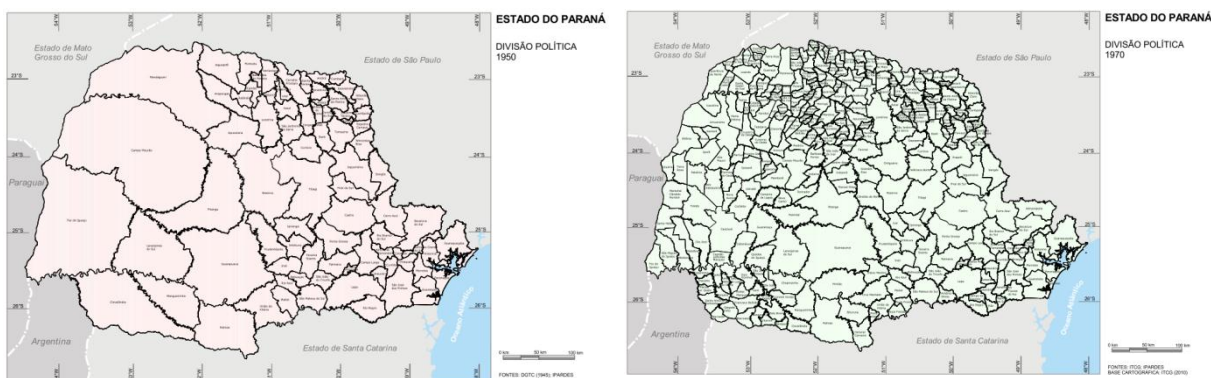
Na tentativa de realizar uma breve e inicial problematização do tema aqui apresentado, a construção de discursos sobre um “Paraná Maior”, passemos agora para a análise da obra. Trata-se, como já mencionado, de um boletim, em sua maior parte descritivo, apresentando tabelas, gráficos, imagens e legendas. A intenção inicial da publicação, a julgar pela forma como os dados são apresentados, era “informar” a população sobre as ações do governo. Contudo, a própria disposição das informações, com ares de verdade – indicados por gráficos e dados estatísticos – torna possível perceber em quais setores o governo mais investia, quais seus interesses, ligações políticas e econômicas, assim como quais dados achava importante expor para a população. Logo no início do boletim, em uma das poucas partes com texto explicativo, pode-se ler o seguinte:

[...] o planejamento traçado se transmutou em realizações promissoras para o *progresso* e para a economia deste Estado, para a educação, saúde e bem-estar de seu povo, concorrendo assim, alvissareiramente, para a anelada construção de um PARANÁ MAIOR. [...] As demonstrações e ilustrações seguintes dirão com mais eloquência da natureza, da extensão e do valor dos trabalhos realizados (PARANÁ, 1950, p. 08).

As melhorias e os investimentos a que se refere o texto podem ser melhor compreendidos se analisarmos o contexto de publicação da obra. Por volta dos anos 1950, conforme analisa a autora Deisi Rizzo na obra *Saneamento e Sertão*, diversas medidas vinham sendo adotadas para modificar a situação brasileira, como, por exemplo, a crescente preocupação com a ocupação organizada do território. Neste sentido, o governo passa a focar investimentos e a produzir discursos sobre áreas consideradas “subdesenvolvidas”, sendo que

[...] o desenvolvimento das regiões consideradas improdutivas, abandonadas e incivilizadas tornou-se um imperativo e constituiu-se enquanto discurso. Dessa maneira, puderam entrar em ação uma série de dispositivos visando nortear condutas e modos de intervenção numa determinada realidade, assim como recusar alternativas que pudessem ameaçar esse empreendimento (RIZZO, 2012, p. 21).

Foi também neste período e na década seguinte (1960), que muitos dos municípios existentes hoje nas regiões oeste, noroeste e sudoeste do Estado do Paraná foram reconhecidos pelo governo enquanto tal. Esse processo fazia parte de políticas nacionais de ocupação dos territórios de fronteira, a chamada “Marcha para o Oeste”, (WACHOWICZ, 1985) A partir de dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)², demonstrados nas imagens abaixo, é possível uma melhor compreensão dos dados apresentados³:



Considerando as informações apresentadas, a análise feita do boletim, a bibliografia que contextualiza o período e seguindo uma linha de raciocínio que se aproxima de indicações feitas por Michel Foucault, compreende-se que o discurso “possei, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de

² Retirados do site http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25. Acesso em 19/08/2013.

³ Para maiores informações cf.: http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/comparacao_areas_municip_05_76.pdf Acesso em 19/08/2013.

organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas.” (REVEL, 2005, p. 37) Neste sentido, ao elaborar a análise aqui apresentada, tomamos como norte a compreensão de que o discurso é parte constituinte da sociedade, enunciando, legitimando e direcionando práticas. Sendo que, com base neles, muitas ações políticas são tomadas, buscando-se sempre convencer a população em geral que o desenvolvimento material de determinados setores teria como consequência direta o crescimento dos outros.

A tentativa de convencer a população pode ser compreendida quando consideramos a assertiva de Michel Foucault no texto “A vida dos homens infames”, no qual ele afirma que “[o poder] incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho, ele faz agir e falar”. (FOUCAULT, 1992, p. 92) Assim, compreendemos que as práticas discursivas diversas, entendidas pra além do texto escrito ou falado, produzem a sua verdade sobre um fato, um local, ou todo um período. Acreditamos que, para além da análise das mudanças materiais ocorridas no Estado, torna-se imprescindível a análise dos discursos que as fundamentaram, servindo para persuadir a visão dos sujeitos envolvidos diretamente no processo, assim como os que o analisam posteriormente. Contudo, o que nos leva a propor tais reflexões não é a intenção de desconstruir uma ideia sugerindo algo “melhor” para preenchê-la, mas sim, problematizar, instigar ao pensamento crítico, de maneira e questionar algumas das visões construídas e cristalizadas sobre o que é, foi ou virá a ser o Paraná.

Referência bibliográfica

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992, p. 89-128.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 1976.** Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/comparacao_areas_municip_05_76.pdf Acesso em 19/08/2013.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história.** Francisco Beltrão, PR: Grafit, 2003.

MOTTA, Neli Gehlen. **“Um município chamado progresso”:** discursos acerca da cidade de Ampére-PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista.** O ornitorrinco. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

PARANÁ. **A concretização do plano de obras do governador Moyses Lupion.** 1947-1950.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos: Editora Claraluz – 2005.

RIZZO, Deisi. **Saneamento e sertão:** discursos médicos, políticas sanitárias e colonização no Paraná. Guarapuava: Unicentro, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, **Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba, PR: Lítero-Técnica, 1985.

_____. **História do Paraná**. Curitiba, PR: Gráfica Vicentina, 2001.

A LUTA EM DEFESA DO TERRITÓRIO DE TRABALHO DA PESCA ARTESANAL

Paulo César Silva¹

Resumo: O objeto específico do presente estudo é a história da frente de movimentos sociais que resistem, como sujeitos políticos, à instalação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. Focaliza-se a dinâmica socioespacial contextualizada por esse empreendimento, o primeiro dentre tantos megaprojetos que marcam a política de desenvolvimento econômico do Estado brasileiro para a Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro da década inicial deste novo século. No processo de formar-se a resistência contra a instalação da TKCSA em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste carioca são protagonistas o movimento sindical, as organizações não governamentais, as associações e várias lideranças da pesca artesanal. Diversas organizações constroem o movimento, sobressaindo-se entre elas: o SEPE Regional IX (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – sede Regional IX), o ASFOC (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz), a organização não governamental Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e as associações de pescadores artesanais da área abrangida.

Introdução

O trabalho, ao contrário do que muitos afirmam, é o fundamento da história. Do excedente do trabalho surgiu o Estado e as classes sociais. A sociedade cria e recria o espaço geográfico, emanada que é do trabalho, esse elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (MARX, 1985).

Não se tem hoje um mundo pós-industrial, nem um mundo pós-trabalho, pois até mesmo no período de crise de superprodução que se vai experienciando, não se acumula capital sem se explorar o trabalho-vivo. A crise de superprodução é a contradição mais evidente do processo de acumulação de capital: de um lado, sofisticadas máquinas paradas e o desespero de milhares de trabalhadores, altamente qualificados, mas destituídos de emprego, e vivendo na penúria, ao mesmo passo que também lhes são suprimidos mais direitos sociais mediante o sucateamento sistemático dos serviços públicos de saúde, de educação e de previdência social; de outro lado, bilhões de capitais em forma virtual, ou montanhas de papéis e títulos formando as infovias dessa busca de sobreacumulação. Mas sem mais-valia não se acumulam montanhas de papéis, é preciso um processo incessante de transformar em mercadoria a natureza, com a modernização contínua que se empenha em suprimir direitos sociais.

¹ Mestre em História Social pela UERJ de São Gonçalo.

Imagem 1- Área de conflitos territoriais: a pesca artesanal e o complexo siderúrgico-portuário



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC). Imagem do Google Earth [2012 ou 2013].

O Ministério da Pesca e Aquicultura define pescador artesanal como sendo o profissional que, devidamente licenciado por esse ministério, “exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcado ou em embarcações de pequeno porte” (disponível em <<http://www.mpa.gov.br/index.php/monitoramento-e-controlex/regime-nacional-de-certificacao-de-captura/19-autorizacao-complementar-de-anchova>>; acesso em 10 de dezembro de 2012) .

Com o trabalho que exercem, os pescadores artesanais contribuíram para nascerem as primeiras povoações litorâneas do Brasil, de sorte que eles, bons conhecedores que são do ambiente onde trabalham (o mar, as marés, os manguezais, os rios, as lagoas, os peixes), puderam dar essa contribuição histórica apropriando-se relevantemente, como ainda se apropriam, de valores de troca da natureza.

A pesca artesanal é uma cultura passada de pais a filhos. Tal ficou evidente durante este trabalho de pesquisa: quando entrei em casa de uma família de pescadores, residentes nas margens do Canal do Itá, um dos mais poluídos dentre os que afluem à bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba, em Santa Cruz. Assim se expressou um pescador, enquanto seu pai, ao lado, consertava uma rede:

Hoje, usamos o Canal do Itá apenas para navegar até a Baía de Sepetiba, mas quando eu era criança havia peixes no canal. Há poucos anos, pescávamos nessa época do ano muita tainha. Matávamos uns trinta quilos. A gente comercializava a maior parte do pescado. Depois da instalação da TKCSA os peixes sumiram. Até agora não apareceu a tainha. Tem que ir muito longe

para pescá-las. Lá pra perto da restinga. É preciso ter embarcações maiores. Aqueles que têm barcos menores matam apenas pequenos bagres de papo amarelo. Muitos estão abandonando a pesca. Os peixes sumiram. Muita poluição. O barulho dos barcos, navios. Os pescadores que descem pelo Canal de São Francisco sofreram mais com a TKCSA. Os peixes sumiram. (A.S., 20 nov. 2012.)

Donde a menção aqui ao território de trabalho e, portanto, de cultura, às técnicas de apropriação consideradas na densidade social. É engendrada a resistência em defesa do *mercado socialmente necessário*: as trocas de valores de uso feitas de perto, fazendo e refazendo o lugar. O pescador Isac, da Associação dos Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba (AAPG), expõe a situação:

O ano de 2006 é considerado pelos pescadores como aquele que foi o início do aprofundamento da crise da atividade pesqueira na baía de Sepetiba, porque é quando chega ao Rio de Janeiro a empresa internacional de origem alemã denominada de TKCSA para ser implementada em Santa Cruz, trazendo o velho discurso da geração de emprego e de renda para a população, mas de forma covarde e com toda a arrogância, que lhe é peculiar, ignorou a população local e as milhares de famílias de pescadores que viviam da pesca em toda a baía. (Jornal do SEPE Regional IX, out. 2012.)

Para se instalar o complexo siderúrgico nas margens da baía, também sofreram remoção dezenas de famílias de trabalhadores organizadas pelo MST, que buscavam a posse da imensa área às margens do Canal de São Francisco, para ali plantarem. O discurso do emprego tomou conta da massa de trabalhadores que residem nos conjuntos habitacionais do entorno da siderúrgica. Os trabalhadores da pesca artesanal, diretamente ligados ao meio de produção, receberam certo apoio dessas comunidades, já que os moradores do entorno ficavam, na maioria, obrigados a lutar cotidianamente para satisfazer as suas necessidades básicas num ambiente urbano-industrial. Como observa ainda o pescador:

A propaganda do emprego é algo que consegue derrubar qualquer resistência. A propaganda do governo para a criação de empregos conseguiu quebrar a resistência que tentaríamos ter com os moradores. Os moradores ficaram encantados com as propagandas de emprego e com a possibilidade de haver muitos postos de trabalho. Muitos dos empregos esperados não chegaram. Não há pescador trabalhando nessa siderúrgica. Temos 7.000 pescadores fora da pesca, nenhum está trabalhando. A CSA tem 2.500 funcionários diretos, em Santa Cruz apenas 325. Assim, pois, fica provada que a propaganda do emprego é falha, pois não foram gerados empregos para o pescador e para o morador de Santa Cruz. (Jornal do SEPE Regional IX, maio 2012.)

Aqui, entende-se de modo claro a formação da sociedade burguesa, resultante da expropriação dos meios de produção do homem que vive do seu próprio trabalho. Esse transformar da natureza em mercadoria, feito para favorecer a acumulação de capital, não acontece sem a “expropriação das terras comuns”. Modifica-se cotidianamente o espaço da pesca artesanal, para se servir a interesses estranhos ao cotidiano do lugar.

Assim se entende aqui a *expropriação*, conceito trabalhado por Fontes (2010). Expropriam-se os meios de produção às famílias que os utilizam para o seu próprio sustento. Não é importante para os grandes conglomerados capitalistas que haja a baía como ecossistema natural, tão valioso, todavia, para as atividades pesqueiras. Mas ao capital funcionante, alimentador do capital fictício (FONTES, 2010), é necessário circular toneladas de minério e de chapas. Os produtos articulam um mercado que abrange vários pontos do planeta, já que as chapas de aço produzidas pela TKCSA vão para as siderúrgicas dela no Alabama (Estados Unidos) e para países da Europa. O território do mercado socialmente necessário de peixes e moluscos é invisível para essa lógica imposta por interesses distantes. Nas palavras de Zborowski (2008 p.99):

[...] apesar das riquezas naturais e das condições ambientais favoráveis à navegação, a prioridade dada pelas políticas públicas na região não foi o desenvolvimento pesqueiro, por sua riqueza e abundância de vida marinha; ou ao turismo, devido a grande beleza cênica da região, além das diversas praias, ilhas e cachoeiras. Outros critérios foram levados em conta. Protegida pelo cordão arenoso da restinga de Marambaia, possui águas calmas, profundas, além de proteção contra ventos, essas condições favoreceram a implantação do Porto de Sepetiba, no município de Itaguaí, em 1982. As condições favoráveis ao aporte de navios de grande dimensão e a posição estratégica no território brasileiro, uma vez que localiza-se no mais importante entorno geoeconômico do Brasil, onde, num raio de pouco mais de 500 km, estão situadas empresas industriais e comerciais responsáveis pela formação de aproximadamente 70% do PIB brasileiro.

É no contexto de semelhante apropriação-expropriação do território que se entende nesta pesquisa a questão dos trabalhadores da pesca artesanal com os agentes considerados hegemônicos: de um lado, o grande capital e o Estado brasileiro, assim como a força dos grandes meios de comunicação e seus diferentes aparelhos formadores de opinião; de outro lado, o movimento social que aglutina diversas organizações junto às associações de pescadores artesanais em defesa do território de trabalho de seus representados. Listam-se abaixo muitas associações de pescadores artesanais da Baía de Sepetiba:

Quadro 1 - Associações de pescadores dedicados à pesca na Baía de Sepetiba

Associação de Pescadores do Canto dos Rios (APESCARIOS) Endereço: Estrada do Curtume, 87, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ
Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba (APAS) Endereço: Rua da Madeira, 169, Praia do Cardo, Sepetiba, Rio de Janeiro, RJ
Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba (AAPPG) Endereço: Rua Márcia Mendes, 25, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ
Associação dos Pescadores e lavradores da Ilha da Madeira (APAIM) Endereço: Estrada Joaquim Fernandes, 349, Ilha da Madeira,

Itaguaí, RJ

Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM)
Endereço: Praia Saco de Dentro, Itaguaí, RJ

Associação Livre dos Maricultores de Coroa Grande (AMACOR)
Endereço: Avenida Antônio Martins, s/n, Coroa Grande, Itaguaí, RJ

Segundo trabalho de Resende (2010, p. 2):

A Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro ou FEPERJ, representação máxima da pesca no Estado que se submete somente a Confederação a nível nacional é uma instituição centralizadora das ações voltadas para a pesca em suas 27 Colônias de atuação regional, que por sua vez se divide em Capatazias com atuações locais ligadas diretamente ao dia-a-dia do pescador. As Colônias na verdade são unidades independentes com suas políticas e planejamento, como estudado no Estado do Rio de Janeiro, sempre teve uma função de representatividade da categoria desde sua fundação no início do século XX pela Marinha do Brasil, mas só a pós-Constituição de 1988 foi elevada a categoria de sindicato com reconhecimento presidencial somente em 2009.

Essas mudanças provocam uma reorganização territorial, pois a FEPERJ como representatividade das Colônias agora sindicato, passa a ter uma força de influência na política e planejamento que não possuía antes, possibilitando se tornar um agente territorial mesmo que não tenha a mesma visibilidade dos já atuantes.

Diante disso, infere-se que, embora as associações de pescadores representem os interesses da base da pesca artesanal, a FIPERJ e as colônias de pescadores são, do ponto de vista jurídico e institucional, os órgãos legais de organização desses trabalhadores.

3. 2 O direcionamento na privatização dos recursos públicos

Os recursos oriundos do produto da força do trabalho são reduzidos para a manutenção da reprodução da classe trabalhadora e direcionados principalmente para os grandes conglomerados transnacionais. Assim, também as chamadas renúncias fiscais vêm dar mobilidade aos capitais em busca de ampliação, e desta forma, segundo (SANTOS, 2000), os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta numa globalização perversa.

A modernização tem-se reestruturado no Brasil desde as primeiras décadas da redemocratização. O BNDES aprovou, em 20 de julho de 2007, um financiamento 1,48 bilhão de reais, para serem usados na compra de máquinas e equipamentos nacionais para o complexo, o maior empreendimento do setor no país em vinte anos (Revista Valor Econômico, *apud* Senado).

Fartos recursos do BNDES e vultosas renúncias fiscais direcionaram o Estado aos projetos das grandes corporações e ao grande capital em geral, que reorganizam o espaço geográfico neste limiar do novo século no Brasil. Neste sentido é que se pondera aqui a

frente de movimentos sociais na resistência ao avanço das ordens da acumulação de capital. Busca-se uma nova geografia produtora das territorialidades das comunidades tradicionais invisíveis aos grandes projetos hegemônicos. Assim, em 28 de março de 2007, representantes do Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba, congregando ecológicos, entidades de pescadores e comunitárias, foram recebidos no BNDES por representantes do Departamento de Indústrias de Base e do Departamento de Meio Ambiente, da CSA, quando se reproduziram os argumentos suscitados na Ação Civil Pública 2006.001.059224-6, conforme publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 21/05/2007:

Expediente do dia: 10/05/2007

Ação civil pública

Proc. 2006.001.059224-6 - ASSOCIACAO DOS PESCADORES E LAVRADORES DA ILHA MADEIRA APLIM (Adv(s). Dr(a). CARLOS HENRIQUE DE SOUZA JUND (RJ-087458)) X COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO CSA (Adv(s). Dr(a). KARINA STERN DE FREITAS DE SIQUEIRA (RJ-099412)), Procurador: RENATA SOARES BECHARA

(PGE) Despacho: Ao Ministério Público

Fotografia 1 - Manifestação em defesa da pesca artesanal à porta do BNDES



Fonte: Acervo do SISEJUFE. 2 ago. 2012.

Então, os recursos destinados à reprodução da força de trabalho são reduzidos no presente período comprometendo as próximas décadas, conforme a informação abaixo:

A dívida pública mobiliária (em títulos) interna subiu 2,65%, passando de R\$ 1,833 trilhão para R\$ 1,882 trilhão. Isso ocorreu porque o Tesouro

emitiu R\$ 34,77 bilhões em títulos a mais do que resgatou. Desse total, grande parte decorreu da emissão para o BNDES, por meio da qual o Tesouro Nacional lança títulos públicos e empresta os papéis para o banco de desenvolvimento, que os vende no mercado para ampliar o capital. No pacote de estímulo à indústria lançado em abril, o governo anunciou o repasse de R\$ 45 bilhões em títulos públicos para o BNDES. Esse mecanismo tem sido usado para reforçar o capital do banco, que pode ampliar os financiamentos a empresas nacionais. Desde 2009, o governo injetou R\$ 245 bilhões na instituição financeira: R\$ 100 bilhões em 2009, R\$ 80 bilhões em 2010, R\$ 55 bilhões em 2011 e no início de 2012, e mais R\$ 10 bilhões no mês passado. (Empresa Brasil de comunicação, 23 jul. 2012)

Por isso sustenta-se aqui a hipótese de que um novo setor popular, o Partido dos Trabalhadores, no governo Lula, entrou para o comando do poder hegemônico e faz, assim, a sua revolução passiva, ou, como diz Vianna (1997), pois realizou-se uma revolução sem revolução. Promoveu-se o desenvolvimento das forças produtivas sem haver rupturas com as relações sociais anteriores e prevalecentes, mas mesmo assim sofreram um processo de mudança. As forças produtivas desenvolveram-se com o fortalecimento do mercado interno brasileiro na primeira década do séc. XXI (IBGE, 2010), tal como também ocorreu a política de investimento em infraestrutura, em bens de capital e no aumento da produção de bens de consumo duráveis, no Período JK e também na década de 1970, quando vigorava a ditadura militar. A modernização da primeira década do século XXI difere da anterior, a qual, ocorrida sob as ordens da ditadura e batizada com o nome de *Milagre Brasileiro*, se executou reprimindo fortemente as reivindicações operárias e populares, visto que:

As bases do milagre se assentavam sobre a “recessão controlada” nos anos anteriores, e sobre a capitalização do Estado através do endividamento externo, numa conjuntura favorável a essa política no mercado financeiro internacional. Tal política econômica impulsionava o desenvolvimento, através do investimento em infraestrutura e do subsídio às empresas privadas através da produção de insumos a baixo custo nas estatais. Mas, além disso, o “milagre” tinha outro pé dentro das próprias empresas: o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevavam e muito a lucratividade do setor privado. (MATTOS, M, 2003, pp. 55 e 56)

Ao mesmo tempo que os portos voltados à exportação de minério de ferro nas águas Baía de Sepetiba, começa-se a construir também um imenso complexo industrial siderúrgico. O desenvolvimento brasileiro do período considerado assinalou-se por amplos aportes do Estado aos empreendimentos das grandes corporações transnacionais. Nesta conjuntura de início de século, instalam-se no espaço geográfico brasileiro novas bases fixas. O contexto socioambiental das margens da Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, efetiva-se como lugar preferido das grandes siderúrgicas e mineradoras dedicadas à exportação. Ignora-se a territorialidade da pesca artesanal, e propositadamente se trata a dinâmica da existência do lugar como se ele fosse invisível. Nota-o o pescador Isac:

Eu soube logo no início das obras quando disseram que iriam construir uma ponte em cima da “maternidade”. Porque ali onde eles fizeram aquela ponte de quatro quilômetros é exatamente em cima do local de

procriação natural do camarão, é a maternidade, o local de criação de peixes. Então nós como pescadores já visualizamos o problema e ficamos muito preocupados com o lugar escolhido pela empresa para a construção daquela ponte. E eu acho que se houvesse preocupação ambiental por parte das nossas autoridades eles nunca permitiriam a construção daquilo ali. (Jornal do SEPE Regional IX , 13 fev. 2012, p.2.)

As formas herdadas, como a pesca artesanal, ficam sob pressão, numa baía que, desde a década de 1970, vem sendo apropriada pelo tráfego de navios de grande calado, ideais para o transporte de chapas de aço e minérios, gerando-se uma infraestrutura ferroviária que promove a ligação entre a fonte da matéria-prima, situada no Quadrilátero Ferrífero, na serra do Espinhaço, Estado de Minas Gerais, e os portos da Baía de Sepetiba, no litoral do Oceano Atlântico. É uma geografia para exportar o território. Afirma Santos (2006, p. 356):

A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que, desse modo, a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução dos problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros. Mas o orçamento não é global, mas nacional, territorializado.

As diferenças do espaço geográfico originam-se da história dos lugares, a qual, por sua vez, é a história do mundo. Não houvesse os lugares com suas singularidades, não haveria história, nem geografia. A acumulação de capital necessita deste efeito, porque:

O ponto fundamental é que o capitalismo – ou se preferirmos, a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros – baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual. (SOJA, 1993, p.132)

Encarrega-se o Estado de rearranjar a integração entre o espaço herdado e o espaço projetado pelos agentes hegemônicos, formar a geografia da nova divisão territorial do trabalho do contínuo processo de acumulação de capital:

Que é que se torna geograficamente diferenciado? A lista começa pelas taxas de lucro, parâmetro crucial, mas também inclui a composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, os índices salariais, o custo dos materiais necessários à reprodução da força de trabalho, os índices de tecnologia e mecanização, a organização do trabalho e a incidência da luta de classes. Esses diferenciais são mantidos através de distribuições geográfica e setorialmente desiguais dos investimentos de capital e infraestrutura social, da concentração localizada dos meios de controle de mão-de-obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relações capitalistas e não capitalistas de produção. Todos eles fazem parte espacialização complexa e distintiva

que tem marcado o desenvolvimento histórico do capitalismo desde a sua origem. (SOJA, 1993, p.132)

A relativa proximidade entre Baía de Sepetiba e o Quadrilátero Ferrífero, sito na Serra do Espinhaço, Estado de Minas Gerais, não resulta da posição geográfica de um lugar em relação ao outro, mas do fato de que o Estado interveio construindo a linha férrea que principia no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, transpõe a Serra do Mar e atravessa o Vale do Paraíba, até chegar ao Planalto Brasileiro. No decorrer de vários períodos construiu-se a estrada de ferro, à medida que as suas partes se interligavam conforme os interesses de sucessivos agentes econômicos. Assim, o ramal Mangaratiba, construído na segunda metade do século XX, foi deixando, até os últimos tempos da ditadura militar, de usar-se para o transporte de passageiros, e então passou a servir exclusivamente ao transporte de minério de ferro. Com a política de privatizações iniciada após o fim da ditadura, a ferrovia tomou o nome de MRS Logística S.A. nos meados da década de 1990:

A MRS Logística é uma concessionária que controla, opera e monitora a Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal. A empresa atua no mercado de transporte ferroviário desde 1996, quando foi constituída, interligando os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. São 1.643 Km de malha – trilhos que facilitam o processo de transporte e distribuição de cargas numa região que concentra aproximadamente 55% do produto interno bruto* do Brasil e estão instalados os maiores complexos industriais do país. Pela malha da MRS também é possível alcançar os portos de Itaguaí e de Santos (o mais importante da América Latina).

O foco das atividades da MRS está no transporte ferroviário de cargas gerais, como minérios, produtos siderúrgicos acabados, cimento, bauxita, produtos agrícolas, coque verde e contêineres. (MRS Logística. Disponível em: <http://www.mrs.com.br/aempresa/apres_institucional.php>. Acesso em: 10 jan. 2013.)

O declínio da atividade agroexportadora no Vale do Paraíba e a transição para a sociedade urbano-industrial terminaram por reorientar o uso da ferrovia, consagrando-a ao transporte de cargas. Hegemônica como foi a territorialização do capital, cujas bases quase todas têm matriz no exterior, extinguiu-se a flexibilidade de uso da ferrovia. Esta, se antes transportava passageiros e mercadorias, agora presta-se exclusivamente ao transporte de cargas para as siderúrgicas sediadas no entorno da Baía de Sepetiba, assim como para o exterior. A rigidez do território usado, à qual se refere Santos (2006), engendraram-na ali as bases fixas do capital, em detrimento de outras territorialidades. A produção social fica submetida a uma racionalização privada, o espaço que foi chão das políticas de modernizantes da ditadura torna-se o espaço da globalização de empresas gigantes. Está presente o que Santos (2006, p. 355) interpreta como “uma situação de conflito, a ser mantida, atenuada, suprimida, segunda as circunstâncias, mas, em todo o caso, regulada. O ‘mundo’ não dispõe dos respectivos instrumentos de regulação, o que constitui tarefa do poder nacional e dos poderes locais nos seus diversos níveis”.

Assim, o conceito de *acumulação primitiva* permanente, ampliado por Harvey (2010) no conceito da *acumulação por espoliação*, serve de base à afirmação de que se expropria o território (SANTOS, 2006), de que se exporta o território e se desterritorializam as formas autônomas de reprodução da vida. O Estado assegura que se mantenha a acumulação do capital, resguardando legalmente a expropriação dos espaços

comuns, a qual se dá em conflito com a pesca artesanal, e com outras formas de trabalho, consumo e *apropriação ordinária* do território (RIBEIRO, 2005).

Referências Bibliográficas:

BADARÓ, Marcelo. **Sindicalismo após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ ed. 2010.

FIORI, José. L. **Globalização, Estado Nacionais e políticas públicas**. In: *Ciência Hoje*, dez. 1993, v. 16, no. 96.

_____. **Os efeitos da “via prussiana” sobre a intelectualidade brasileira**. In: *Revista Fundação Lauro Campos*, set 2008.

GOHN, Maria. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Editora Vozes, 2003.

HARVEY, David. – . **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

_____. **O novo imperialismo**. 4ª. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Baía de Sepetiba**. Disponível em <<http://www.inea.rj.gov.br/fma/baia-sepetiba.asp>> (acesso em 31 de março de 2013).

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra: 2011

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: contexto, 2007.

POLLAK, Michel . **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV Estudos Históricos, 1989.

RIBEIRO, Ana Clara et al. **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Território usando e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordnamientoterritorial/41.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2013.

RIBEIRO, Ana . C. T. e SILVA, C. A .da - **Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista.** In Territorios en Redefinición: lugar y mundo en América Latina – CDROM, coordenador: Pablo Ciccolella, Buenos Aires,1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS. Milton. **Por uma geografia das redes.** In: *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, Hucitec, 1996b.

_____. **Eventos: os nomes, características, tipologia.** In *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, Hucitec, 1996a.

_____. **A Natureza do Espaço.** 4ª ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI/Milton Santos, Maria Laura Silveira.** - 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2003

SILVA, Rita de Cássia . **Novas tendências do sindicalismo brasileiro: a formação do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE) - Regional V no período de 1970-90.** FGV/CPDOC Dissertação de Mestrado: 2006.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1993.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade.** Campinas: Ed. Unicamp,2001.

VIANNA, Luiz Werneck. **O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci.** In. : VIANNA, Luiz W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEGAS, Rodrigo Nuñez. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: Um estudo dos casos do projeto da usina termelétrica (UTE) de Sepetiba e do projeto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA).** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ/ IFCS, 2007

WOODS, Ellen. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001

ZBOROWSKI, Marina Barbosa. **Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA).** Dissertação de mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

O PLANO DE COMBATE AOS TRAVESTIS DAS POLÍCIAS DE SÃO PAULO E SUA LIGAÇÃO COM O JORNAL O ESTADO DE S. PAULO – 1980¹

Rafael Freitas Ocanha²

Resumo: Em Abril de 1980, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma série de reportagens em caráter especial depois do assassinato de um antiquário por travestis na capital paulista. A série de reportagens trazia o título “Perigo a invasão dos travestis”, e se propunha a dar o ponto de vista dos moradores da cidade, da Polícia e da Justiça sobre os travestis. Tais reportagens incitavam a polícia a prender os travestis por meio da lei de vadiagem. Dois dias depois, é publicado no mesmo jornal um plano conjunto das Polícias Civil e Militar, o qual visava retirá-los das zonas residenciais de São Paulo e delimitar uma área da cidade para frequência e a criação de um presídio destinado somente a eles. Até aquela data não haviam grandes políticas de Segurança Pública voltadas aos travestis. Para compreender o peso das reportagens e do plano de combate aos travestis, foi necessário traçar um histórico das reportagens policiais do jornal *O Estado de S. Paulo* naquele ano de 1980. Procurou-se analisar as representações de travestis interligadas ao papel político das mídias no ordenamento do espaço urbano da cidade de São Paulo, e buscou-se, ainda, trazer a história da imprensa para o campo da história social, envolvendo o jornal *O Estado de S. Paulo* no campo das lutas sociais do Estado Brasileiro no pós-Anistia.

Palavras-chave: O Estado de S. Paulo, Travestis, Polícia

Em 1980, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma série de reportagens especiais depois do assassinato de um antiquário por travestis na capital paulista. A série de reportagens trazia o título “Perigo a invasão dos travestis”, e se propunha a dar o ponto de vista dos moradores da cidade, da Polícia e da Justiça sobre os travestis. Dois dias depois, é publicado no mesmo diário um plano conjunto das Polícias Civil e Militar, o qual visava retirá-los das zonas residenciais de São Paulo e delimitar uma área da cidade para frequência. O veículo de comunicação tornou-se, assim, um espaço privilegiado para os discursos imbuídos de verdade, como o policial, o médico e o jurídico, na busca de uma solução para o “problema”.

Edward Macrae (1990), em sua pesquisa de doutorado sobre o Movimento Homossexual Brasileiro, traz as reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo* como uma novidade para o período. Segundo o autor, as reportagens foram de uma “violência inusitada para o sisudo jornal” (MACRAE, 1990. p.373), e as classificou como uma campanha pela erradicação dos travestis e um exemplo de que forças conservadores estavam reagindo naquele momento de abertura política. Para Edward, as reportagens do

¹ Estas análises foram levantadas na pesquisa de mestrado “Amor, Feijão, abaixo Camburão” – Imprensa, Violência e Trottoir em São Paulo - 1979-1982. Este texto é uma adaptação das conclusões levantadas no segundo capítulo.

² Pós-graduando em História Social pela PUC-SP, bolsista pela CAPES.

OESP causaram estranhamento, pois até aquele momento o diário não havia se pronunciado sobre a homossexualidade.

O pretexto para a série de reportagens foi o assassinato de Agnaldo Guimarães por travestis na Avenida República do Líbano, no dia 15 de março. Dez dias após o assassinato, *O Estado de S. Paulo* divulgou o anúncio das reportagens sobre o caso, que seriam publicadas no dia 28 de março. Até aquele dia o crime não havia sido novamente comentado. Estava sendo guardado a sete chaves, enquanto os jornalistas Renato Lombardi e Efigênia Barreto preparavam as matérias. O crime continha forte apelo emocional pelo fato de os três filhos de Agnaldo terem visto o pai discutir e ser jogado por travestis de baixo de um carro em movimento, no momento em que se preparavam para viajar no final de semana.

Entre os dias 25 e 27 de março de 1980, *O Estado de S. Paulo* estampou um anúncio intitulado “Perigo a Invasão dos Travestis”, com uma foto da prostituição de rua de travestis, a logomarca do jornal e um pequeno texto:

PERIGO!
A INVASÃO DOS TRAVESTIS



Eles se vestem de mulher, tomam conta de vários pontos espalhados pela cidade, são violentos e chegam a matar. No começo, seu estranho comportamento não chegou a causar muitos problemas. Hoje, as notícias sobre assaltos, brigas, escândalos e assassinatos já deixam a cidade com medo.

Há poucos dias, um antiquário foi jogado debaixo de um carro na República do Líbano e morreu, na frente da mulher e dos filhos. O que a cidade, a Polícia e a Justiça têm a dizer sobre os travestis? O ESTADO mostra o problema, em matéria especial, sexta e sábado.

O ESTADO DE S. PAULO

EDIÇÕES DE SEXTA E SÁBADO

OESP, 25 mar. 1980, p.35.

Texto do anúncio:

“Eles se vestem de mulher, tomam conta de vários pontos espalhados pela cidade, são violentos e chegam a matar. No começo seu estranho comportamento não chegou a causar muitos problemas. Hoje as notícias sobre assaltos, brigas, escândalos e assassinatos já deixam a cidade com medo. Há poucos dias um antiquário foi jogado de baixo de um carro na República do Líbano e morreu na frente da mulher e dos filhos. O que a cidade, a Polícia e a Justiça têm a dizer sobre os Travestis? O ESTADO mostra o problema, em matéria especial sexta e sábado” (OESP, 25 mar. 1980, p.35).

Este anúncio circulou por três dias, e suscitou a curiosidade sobre o assassinato, além de se propor a dar respostas em nome da cidade, da Polícia e da Justiça. Os travestis dos quais o anúncio falava estavam prostituindo-se na rua, mas em nenhum momento falou-se de prostituição. Com a palavra perigo em destaque, ocupando aproximadamente um quarto de página, pretendia-se gerar uma atmosfera de medo na cidade. A experiência proposta pelo jornal era a de convidar o leitor a esperar notícias sobre um assassinato e, ao mesmo tempo, a de informar a população sobre um novo perigo que rondava o espaço urbano.

“Assaltos, agressões, tentativas de morte, assassinios, tráfico de tóxicos, corrupção de menores e extorsão são algumas das acusações feitas aos quase cinco mil travestis que tomaram conta de parte da cidade após expulsarem as prostitutas. A polícia não prende, a justiça lhes dá cobertura, não há como enquadrá-los” (OESP, 28 mar. 1980, p.36).

Em seu texto, o jornalista mostra-se revoltado com a presença de travestis nas ruas e acaba por refletir sua opinião de indignação, de forma explícita na reportagem. O conteúdo apresenta todos os travestis como violentos, com tendências a praticar assassinatos, alimentando o estereótipo travesti. Segundo Homi Bhabha (1998), o estereótipo é uma forma fixa por negar o outro como sujeito histórico, que age em diferentes contextos históricos e formas discursivas, dando caráter de verdade probabilístico em suas formas de marginalização. O título de uma das matérias da série de reportagens era “Os mesmos personagens, sempre”, o que deixa clara a proposta de apresentar personagens para alimentar um estereótipo.

Além dos estereótipos, *O Estado de S. Paulo* resgatou práticas arbitrárias do passado e as trouxe como formas emergentes diante da situação “problema”:

“Quando Sérgio Fleury era diretor do DEIC, os dois xadrezes destinados exclusivamente aos travestis estavam sempre cheios. Fleury, segundo outro carcereiro, exigia que o travesti arranjasse emprego; caso contrário obrigava-o a deixar a cidade e na reincidência da prisão autuava-o em flagrante por vadiagem. Mesmo assim a cada noite eram presos em média 40 homossexuais. [...] Hoje, em toda a cidade o travesti age livremente, protegido pela inoperância da polícia” (OESP, 28 mar. 1980, p.36).

O jornal estabeleceu o período em que o delegado Sérgio Fleury comandou o DEIC³ como modelo ideal para resolver o problema. No entanto, Fleury é um marco na história nacional e um símbolo das práticas autoritárias da ditadura civil-militar, conhecido por sua repressão aos presos políticos e por sua atuação no Esquadrão da Morte. O flagrante por vadiagem era o instrumento jurídico que permitia o controle arbitrário de populações determinadas. A partir dos trechos “obrigava-o a deixar a cidade” e “exigia que arranjasse emprego” podemos compreender o grau de poder e de hierarquização social que estava presente na relação de policiais e travestis.

A articulação dos discursos da fala do crime coloca primeiramente a Polícia como inoperante para, depois, transformá-la em solução. O direito ao espaço urbano negado pela força policial foi visto como uma solução para o problema da convivência. Com essa reportagem, *O Estado de S. Paulo* revia sua postura com Fleury. Quem antes era símbolo de impunidade da Justiça por seu envolvimento no Esquadrão da Morte, sem nunca ter sido

³ Departamento de Investigações Criminais.

preso, agora passa a ser sinônimo de eficiência no combate a travestis. A inoperância da Polícia era noticiada como denúncia, atribuindo uma série de crimes à falta de ação policial.

A inoperância da Polícia foi descrita por diversas vezes nas reportagens e a sua responsabilidade foi atribuída à Justiça:

A justiça deveria ser mais rigorosa, punir o travesti e não facilitar a sua atuação, concedendo, inclusive, habeas corpus preventivo para que possa andar pelas ruas assaltando, agredindo e matando. A reclamação é do delegado Guaracy Moreira, da Delegacia de Vadiagem, que disse estar de mãos amarradas para enfrentar este problema: Trato os travestis com educação. Quando os enquadro na Lei das Contravenções Penais, dou mais 15 dias, além dos 30, para que arranjem emprego. Mas, definitivamente, eles não querem trabalhar. Não vejo outra solução a não ser a reformulação do Código Penal, pois ainda nos baseamos no Código de 1940 e, naquela época, praticamente não existia o travesti (OESP, 28 mar. 1980, p.36).

Neste fragmento da reportagem é possível verificar o projeto de uma modificação no Código Penal, incluindo o travesti explicitamente. Porém, muitos travestis que se prostituíam tinham Carteira de Trabalho assinada, assim como Francine, que era auxiliar de contabilidade, o que dificultava o enquadramento na Lei de Vadiagem. A Justiça é vista pelo delegado Guaracy Moreira como uma forma antiquada de resolver questões cotidianas. As decisões mediadas pela Justiça caem em descrédito, desvalorizando os direitos individuais e a aplicação de princípios legais. Moreira era o delegado da Delegacia de Vadiagem, a responsável pelo controle da prostituição, e via a Justiça como uma parceira da criminalidade, elevando a Polícia a ser a única forma de resolução de conflitos. Como ressalta Teresa Caldeira (2000), a crença de que o sistema judiciário é incapaz de oferecer justiça foi alimentada durante décadas pela fala do crime, perpetuando uma Polícia autoritária e a justiça feita pelas próprias mãos.

Os estereótipos descritos nas reportagens perpassavam os inúmeros discursos de instituições de controle social: a polícia, o hospital e o tribunal (BHABHA, 1998). Os discursos encontravam-se de forma estratégica para estabelecer uma repressão policial intensa, mostrando que havia uma aceitação de diversos setores a ações duras contra travestis.

E, assim, em primeiro de abril, dois dias depois da série de reportagens “Perigo a Invasão dos Travestis”, é lançado um plano conjunto entre as Polícias estaduais para retirar os travestis das ruas. E o próprio *O Estado de S. Paulo* reconheceu o seu papel no plano:

“O Plano é do delegado Seccional Sul da Polícia, Paulo Boncristiniano, e do Coronel da Polícia Militar, Sidney Gimenez Palácios, comandante da UsiSul⁴, que ficaram impressionados com as reportagens publicadas pelo O Estado sobre o perigo que representam os travestis nas ruas da cidade. Reunidos no fim de semana, os dois policiais traçaram um esquema de prevenção, que já está sendo aplicado na zona Sul, e pretendem que o Secretário de Segurança adote as sugestões” (OESP. 01abr. 1980, p.20).

A notícia do plano não recebeu amplo destaque, já que não continha grandes novidades em relação às reportagens. As duas grandes novidades do plano eram as

⁴ Departamento da Polícia Militar responsável pela zona sul da cidade.

implantações de uma zona de confinamento de travestis nas áreas da Boca do Lixo e da Boca do Luxo no centro da cidade e de um presídio destinado somente a travestis, o do Hipódromo, que estava desativado desde uma rebelião. A ideia do confinamento representava a vitória do modelo de separação entre travestis e famílias esboçado pela publicação. Fato confirmado pela elaboração do plano que teve as reportagens especiais como referência. Portanto, podemos tomar como elemento de pesquisa a evidente relação entre *O Estado de S. Paulo* e a Polícia. O jornal deu voz a uma linha de pensamento que não permitia a coexistência de travestis e famílias e, em seguida, reivindicou sua influência ao dizer que os autores do plano ficaram impressionados com as reportagens.

O Plano de Combate aos travestis não era uma novidade para a época. Desde 1977 já havia operações conjuntas de combate entre as Polícias Civil e Militar (FONSECA, 1977). As próprias reportagens expõem algumas dessas operações conjuntas. As ações da Polícia não ocorriam de forma permanente e ininterrupta, portanto não existia uma repressão policial sistemática da mesma forma em que ocorreu na Alemanha Nazista, nos Estados Unidos Marcatista ou na Argentina de Videla (PERLONGHER, 2005). A repressão da Polícia de São Paulo pretendia regular o mercado da prostituição ao estabelecer áreas em que as sexualidades desviantes que não atenderiam a reprodução fossem comercializadas e vigiadas.

Não podemos atribuir a responsabilidade ao jornal pela realização do plano, porém podemos responsabilizá-lo por influenciar o delegado Paulo Boncristiano e o coronel Sidney Palacios com os seus discursos. Como dito anteriormente, a publicação reforçava o controle social da Polícia sobre a prostituição, por mais que isso não fosse demonstrado explicitamente, já que utilizava a palavra travesti ao invés de travestis prostituindo-se. Além disso, era o canal utilizado para policiais pedirem um presídio e uma área de confinamento ao então governador Paulo Maluf, explicitando uma força política presente nas Polícias Civil e Militar.

A mídia, no caso, um jornal de grande imprensa, interfere no espaço urbano com reportagens sobre travestis, já que os relatos perpassam e organizam lugares, selecionam características e as reúnem em conjunto e, ainda, articulam discursos. As representações de tais espaços da cidade consolidavam-se de forma presa no tempo, tempo com a pretensão de ser chamado de realidade diária pelos leitores (CERTEAU, 1997). Concluimos que, com relação aos travestis, houve a participação da grande imprensa na reprodução dos discursos segregacionistas baseados em estereótipos. Esse tipo de discurso, definido como fala do crime, perpetua o autoritarismo e desmoraliza as leis, inviabilizando a construção da democracia.

Referência bibliográfica

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue:** um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo, Summus, 1995.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1.** Artes de fazer. Petrópolis: Editoras Vozes, 1997.

FONSECA, Guido. **Relatórios da Polícia Civil**. São Paulo, 1977, Tomo XXX.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

PERLONGUER, Nestor. **O negócio do michê – A prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

APONTAMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES HISTÓRICAS DA DEMOCRACIA NO BRASIL, A PARTIR DA “TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA” DE 1974 A 1989

Rejane Carolina Hoeveler¹

Resumo: As chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil reacenderam o debate acerca do tipo de regime democrático vigente no Brasil. Para alguns, tratar-se-ia de aproveitar o momento para “corrigir autoritarismos”, genéticos da “sociedade brasileira”; para outros, seria absolutamente impossível realizar alguns pressupostos democráticos considerados fundamentais sem uma ruptura com o capitalismo. Duas questões são fundamentais para localizar este debate: a interpretação dada à transição democrática recente, e a concepção de democracia e de forma de dominação subjacente às distintas posições. Nosso objetivo nesta comunicação é discutir alguns elementos fundamentais do debate sobre as formas de regime no Brasil, em dois níveis de análise. Primeiramente, trata-se de delinear alguns traços gerais da transição democrática recente, apontando, a partir dos trabalhos de diversos autores, as rupturas e continuidades verificadas no período que vai de 1974 a 1989. Cabe aqui uma caracterização acerca do sentido da ditadura empresarial-militar implantada a partir do golpe de 1964. Em um nível mais elevado de abstração, e abarcando portanto determinações que se enquadram numa temporalidade mais longa, a ideia é procurar em alguns expoentes clássicos do marxismo (especialmente Antonio Gramsci e Leon Trotsky; e no Brasil, Florestan Fernandes) as pistas teóricas fundamentais neste debate, a partir de conceitos centrais nestes autores.

Palavras-chave: Ditadura, transição, democracia

Na recente onda de manifestações no Brasil, uma das palavras-de-ordem mais repetidas nas ruas foi “A verdade é dura/a Rede Globo apoiou a ditadura”. Até mesmo em alguns atos considerados mais despolitizados, era entoada sempre que aparecia um repórter da emissora, que foi obrigada a disfarçar ou esconder o logotipo da empresa. Também uma das reivindicações mais consensuais tem sido a desmilitarização das polícias militares estaduais, que muito embora tenham origens históricas mais longínquas, não deixam de ser (e são vistas como) um resquício da ditadura; e por isso muito se cantou “não acabou/tem que acabar/eu quero o fim da Polícia Militar”. Portanto, é curioso como, nas chamadas “Jornadas de Junho”, já considerado o primeiro grande ascenso de lutas depois das lutas contra a ditadura, nos anos 1980, parte considerável das reivindicações esteve relacionada a exigências democráticas.

A resistência contra medidas como o Decreto do governador Sérgio Cabral no Rio de Janeiro que instituía uma “Comissão Especial de Investigação sobre o Vandalismo” (CEIV), com poderes extraordinários; ou contra a Lei Anti-Terrorismo que já estava em discussão há mais tempo, além da extensa legislação de exceção que vigorou no período da

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e bolsista da Capes.

Copa das Confederações e que vigorará em 2014, são alguns dos exemplos mais óbvios. Mas mesmo a luta pelo passe-livre, que é no fundo uma luta anti-capitalista, por ir diretamente de encontro aos interesses das empresas de transporte, pode ser lida como uma luta democrática, pelo direito à cidade.

A resposta das classes dominantes ao crescimento espontâneo dessa onda foi, por um lado, uma repressão desenfreada que beirou a bossalidade, e por outro, pelas manobras e pela forte intervenção da grande mídia, que agiu neste momento como o mais importante “partido da ordem”. Diante da brutalidade com que as polícias reprimiram e do cinismo com que a mídia cobria cada caso, o caráter das mobilizações assumiu um caráter primordialmente democratizante.

De todo modo, as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 reacenderam o debate acerca do tipo de regime democrático vigente no Brasil. Para alguns, especialmente no campo governista, tratar-se-ia de aproveitar o momento para “corrigir autoritarismos”, ou “aprofundar a democracia participativa”; para outros, como é predominante na oposição de direita, a ojeriza a qualquer movimento de participação popular na política se sobrepõe a qualquer análise mais lúcida, mas ainda assim não se abre mão do discurso democrático. Já para uma terceira vertente de pensamento, à esquerda, seria absolutamente impossível realizar alguns pressupostos democráticos considerados fundamentais sem uma ruptura com o capitalismo. Duas questões são fundamentais para localizar este debate: a interpretação dada à transição democrática recente, e a concepção de “democracia” subjacente às distintas posições.

Agora refletida a partir de novos elementos, colocados pela dinâmica da nova conjuntura histórica, coloca-se novamente algumas questões antigas: A democracia no Brasil está plenamente consolidada? Que tipo de democracia é possível num país de capitalismo periférico (ainda que cada vez mais cumprindo um papel imperialista)? As “tarefas democráticas” por se resolver poderão ser efetivadas nos marcos do capitalismo tal como ele objetivamente se configura nesta época neoliberal?

Antes de qualquer coisa, é necessário esclarecer que tomamos como pressuposta a clássica diferenciação entre Estado, regime e governo, compartilhando da ideia de que regime democrático, assim como o regime ditatorial, são, numa sociedade de classes capitalista, ambas formas de dominação social. Neste sentido, também é importante aqui a distinção entre regime democrático e princípio democrático. Além disso, é preciso afastar uma visão meramente classificatória sobre “democracia”. À parte a necessidade de dar precisões aos conceitos, como o de regime democrático (o que exigiria definir, por exemplo, quais elementos são necessários para se distinguir o que é um regime democrático, bonapartista ou ditatorial), não é útil em nada construir conceitos que são tipos ideais.

Feitas estas duas observações iniciais, nossa proposta aqui é problematizar a questão da democracia no Brasil a partir de dois níveis de análise. Num nível de análise referente a um plano histórico mais recente, procuraremos discutir uma caracterização da chamada transição democrática ocorrida entre 1974 e 1989. Em outro nível de análise, localizado num grau mais elevado de abstração teórica, procuraremos discutir os condicionamentos históricos mais amplos que permeiam a questão democrática num país de capitalismo tardio e periférico como o Brasil, a partir da leitura de alguns expoentes clássicos da literatura marxista.

A transição democrática brasileira, como se sabe, foi uma das mais longas de todas que ocorreram no último quartel do século XX, naquilo que o cientista político conservador Samuel Huntington, ele próprio “assessor” de transições democráticas,

chamou de “terceira onda” democrática. O fato de que seja também uma das campeãs em continuidades certamente está relacionado a esta duração.

Cabe destacar que aqui, ao contrário de outras situações como da Argentina, Portugal e Grécia, e de forma similar ao que ocorreu no Chile e na Espanha, a transição não foi pautada por uma grave crise que deslocou os regimes ditatoriais violentamente. Uma das características mais marcantes do plano de abertura “lenta, gradual e segura” que passa a ser implementado a partir dos governos Geisel (1974-1979) é seu caráter racionalizado e antecipatório; tendo contado para isso inclusive com a colaboração de eminentes intelectuais.²

Mas só se pode entender o porquê do continuísmo que marcou a transição a partir de uma compreensão de como a estratégia das classes dominantes se deparou e lidou com as pressões dos de baixo, que não foram poucas, especialmente ao longo dos anos 1980, que conheceram talvez o maior (senão, pelo menos um dos maiores) ascenso de greves e mobilizações da história do Brasil. As greves operárias de 1978 certamente inauguram uma nova quadra histórica, com a entrada em cena de classe trabalhadora em forte reorganização, realizando além disso não poucas greves políticas, diretamente contra o regime ditatorial. Muito embora não tenham chegado a colocar em pauta uma alternativa de poder, como na revolução portuguesa de alguns anos antes, esse ciclo arrancou diversas conquistas para a classe trabalhadora de conjunto, e certamente foi o que pesou para que a Constituição de 1988 tivesse um sabor de Estado de bem-estar social.

Segundo a historiadora Virgínia Fontes, o ascenso dos anos 1980, no entanto, não seria interrompido por mais um golpe, mas sim por uma complexificação do padrão da dominação burguesa no Brasil, “que agregaria à autocracia burguesa e à truculência no trato social novas modalidades de convencimento”.³

De acordo com a periodização proposta recentemente pelo historiador Renato Lemos,⁴ a fase de 1974 a 1988 teria sido marcada pelo objetivo de estruturar a dominação de classes na forma de um regime democrático-restritivo, ou seja, pela continuação da contrarrevolução, só que agora, “via democrática”. A proposição de Lemos segue de perto a trilha aberta por Florestan Fernandes, para quem a transição foi marcada pela mesma estratégia burguesa de contra-revolução preventiva que norteou o golpe de 1964, via terrorista, só que agora com sob a face democrática.⁵ Para Fernandes, a ditadura implantada em 1964 seria a culminância do processo da “revolução burguesa” no Brasil, que foi, na verdade, uma história de *contrarrevolução permanente e preventiva*. O golpe teria representado uma fase “a quente” deste processo histórico, instalando um regime explicitamente burguês e modernizante conservador.

A era de revoluções burguesas, que foi vivida em outros países (Inglaterra no século XVII, França no século XVIII, EUA com Independência e a Guerra Civil de 1861-

² Discutimos algumas destas colaborações em HOEVELER, R.C. Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973). Rio de Janeiro: UFRJ / IH, 2012. Monografia (Bacharelado em História).

³ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010. p. 316 A 320.

⁴ LEMOS, Renato. “Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964”. Comunicação apresentada no *VI Congrès du CEISAL* (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), *Indépendances, Dépendances, Interdépendances*, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010. Ver também LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964, *Topoi*, n. 5, Rio de Janeiro, 2002, disponível em: http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/imagens/textos/Anistia_e_crise_politica_no_Brasil_pos-64.pdf.

⁵ FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera*. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.

1865) como verdadeira revolução, de grande participação popular e rupturas com a velha ordem, no Brasil foi uma revolução pelo alto. De modo que, aqui, as características tipicamente arcaicas se combinam com as mais modernas, formando aquilo que Francisco de Oliveira entendeu ser a forma de objetivação “ornitorrínica” da sociedade burguesa no Brasil.⁶

Neste sentido, o conceito de contrarrevolução preventiva relaciona-se intimamente com o de *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo, de Trotsky, e o de *revolução passiva* ou *pelo alto*, de Gramsci (muito embora Fernandes não explicita sua teoria com tais termos).

Trotsky, Gramsci e a democracia nos países de capitalismo tardio

Grosso modo, a idéia de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é que, como no modo de produção capitalista não é possível e nem desejável que se cumpram novamente todas as fases de desenvolvimento dos países capitalistas originários, os mais novos importam os processos de produção capitalistas quando estes já foram desenvolvidos pelos pioneiros. De acordo com este pensamento, as condições em que se organiza assim o capitalismo em determinado país de certa forma moldam a “fisionomia política” das classes sociais deste país. Nesse sentido, nos países que entraram definitivamente no modo de produção capitalista de forma atrasada (capitalismo tardio da Alemanha e da Itália), e ainda mais nos países de capitalismo hipertardio (caso de toda a América Latina, Ásia e África), as burguesias “nacionais” já surgem atreladas às burguesias imperialistas; e num momento em que aquelas já deixaram para trás seu caráter revolucionário pretérito.

Ao comparar o que representava a democracia num país como o México (o desejo de escapar da dependência, de dar terra aos camponeses, etc) com o que representava na Inglaterra ou na França (a conservação da dominação política burguesa, a manutenção das colônias, etc) Trotsky enfatizou, seguindo de perto as trilhas de Marx, a necessidade de “descobrir, sob a forma política, o conteúdo econômico e social”.⁷

Mencionando de passagem o caso do varguismo no Brasil, Trotsky afirmou que

ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática, porque, por um lado tem o capital imperialista, e por outro, tem medo do proletariado, porque a história lá saltou uma etapa e o proletariado se tornou um fator importante antes que tenha sido realizada a organização democrática do conjunto da sociedade.⁸

Ocorre então um processo de “substitucionismo” político-social: nos países atrasados, o proletariado tem que realizar as tarefas políticas e sociais que, a rigor, estavam destinadas a outra classe – a democracia sendo uma delas. “Uma classe tomar a si o encargo de resolver os problemas de outra classe é uma das muitas combinações próprias de países atrasados”, afirmou Trotsky.⁹

É importante frisar que a noção de “debilidade” dessa burguesia atrasada é absolutamente relacional, e se refere a duas ordens de comparação: relativamente à força do proletariado, que, em termos mundiais, já havia demonstrado independência política

⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁷ TROTSKY, *Escritos latino-americanos*. São Paulo, Iskra, 2009. p. 105.

⁸ *Idem*, p. 119. O texto é de 1938.

⁹ TROTSKY, *História da revolução russa*, vol. 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967. p.28.

frente à burguesia, especialmente a partir de 1870; e relativamente às burguesias avançadas e imperialistas, que tinham muito mais força política e econômica. Isso não quer dizer que seja uma burguesia “fraca” ou mais fácil de ser combatida, mas pelo contrário, implica que, por ser “débil” nestes sentidos apontados, seja uma classe que para exercer sua dominação tem que ser extremamente “forte”, tem que construir um Estado absolutamente forte.

A interpretação de Gramsci acerca da fisionomia política das burguesias dos países retardatários é bastante congruente com a de Trotsky, como já apontado por alguns autores.¹⁰ Pode-se dizer que também para Gramsci, as nações de tipo capitalista tardio ou hipertardio tenderam a hipertrofiar o elemento coercitivo, na conhecida metáfora do Centauro. Nestas nações, então, coube aos subalternos a luta pela realização de tarefas democráticas (como os direitos individuais, as eleições amplas e transparentes, ou mesmo a reforma agrária), que no período anterior teriam cabido à burguesia conduzir.

O conceito de “revolução passiva” se referia a uma forma pelo alto de modernização capitalista conservadora que compreende um tipo de resolução política sem o elemento “jacobinista”, e foi por isso utilizado por inúmeros intérpretes de Gramsci para analisar a realidade histórica brasileira.¹¹ A revolução-restauração, ou revolução passiva, impossibilitaria a resolução das clássicas “tarefas democráticas”, já que implica num elemento de conservação do velho no novo.

O que muda na atual democracia?

Dadas as profundas transformações econômicas e políticas do último quartel, estariam superadas as problemáticas levantadas por Trotsky e Gramsci, acerca das possibilidades restritas do estabelecimento de um regime democrático em países de capitalismo hipertardio? Evidentemente, por mais brilhantes que sejam as contribuições destes autores, não serão nem de longe suficientes para caracterizar a atual situação histórica, embora sem elas fiquemos ainda mais distantes, em nossa opinião, de uma análise marxista rigorosa.

Aqueles prognósticos “clássicos”, por assim dizer, postulavam imensas barreiras à constituição, na periferia do capitalismo, de regimes democráticos nos moldes daqueles que existiam nos países de capitalismo avançado. A democratização, a ocidentalização, e o surgimento de uma forma de dominação com hegemonia (no sentido de relação equilibrada entre coerção e consenso), nas últimas décadas no Brasil, aparentemente poderiam tornar este prognóstico, embora importante em sua época, ultrapassado hoje. No entanto, quando se observa que uma onda de mobilizações completamente inofensiva ao regime, no sentido de que nem sequer aponta para alternativas concretas, já é o suficiente para testar os limites

¹⁰ Sobre a trajetória do conceito de desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, ver: DEMIER, Felipe. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira”. *Outubro*, n. 16, p.75-108, 2007. Um excelente resumo acerca do prognóstico de Trotsky para os regimes políticos na América Latina pode ser encontrado em: DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado em História. Niterói, 2012.p.161-176. Sobre o conceito de revolução passiva em Gramsci, ver BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.

¹¹ Ver por exemplo o clássico COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; ou o mais recente MATTOS, Marcelo Badaró, “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista”, In *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

desse mesmo regime democrático, algo daquela análise clássica parece conservar plena validade.

Uma questão complica, e ao mesmo tempo ajuda a resolver essa questão, pois, nesta mesma quadra histórica, também os regimes democráticos nos países centrais sofrem profundas transformações. Portanto, de um ponto de vista, os tipos de democracia dos países periféricos e dos países centrais se tornam de fato relativamente mais parecidos, no que se refere à blindagem em relação à pressão dos subalternos. Assim, há dois movimentos simultâneos e inter-relacionados: o fim das ditaduras militares na América Latina e no Sul da Europa, e um movimento claramente ‘autoritarizante’ nos países centrais – sendo ambos imbricados com a adoção do neoliberalismo. Tendo em vista que o prognóstico clássico era absolutamente relacional, e não absoluto, é preciso levar em conta que agora o outro termo da equação também se modificou.

Neste sentido, os últimos acontecimentos remetem, novamente, às transformações mundiais sofridas pelo capitalismo a partir do início dos anos 1970, principalmente no que se refere à forma de dominação democrática. Seria possível, para usar a terminologia de F. Fernandes, interpretar estas transformações dos regimes democráticos como parte de uma contra-revolução preventiva permanente mundial? Se, por um lado, não se pode afirmar que estes regimes não são democráticos, por outro é preciso admitir que ocorreram mudanças substanciais em suas essências, que certamente não são frutos apenas de uma ou outra estratégia burguesa, mas de um determinado momento da correlação de forças políticas, que aparentemente vem sofrendo transformações significativas nos últimos anos. De toda forma, é bastante provável que as próximas manifestações continuem se defrontando com um aparelho coercitivo cada vez mais hipertrofiado, e ao mesmo tempo um reforço na construção do consenso.

Referência bibliográfica

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964):** autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Tese de doutorado em História. Niterói, 2012.

FERNANDES, F. **Brasil:** em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e História. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.

LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964, **Topoi**, n. 5, Rio de Janeiro, 2002.

TROTSKY, Leon. **Escritos latino-americanos.** São Paulo, Iskra, 2009.

_____. **História da revolução russa**, vol. 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

ESTADO E RELAÇÕES SOCIAIS: PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA EM DISPUTA (1983/1998)

Ricardo Callegari¹

Resumo: Esta apresentação tem o propósito de dialogar com as relações entre Estado e a luta pela terra, partindo de um estudo de caso envolvendo a ocupação da fazenda Anoni em Marmeleiro em 1983 e a conquista do Assentamento José Eduardo Raduan em 1998. Num primeiro momento faço uma discussão sobre a historiografia debatida na disciplina de Poder e Hegemonia ministrada pela Prof^a. Dr^a Carla Luciana Silva ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais e aponto para a concepção de Estado de qual parto para fazer a análise, entendendo-o enquanto espaço de relações e conflitos sociais. Em seguida busco compreender a participação deste na construção de um projeto de reforma agrária e os usos da violência durante os 15 anos de luta até a conquista definitiva do Assentamento. Este processo é permeado por momentos de grande conflito que, além de demarcar as grandes transformações que o campo estava passando naquele momento, evidencia a relação dialética que há entre sociedade civil e Estado. Para empreender tal discussão pretendo dialogar com o I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, com alguns materiais produzidos pelos sujeitos organizados no MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste – e no MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – como atas e o jornal *O Alerta*, além de fontes orais produzidas com alguns assentados.

Introdução

Este artigo que o leitor tem em mãos é fruto de leituras e discussões na disciplina de Poder e Hegemonia, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Carla Luciana Silva e ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem o propósito de dialogar com a historiografia debatida em sala e apontar para as relações entre Estado e a luta pela terra, partindo de um estudo de caso envolvendo a ocupação da fazenda Anoni em Marmeleiro/PR em 1983 e a conquista do Assentamento José Eduardo Raduan em 1998.

Num primeiro momento faço uma discussão sobre a concepção de Estado de qual parto para fazer a análise, o entendendo enquanto espaço de conflitos sociais, e em seguida busco compreender a participação deste na construção de um projeto de reforma agrária e os usos da violência durante os 15 anos de luta até a conquista definitiva do Assentamento. Este processo é permeado por momentos de grande conflito que, além de demarcar as grandes transformações que o campo estava passando naquele momento, evidencia a relação dialética que há entre sociedade civil e Estado. Para empreender tal discussão pretendo dialogar com o I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, com alguns

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon, sob orientação do Prof. Dr. Davi Félix Schreiner e financiada pela CAPES.

materiais produzidos pelos sujeitos organizados em movimentos sociais como atas e o jornal *O Alerta*, assim como fontes orais produzidas com alguns assentados.

O objetivo central do artigo é, portanto, pensar os projetos de reforma agrária construídos pelo Estado e sua relação com os conflitos sociais no campo. Busco perceber como estes projetos são executados pelo Estado e quais as conseqüências destas políticas para o campo, ou seja, como estas políticas “organizam” o modo de produzir no campo, partindo de um estudo de caso envolvendo o Sudoeste do Paraná. Por outro lado busco dialogar com os projetos de reforma agrária dos movimentos sociais, como o MST, inserindo-os no processo de disputa destas políticas e percebendo o papel desempenhado pelos sujeitos, organizados em movimentos sociais, para a construção de um projeto alternativo.

Contribuições da historiografia marxista para pensar o Estado

Neste tópico aponto para algumas contribuições da historiografia marxista a respeito de questões como a relação entre Estado e sociedade civil. O objetivo é apontar para como o Estado, visto como representante de grupos sociais e inserido numa relação conflituosa, gere as contradições e conflitos sociais que surgem na defesa de projetos políticos distintos.

Visualizamos o Estado não como bloco hegemônico de dominação, mas que é organizador da hegemonia (PERISSINOTO, 2000, p. 80). Gramsci traz a contribuição de que “o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (GRAMSCI, Q10 II, 15, p. 1253 1254; apud GUIDO, 2007), sendo que neste “adequar” que se verifica seu caráter classista.

Uma das leituras que mais auxiliaram no debate sobre Estado foi do livro de Renato Perissinoto e Adriano Nervo Codato, no qual buscam analisar os avanços na compreensão de Marx sobre o Estado discutindo com a obra *18 Brumário de Luiz Bonaparte* de tal pensador. O objetivo destes é de contestar as leituras neo-institucionalistas nas quais o Estado aparece como dominação e sinônimo do poder de classe do grupo dirigente. Para tanto ele alerta que a natureza de classe burguesa do Estado não dispensa analisar o funcionamento dele, ou seja, sua organização interna e os diferentes centros do poder (PERISSINOTO, 2000, p. 11).

Uma das contribuições do autor é a indicação de que o Estado é “um conjunto complexo com níveis dominantes ou postos decisórios, de onde se controlam as rédeas da administração” (PERISSINOTTO, 2000, p. 21). Estes postos decisórios possibilitam que identifiquemos as especificidades do “aparelho estatal” e onde se concentra o “poder real” do Estado, assim como de “identificar as relações sociais que são prioritariamente garantidas através das ‘políticas públicas’ promovidas pelo Estado” (Idem, ibidem, p. 24).

O autor ainda discute sobre a questão da autonomia relativa do Estado moderno para a manutenção e reprodução da ordem social. Ou seja, até que ponto o Estado, “como uma organização que defende os ‘negócios comuns’ de toda a classe burguesa” mantém a ordem “em detrimento dos ‘negócios particulares’ desta ou daquela fração de classe, deste ou daquele capitalista em particular” (PERISSINOTO, 2011, p. 67). Para tanto, Perissinoto dialoga com as contribuições de Marx a esse respeito ao discutir com o exemplo do Estado bonapartista:

Com freqüência, Bonaparte feriu os interesses imediatos dos burgueses particulares, mas foi ele próprio que, por meio de um Estado cada vez mais autônomo e centralizado, conseguiu pôr um ponto final na revolução

social e manter enfim a ordem capitalista (MARX, 1994, p. 531; apud PERISSINOTO, 2011, p. 77).

Renato Perissinoto, porém, atenta para o fato de que esta autonomia depende de “como a luta de classes se desenvolve em determinado país e das opções feitas pelos grupos políticos que brigariam pelo poder num dado momento” (PERISSINOTO, 2011, p. 85). O autor conclui então que o Estado possui seu caráter classista ao defender a ‘ordem burguesa’ e propiciar o avanço das relações capitalistas – não de forma mecânica ou natural, mas inseridas em conflitos e disputas sociais.

Outro texto importante neste sentido é de Álvaro Bianchi que utilizando conceitos de Marx e de Gramsci aponta para a relação dialética e, portanto, orgânica entre Estado – sociedade política, ou seja, o aparelho governamental – e sociedade civil. Neste sentido as contribuições de Gramsci, apontadas por Liguori (2007), sobre Estado ampliado nos auxiliam para compreender a materialidade deste na sociedade civil. O autor ao expandir a noção de Estado, evidencia quando este sai de sua “ossatura” e age na sociedade civil. Isto é, deixando de se materializar somente nas instituições (Executivo, Legislativo e Judiciário), mas também através dos aparelhos privados de hegemonia, como Associações e Sindicatos.

Aqui é importante salientarmos as discussões de Liguori que, ao analisar os *Cadernos do cárcere* de Antônio Gramsci, traz inúmeras contribuições para pensarmos o nexos de “unidade-distinção” entre Estado – sociedade política – e sociedade civil. Aponta como essa relação dialética aparece em Gramsci evidenciando como o autor reivindicava a separação por questões metodológicas por que, na prática, estas formam uma relação orgânica. Este ponto é interessante por evidenciar a negação pela separação liberal de economia e política.

Uma questão importante salientada por Liguori é o fato de que “o grupo dominante na sociedade civil é que tende a delimitar os valores do Estado ampliado” (LIGUORI, 2007). Segundo o autor, podemos verificar os esforços deste grupo dominante para organizar seus objetivos diversos através das “ramificações” – institutos, associações – e também pela burocracia do Estado visando manter sua hegemonia. Isto não impede, pelo contrário, que as classes subalternas construam uma própria hegemonia alternativa à dominante (LIGUORI, 2007, p. 32).

Liguori também aborda o modo de Gramsci entender as funções de polícia, compreendendo-as não como serviços exclusivos do Estado, mas que, pelo contrário, indivíduos privados também exercem tal força para defesa do domínio da *classe dirigente* (GRAMSCI, Q9, 133, p. 1195; apud LIGUORI, 2007, p. 26 grifo meu).

O texto de Virgínia Fontes possibilita, por outro lado, compreendermos o papel exercido pelo Estado em momentos de crise de hegemonia da classe dominante, isto é, quando “nenhuma fração de classe, organizada em torno de seus interesses específicos e abrindo-se para a incorporação de outros segmentos sociais a tais interesses, foi capaz de articular em torno de si um projeto nacional” (FONTES, 2005, p. 205), cabendo ao Estado tal tarefa.

Reivindico a discussão sobre “projeto político” empreendida por Eurelino Coelho para finalizar este tópico por considerar a “política” como espaço para organizar um projeto econômico e social, no qual os trabalhadores envolvidos e organizados em um projeto comum aos seus interesses e dificuldades exercem pressão no Estado, podendo alcançar algumas conquistas importantes.

Coelho, reivindicando elementos de Gramsci, Luxemburgo, Lênin, Lukács e Marx, discute sobre projeto político de modo a considerá-lo como uma intervenção coletiva nas

disputas do poder (COELHO, 2006). Isto é, “exprime uma perspectiva consciente de medição entre teoria e prática, entre uma concepção de mundo e um plano de ação sobre ou com o mundo” (Idem, ibidem, p. 2).

Uma questão importante suscitada por Coelho é a “prática política enquanto elemento dinamizador do processo” de construção de um projeto político. Ou seja, é nas práticas de organização e nas formas de agir dos sujeitos que o projeto político se constrói e que pode ser percebido. Neste sentido o autor debate sobre o papel dos partidos para organizar as “visões de mundo” em torno de um projeto político, mas salienta que não é através dos documentos oficiais do partido, mas pelas práticas dos sujeitos que o formam, que o projeto político se constrói.

Estado e reforma agrária no Sudoeste do Paraná – 1983/2000

O recorte temporal feito nesta pesquisa a partir de 1980 não é por acaso. Como discutido por diferentes autores Bernardo (1998) e Mendonça (2006), o campo brasileiro sofreu profundas transformações, principalmente se analisarmos a partir da década de 70 com a implantação, pelos governos da Ditadura Militar, de modelos econômicos e projetos políticos que seriam para o desenvolvimento da agricultura em todo o país e para que assim surgisse uma classe rural consumidora de produtos industriais e inibisse os conflitos no campo (MENDONÇA, 2006). Ele demarca o avanço mais abrupto das relações capitalistas no campo com base em políticas agrícolas do Estado, este agindo no sentido de organizar a produção. Estas incentivaram o plantio de soja e milho, alterando a realidade no campo brasileiro e no Sudoeste não foi diferente. Ana Rúbia Galvão, ao analisar os impactos das políticas agrícolas na produção da região, traz importantes elementos para pensar este contexto:

O milho e, principalmente, a soja adquirem destaque com a implantação de tecnologias na agricultura; modificaram o cenário rural em pouco tempo e colocaram-se em evidência. A soja apresentou a maior diferença de produção, aumentou 211% a área cultivada, e 410% a quantidade colhida. O milho aumentou, todavia em menores proporções. O feijão, apesar de aumentar a quantidade colhida, e o trigo, que tem uma queda de 24% na produção, ambos perderam áreas cultivadas para o plantio de milho e soja (GALVÃO, 2009, p. 31).

Durante o processo de “modernização”² do campo sujeitos como os agregados perdem espaço. É um processo no qual os donos passam a utilizar maquinários e passam eles mesmos a produzir, dispensando o trabalho de arrendatários ou de agregados, ou comprando as terras que estes se encontravam substituindo a produção diversificada destes (feijão, trigo, uva, milho) por soja principalmente.

Os sujeitos que ocupam a fazenda Anoni³ em 15 de julho de 1983 eram, em sua maioria, agregados e pequenos arrendatários do Paraná e Santa Catarina que perderam o acesso à terra e, que motivados pelas discussões nas CEB’s,⁴ viram na fazenda improdutiva uma possibilidade de permanecer na terra. A ocupação se torna uma prática social que

² O termo “modernização” será utilizado entre aspas ou seguido do adjetivo “conservadora”, pois concordamos com as teses de que essa foi uma prática excludente e expropriadora para os camponeses. Para mais: MENDONÇA, 2006; e HEREDIA, 2010.

³ Sua área compreende cerca de 5.000 (cinco mil) hectares e se localiza no município de Marmeireiro/PR sendo limítrofe com o município de Campo Erê/SC.

⁴ Comunidades Eclesiais de Base.

denuncia a concentração e a improdutividade da fazenda e pressiona o Estado para garantir a permanência na terra.

A análise sobre esta ocupação é significativa por evidenciar pelo menos três aspectos sobre o Estado e sociedade civil: o primeiro são as políticas agrícolas que mecanizaram a produção no campo e expropriaram sujeitos sociais como os agregados e pequenos arrendatários, evidenciando a intervenção do Estado nos modos de vida dos sujeitos; o segundo é a organização política destes sujeitos em movimentos sociais, pressionando o Estado para execução da reforma agrária, apontando para como os sujeitos não são amorfos e, pelo contrário, como disputam espaço nas políticas do Estado; o terceiro aspecto são as atuações contraditórias do Estado em relação à área ocupada, evidenciando como este é um conjunto das correlações de forças presentes na sociedade, mas, porém, com caráter burguês.

A fazenda foi desapropriada em 1980 por decreto do Governo Federal para fins de Reforma Agrária, ficando o INCRA⁵ encarregado de distribuir e elaborar o projeto de Assentamento. Porém, após três anos de nenhuma atuação do mesmo no sentido de viabilizar a distribuição das terras, a área é ocupada. O processo de ocupação foi uma experiência marcada pela violência e tentativa de expulsar os ocupantes o que motivou maior atuação de diversas frentes a favor do movimento de ocupação.

A primeira foi no início da ocupação, jagunços liderados por João Scarton – capataz da fazenda – invadem, expulsam os acampados e queimam os barracos. Estes acampados se reúnem em um acampamento na localidade em Bom Jesus e posteriormente ocupam novamente a fazenda. Outra tentativa de expulsão dos Sem Terra ocorreu em julho do mesmo ano, ocasião que mataram um dos acampados, João de Paula de 53 anos que deixou esposa e nove filhos.

Estas práticas evidenciam o caráter de violência imposto pela classe dominante na defesa do latifúndio que em sua territorialização se utiliza dela para defenderem os seus interesses. Neste sentido é importante considerar que a violência, se abordada pela historiografia a partir da índole dos jagunços, pistoleiros e suas personalidades individualizadas, como discute José Vicente Tavares dos Santos (2000) isenta os latifundiários, a classe dominante agrária e seu projeto político:

O pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos (...) e toda uma rede de proteção pertencente à classe dominante (grandes proprietários de terras e políticos) e os setores da polícia. (BARREIRA Apud SANTOS, 2000, p. 03).

Outro momento de violência é com Severino,⁶ no ano de 2000. Em seu relato, apresenta a possibilidade de viver em pequena propriedade, desde que tenha incentivo econômico para sair das dívidas adquiridas e para a produção, por isso Severino partiu para a luta por terra e por créditos, junto a outros acampados. Em manifestação organizada em Curitiba, na qual reivindicavam o assentamento das famílias acampadas no Paraná além de melhores condições de acesso ao crédito, se deparou com a violência do Estado. Aqueles anos foram marcados pela truculência do governo de Jaime Lerner e Severino traz esta experiência na sua narrativa como sinônimo de “guerra”, dada a forma de atuação empreendida pela polícia.

⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁶ Foram utilizados pseudônimos.

Nós fomos atrás de recurso e daí eles impediram nós de chegar. Nós tava ali numas duas mil pessoas e foi muito ferido. Todo mundo, além do companheiro que foi morto, crianças no colo da mãe com seis meses ali atorou a mão, os dedo todo, ela é do Paraná lá do norte e foi brabo mesmo, por que representava uma guerra contra nós. (Severino, 67 anos. Marmeleiro/PR: 17/01/2012).

Este processo possibilita que tenhamos uma noção de como se encontrava a luta e as políticas do Estado no Paraná, pois é possível perceber claramente a quem o Governo Lerner (PFL) estava defendendo.⁷

Durante o processo de acampamento foi elaborado o jornal *O Alerta*, ele contribuiu para a construção do movimento ao passo que debateu com a sociedade de Marmeleiro sobre a ocupação da fazenda, processo praticamente novo na região. Assim como buscou orientar e informar os acampados sobre os projetos políticos da burguesia agrária, assim como informar sobre como estavam outras formas de pressão que havia no Paraná. Neste jornal publicaram várias discussões, dentre elas pode-se citar o debate acerca do PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária – e sobre o Estatuto da Terra evidenciando os limites do Plano.

Ao analisarmos o jornal de 1986, onde consta um quadro comparativo entre o I PNRA e o Estatuto da Terra, apresentando uma interpretação do ponto de vista dos Sem Terras e dos movimentos sociais, podemos verificar os problemas que haviam no Plano, tais como: o incremento da produção para o mercado capitalista e, segundo sua lógica, a não desapropriação da maioria das fazendas improdutivas existentes no Paraná e no Brasil. Evidenciamos com isso uma tentativa de reforma agrária que não iria alterar as relações de poder dos latifundiários.

Para o Paraná nos anos de 1986 até 1989 seriam assentadas 77.900 (setenta e sete mil e novecentas) famílias e a quantidade de terra para todas estas famílias é de 1.210.000 (um milhão duzentos e dez mil) hectares. Os latifúndios do Paraná somam juntos 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil) hectares, isto quer dizer que vão desapropriar só 18,6 por cento dos latifúndios do Paraná. Para quem vai ficar o resto da terra que sobra??? (O Alerta, 1986, p. 2).

“A Reforma Agrária saiu, só não sabe quando volta”, dizia o jornal (O Alerta 1986, p. 1) sobre o PNRA. Esta interpretação é significativa para pensar a dimensão que a questão agrária tomava naquele período e também para evidenciar como os sujeitos sociais se organizam e resistem, neste caso, utilizando o jornal para ajudar na construção e defesa da luta pela reforma agrária.

O MASTES⁸ publicara análises e interpretações construídas pelo movimento a respeito do I PNRA que fora aprovado no governo de José Sarney. Estas análises contribuíram para o desenvolvimento da luta ao comparar o I PNRA ao Estatuto da Terra colocando como principais problemas a questão de que as fazendas que seriam desapropriadas seriam as públicas concentradas no Norte do país. Podemos perceber que a reforma agrária proposta na época pelos governos não “atendia” as dificuldades dos

⁷ Entre os anos de 1995 e 2002, durante o governo de Jaime Lerner que foi marcado pela truculência, falta de diálogo e violência, 16 trabalhadores sem terra foram mortos, 325 feridos, 49 ameaças de morte e 134 ações de despejo. Dados disponíveis aqui: <http://www.mst.org.br/TJPR-mantem-condenacao-do-Estado-do-Parana-pelo-assassinato-de-Sem-Terra>.

⁸ Movimento dos Agricultores do Sudoeste do Paraná.

trabalhadores, esta questão evidencia a importância dos movimentos sociais no sentido de denunciar as áreas improdutivas e concentradas – como da fazenda Anoni – para evidenciar a existência de latifúndios passivos de desapropriação no Sudoeste.

Neste sentido, podemos perceber que a atuação do Estado foi (e continua sendo) no sentido de expandir a expropriação que sofrem os mais pobres do campo. Neste âmbito é que a importância da luta e a origem dos movimentos sociais devem ser consideradas como elementos de resistência de um modo de vida. E, mais importante, evidencia como é através da luta e da pressão feita no Estado que a permanência na terra é possível, não por “benevolência” deste.

Considerações finais

A pesquisa sobre o Assentamento José Eduardo Raduan e o processo de conquista da terra apresentam as contradições das políticas encampadas pelo Estado que através do I PNRA pretendia distribuir terras aos sem terra, assim como podemos evidenciar a experiência de luta em torno de um processo *novo* para a região Sudoeste do PR: ocupação de áreas improdutivas como ferramenta de luta dos Sem Terra.

Podemos perceber que as propostas do Plano se limitavam ao papel e no espaço de disputa construído foi fundamental a organização dos Sem Terras e das entidades da região para pressionarem por uma maior atuação do Estado no sentido de solucionar os problemas vivenciados na ocupação e no acampamento. Ou seja, a atuação do Estado, no sentido de executar a desapropriação e a regularização dos lotes, só se deu através dos movimentos de pressão organizados pelos acampados e pelos movimentos favoráveis.

Se pelo I PNRA, o governo federal pretendia desapropriar as terras devolutas, de fazendas improdutivas e incentivar a produção, podemos verificar, através das narrativas dos sujeitos sociais acampados na fazenda Anoni, que desde o início o “plano de reforma agrária” não tinha o objetivo de fazer uma transformação social nem de desapropriar as fazendas. Podemos perceber que a atuação do Estado se dava no sentido de expulsar, ou legitimar a expulsão, dos acampados através das ordens de despejo emitidas e pela demora em regularizar os lotes (15 anos).

Isso nos permite dialogar sobre a importância da organização e ação dos Sem Terra na luta pela terra. Podemos afirmar que as terras conquistadas são fruto da luta dos Sem Terras e não como política de Reforma Agrária do Estado.

A existência de milhares de assentamentos é muito mais fruto da luta pela terra construída pelos trabalhadores, e não somente das políticas do governo. A competência do governo em implantá-los não lhe dá o mérito como principal protagonista do processo, mas é o reconhecimento de uma realidade que o mesmo tem insistido em negar. É exatamente por admitir essa realidade que o governo iniciou uma série de medidas de desmantelamento do projeto dos sem-terra. E criou o seu projeto, que implica em tentar acabar com as ocupações por meio da criminalização dessa ação com a jurisdição da luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2001, p. 40).

O estudo sobre o Assentamento José Eduardo Raduan evidencia a importância das lutas sociais contra o avanço do latifúndio e o significado que a ocupação teve, pois foi um elemento “novo” nesta luta. Também serve para perceber que as reivindicações dos assentados foram se ampliando e servindo como elemento de experiência da luta. No início o objetivo era a terra, depois passou a incluir a defesa de outro projeto para agricultura, a agroecologia, em contraponto ao agronegócio.

Referência bibliográfica

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política.** SP, Alameda, 2008. Estado/sociedade civil;

COELHO, Eurelino. **Classe trabalhadora e projeto político: algumas questões teóricas,** 2005;

FONTES, Virginia. **Que hegemonia?** Peripécias de um conceito no Brasil. Reflexões impertinentes. RJ, Bom Texto, 2005;

GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. **Possibilidades de valorização multidimensional do território de Francisco Beltrão – PR com vistas ao desenvolvimento local.** Dissertação de mestrado Unioeste, Francisco Beltrão 2009;

LIGUORI, Guido. 1. Estado ampliado; 2. Sociedade Civil. **Roteiros para Gramsci.** RJ: UFRJ, 2007. p. 13-57;

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo. O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx. 2000 Anais do colóquio **O conceito de Estado na filosofia moderna e contemporânea.** Disponível em: <HTTP://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/01renato.pdf>;

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato. **Marxismo como ciência social.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011;

PRANDO, Alzemiro. A ocupação do espaço rural do Sudoeste do Paraná a partir dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores rurais. **Geoinga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia,** v. 2, n. 2, p. 28-53, 2010;

SANTOS, José V. T. dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil: Agentes sociais, lutas pela terra e Reforma Agrária.** Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>, acesso em 15/06/2012;

MANÇANO, Bernardo Fernandes. **Questão agrária: pesquisa e MST.** São Paulo, SP: Cortez, 2001;

MENDONÇA, Sonia Regina. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STÊDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no brasil.** 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006;

Fontes

Severino. **Entrevista concedida a Ricardo Callegari.** Marmeleiro/PR: 17 de janeiro de 2012, 55 min;

O Alerta, Francisco Beltrão, junho de 1986;

GOVERNO FEDERAL. **I Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 11/10/1985.

APARELHO DE HEGEMONIA FILOSÓFICO NO BRASIL: INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA/CONVIVIUM

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves¹

Resumo: O presente trabalho visa discutir o conceito de aparelho de hegemonia filosófico (a.h.f) elaborado por Antonio Gramsci e desenvolvido por Christinne Buci-Glucksmann no contexto da história do Brasil. O a.h.f faz parte do complexo de fortificações e trincheiras da classe dominante e objetiva o combate na frente teórica e ideológica. Em relação aos demais aparelhos de hegemonia, o a.h.f tem estreita relação com a filosofia – mas a esta não se limitando, pois é compósito e plural. No Brasil, pelo menos duas organizações cumpriram essa função: o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), criado em 1949, entidade responsável pela Revista Brasileira de Filosofia (RBF), e a Convivium–Sociedade Brasileira de Cultura, criada em 1962, que publicava a revista Convivium. Ambas organizações congregavam intelectuais conservadores que tiveram relações orgânicas tão estreitas que pode-se dizer que integraram um único a.h.f, que foi o *locus* de uma ideologia conservadora alinhada com o projeto ditatorial. De nossa perspectiva, essa ideologia é ação de classe e pensamento-guia. Alguns de seus principais intelectuais tiveram ativa participação na organização do golpe de 1964 e na ditadura que se seguiu. Era portanto o a.h.f IBF/Convivium uma importante organização de classe em grande medida esquecida no tempo enquanto tal.

Palavras-Chave: Aparelho de hegemonia filosófico – Instituto Brasileiro de Filosofia – Convivium

Antonio Gramsci e o aparelho de hegemonia filosófico

Os estudos de Antonio Gramsci sobre o aparelho de hegemonia filosófico (a.h.f.) são delineados em seu exame da obra de Benedetto Croce (1866-1952) que, por sua vez, está circunscrito à questão da revolução burguesa na Itália (*Il Risorgimento*). A revolução italiana tem a sua própria estrutura ideológica, da qual o moderantismo conservador é a máxima expressão e cujos marcos balizam a obra de Croce.

Segundo Christine Buci-Glucksmann, Gramsci percebeu que o trabalho intelectual do principal filósofo do idealismo italiano só fazia sentido, só se materializava, só adquiria organicidade através dos diversos aparelhos de hegemonia integrados na estrutura do a.h.f. (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 473-94). Croce esteve no cerne de uma reforma conservadora do hegelianismo, em que o idealismo neo-hegeliano do Estado passava a ser o correspondente filosófico da revolução passiva italiana. Os filósofos da revolução passiva acreditavam estar fazendo “pura teoria” – essa concepção só é possível, diz Buci-Glucksmann, pela e na divisão social do trabalho característica do capitalismo. Divisão esta que gerou uma verdadeira utopia dos intelectuais que acreditam estar flutuando acima

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação (PPGH) em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; doutorando pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás; professor da Universidade Estadual de Goiás.

da luta de classes – o que não faz mais do que reproduzir “a distinção perpetuamente repetida pelas sociedades de classes, entre ‘o que deve fazer um intelectual e o que é a política (como se o intelectual não fosse também um político, e não somente um político da intelectualidade)’” (Idem, p. 483, *apud.* GRAMSCI, Antonio. *Passato e Presente*. Torino: Einaudi, 1966. p. 27); essa concepção é expressão da divisão social do trabalho, bem como da relação mediatizada que os intelectuais mantêm com o mundo da produção e também da separação entre o trabalho intelectual e o manual que há no capitalismo.

Gramsci, contrariamente à concepção idealista, trata a questão pelo prisma da unidade entre a teoria e a prática e entre a filosofia e a política. Nesse sentido, a filosofia idealista da revolução-restauração se inscreve nas superestruturas; tem uma existência material em diversos aparelhos: o político, o escolar (escolas, universidades) e o cultural-informativo (editoras, periódicos, imprensa) (Idem, p. 474-5).

A partir dessa crítica, Gramsci percebe que Croce visava, por um lado, ocultar a política da filosofia, transformando-a em “filosofia de filósofos”, e, por outro lado, fazer da cultura um *sujeito autônomo*; buscava assim colocar a intelectualidade em um patamar de casta, separá-la do povo. No entanto, o a.h.f. crociano construía ideologias para governar as outras classes sociais, educava as classes dirigentes para a hegemonia. E, na ausência de um grande partido da burguesia, Croce desempenhou o papel de “federador ideológico” – o que só foi possível na estrutura do a.h.f.

O a.h.f. tem o objetivo de aprofundar o trabalho teórico, doutrinário; fazer dos intelectuais os soldados de sua respectiva classe social, através da elaboração de uma ideologia geral e superior que coadune uma sociedade dividida em classes antagônicas, integrando de maneira subordinada o proletariado. Segundo Buci-Glucksmann, o a.h.f. “busca a difusão de uma filosofia, de uma concepção geral da vida”, de uma *estrutura ideológica* que compreende “uma organização material que visa a manter, defender, desenvolver a ‘frente teórica e ideológica’”. O a.h.f. portanto faz parte “do formidável complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante” (Idem, p. 484). Segundo a autora, o a.h.f. é essencialmente composto a plural, pois se articula em torno de diversos aparelhos de hegemonia, como os periódicos – onde as práticas jornalísticas (e político partidárias) fazem os agentes se *reconhecerem* (Idem, p.474). Nesse sentido, o viés político do a.h.f. crociano revelou-se quando Croce foi ministro da educação nacional (1920-1921) (Idem, p. 488).

Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e Convivium: dois braços de um aparelho de hegemonia filosófico

Fundado e mantido pela classe patronal, o Instituto [Brasileiro de Filosofia] só poderia ter uma diretriz conservadora.
Roland Corbisier (1978, p. 80) – ex-membro do IBF

Grafamos “*IBF/Convivium*” para acentuar a união orgânica entre as duas organizações, apesar dos dois aparelhos terem surgido em períodos diferentes.

A Convivium – Sociedade Brasileira de Cultura, criada em 1962, liderada por Adolpho Crippa (1929-2000), foi uma organização tipicamente ipesiana (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES) e esteve em pleno funcionamento até os anos 80, sendo extinta no início dos anos 90. Recentemente, alguns católicos liderados por Aroldo Murá Gomes Haygert (Instituto Ciência e Fé), ativaram uma editora chamada “Convivium”, mas não se trata da mesma organização. O Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) surgiu anteriormente, em 1949, estava ligado ao empresariado paulista e às

oligarquias estaduais. Mesmo antes da morte de seu líder máximo, Miguel Reale (1910-2006), o IBF já havia entrado em franco declínio após seu auge nos anos 70. Hoje, presidido por Celso Lafer (ex-ministro de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso), é apenas uma sombra do que um dia foi o a.h.f. e não há possibilidades para o futuro.

A *Revista Brasileira de Filosofia* (RBF) e a *Convivium – revista bimestral de investigação e cultura* tinham íntima relação, seja pela unidade ideológica – criar barreiras intelectuais ao marxismo (DREIFUSS, 2006, p. 254), seja pela complementaridade orgânica², seja porque essas duas publicações compartilhavam boa parte de sua intelectualidade. Este fato é expressão da revolução passiva no Brasil, pois representa a junção de organizações que foram criadas em momentos diferenciados e o constante *aggiornamento*³ que a classe dominante é obrigada a imprimir às estruturas de poder como uma necessidade da luta de classes.

Justificação moral do golpe de 1964 e contrarrevolução intelectual

Se me perguntarem qual o sentido mais decisivo a atribuir-se a esta Revolução [golpe de 1964], direi que é o da “honestidade” ou da “seriedade”, não apenas como valor ético, como exigência moral, mas também como pressuposto de ordem intelectual, como imperativo de opção no plano político e administrativo.

Miguel Reale (1964, p. 46-9) – líder máximo do IBF⁴.

O que leva um homem à afirmações como as acima citadas – ainda mais quando são da pena de um nobre cavalheiro da oligarquia paulista, lembrado como leitura obrigatória nas faculdades de Direito do Brasil?

A resposta não é tão evidente, mas está diretamente relacionada ao fato de que Miguel Reale, o pequeno *duce* do IBF, à altura do golpe de 1964, já era um proeminente membro do IPES São Paulo, era intelectual orgânico da Federação de Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), além dessas organizações empresariais, era ligado ao Banco Finasa de Investimento (grupo Morgan/Dresdner), a Indusa S/A (indústria metalúrgica), a Kardap AG Suisse, ao Radaelli Group e a Light Serviços de Eletricidade S/A, esta última era uma das principais contribuintes do IPES (DREIFUSS, 2006, p. 604)⁵. Portanto, Reale integrava o monstruoso aparato classista que preparou o golpe de 1964 e sustentou a ditadura até 1985, daí a concepção positiva da “Revolução” expressa nas palavras epigrafadas.

² O IBF buscava criar a aparência de adesão a uma filosofia anti-materialista, desencarnada, supostamente desinteressada e equidistante das relações sociais (PÁDUA, 1998, p. 105-6) – o que não deixa de ser uma posição política. Os “filosofantes” do IBF sempre aferraram-se em combater as tentativas de interpretar a filosofia à luz da realidade histórica e propunham uma análise positiva do passado histórico nacional (ARANTES, 1994). Reale criticava a interpretação da História do Brasil a partir de seu caráter subordinado e dependente (COSTA NETO, 2001). A *Convivium* foi *locus* de combate direto em um momento decisivo (o pré-golpe de 1964), o que permitiu ao IBF manter em grande medida a ilusória imagem criada em torno de si e de “sua” filosofia.

³ *Aggiornamento*, original do italiano, significa atualização, revisão, modernização; modificação, emenda, acréscimo; mas também adiamento e prorrogação.

⁴ As palavras não são neutras, o chamamos de “líder máximo” para lembrar que no passado, principalmente nos anos 1930, Reale afirmava abertamente sua adesão ao fascismo. Com o tempo, a partir dos anos 1960, ele preferiu se dizer “liberal”.

⁵ Confira o apêndice B (p. 525-626) da obra de Dreifuss.

Em 1963, o a.h.f. assume um posicionamento claramente golpista. Lança na revista *Convivium* uma série de três artigos intitulados “Raízes históricas da crise brasileira”, todos da autoria do jurista José Pedro Galvão de Souza (1912-1992). Para Galvão de Souza, a então “crise brasileira” deitaria raízes no derrubamento da monarquia; ele diz que a proclamação da República interrompeu a continuidade da história brasileira, o melhor teria sido reformar as instituições, “alterá-las para melhor atender às exigências da vida nacional” (SOUZA, 1963-A, p. 29). A causa da crise seria a “demagogia” do governo nacional-reformista de João Goulart. As reformas de base seriam sua expressão. Nesta acepção, a solução para a questão seria limitar as ações do Executivo, através da ação moderadora do então Conselho de Segurança Nacional, aos moldes do Poder Moderador monárquico (Idem, p. 42-5). Para o jurista, caberia reavivar o Império brasileiro e a “obra ciclópica” monarquista (SOUZA, 1963-B, p. 22 - citando expressão do ultra-reacionário Oliveira Viana), que teria assegurado a “ordem, a paz, a estabilidade política, a superioridade continental” (Idem, p. 26).

Segundo um dos quadros mais importante do IBF – Antonio Paim –, Galvão de Souza estabelecia “com nitidez a **distinção entre democracia e democratismo**” (PAIM, 1986, p. 72-3). Todo esse palavreado (“democracia *versus* democratismo”) visava a justificação da perspectiva conservadora de Galvão de Souza.

Pouco tempo depois, a revista *Convivium*, enquanto publicação de um coletivo de intelectuais orgânicos da direita católica liberal, justificou o golpe da seguinte maneira:

Ninguém pode colocar-se à margem de um acontecimento de tamanhas repercussões para a História do Brasil como a Revolução de 31 de março. Todos aqueles que, nos últimos anos, vieram construindo este **magno evento** tinham uma consciência clara do verdadeiro conteúdo da Revolução: dar novos rumos ao desenvolvimento nacional, modificar a fisionomia política e social do Brasil, através de uma reafirmação fundamental dos **valores espirituais** da nossa cultura e de nossa **verdadeira tradição política** (CONVIVIUM, 1964, p. 45 – grifos nossos).

Assim esse braço do a.h.f. em questão dava a sua justificação ao denominado “magno evento”, o golpe aparece aqui como a reafirmação da “dos valores espirituais da nossa cultura e de nossa verdadeira tradição política” – as palavras utilizadas para qualificar o golpe são eufemismos de importância e de grande teor significativo e expressivo voltados para o reforço da mentalidade conservadora dos setores intelectuais que orbitavam no eixo reacionário.

A *Convivium*, nos meses seguintes ao golpe de 1964, se afirmava como aparelho de hegemonia da ditadura – e para essa necessidade da burguesia o periódico foi criado. É emblemática a leitura que a revista faz do assalto ao Estado, como esta a seguir, da autoria do clérigo e deputado Antonio Godinho:

A Revolução perderá o seu sentido ou se esvaziará dos seus objetivos? Nunca. E, ao contrário, ganhará profundidade e deitará raízes para que as causas que a ditaram não esgotem [...], mas se estendam numa autêntica renovação do País [...].

[...] Acho mais do que louvável o governo preocupar-se com a purificação e a autenticidade do processo eleitoral brasileiro. [...] E essa preocupação demonstra a sinceridade da Revolução e desmente e desmascara os que teimam em considerá-la um “golpe militar”, um

assalto ao poder ou um primeiro passo para a instauração, no País, de um regime discricionário (GODINHO, 1964, p. 54-5).

Vemos que Godinho dizia não enxergar a possibilidade de uma ditadura – é certo que essa afirmação contribuía para criar a ilusão de que o novo governo vinha apenas para “sanear” e “purificar” o regime brasileiro. O autor nega exatamente o que de fato havia ocorrido (um golpe de Estado) e o que estava em fase inicial de construção (uma ditadura). Essa cortina de fumaça visava deixar o campo aberto aos desígnios ditatoriais.

A Convivium contava com uma intelectualidade reacionária bem formada, gabaritada, como, por exemplo, Oliveiros S. Ferreira, que alertava os golpistas: “*não há poder que se mantenha estribado apenas na força armada e desamparado do apoio moral, político, de forças mais reais e concretas, que lhe darão legitimidade e sua força coercitiva*” (FERREIRA, 1964, p. 61). Assim, Oliveiros buscava orientar o novo regime na construção da nova hegemonia, definindo que o novo regime deveria apoiar sua força coercitiva nas armas e nas idéias. O autor corrobora a necessidade da classe dominante em reconstruir sua hegemonia redefinindo e readequando o Estado de acordo com seus interesses. Segundo João Quartim de Moraes (2001, p. 151-62), para Oliveiros somente as Forças Armadas seriam capazes de exercer a função hegemônica de partido, pois o Brasil passaria por um “vácuo institucional” que só poderia ser preenchido pelos militares.

O ano de 1965 foi marcante para o a.h.f. IBF/Convivium. Paulo Mercadante publica “*A consciência conservadora no Brasil*”, obra de elaborada construção ideológica que traz da forma mais acabada a concepção ibeefeana da História do Brasil. Raramente um intelectual orgânico da classe dominante expõe seus desígnios de maneira tão franca e aberta. Autor de uma interpretação criativa, apesar de falsa, Mercadante diz que a formação do Brasil seria incruenta, já que não haveria luta de classes – mas, ao contrário, a História do Brasil teria na “conciliação” de classes sua marca fundamental.

Mercadante propõe uma análise da formação histórico-cultural do país, perpassando o Brasil-Colônia e o Brasil-Império. No entanto, é latente em sua interpretação o momento histórico da contra-revolução preventiva levada à cabo pela autocracia burguesa a partir de 1964, por isso a recorrência de imprecisões de origem prática. Sua obra é marcada pelo “temor pânico” (GRAMSCI, 2006, p. 291) da movimentação ativa das massas populares, tão característico das classes dominantes. Em relação à Independência (1822) diz: “*Que tudo viesse com vagar, de forma suave, sem a temerária participação jacobina*” (MERCADANTE, 2003, p. 100). Essa latência do presente vivido é tão característica de sua obra que, segundo esse autor, a grande modificação da constituição aprovada após o golpe de D. Pedro I seria o fato de que as forças armadas poderiam ser utilizadas internamente (Idem, p. 121-126), ou conforme diz em outro trecho: “*em terras onde não estão difundidos em todas as classes da sociedade aqueles hábitos de ordem e legalidade, é preciso começar introduzi-los e sujeitar esses ensaios a uma certa tutela*” (Idem, p. 166 – grifos nossos). “Ordem” e “legalidade” que os golpistas diziam buscar “restabelecer” quando da derrubada de João Goulart, eram termos empregados para legitimar o golpe e confundir a opinião pública.

O conservadorismo sem rebuços ou pouco dissimulado dos intelectuais aqui expostos, conservadorismo este que encontrava meio de desenvolvimento e difusão no a.h.f. IBF/Convivium, tem o sentido da contrarrevolução levada ao plano intelectual. Fundamentos elaborados por intelectuais orgânicos conservadores eram essenciais para a afirmação intelectual e a justificação moral do projeto hegemônico ditatorial. Essa ideologia, enquanto ação intelectual orgânica de classe e pensamento-guia, era o

correspondente filosófico da contrarrevolução levada a cabo pela autocracia burguesa com o golpe de 1964 e visava o combate na frente teórica e ideológica da luta de classes.

Referência bibliográfica

ARANTES, Paulo Eduardo. **Instinto de nacionalidade:** Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60. In: Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 88-107.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado:** por uma teoria materialista da filosofia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CORBISIER, Roland. **Autobiografia filosófica:** das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA NETO, Pedro Leão da. **Crítica às concepções conservadoras na história das idéias filosóficas no Brasil.** In: LIMA, Enezila de; et alii (org.). Violência e direitos: 500 anos de lutas; Anais do VII Encontro Regional de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. p. 354-61.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONVIVIUM. Nota da redação. **Convivium**, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964. p. 45.

FERREIRA, Oliveiros S. O congresso da revolução. **Convivium**, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964. p. 61.

GODINHO, Padre Antonio. Exigências da revolução. **Convivium**, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964. p. 54-5.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil:** contribuição ao estudo da formação brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

MORAES, João Quartim de. **Liberalismo e ditadura no cone sul.** Campinas: Unicamp, IFCH, 2001.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Ideologia e filosofia no Brasil:** O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998, tese de doutoramento.

PAIM, Antonio. **O estudo do pensamento filosófico brasileiro.** 2ª ed. rev. e amp. São Paulo: Editora Convívio, 1986.

REALE, Miguel. Os imperativos da revolução. **Convivium**, n.5, julho-agosto de 1964. p. 46-9.

SOUZA, José Pedro Galvão. Raízes históricas da crise brasileira - I. **Convivium**, n. 8, São Paulo, outubro de 1963. (1963-A)

_____. Raízes históricas da crise brasileira - III. **Convivium**, n. 10, São Paulo, dezembro de 1963. (1963-B)

“GRUPO DE ONZE” NO SUDOESTE DO PARANÁ: UM OLHAR SOBRE O PROCESSO Nº 226/69

*Ronaldo Zatta¹
Leomar Rippel²*

Resumo: No final de 1964, meses após o golpe que instalou a Ditadura Civil/Militar no Brasil, instaurou-se um IPM - Inquérito Policial Militar no aquartelamento de Francisco Beltrão (1ª Companhia de Fuzileiros do 13º Regimento de Infantaria e Guarnição de Francisco Beltrão, que naquela ocasião era comandada pelo 1º Tenente Ubirajara Vieira das Neves) para fins de averiguar atividades “subversivas” nas cidades que integravam o então Sudoeste paranaense. O encarregado do IPM, o 1º Tenente Jayme Aloysio de Oliveira Santos, identificou ações de formação do “Grupo de Onze” incentivada pelo ex-Deputado Leonel Brizola nos municípios de Francisco Beltrão, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste e Barracão; além de Dionísio Cerqueira no oeste catarinense. A comunicação dos fatos à Justiça Militar em Curitiba rendeu aos investigados o Processo Crime nº 226 qual foi encerrado em 1969 com a condenação de cinco envolvidos à prisão e a absolvição de outros dezesseis. De posse do “relatório” do IPM de 1964 e da “Sentença” do Processo nº 226 de 1969 pretende-se problematizar a posição dos militares em relação às reformas de base, atuações dos grupos clandestinos no Sudoeste do Paraná, o perfil dos acusados e seus argumentos de defesa, as formas de investigação dos militares e a forma de acusação enquadrada na Lei de Segurança Nacional.

Palavras-chave: Ditadura, Grupo de Onze, Sudoeste.

Considerações Iniciais

Por conta dos acontecimentos vinculados a Campanha Legalidade que antecedeu a instauração da Ditadura Civil Militar brasileira em 1964, também pela tentativa de organizar a resistência no Rio Grande do Sul a este mesmo golpe, o indivíduo que talvez tenha sido mais temido pelos militares fora o ex-deputado Brizola. Dono de um discurso inflamado de vínculo nacionalista qual apoiava as reformas de bases no Brasil o nome de Brizola foi um dos primeiros a constar na lista de cassação no Ato Institucional nº 1 de 1965. Em seu exílio no Uruguai iniciou a organização de um grupo de exilados iniciando a Movimento Nacionalista Revolucionário, assinando o Pacto de Montevideu que originou a Frente Popular de Libertação, ambos os grupos imbuídos de iniciar a luta armada no Brasil.

A proposta desta comunicação é analisar o Grupo dos Onze, também citados pela bibliografia como Grupo de Onze, G11 ou Comandos Nacionalistas, criados por Brizola antes de 1964 que exerceram atividades no Sudoeste do Paraná sendo taxados como “comunistas” pelo Regime Militar.

A intenção é analisar dois documentos oficiais: o relatório de um Inquérito Policial Militar de 1964 instaurado para apurar atividade política de formação do G11 no Sudoeste

¹ Doutorando em História pela UFPR

² Mestre em História pela UPF.

do Paraná (**ANEXO II**) e a sentença do Processo nº 226 emitida pela Justiça Militar de Curitiba em 1969 (**ANEXO III**) que punia os indiciados pelo IPM supracitado, que constituem ainda um pequeno trecho da história não contada do Regime Militar brasileiro.

A formação do Grupo de Onze

Para compreendermos as ações dos indivíduos que compuseram o chamado G11 no Sudoeste do Paraná necessitamos considerar que as três décadas que antecedem o golpe de 1964 são caracterizadas pelo pensamento trabalhista que conquista grande parte dos trabalhadores urbanos, bem como a aquisição de diversos direitos vinculados ao trabalho. De maneira ampla, o trabalhismo pode ser considerado uma categoria para “conceituar a trajetória dos trabalhadores em busca de seus direitos econômicos, políticos e sociais.” (GOMES, 1989, p. 81).

Em nosso país o trabalhismo³ foi construído através de uma relação que vinculava o governo e os trabalhadores, construído desde 1930, paralelo à figura de Getúlio Vargas, os movimentos sindicais brasileiros e a criação do Ministério do Trabalho. (PACHECO, 2011, p. 229).

Com o fim do Estado Novo e a iniciativa de criação de um partido próprio, PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, o discurso trabalhista é oficializado, e conseqüentemente com o surgimento de novas lideranças na década de 1960 se torna mais radical reivindicando mudanças nas bases sociais brasileiras. Neste meio surgiu Leonel Brizola que ocupando o cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul expropriou terras e estatizou empresas norte-americanas, chamando atenção dos trabalhistas brasileiros. No ano de 1963 Leonel Brizola difunde o G11, tido como um movimento que serviria como tática de aglutinação entre trabalhadores que confirmavam as ditas reformas de base. (PACHECO, 2011, p. 231-232).

Neste contexto é que percebemos que a formação do G11 está ligada diretamente às experiências vividas pelas classes sociais trabalhadoras que se constituíram a partir da década de 1930, e que a simetria de ações e das idéias destes homens foram erigidas em concordância ao desenvolvimento do trabalhismo.

Em caráter nacional, a formação dos grupos se estruturou a partir da programação emitida pela Rádio Mayrink Vieira todas as sextas-feiras, às 21 horas, onde eram divulgados discursos de Leonel Brizola. O programa do PTB se tornou um sucesso ocorrendo à filiação de diversas emissoras à rádio formando a “Cadeia do Esclarecimento”. (LEITE FILHO, 2008, p. 251).

Foi através da “Cadeia do Esclarecimento” que Brizola chamou a população para se organizar. O G11 consistia na aglutinação de onze indivíduos, tal como um time de futebol, onde deveria ter um “capitão”, responsável por comandar e repassar as ordens oriundas da liderança de Brizola.

³ Deixamos à parte nesta comunicação a noção de populismo, mesmo estando cientes que exista um intenso debate entre pesquisadores que se utilizam do trabalhismo e do populismo como categorias de análise. Para determinados historiadores que analisam as relações entre governo e trabalhadores da década de 1950 a 1960, a definição de trabalhismo evita a radicalização de que as massas sejam inconscientes perante um líder carismático, sendo participantes do processo político. (FERREIRA, 2001). Para outros estudiosos não se deve reconhecer o trabalhismo a tal ponto de descartar o conceito de populismo (DUARTE; FONTES, 2004, p. 116). Estamos cientes da impossibilidade de compreender o pensamento que norteou as ações das classes trabalhadoras apenas com a utilização do trabalhismo como categoria de análise, pois este mesmo se confunde com o getulismo e o brisolismo.

A associação ao time de futebol, esporte mais popular no país, tinha o intuito de assimilação rápida pelas classes populares. Este efetivo deveria ser facilmente mobilizado e em condições, de que se fosse necessário pegar às armas em defesa das reformas de base e da manutenção democrática.

Brizola também utilizou outro meio de comunicação direta com as massas a partir de 1964: o semanário “O Panfleto – o jornal do homem de rua”. Trata-se do meio de comunicação impressa dos grupos, que em sete edições atingiu uma tiragem de 200 mil exemplares. Com o semanário os grupos passaram a ter regimento próprio documentado, com o interesse de defender um golpe ao governo constituído, e ao mesmo tempo pressionar o mesmo governo a agilizar a aprovação das reformas de base. (KUCINSKI, 2003, p. 9).

Além dos objetivos claros, “O Panfleto” emitiu a Ata (ANEXO I) quais deveriam ser preenchidos e enviados à Rádio Mayrink Vieira. Percebe-se neste documento que a ligação entre a carta testamento de Vargas e as ações brisolistas estão diretamente atreladas, pois a têm como orientação para a causa.

O mesmo jornal anunciou a formação de 100 mil grupos espalhados pelo Brasil, o que provocou uma reação imediata das classes conservadoras, sendo os G11 a motivação de discursos de que a ameaça comunista estaria tomando o país rendendo referências de “comunista” e “agitador” ao seu líder Brizola divulgados nos mais diversos meios de comunicação.

Alguns historiadores afirmam que a radicalização das esquerdas incitadas pelo G11 levou a radicalização da direita, matéria base para o golpe de 1964. (FERREIRA, 2004; GASPARI, 2002). Estas análises não são unanimidades, sendo desconsideradas por outros autores. (FICO, 2004).

Os ânimos estavam exaltados para um golpe, a pressão para profundas reformas políticas e sociais ao mesmo tempo aumentava o crescimento do sentimento anticomunista. Os militares depuseram o governo se prepararam para combater o exército nacionalista liderado por Brizola, pois através dos discursos e pronunciamentos emitidos via rádio e publicados no semanário achavam que ele não estaria sozinho. (BALDISSERA, 2005). Entretanto, o enfrentamento jamais ocorreu!

Estudos recentes apontam a principal falha na formação dos grupos nacionalistas. Grande parte da população da época era composta por analfabetos ou semianalfabetos, sendo que os integrantes dos G11 inocentes e crentes que assinavam as listas de adesão sem nenhuma intenção de compor grupos guerrilheiros. Assim,

As pessoas formavam os grupos de modo espontâneo. Depois de ouvirem as conclamações de Brizola pelo rádio, agricultores deslocavam-se de casa em casa por quilômetros, a pé ou a cavalo, buscando as assinaturas para a “lista dos onze”. Outros, para atender rapidamente aos apelos, botavam nomes de pessoas de sua família, incluindo idosos e crianças de poucos meses de idade. Muitos assinavam movidos por amizade ou atendendo ao pedido de alguém da família. Eram homens religiosos, que acreditavam estar contribuindo para a realização das Reformas de Base e defendendo a bandeira brasileira – corria também o boato de que ganhariam terras, tratores e insumos agrícolas em troca da adesão. Além do mais, seus nomes eram lidos na rádio pelo Brizola em pessoa, o que já lhes dava grande satisfação. Crentes que estavam aderindo a uma ação democrática que resultaria somente no bem do Brasil... (BALDISSERA, 2009).

Os setores conservadores e os militares possuíam a informação de que os grupos ostentados por Brizola constituíam braços armados da guerra revolucionária que estaria prestes a eclodir no país. Sobre a repercussão dos G11, o professor Jorge Ferreira nos relata que

A maior consequência dos “comandos” foi gerar o medo-pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. Mesmo que a iniciativa de Brizola não tivesse tido tempo de prosperar, a imprensa supervalorizou o movimento, publicando notícias assustadoras sobre supostas ações – na maioria das vezes imaginadas pelos donos dos jornais – dos “comandos nacionalistas”. Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens mais disseminadas. (FERREIRA, 2007, p. 559-560).

Os militares após o golpe civil militar de 1964 atuaram de forma rápida contra os integrantes dos G11 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo as listas confiscadas sem nenhum registro de confronto armado.

Análise da documentação oficial

Antes da leitura propriamente dita das fontes oficiais, compreendemos que o historiador precisa além interpretá-las em seu contexto, identificar suas imprecisões que podem demonstrar interesse de quem as escreveu. (BACELLAR, 2011, p. 64). Neste sentido se deve trabalhar com suas versões, perceber como estão construídos os diversos discursos e as narrativas que se repetem. (GRINBERG, 2009, p. 129). Não menos importante, é necessário desmistificar a metodologia repressiva, que raramente estará explícita nos documentos, como sequestro, tortura e mortes como métodos operacionais. (BAUER; GERTZ, 2009, p. 190).

Apontamentos gerais

- Discurso anticomunista;
- IPM ditado pela Doutrina de Segurança Nacional identificando o “inimigo interno”;
- Julgamento pela Justiça Militar enquadrado Lei de Segurança Nacional;
- Condenação de cinco envolvidos a prisão por tratar-se de indivíduos mais instruídos, portanto, perigosos à Segurança Nacional. Suas ocupações: um advogado, um prático dentista e três agricultores;
- A grande maioria dos denunciados teve sua defesa aceita pela Justiça Militar, sendo dezesseis dos vinte e um acusados (todos agricultores);
- As provas conclusivas foram obtidas através da confissão e delação;
- Existência de disputas partidárias locais entre o PSD e o ex-PTB que fomentaram a delação e compuseram a base de testemunhas de acusação.

Argumentos da acusação

- Organização de grupo combativo para alterar a ordem política nacional;
- Viagem ao Rio de Janeiro e Porto Alegre para fins de contato com Leonel Brizola;
- Envios de atas à rádio Mayrink Veiga;
- Promover reuniões políticas afins;
- Distribuição de documentação “subversiva”.

Alegações da defesa

- Não foram constituídos grupos, apenas houve assinaturas, sem conhecer a

- finalidade dos grupos. Pois não podiam sustentar estes agrupamentos;
- Não existia subordinação hierárquica militar;
 - Desconhecimento da palavra “subversão” e por serem analfabetos, incapazes de ler o cabeçalho da ata de adesão;
 - Serem homens pacíficos e chefes de família;
 - Que os contatos com Brizola foram para perguntar-lhe “se ele era ou não comunista”;
 - Que eram filados ao PSD adversário político do PTB que organizou o G11;
 - Alegavam perseguição política local.

Mesmo não condenando todos os envolvidos, a acusação percebe que os G11 são milícias armadas que estariam prontos para agir “destruindo” a democracia e a liberdade. Entretanto, pelo apurado na documentação analisada no Sudoeste do Paraná estes não tinham condições técnicas para operar qualquer armamento de combate. As reuniões existiam e a lista de assinatura confere, mas, os fins eram de organização política que visava contestar a difícil vida do trabalhador na década de 1960.

Em relação à produção historiográfica consultada, nota-se que os G11 são estudados após 1964, suas lembranças, traumas, ressentimentos e memória, repressões, ideais de seus membros, trajetórias políticas individuais, torturas e desmembramentos de grupos; desconsiderando a sua existência e ações anteriores ao golpe.

Referência bibliográfica

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. PINSKY, Carla Bassanez (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. pp. 23-80.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos de onze?** Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai-RS. Passo Fundo: UPF, 2005.

BALDISSERA, Marli de Almeida. Onde estão os grupos de onze? **Revista de História**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/onde-estao-os-grupos-de-onze> . Acesso em: 19 Ago 2013.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E.. Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da história recente. PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. pp. 174-193.

DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo R. **O populismo visto da periferia: admarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953**. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth, Ed. Da Unicamp, v. 11, p. 87-122, 2004.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004.

FERREIRA, Jorge (Org.). **Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GRINBERG, Keila. Processos criminais : A História nos porões dos arquivos judiciários. PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. pp. 119-139.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008.

LEMOS, Renato. **Ditadura militar, violência política e anistia**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

PACHECO, Diego. Os times do povo: o grupo dos Onze a memória trabalhista em Santa Catarina. **Visão Global**, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 229-250, jul./dez. 2011.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. FERREIRA Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical – 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 543-584.

ANEXO I - ATA DE ADESÃO

MODELO DE ATA

Nós, os 11 brasileiros abaixo-assinados, constituimos nesta data um "Comando Nacionalista" (Rua N.º Tel.).

Escolhemos para líder e comendante o companheiro

e, nesta data estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da exploração internacional, conforme a denúncia que está no Carto-Testamento do Presidente Getúlio Vargas.

..... de de 19.....

- 1 - *Alcides Marcondes Monteiro*
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -
- 11 -

ANEXO II - RELATÓRIO DO IPM

= RELATÓRIO =

276
Atuados
3-ht

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar verifica-se que sobre o fato da formação dos chamados "GRUPOS DE ONZE" e atividades subversivas, resume-se no seguinte o que ocorreu / nas localidades abrangidas por este Inquérito. FRANCISCO BELTRÃO:- Nesta cidade não chegou a tomar maior incremento a formação dos ditos "Grupos de Onze" nem liderança revolucionária e nem penetração perigosa. Tudo se cingiu à ação do senhor PETRO RONDOS DE MORAIS, / que embora fôsse o inspirador da organização dessas Grupos, não era propriamente um líder atuante. Os demais envolvidos, também responsáveis pela formação dos ditos "Grupos" são colonos, gente ignorante e politicamente pacífica. Não houve penetração comunista visível e os motivos de participação dos demais implicados eram apenas / os de interesses de melhoria de sua situação na compra e venda de mercadorias. Nesta localidade portanto, devem ser incriminados pela formação dos "GRUPOS DE ONZE", o senhor Petrônio Rondos de Moraes, o mais ativo; Francisco Padejara, Agenor de Almeida, Manoel Alves / Camargo e João Armando Pereira Nunes. SANTO ANTONIO:- Verifica-se / que houve uma formação de "grupos" um tanto extensa, sem que houvesse porém, a penetração de outras idéias subversivas. Não se conseguiu / apurar existência nem de liderança nem de coordenação. As participantes são de um modo geral colonos mal informados sobre esses "grupos" e residentes em locais distantes. Aqui houve ainda a idéia de ressuscitar a organização que os colonos tiveram em 1957, mas em defesa de suas terras. A única participação realmente perigosa seria a do senhor PERCY SCHEREIRE, mas contra o qual torna-se impossível colher mais elementos além dos depoimentos de Antonio Genézio / Scaloni e Reinaldo Hoff pelo fato de seu denunciante encontrar-se ainda foragido ao que consta, no Paraguai. Assim, podem ser incriminados nesta localidade, Fernandes Batista Camargo, Hipólito Savolde, Armando Grossklaus, Basílio Lopes da Silva e Wunibaldo Rech. CAPANEMA:- Nesta localidade, sem dúvidas pesa sobre Antonio Rosim, e isso é coisa comum a todos os depoimentos, a responsabilidade da formação dos ditos grupos. Fato que ele próprio reconhece. Era de fato um obstinado formador de tais grupos. Os demais participantes foram colonos bem explorados pela propaganda comunista. Porém estão / ainda implicados nas formações de tais grupos os seguintes: Miguel Alves Rodrigues, Alfredo João Konzen, João Parizotto, Paulo Rosin, Joaquim Fortunato do Amaral e Julio Sehn. DIONIZIO CERQUEIRA E BARRAÇÃO:- Na segunda dessas localidades não se constata a formação de tais grupos. Já em Dionizio Cerqueira eles foram formados repousando sobre Alcides Tronco e Guido Schereiner Pereira. Este último de maior capacidade intelectual foi realmente o inspirador da formação desses grupos, o que se verifica de vários depoimentos e de sua acareação / com Alcides Tronco. Quanto à atuação de Aniceto Frigolin, não foi possível colher mais elementos estando o mesmo foragido ao que se presume, na Argentina. Além destes, estão implicados na formação de tais grupos os seguintes: Inácio Orsi e José Farias.

- Do exposto conclui-se que os senhores Antonio Rosim, Guido Schereiner Pereira, Petrônio Rondos de Moraes, Francisco Padejara, Agenor de Almeida, Manoel Alves Camargo, João Armando Pereira Nunes, ~~Reinaldo~~ Hipólito Savolde, Hipólito Savolde, Armando Grossklaus, Basílio Lopes da Silva, Wunibaldo Rech, Alcides Tronco, Miguel Alves Rodrigues, Alfredo João Konzen, João Parizotto, Paulo Rosin, Joaquim Fortunato do Amaral, Julio Sehn, Inácio Orsi e José Farias, foram responsáveis / pela formação de tais grupos.

Quanto a Guido Schereiner Pereira, mostram sua culpa os depoimentos e termos de folhas no 136, 137, 153, 154, 155, 156 e 163, além do fato de ter ficado foragido por algum tempo, tendo porém, sido enviado antes de ser ouvido neste Inquérito ao Quartel General da 5ª R.M.

=Continua=

277
Oswaldo
20/11

Quanto a Antonio Rosin, sua atuação na formação de tais grupos, é revelada pelos depoimentos de Fls nº 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 115, 116, 117, 265 e 266 e documentos de fôlhas nº 209.

- Quanto a atuação de Petrônio Rondede Moraes pesam os depoimentos 21, 22, 23, 32, e 33.
- Quanto a Francisco Padejara, sua participação consta de seu próprio depoimento e do documento de Fôlhas Nº 20.
- Quanto a Agenor de Almeida, revelam sua participação os depoimentos de fôlhas 19, 21, 22, e 23.
- Quanto a Manoel Alves de Camargo, seu próprio depoimento de fôlha nº 22.
- Quanto a João Armando Pereira Nunes, pesam os depoimentos de fôlhas nº 70, 71, 73 e 206.
- Quanto a ~~Manoel Alves de Camargo~~ ~~Batista Camargo~~, revelam sua participação os depoimentos de fôlhas nº 49, 66 e 72.
- Quanto a Hipólito Savolde, seu próprio depoimento de fôlha nº 68.
- Quanto a Armando Grossklaus, os depoimentos de fôlhas nº 70 e 71.
- Quanto a Basilio Lopes da Silva, os depoimentos de fôlhas nº 70, 71, 73 e 206.
- Quanto a Alcides Tronco, os depoimentos de fôlhas nº 135, 136, 152, 153, 154, 155, 163 e 254.
- Quanto a Wunibaldo Rech os depoimentos de fôlhas nº 70, 71, 73 e 206.
- Quanto a Miguel Alves Rodrigues, seu depoimento de fôlhas nº 101.
- quanto a Alfredo Joao Konzen, seu depoimento de fôlhas nº 104.
- Quanto a Joao Parizotto, seu depoimento de fôlhas nº 106.
- Quanto a Paulo Rosin, pelo seu depoimento de fôlhas nº 107.
- Quanto a Joaquim Fortunato do Amaral, pelo seu depoimento de fôlhas nº 116.
- Quanto a Julio Sehn, pelo seu depoimento de fôlhas nº 117.
- Quanto a Inacio Orsi, pelos depoimentos de fôlhas nº 136 e 154.
- Quanto a José Farias, pelo seu depoimento de fôlhas nº 136 e 153.
- Sobre o enquadramento constante da solução de fôlhas nº 215, nada há constante dos autos que possa justificar o enquadramento de qualquer dos indiciados no inciso III, do Art 2º da Lei nº 1802, de 5 de Janeiro de 1953.

E como o fato constitui crime por parte dos indiciados Antonio Rosin, Guido Schereiner Pereira, Petrônio Rondede Moraes, Francisco Padejara, Agenor de Almeida, Manoel Alves de Camargo, Joao Armando Pereira Nunes, Fernandes Batista Camargo, Hipólito Savolde, Armando Glossklaus, Basilio Lopes da Silva, Wunibaldo Rech, Miguel Alves Rodrigues, Alfredo Joao Konzen, Joao Parizotto, Paulo Rosin, Joaquim Fortunato do Amaral, Julio Sehn, Alcides Tronco, Inacio Orsi e José Farias, enquadrável na Lei de Segurança Nacional, sejam estes Autos remetidos ao senhor 1º Tenente UBIRAJARA VIEIRA DAS NEVES, Comandante da Primeira Companhia de Fuzileiros do Décimo Terceiro Regimento de Infantaria e Guarnição de Francisco Beltrão, a quem incumbe se lucionar o mesmo e remetê-lo à autoridade competente na forma do parágrafo 2º do Art 117, do Código de Justiça Militar.

FRANCISCO BELTRÃO-PR, 13 de novembro de 1964.

Jayme e Santos
JAYME ALOYSIO DE OLIVEIRA SANTOS
1º Ten I Ex - Encarregado do I P M.

ANEXO III - SENTENÇA PROCESSO N. 226



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
Auditoria da 5.a Região Militar - 5.o Distrito Naval e 5.a Zona Aérea
Curitiba

S E N T E N Ç A

Acusados: ANTÔNIO ROSSIN e Outros.

PROCESSO nº 226

VISTO, etc...

O/dr. Procurador Militar apresentou denúncia contra AN
TÔNIO ROSSIN, brasileiro, 33 anos, filho de Ferdinando Antônio Ros
sin e Maria Elizabeti Conti Rosin, agricultor; PETRÔNIO RONDES DE
MORAIS, brasileiro, 47 anos, filho de Jorge de Moraes e de Amância
Borges de Moraes, prático dentista licenciado; FRANCISCO PADEJARA,
brasileiro, 36 anos de idade, filho de Jacob Padejara e de Maria -
Rosa Padejara; AGENOR DE ALMEIDA, brasileiro, 36 anos, filho de
João de Almeida e de Valdomira Andrade de Almeida; MANOEL ALVES DE
CAMARGO, brasileiro, 41 anos, filho de Florentino Alves de Camargo
e Landolina Fernandes de Lima, lavrador; JOÃO ARMANDO PEREIRA NU
NES, brasileiro, 40 anos, filho de Acácio Pereira Nunes e de Filis
bina da Rocha Pereira, agricultor; HIPOLITO SAVOLDI, brasileiro, 41
anos, filho de Primo Savoldi e de Marta Jordani, agricultor; ARMAN
DO GROSSKLAUS, brasileiro, 42 anos, filho de Gustavo Grossklaus e
de Guilhermina Grossklaus, agricultor; BASILIO LOPES DA SILVA, bra
sileiro, 64 anos, filho de Camilo Lopes da Silva e de Donária Cava
lheiro Nunes, agricultor; WUNIBALDO RECH, brasileiro, 37 anos, fi
lho de Benjamin Rech e Isaltina Maria Lautart, agricultor; MIGUEL
ALVES RODRIGUES, brasileiro, 33 anos, filho de Eugênio Alves Rodri
gues e de Izidora Alves de Almeida, agricultor; ALFREDO JOÃO KON
ZEN, brasileiro, 37 anos, filho de José Konzen e Joana Konzen, agri
cultor; JOÃO PARIZOTTO, brasileiro, 40 anos, filho de Carlos Pari
zotto e Angelina Bruzzo; PAULO ROSIN, brasileiro, 30 anos, filho
de Ferdinando Antônio Rosin e Maria Elizabeth Conti Rosin, agricul
tor; JOAQUIM FORTUNADO DO AMARAL, brasileiro, 26 anos, filho de
Lauro Fortunado do Amaral e de Florentina Corrêa da Silva, agricul
tor; JULIO SEHN, brasileiro, 38 anos, filho de Guilherme João Sehn
e de Carolina Sehn, agricultor; ALCIDES TRONCO, brasileiro, trinta
e nove anos, filho de João Tronco e de Gaitana Belincanta, agricul
tor; GUIDO SCHREINER PEREIRA, brasileiro, 28 anos, filho de Dalilo
Quintino Pereira e de Dalila Schreiner Pereira, advogado; INACIO

=2=

INÁCIO ORSI, brasileiro, 55 anos, filho de José Orsi e de Rosa Merchieri, agricultor; JOSÉ FARIAS, brasileiro, 30 anos, filho de Otaciano Caetano Farias e de Maria Martins, agricultor; GILBERTO SCHREINER PEREIRA, brasileiro, 25 anos, filho de Dalilo Quintino Pereira e de Dalila Schreiner Pereira, serventário da Justiça; e, FERNANDES BATISTA CAMARGO, de qualificação ignorada, como incurso nas sanções do art. 24, da Lei 1802/53, pelos seguintes fatos delituosos:

O deputado LEONEL DE MOURA BRIZOLA a pretexto de criar grupos de pressão para apóio das apregoadas reformas de base, na realidade objetivou criar organismos para militares com finalidade políticas, grupos êsses denominados de "Comandos nacionalistas" ou "Grupo de Onze" que deveriam ter um chefe, líder ou comandante, ao qual os demais membros deveriam subordinação hierárquica, com finalidade combativa. Tais grupos foram constituídos através do país, assim como na região onde foi realizado o I.P.M. que deu origem ao presente processo.

Em Francisco Beltrão, Petrônio Rondes de Moraes foi o inspiador da organização dêsses grupos, recebendo auxílio de Francisco Padejara, Agênor de Almeida, Manoel Alves Camargo e João Armando Pereira Nunes. Em Santo Antônio, a formação dos Grupos de Onze deveu-se aos denunciados Fernandes Batista Camargo, Hipólito Savoldi, Armando Grossklaus, Basílio Lopes da Silva e Wunibaldo Rech. Em Capanema, a liderança da organização coube a Antônio Rossin que formou vários grupos, viajou ao Rio e teve contatos com Brizola, em Porto Alegre. Nessa localidade, deram apóio a Rossin, Miguel Alves Rodrigues, Alfrêdo João Konzen, João Parizotto, Paulo Rossin, Joaquim Fortunado do Amaral e Júlio Sehn.

Em Dionísio Cerqueira, os que tiveram maior projeção / na constituição dos Grupos de Onze foram Alcides Tronco, Guido Schreiner Pereira, Gilberto Schreiner Pereira, sendo que êste foi conivente na remessa de átas à Rádio Mayrink Veiga. Inácio Orsi e José Farias, em Dionísio Cerqueira, também tomaram parte na formação dêsses Grupos.

A denúncia foi recebida pelo despacho de fls 321/322-, datado de 3 de janeiro de 1966. Os acusados foram citados (fls. -- 271, 272, 386, 397, 448, 550, 562 e 540) e qualificados (fls. 338-, 342, 376, 418, 421 e 553). Encontram-se nos autos fôlha de antecedentes criminais dos acusados (fls. 289, 291, 294, 297, 303, 373, 854 e 859) e ficha de identificação datiloscópica de alguns deles (fls. 301, 305, 306, 293, 295, 406 e 407).

No curso do sumário foram inquiridas 6 testemunhas arroladas pela Procuradoria (fls 598, 629, 645, 646 e 826). A defê-

=3=

defesa também arrolou testemunhas que foram inquiridas, por Precatória, assim como as de acusação em sua quase totalidade. Números documentos foram trazidos aos autos pela defesa (fls. 781/803 900/907). No dia 25 de janeiro de 1968 realizou-se o interrogatório dos acusados. A demora no encerramento do sumário de culpa foi motivada pela demora no cumprimento das Precatórias, expedidas para inquirição das cinco testemunhas de acusação e das numerosas testemunhas de defesa.

Em alegações finais, o dr. Procurador Militar referiu-se à denúncia, indicando os nomes dos acusados que tiveram atuação mais ou menos marcante na formação dos grupos de onze, em Francisco Beltrão, Santo Antônio, Capanema e Dionízio Cerqueira. Reporta-se às declarações de testemunhas, dizendo que os acusados não conseguiram elidir as imputações feitas na inicial e que, sem sombra de dúvida exerceram atividades no sentido de organizar tais grupos, obedecendo a pregação feita pelo ex-deputado Leonel Brizola. Termina pedindo a condenação de todos à pena de um ano de detenção, como incursos nas sanções do art. 36, do Dec-Lei 314/67, por ser mais favorável.

O dr. Advogado de Ofício, na qualidade de curador de numerosos acusados declara que não foram constituídos grupos de onze nas localidades apontadas e sim, apenas, simples assinatura de listas apontadas como destinadas a formar tais grupos. Os acusados não podiam manter nem sustentar êsses agrupamentos, mesmo porque desconheciam os verdadeiros propósitos dos grupos. Transcreve trechos dos depoimentos de seus curatelados e termina pedindo a absolvição de todos, citando decisão desta Auditoria, mentida pelo Egrégio Superior Tribunal Militar, por unanimidade.

O dr. Advogado de Guido Schreiner Pereira cita também sentença dêste Juízo proferida no processo e mantida pela Superior Instância, acrescentando não ter existido qualquer subordinação hierárquica que pressupõe obediência em termos militares. A conclusão que tira dos autos é a de que seu defendido não exerceu qualquer atividade subversiva, não tipificando-se o delito que lhe é atribuído, sendo fruto de ódios políticos. Termina pedindo a absolvição dêsse denunciado.

O dr. Lacyr Ferreira, pelos seus defendidos, e esclarece que não resultaram provadas tivessem os acusados procurado formar organismos para-militares e seus defendidos nenhuma participação tiveram na chamada organização dêsses grupos. Menciona depoimentos de testemunhas segundo as quais os acusados são campônios que desconhecem o significado da palavra subversão. Cita decisões do Egrégio Superior Tribunal Militar e conclui pedindo a absolvi-

absolvição.

Por despacho de fls.950, o titular dêste Juízo deferiu requerimento do dr. Procurador, determinando fôsem riscadas expressões que infringem a ética, constante das razões de fls 942/945.

No dia 14 de maio de 1968, o processo foi retirado de pauta em decorrência do adiantado da hora. A 6 de agosto não houve julgamento por ter faltado um dos srs. Juizes (fls 962 e 965). A 15 de setembro faltaram dois srs. Juizes impedindo a realização do julgamento (fls.970). No dia 30 de janeiro, o adiantado da hora, em virtude de audiência com mais de duas dezenas de acusados presos, impediu a realização do julgamento (fls.982/985). A 10 de junho o julgamento foi adiado a requerimento da defesa (fls.989).

Designado o dia de hoje, presente os srs, membros do Conselho Permanente, o dr. Procurador Militar, em exercício e os - drs. Advogados, não compareceram os acusados.

O dr. Procurador Militar orienta sua explanação dentro do que se encontra exposto nas alegações finais e pede a condenação dos acusados à pena de

Os drs. Advogados, em suas orações procuram ressaltar trechos de maior importância constantes das alegações escritas e pedem a absolvição de seus defendidos.

Não havendo réplica, passa o Conselho a se reunir em sessão secreta.

É o relatório.

Conforme verifica-se dos autos, o inquérito que deu origem à ação penal desenvolveu-se nas cidades de Francisco Beltrão Santo Antônio, Capanema e Dionízio Cerqueira.

Em Francisco Beltrão, Francisco Padejara, colheu apenas uma assinatura de pessoa não denunciada (fls.19), tendo recebido cópia de ata de Agenor de Almeida que, por sua vez, recebeu de Petrônio Rondes de Moraes (fls.21). Este acusado escreveu à Mayrink Veiga, pedindo o livro "Coluna por um", recebendo-o e também telegrama de Brizola, acusando a remessa de instruções para formação de grupos de onze, instruções essas que chegaram posteriormente. Providenciou cópias de atas entregando-as a Agenor de Almeida e a outras pessoas que não foram denunciadas (fls.23).

Agenor de Almeida forneceu, ainda, cópia de ata a Manoel Alves de Camargo que, após preenchê-la, devolveu a Agenor de Almeida, isso dias antes do movimento revolucionário (fls.22).

Jahyr de Freitas foi a única testemunha ouvida a respeito das ocorrências havidas em Francisco Beltrão, declarando, perante o encarregado do inquérito, que Petrônio Rondes de Moraes --

Morais sempre demonstrou simpatia pelo então deputado Brizola, com idéia voltada para as causas dêsse ex-parlamentar e assim fazia a fim de melhorar seu padrão de vida, pois pretendia sua readmissão na Colônia Agrícola e teve conhecimento de que êsse denunciado estava empenhado na formação de grupos de onze, após a instauração / do I.P.M. (fls.33). Em Juízo, confirma o depoimento anterior, esclarecendo que ouviu comentários no sentido de que Petrônio recebeu correspondência de Brizola, não sabendo se tinham a finalidade de constituir grupos de onze. Refere-se a êsse acusado e a Agenor, dizendo que são homens pacíficos e bons chefes de família (fls.826 e 827).

Em Santo Antônio, registra-se uma reunião promovida -- por Armando Grossklaus que convidou Basílio Lopes da Silva e Wunibaldo Rech, tendo João Armando Pereira Nunes comparecido a convite de Basílio. Após tratarem sôbre conservação de estrada, passaram a conversar sôbre a finalidade dos grupos de onze e resolveram organizar dois grupos, sendo escolhido Wunibaldo Rech, para chefe de um, e João Armando Pereira Nunes, para chefe do outro, tendo João Armando completado seu grupo, enviando a lista para Brizola, por intermédio da Rádio Mayrink Veiga (fls.70,71,73 e 206). Ainda, em Santo Antônio, Hipólito Savoldi afirma ter sido o primeiro a assinar uma relação destinada a formar grupo de onze (fls.68).

A Procuradoria arrolou somente Reinoldo Hoff, como testemunha da cidade de Santo Antônio. Em seu depoimento, refere-se a Fernandes Batista Camargo, não foi localizado pelo encarregado do inquérito. Segundo essa testemunha, Fernandes ouvia frequentemente a rádio de Cuba, na rodoviária de propriedade do declarante. Êsse acusado reiteradas vezes pediu a Reinoldo para assinar lista destinada a formar grupo, de onze, sendo repellido (fls.66). Em Juízo, a mesma testemunha confirma o depoimento anterior, esclarecendo que Fernandes Camargo recebeu carta de Brizola, tendo organizado assiduo, tendo angariado assinaturas e convidado elementos para fazerem parte dêsses grupos, assim como criticava as instituições democráticas do país, dizendo que a ordem jurídico-social seria mudada, com distribuição de terras, gêneros alimentícios (fls.629). Na cidade de Capanema, temos a atividade de Antônio Rossin que promoveu reunião de moradores a fim de constituir três grupos de onze, ficando com a liderança de um dêsses grupos, enquanto a dos dois outros foram entregues a pessoas não incluídas na denúncia. Em seguida, passou telegrama a Brizola e procurou entrevistar-se com o ex-deputado, indo a Guanabara, Uruguaiana e Santo Ângelo, com essa finalidade, conseguindo seu intento, em Porto Alegre-(fls.265/266).

Antônio Rossin distribuiu cópias de atas para outros acusados como Alfredo Konzen após ter preenchido, devolveu a Antônio Rossin (fls.104): a João Parizotto que mostrou a outros morado

moradores, depois do têrço, sendo preenchidas duas listas e devolvidas a Rossin (fls.106); a Paulo Rossin que a completou e devolveu a Antônio Rossin, seu irmão (fls.107); a Joaquim Fortunado do Amarral, por ser analfabeto, mandou sua mulher ler, não tendo completa do sua lista, porquanto houve o movimento revolucionário e, assim, entregou a relação ao Delegado de Polícia de Capanema (fls.116); Júlio Sehn recebeu o modelo de João Rolin e também entregou incompleta à Delegacia, após março de 1964 (fls.117).

Ainda em Capanema, o acusado Miguel Alves Rodrigues, ou vindo os apêlos de Brizola pelo rádio, elaborou uma áta, porém não chegou a completar o grupo porque erraram no cabeçalho (fls.101).

A testemunha Alfrêdo Deifeld, residente em Capanema, declara que Antônio Rossin pediu ao vereador João Lautart, durante a solenidade de inauguração do sub-diretório do P.T.B., que informasse aos presentes a finalidade dos grupos de onze. O depoente, em outra oportunidade, presenciou discussão na qual Antônio Rossin dizia que Brizola não era comunista e iria a Guanabara falar com Brizola a fim de perguntar se o mesmo era ou não comunista (fls.102). Em Juízo confirma o depoimento anterior, esclarecendo que Antônio Rossin organizou assinaturas e convidou diversas pessoas para grupos de onze. Diz que êsse acusado é de bom procedimento, ajudando seus vizinhos (fls.669/670).

8 Finalmente, em Dionízio Cerqueira, Inácio Orsi e José Farias, ouvidos como testemunhas e incluídos na denúncia, dizem -- que receberam cópias de átas de Alcides Tronco e tais grupos destinavam-se a conseguir medição de terras, conforme informou Alcides Tronco aos dois e também Guido Schreiner a José Farias. Ambos colheram assinatura, atendendo a pedido de Alcides e devolveram as átas, sendo que Inácio colheu assinatura de pessoas de sua família (fls.153/154).

Alcides Tronco, por sua vez, afirma que as cópias de átas lhe foram entregues por Guido a fim de que fornecesse a quem pedisse. Alcides mandou sua filha fazer cabeçalhos das átas, entregando-as a Inácio, José Farias e Outros. Acrescentam que Guido falou sobre armamentos que seriam distribuídos nas grandes cidades. Informam que o endereço da Rádio Mayrink Veiga, para onde remeter as átas, foi colocado no envelope por Gilberto Schreiner Pereira - (fls.136).

Gilberto Schreiner Pereira declara desconhecer estivesse Alcides Tronco envolvido em atividades para formação de grupos de onze e que Tronco nunca esteve em seu Cartório a fim de solicitar endereço da Rádio Mayrink Veiga e nunca enviou correspondência a essa emissora (fls.152).

Guido Schreiner Pereira nega qualquer participação em formação de grupos de onze. pois nunca desenvolveu atividades polí

=7=

políticas, dedicando-se exclusivamente a sua vida profissional. -
Atribui a acusação, feita por Alcides Tronco, a inimizade política
de Heitor de Angeli com seu pai, tendo Heitor prometido defender -
Alcides Tronco se êsse denunciado fizesse acusações aos filhos de
Dalilo, isto é, Guido e Gilberto. Seu irmão, Gilberto, pertencia ao
P.S.D. e teve acirrada luta eleitoral com o ex-P.T.B., ao qual Al-
cides pertencia (fls.241).

Bebiano Barbosa e Ângelo Ganzer, residentes em Dioní-
zio Cerqueira foram ouvidos como testemunhas. No inquérito, Bebia-
no declara que Guido disse-lhe que havia entrado armas no Brasil e
foram apreendidas enquanto Ângelo esclarece que Alcides Tronco mo
trou-lhe uma áta para formação de grupos de onze e perguntou se Â-
ngelo queria ser o chefe de um dêles que destinavam-se a conseguir
medição de terras, tendo Alcides informado que Guido era o organi-
zador dos grupos (fls.153/154). Ângelo Ganzer e Bebiano confirmam
os depoimentos anteriores (fls.645 e 646).

Ainda no inquérito realizou-se acareação entre os acu-
sados Alcides Tronco e Guido Pereira, tendo ambos mantido suas de-
clarações anteriores, admitindo Guido que conversou com Alcides, po
rém não fêz referencia a organização de grupos de onze (fls.254).

As testemunhas de defesa nenhum esclarecimento fornecem
sôbre o fato descrito na peça acusatória, esclarecendo que os acu-
sados que as arrolaram são de bom procedimento e referem-se às acir-
radas lutas políticas, próprias de cidades pequenas (fls.887-usque
894). Os documentos fornecem uma idéia do modo de vida de um dos
acusados (fls.783/785) e declarações abonando a conduta dos denun-
ciados (fls...).

Dentre os que compareceram ao interrogatório, apenas -
Guido Schreiner Pereira presta declarações dizendo que as acusa-
ções existentes nos autos foram feitas por Heitor de Angeli, con-
trabandista de café, que preparou pessoas para deporem contra o
acusado em virtude de Guido ter auxiliado na apreensão de contra-
bando e por ódio político a seu pai que era do ex-P.S.D., enquanto
Heitor era do ex-P.T.B. (fls. 920).

Diante do exposto, verifica-se que Antônio Rossin, Pe-
trônio Rondes de Moraes, João Armando Pereira Nunes, Alcides Tron-
co e Guido Schreiner Pereira exerceram atividade efetiva, no senti-
do de organizar os denominados grupos de onze, conhecendo a finali-
dade combativa dêsses grupos e influenciando pessoas de nível cultural
mais baixo, no sentido de preencherem as relações a fim de criarem
êsses organismos prontos para oferecerem cobertura a seu idealiza-
dor, o ex-deputado Brizola, pelo poder.

Por essa razão, a cobertura dêsses acusados tipifica-
-se o delito definido no art. 24 da Lei 1802/53, atualmente art.36,

=8=

10^a
17

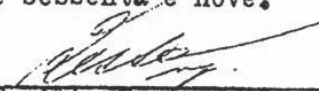
art. 36, do Dec-Lei 510/69 e, assim sendo, RESOLVE o Conselho Permanente de Justiça, por maioria de votos, CONDENAR, como condenado tem, os acusados - ANTONIO Rossin[†], PETRÔNIO Rondes de Moraes[‡], JOÃO ARMANDO Pereira Nunes, ALCIDES Tronco[†] e GUIDO Schreiner Pereira[†], já qualificados anteriormente, à pena de 6 meses de reclusão, como incursos nas sanções do art. 24, da Lei 1802/53, em definitivo. A pena dos acusados Antônio Rossin, Alcides Tronco e Guido Schreiner - Pereira foi fixada nos termos do art. 229, § 2º, do C.J.M..

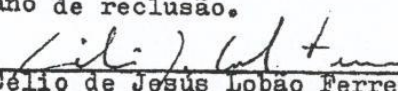
RESOLVE, ainda, por unanimidade de votos, ABSOLVER, como absolvido tem, os acusados: FRANCISCO Padejara, AGENOR de Almeida, MANOEL Alves de Camargo, HIPÓLITO Savoldi, ARMANDO Grossklaus, BASÍLIO Lopes da Silva, EUNIBALDO Rech, MIGUEL Alves Rodrigues, ALFREDO João Konzen, JOÃO Parizotto, PAULO Rossin, JOAQUIM Fortunato do Amaral, JÚLIO Sehn, INÁCIO Orsi, JOSÉ Farias, GILBERTO Schreiner Pereira e ~~FERNANDES Batista Camargo~~, todos anteriormente qualificados, por não terem ficado suficientemente provado, nos autos, os fatos -- que lhes são imputados na denúncia.

Expeça-se os mandados de prisão, lançando-se os nomes dos condenados no respectivo rol.

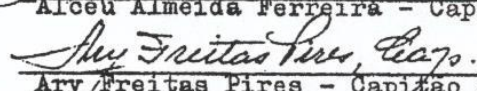
P.R.I. e Comunique-se.

Sala das sessões dos Conselho de Justiça da Auditoria da 5ª Região Militar, em Curitiba, Paraná, aos vinte e sete de junho de mil novecentos e sessenta e nove.



Ercílio Bessa de Carvalho, Major Presidente
Vencido quanto à pena aplicada aos condenados: ANTONIO Rossin, ALCIDES Tronco e GUIDO Schreiner Pereira, pois os condenava a um ano de reclusão.


Célio de Jesus Lobão Ferreira - Juiz Auditor
VENCIDO - Votei em separado.)


Alcêu Almeida Ferreira - Capitão Juiz


Ary Freitas Pires - Capitão Juiz

VENCIDO quanto à pena aplicada aos acusados ANTONIO Rossin, ALCIDES Tronco e GUIDO Schreiner Pereira, pois os condenada a um ano de reclusão.


Jorge Zarur - Capitão Juiz.



CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA RÁDIO EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Rosana Déa Marques Gonsalves¹

Resumo: O trabalho que segue, trata-se de pesquisa engajada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Unioeste, junto a Linha de Práticas Culturais, sob a orientação da Dra. Geni Rosa Duarte. A pesquisa buscará discutir o cinema itinerante enquanto prática cultural no espaço transfronteiriço do Oeste do Paraná, a partir da década de 70, através da trajetória do radialista Hilário Ermindo Kelh, popularizado pelo personagem Alemão Louco. A pesquisa sobre o cinema itinerante, está relacionada á análise dos programas de rádio onde atuou o personagem. A rádio local é avaliada enquanto ferramenta conflitante na instituição de memórias neste espaço multicultural. A reflexão inicial se concentra em torno da rádio e de seus programas em Marechal Cândido Rondon, inseridos nesse espaço de fronteira (Brasil/Paraguai). As fontes utilizadas fazem parte da documentação pessoal do radialista, publicações locais e relatos orais. A análise a seguir, faz parte de uma das reflexões engajadas a tal pesquisa e objetiva discutir alguns aspectos sobre a instauração da Rádio Difusora do Paraná em Marechal Cândido Rondon e o apoio do Estado no momento de sua inauguração em 1966. Nesta breve análise, procurarei apontar alguns questionamentos acerca de uma instituição de uma memória germânica que se utiliza do papel do rádio, no entanto, não contempla o projeto homogeneizador na sua totalidade.

Palavras-Chave: Rádio, Fronteira, Memória

Diversos são os meios de comunicação, e diversos os seus papéis socioculturais no decorrer dos tempos. O rádio, enquanto instrumento integrante desta pesquisa ganha um destaque, não somente pelo seu alcance no período pesquisado, mas por se tratar de um dos meios, com maior alcance nesta região de fronteira no período abordado (décadas de 60/70/80). Uma época, que mesmo o sistema de telefonia do Paraná era defasado, o rádio já foi também um instrumento de comunicação entre parentes e amigos, às vezes próximos, outros mais distantes, no Brasil e no Paraguai, por exemplo.

Nos programas de rádio mais populares eram solicitados pelos ouvintes desde músicas, votos de aniversário, avisos sobre festas, nascimentos, óbitos e recados diversos. Os recados em sua maioria, pessoais, tinham seu destino às localidades onde não havia alcance do sistema de telefonia, e eram para muitos o único meio de saber notícias sobre seus familiares.

Além desse papel realizado pela rádio e integrado em alguns programas da região no período em questão, sabemos a força deste instrumento de comunicação de massa e sua utilização por grupos dominantes, na utilização da coerção de forças em prol dos seus interesses múltiplos e em diversas espacialidades, muito além do município de Marechal

¹ Bolsista Capes do Programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu* em História-UNIOESTE

Cândido Rondon.

Apenas para reforçar, no caso específico desta localidade, isso não foi diferente. Em Marechal Cândido Rondon, avaliado nas duas principais rádios da cidade, há uma conversão no discurso homogeneizador em prol da germanidade e da fixação memorial através do rádio. Os interesses implícitos, vão desde a implantação de novas tecnologias utilizadas pelo agricultor, e neste caso, favorecendo grupos e cooperativas de sementes e insumos, ou popularizando a germanidade local, a fim de alavancar a área, como atrativo turístico já em meados da década de 1980. O discurso anterior, ainda romantizado, sustentava as ideologias voltadas ao comércio no pequeno espaço urbano, e o local ideal para se viver e manter-se os bons costumes, que eram voltados ao tradicionalismo germânico.

De qualquer forma, tais discursos se convergiam de um modo geral aos interesses do Estado e a favor do capital, conforme observa Marli Schlosser em seu trabalho a respeito do papel da mídia local, em que “*a produção discursiva encaminha ao público ouvinte determinada explicação dos fatos. Ao participar da construção da identidade local, reforçam-se os valores de interesse do capital*” (SCHLOSSER, 2011, p.83-96).

Embora o trabalho citado trata de outros aspectos, principalmente da força motriz que impulsiona ações na agricultura local, a convergência consiste no fato de salientar em seu trabalho o poder da mídia local através do rádio.

O rádio, ainda nas décadas que seguiram e mesmo com o advento da popularização da televisão, trabalha questões amplas que chegam em suas especificidades locais., em que se parte de um espaço largo, de assuntos gerais sobre o Brasil e o mundo, para um espaço específico local. Isso constrói a popularidade dos programas mais atraentes, pois transmitem como “verdades” absolutas, as “verdades” específicas locais, bem como o cotidiano local. Além do alcance deste meio, o rádio popularizou-se em função do seu custo em relação à televisão, tornando o acesso a um número maior de pessoas.

Em Marechal Cândido Rondon, a primeira rádio a ser inaugurada foi a Rádio Difusora do Paraná em 1966. O processo para licença iniciou-se no início da década de 60, através do empenho do prefeito da cidade Arlindo Alberto Lamb. As dificuldades em torno do licenciamento da rádio, foram justificadas pelos órgãos responsáveis, por se tratar de uma cidade muito próxima à região de fronteira. Os esforços empreendidos para a conquista da concessão, só foram possíveis, porque aliado à insistência em se obter uma concessão de rádio, houve o alijamento ao Estado para que isso fosse possível.

Desta forma,

A aparelhagem foi instalada no Edifício dos irmãos Lamb (antiga rodoviária) e Arlindo arrumou um apartamento para que Antonio Maximiliano pudesse morar. No fim do ano de 1963, foi enviada uma autorização para que a rádio entrasse no ar em caráter experimental. Seriam 120 dias para então, receber a licença definitiva. Esse prazo iria terminar no dia 17 de abril de 1964. Mas, no dia 31 de março aconteceu a Revolução no Brasil. Derrubaram então o presidente da república, João Goulart, e Arlindo já sabia que a licença definitiva não sairia. Por isso, mais uma vez ele voltou ao Rio de Janeiro, quando soube que o processo estava cancelado. Percebendo desânimo de Arlindo, um funcionário do Contel questionou se ele não tinha um amigo general que tivesse participado da Revolução para ajudar a conseguir a concessão da emissora, pois se tivesse, com certeza conseguiria a rádio. Lamentavelmente, Lamb não tinha nenhum amigo general. Fora isso, a situação da emissora poderia ainda ficar mais complicada porque os sócios eram do PTB, e o governo que havia sido derrubado era

justamente o do mesmo partido. No entanto, o funcionário do Contel garantiu que isso não era problema e indicou a Arlindo um general da reserva. Lamb pegou o endereço e foi procurar o general Aloísio Codim Guimarães. Ele recebeu o rondonense muito bem, e este, por sua vez, explicou toda a situação. O general se dispôs a ajudar, mas exigiu uma participação na firma. O que foi aceito (WILMSEN, KUNZLER, 2006,p.23).

Assim, conforme as autoras apontam em sua obra (WILMSEN, KUNZLER,2006), o desfecho da inauguração da rádio ocorreu somente após a alteração contratual da rádio e admissão como novo sócio proprietário, o general Aloísio Condin Guimarães. Após a alteração contratual, ainda contaram com uma amiga do general funcionária do Contel², que conforme apontou o general ao Arlindo Lamb, era necessário gratificá-la com um anel de brilhantes custeado pelo pleiteante da rádio. Após alguns retornos ao Rio de Janeiro e a documentação sendo regularizada, ocorreu então a inauguração da primeira rádio de Marechal Cândido Rondon, em 19 de novembro de 1966, com direito a festa comemorativa no antigo Clube Aliança da cidade.

O que podemos refletir acerca dessas informações, é pensar que em primeiro lugar, havia uma necessidade de um grupo local obter uma concessão de rádio que estivesse sob o comando dessas lideranças locais, já que a cidade não estava alheia aos sinais das rádios das cidades vizinhas e a emancipação da cidade ocorrera em 1960. Os laços entre os sócios proprietários da rádio, seguiam também de encontro com suas necessidades políticas, os demais sócios todos eles tinham inserção direta não só nas políticas locais, mas estavam ligados ao PTB. Os primeiros sócios foram: Helmuth Priesnitz, que era o presidente da câmara dos vereadores da cidade, Alfredo Wanderer (pai de Werner Wanderer que era o vice-prefeito) e Egon Bercht, deputado federal do PTB e o prefeito Arlindo Lamb, também do mesmo partido.

Nesse sentido, podemos pensar, que o processo de constituição dessa primeira rádio, tinha interesses políticos, já que se tratava de um meio de comunicação que atingiria um número maior de pessoas. E uma maneira de se ter certo controle, do que seria transmitido e publicizado aos ouvintes.

Em Segundo lugar, é pensar que mesmo após o Golpe de 1964, e o AI-2 (1965) que instituía o bipartidarismo no país, não houve aplicabilidade direta em Marechal Cândido Rondon, pois o prefeito petebista Arlindo Lamb permaneceu no mandato até a nomeação de Dealmo Selmiro Poersch/UDN (que era vice-prefeito de Wanderer) ocorrida somente em 1970. E mesmo com a criação em 1967 da Área de Segurança Nacional, e a cidade se localizar na região de fronteira, o processo de instauração da rádio não foi afetado.

Assim, é passível de considerar que tanto o Estado, bem como as relações que esses primeiros sócios tinham politicamente, reforçaram a necessidade de se obter uma rádio numa região fronteira que é a de Marechal Cândido Rondon. E que ao mesmo tempo, a insistência desse grupo em obter a concessão da rádio obteve o apoio direto do Estado na figura do general. E dessa forma, sem o engajamento do general como sócio, a inauguração dessa primeira rádio possivelmente não sairia. Além disso, uma maneira de reforçar interesses políticos locais/estaduais aos laços então federais daquele momento, onde além de partidos, os meios de comunicação eram mais rigorosamente controlados após o Golpe

² CONTEL era o órgão responsável pela censura dos meios de comunicação, após o AI-5 de 1968, sendo comandada pelo SNI e pelo DOPS vetava qualquer notícia de manifestação comandada por estudantes. Música, programas televisivos, programas de rádio, cinema, livros e jornais eram todos avaliados antes da publicação.

de 1964.

As autoras seguem contando as dificuldades relatadas pelo “protagonista”, mas em seu trabalho, no que confere às informações da fundação da rádio, não há entrevistas dos demais integrantes que participaram do processo desta fundação.

Apesar da importância do trabalho citado – que a princípio foi um norte condutor para um contato inicial com fragmentos de uma história midiática de Marechal Cândido Rondon – as autoras apresentam certo reducionismo na condução de sua pesquisa ao se proporem realizar um trabalho com um amplo caráter narrativo e jornalístico que seria uma suposta história das mídias contadas por seus próprios protagonistas, mas que deixa uma série de sujeitos históricos, que participaram ativamente deste processo, marginalizados ou até ignorados, como é o caso de Hilário Kehl e Walter Basso que estavam vivos na época da pesquisa.

Existem diferentes possibilidades para tal marginalização, mas devemos considerar também as pretensões implícitas da própria imprensa local e de seus interesses particulares, em que uma das autoras é familiar de um dos sócios-proprietário e fundador de O Presente, um jornal impresso que não deixa de representar interesses de um grupo seletivo em Marechal Cândido Rondon. E neste sentido, há que se pensar novamente em Alessandro Portelli (1997), principalmente no que diz respeito a memorialização através do processo seletivo, onde a memória individual se processa no que diz respeito ao que deve ser salientado e ao que se deseja ser silenciado. Neste trabalho, há falta de criticismo na narrativa do entrevistado, uma aceitação plena do contado, do memorializado pelo “protagonista” e sedimentado novamente como memorialização na publicação do livro como proposta de se tornar série.

De qualquer forma, é já a partir das primeiras décadas de instalação da rádio, que sua programação se volta a tentar instituir uma memória germânica e homogeneizadora na cidade de Marechal Cândido Rondon, pensando não apenas os aspectos culturais, mas utilizando esses programas como ferramenta de controle social e político.

No decorrer da pesquisa, é possível perceber que embora haja uma tentativa de inserir uma série de elementos que promovam uma identidade homogênea local, o controle foge a regra quando se trata em particular de um programa humorístico. Assim, em seus programas nesta rádio, Hilário Kehl, radialista, desde a sua inauguração, cria o personagem de cunho humorístico, o Alemão Louco. Ao incorporar nesta programação, uma participação ativa dos ouvintes que lhe escreviam cartas solicitando desde músicas a recados diversos a outros ouvintes, é possível perceber que essa homogeneização pretendida não ocorre em sua totalidade. A análise efetivada sobre o personagem, seus programas e a documentação, permite esta avaliação a qual está se processando na atual pesquisa.

Neste breve texto, procurei apontar alguns aspectos de como o Estado, bem como alguns grupos locais articularam a inauguração da primeira rádio, e como os interesses locais se aliaram ao Estado para garantir que a mesma se regulamentasse num cenário ditatorial após o Golpe de 1964.

Referência bibliográfica

DUARTE, Geni Rosa. **Múltiplas vozes no ar: o Rádio em São Paulo nos anos 30 a 40.** Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2000.

HALL, Stuart. In: (Org).SOVIK, Liv. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte:ed.UFMG;Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n 3,1989, p.3-15

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História. São Paulo, PUC, nº15, 1997.p.16.

SCHOLOSSER, Marli Terezinha Szumilo Formadores de Opinião da Mídia no Campo: imprensa x informação no extremo Oeste do Paraná. In: VANDERLINDE, Tarcísio. (Org.). **Fronteiras: impactos socioambientais na terra prometida**. Porto Alegre: ed.Evangraf, 2011.p.83-96.

STEIN, Marcos Nestor. **A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon - PR (1946-1996)**. Florianópolis: UFSC, 2000. (Dissertação de mestrado em Historia/UFSC)

URNAU, Iraci Maria Wenzel. **Autoritarismo, rádio e a idéia de nação**. Rio de Janeiro: UFF/UNIOESTE, 2003. (Dissertação de mestrado em Historia/UFF/UNIOESTE)

WILMSEN, Ana Paula; KUNZLER, Maria Cristina. **Mídia e Memória**: estórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Cândido Rondon contadas por seus protagonistas. Marechal Cândido Rondon: Ed. Germânica, 2006.

Em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/censura-no-regime-militar/>>
Acesso em 12/08/2013

AS EFEMÉRIDES NO JORNAL DO COMÉRCIO DE CAMPO GRANDE DURANTE A PRIMEIRA FASE DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Sabrina Rodrigues Marques¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as datas comemorativas de cunho patriótico no Jornal do Comércio em Campo Grande, na primeira etapa da ditadura civil-militar. No decorrer destes primeiros anos da ditadura foram celebrados e/ou instituídos, vários dias comemorativos, com intuito de incentivar a adesão social com base na “ordem” e a “segurança da nação brasileira”. O Jornal do Comércio, em suas páginas, promoveu, não só por meio das festividades, como também por meio de propagandas anticomunistas e mensagens ideológicas dirigidas, a sustentação da ditadura civil- militar. Além disto, o Jornal do Comércio procurou definir sua postura como um mecanismo político e ideológico de legitimação e apoio a um governo formalmente ilegítimo. Assim, o regime militar decretou feriados nacionais assim como construiu mitos e símbolos, para formar uma memória coletiva adequada aos propósitos autoritários do regime, forjando um ideal conservador de uma “democracia nacional” e de certa exigência do “compromisso da nação brasileira” com o país. A partir destas premissas, este trabalho propõe-se a evidenciar quais foram os papéis destas efemérides na legitimação da ditadura e a cooptação de diversos setores sociais, o trabalho busca os significados destas datas, quais suas mensagens, influências e reflexos ocasionados no período

Palavras-chaves: Ditadura civil-militar- Imprensa- Efemérides.

"O Arauto do Bem e da Verdade": o Jornal do Comércio na primeira fase da Ditadura civil-militar

“O Arauto do Bem e da Verdade”, como se auto denominava o Jornal do Comércio, foi fundado em 1921, pelo Dr. Jaime Ferreira de Vasconcelos, Presidente da Associação da Imprensa Mato-grossense e da Associação Brasileira de Imprensa e membro da Academia Mato-grossense de Letras, teve como diretor seu próprio fundador e, como Redator-Chefe, o Dr. Amintas Maciel. Deve ser destacado que o jornal se proclamava como sendo um “órgão dedicado exclusivamente aos interesses legítimos do comércio e das classes produtoras”.²

Além disso, cabe destacar que o Jornal do Comercio, era o único diário de toda a região Sul de Mato Grosso e o terceiro mais antigo do Estado. Sendo assim, neste trabalho, nos propomos a analisar este importante veículo de informação, destinado aos comerciantes e aos donos dos meios de produção, em sua atitude frente ao Golpe de 1964 legitimando um governo ilegal e ilegítimo, por meio da construção de mitos e

¹ Sabrina Rodrigues Marques, Curso de História, graduando 6º semestre/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Jornal do Comércio. 13/04/1921, p.1.

comemorações, para a formação de uma memória coletiva na cooptação de diversos setores sociais.

O periódico por sobressair-se no antigo estado como um grande veículo de informação tornou-se importante mecanismo de expressão de opinião publicada. Seu papel como imprensa não se restringiu apenas em relatar os fatos, mas também, a opinar posicionando-se politicamente e influenciando na legitimação do governo.

[...] Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. Na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro os recursos para a sedução do público são indispensáveis [...]. (CAPELATO, 1938, p.15).

Em toda a produção onde o tema é a imprensa e o jornal, é necessário atentar-se ao teor tendencioso e subjetivo que possui este veículo de informação, mesmo quando este tenta construir o mito da objetividade jornalística, portadora da verdade e proporcionando-nos um relato "verdadeiro" e imparcial dos fatos:

[...] As duas posturas são contestáveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social [...](CAPELATO,1938,p.21).

No Jornal do Comércio todas as notícias estão mergulhadas em inúmeros anúncios e propagandas do comércio local. Assim, nas manchetes atrativas de empresas comerciais exibiam publicidade de diversos produtos (máquinas de costura, óculos, pomadas, bicicletas, gás, etc.). A partir dessas especificidades podemos perceber, primordialmente, o financiamento do jornal pelas empresas e casas comerciais privadas, as publicações deste diário, sempre estiveram preocupadas em projetar uma imagem positiva e conciliatória durante este regime.

As Efemérides no Jornal do Comércio durante a Ditadura civil-miliar

Na primeira fase da ditadura, examinando a construção do periódico, é perceptível a grande mudança, o jornal se estrutura e se reestrutura seus editores, edição, os números das paginas, propagandas, os valores dos exemplares.

Durante as análises do periódico, observam-se publicações sobre datas comemorativas que foram celebradas e instituídas, com intuito de promover a “democracia nacional” e o “compromisso da nação brasileira” com o projeto do governo.

Entre os exemplares analisados pode-se perceber que a construção de uma “imagem democrática”, se dava por meio de informações sobre os governos ditatoriais, em grandes manchetes, discursos anticomunistas, mensagens ideológicas dirigidas e celebrações de datas comemorativas. A pesquisa constatou a peculiaridade do jornal, ao tratar de forma explícita e clara seu posicionamento político e ideológico durante o Golpe militar.

As datas comemorativas observadas continham “cunho patriótico” que promovia a “adesão social e a cooptação de setores sociais”, essa construção da memória coletiva nacional forjada por este governo ditatorial, será legitimada pelos jornais, por meio de festividades e outros eventos midiáticos.

[...] A memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes [...] A memória é constituída por pessoas e personagens, a memória nacional constitui um objeto de disputa importante e são comuns os conflitos para determinar que datas e acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo[...] (POLLAK,1992,P 201,204).

Os dias celebrados e instituídos, durante o regime, publicados pelo Jornal do Comercio, serão o “Dia do Soldado, a Semana da Pátria, o Dia do Reservista, o Dia do Ex-combatente e o 1º Aniversário da Revolução”. Também podemos inferir que neste mesmo diário existem outras comemorações que se designam ao calendário nacional.

Tais celebrações, como o “Dia do Soldado, a Semana da Pátria e o Aniversário da Revolução” instituído no ano de 1965, eram anunciados em grandes manchetes, na primeira pagina, e no decorrer do jornal, com colunas que permitiam a discussão do dia celebrado, acompanhados de crônicas e instituições prestando honras. Já as outras celebrações como o “Dia do Reservista e o Dia do Ex-Combatente” estão publicadas e acompanhadas por convites para comemorações que o governo oferece para os civis e militares.

As datas traziam no corpo do texto, mensagens e significados para a população local e nacional, já que as mesmas eram comemoradas em todas as regiões do país. O governo busca legitimar o golpe, forjando um ideal conservador de uma “Consciência e o Compromisso da Nação”. Demonstraremos alguns exemplos de como se davam estas comemorações pelo Jornal do Comércio:

1º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO

[...] Ao ensejo do 1.º aniversário da Revolução Democrática Brasileira que restaurou o princípio da autoridade e estabeleceu o primado da ordem na administração pública, do respeito á autoridade constituída e da responsabilidade no manuseio do patrimônio nacional, congratulamo-nos com o povo brasileiro pelo advento desta nova era dentro da qual o Brasil, superado o período intermediário e provisório de adaptação á realidade, poderá oferecer aos seus filhos o progresso e o bem-estar social tão ansiosamente aguardados e audaciosamente explorados pela inconsciência de uns pela má fé e desídia de outros. [...]

DIA DO SOLDADO

[...] Na faustosa efeméride de hoje, em que se comemora o “DIA DO SOLDADO”, saudamos os bravos homens de armas que mantêm intangíveis as virtudes morais e cívicas do imortal Duque de Caxias, o guerreiro pacificador que honrou e dignificou os fastos históricos da Pátria e do Continente. Saudamos o indestrutível Exército de Caxias! [...].

DIA DO RESERVISTA

A data de hoje é consagrada as comemorações do Dia do Reservista. Foi escolhido em homenagem ao grande vulto das letras nacionais, OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUIMARAES BILAC, pela sua excepcional participação na formação de uma consciência nacional, voltada para o amor á Pátria, o desejo de engrandecê-la e o dever defendê-la em quaisquer circunstancias. As comemorações do Dia do Reservista em um duplo aspecto: Ao mesmo tempo em que reverenciam a memória de Olavo Bilac, patrono do Serviço Militar, mantêm estreitos laços entre o Exército ativo e a reserva, numa perfeita identificação de sentimentos e

aspirações para que o Brasil seja cada vez mais forte unido espiritual e materialmente, próspero e feliz, tal como sonhou o grande profeta.

Essas celebrações durante este regime militar vêm com intuito de promover a “memória coletiva nacional”, por meio de valores morais e cívicos forjando um “ideal patriótico”. Para que este governo pudesse concretizar o seu “projeto autoritário”, não só buscará uma “harmonia civil e militar”, como tentará manter esse sentimento de “compromisso da nação” voltada para os atos deste governo ilegítimo.

Considerações Finais

Durante a pesquisa pode-se entender que o jornal não só legitimou o Golpe de 64 por meio dos discursos anticomunistas como também usufrui dos discursos da imprensa por meio de datas comemorativas para promover uma “comunhão de interesses” que pretendia enquadrar, disciplinar e doutrinar a sociedade civil para facilitar a aceitação de um projeto de Estado autoritário.

As publicações feitas pelo Jornal do Comércio advinham de uma classe elitista e produtora, que precisavam manter a harmonia entre Estado e setores privados, todas as datas analisadas tinham em suas mensagens, ideais conservadores, para que a população aderisse este projeto de governo, esses ideais eram sempre a religiosidade, os valores morais e cívicos que não só remetiam aos civis como também os militares ativos e a reserva.

Essas efemérides comemoradas e instituídas vêm com intuito de mascarar uma “harmonia civil-militar” para o que estava acontecendo na época, sempre tentando construir uma memória coletiva, para legitimar não só os atos ilegítimos da repressão e da supressão dos seus opositores, como também instaurando uma “Doutrina de Segurança Nacional” para consolidação de um governo ilegítimo.

Referência bibliográfica

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978)**. Bauru: EDUSC, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

Jornal do Comércio (1964); Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

Jornal do Comércio (1965); Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS).

MENDONÇA, Rubens de. **História do Jornalismo em Mato-Grosso**. [S.l.: s.n.]. [195-?].

SILVA, Carla Luciana . **Imprensa e Ditadura militar padrões de qualidade e construção de memória**. Revista História & Luta de Classes, N 1º, 2004, p. 43-54.

POLLAK. Michael. **Memória e Identidade Nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10 1992.p,201, 204.

ARAKAKI, Suzana. **Dourados**: memórias e representações de 1964. Editora UEMS,2008.

COBERTURA DA REVISTA VEJA SOBRE AS PROPOSTAS DE PRÁTICAS NEOLIBERAIS DURANTE O PERÍODO DE 1985-1989¹

Suzane Conceição Pantolfi Tostes²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar e averiguar, através das matérias da revista Veja, se a mesma esteve dialogando com os políticos e economistas que propuseram algumas medidas do projeto neoliberal para o governo Sarney, como uma “alternativa” para sair da crise econômica. Pois durante os anos de 1985-1989, houve uma intensa cobrança por parte das frações da classe burguesa para que o governo realizasse medidas que diminuíssem seus gastos com o setor público, mais precisamente com as empresas estatais. As frações da classe burguesa alegavam e afirmavam que uma das causas da crise econômica era gerada pelo alto gasto do governo com as empresas estatais e o funcionalismo público. Os encaminhamentos propostos pela fração da classe burguesa vinham ao encontro das propostas do projeto neoliberal. Uma vez que as Práticas Neoliberais, só foram aplicadas amplamente no Brasil ao longo da década de 1990, com a ajuda da grande imprensa brasileira que criou consenso em torno da questão da privatização. A escolha da revista como objeto e fonte se justifica pelo fato de considerarmos Veja um aparelho privado de hegemonia, que compartilha com uma determinada classe social, no caso as frações da classe burguesa brasileira, a mesma visão de mundo e projeto social. E também por compreendermos que os meios de comunicação organizam, criam consenso em torno de idéias e projetos sociais e os disseminam entre as outras classes sociais.

Palavras - Chaves: Revista Veja, Práticas Neoliberais, Crise Econômica.

Durante os anos de 1985-1989, houve uma intensa cobrança por parte das frações da classe burguesa (mais precisamente por parte dos empresários) para que o governo realizasse medidas que diminuíssem o tamanho do Estado e seus gastos com a “máquina estatal” e com o funcionalismo público. Esses encaminhamentos propostos pela fração de classe burguesa vinham ao encontro das propostas do receituário neoliberal. Por conta do cenário vivenciado no país nesses anos, a análise das matérias da revista Veja sobre a cobertura das propostas neoliberais apresentadas como a “solução para a crise econômica brasileira”, fez-se necessária e de grande importância, para perceber se Veja esteve dialogando com os políticos e economistas que propuseram o receituário neoliberal para o governo.

É importante ressaltar que essas ditas cobranças propagandeadas pela grande imprensa brasileira, sobre a questão do tamanho e das despesas do estado e das empresas

¹ Este artigo é uma parte do 3º capítulo da minha dissertação, intitulada: **REVISTA VEJA E A LUTA DE CLASSES DOS ANOS 1980: FIESP E CNI CONTRA CUT E O PT PELO OLHAR DE VEJA DURANTE OS ANOS 1985- 1989.**

² Mestre em História pelo Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, 2012.

estatais, foram feitas com mais intensidade e agressividade a partir da década de 1990, período no qual aconteceram inúmeras privatizações no país com o consenso da maioria da população. Diga-se de passagem que, esse consenso foi forjado e criado através da disseminação nos meios de comunicação, no qual, passou-se a caracterizar as empresas estatais enquanto ineficientes, com um número alto de funcionários ociosos, empresas que só causavam despesas aos cofres públicos e não davam retorno financeiro para o governo. Para passar a impressão de que a privatização era um bom negócio e de que assim, os serviços seriam feitos com mais eficiência e com baixo custo, os meios de comunicação da grande imprensa divulgaram várias reportagens, mostrando as melhorias e ganhos que a “população” teria com as privatizações³ (BIONDI, 2003).

As matérias analisadas centraram suas atenções sobre questões como a insistência de políticos pertencentes a partidos de direita assim como empresários e economistas que passaram a cobrar do governo a diminuição dos gastos com as empresas estatais e com o funcionalismo público e ao mesmo tempo indicando como possibilidade a privatização. As matérias referentes a estas questões perpassaram pelos anos de 1985-1989.

Uma das metas estabelecidas e ponto de pauta da gestão do Governo Sarney para o ano de 1985, foi conter a inflação e diminuir o déficit público e para conseguir isso decretou um corte no orçamento do governo, mais precisamente nos gastos com as empresas estatais. A revista *Veja* na matéria do dia 10 de julho de 1985 noticiou a medida do governo de realizar um corte de 28,6 trilhões de cruzeiros, nos gastos das companhias estatais. Apesar da revista ter mostrado no início de sua matéria que o Governo Sarney estava disposto a reduzir gastos públicos, a mesma terminou a matéria dando voz a empresários privados para comentarem e opinarem sobre o corte anunciado pelo governo. Segundo *Veja*:

“O mais difícil não é decidir onde cortar, mas realmente cortar”, afirma o industrial Walter Sacca, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas. (...) O presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes Abreu, acha que o problema mal foi arranhado. “Se o objetivo é combater a inflação, o que se anunciou é muito pouco”, acredita Moraes Abreu. (...) o economista Celso Martone, professor da Faculdade de Economia da USP, acha que o governo Sarney repete os passos da gestão Figueiredo. “Eles cortaram somente o sonho”, diz Martone. “Não adianta podar previsões de gastos, planos de futuros investimentos ou mandar parar obras inacabadas.” Segundo ele é preciso cortar de verdade, e nas despesas correntes (*Veja*, 10/07/1985, Págs 85-86).

Pudemos perceber que as ditas “vozes autorizadas” pela revistas foram as falas de empresários privados para opinar sobre os cortes realizados pelo governo no orçamento das empresas estatais. Foi interessante observar que a revista terminou sua matéria mostrando que os empresários não estavam contentes com o valor do corte proposto pelo governo. Um leigo no assunto não entenderia qual a relação e ligação entre empresários, governo, cortes no orçamento público, mas o que a revista queria indicar com essas ligações era que os cortes teriam que ser mais severos às despesas com as empresas estatais, para que houvesse mais recursos para serem investidos nas empresas privadas. Mas, essas

³ A historiadora Carla Luciana Silva também discutiu em seu livro sobre o papel que a revista *Veja* desempenhou na criação de consenso entre a população, para incentivar a privatização das empresas estatais no Brasil. Ver: SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 – 2002)**. Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol. 7, Pgs.49-111.

informações a revista Veja silenciou, pois não era seu foco naquele momento e sim, criticar as atitudes do governo em propor cortes no orçamento público.

O ano de 1986 no Brasil, foi marcado pela continuidade dos altos índices de inflação, das greves que ocorriam em vários estados e pela tentativa do governo em conter a inflação e as greves, através do Plano Cruzado decretado no final do mês de fevereiro e início do mês de março. Dentre as várias medidas adotadas pelo governo como forma de contenção da crise, mais uma vez foi colocado como ponto de pauta a questão da privatização de empresas estatais, que "estariam dando prejuízo aos cofres públicos" e a necessidade de conter o número de funcionários públicos.

Na matéria do dia 14 de maio de 1986, Veja demonstrou descontentamento pelas atitudes do governo com relação a contratação de funcionários públicos, afirmando que:

"(...) o serviço público deveria não fazer qualquer nova contratação até o dia 8 de julho, de acordo com um decreto do presidente José Sarney aprovado pelo Congresso. Deveria. O Ministério da Administração abriu em Brasília, na semana passada, inscrições para contratar 176 novos servidores (Veja, 14/05/1986, pág 99).

A revista fez questão de enfatizar seu descontentamento com relação as atitudes do governo, de não levar a sério e a risca a questão da diminuição com os gastos públicos, no caso, há não contratação de mais funcionários públicos. Para reforçar ainda mais a ideia de que era muito grande o número de funcionários públicos mantidos pelo governo, Veja terminou a matéria esta matéria criticando o número de funcionários públicos presente no governo, alegando que: "O governo federal emprega quase 1,8 milhão de pessoas, muitas das quais não têm função ou nunca são vistas no local de trabalho. Esta é a realidade cada vez mais distante da intenção" (Veja, 14/05/1986, p. 99). Mais uma vez, a intenção da revista, com estas colocações, foi desmoralizar o funcionalismo público e inferir que o pessoal que trabalhava nos setores públicos eram "parasitas" e "ineficientes". A partir deste trecho, a revista abriu brecha para poder incentivar a privatização e colocar como prejuízo a manutenção do número de funcionários públicos para o governo. Levando em conta que, naquele momento, os funcionários públicos eram os mais sindicalizados e mais combativos nas lutas e organizações de greve (SILVA, 2009).

No ano de 1986 a revista Veja na tentativa de construir um consenso sobre como a privatização era algo bom e necessário, afirmou na matéria do dia 29 de outubro de 1986, que:

"Outro mito levantado pela burocracia para emperrar as privatizações seria a ameaça de desemprego. Assim como outras lendas em torno do programa de privatização, também essa foi desmascarada - e desmascarada exemplarmente pela Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes, a Cosim, de São Paulo, a rigor a única que tem cumprido, pelo menos, um plano de desmobilização. De 1984 até hoje, a estatal realizou uma profunda alteração em sua organização interna, agregando departamentos e eliminando setores inteiros que eram improdutivos. Prepara-se, assim, para ser privatizada. O resultado foi a demissão de 954 funcionários só neste ano, com uma economia mensal de 7,6 milhões de cruzados para os cofres públicos. (...) não se criou nenhum problema social com essas demissões. Pelo contrário: 60% dos dispensados foram aposentados por tempo de serviço e os restantes dirigiram-se ao mercado de trabalho privado, no qual estão ganhando hoje, em média, cerca de 2 000 cruzados mais de salário (Veja, 29/10/1986. pág.111).

De acordo com o trecho acima extraído da revista, pudemos perceber que a mesma criou argumentos para mostrar que as privatizações das estatais não iriam gerar consequências negativas para os trabalhadores. Tanto é que para "confirmar" sua colocação se pauta no exemplo de uma estatal que estava passando por um processo de desmobilização, o que significava reduziu o número de trabalhadores, os demitindo. Para a revista a demissão não gerou prejuízos aos trabalhadores, pois a grande maioria conseguiu se aposentar e o restante já está empregado em empresas privadas. Mas o que a revista nem sequer colocou em questão foi em que condições salariais esses empregados foram aposentados? E o restante dos trabalhadores que tiveram que se sujeitar a trabalhar em empresas privadas, tendo seus empregos ameaçados a todo momento. Para Veja era importante mostrar o quanto estava sendo economizado com a demissão de 954 funcionários, para legitimar ainda mais o que ela já havia colocando há algum tempo de que as empresas estatais tem muitos funcionários e que eles causam despesas enorme aos cofres públicos.

A partir do “fracasso” do Plano Cruzado, no início do ano de 1987, houve uma intensificação nas matérias publicadas pela revista Veja criticando o tamanho do governo⁴ e o alto custo dele para os “brasileiros”. A solução apresentada e colocada de variadas maneiras para esse problema, de acordo com o discurso da revista Veja, era incentivar a privatização e o corte do déficit público. Para exemplificar essas colocações, na matéria do dia 26 de agosto de 1987, nas páginas amarelas, Veja entrevistou o economista Pêrsio Arida, que fez colocações sobre como tentar conter a inflação do país dizendo que: “Sem o controle do déficit público, a ameaça da inflação continuará presente”. (...) A sua solução: demitir funcionários públicos e enxugar o Estado. “Enquanto não se tomarem essas decisões, não há justificativa para aumentar impostos” (Veja, 26/08/1987, p. 5). Primeiramente, a revista Veja silenciou os motivos da existência da inflação e naturalizou a inflação, dizendo que a mesma era consequência somente dos gastos públicos, déficit público. A inflação, como já mencionado em outros momentos, foi resultado “da transferência de renda entre os agentes econômicos” (FORTUNATI, 1987, p. 86). Ou seja, quando aconteceu a desvalorização dos salários e o aumento dos produtos, o que ocorreu foi uma transferência de renda, pois, nesse processo, a classe trabalhadora saiu perdendo, porém algumas frações da classe burguesa saíram ganhando. A inflação faz parte do sistema capitalista monopolista. Esses esclarecimentos sobre a inflação a revista não mencionou e fez questão de silenciar e de nem colocar como pauta de discussão, pois a sua intenção foi de criar um consenso de que era preciso diminuir os gastos do estado e de que era isso que causava os elevados índices da inflação no país.

A questão da privatização, foi algo que perpassou em todos os momentos no governo Sarney, como uma possível solução para crise econômica. Porque depois do Plano Cruzado, nenhum outro plano econômico implementado pelo governo teve apoio e respaldo das frações da classe burguesa. O que gerou em grande medida muita frustração entre as classes sociais. Tanto é que no ano de 1988 a revista Veja na matéria do dia 25 de maio de 1988, fez questão de apresentar algumas medidas tomadas pelo governo com o objetivo de cortar gastos públicos. Segundo Veja: O novo programa, para começar, propõe estímulos ao processo de privatização. (...) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, por exemplo, já privatizou doze empresas que eram, na origem, privadas e depois passaram às mãos do Estado (Veja, 25/05/1988, 97). A revista mostrou que, até mesmo órgãos do governo, estavam apoiando e realizando privatizações. Interessante observar que um órgão como o BNDES, que na sua origem foi criado para

fornecer investimentos para as indústrias e empresas desenvolverem tecnologia e poderem expandir suas produções, estivesse realizando privatizações. De acordo com BIONDI (2003), o BNDES, durante a década de 1990, foi um dos grandes responsáveis pelos financiamentos a empresas e companhias que compraram as empresas estatais brasileiras. Com isso, pode-se perceber que o BNDES já demonstrava qual seria sua função dentro do governo.

O ano de 1988 também foi marcado pelos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte (ANC), local em que foram votados vários projetos. Este trabalho realizado para construir a Nova Carta Constitucional foi palco de muitos enfrentamentos e da luta de classes. A classe trabalhadora batalhou para ter e conseguir alguns direitos. Porém, a direita não gostou de presenciar o pacote de direitos trabalhistas votados na ANC. A revista publicou uma matéria na qual mostrou que, até o governo, colocou-se preocupado com a plataforma de direitos aprovada aos trabalhadores.

A revista fez questão de desprezar a conquista da classe trabalhadora, mostrando os direitos conquistados como sendo algo prejudicial às contas do governo. Ao fazer isso, Veja quis depositar ônus que os direitos trabalhistas iriam causar ao governo, por causa do tamanho do corpo de funcionários públicos que existia no país. Mas, a revista se utilizou dos direitos trabalhistas como bode expiatório, pois, o que causava as maiores despesas do governo, não era o número de funcionários públicos e sim, os altos investimentos e subsídios que o governo fornecia aos empresários industriais, para que os mesmos pudessem aumentar seus lucros. Veja ainda finalizou a matéria propondo como solução ao governo que começasse a fazer corte em gastos desde já, além de apontar onde deveriam ocorrer os cortes. Uma das soluções que ficou explicitada entre linhas, foi a questão da privatização.

No último ano de governo de José Sarney, a crise econômica ainda era um entrave grande, pois de todos os lados o governo era atacado. Os trabalhadores sofriam e muito com a crise econômica, pois tiveram seus salários por varias vezes arrojados pelas medidas do governo, como forma de tentar amenizar a crise econômica sem deixar de investir nas empresas privadas. Mas mesmo as frações da classe burguesa não estavam contentes e satisfeitas com as medidas econômicas do governo. Tanto é que em 1989, o governo decretou mais um plano econômico, chamado de Plano Verão, que foi implantado pelo governo para conseguir amenizar a situação econômica do país. Na matéria do dia 22 de fevereiro de 1989, a revista aproveitou para se utilizar da fala de um político para poder criticar o governo e para propor encaminhamentos. Segundo Veja:

No Congresso, a grande maioria dos parlamentares, da direita à esquerda, reconhecia a necessidade de cortar gastos da máquina estatal, mesmo que à custa da extinção de alguns ministérios, mas pessoalmente poucos parlamentares queriam ver o desaparecimento dessas repartições. Como se considerava desagradável defender em público a manutenção dessas pastas – quando o país inteiro quer ver o Estado menor e cobra providências nesse sentido -, os parlamentares preferiram ausentar-se do plenário e evitar o constrangimento. (...) “O Congresso Nacional é o único poder da República que ainda não entendeu direito que o Estado faliu”, critica o senador Roberto Campos (PDS-MT). “Se o Estado está falido, tem-se de cortar ministérios, privatizar empresas e cortar pessoal”, acrescentou (Veja, 22/02/1989, p. 86).

A revista tentou apresentar que os políticos de dentro do governo sabiam da situação do Estado, mas que, não tinha coragem de votar em proposta de corte das

despesas públicas. Porém, a revista se utilizou da fala de um político de direita que, além de se mostrar favorável aos cortes nos orçamentos públicos, deu encaminhamentos para o pessoal do governo da área econômica, propondo a privatização. Ou seja, a revista veio, ao longo deste tópico, mostrando, de variadas maneiras, que a proposta mais “prudente” era a privatização, para assim, o governo ter assegurado os cortes e a redução das despesas.

Pode-se concluir neste artigo que a revista *Veja*, ao publicar matérias, reforçou a ideia de que, para o país amenizar/controlar a crise econômica, era preciso “tomar decisões drásticas” sobre os gastos públicos. Todavia para a revista um dos causadores da crise econômica eram os gastos com as empresas e com os funcionários públicos, por isso que em várias matérias *Veja* fez questão de se utilizar de vozes autorizadas para afirmar que era preciso privatizar, demitir funcionários públicos(já que haviam muitos funcionários públicos "ociosos"). Como solução apresentada, em mais de uma matéria, a revista enfatizou a importância da privatização das empresas estatais. Para criar um consenso em torno da privatização, a revista, em algumas matérias, noticiou de forma positiva a questão da privatização, tentando desconstruir mitos negativos da privatização, como o desemprego. Além é claro da revista ter em vários momentos cobrado do governo um comprometimento com o projeto de privatizações que havia sido criado no final do ano de 1985, mas que ao final do Governo Sarney, pouco se havia concretizado de privatizações. No entanto, para isso se consolidar, era preciso eleger um governo afinado com esses propósitos, esse seria o grande embate dos anos 1990.

Referência bibliográfica

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente)

FORTUNATI, José. **A estratégia do engodo: Do cruzado ao Pacto Social.** Porto Alegre-RS: Tchê, Editora Ltda, 1987.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 – 2002).** Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol. 7

EXPERIÊNCIAS DE CONFLITO EM SANTA HELENA-PR 1960-1980

*Tatiane Karine Matos da
Silva¹*

Resumo: Essa proposta de discussão destaca experiências de conflitos vivenciados na cidade de Santa Helena-PR entre as décadas de 1960 e 1980. Ao pensarmos esse período histórico é inevitável não nos remetermos ao processo ditatorial brasileiro, vivido em um contexto de repressão que se mesclava entre atos de violência e atos institucionais. No entanto, entendo que se fazem necessários debates que busquem problematizar de que maneira os trabalhadores que aparentemente não estavam lidando de forma direta com as dinâmicas ditatórias avaliam, de que modo se posicionaram e como articularam suas vidas diante este contexto conflituoso. Nessa perspectiva proponho a utilização de duas entrevistas que nos dão a possibilidade de dimensionar a forma e os sentidos atribuídos pelos trabalhadores, as dinâmicas e as relações envoltas em limites e pressões vivenciadas em Santa Helena- PR entre as décadas de 1960 e 1980. Ao dialogáramos com estas interpretações estaremos lidando com apontamentos que se remetem as desapropriações provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, um dos empreendimentos ditatoriais mas, que não é vinculado por estes sujeitos a ditadura militar. Assim a abordagem pensada para esta comunicação objetiva uma reflexão que destaca as relações sociais não como praticas determinadas, mas como relações que são feitas e refeitas em um movimento histórico.

Ao pensarmos o período que compreende as décadas de 1960 a 1980, estamos lidando com processos históricos marcados por pressões e conflitos, por avanços e retrocessos. Frente a isso se torna quase que inevitável não relacionarmos o processo de ditadura militar a este momento histórico. Quando falamos em ditadura a primeira ideia que nos surge, é a da violência e da repressão física, porem além destes, grande sociedade brasileira experimentou também a limitação e opressão de seus posicionamentos políticos sociais por meio dos instrumentos “legais de repressão”.

Estes se constituíam em “atos institucionais”, por meio dos quais os sujeitos ligados ao governo ditatorial controlavam e barravam os atos de sindicatos e de políticos que compartilhavam dos interesses sindicais, de intelectuais e militares que de alguma maneira se oponham as idéias de tal governo. Esta pratica repressiva era justificada como uma forma de contensão do que os governantes militares entendiam como um perigo comunista, logo qualquer pessoas que se enquadrasse no estereótipo de suspeita de estar ligada ao “perigo comunista”, estava sujeita a perder seu emprego e direitos políticos, além disso, muitas vinganças pessoais eram cometidas com esta justificativa². Nesse

¹ Graduada em História pela UNIOESTE.

² Ver: CARVALHO, José Murilo de, 1993, Cidadania no Brasil: O longo caminho, 10^o edição- Rio de Janeiro, Civilização brasileira 2008.

contexto a ditadura militar foi sem duvida alguma, marcou significativamente a História política social da sociedade brasileira.

O período ditatorial brasileiro foi vivido sob repressão, violência, desigualdades sociais e perseguição, aspectos que acredito não terem sido abolidos totalmente da sociedade contemporânea. Desse modo pensando no objetivo deste trabalho, avaliei ser pertinente problematizar o modo pelo qual os trabalhadores/sujeitos que aparentemente não estiveram em contato direto com as dinâmicas ditatoriais estavam articulando seus modos de vida em meio a este processo histórico.

Assim, a conversa que tive com o senhor Antônio Martins nos permite dimensionar a forma e os sentidos atribuídos pelos trabalhadores, as dinâmicas e as relações envoltas em limites e pressões vivenciadas em Santa Helena- PR entre as décadas de 1960 e 1980. Frente a esta perspectiva de investigação histórica, á qual se utiliza das narrativas orais para discutir as relações políticas sociais, é de extrema discutirmos a importância/significação da memória enquanto um campo de disputas.

Assim a problemática proposta por Clarice Otto frente à memória e utilização das narrativas orais enquanto possibilidades de pesquisa/discussão nos permite perceber que muitas das interpretações feitas pelos sujeitos com os quais conversamos são memórias de um passado, (re)significadas no presente, ou seja, as pessoas falam e avaliam sua trajetória e vivências a partir da situação que estão experimentando no presente. A autora indica ainda que memória e História não são sinônimos, logo, a memória desconstrói aquilo que por vezes a História forjou com "uma" verdade³.

Frente a esta perspectiva de investigação, avalio que a conversa que tive com Antônio, nos remete à discussão proposta por Katia Mendonça⁴. Mendonça problematiza a ideia da construção dos heróis nacionais, estereótipo construído em tornos de figuras como a de Getúlio Vargas e muitos outros governantes brasileiros. No entanto, apesar do esforço na tentativa do Estado, imprensa e por parte da historiografia brasileira em consolidar os heróis nacionais frente a sociedade, tal noção não é consolidada de forma efetiva nas vidas dos sujeitos que formam/formavam a sociedade brasileira.

Ao levar em consideração as proposições das autoras, acredito que esta reflexão pode também ser pertinente ao pensarmos o período da ditadura militar no Brasil, na medida em que os sentidos propostos para possíveis "heróis" do período, ou mesmo as dinâmicas ditatoriais implementadas, não foram sentidas e não são interpretadas por todos os sujeitos que vivenciaram os anos de 1960 a 1980 da mesma forma.

É o que poderemos perceber diante dos apontamentos feitos por Antônio. Ele nasceu na cidade de Tenente Portella no Rio Grande do Sul, e em nenhum momento se refere à ditadura militar, os conflitos aos quais Antônio se refere são outros, assim ao iniciar nossa conversa ele faz os seguintes apontamentos:

Então seu Antônio quantos anos o senhor tem?

Sessenta e seis.

E nasceu aonde?

Tenente Portela, Rio Grande do Sul.

E veio pra cá criança ainda?

Não eu vim pra cá com dezoito pra dezenove ano.

Veio sozinho ou seus pais vieram junto?

Não já vim casado já.

³ VER: OTTO, Clarice. Nos rastros da memória, 1 Edição- Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

⁴ VER: MENDONÇA, Kátia. A salvação pelo espetáculo: Mito do herói e política no Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

Há já veio casado. E dai o seu pai e sua mãe ficaram lá?

Ficaram, ficaram.

E dai o senhor veio de lá e foi mora aonde aqui em Santa Helena?

Vim mora em São Clemente.

Em são Clemente. E aqui vocês faziam o que?

Lavora dai daqui de São Clemente eu fui pra lá em...em... Perto do Paraná lá em baixo em... linha Guarani.

Linha Guarani. E lá também trabalhavam na lavora?

Lavora, ai veio a Itaipu dai eu tive que sai dai vim pra cá de volta.

E quando o senhor era criança o que o senhor gostava de fazer?

Há quando eu era criança (risos) as brincadeira lá nós se criemo no campo as brincadeira era anda a cavalo só lá não tinha outra... cavalo⁵.

Antônio, hoje com 66 anos, diz que saiu do Rio Grande do sul ainda jovem com 18 anos, mas, já casado, seus pais permaneceram morando em Tenente Portella. Ao chegar em Santa Helena o senhor a Antônio e sua esposa se estabeleceram no distrito de São Clemente, depois mudaram-se para a comunidade de Linha Guarani também em Santa Helena, sendo que em ambos as localidades tinha como principal meio de sustentação econômica os trabalhos ligados a lavoura.

Na continuidade de sua interpretação sobre as experiências vividas por ele, Antônio sugere o período em que teve que lidar com a desapropriação provocada pela construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu:

Então o senhor veio pra cá...

È vim pra cá ai depois quando a Itaipu que alago lá a minha terra era perto do salto ali em baixo dai eu vim pra cá e continuei na lavora.

E quando o senhor foi indenizado? O senhor recebeu alguma coisa?

Eu não fui indenizado.

Não foi indenizado.

Não. Na época ali era tudo posse né dai uns ganharam otros não ganharam a minha posse era pequena eu tinha cinco alqueire.

E não recebeu nada?

Eu fui atrás mais dai eles falaram ...não, não nós vamo paga mais até hoje fico assim (risos)

E como o senhor se virou? Perdeu tudo?

Eu perdi eu tinha uma outra posse aqui, eu tinha aquela lá e essa aqui também aqui era posse também era do Antônio Veldrame dai eu comprei dele ai escreituri.

E lá o senhor tinha posse e não ganhou nada, mas que tinha escritura ganhou?

Pra lá ninguém tinha escritura.

Ninguém?

Na época ali ninguém tinha era tudo posse uns ganharam outros não ganharam e assim foi.

Mas que tinha escritura foi indenizado?

Foi mais era mais pra cima lá em baixo não.

Então o senhor tinha outros amigos que também não ganharam nada?

Tinha.

E o senhor veio pra cá. E esse amigos continuaram em santa Helena?

⁵ Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR

Não uns foram lá pra cima uns pra Canta Galo outros foram lá pra... pra... como é o nome do lugar... Iraputi, Iraputi lá pra cima e foram se esparramando aqueles pra cá que ficaram indenizado eles conseguiram compra por ai né mais o resto teve que se manda.

Mas teve gente que ganhou bem pelas terras. Quem tinha a escritura. Teve, teve. Teve gente que ganhou bem⁶.

O início da fala do senhor Antônio dá a entender que antes de morar no local em que vivem hoje, ele e a esposa moravam no distrito de São Clemente, no entanto, em outro local, logo, o casal foi viver na Linha Guarani sendo que nesta tiveram suas terras tomadas pelas águas do reservatório da empresa binacional, tendo que retornar para São Clemente.

Cabe aqui, lembrarmos que mesmo que o senhor Antônio não tenha feito em suas indicações nenhum referência ao período ditatorial brasileiro, ele assim como todos os sujeitos que tiveram que lidar com o processo de desapropriação causado pela construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, lidavam com uma prática ligada ao governo militar e sua tentativa de afirmação social.

Guido Mantega em seu trabalho intitulado “O modelo de substituição de importação⁷”, indica que, o avanço capitalista estimulou a mudança na economia brasileira. Segundo o autor a crise de 1929 foi decisiva para que a industrialização se fortificasse como uma das bases econômicas do Brasil.

Sem dúvida, a construção da empresa binacional efetivada no início da década de 1980, representou, ou tentou representar, a magnitude dos projetos militares para a sociedade brasileira, como também a mudança nos rumos da economia do País. Uma economia cujas raízes eram pautas nas dinâmicas adotadas pelos EUA, que em partes teve dificuldades para se estabelecer no Brasil dadas as diferenças sociais, políticas, governamentais, financeiras entre os dois países, mas que logo se adaptou frente a lógica capitalista que visa o lucro para uma pequena parte da sociedade em função da exploração de quase sua totalidade.

Frente a isso Antônio indica que quando foi desapropriado ele assim como muitos outros que não tinha a escritura formal/legalizada das terras, que até então eram suas e onde tinha as bases de suas dinâmicas com a família e com o trabalho, não receberam nada para que deixassem estas áreas, tendo que cada um, dentro de suas possibilidades nas condições de classe que possuíam articular novas formas de se estabelecer com suas famílias. Felizmente, Antônio possuía outra posse em São Clemente, a qual tratou logo de legalizar, pois sabia, que a situação que viveu na Linha Guarani poderia se repetir.

Na continuidade de sua fala ele indica a realidade vivida por todos os sujeitos ditos posseiros, que tiveram que lidar com esta mudança forçada - provocada pela construção do reservatório de Itaipu- em suas vidas. Muitos foram embora para outras regiões na tentativa de melhorar ou ao menos minimizar os impactos proporcionados por este mega projeto, que esteve intimamente ligado as dinâmicas do governo ditatorial que buscava se afirmar/solidificar como símbolo de progresso e desenvolvimento, desenvolvimento este muito questionável á medida que como podemos observar provocou mudanças que acentuaram fortemente as desigualdades e dificuldade sociais.

Podemos observar isso de forma explícita, frente a indicação do senhor Antônio, ao referir-se aos proprietários de terra, ou seja, aqueles sujeitos que tinha a escritura das áreas em que residiam e trabalhavam. Segundo Antônio estes sim formam indenizados, tendo a

⁶ Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

⁷ VER: MANTEGA, Guido. O modelo de substituição de importações.

possibilidade de se reestabelecerem novamente, ainda que em distintas condições, na cidade ou no campo, sem ter que tomar rumos incertos em outras regiões.

Acredito que os representantes da Itaipu Binacional adotaram uma forma de negociação representativa dos interesses capitalista. Um negócio de proprietário para proprietário, não que os posseiros também não tivessem direito de receber uma indenização pelas áreas que até então davam o suporte econômico para suas famílias, mas, porque diante a ótica capitalista o principal valor cultivado é o do lucro, logo, o fato de não indenizar os sujeitos que tinha apenas as posses de suas terras, significava também, aumentar os lucros dos empresários e políticos ligados ao empreendimento.

No decorrer de nossa conversa Antônio aponta para outros processos de disputas envolvendo a terra em Santa Helena:

Então tinha bastante bandido aqui?

Bandido era o que mais tinha aqui, Há isso não passava dois dia sem mata ninguém tu vê o braço do norte deu um rebulição não sei se vocês já tavam morando ai no tempo de....isso foi em setenta aquilo tranco o rio do tanto e gente que mataram aquela cachoeira aquilo qualho de tanto colono, posseiro, jagunço ali morreu mais jagunço do que posseiro.

Os jagunços matava os posseiros porque o patrão mandava, porque tava ali na terra deles?

Antônio: É, e os posseiros se reunia e matava os jagunço também⁸.

Antônio fez referência às frequentes situações de violência que vivenciou ao chegar em Santa Helena. Segundo ele, não se passavam dois dias sem que alguém perdesse a vida na cidade. O motivo para esses conflitos eram, frequentemente, a disputa por terras. Os patrões, que necessariamente não seriam proprietários das terras mas sujeitos querendo se legitimar como donos, pagavam os ditos jagunços para que estes matassem, ou espantassem, os trabalhadores considerados como “posseiros”. Estes, em contrapartida, também se reuniam e enfrentavam os jagunços.

Acredito que os apontamentos de Antônio nos permitem pensar sobre a insegurança vivida por esses diferentes trabalhadores que se propunham viver no campo. Nesse sentido, as tensões e as desigualdades sociais não eram algo fora de suas realidades, mas sim que pairava sobre as vidas desses sujeitos.

Esta situação pode ter sido mais um elemento que contribuiu para que Antônio legalizasse a situação da área de terra que tinha em São Clemente, afinal as pressões e limites não iam muito além do fato de muitos sujeitos terem que lidar com o processo de desapropriação, muitas outras formas de disputas se elaboravam lado a lado - procurando garantir a vida no campo e o direito à terra.

Frente a essas discussões avalio que o suposto teórico de Thompson nos ajuda a refletir em torno destas experiências, como dinâmicas que são construídas de forma coletiva - com divisões, identificações e lutas - dentro de limites e pressões sociais:

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras tal como atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.) Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto da

⁸ Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR

investigação racional, podemos definir essa soma como processo histórico, isto é práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais⁹.

Thompson nos sugere analisarmos/problematizarmos o passado a partir das relações sociais construídas entre diferentes sujeitos ao longo do processo histórico. O autor não nega que dentro dessa relação social haja relações de poder e subordinação, porém nos motiva a uma problematização em torno das modificações que ocorrem nessas relações entendidas dentro de um processo histórico.

Assim, objetivamos construir uma discussão que nos possibilite entender as diferentes experiências dos sujeitos que de alguma maneira tiveram que lidar com a desapropriação/expropriação dentro de um campo conflituoso e de relações desiguais, tendo em mente que por vezes as variadas condições de classe dessas pessoas foram determinantes diante da forma que enfrentaram e frente aos rumos que suas vidas tomaram após esta prática.

No entanto, cada um desses sujeitos buscou dentro de suas possibilidades e limitações fazer o que julgavam ser o certo naquele momento, do mesmo modo que nós agimos a partir de nossas possibilidades e limitações e, na maioria das vezes, buscando modificar em alguma medida nossa condição de classe.

Nesse sentido a discussão proposta pelos autores Calvo, Almeida e Cardoso em "Trabalho e movimentos sociais: História, memórias e produção historiográfica", nos propõe uma problematização as relações sociais para que a partir disso possamos compreender/discutir a sociedade:

Recuperar a experiência histórica de diversos sujeitos sociais em seus múltiplos e diversificados aspectos, entendendo como as pessoas constroem seus espaços e territórios, deixando neles suas marcas: discutir as variadas experiências dos trabalhadores analisando o seu *fazer-se* enquanto classe em seus múltiplos sentidos e práticas; refletir sobre o significado das práticas sociais diferenciadas que estão no campo das vivências, bem como no dos valores e dos interesses, a fim de entender o social como um lugar de tensões; são objetivos que compõe o universo de nossas preocupações maiores¹⁰.

Acredito que a reflexão apresentada pelos autores é de extrema importância frente a nossa formação e posicionamento enquanto historiadores. Avalio então que reconhecer e problematizar o fazer-se das articulações sociais construídas pelos trabalhadores em suas condições de classe é também reconhecer que vivemos em uma sociedade contraditória e conflituosa, no entanto os trabalhadores não são massas amorfas a essas relações, pelo contrário são sujeitos ativos transformadores dessas relações.

Assim se na antiguidade a História foi "criada" para exaltar alguns sujeitos sociais como reis e sacerdotes¹¹, devemos ter em mente que a sociedade não se limita a um grupo privilegiado, mas é construída a partir da vivência e das relações entre diferentes pessoas, entre diferentes classes sociais. Logo me proponho a uma problematização preocupada e

⁹THOMPSON, E.P A **Miséria da Teoria ou um Planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p 51.

¹⁰ CALVO, Célia Rocha, PACHECO Heloisa Helena Cardoso, ALMEIDA Paulo Roberto de. **Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, Memórias e produção Historiográfica**. IN: História, narrativas plurais, múltiplas linguagens/Heloisa Helena Pacheco Cardoso, Maria Claro Tomaz Machado, organizadora-Uberlândia, EDUFU, 2005. p 11-26

¹¹ FONTANA, Josep. A História dos homens. Bauru SP, EDUSC, 2004 p 19-27.

comprometida com essas dinâmicas sociais construídas diante de diferentes possibilidades e experiências.

Assim entendo que ao trabalharmos com fontes orais devemos estar atentos aos confrontos sociais que as interpretações de nossos “entrevistados” sugerem. Alessandro Portelli faz uma importante discussão frente ao uso das narrativas orais como fontes históricas, para ele:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. [...] mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que nos lembrar que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um *patchwork* em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença¹²

A discussão proposta pelo autor nos mostra que as narrativas orais nos oferecem diferentes possibilidades dentro de um campo compartilhado. Assim, podemos entender que apesar de vivenciarmos a mesma sociedade, cada um de nós se posiciona frente às situações que nos são apresentadas de acordo com as possibilidades que julgamos ser a mais viável dentro de determinado processo histórico, de nossa trajetória e condição de classe compartilhada assim:

As fontes são entendidas como diálogos/confrontos estabelecidos por determinados sujeitos em certas relações. Quase sempre se fazem como termo de relações entre desiguais, portanto em um campo atravessado por interesses, que apesar de comporem atuações comuns podem expressar divergências significativas entre seus autores¹³.

A reflexão acima nos permite discutir/problematizar as fontes orais a partir das diferentes interpretações que estas nos oferecem. Essas diferentes interpretações e atribuições de sentidos a uma determinada experiência em comum (pensado nesse projeto a experiência de desapropriação) são compostas também por interesses diversificados que são significativos para os diferentes posicionamentos desses sujeitos ao refazerem suas vidas.

Desse modo entendo que pensar e dialogar com determinadas questões do processo histórico que envolvem as décadas de 1960 a 1980 exige que nós, enquanto historiadores e sujeitos históricos, estejamos abertos a entender as ações construídas e reconstruídas nas relações classistas, mas não como relações determinadas, e sim como relações que são produzidas em luta historicamente.

Referência bibliográfica

CALVO, Célia Rocha, PACHECO Heloisa Helena Cardoso, ALMEIDA Paulo Roberto de. **Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, Memórias e produção Historiográfica.** IN:

¹² PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n2, p.72, dez.1996.

¹³ SANTOS, Carlos Meneses S. **Sobre narrativas e movimentação social de trabalhadores: Uberlândia no final do século XX e início do século XXI.** Diálogo V, 16, N 1, p 281-303, jan-abr/2012

História, narrativas plurais, múltiplas linguagens/Heloisa Helena Pacheco Cardoso, Maria Claro Tomaz Machado, organizadora- Uberlândia, EDUFU, 2005. p 11-26

CARVALHO, José Murilo de, 1993, **Cidadania no Brasil: O longo caminho**, 10ª edição- Rio de Janeiro , Civilização brasileira 2008.

FONTANA, Josep. **A História dos homens**. Bauru SP, EDUSC, 2004 p 19-27.

MANTEGA, Guido. **O modelo de substituição de importações**.

MENDONÇA, Kátia. **A salvação pelo espetáculo: Mito do herói e política no Brasil**. Rio de Janeiro, 2002.

OTTO, Clarice. **Nos rastros da memória**. 1 Edição- Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos**. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n2, p.72, dez.1996.

SANTOS, Carlos Meneses S. **Sobre narrativas e movimentação social de trabalhadores: Uberlândia no final do século XX e início do século XXI**. Diálogo V, 16, N 1, p 281-303, jan-abr/2012.

THOMPSON, E.P **A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981,p 51

Fontes:

Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

RESISTIR SEMPRE, CURVAR-SE JAMAIS! A SAGA DE LUIS ANTONIO SANTA BARBARA NA LUTA ARMADA NA BAHIA (1969-1971)

Taylan Santana Santos¹

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de estudo o processo de luta armada na Bahia, nos anos de 1969-1971, com ênfase na participação de Luis Antonio Santa Barbara na resistência política ao Regime de Exceção no Brasil, denominado Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Nesse referido contexto histórico, é imprescindível o estudo acerca da existência de uma reação política perante o Estado Autocrático brasileiro. Uma das formas de resistência estabelecida foi o emprego da violência armada contra aqueles (golpistas) que primeiro a utilizaram para atacar o povo brasileiro e a democracia do país. Desse modo, o estudo visa problematizar a opção pela guerrilha rural num contexto em que a luta armada, em diversas modalidades, era a alternativa escolhida por vários grupos políticos da esquerda brasileira. Respalado pela interdisciplinaridade entre as ciências sociais da História, Sociologia e Direito, o escopo deste trabalho se refere à ação e resistência de Luis Antonio Santa Barbara (combatente feirense no MR-8 baiano), a partir do seu enfrentamento à Ditadura com a tentativa de formação de uma guerrilha rural no sertão de Brotas de Macaúbas- BA, juntamente com o capitão Carlos Lamarca, Zequinha Barreto e outros militantes da luta revolucionária. Por fim, tal estudo tem como objetivo reconstituir e dar a conhecer a trajetória de Luis Antonio Santa Bárbara na luta armada na Bahia (1969-1971) com o propósito de problematizar os caminhos e ações da resistência armada, além de promover a reflexão acerca do atual processo de Memória e Justiça de Transição no Brasil, a fim de lembrar-se sempre da Ditadura, esquecer-se jamais!

Palavras chave: Santa Bárbara; Luta Armada; Ditadura.

Introdução

Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera inteira.²

O presente artigo tem como objetivo o estudo histórico quanto ao processo de luta armada na Bahia, nos anos de 1969-1971, com ênfase na participação de Luis Antonio Santa Barbara na resistência política ao Regime de Exceção no Brasil, denominado Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Se utilizando de uma história política crítica, visamos problematizar a ação e resistência de Luis Antonio Santa Barbara (combatente feirense) no MR-8 baiano, a partir do enfrentamento à Ditadura, com a tentativa de formação de uma guerrilha rural no sertão de Brotas de Macaúbas- BA, juntamente com Carlos Lamarca, Zequinha, Otoniel Barreto, Ieda Alvberg e outros militantes da luta revolucionária atuantes no processo de enfrentamento político.

¹ Graduando em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFES.

² Comandante Ernesto Che Guevara

O período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) se caracterizou como um contexto do séc. XX marcado pelo fortalecimento e eclosão das lutas sociais. Estas se manifestaram de diversas formas: seja pelo movimento estudantil, movimento religioso, movimento operário ou através da luta armada. Diante do antagonismo ideológico da guerra-fria, a resistência política ao regime de exceção foi articulada e executada pela esquerda que através de sindicatos, partidos clandestinos, núcleos religiosos e organizações revolucionárias combateram os amplos setores conservadores, direitistas e imperialistas que detinham o poder político no período em questão.³

Nessa perspectiva, é de suma importância evidenciar e problematizar as principais lutas sociais travadas na Bahia, visando pautar o papel crucial da região, no que se refere ao processo político de organização, articulação e eclosão da resistência esquerda baiana ao estado autocrático vigente no Brasil.⁴ Por este motivo, cabe destacar o estudo da luta armada na Bahia como processo integrante da resistência baiana, focalizando a participação do guerrilheiro feirense Luis Antonio Santa Bárbara, enquanto sujeito histórico participante da reação política e popular contra as forças ditatoriais do regime civil-militar.

Nessa perspectiva, estudar a Ditadura Civil-Militar se constitui em um desafio espinhoso para qualquer historiador, haja vista os confrontos ideológicos e as dificuldades políticas encaradas em tal encaixo. Porém, é preciso ressaltar que a referida temática se caracteriza pela sua grande importância, em um momento histórico marcado pela constante revisão à Ditadura Civil-Militar, a partir de reflexões atuais como a instalação da comissão nacional da verdade, a lei de acesso a documentos oficiais do período, a reinterpretção da lei da anistia, dentre outras questões cruciais para o tempo presente. Tal momento representa uma oportunidade para o acirramento do debate e construção de novas perspectivas políticas.

Portanto, a discussão historiográfica sobre o tema: A resistência de Luis Antonio Santa Barbara na Luta armada na Bahia (1964-1971) se propõe a apresentar reflexões críticas e multidisciplinares referentes à resistência armada na ditadura civil-militar. Objetivando trazer à tona debates importantes acerca da memória e problematização da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985).

A luta armada no Brasil: uma resposta revolucionária ao estado de exceção

Podemos caracterizar que a consolidação da Ditadura Civil-Militar enquanto um regime de exceção só se efetivou por meio da utilização de certos mecanismos de centralização política e opressão social. Tais meios foram divididos entre ações políticas e militares. Com relação aos aspectos políticos podemos salientar a decretação de Atos Institucionais, pelos quais fortaleciam o poder executivo ditatorial em detrimento dos demais poderes institucionais. Quanto aos mecanismos militares o mesmo se constituiu pelo aparelhamento do exército por meio de órgãos como o SNI (Serviço Nacional de Informação) que por sua vez, estruturava o caráter repressivo do regime de exceção.

Porém, sem sombra de dúvida, foi a partir da instauração do AI-5 que a Ditadura atingiu seu processo de consolidação, através do recrudescimento da linha dura no Brasil. Os principais efeitos do referido decreto consistia no fechamento do Congresso Nacional, a garantia de amplos poderes ao ditador Costa e Silva, então presidente em exercício, a

³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990, pp. 35-37.

⁴ ZACHARIADHES, Grimaldo. *Introdução*. In: **Ditadura militar na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 15-17.

suspensão de todas as garantias individuais e políticas e a legalização da pena de morte para todos aqueles que “ousassem” a enfrentar o regime por via da luta armada.⁵

Desse modo, após o AI-5 promover um cerceamento visceral às liberdades políticas institucionais atreladas a uma violenta repressão aos movimentos estudantis, sindicalistas e religiosos, ficava cada vez mais evidente a necessidade da luta armada como a alternativa mais eficaz no enfrentamento ao regime militar. Nesse contexto, era mais do que necessário utilizar a violência contra aqueles (repressores) que primeiro a utilizaram para atacar o povo e a democracia brasileira. Nessa perspectiva, a luta armada brasileira representava uma estratégia revolucionária no combate ao regime autocrático, em prol da construção do tão esperado socialismo libertário.

Porém, para tal efeito, o regime de forma truculenta se utilizou dos mecanismos de intensificação da tortura e o assassinato sumário a fim de exterminar qualquer foco revolucionário, assim como toda e qualquer tentativa de oposição armada ao governo civil-militar. Embora não tivesse possibilidade alguma de conquistar a derrubada do regime de exceção imposto pela Ditadura Civil-Militar, a luta armada no Brasil representou um importante e significativo mecanismo de luta social, através do combate revolucionário à autocracia brasileira. De certo modo, é válido registrar a fundamental importância de guerrilheiros combatentes que entregaram suas vidas pela luta popular em prol do justo e do melhor caminho político: a conquista do socialismo. Contudo, por conta da luta em prol desse ideal, os mesmos sofreram pela clandestinidade social, repressão, o isolamento familiar, as torturas físicas e psicológicas, além de criminosos assassinatos.

Luis Antonio Santa Bárbara e a Guerrilha de Buriti Cristalino

Santa Bárbara se configurou como um legítimo representante das lutas sociais baianas, à medida que se destacou desde os anos 60 pela sua militância estudantil, sua atuação no MR-8 em 1968 e sua efetiva participação na luta armada da esquerda baiana. Nessa sua empreitada, lutou e “tombou” ao lado do comandante Carlos Lamarca (inimigo número um da ditadura), no sertão de Brotas de Macaúbas, no episódio conhecido como o “Massacre de Buritis”. Com uma destacada atuação no movimento estudantil de Feira de Santana, Luiz Antonio Santa Barbara, foi um dos principais nomes da resistência ao regime civil-militar no Brasil.

Nascido em Inhambupe, mas criado em Feira de Santana, Santa Barbara estudou e fez militância estudantil nos Colégios Municipal Joselito Amorim e no Colégio Estadual. Em um período de plena efervescência política dos anos 60, o mesmo se caracterizou como um dos principais agitadores estudantis, então presidente de grêmios estudantis nos colégios pelo qual estudou. Sua prática política para além do movimento estudantil se inicia no seu trabalho como tipógrafo na Gazeta do Povo, se consolidando na sua filiação no PCB, o partidão. Com o acirramento do regime opressor no contexto de pós- AI-5, Santa Bárbara abandona o PCB e ingressa no movimento de resistência armada, o MR-8, pelo qual inicia o processo de combate revolucionário juntamente com Carlos Lamarca.⁶

Participante da luta armada de longa data, o então capitão Carlos Lamarca se destacou como o homem mais procurado do país, principalmente depois da queda de Carlos Marighella em 1969. Dotado de uma ousadia admirável, o capitão Lamarca se constituiu como um dos poucos militares que recusou trair seu povo em nome de um regime que promoveu a espoliação da classe operária. Ainda que para tal feito, Lamarca tivesse que arcar com as consequências de sua oposição ao exercito repressivo. Porém,

⁵ ALVES, Márcio Moreira. **68 Mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, pp. 45-48.

⁶ CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara: o estudante da guerrilha**. Feira de Santana: Modelo, 2002, pp. 12-14.

mesmo sendo abatido, Lamarca representou a principal figura revolucionária no período áureo da repressão militar.⁷

Surgido em 1966, fruto de uma dissidência do PCB, o MR-8 desempenhava desde muito cedo um papel central nas mobilizações estudantis de 1968. Após o recrudescimento do regime, o agrupamento mudou sua linha de ação, mergulhando na guerrilha urbana. No âmbito nacional, a organização foi responsável por executar a maior ação revolucionária da luta armada: o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Fato este, que rendeu uma intensa repercussão na opinião pública nacional e internacional. Além disso, em troca do embaixador, o regime cedeu à libertação de 15 companheiros políticos mantidos em cativeiro.

Em linhas gerais, assim como diversas regiões do Brasil, a Bahia no período pós AI-5, foi cenário de um importante processo político: a fundação e estruturação de várias organizações revolucionárias que ergueram a bandeira da guerrilha como um mecanismo de luta social, em resposta ao recrudescimento do truculento regime em gestão. Nessa seara, o MR-8 baiano se configurou como uma organização destacada por agregar nomes como capitão Carlos Lamarca e Luis Antonio Santa Bárbara (pseudônimo de professor Roberto), entre outros combatentes, na missão de formar em pleno sertão baiano (inicialmente em Brotas de Macaúbas) uma guerrilha rural como estratégia de luta social e enfrentamento no período de 1969-1971. Respaldaado pela teoria do foquismo, a ação do MR-8 no objetivo de formar uma guerrilha rural em Buriti Cristalino, seguia o seguinte princípio: um grupo de revolucionários se instala em uma zona rural de difícil acesso, obtém o apoio da população através da conscientização política, forma um exército rebelde, “cerca” as cidades e derruba o governo opressor. Vale salientar que tal estratégia guerrilheira estava respaldada pelo modelo do maior revolucionário da América Latina, o argentino Ernesto Che Guevara.⁸

Nessa perspectiva a guerrilha de Buriti Cristalino se inicia desde 1968 com o retorno de Zequinha Barreto à sua terra natal e a execução de um trabalho de conscientização política naquela comunidade, sob orientações do MR-8 baiano. Objetivando uma melhor possibilidade de luta contra o regime, perante a repressão ostensiva dos militares no eixo Rio/São Paulo, o capitão Carlos Lamarca ingressa no sertão baiano a fim de promover a formação de uma guerrilha rural em oposição à Ditadura Civil-Militar. Nesse sentido, convidado pelo comandante do MR-8 na região baiana, João Lopes Salgado, o estudante revolucionário Luis Antonio Santa Bárbara entra na clandestinidade em Feira de Santana e participa da atuação do MR-8 em Brotas de Macaúbas.⁹

Organizado por um núcleo revolucionário composto por nomes como Zequinha Barreto, Luis Antonio Santa Bárbara, Carlos Lamarca, João Lopes Salgado, Olderico Barreto e José Carlos de Souza, a guerrilha em Buriti Cristalino se inicia a partir do processo de conscientização política no local. Nesse contexto, Santa Bárbara se figura no “professor Roberto”, responsável por promover a alfabetização de jovens e adultos na região, haja vista a ausência de escolas neste local. Respeitado pelos companheiros militantes e admirado pela população, Santa Bárbara conquistou de maneira rápida o apoio local através do seu trabalho de conscientização popular por meio de uma educação engajada/libertária e a realização de importantes atividades festivas e recreativas como o dia das mães, festas juninas e comemorações religiosas. Fazia parte de sua atuação, a encenação de teatrinhos engajados, representando a vida camponesa e operária, que

⁷ JOSÉ, Emiliano. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 1989, pp. 33-36.

⁸ CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara**: o estudante da guerrilha. Feira de Santana: Modelo, 2002, pp. 25-30.

⁹ SOUZA, Sandra. **Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia**. In: ZACHARIADHES, Grimaldo. **Ditadura militar na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

alertava quanto à necessidade das camadas populares em se insurgirem contra a força opressora da Ditadura.¹⁰

Porém, a guerrilha de Buriti Cristalino se tornou alvo da repressão a partir do momento que Lamarca representou a principal “caça” do regime civil-militar. Dessa forma, comandado por verdadeiros carrascos torturadores como Sérgio Fleury e Nilton Cerqueira, foi montado na região, em agosto de 1971, um cerco brutal em Brotas de Macaúbas, pelo qual é responsável pela realização do pior massacre na região: o assassinato de Santa Barbara e Otoniel Barreto, além da humilhante tortura e espoliação de José Araujo Barreto e Oldericó Barreto. Fugitivos de Buriti Cristalino, Zequinha Barreto e Carlos Lamarca se embrearam na mata do sertão baiano, sendo ferozmente caçados pelos militares, tombando perante o cerco, na cidade de Pintadas.

Nessa perspectiva, foi aplicada uma política de terror na região, pelo qual vários moradores foram barbaramente torturados, coagidos e humilhados pela ação repressiva do exército militar. Com o abatimento de Lamarca e Zequinha, os algozes militares prepararam de antemão todo um festejo comemorativo em Buriti Cristalino com a divulgação dos corpos ao público, acompanhado de músicas, bebidas e chacotas, algo típico daqueles sádicos repressores. Tal ação representava um anúncio da força repressora para os cidadãos baianos, pelo qual a morte do grupo de Lamarca representava o caminho para todos aqueles que intentassem subverter a ordem ditatorial e lutar pelo ideal de emancipação popular, justiça social e socialismo.

Considerações finais

Após o estudo da resistência baiana e a brutal repressão exercida pelo regime de exceção, nos indagamos: o que fazer com tal memória histórica? Para alguns pesquisadores positivistas, adeptos de uma pseudoneutralidade axiológica, a memória histórica deve ser utilizada tão somente para o arquivo da história, uma história reservada ao passado e sem funcionalidade para o presente ou a realidade atual. Contrariando a tais reacionários, advogo por meio de uma história dialética/marxista que a memória histórica deve trilhar um caminho de combate historiográfico na defesa de sujeitos históricos como Luis Antonio Santa Barbara que além de ser assassinado, foi silenciado pela história tradicional de cunho elitista. Não obstante, a construção e problematização desta memória histórica devem contribuir para que debates políticos como o acesso a informações e arquivos públicos, a proposição de uma verdadeira política de reparação, a reinterpretação da lei da Anistia (Lei 6.683/1979) e a punição dos algozes torturadores sejam suscitadas na presente realidade.

Nessa perspectiva, desarquivar a Ditadura é sem dúvida um importante elemento na pesquisa histórica em questão. Pois dessa forma, fica possível trazer à tona, os principais aspectos e características da resistência armada da esquerda baiana contra as atrocidades do estado ditatorial. Permitindo a interface entre a guerrilha baiana e a luta armada nacional, principalmente devido à estreita ligação entre o feirense Luiz Antonio Santa Bárbara e o comandante Carlos Lamarca.

Portanto, buscando reconstituir e dar a conhecer a trajetória de Luis Antonio Santa Bárbara na luta armada na Bahia (1964-1971), o presente estudo contribui historiograficamente na análise da história e memória das lutas sociais durante a ditadura civil-militar, além de inserir a resistência de Santa Bárbara no cerne do debate atual acerca da memória e justiça no Brasil pós- Ditadura. Por fim, tal estudo busca respaldar a luta pela

¹⁰ CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara**: o estudante da guerrilha. Feira de Santana: Modelo, 2002, pp. 45-49.

construção de um futuro socialista e igualitário, sob a perspectiva de resgatar a memória da guerrilha para a luta revolucionária jamais acabar!

Referência bibliográfica

- ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara**: o estudante da guerrilha. Feira de Santana: Modelo, 2002.
- DO BURITI À PINTADA** Lamarca e Zequinha na Bahia. Direção, produção e roteiro: Rezinho Pereira dos Santos. Portfolium Laboratório de Imagens, 2011. DVD (58 min.), color. Filme Documentário.
- FARIAS, Airton. **Um olhar sobre os governos militares**. Recife: Ed. Construir, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- FICO, Carlos. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.
- JOSÉ, Emiliano. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 1989.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J., **O Manifesto comunista de Marx e Engels**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Carlos Lamarca**: caçada implacável ao capitão que recusou trair seu povo. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.
- SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Édson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.) (2009), **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil, vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Hucitec, 2009
- SOUZA, Sandra. Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia. In: ZACHARIADHES, Grimaldo. **Ditadura militar na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SYKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. 3. Ed. São Paulo, SP: Global, 1980.
- TOUCHARD, Jean. **História das ideias políticas**. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

ZACHARIADHES, Grimaldo. **Ditadura militar na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

A IMPORTÂNCIA DAS CONCEPÇÕES DE RÉGIS DEBRAY NA FORMAÇÃO DO MR-8 (DI-RJ)

Thomaz Joezer Herler¹

Resumo: Nesta comunicação, pretendo problematizar a importância das concepções político-militares do teórico francês Régis Debray na formação do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), inicialmente chamado Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ). Apesar das críticas que o teórico sofreria posteriormente por diversas organizações armadas de esquerda, suas concepções foram de suma importância para alguns grupos guerrilheiros daquele momento. Sua leitura da “teoria do foco guerrilheiro”, desenvolvida anteriormente por Ernesto Guevara, serviu de inspiração para diversos comunistas (principalmente os mais jovens), desacreditados com os paradigmas desenvolvidos pela direção do PCB. Esta teoria, que sobrepuja o poder militar do foco à estrutura burocrática dos tradicionais Partidos Comunistas, era vista como uma alternativa em um momento marcado pela repressão imposta pela Ditadura Civil-Militar, bem como pela descrença no potencial revolucionário da burguesia “nacional”. O MR-8 (DI-RJ), formado ainda no interior do PCB e rompendo com o mesmo em 1967, foi considerado um dos poucos grupos armados foquistas de nosso país. Através de Humberto Trigueiros, militante da Polop que posteriormente integrou o MR-8 (DI-RJ), os quadros da organização tiveram acesso à obra *Revolução na Revolução*, de Debray, que proporcionou aos mesmos uma referência para suas ações armadas e para a implantação de seu foco no oeste paranaense. Para pensar a relação entre as produções de Debray e o MR-8 (DI-RJ), serão utilizados como fonte um documento produzido pela organização e a obra “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”, de Aluísio Palmar, e como referencial teórico a categoria “partido”, desenvolvida por Antonio Gramsci.

Palavras-chave: MR-8 (DI-RJ); Régis Debray; Foco guerrilheiro

Em 1964, com o Golpe Civil-Militar encabeçado por setores conservadores de nossa sociedade, o projeto político que vinha sendo construído pelos comunistas do PCB e pelos nacionalistas de esquerda (principalmente do PTB) foi esfacelado. A representatividade que tais setores vinham conquistando junto à classe trabalhadora, apoiada na constituição de 1946 e no governo Jango, viu-se frustrada pela estrutura autoritária deste Estado que veio a ser consolidada entre 1964 e 1969, por meio dos “atos institucionais”.

Com isto o PCB torna-se alvo de forte descrédito entre diversos comunistas, principalmente os mais jovens. Vários foram os fatores que conduziram a este quadro. Inicialmente, pesou muito em vários militantes do Partido a ausência de resistência do partido ao Golpe de 64, bem como sua adesão ao MDB (único partido de oposição legal do

¹ Mestrando do PPGH da Unioeste/Campus de Marechal Cândido Rondon. Orientadora: Prof^ª Dr^ª Carla Luciana Silva

Regime Civil-Militar) como forma de luta pela redemocratização. De igual forma, concebia-se que sua este “não era capaz de dar conta da complexidade da sociedade brasileira nem da novidade dos movimentos sociais dos anos 60, tampouco da transformação revolucionária da ordem estabelecida” (RIDENTI, 1993, p. 120). Em meio a tal crise de paradigmas, as organizações armadas são formadas como alternativas de luta revolucionária, possuindo diferenças e similitudes entre si.

Diversas foram as organizações que foram formadas a partir de rachas com o PCB. Trataremos daqui da Dissidência Comunista de Niterói (DI-RJ), que posteriormente, deu origem ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), fundada, entre outros, por Aluizio Palmar, Humberto Trigueiro Lima, Antônio Rogério Garcia da Silveira, Milton Gaia Leite e Nielse Fernandes. Aluizio, em sua obra *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, trata este processo de forma detalhada. Segundo o mesmo,

desde o golpe estávamos envolvidos no debate sobre a linha política a ser seguida. A luta interna [ao PCB] era intensa e os setores universitário e secundarista romperam de cara com a posição nacional desenvolvimentista defendida pela direção. Juntamente com alguns quadros operários navais, começamos a caminhar em direção a opção pela etapa socialista da revolução brasileira e a luta armada (PALMAR, 2006, p. 267).

Como forma de fundamentar suas críticas à direção do Partido, estes quadros divergentes embasavam-se na obra *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior. Esta, criticando o pensamento vigente no PCB, negava a existência de uma burguesia antiimperialista no Brasil, que se aliaria ao operariado e ao campesinato numa conjuntura revolucionária. Negando tal potencial, conseqüentemente negava-se também a possibilidade de instaurar um governo em parceria com frações da burguesia como forma de transição ao socialismo.

Também os inspirava a revolução ocorrida em Cuba. O sucesso desta, aliado ao descrédito de vários militantes comunistas ao projeto até então hegemônico de “revolução por via pacífica” frente a um governo cada vez mais repressivo, fez com que vários quadros aderissem à teoria guevarista do “foco guerrilheiro”. Tal estratégia foi aos poucos se tornando uma alternativa para alcançar o socialismo, tendo o MR-8 (DI-RJ)² constituído uma das dissidências pioneiras na adesão ao foquismo cubano.

Além de Guevara, os quadros da organização buscaram solidificar suas diretrizes também a partir dos escritos de Régis Debray. Segundo Aluizio, foi um livrinho mimeografado de Debray, *Revolução na Revolução*, que os mesmos conseguiram com Umberto Trigueiros Lima que os inspirou a “subir a serra” (PALMAR, 2006, p. 268). As teorias desenvolvidas pelo teórico francês tiveram grande importância na formação de diversas organizações, dentre elas o MR-8 (DI-RJ). Seus escritos, de teor um tanto militarista, resumiam e sistematizavam a teoria do foco guerrilheiro da seguinte maneira:

o foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa e contra-ataques do Exército. Numa segunda etapa, colunas

² Faz-se necessário citar a sigla DI-RJ (Dissidência do Rio de Janeiro) para diferenciar este MR-8 daquele derivado da DI-GB (Dissidência da Guanabara), que adotou para si o nome MR-8 no ato do sequestro do embaixador Charles Elbrick, como forma de dar continuidade ao grupo que fora destruído pela repressão em 1969.

guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levando a luta armada a outras regiões. (PALMAR, 2006, p. 268)

Tal perspectiva trazia à tona um outro fator importante na formação do MR-8 (DI-RJ): a “primazia do fator militar sobre o fator político e da prioridade do foco sobre o Partido” (PALMAR, 2006, p. 268). O partido tradicional marxista-leninista era considerado inadequado àquela conjuntura por sua estrutura rigidamente burocrática, optando-se assim pela ação do foco guerrilheiro, considerado embrião do exército popular revolucionário. Carlos Alberto Barão problematiza a influência da concepção debrayana em alguns grupos de esquerda armada brasileiros. Segundo este,

Estas organizações deveriam apresentar um novo estilo de direção. A direção deve sair das cidades e participar direta e pessoalmente da luta armada e deve ser composta de jovens - devido às difíceis condições da guerrilha. Deve apresentar também uma organização nova. Ao partido transformado impõe-se o rompimento com a tradição dos inumeráveis órgãos deliberativos e reuniões, devido a seu aspecto paralisante diante do inimigo. [...] A disciplina partidária torna-se disciplina militar (BARÃO, 2003, p. 280-281).

Ainda na discussão sobre partido, Carlos Alberto Barão cita Debray, aludindo à questão da vanguarda nesta nova forma de organização popular. Segundo o teórico francês,

O partido é instrumento da luta de classes. Onde o instrumento não logra êxito, as classes populares deverão criar suas vanguardas. Mas de que tipo? Essa vanguarda seria constituída pela guerrilha, responsável agora também pela direção política. O critério da vanguarda é a ação. O futuro exército do povo engendrará o partido do qual ele deveria ser teoricamente o instrumento. No essencial o “partido” é ele (DEBRAY *apud* BARÃO, 2003, p. 281).

Como se pode perceber, naquele momento debatia-se bastante o lugar do partido no processo revolucionário. Gramsci, em suas “Notas sobre a política de Maquiavel”, traz-nos referências importantes sobre a categoria “partido” que nos ajuda a pensar tais questões. O intelectual italiano postula que o partido político (também chamado por este de “moderno príncipe”) é o organizador da vontade coletiva nacional-popular.

O moderno príncipe, o mito-príncipe não poder ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo, um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2002, p.16).

Este partido tem o papel de elaborar todo um projeto de reforma intelectual e moral, também chamado de “hegemonia”, desenvolvimento de uma nova racionalidade e de uma nova *civiltà* (civilidade). Durante este processo de construção de uma nova visão de mundo, nova e total, deve também haver empenho em desconstruir a visão de mundo partilhada pela classe dominante, cristalizada e propagada através do “senso comum”. Deste modo, as organizações armadas existentes neste momento também eram partidos,

tendo em vista que almejavam tornar-se “o elo de representação armada das classes exploradas contra seu outro, corporificado na ditadura militar” (RIDENTI, 1993, p. 247).

Em um documento encontrado, apesar da falta de especificidade em relação à sua data de emissão, aparecem de modo bem nítido algumas diretrizes que norteariam as ações do MR-8 (DI-RJ). Estes guerrilheiros justificavam a atuação armada e a necessidade de instauração de um governo socialista defendendo que

O Capitalismo entrou em sua última fase. O Imperialismo integrou as burguesias num só sistema. Esta organização em escala mundial do Capitalismo, trouxe para as vanguardas que estão se formando neste processo, a opção socialista. Isto porque não é mais possível dentro destes países que fazem parte integrante do Imperialismo, levantar a bandeira da luta de massas (<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/03/doc-mr8.jpg>).

Apontando assim o socialismo como única alternativa à dominação imperialista e enfocando a importância das vanguardas durante este momento de dificuldade para as organizações revolucionárias, defende-se que “só uma organização que pode impor sua vontade poderá de fato transformar a realidade.” Partindo por este princípio, chega-se à conclusão que a única forma de atuação nesta conjuntura “terá que ser militar” (idem). O papel da luta armada é tão enfocado nas concepções de Debray a ponto do mesmo defender que “sem luta armada não há vanguarda definida” (DEBRAY apud BARÃO, 2003, p. 281). Assim, firma-se a concepção de que a vanguarda seria fruto da luta guerrilheira, não existindo cristalizada na direção do partido marxista-leninista.

Uma vez que se defende a necessidade da ação militarizada, o antigo Partido Comunista dá lugar a um “exército revolucionário”, caracterizado como um “instrumento formado pela ação transformadora do Foco” e “pelo desenvolvimento de leis Político-militares da Guerra Revolucionária” (idem). Segundo Barão, Debray concebia que “as tarefas colocadas pela revolução na América Latina exigiriam a formação do núcleo do partido a partir do exército popular, e não o inverso. Para isso é preciso antes formar e desenvolver o núcleo guerrilheiro” (BARÃO, 2003, p. 281).

Através desta guerra encabeçada pelo exército revolucionário, seria possível consolidar

a Ditadura do Proletariado sobre a burguesia. Este é o método de controle do Poder, é o método da Guerra de Classes, e do combate político e militar pela extinção do Estado burguês e suas instituições, pela sua substituição pelo Estado Proletário, que se efetuará no processo da própria Guerra, a transformação na infra e na supra-estrutura, ou seja a Organização do Estado Socialista é um desdobramento da Guerra. (http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/03/doc-mr8.jpg2_.jpg)

Inspirados em tais concepções, os militantes do MR-8 (DI-RJ) instalariam suas bases guerrilheiras e “aparelhos” no oeste do Paraná, área além de estratégica (por fazer fronteira com o Paraguai e Argentina), permeada por diversos conflitos de terra entre colonos e latifundiários. Em uma conjuntura marcada pela autocracia burguesa apoiada em setores conservadores das forças armadas, o pragmatismo militarista tornou-se uma alternativa de via revolucionária. Leis político-militares e ações de guerrilha tenderam a substituir a estrutura burocrática e centralizadora dos partidos tradicionais, privilegiando-se

consequentemente a ação sobre a teoria, sendo o partido comunista algo que seria construído a partir do exército popular.

Apesar do pensamento fortemente militarista contido na formação destas guerrilhas, e da momentânea recusa à estrutura partidária, estas também podem ser enquadradas enquanto partidos, tendo em vista que visavam representar a classe trabalhadora contra o jugo burguês, visualizado na ditadura. Mesmo Debray tendo seu pensamento rechaçado e fortemente criticado por vários militantes da esquerda armada, seus escritos nos auxiliam a melhor pensar este momento histórico. De igual forma, nos ajuda a compreender a ação dos comunistas dissidentes em uma conjuntura marcada pela descrença em antigos modelos e pela euforia com novas possibilidades de construção do socialismo.

Referência bibliográfica

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. **História do marxismo no Brasil**/Volume 1: o impacto das revoluções. João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (org.). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s.d.

Documentos Revelados <www.documentosrevelados.com.br> Acesso em 17/08/2013, às 03:30.

GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere, volume 3**. Edição e tradução de Calor Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.